

*O Espírito da Democracia
não pode ser imposto de fora.
Ele tem que vir de dentro.*

M. GANDHI

Em um campo dividido, no qual uma eterna batalha entre o bem e o mal e entre o puro e o corrupto se desenrola, o saldo final é, invariavelmente, uma terra arrasada, prenhe de ervas daninhas e espoliada por vampiros. A defesa do indefensável, os programas de governo que servem a projetos de poder, a seletividade e o enfraquecimento da moral não são novidades, uma vez que a história nacional já assistiu a esse filme inúmeras vezes, e é altamente provável que irá assistir outras vezes mais.

A originalidade do momento atual é a velocidade com que o filme se desenrola, em uma rotação alucinante e num tom farsesco indisfarçável. O roteiro, recheado de crimes, conspirações e discursos baratos, comove o telespectador, que toma partido, sai do sofá, comenta na Internet, bate panelas, assopra apitos e ocupa as ruas. A falta de senso crítico que observamos é gritante, e ela não se resume aos “paneleiros” ou aos “golpistas”, mas se estende à dita “esquerda”, também presa na narrativa do confronto e incapaz de uma autoavaliação.

O contexto brasileiro atual, advindo de uma quebra da ordem democrática e de eleições municipais com ampla vitória conservadora, aponta para uma encruzilhada que se aproxima a passos largos. Ações e pensamentos autoritários começam a ser tolerados com base em olhares binários, intolerâncias de todos os tipos vêm sendo externadas com naturalidade, e a violência vem se tornando moeda de troca nas sociabilidades mais elementares. Isso sem falar em instituições que traem, diariamente, os interesses nacionais. A Democracia se exerce com (e em) respeito ao próximo, a ação política ocorre na coletividade e é sempre intersubjetiva, a liberdade não existe onde não sejam todos iguais em suas diferenças: todas essas premissas precisam ser retomadas, discutidas e compreendidas para que as condições mínimas para o exercício democrático sejam novamente satisfeitas.

Oportunamente, a presente edição traz um dossiê dedicado aos 40 anos de independência da África lusófona. Sua importância transcende o campo historiográfico, tornando-se um lembrete de que a liberdade e a Democracia não são dádivas garantidas nem condições inerentes à sociedade, mas conquistas que precisam ser resguardadas, defendidas e sobre as quais precisamos cuidadosa e permanentemente refletir. A Democracia é uma ideologia que começa em nós mesmos, e seu exercício precisa ser uma militância constante.

O dossiê *40 anos de independência em África*, organizado pelo doutor Augusto Nascimento, investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, e pelo doutor Marcelo Bittencourt, professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, alcançou uma repercussão significativa com várias submissões de pesquisadores especializados na área. Após as avaliações, houve a decisão editorial pelos oito artigos que compreendem os cinco processos de descolonização (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

Ainda no dossiê temático, apresentamos duas entrevistas. A primeira com David Birmingham, um dos maiores pesquisadores de História da África portuguesa, em especial sobre Angola, e que possui passagens pela London School of Oriental and African Studies, University of Kent, China, Califórnia, Tanzânia, Congo e Camarões. A segunda entrevista foi realizada com o cineasta gaúcho Licínio Azevedo, que vive desde 1975 em Moçambique e é, sem dúvida, um dos grandes nomes da cultura daquele país. Completando o dossiê, apresentamos a resenha de um lançamento português, *O adeus ao Império – 40 anos de descolonização portuguesa*¹.

Dedicamos um agradecimento especial à Fundação Mário Soares, que gentilmente cedeu a imagem que ilustra a capa da atual edição: o Encontro de Chefes de Estado dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), representado por Samora Machel (Moçambique), Aristides Pereira (Cabo Verde), Agostinho Neto (Angola), Manuel Pinto da Costa (São Tomé e Príncipe) e Luís Cabral (Guiné-Bissau).

Com a nova proposta editorial, houve a decisão pela manutenção da “Seção Livre” como espaço definitivo, priorizando novos estudos e reflexões de impacto na historiografia e permitindo ao leitor agilidade no conhecimento dos resultados acadêmicos. Nesse espaço, apresentamos

¹ ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires (Orgs.) *O adeus ao Império – 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015.

oito artigos dos mais diversos temas, além da resenha de um livro publicado recentemente pelo investigador português António Costa Pinto².

Assim como as demais edições, a variedade institucional permanece uma marca da revista. O número é composto por artigos de pesquisadores das seguintes instituições acadêmicas: King's College London, University of Minnesota, Universidade Alberto Hurtado, Universidade Nova de Lisboa, Universidad Pública de Navarra, Universidade Católica Portuguesa, Universidade do Minho, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Regional de Blumenau, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade de Brasília, Universidade Federal Fluminense e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

O ano que termina foi desafiador. Com a ousada modificação editorial, a dinâmica interna da revista se alterou de forma significativa. Entretanto, com o apoio do setor de periódicos da EDIPUCRS e da equipe editorial, a qualidade foi mantida e a nossa tradição como única revista temática do Brasil que privilegia o espaço ibero-americano foi mais uma vez consolidada. Ressaltamos o importante apoio do CNPq, que, através do Edital 24/2015 de apoio à editoração, concedeu recursos para ampliarmos nossas atividades.

Com a estrutura estabelecida, a equipe editorial organizou uma agenda³ de publicação. Convidamos, portanto, os leitores a acessarem essa agenda para conferir as informações das próximas chamadas de dossiês: *Atores e trajetórias do campo indigenista nas Américas* (2017/1), *História, cotidiano e memória social: a vida comum sob as ditaduras no século XX* (2017/2), *Amor mundi – atualidade e recepção de Hannah Arendt* (2017/3), *Fotografia, cultura visual e história* (2018/1), *30 anos da “Constituição cidadã”: perspectivas da História e da Ciência Política* (2018/2), *Cores, classificações e categorias sociais: os africanos nos impérios ibéricos, séculos XVI a XIX* (2018/3), além da abertura permanente da “Seção Livre” e “Resenhas”⁴.

² Publicação brasileira: PINTO, António Costa. *Os Camisas-Azuis: Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Porto Alegre; Recife: EDIPUCRS; EDUPE, 2016. Publicação portuguesa: PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis e Salazar: Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Lisboa: Edições 70, 2015.

³ Cf.: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/iberoamericana/announcement>>.

⁴ Informações em nossa página no Facebook: <<https://www.facebook.com/EstudosIberoAmericanos/>> e no twitter <<https://twitter.com/revistaEIA>>.

Destacamos ainda o belíssimo trabalho editorial que está sendo conduzido pelos bolsistas de Iniciação Científica no processo de digitalização das versões impressas. A revista *Estudos Ibero-Americanos* foi criada em 1975, mas apenas em 2004 iniciou sua divulgação por meio da versão digital. Já há uma quantidade significativa de edições disponíveis em nosso site, e a previsão é que até o início de 2017 a totalidade esteja concluída⁵.

Sendo esta a última edição de 2016, fazemos um especial agradecimento aos 109 pareceristas que atuaram voluntariamente na apreciação dos artigos recebidos pela revista no decorrer deste ano.

Desejamos ótimas reflexões e uma boa leitura a todos!

Leandro Pereira Gonçalves
Editor

Vinícius Liebel
Editor assistente

⁵ Cf.: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/iberoamericana/issue/archive>>

Quatro décadas de independência: da cartilha ideológica às contingências políticas e sociais nos PALOP

*Four decades of independence:
from the ideological playbook to political and
social contingencies in PALOP*

*Cuatro décadas de independencia:
de la cartilla ideológica hasta las contingencias
políticas y sociales en PALOP*

Em nosso texto de chamada de artigos para esse dossiê¹ destacamos o fato de que, decorridos 40 anos das independências de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, estes países enfrentaram profundas mudanças em seus regimes políticos, assumindo colorações ideológicas diversas, quando não antagônicas, e uma acelerada e, em alguma medida, imprevisível, transformação social. Por tudo isso, tais países assumem hoje perfis muito diferentes das sociedades colonizadas de outrora, mas também dos ideais de dirigentes nacionalistas e, ainda, das análises de vários estudiosos que se lançaram a interpretar as dinâmicas dos processos independentistas.

¹ Além dos textos abaixo referenciados, este dossiê compõe-se da entrevista concedida por David BIRMINGHAM a Alexander GEBARA, *A historiografia de David Birmingham*, da entrevista feita por Ana Cristina PEREIRA e Rosa CABECINHAS ao cineasta Licínio AZEVEDO sobre Moçambique, *Um país sem imagem é um país sem memória...* e, ainda, pela resenha *A descolonização portuguesa e as batalhas da memória* do livro *O Adeus ao Império* da autoria de Maria Inácia REZOLA.

Mais do que um balanço exaustivo da vida política desses países ao longo dos quatro decênios de independência, os textos a seguir propõem posicionamentos e perspectivas diversas quanto à observação de suas múltiplas vivências. Reflexões sobre as trajetórias políticas, económicas, sociais e culturais, mas também acerca do saber histórico elaborado em relação a estes países.

Ainda assim, apesar dos olhares diversos presentes no dossiê, alguns temas serão recorrentes, mesmo que nem sempre explicitados, dadas as abordagens originais e singulares. Exatamente por isso acreditamos ser importante destacar alguns deles e estabelecer um diálogo inicial, com questionamentos e aproximações que podem ajudar o leitor a perspectivar novas abordagens e a refletir a partir de ângulos que o tempo e o processo histórico sugerem ou permitem. Dessa forma, nossa proposta é a de nos debruçarmos, nesse momento inicial, em três temas que atravessam a maior parte das discussões que serão travadas a seguir. São eles o nacionalismo, o Estado e o socialismo.

O nacionalismo, no caso dos países contemplados nesse dossiê, tem dois momentos: o da luta de libertação nacional e o da sua concretização em políticas atinentes à construção das entidades políticas. É sobre este segundo momento que os textos a seguir irão se deter. De fato, o caminho da vinculação entre a edificação da nação e a construção do Estado foi trilhado demasiadas vezes. E é preciso ter atenção a essa postura de sobreposição. Embora a construção do Estado possa albergar um forte nacionalismo, em determinadas circunstâncias, o nacionalismo ou estratégias políticas também nacionalistas podem assumir posições de confronto em relação ao Estado em questão. Portanto, não devemos confundir o processo de construção do Estado com o forjar de uma identidade nacional, política e cultural entre populações amiúde heterogêneas².

Por outro lado, passados 40 anos das independências é possível admitir que alguns elementos centrais da ideologia do Estado colonial passaram para o seu sucessor³, como é o caso das prerrogativas de mando dos europeus, presumidamente superiores porque portadores de uma qualquer ideia de ‘civilização’, e que foram transferidas para os africanos letrados da geração nacionalista, a quem – pela vitória das armas, quando foi o caso, ou pela ausência de concorrentes ou fragilidades desses – coube governar os seus concidadãos iletrados.

² Cf.: SMITH 1995, p. 33.

³ Cf.: YOUNG 2004, p. 29.

A vitória na guerra, ou na diplomacia, resultou numa ocupação do espaço político, que passou a ser definida por seus detentores como o equivalente da legitimação popular aos movimentos independentistas. O acesso ao poder ficou resolvido mas, apesar da reivindicada liderança política e da (arrogada e, ao tempo, pouco questionada) consonância de objetivos com o *povo*, o mesmo não sucedeu com a representatividade política e social, sobretudo com o passar do tempo e o fim da alegria prenhe de esperança que as independências inauguraram. Os anos subsequentes às independências alargaram o fosso entre as intenções políticas e as percepções populares acerca da sua segurança, dos seus sonhos e até mesmo da sua sobrevivência.

Uma vez decretada a adoção do socialismo, este, rapidamente, se traduziu num rebaixamento das expectativas e na aplicação voluntarista de preceitos inadequados às diversidades sociais existentes. Não se verificou um processo de construção de novos horizontes, mas, sim, a imposição de metas e normas concebidas nos distantes gabinetes governamentais. A antevisão ou a intuição da possibilidade do fracasso estiveram presentes desde o início, como confirmam as fissuras nos partidos únicos e os malabarismos intelectuais, tentando teorizações sobre transições políticas heterodoxas, a fim de dar conta do socialismo africano.

Não por acaso, todo o esquema interpretativo da luta de classes subjacente à luta contra a opressão colonial foi abandonado. Não se considerou mais existir nem a desigualdade nem a divergência ou a colisão de interesses, em razão da nova determinação quanto a uma suposta homogeneidade social. Só o estrangulamento da expressão da dissenção pela ampliação do único partido auxilia no entendimento do baixo volume do descontentamento por mais de uma década nas zonas territoriais sobre o alcance dos governos. Vale lembrar que Angola e Moçambique enfrentariam ainda uma prolongada guerra civil, que apesar de ser uma demonstração da insatisfação interna, precisa ser compeendida também, e de forma incontornável, como fruto da lógica perversa da Guerra Fria.

Porventura, apenas se preservou, mesmo que formalmente, a ideia do suicídio da pequena burguesia – implicitamente tida como aliada do Estado colonial – que deveria renascer pela adesão aos fins do *povo*. Tal tese, conveniente para a tomada do Estado, articulava-se a ideia de desenvolvimento económico e a necessária transformação socio-cultural. Porém, o Estado logo passou a estar sujeito à discricionariedade dos mandantes. Assim, e de modo ambíguo, a pequena burguesia

citadina, mais próxima ao Estado e respectivas ramificações, acabou beneficiada em detrimento dos camponeses a quem supostamente se destinava a revolução – em grande medida, mesmo se forçadamente, os obreiros das lutas. Numa síntese simplista, prevaleceram as alianças dos partidos históricos da libertação com os quadros urbanos necessários para a gestão de um Estado.

Para assegurar a unidade nacional fortaleceu-se a figura do *povo*, assim mesmo, no singular, atropelando os particularismos, transformados em demandas regionalistas ou étnicas⁴, quando não, obscurantistas. Desejos, vivências, ritos e línguas anteriormente cantadas em verso como africanas e, por isso, anticoloniais e libertárias, passaram a ser exemplos de posturas tribais, antinacionalistas. Previsivelmente, cerceava-se o espaço para se discutir sobre qual nacional se estava falando.

Os movimentos triunfantes enjeitaram as clivagens étnicas. Mas esta rejeição – alavancada na retórica e nos propósitos socialistas – não equivaleu à supressão de fronteiras internas, por vezes, claramente percebidas como tal por segmentos de governados. Na Guiné Bissau, por exemplo, a indicação de juizes para sectores com os quais não tinham nenhuma relação podia corresponder a uma salutar tentativa de homogeneidade e equidade por parte do novo Estado. No entanto, não deixava de ser entendida como intrusiva e fonte de arbitrariedade por aqueles a quem o juiz se dirigia.

Os princípios do “socialismo científico”, como era pregado nos Palops, eram estranhos para as populações rurais, a esmagadora maioria da população dos novos países, e, por isso mesmo, seu coletivismo e sua forma impositiva e centralizada quanto à distribuição dos produtos lembravam tanto a arregimentação quanto a violência do tempo colonial. A adesão aos projetos e aos planos de produção agrícola seria pequena. Em resposta, o caminho mais fácil para os dirigentes era o de acusarem os camponeses de serem reacionários.

Por outro lado, a política de viés urbano e nacionalista, assim como o socialismo, não eram de todo estranhos aos jovens das gerações cidadinas, com acesso ao pequeno crescimento da educação formal na última fase colonial. Sobretudo, se tivermos em consideração que alguns desses jovens passaram por um período de intensa agitação política a partir do 25 de abril. Travaram contato com algumas correntes e tendências políticas, quase sempre de orientação socialista, apresentadas

⁴ Cf.: MAMDANI 1996, p.183.

até mesmo pelas forças militares portuguesas que se preparavam para regressar a Portugal. Essa efervescência prolongou-se, pelo menos até que se proclamasse a independência, quando, então, os horizontes políticos começam a se reduzir rapidamente.

É preciso referir ainda que apesar das independências dos *Cinco* terem ocorrido mais de uma década após a grande onda de 1960, quando 18 países africanos ficaram independentes, a lógica política permanecia polarizada entre socialistas e capitalistas. Mais do que isso, apesar das evidências quanto à crescente distância entre discurso político e prática política, o contexto de enfrentamento presente no continente não favoreceu o surgimento de sinais de alerta acerca de possíveis correções de rota. Os regimes africanos, que não só os dos Palops, aspiravam ao desenvolvimento e afirmavam que esse seria alcançado pela mão forte do Estado, conduzido pelo partido único, fosse qual fosse a linha ideológica. Noutros termos, a ênfase no Estado não foi um atributo dos que se apresentavam como socialistas.

Em especial na década de 80, os erros internos e as alterações na arquitetura das trocas comerciais internacionais foram mingando sonhos e capacidades. Os Estados não conseguiam mais dar conta das necessidades elementares de seus cidadãos. Nos anos 90, a crise política e econômica desses países resultaria numa maior liberdade para os indivíduos, primeiro, insinuada e, depois, confirmada com a institucionalização de eleições regulares, ainda que não em todos os níveis, mais do que com uma observância estrita do Estado de direito democrático.

Ora, o processo de institucionalização da democracia representativa aprofundou a apartação dos Estados, apropriados por pequenos grupos, relativamente às sociedades. Dessa forma, a relação entre governantes e governados, mediada pelo Estado, tornou-se rala, quando observada na lógica da representação e da imagem de defensores eleitos para a defesa de determinadas práticas e ideias. Mas, ao mesmo tempo, é esse Estado o ente que divulga, mais do que promove, o sentimento de unidade e é ele que concentra o principal da renda nacional. Podemos assim melhor entender o disperso sentimento na população de raiva e atração em relação a esse Estado e aos políticos que se assenhorearam dele.

Como persuasivamente o demonstrou Messiant⁵, o curso da política em Angola pautou-se pela construção de um Estado que, graças às rendas do petróleo, logrou sobreviver independentemente da falência ou

⁵ Cf.: MESSIANT 2006, p. 145

precarização da restante economia e do empobrecimento social. Mais do que a ideologia socialista depreciadora de idiossincrasias culturais, ditas tribalistas e étnicas, foi a extrema concentração de poder escorada nessas rendas e justificada pelo conflito militar, que fez com que o MPLA não se pautasse pela clivagem étnica, apontada de forma simplista por alguns estudiosos como estando na origem das divergências entre as correntes nacionalistas antes da independência e da guerra civil que lhe sucedeu. De resto, finda esta guerra em 2002, as eleições não comprovaram a existência de uma fidelidade étnica, ao invés, tenderam, a atenuar a respectiva importância⁶. A descompressão política e social e o desafogo dos réditos do petróleo levaram a amplas vitórias eleitorais do MPLA, concretamente nas eleições de 2008.

Na esteira de outras análises sobre a atomização dos indivíduos e da dificuldade de afirmação da sociedade civil, pressionados pelo poder político⁷, o texto de Nuno Vidal foca-se na rigidez e na relação hierárquica que parecem fazer parte da estrutura de poder construída pelo MPLA, independentemente dos oportunos e inteligentes enunciados do partido quanto a uma necessária humildade no reconhecimento dos erros, sempre mirando com tal estratégia futuras vitórias eleitorais⁸.

A coberto do centralismo democrático, a consolidação e a centralização do poder nas figuras dos dois presidentes – Agostinho Neto e Eduardo dos Santos – cingiram os procedimentos decisórios a um núcleo assaz restrito, no qual, todavia, se evidenciou uma tensão entre duas perspectivas sobre as opções políticas para o país. Desde praticamente os primórdios da independência, ao mesmo tempo que se proclamavam os objectivos socialistas, abdicava-se de tais políticas, abrindo-se espaço à informalidade que se tornaria a norma das práticas não só dos diversos actores sociais como dos agentes públicos, corroendo decisiva e definitivamente o ideário socialista. Poucos anos após a independência, já a ambiguidade se tornava corriqueira.

O caminho foi o da construção de um poder personalizado, baseado, entre outras práticas, na exemplar punição dos agravos à figura do Chefe, como é mister num sistema hegemónico pela racionalidade patrimonial, como assinala VIDAL.

Com o apoio involuntário da ameaça externa e da guerra movida pela UNITA, assistiu-se a uma trajectória de crescendo de poder de

⁶ Cf.: BITTENCOURT 2015: 244

⁷ Por exemplo, Vidal 2007.

⁸ Por exemplo, <http://expresso.sapo.pt/internacional/2016-08-17-Eduardo-dos-Santos-exorta-MPLA-a-assumir-erros-do-passado-para-ganhar-eleicoes>, acesso: 23 ago. 2016.

Eduardo dos Santos. Em diferentes fases, o acúmulo de poder pela sua pessoa passou pela submissão dos próximos do MPLA – que se digladiavam entre si em nome de lemas ideológicos que o tempo tornaria irrelevantes para o devir da hegemonia política em Angola –, pela cooptação de dissidentes e adversários e, ainda, pelo “apertado controle [d]os novos espaços de liberdades civis e políticas” formalmente criados nos anos 90.

Para os defraudados com os trilhos dos países por cuja independência lutaram ou a que aderiram de forma exaltada, quatro décadas, que correspondem a uma vida, são mais do que suficientes para um balanço.

Relativamente a Moçambique, considerando o lapso temporal desde 1975 como suficiente para uma avaliação do caminho percorrido e tendo presentes as promessas da luta pela independência, Sheila KHAN pergunta acerca da concretização das esperanças, começando pela conclusão de que o país se traiu a si mesmo, citando os que perguntam se quem traiu a nação não foram aqueles que por ela lutaram.

Não só as promessas de equidade e de progresso não se realizaram como o país esteve sujeito a uma atroz guerra civil, cujo espectro ressurgiu ao cabo de cerca de 20 anos para, em 2014, parecer ser arredado e de novo aflorar em 2015.

Neste ambiente, ao mesmo tempo que se cultiva a memória da heroicidade no tempo da luta contra o colonialismo⁹, os silêncios sobre a guerra civil são ainda pesados e muito mais facilmente se fala do recurso às armas do que das soluções para se lhes colocar um termo. Refira-se, as hostilidades parecerão à Renamo a única forma de se fazer ouvir e, em última análise, à Frelimo um meio de se manter no poder. A avaliar pelos episódios bélicos desde 2013, dir-se-ia que ambos pretendem ou só aceitam negociar em função da avaliação das vantagens da situação militar.

A propósito das actuais negociações para sanar o conflito entre a Frelimo e a Renamo¹⁰, Sheila KHAN refere a incapacidade que a

⁹ Em particular em Moçambique, assinala-se a profusão de testemunhos e memórias sobre a guerra colonial.

¹⁰ Não será difícil encontrar quem opine pelo fracasso das negociações, mormente após o assassinato de Jeremias Pondeca (cf. <http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/59729-jeremias-pondeca-membro-senior-do-partido-renamo-assassinado-na-capital-de-mocambique>, acesso: 22 de outubro de 2016), que se segue a outros de que nunca se apuraram os autores. Jeremias Pondeca era conselheiro de Estado e o Presidente Filipe Nyusi esteve presentes nas cerimónias fúnebres (<http://www.voportugues.com/a/mocambique-rende-homenagem-jeremias-pondeca/3547812.html>, acesso: 22 de outubro de 2016). Contudo, parte dos moçambicanos inculpará a Frelimo pelo sucedido. Outra parte dos moçambicanos considerará essa responsabilidade como decorrente do exercício de poder que se deve nortear pelas garantias de segurança da população, aliás, corriqueiramente uma das razões de adesão ao partido no poder.

Frelimo tem demonstrado no tocante ao processo de descentralização do poder¹¹ e, em especial, à governação das províncias, com isso criando obstáculos à integração política da Renamo e avolumando as tensões políticas e sociais.

Dir-se-á que nenhuma democracia pode brotar destes expedientes táticos. De resto, é possível pensar numa democracia de que um dos integrantes é a guerra intermitente ou de baixa intensidade, em todo o caso, de intensidade bastante para transmitir insegurança e levar as pessoas a escolher, não programas políticos, mas os chefes mais poderosos, de quem esperam protecção e auxílio?

Se quatro décadas bastam para um balanço, então, para as conclusões a retirar do caso de Moçambique, importa pensar que o *povo* mudou e que para parte significativa desse *povo* o ideário nacionalista ou os pergaminhos da luta não dizem nada. Já no campo dos governantes, pouco mudou, por vezes só a retórica com que se justificam no poder, o qual tendencialmente opera à margem dos mecanismos institucionais de tomada de decisão, mormente, os da democracia representativa adoptada na década de 1990.

Relativamente a Cabo Verde, Cláudio FURTADO revê as quatro décadas desde a independência da perspectiva da disputa pela imposição de um sentido para a história recente do arquipélago, sentido a inscrever numa memória histórica nacional. Aludir a essa disputa pelo triunfo na imposição de um sentido para a história de Cabo Verde corresponde, afinal de contas, a uma outra forma de falar das divergências em torno da independência, desdobradas seja na incomum mudança da bandeira, seja na pugna pela regionalização reivindicada pela ilha de S. Vicente, ilha que, após 1975, perdeu protagonismo para o centralismo da capital. Em parte, as divergências do momento da independência ficaram por resolver até ao presente.

A independência de Cabo Verde acabou por ser negociada com o PAIGC, tendo as outras organizações sido preteridas em vista da sintonia entre o Movimento das Forças Armadas e o PAIGC, em parte resultante da conjuntura e do reconhecimento internacional do PAIGC.

¹¹ Fincando-se no texto constitucional, a Frelimo tem rejeitado entregar à Renamo a governação das províncias onde esta teve uma votação maioritária. Diversamente, encetou um processo de criação paulatina de autarquias locais (de momento, 53), para cujas eleições tem obtido uma esmagadora maioria de vitórias. Assim, de permeio com a observância dos mecanismos de democracia representativa (e independentemente de alegações sobre fraudes, alegações que não encontram respaldo nas missões internacionais de observação eleitoral), a partilha de poder tem-se revelado mínima. Enquanto isso, tem-se verificado a rotação na titularidade dos cargos de poder detidos por elementos da Frelimo, incluindo o de Presidente da República.

De resto, independentemente do acordo de Lisboa em 1974 não prever a transferência do poder para o PAIGC, preconizando, antes, a preparação as eleições para o futuro parlamento cabo-verdiano, com poderes constituintes e a quem incumbiria a declaração da independência de Cabo Verde, dificilmente se poderá pensar que não estivesse no horizonte das partes signatárias a assunção do poder pelo PAIGC, considerada inevitável mas para a qual, a dado passo, também o MFA contribuiu.

Ainda assim, no dizer de Cláudio FURTADO, desde a revolução de Abril em 25 de Abril de 1974 à independência, em 5 de Julho de 1975, assistiu-se a intensa movimentação política, a disputas por hegemonia de projetos políticos e de sociedade. Cumpre dizê-lo, tal não era o desígnio do PAIGC, como, aliás, não era de nenhum dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Anos de guerra e a conjuntura internacional, com eco num Portugal exaurido pela guerra colonial, ditaram a edificação de regimes monolíticos como o modelo mais apropriado para a reconstrução política e social nos *Cinco*. Seus dirigentes quiseram crer que tal processo seria diverso do histórico de conflitos e tensões que atravessara o continente desde as independências.

Nem o tendencial monolitismo sobrevivendo à independência, nem os progressos económicos e sociais fizeram calar as diferenças, as divergências e a multiplicidade de visões de mundo e de projetos políticos para a sociedade cabo-verdiana. FURTADO elenca o *affair trotskismo*, a progressiva dissonância do monolitismo do regime entre a diáspora, a disputa geracional em finais da década de 1980 que, por efeito da conjuntura internacional pautada pelo desabamento a Leste, levou a que Cabo Verde enveredasse pela implementação da democracia representativa¹², depois generalizada pelo continente africano. No caso de Cabo Verde, a democracia inaugurou-se com a emergência do debate em torno da configuração política do arquipélago, debate que a hegemonia do PAIGC cerceara em 1975.

Dos *Cinco*, Cabo Verde era o país potencialmente mais pobre, razão, aliás, para que, entre camadas populares e mais vulneráveis de Cabo Verde, grassar a ideia de que a independência constituía um risco desnecessário, atenta, ademais, a disposição do colonizador em não deixar voltar a repetirem-se as tragédias das fomes dos anos 40. A tal

¹² Após a recusa de tal passo no congresso do PAICV de 1988 e das críticas em Cabo Verde, e não só, às intenções de Pinto da Costa de democratização política em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde acabaria por ser o primeiro dos *Cinco* a realizar eleições democráticas.

pessimismo de parte da população, a elite política impôs a sua certeza voluntarista no desenvolvimento que, alcançável com a independência, vergaria a pobreza crónica. Na realidade, as apreciações sobre Cabo Verde padeciam de um erro, a saber, o de não considerar o avanço que o arquipélago levava no domínio da instrução e do que, vagamente, se definiria como um substrato cultural sedimentado por décadas de emigração pelas várias partes do mundo. Tenha sido, ou não, por causa da criteriosa aplicação dos recursos ditada pela pobreza, a verdade é que Cabo Verde alcançou indicadores impensáveis ao tempo da independência.

Menos por via da evolução política do que pelo curso dos debates parecerá que a independência está em causa. Ou, segundo Cláudio FURTADO, pelo menos o seu questionamento estaria subjacente aos dilemas cultural-identitários¹³ que, no plano político, constituem os desafios para o presente e o futuro de Cabo Verde.

O texto de Victor MELO fala-nos de realizações do pós-independência num domínio menos conhecido, o do desporto, encarado como manifestação cultural na qual se espelha o percurso do país. Ele foca o caso do golfe que, levado para a ilha de São Vicente por ingleses, aí se pratica até aos dias de hoje, depois de um processo de adopção e de apropriação pelos nativos. Como foi encarado o golfe, desporto de contornos elitistas, pelos dirigentes do PAIGC? Na resposta a esta questão inscrevia-se a aplicação do projecto político do PAIGC e, ainda que de forma subliminar, o confronto entre uma nova capital política e uma ilha considerada avessa aos propósitos de homogeneização social do PAIGC triunfante em Cabo Verde em 1974-1975.

A despeito do monolitismo ideológico e do consequente viés classista à luz do qual se encaravam as manifestações desportivas, as

¹³Não deixa de ser interessante este dilema identitário que percorre cabo-verdianos – sobretudo, os intelectuais – e que parece dividir ilhas, como o indiciam, por exemplo, as movimentações em torno da regionalização. Independentemente do que esta proposta contém de instrumental no tocante à capitalização de dividendos políticos contra a macrocefalia da Praia, ela pode ser também uma forma implícita de negar a vocação africana resultante da ligação ao continente (NASCIMENTO 2016). Porventura, muitos cabo-verdianos anuirão a que a inserção no contexto regional africano e nas estruturas políticas do continente não preenche toda a matriz identitária cabo-verdiana.

Apesar da reafirmação dos espíritos coetânea da luta, por conta da qual a africanização parecia incrustar uma matriz identitária autêntica, parte dos cabo-verdianos teria muitas dúvidas quanto a tal africanização dos espíritos. De outra forma, não se entenderia a acrimónia que perpassou nas trocas de acusações entre responsáveis guineenses e cabo-verdianos após o Movimento Reajustador de 1980 na Guiné-Bissau (que TRAJANO elencou como o “outro paradigmático”). Se assim foi, e é, sem se negar uma identificação difusa de parte dos cabo-verdianos com África, poder-se-ia perguntar que África polariza tais sentimentos.

mudanças na política desportiva começaram ainda na vigência do partido único, no início da década de 1980, e, como assinala Victor MELO, elas renunciavam a renúncia à modelação ideológica pelos dirigentes de todas as vertentes socioculturais e de todas as solidariedades horizontais no arquipélago. Basicamente, tal mudança consistia em deixar renascer o golfe, na esteira do que, argumentando com o enraizamento popular da modalidade, os defensores da modalidade ensaiavam dignificá-la, considerando o golfe como uma prática de afirmação do cabo-verdiano forçosamente contra o colonizador. Deste modo, e ainda que de forma circunscrita, relativizavam-se os feitos na guerra na Guiné-Bissau.

A implementação da democracia representativa trouxe maior abertura para o mundo e, associada à maior liberdade de expressão e de identificação com referentes do mundo – sobretudo, clubes do país outrora colonizador – acarretou debates sobre o enraizamento da identidade cabo-verdiana. Diferentemente do futebol, o golfe, mormente na ilha de S. Vicente, seria o campo de afirmação de um desporto local, cabo-verdiano, contra uma projectada alienação de bens ao capital estrangeiro. Tal seria um item de uma discussão mais vasta sobre o lugar do turismo no desenvolvimento e, afinal, de inserção do país no fluxo de capitais e na circulação de pessoas.

Não por acaso, cabo-verdianos de diferentes quadrantes perfilarão a necessidade de inserção do país no mundo pelo que tem de mais singular, a sua vertente cultural, que, como nos diz MELO, constitui “uma forte construção identitária que vem do período colonial, sofre abalos no início do período da independência, se ajusta nos anos 1980, é reconfigurada no momento de adoção do multipartidarismo, entra em crise na primeira década do século XXI, mas, de fato, jamais é abandonada e funciona com um importante esteio para a nação”.

Retornando à relação entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau, em que se forjou a independência do arquipélago, não se descarte a sugestiva ideia de Havik de que o projecto de unidade entre Cabo Verde e Guiné Bissau derivou da própria concepção colonial¹⁴. A admitirmos como possível esta proposta, o pensamento nacionalista e de libertação da África, esgrimido pelo PAIGC, teria servido de nova roupagem para o

¹⁴Citado por NEWITT 2015: 32. Em todo o caso, para passar de sugestiva a convincente, tal hipótese demandaria uma acurada investigação sobre o curso e a metamorfose de sentidos políticos dos referentes culturais, a começar pela própria memória da presença de cabo-verdianos na Guiné.

sentimento de superioridade e o paternalismo dos cabo-verdianos para com os guineenses, atitudes decantadas ao longo de séculos.

Como teria sido a evolução política se em vez de um projecto político utópico conducente à criação de um Estado bi-nacional se tivesse à época da sua emancipação criado um governo de uma entidade política una, Guiné e Cabo Verde? Certamente, a separação não seria tão fácil como a ocorrida com o golpe de Novembro de 1980, em razão do qual o projeto de construção de um Estado bi-nacional conheceu seu termo, pelo que, a partir de então, os cabo-verdianos se sentiram livres para desabafar nas ruas que eles nada tinham a ver com os da Guiné... com o que talvez exprimissem de forma subliminar a sua dissonância em relação ao regime.

Ao tempo, que Estado e que nação se construíam, ou não, no continente, no território da Guiné-Bissau? Para TRAJANO FILHO, a noção relevante de nação na Guiné-Bissau é a da nação crioula em decantação há séculos por força da constante interação entre os recém-chegados, europeus ou africanos, e os habitantes das *praças* existentes nos rios das costas do território.

Se a avaliação da construção da ideia de nação ou do fortalecimento e estruturação do Estado na Guiné-Bissau se pautar por critérios funcionais ou pelos critérios político-ideológicos fundadores da luta, para TRAJANO FILHO, a avaliação do tempo transcorrido pelas promessas da era da independência só pode conduzir à constatação de um fracasso. Tal sentença aplicar-se-á aos resultados quer da procura de uma sociedade igualitária e homogênea, deduzida dos pressupostos marxistas da ideologia nacionalista, quer da sucedânea concepção de sociedade liberal determinada pelo mercado, uma e outra conducentes à concentração de riqueza, à desigualdade e à violência. Ora, para TRAJANO FILHO, o polimórfico projecto crioulo (noção distinta de mestiço ou de cabo-verdiano) da nação na Guiné-Bissau refere-se a uma profundidade histórica plurissecular e, sendo assim, por exemplo, a luta de libertação foi um momento e, podemos-lo supor, a ideologia nacionalista foi uma roupagem ou um instrumento.

Sendo a luta pela independência o destino necessário da sociedade crioula, uma vez renascido na década de 1950, o desejo de autonomia, que o avanço colonialista soterrara nos primeiros decénios de novecentos, leva TRAJANO FILHO a afirmar que “uma contradição se consolidou no coração do projeto para a nação do PAIGC ou, o que dá no mesmo, da sociedade crioula desde o início do movimento nacionalista: um

confronto paradoxal entre o retorno às origens idealizado na utopia de Cabral (1973), que sugeria um devir igualitário e horizontal para a futura nação, e a estrutura verticalizada da sociedade crioula, sempre supondo formas de incorporação da diferença que geravam hierarquias do tipo gerontocrático e patrimonialista”.

A luta trouxe uma quantidade imensa de gente desejosa de incorporação no mundo crioulo, cuja capacidade de absorção era escassa. Assim, nas precárias condições de vida e de escassez de recursos, a incorporação nem sempre passou pela adesão à comunidade de sentimento que é a nação, mas, lembra o autor, a corporações organizadas em redes ralas, encabeçadas pelos novos “homens grandes”, gerando, por exemplo, frustrações e ressentimentos.

Segundo TRAJANO FILHO, o projecto de nação crioulo, polimórfico ao longo do tempo, depende da capacidade de determinação das fronteiras de absorção de elementos europeus e africanos ou indígenas. Se a sociedade crioula perder esse controlo da absorção desses elementos acabará como que descrioulizada, isto é, subsumida a um dos elementos que, durante séculos, a constituíram, a saber, o mundo africano tradicional ou as formas de vida europeizadas. Em todo o caso, da perspectiva da nação construída da base para o topo, com ou sem interferência do Estado, para TRAJANO, a nação, mesmo que não mais a crioula, está em construção na Guiné-Bissau, facto comprovado pelo facto de o crioulo ser cada vez mais a língua nacional. Também formas de sociabilidade crioulas como o carnaval começam a ser celebradas e vividas fora das *praças*.

Uma das dificuldades na Guiné Bissau traduz-se na incapacidade de falar da clivagem relativamente aos cabo-verdianos. Como se aludiu, enquanto projecto da sociedade crioula, a nação guineense ergueu-se da base para o topo para sacudir os agentes coloniais e os “sempre imprevisíveis cabo-verdianos”, a cuja presença e às clivagens dela decorrentes, TRAJANO FILHO não atribui as dificuldades de desenvolvimento do projeto nacional na Guiné-Bissau.

Como o autor aduz acerca dos balanços possíveis desde a independência, a “resposta com alguma dimensão de razoabilidade passa necessariamente (...) pelos enquadramentos de hipóteses subjacentes, na maior parte das vezes implícitas e, com alguma recorrência, furtivas”. Tal também vale, podemos-lo supor, para a discussão acerca dos cabo-verdianos, cuja presença na Guiné-Bissau era discutida mais abertamente entre os vários movimentos e grupos nacionalistas do que passou a ser depois de o PAIGC se tornar o

movimento hegemónico e, naturalmente, desde a independência até aos dias de hoje¹⁵.

Também encontramos cabo-verdianos em São Tomé e Príncipe, descritos por Marina BERTHET, sobretudo como atores de uma história invisível, enquanto trabalhadores agrícolas num arquipélago que, significativamente, passou de uma colónia dedicada à exportação da monocultura do cacau a um país independente que ensaiou impulsionar o seu desenvolvimento económico no acréscimo de produção e de produtividade nessa mesma monocultura.

Nestas circunstâncias, aflora a pergunta: no arquipélago, a independência significou uma rutura com as instituições coloniais? Para responder a esta questão, Marina BERTHET foca a sua atenção na permanência das roças e da monocultura do cacau, segundo ela, um dos fatores da apartação entre os políticos independentistas e o comum dos ex-contratados, após a independência *cidadãos* – como, sublinhe-se, já o eram no fim do período colonial, por oposição ao pretérito regime de privação de direitos civis e políticos denominado indigenato – mas cuja condição social manteve similitudes com a prevalecente no tempo colonial.

Para o MLSTP, que implementou um regime de partido único de coloração socialista para a governação do arquipélago após a independência, a questão passou a ser a de manter as roças operacionais e de tentar fixar aí a mão-de-obra contratada no tempo colonial¹⁶. O MLSTP também tentou, no quadro dos trabalhos cívicos, lograr a prestação da mão-de-obra cidadina. Após a adesão inicial devida à exaltação da independência, a mão-de-obra cidadina passaria a aderir de forma algo contrafeita, pelo que não só se revelaria pouco útil mas até improdutiva ou improficua. Já em relação aos trabalhadores das roças, ex-serviçais contratados ou seus descendentes, uma vez desmentida a crença na maior entrega ao trabalho em resultado da nacionalização das

¹⁵Opiniões de senso comum defendem com vigor que na base dos problemas da Guiné-Bissau não estão as clivagens étnicas ou socio-culturais, mas a presença do crioulo. Avaliar opiniões de rua como esta requereria profundo trabalho de investigação, desde logo para situar essa figura do mestiço, que, podemos alvitar, é uma metonímia de “cabo-verdiano” que o pudor académico ou a conveniência política impede de nomear. A este respeito, consulte-se, entre outras obras, DJALÓ 2013.

¹⁶Note-se, algumas das políticas ensaiaram beneficiar os trabalhadores, com destaque, como a autora assinala, para o aumento dos salários logo após a independência. Porém, cumpre dizer que o MLSTP ensaiou igualmente repor o comando autoritário (KEESE 2011) em nome do *povo* mas exercido por ilhéus a quem os trabalhadores imigrados não reconheceriam nem competência nem idoneidade. Tal gerou a corrosão das relações laborais e o abandono das roças. Para uma perspectiva de conjunto sobre a evolução das roças no pós-independência, veja-se EYZAGUIRRE 1986.

roças, os políticos recorreriam à coerção através da aplicação de disposições disciplinares arbitradas por directores ilhéus aos trabalhadores.

Assim, em torno da ideia de que a manutenção das roças foi o motivo de desafeição dos trabalhadores importados que ficaram por São Tomé e Príncipe relativamente aos políticos são-tomenses, importa indagar o conteúdo laboral e social da preservação das roças enquanto instituição totalizante. Independentemente da nacionalização ter quebrado uma promessa de acesso à terra, implícita nas palavras de ordem que aludiam à *terra a quem a trabalha*, os antigos serviçais viram as roças ser destruídas por práticas ruinosas de directores ilhéus que tinham substituído os patrões brancos, práticas que os antigos serviçais não poderiam deixar de considerar dolosas, mesmo se não o podiam dizer publicamente.

Paralelamente à anunciada ruína das roças, desde os anos 80 foram-se esboçando intentos de uma reforma agrária que, alterando a estrutura da propriedade, deveria permitir não apenas a reprodução da cultura cacaueteira mas igualmente a diversificação da agricultura, proporcionando uma acumulação interna e diferenciações económicas indutoras de ascensões sociais. Porém, a divisão e atribuição das terras fez-se segundo critérios de conveniência política – e de conveniência económica, de lógica rentista, dos elementos da nomenclatura política –, pelo que, uma vez mais, os antigos serviçais contratados permaneceram como os desapossados de terra numa terra onde, a despeito da proclamada irmandade africana, não deixavam de ser estrangeiros.

Gerhard SEIBERT foca as várias *débacles* – as da reforma agrária e a do petróleo – com consequências na pobreza tornada endémica e na permanente dependência do país da ajuda externa desde 1975, justamente o oposto da promessa de desenvolvimento anunciada pela independência.

No tocante à evolução política de São Tomé e Príncipe, Gerhard SEIBERT realça as questões entre os independentistas, antes e depois do 25 de Abril, de que saiu triunfante Pinto da Costa. Após 1975, na senda do acúmulo de poder no quadro do regime de partido único de coloração socialista, Pinto da Costa logrou afastar Miguel Trovoada, sujeito a prisão e a exílio, donde voltaria para arrebatá-lo a vitória na eleição presidencial aquando da adopção da democracia representativa em 1990.

Enquanto factor de insucesso do país, SEIBERT salienta a instabilidade política, que atribui ao *continuum* de conflitos pessoais, sem conteúdo ideológico ou político, antes derivados das disputas pelas

oportunidades e recursos disponibilizados pelo Estado. Daí decorrem a volatilidade dos engajamentos políticos e o permanente rearranjo das alianças e dos antagonismos, materializado no trânsito dos indivíduos pelos vários partidos. Porém, e sem embargo de tentativas abortadas de golpe de Estado, os conflitos vêm sendo resolvidos dentro de uma aparente normalidade institucional. Por regra, os resultados eleitorais têm sido aceites e respeitam-se os direitos humanos e as Frelimos cívicas e políticas.

Enquanto isso, o desempenho económico não podia ser mais frustrante. Ainda que os dirigentes tenham delineado uma política em torno da agricultura, esta não terá concitado muitas esperanças entre os ilhéus, cujas expectativas, na linha da tradicional demarcação dos *filhos das roças* – também a seus olhos, cidadãos de segunda –, estavam colocadas no Estado.

Por algum tempo, o ‘surgimento’ do petróleo na década de 1990 fez renascer os sentimentos nacionalistas, dada a expectativa de uma rentável exploração petrolífera. Mas até agora a prospecção não conduziu a quaisquer resultados, cerceando uma exaltação nacionalista fundada, já não na promessa da homogeneidade social de há quarenta anos, mas na mirífica riqueza advinda do petróleo.

Em meados da década de 1970, quando as colónias portuguesas lograram aceder à independência, já parecia passar o tempo da euforia das independências africanas. Porém, a luta ideológica reflectida na bipolaridade estava no seu clímax. Também por isso, os *Cinco* pareciam depositar crença na sua solução socialista.

Com diferença de caso para caso, observaram-se sucessivos distanciamentos dos resultados relativamente aos propósitos iniciais, fossem os do tempo da luta, fossem os dos princípios programáticos. As dificuldades económicas – na década de 1980, sentidas em toda em África mas, em particular, nos países de economia centralizada e de orientação socialista¹⁷ – e a conjuntura internacional levaram à adoção da democracia representativa. Com maiores ou menores dilações e dificuldades, este foi o caminho nos *Cinco* que trocaram as veredas socialistas pela via da economia de mercado, expectavelmente condicionado à tentativa de preservação e reprodução da posição hegemónica dos políticos.

Como assinalou FALOLA, a razão pela qual líderes africanos responderam positivamente às pressões no sentido da boa governação e

¹⁷Por exemplo, CHABAL 2002: 90.

da democracia foi, não um sincero desejo de mudança ou progresso, mas o estarem pressionados pelas consequências do fim da Guerra Fria. Porém, atualmente, já se assiste a um movimento no sentido do autoritarismo¹⁸. Com efeito, parece ecoar em várias partes do continente a via autoritária que, implicitamente, se identifica com o crescimento económico (cujo expoente deixou de estar alojado nas sociedades democráticas). Apesar da salvaguarda formal dos mecanismos democráticos, parecem já distantes os tempos da arrebatada crença na democracia, no respaldo dos anos de sufoco dos regimes ditos socialistas. Entre as liberdades e o crescimento económico, a balança parece inclinar-se para este e para a governação de *pulso forte*, resignadamente aceite por não se distanciar do comum da experiência de governação das sociedades.

Não sabemos quanto tempo vigorará o actual desenho político em África e no mundo. Mas, onde os Estados (fortes e fracos, falhados ou adaptados) fracassaram na criação das nações ainda em gestação – como o denunciam a angolanidade, a cabo-verdianidade, a moçambicanidade, a são-tomensidade –, nasceram países e nacionalidades que parecem referentes para a vida dos cidadãos.

Referências

- BITTENCOURT, Marcelo. Nacionalismo, Estado e Guerra. In: FERRERAS, Norberto O. (Org.). *As tradições nacional-estatistas no Brasil, na América Latina e África*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.
- CHABAL, Patrick. *A history of postcolonial lusophone Africa*. Londres: Hurst, 2002.
- DJALÓ, Tchernó. *O mestiço e o poder*. Identidades, dominações e resistências na Guiné. Lisboa: Veja, 2013.
- EYZAGUIRRE, Pablo. *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa*, Ph. D. dissertation, Yale University, 1986.
- FALOLA, Toyin. *Nationalism and african intellectuals*. University of Rochester Press: Rochester, 2004.
- KEESE, Alexander. Early Limits of Local Decolonization in São Tomé and Príncipe: From Colonial Abuses to Postcolonial Disappointment, 1945-1976. In: *International Journal of African Historical Studies*, v. 44, n. 3, 373-392, Boston: University African Studies Center, 2011.
- MAMDANI, Mahmood. *Citizen and subject: Contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton University Press: Princeton, 1996.
- MESSIANT, Christine. Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de (Org.). *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Edições Firmamento, 2006, p. 131-161.

¹⁸Ver, por exemplo, FALOLA 2004: 273.

NASCIMENTO, Augusto. Estados, poderes locais e representatividades políticas: das experiências socialistas aos multipartidarismos nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”. In: *Municipalismo e poderes locais*. Maputo: Alcance Editores, 2015. p. 215-290.

NEWITT, Malyn. Os partidos nacionalistas africanos no tempo da revolução. In: ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires (Org.). *Adeus ao Império – 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015. p. 25-43.

OLIVEIRA, Pedro Aires. O ciclo africano. In: COSTA, João Paulo Oliveira; RODRIGUES, José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires (Coord). *História da expansão e do império português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014. p. 341-545.

_____. A descolonização portuguesa: o *puzzle* internacional In: ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires (Org.). *Adeus ao Império – 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015. p. 60-77.

SMITH Anthony D. *Nações e nacionalismo numa era global*. Oeiras: Celta, 1995.

VIDAL, Nuno. Social neglect and the emergence of civil society in Angola. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno (Ed.). *Angola. The weight of history*. Londres: Hurst Publishers, 2007. p. 200-235.

YOUNG, Crawford, The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing Africa political dynamics. *African Affairs*, Londres, v. 103, n. 410, p. 23-49, 2004.

Augusto Nascimento
Marcelo Bittencourt

Autores/Authors:

AUGUSTO NASCIMENTO <anascimento2000@gmail.com>

- Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa (Portugal). É colaborador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Foi cooperante em São Tomé e Príncipe entre 1981 e 1987. Doutor em Sociologia na especialidade de Economia e Sociologia História pela Universidade Nova de Lisboa e Agregação em História, na especialidade História Contemporânea, pela Universidade Nova de Lisboa. É autor dos livros *O fim do caminho longi* (Ilhêu Editora, 2007); *Ciências sociais em São Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte* (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007); *Vidas de S. Tomé segundo vozes de Soncente* (Ilhêu Editora, 2008); *Atlas da Lusofonia. São Tomé e Príncipe* (Prefácio, 2008); *Histórias da Ilha do Príncipe* (Oeiras, 2010), *Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial* (7letras2013). Tem como principais áreas de interesse a história recente de África e, em particular, a de São Tomé e Príncipe.
- Researcher at the Centro de História da Universidade de Lisboa (Portugal). Collaborates with the Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, the Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto and the Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. PhD in Sociology from the Universidade Nova de Lisboa and Habilitation in History, from the Universidade Nova de Lisboa. Author of *O fim do caminho longi* (Ilhêu Editora, 2007); *Ciências sociais em São Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte* (Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007); *Vidas de S. Tomé segundo vozes de Soncente* (Ilhêu Editora, 2008); *Atlas da Lusofonia. São Tomé e Príncipe* (Prefácio, 2008); *Histórias da Ilha do Príncipe* (Oeiras, 2010), *Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial* (7letras, 2013). His main research theme is the recent past of Africa, especially of São Tomé and Príncipe.

MARCELO BITTENCOURT <marcelo216@gmail.com>

- Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do Núcleo de Estudos Africanos da UFF (NEAF). Possui Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado em Antropologia pela Universidade de São Paulo e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Suas pesquisas estão relacionadas com os seguintes temas: Angola, África Austral, colonialismo, lutas de libertação e esportes. Publicou, entre outros, *Dos jornais às armas. Trajetórias da contestação angolana* (Vega, 1999); *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial 1961-1974* (Kilombelombe, 2008).
- Associate Professor of History at the Universidade Federal Fluminense (UFF). Researcher at the Núcleo de Estudos Africanos/UFF (NEAF). He has a degree in History from the Universidade Federal do Rio de Janeiro, MA in Anthropology from the Universidade de São Paulo and a PhD in History from the Universidade Federal Fluminense. His research is related to the following topics: Angola, Southern Africa, colonialism, liberation struggles and sports. He has published, among others, *Dos jornais às armas. Trajetórias da contestação angolana* (Vega, 1999); *Estamos juntos! O MPLA e a luta anticolonial 1961-1974* (Kilombelombe, 2008).

O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista*

MPLA and government: between marxist progressive-internationalism and liberal nationalist-pragmatism

El MPLA y el gobierno: entre el internacionalismo progresista marxista y el pragmatismo liberal-nacionalista

Nuno de Fragoso Vidal**

Resumo: Este texto apresenta uma análise da política angolana desde a independência aos nossos dias partindo de duas posições políticas contrárias que influenciaram de sobremaneira o percurso do país no pós-independência e que permitem compreender não só as disputas em curso como as políticas e estratégias seguidas. São contrastadas as posições caracterizadas como de pragmatismo nacionalista de matriz liberal e internacionalismo progressista de matriz socialista-marxista, seguindo critérios de

* Pesquisa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT). Não obstante a responsabilidade pelas ideias e argumentos aqui expressos caberem em exclusivo ao autor, este texto beneficiou dos comentários, sugestões e críticas dos *referees* anônimos da revista de *Estudos Ibero-Americanos* a quem agradeço, para além dos sempre valiosos e úteis comentários do colega e amigo Marcelo Bittencourt. A elaboração do texto se beneficiou essencialmente de duas fases distintas de pesquisa de campo, sendo uma delas mais antiga e realizada nos idos anos de 1997-1998, com inúmeras entrevistas a personalidades diretamente participantes em muitos dos eventos aqui analisados, e uma outra fase mais recente de pesquisa de campo realizada em setembro-outubro de 2015 no âmbito de um outro trabalho de pesquisa, com cerca de duas dezenas de entrevistas encetadas com membros de partidos políticos angolanos, jornalistas, membros da administração central do Estado e vários académicos e analistas da situação político-económica angolana. Faz-se ainda recurso a duas entrevistas e conversas pessoais realizadas entre agosto e setembro de 1994 com Carlos Dilolwa.

** Pesquisador angolano na área dos Estudos Africanos (Ciência Política/História da África).
<nunofragosovidal@gmail.com>

ideologia influenciando a gestão política, economia política e política externa. A análise identifica a matriz que, embora sob diversas roupagens, discursos e protagonistas, apresenta uma coerência de médio e longo-prazo e uma linha orientadora do percurso político-econômico trilhado pelo partido no poder desde 1975. O trabalho estrutura-se em duas grandes partes, historicamente sequenciais, sendo a primeira dedicada ao enquadramento do tema e suas implicações políticas ao longo da presidência de Agostinho Neto (1975-1979) e a segunda abarcando a muito mais longa administração de Eduardo dos Santos, desde 1979 aos nossos dias, passando por diferentes contextos nacionais e internacionais ao longo dos anos.

Palavras-chave: Angola; política; governação; ideologia; história política do pós-independência

abstract: This paper presents an analysis of Angolan politics since independence up to nowadays from two opposite political standings strongly influencing the post-independence path of the country, explaining not only the disputes at stake but also the policies and strategies adopted. This paper contrasts the positions characterized as liberal national-pragmatism and Marxist progressive internationalism, according to criteria of ideology influencing political management, political economy and foreign policy. The analysis identifies the matrix which, although under different camouflage, discourses and actors, presents a medium and long-term coherency and a guiding line for the political-economy path followed by the party-in-power since 1975. The work is structured in two major parts, historically sequential, the first focused to introduce the theme and its political implications over the administration of Agostinho Neto (1975-1979), while the second is dedicated to the much longer administration of José Eduardo dos Santos, from 1979 up to nowadays, going through different international and national contexts over the years.

Keywords: Angola; politics; governance; ideology; post-independence political history

Resumen: En este trabajo se presenta un análisis de la política de Angola desde la independencia hasta nuestros días a partir de dos posiciones políticas contrarias que afectaron en gran medida el camino del país en la post-independencia y nos permiten comprender no sólo las disputas en curso con las políticas y estrategias seguidas. Son contrastadas posiciones caracterizadas como de matriz nacionalista pragmatismo liberal y el internacionalismo progresista de la matriz socialista-marxista, siguiendo los criterios de la ideología que influyen en la gestión de la política, la economía política y la política exterior contrastados. El análisis identifica la matriz, aunque bajo diferentes formas, discursos y protagonistas, presenta una consistencia a medio y largo plazo y un guía del camino político-económico tomado por el partido en el poder desde 1975. El trabajo se estructura en dos grandes históricamente partes secuenciales, la primera dedicada al tema del medio ambiente y sus implicaciones de política más de la presidencia de Agostinho Neto (1975-1979) y la segunda respecto a la administración mucho más larga de Eduardo dos Santos, desde 1979 hasta la actualidad, pasando por diferentes contextos nacionales e internacionales a lo largo de los años.

Palabras clave: Angola; política; gobernación; ideología; historia política del posindependencia

Este texto apresenta uma análise da política angolana desde a independência partindo da perspectiva de duas posições políticas contrárias que influenciaram de sobremaneira o percurso do país no pós-independência e que permitem compreender de forma estruturada as disputas em curso, as políticas e estratégias seguidas.¹ Decidimos aqui caracterizar estas posições como de pragmatismo nacionalista de matriz liberal versus internacionalismo progressista de matriz socialista marxista, seguindo os critérios de Wallerstein para definir este tipo de posições divergentes em África no pós-independência, em função de três critérios e áreas principais de expressão: ideologia influenciando a gestão política, economia política e política externa (WALLERSTEIN, 1971).

Em Angola, depois da independência, algumas das históricas clivagens dos segmentos de elite no seio da aliança M'Bundu/Creolo que caracterizam o núcleo central do MPLA (que não cabem aqui analisar em maior detalhe)², irão se expressar e cristalizar politicamente no que consideraremos como alas partidárias opostas, com especial visibilidade nos órgãos de direção do partido, entre os mais próximos e indefectíveis apoiantes do primeiro presidente, Agostinho Neto.

As aqui referidas alas partidárias opostas devem ser entendidas como quaisquer outras classificações sociopolíticas utilizadas em Angola; particularmente úteis para explicar e compreender importantes divergências e lutas políticas que em grande medida determinaram o curso das orientações da governação no pós-independência, mas não exclusivas e em constante dinamismo e transformação ao longo do tempo, adaptando discursos e apresentando novos protagonistas em função da evolução do contexto nacional e internacional. Constata-se o progressivo domínio dos princípios e posições da ala pragmático-nacionalista que, em diferentes contextos internacionais e nacionais, se vão afirmando de forma esmagadora ao longo do tempo, especialmente com a transição para o multipartidarismo e economia de mercado em 1990 (num contexto de fim da guerra fria e derrota ideológica do Bloco de Leste) e, sobretudo, depois do fim da guerra civil em 2002, com a

¹ Não se tratando de um texto introdutório à realidade política, econômica, social e histórica angolana, deixaremos indicações bibliográficas onde poderão ser aprofundados conhecimentos de enquadramento naquelas áreas, que embora úteis para uma melhor assimilação do argumento e das discussões aqui apresentadas não caberiam aqui desenvolver pela redundância que significaria tratar assuntos já amplamente trabalhados e divulgados em trabalhos de vários autores referenciados e pela falta de espaço num texto deste âmbito.

² Para uma análise e caracterização aprofundada daquelas clivagens ver, entre outros (MESSIANT, 2006; BITTENCOURT, 1999; 2008).

assunção desinibida do capitalismo e da internacionalização do capital acumulado, em especial depois das eleições de 2012.

A análise apresentada segundo estes parâmetros permite identificar um fundo comum de princípios, uma matriz que, embora sob diversas roupagens, discursos e protagonistas, apresenta uma coerência de médio e longo-prazo e uma linha orientadora do percurso político-econômico trilhado pelo partido no poder desde 1975.

Nestes termos, a explanação do trabalho encontra-se estruturada em duas grandes partes, historicamente sequenciais, sendo a primeira dedicada ao enquadramento do tema e suas implicações políticas ao longo da presidência de Agostinho Neto e a segunda abarcando a muito mais longa administração de Eduardo dos Santos, desde 1979 aos nossos dias, estando basicamente subdividida em quatro grandes períodos. O primeiro destes períodos será de afirmação pessoal do novo presidente (1979-1982), o segundo de efetivação do seu domínio absoluto sobre todo o aparelho clientelar/patrimonial (1982-1985), o terceiro marcado pela longa transição econômica e política (1986/87-2002/08) e o quarto (de 2002/08 à atualidade) podendo ser subdividido em duas fases – uma primeira até 2014, caracterizada pela consolidação constitucional do poder político e consolidação do poder econômico das elites dirigentes no seio do MPLA, passando da consolidação interna para uma estratégia de internacionalização; uma segunda, de 2014 em diante, onde a estratégia anterior vai ser colocada perante novos desafios e pressões político-econômicas internas e internacionais, num contexto de baixa do preço do petróleo e de novo processo eleitoral previsto para 2017.

Agostinho Neto e as duas alas partidárias

Ainda que em Angola a gênese do confronto entre as duas alas partidárias possa ser intuída em diversos discursos, por vezes contraditórios, nas disputas no seio da direção do ainda movimento nacionalista (antes da independência), a sua clara afirmação surge somente depois da independência. Consolidada a liderança de Agostinho Neto, esmagando as ameaças à sua direção com a brutal purga partidária e posterior “movimento de retificação” do partido, que se segue à tentativa de golpe de Estado *Nitista* de 27 de maio de 1977, as divergências e os conflitos entre duas alas do partido tornar-se-ão progressivamente mais visíveis.³

³ Para um aprofundamento acerca do movimento de retificação partidária ver (VIDAL, 2006); para uma abordagem do golpe de 1977 ver (BIRMINGHAM, 1978).

Estes conflitos emergem em pleno durante as preparações para o I Congresso em finais de 1977, após uma luta direta entre as duas posições sociopolíticas de princípios contrários que vinham se cristalizando desde a independência no interior do BP (Bureau Político) e do CC (Comitê Central), principais órgãos de gestão e administração política do sistema socialista.

A ala progressista-socialista (cujos membros mais proeminentes incluíam nomes como Lúcio Lara, Carlos Dilolwa, Iko Carreira e António Jacinto) defendia uma progressão firme rumo ao Socialismo. Em termos de economia política, advogavam uma luta cerrada contra as chamadas práticas contrarrevolucionárias, como o mercado negro, o absentismo, o desvio da produção e o não cumprimento das metas de produção, assim como uma maior cooperação política e econômica com ditos países progressistas internacionalistas do Bloco de Leste, especialmente Cuba e URSS. Esta posição era liderada por Carlos Dilolwa (ministro do plano e segundo vice-primeiro ministro).

Em termos de gestão política, defendiam um sistema determinado por critérios ideológico-revolucionários progressistas-internacionalistas, onde as posições estratégicas de topo do partido/Estado deveriam ser ocupadas por uma vanguarda versada na teoria marxista-leninista, empenhada na construção do Socialismo.⁴ Rejeitavam qualquer critério de peso demográfico (nacionalista) na aliança M'Bundu/Creolo no seio do MPLA, rechaçando as pressões da ala pragmática-liberal por uma base negra M'Bundu do poder (essencialmente da região de Catete, de onde eram originários Mendes de Carvalho, figura de referência da ala pragmática-liberal, e o próprio Agostinho Neto).⁵ Ainda que possamos respeitar a possibilidade de honestidade ideológica desta posição, não podemos ignorar o fato de que servia igualmente os interesses do segmento sociocultural dos seus proponentes no seio do partido, *i.e.* apesar do menor peso demográfico deste segmento de elite, regra geral mais assimilado/aculturado e mestiço, o seu relativamente mais elevado nível educacional e preparação ideológica asseguraria a sua primazia política num partido de vanguarda.

⁴ A partir de entrevistas com Carlos Dilolwa (agosto-setembro 1994); J.M Mabéko Tali (27 abril 1998); Lúcio Lara (1 maio 1998); Paulo Jorge (26 junho 1998); Costa Andrade N'Dunduma (30 março 1998); Raúl Araújo (2 abril 1998); Pepetela (7 julho 1998); António Cardoso (10 julho 1998); Mendes de Carvalho (17 julho 1998).

⁵ Como diria Jean-Michel Tali, a influência de alguns originários de Catete sobre Neto era “um fator não negligenciável na maneira como o Chefe de Estado geria o poder”, sendo por vezes apelidada de Catetização do poder (MABEKO-TALI, 1996, p. 411).

Em termos de política externa, esta ala sustentava um alinhamento intransigente e radical ao lado de outros países socialistas, reforçando a presença cubana a todos os níveis da cooperação (militar e civil), rejeitando quaisquer concessões em relação às exigências dos EUA/África do Sul para uma retirada das tropas cubanas e qualquer relação entre a presença das tropas cubanas em Angola e a implementação da resolução 435 das Nações Unidas (que determinava a independência da Namíbia).⁶

Por outro lado, incrédulos em relação ao Socialismo marxista e defendendo essencialmente cultura e tradição, a ala oposta (cujos membros proeminentes incluíam pessoas como Agostinho Mendes de Carvalho, Domingos Paiva da Silva, Manuel Pedro Pacavira ou Imperial Santana), sustentava em termos de política econômica uma posição mais flexível e pragmática, aceitando a organização econômico-política tal como vinha evoluindo, *i.e.* um oficialmente proclamado modelo socialista, mas aceitando e indiretamente suportando os esquemas de arbitragem entre mercados oficiais e mercados paralelos/informais (negócios privados), mantidos pelo sistema hierárquico de privilégios gerido pelo topo da liderança do partido/Estado (VIDAL, 2011).

Esta ala nutria um profundo descrédito pelas políticas comunistas de coletivização da terra e criticava a postura radical da ala socialista em relação à iniciativa privada. Em termos de gestão política do poder, a ala liberal apoiava um sistema de liderança “nacionalista” que respeitasse o peso demográfico de cada segmento da elite Mbundu/Creolo no interior do MPLA, mediante o qual, ainda que menos assimilados, do interior e genericamente menos versados em teoria marxista-leninista, poderiam finalmente atingir a primazia política, destronando a ala socialista intelectual/ideóloga, incluindo a sua base sociológica, que desde o tempo colonial fora relativamente privilegiada.

Para os grupos fora do MPLA, a ala liberal sustentava uma solução pragmática, *i.e.* a cooptação ou integração dos seus membros na hierarquia intermédia do partido (e conseqüentemente dentro da hierarquia distributiva), alargando assim as bases de suporte sociopolítico do partido no poder. Em termos de política externa, colocavam o nacionalismo acima do internacionalismo, tendo sérias reservas acerca da presença cubana, sustentando uma abordagem mais flexível e pragmática a questões diplomáticas no que concerne ao

⁶ Para um aprofundamento do chamado *linkage* entre independência da Namíbia e retirada dos cubanos de Angola ver, entre outros (WRIGHT, 1997).

Ocidente, aceitando a possibilidade de negociações com os EUA/África do Sul como forma de facilitarem a implementação da resolução 435 da ONU e o reconhecimento Norte-Americano do governo angolano.

Neto representava um certo equilíbrio entre os dois grupos, reunindo em si mesmo características sociopolíticas de ambos; era protestante, mas comunista, negro de Catete, mas muito aculturado, sendo médico formado em Portugal e casado com uma portuguesa branca e tendo um longo e próximo relacionamento com vários dos principais líderes da ala progressista-socialista, a começar pelo próprio Lúcio Lara e Carlos Dilolwa.

Por altura do I Congresso (dezembro de 1977), a ala pragmática-liberal tentou colocar tantos elementos seus quanto possível no CC e conseguir pelo menos um assento no BP; uma jogada que foi tão óbvia que acabou criticada por alguns no próprio Congresso (WOLFERS & BERGEROL, 1983, p. 167) e reportada para o exterior como ação de um “lobby regional conhecido por Grupo de Catete” (SOMERVILLE, 1986, p. 86; WOLFERS & BERGEROL, 1983, p. 167). Ainda que fracassassem em conseguir o tão desejado assento no BP, conseguiram no entanto vários lugares no CC.⁷

Da ideologia ao pragmatismo interno e externo

A luta pelo poder e por princípios organizacionais entre as duas alas durante a administração de Neto segue em crescendo até ao plenário do CC em dezembro de 1978. Nessa altura tiveram um embate frontal, pressionando Neto a tomar posições. A natureza híbrida do presidente, representando características sociopolíticas de ambos os lados, e o seu já forte controle pessoal sobre todo o sistema político, depois da purga e do movimento de retificação partidária, permitiu-lhe tomar opções muito próximas das sustentadas pela ala liberal, sem deixar que isso parecesse uma derrota das posições da ala contrária.

Internamente, a reunião do CC abriu a possibilidade aos negociantes privados angolanos para poderem criar firmas de construção e camionagem (transporte de mercadorias para as províncias). No dia seguinte ao plenário do CC, num comício em Luanda a 10 de dezembro, Neto enfatizou que os angolanos do setor privado teriam um papel a jogar na economia do país (AFRICA CONTEMPORARY RECORD – ACR, 1980, p. B 487) e uma semana depois, a 17 de dezembro, afirmou

⁷ Dos membros proeminentes da ala liberal, apenas Imperial Santana não teve assento no CC.

a necessidade de oferecer mais possibilidades à iniciativa privada, atividades que, segundo ele, não deveriam ser consideradas contra-revolucionárias como à primeira vista poderiam parecer (MEYNS, 1984, p. 144). Reconhecendo a incapacidade do Estado no setor da habitação, foi levantada a proibição à construção informal e sugerida uma atitude mais flexível em relação ao pequeno comércio como forma de ajudar à recuperação dos mercados rurais, reconhecendo que homens e mulheres que viviam no campo sofriam muito, porque dificilmente conseguiam vender, comprar ou produzir (AFRIQUE-ASIE, 1978, p. 23-25; LE MONDE, 1978). Mesmo observadores estrangeiros, simpáticos em relação às posições da ala progressista-socialista, como David Ottaway, admitiam e justificavam a necessidade evidente de Neto pelo pragmatismo dada a escassez de bens alimentares (OTTAWAY, 1978).

Aparente ou não, tal pragmatismo era visto como um forte revés para as posições da ala socialista, especialmente para Carlos Dilolwa, que expressou a sua discordância com tais concessões (MABEKO-TALI, 1996, p. 410), tendo pedido a demissão do seu cargo no governo, como segundo vice-primeiro ministro, para a economia, e do seu cargo no BP. O primeiro-ministro Lopo do Nascimento, na altura assumindo uma posição próxima da ala progressista-socialista, ainda que seja muito discutível se a assumia em todas as matérias, perdeu o seu lugar no BP, assim como o cargo de primeiro-ministro, um cargo que foi simplesmente abolido.⁸ Outros membros desta ala, como António Jacinto, acabaram gradualmente por aceitar o pragmatismo de Neto (MABEKO-TALI, 1996, p. 410).

Alguns meses mais tarde, durante o discurso do 1º de maio, Neto anunciou novas áreas abertas à iniciativa privada, englobando algumas atividades comerciais privadas de alimentação e bens de consumo, como forma de compensar a escassez causada pela ineficiente produção e distribuição (ASSOCIATED PRESS, 1979). Enquanto Neto anunciava publicamente várias concessões ao setor privado, a única “vitória” que a ala progressista-socialista conseguia era uma declaração do BP no 1º de maio, vaga e inócua, denunciando alguns setores da “pequena burguesia” que queriam assumir as posições da burguesia colonial e os valores morais e ideológicos do capitalismo, como o desdém pela classe trabalhadora, a recusa em resolver os problemas concretos das massas,

⁸ Lopo do Nascimento manteve a sua posição no CC e foi depois nomeado para representar Angola na OUA (obviamente uma despromoção) e posteriormente nomeado como comissário provincial.

o amor pelo luxo e vida fácil, o espírito de ostentação, a negligência, a corrupção política e econômica e o oportunismo (THE GUARDIAN, 1979).

Mesmo antes daquele plenário do CC, Neto havia mostrado alguns sinais de pragmatismo e liberalismo. Numa tentativa de normalizar as relações econômicas com o Ocidente, o presidente encetou uma aproximação aos países da Comunidade Econômica Europeia – CEE, como forma de diversificar os seus parceiros internacionais e reduzir a sua dependência em relação a Cuba e ao Bloco Soviético. Para além dos acordos inter-governamentais, Neto mostrou interesse pelo investimento privado ocidental em larga escala, especialmente dirigido para o petróleo, aberto a outras companhias para além da Gulf Oil e da Petrofina (THE NEW YORK TIMES, 18 setembro 1978), mas também incluindo projetos de desenvolvimento noutras áreas. No imediato, a CEE concedeu a Angola o estatuto de observador nas renegociações da Convenção de Lomé (NEW YORK TIMES, 18 Setembro 1978; ACR, 1980, p. B497; WEST AFRICA, 1978).

Ainda no nível da política econômica externa, alguns dias antes do plenário, já os jornalistas ocidentais falavam de uma “mudança da ideologia para o pragmatismo” à medida que a “economia se afunda” (LAMB, 1978; 1978a) e por altura do plenário do CC (6 a 9 de dezembro de 1978), a maior abertura econômica ao Ocidente era reafirmada e tornada concreta. Neste sentido, Neto anunciou a preparação de uma nova e mais atrativa lei do investimento privado, que foi efetivamente aprovada em julho de 1979, abarcando todas as áreas da atividade econômica, permitindo vários benefícios fiscais e garantias (FINANCIAL TIMES, 1979). No caso específico do setor petrolífero a nova lei era ainda mais “liberal” que a anterior, aprovada em 1978 (SURVEY OF WORLD BROADCAST – SWB, 1979).

Cooptação e gestão de equilíbrios político-identitários

Depois do plenário, Neto vai definitivamente colocar em funcionamento um sistema de gestão de equilíbrios do poder baseado na rotação de nomeações para as posições de topo no partido e Estado, incluindo governo central, governos provinciais, empresas públicas e embaixadas; criando uma espécie de *carrossel* patrimonial de posições, nas quais os elementos chave do partido giravam de acordo com as necessidades políticas do sistema, incluindo o equilíbrio micro-identitário (etno-linguístico, regional, racial e familiar), com óbvia predominância para

o coração Mbundu/Creolo do MPLA, a quem ficava assegurada a supremacia política e econômica no seio da grande aliança representada pelo partido e, conseqüentemente, a supremacia sobre o aparelho de Estado e benefícios econômicos a que dava acesso.⁹

De entre os maiores e mais relevantes grupos etno-linguísticos, os Ovimbundu eram o único que não estava representado no BP, devido ao ressentimento provocado pelas renovadas e crescentes ofensivas militares da UNITA/África do Sul e aos crescentes laços de identificação entre Ovimbundu e UNITA. No entanto, abaixo do BP, alguns Ovimbundu, já com um percurso dentro do MPLA, alcançaram posições de topo; tal foi, por exemplo, o caso de Faustino Muteka, nomeado Ministro dos Transportes em janeiro de 1979 (SWB, 1979).

Para além dos órgãos de topo, a nível intermédio da hierarquia do Estado, alguns meses antes do plenário, Neto já havia mostrado sinais de querer gerir o sistema político baseado na cooptação, integração seletiva e estratégica de membros de outros movimentos e mesmo de grupos dissidentes no interior do MPLA. Deste modo, em setembro de 1978, anunciou em Cabinda a sua política de clemência e anistia parcial, seguida de integração no MPLA, para os membros da FNLA, FLEC, Revolta Ativa, Revolta do Leste e simpatizantes de Nito Alves, sem no entanto mencionar a UNITA (MPLA, 1978, p. 43-54). A seguir ao referido plenário do CC, Neto vai afirmar que todos aqueles que pertenceram a tais organizações deveriam ter as mesmas oportunidades e direitos sem qualquer discriminação (SWB, 1978). Como resultado da política de clemência, vários membros da FNLA desertaram e renderam-se ao MPLA durante o ano de 1979, sendo depois reintegrados nas estruturas do Estado a par de membros de grupos dissidentes do MPLA.¹⁰

Ainda que em termos gerais a ala liberal-nacionalista pragmática tenha prevalecido no que concerne aos princípios de gestão econômico-política, tal fato não representou no imediato uma derrocada decisiva para os membros da ala contrária. À exceção de Carlos Dilolwa, que contra a vontade de Neto resignou às suas funções governamentais e

⁹ Para uma caracterização e análise do sistema patrimonial Angolano ver (VIDAL, 2003).

¹⁰ Cinco líderes da FNLA, todos eles antigos membros da facção de Chipenda da Revolta do Leste, regressaram a Luanda em janeiro de 1979. Devido a negociações prévias com o Zaire em finais de 1978, Neto conseguiu que Mobutu anunciasse a expulsão da FNLA e da FLEC do Zaire; mais tarde, a 27 de outubro de 1979, até Holden Roberto teve de abandonar o Zaire, refugiando-se em Paris com vários outros líderes do movimento, num ato que representou um golpe fatal nas ambições da FNLA e do seu líder (ACR, 1981, p. B674).

no BP¹¹, os membros da ala progressista-socialista mantiveram em geral as suas posições no CC e BP¹², tal como os membros da ala pragmática-liberal mantiveram as suas no CC.¹³

O alastramento do pragmatismo liberal

Para a maioria da população, a posição económica pragmática assumida por Neto no topo do sistema foi logicamente vista como uma primeira concessão à propagação dos procedimentos privados/informais/ilegais, baseados na arbitragem. Só assim se explica a generalização massiva de tais práticas que rapidamente atingiram uma nova dimensão, com a organização de redes para a sua melhor articulação e desenvolvimento em todos os setores de atividade, de forma a satisfazer a sempre crescente demanda dos mercados informais, envolvendo não só trabalhadores, mas também dirigentes e agentes da defesa e segurança, tal como reconhecido pelo Congresso de 1980, constatado e condenado por resolução,

Considerando que estas situações se agravam dia após dia pela corrupção, pelo proteccionismo e liberalismo de dirigentes e responsáveis, pela inoperância dos mecanismos de prevenção e repressão e pela falta de controlo generalizado sobre os bens do povo; Considerando que a situação acima mencionada, que mostra tendência para a *generalização*, afecta necessariamente a situação de classe das massas trabalhadoras, em particular dos operários e camponeses e leva à degradação ideológica pela sua transformação progressiva em pequenos negociantes [nosso destaque]; (...)

O congresso chama especial atenção para a necessidade de punir em especial os dirigentes, responsáveis, técnicos, agentes da Defesa e Segurança e todos os trabalhadores do sector estatal em geral, que pratiquem, encubram ou sejam cúmplices, ou por qualquer outra forma estejam ligados às práticas contra-revolucionárias objecto da presente resolução (MPLA, 1980, p. 39-41).¹⁴

¹¹ De acordo com Dilolwa, Neto ficou furioso com a sua demissão e procurou que mudasse de opinião. Contudo, para Dilolwa, as concessões económicas feitas naquele plenário constituíram um revés fatal para a construção de um projeto socialista (entrevistas privadas com Carlos Dilolwa em Luanda; agosto-setembro de 1994).

¹² Lopo do Nascimento (ainda que seja discutível se alinhava completamente com a ala progressista em todas as matérias) perdeu o seu lugar no BP, mas não no CC.

¹³ Membros proeminentes da ala pragmática-liberal como Mendes de Carvalho, Domingos Paiva da Silva, Bernardo de Souza e Manuel Pedro Pacavira permaneceram no CC. Membros proeminentes da ala progressista como Lúcio Lara e Iko Carreira permaneceram no BP.

¹⁴ Ver no mesmo sentido (MPLA, 1980b, p. 39-41; MPLA, 1980a).

Tais procedimentos parecem responder logicamente, por um lado, ao contínuo e progressivo incumprimento das “obrigações distributivas” do Estado em relação à maioria da população – decrescente poder de compra dos salários, escassez de alimentos e bens a preços oficiais, deterioração dos serviços de apoio social (VIDAL, 2008) e, por outro lado, ao cada vez mais discriminatório e seletivo caráter assumido pelas nomeações do partido e do Estado ao longo de toda a sua estrutura hierárquica e conseqüentemente o cada vez mais discriminatório e restrito acesso aos benefícios e privilégios inerentes a tais nomeações.¹⁵

A partir daí, um processo cumulativo auto-reforçador foi despoletado, através do qual a crescente fraqueza da economia oficial em fornecer bens e serviços a par do sistema discriminatório do partido-Estado, legitimava a economia informal e pressionava para o seu desenvolvimento, enfraquecendo ainda mais a economia oficial e reforçando o processo de legitimação do informal/ilegal.

Assim, ao contrário do anunciado caráter provisório das cedências feitas à iniciativa privada¹⁶, tornava-se óbvio que tais concessões seriam apenas as primeiras de uma longa lista que se seguiria. De acordo com Zenha Rela,

A verdade é que “o desprezo por quem era privado” tão característico dos anos “heróicos” começa a transformar-se de forma progressiva, em “desejo de também ser privado”, ou seja, em também conseguir a “posse” dos meios de produção sem, no entanto, abandonar os cargos exercidos no partido e no Estado. (...) Muitos dos que em 76 clamavam contra todos que pretendiam “sabotar a economia” começam o seu percurso para empresário (...)
(ZENHA RELA, 1992, p. 57-58).

Na medida em que estas práticas eram obviamente ilegais, emergiu uma distância cada vez maior entre a legitimidade pragmática e a legitimidade legal; *i.e.* as práticas informais que eram ilegítimas do ponto de vista legal eram de fato legítimas de acordo com o pragmatismo da necessidade econômica. O resultado líquido deste distanciamento foi o cada vez mais generalizado desrespeito e desprezo pela ordem

¹⁵ A respeito do processo de “elitismo” no seio do partido a partir do movimento de retificação ver (VIDAL, 2006; MESSIANT, 2001, p.78-79).

¹⁶ Logo a seguir ao plenário, quando Neto anunciou que seriam autorizadas pequenas empresas privadas, enfatizou que tal medida não significava que o objetivo de estabelecer um Estado comunista havia sido abandonado. Dizia Neto que a situação seria diferente em dez, vinte ou trinta anos, mas a necessidade urgente e imediata era conseguir ter a sociedade a funcionar e resolver os problemas do povo (THE NEW YORK TIMES, 13 dezembro 1978).

jurídica (VIDAL, 2006), descrito pelo relatório do CC em 1980 como “não cumprimento da Lei” (MPLA, 1980, p. 95.) e por outros documentos do Congresso em termos mais dramáticos, como a decrescente autoridade do Estado, a falta de disciplina, o “deixa andar” (MPLA, 1980a, p. 11), o não exercício de autoridade pela polícia, e o incumprimento generalizado da Lei (MPLA, 1980a, p. 27).

Solidariedades primárias estavam cada vez mais na base das práticas económicas predatórias em expansão. O Congresso de 1980, que como vimos havia denunciado todas as atividades informais (roubo generalizado, desvios de produção, corrupção, redes organizadas, envolvimento de gestores, quadros e forças de segurança, etc.) (MPLA, 1980b, p. 39-41; 1980a), atacou também as solidariedades prevaletentes que as tornavam possíveis, nomeadamente o “regionalismo, racismo e sectarismo (...) que contribui para a desorganização e falta de disciplina na produção e distribuição, impedindo o progresso (...) rumo ao Socialismo” (MPLA, 1980b, p. 36). O relatório do CC apontava no mesmo sentido (MPLA, 1980, p. 37) e um terceiro documento do Congresso, fazendo um balanço social e económico do período de 1978-1980, acrescentou àquelas solidariedades o “nepotismo” (MPLA, 1980a, p. 11) e o “apadrinhamento”, “promovendo a incompetência” (MPLA, 1980a, p. 27).

O que tornava este tipo de solidariedades preferenciais, sectárias e discriminatórias, “um problema”, em Angola como noutros países africanos, era o tipo de distorções socioeconómicas que gerava (BAYART, 1989, cap. I), permitindo entre outros fenómenos o acentuar do recurso às mesmas solidariedades e o reforço da mesma dinâmica e distorções num processo cumulativo que se tornava estrutural.

O novo Presidente Eduardo dos Santos perante as duas alas partidárias

Um pouco a exemplo do que aconteceu com Neto, a administração de Eduardo dos Santos vai-se confrontar com renovadas quezílias entre as duas alas partidárias no topo do partido, sendo que os princípios de gestão política, de economia política e de política externa na administração do novo presidente vão-se igualmente afirmar no contexto dessas lutas.

Depois da morte de Agostinho Neto a 9 de setembro de 1979, a escolha de Eduardo dos Santos pelo BP e pelo CC foi relativamente

tranquila¹⁷, visto como uma espécie de mínimo denominador comum entre as duas alas no topo do partido, articulando características de ambos os grupos e sendo bastante novo (37 anos), sem uma posição clara e assumida a favor de nenhuma das alas e, como tal, na perspectiva de cada um dos campos, ainda passível de ser por eles arregimentado/manipulado. A sua administração começou efetivamente por comprovar a sua natureza híbrida e a sua capacidade de articular posições antagônicas, mas para grande desilusão e frustração das duas alas, o novo presidente, ainda que adotando uma postura muito próxima daquela que Neto havia assumido no plenário de dezembro de 1978 (na linha do pragmatismo liberal), depressa afirmou o seu poder pessoal por via do rebaixamento dos membros das duas alas, incluindo as suas mais proeminentes figuras – Lúcio Lara pelo lado progressista-socialista e Mendes de Carvalho pelo lado pragmático-liberal.

Não obstante, no fundamental e estrutural, a administração de Eduardo dos Santos vai afirmar claramente os princípios de gestão política, de economia política e de política externa da ala pragmática-liberal, ainda que com diferentes protagonistas e adaptando-se naturalmente à evolução dos contextos nacional e internacional, percorrendo mais de três décadas. Começa ainda na década de 1980 com muitas das características e dos protagonistas das lutas do tempo de Neto, aprofunda e evolui depois o pragmatismo-liberal com a transição para a economia de mercado nos anos 90 e, de 2002 em diante, mais ainda com a assunção do capitalismo liberal internacionalizado que se segue ao fim da guerra civil, em contextos internos e internacionais diversos como adiante veremos. A cooptação de elementos da oposição ao longo de toda a sua administração será uma constante.

Em termos da capacidade de afirmar e efetivar o seu poder pessoal e institucional e de moldar o regime naquilo que tem de estrutural até aos dias de hoje, a presidência de Eduardo dos Santos poderá ser analisada em quatro grandes períodos.

O primeiro período (1979-1982) será de afirmação pessoal do novo presidente a nível interno/partidário, num contexto de renovados e intensos conflitos entre as duas alas ainda nos moldes da administração de Neto.

¹⁷ Depois da morte de Agostinho Neto em Moscovo em 10 de setembro de 1979, o CC decidiu por unanimidade nomear Eduardo dos Santos como presidente do partido a 20 de setembro de 1979. No I Congresso extraordinário do MPLA-PT ocorrido em dezembro de 1980, dos Santos foi confirmado por unanimidade como presidente do MPLA. (*Africa Research Bulletin* – ARB, 1979, p. 5400 a-b; ARB, 1980, p. 5902).

O segundo período (1982-1985), será de efetivação do domínio absoluto do presidente sobre todo o aparelho patrimonial, caracterizado por um processo de reforço acentuado (extremo) dos poderes institucionais da presidência, chamando a si novos “poderes de emergência” (praticamente ilimitados), a coberto dos quais desenvolveu um estilo de progressivo hiper-presidencialismo na governação, ultrapassando não só os órgãos do governo, como também do próprio partido, autonomizando as relações econômicas com o exterior, especialmente no que concerne ao setor petrolífero.¹⁸

Um terceiro período será de longa transição (1986/87-2002/08), com as primeiras mudanças formais no sistema de planificação central da economia de orientação socialista (1986), que a par de alterações no contexto da política internacional conduzirão à adoção oficial de um sistema liberal de economia de mercado no congresso de 1990. Este período será caracterizado pela adaptação do sistema clientelar e patrimonial, entretanto estruturado nos princípios aqui designados de pragmatismo liberal, às novas vestes formais do multipartidarismo e economia de mercado, num contexto conturbado de prolongamento da guerra civil depois das frustradas eleições de 1992. Este período de transição e adaptação só se afirma categoricamente a partir de 2002, com a vitória militar do MPLA na longa guerra-civil, e a sua relegitimação política por via eleitoral consumada com a vitória esmagadora nas eleições de 2008.

Um quarto período será de 2008 à atualidade, podendo ser subdividido em duas fases. Uma primeira será até 2014, caracterizada pela consolidação constitucional do poder político hiper-presidencialista, agora num quadro multipartidário e de economia de mercado (Constituição de 2010), renovada maioria qualificada nas eleições de 2012 e consolidação do poder econômico das elites dirigentes no seio do MPLA, passando da consolidação interna para uma estratégia de internacionalização com significativos investimentos no exterior, beneficiando da alta do preço do petróleo de 2008 a 2014. Vamos assistir nesta fase ao aprofundamento, aperfeiçoamento e complexificação das relações económico-financeiras do regime com o exterior e do próprio sistema patrimonial de apropriação privada do bem público, aproveitando as diversas oportunidades abertas pela globalização económico-financeira e grande liberdade de movimentação de capitais, numa época de degelo ideológico e liberalismo acentuado.

¹⁸ Temas detalhadamente tratados em (VIDAL, 2006).

Uma segunda fase será de 2014 em diante, onde a estratégia anterior vai ser colocada perante novos desafios com sempre crescentes e renovadas pressões políticas internas e internacionais, acrescidas de pressões econômicas num contexto de baixa do preço do petróleo (principal sustentáculo financeiro do sistema de poder) e pela inevitável corrosão do poder pessoal hiper-presidencialista em face de mais um processo eleitoral previsto para 2017.

No que têm de relevante para a nossa discussão, estes grandes períodos serão analisados no restante do texto.

A afirmação do novo presidente perante os princípios em disputa, 1979-1982

O primeiro período decorre num contexto de renovados conflitos entre os progressistas socialistas (defensores do aprofundamento dos princípios marxistas-leninistas, do combate à corrupção generalizada e do internacionalismo progressista) e os pragmático-liberais-nacionalistas (defensores do quadro de relações econômicas tal como vinham evoluindo, articulando as práticas patrimonialistas ao abrigo de um modelo formal socialista, cooptando opositores e negociando alianças internacionais a Ocidente, ainda que mantendo as tradicionais alianças com o Bloco de Leste, cruciais do ponto de vista militar). Estes renovados conflitos serão materializados em quatro célebres “casos” ou combates político-econômicos resultantes de uma grande ofensiva da ala progressista: “caso Monty”; “caso ANGONAVE”, “caso *Kamanga*”; “caso da peça e do quadro”.

Será no âmbito destes conflitos e da sua “resolução” que o novo presidente conseguirá afirmar o seu poder pessoal e institucional, acima de todos e quaisquer grupos e indivíduos, moldando em boa parte o sistema de gestão política, economia-política e política externa que daí por diante se virá a consolidar e desenvolver no que tem de estrutural.

A primeira grande ofensiva da ala progressista contra os pragmáticos-liberais surgirá logo em setembro de 1981, com o “caso Monty”, em que o Ministro dos Petróleos, nomeado por Neto em novembro de 1978 (Jorge Augusto de Moraes “Monty”, claramente conotado com os progressistas), se assumiu como a voz crítica e denunciadora da crescente autonomia e opacidade no setor dos petróleos ao nível da empresa petrolífera estatal, SONANGOL, acusando publicamente o diretor da empresa, Hermínio Escórcio, de atos de corrupção. Monty sentiu que a empresa

começava a escapar à tutela do ministério e suspeitou daquela autonomia e opacidade. Numa altura em que a ala progressista ainda detinha algum poder de influência, a presidência viu-se pressionada a nomear uma comissão de investigação ao caso. Provavelmente desconfiando da idoneidade da comissão e da investigação, Monty pretendeu acompanhar o processo, mas foi prontamente impedido pela presidência. O presidente tomou o assunto pessoalmente em mãos e demitiu Monty do cargo de Ministro dos Petróleos. A comissão de investigação operou então sem qualquer supervisão de Monty ou de elementos da ala progressista, tendo mais tarde concluído que as acusações não tinham fundamento.

O problema de fundo estava obviamente no fato de já estar em marcha a estratégia de insularização da SONANGOL em relação ao governo e ao partido, mantendo-a sob controle exclusivo da presidência como adiante veremos.

Após o “fracasso” daquela primeira ofensiva, seguiram-se duas outras. Alguns meses depois do “caso Monty”, em 1982, surgiram uma série de rumores e denúncias relativamente anônimas, mas certamente provenientes de elementos ligados aos progressistas, que dominavam os setores da organização, propaganda e informação do partido. Estes rumores e denúncias desmascaravam várias fraudes, desvios de verbas e esquemas de corrupção na empresa nacional de navegação, ANGONAVE. De forma quase sequencial e utilizando a mesma estratégia, são colocadas a circular denúncias e informações comprovativas de um outro escândalo, desta vez referente a uma rede de tráfico de diamantes (*Kamanga*), que alastrava no topo do aparelho a um ritmo vertiginoso, atingindo proporções tão extensas, envolvendo tanta gente e tantos cargos, que ameaçava tornar-se “institucional”, sendo que os rumores e o subsequente processo judicial chegaram mesmo a implicar judicialmente a própria presidência (cf. *infra*).

Mais tarde, numa das sessões da comissão de trabalho da I Conferência Nacional, “sobre o papel dirigente do partido” (janeiro de 1985), o presidente pronunciar-se-á de forma extremamente elucidativa sobre todos estes casos e sobre o seu alegado envolvimento no caso *Kamanga*, argumentando com a existência de uma luta entre partidários de diferentes interesses, mas invertendo a situação e atribuindo a culpa da inocuidade dos processos judiciais aos partidários do Sr. Monty, ou aos supostos “grandes marxistas-leninistas” (aqui caracterizados de progressistas-socialistas),

Tratando-se do caso do Ministro dos Petróleos antigo, Senhor Monty, ele (...), teve uma intervenção insultuosa no Congresso Extraordinário [Dezembro de 1980]. (...) muitos camaradas consideraram-no um grande Marxista-Leninista. Agora talvez digam que já não é, mas naquela altura parece-me que consideraram-no um grande Marxista Leninista. (...)

(...) os partidários do senhor Monty nessa altura fizeram com que o processo não produzisse os efeitos desejados, o mesmo talvez se pudesse dizer para a ANGONAVE, o mesmo talvez se pudesse dizer para outras situações, pois de outro modo não seria lógico que mesmo contra mim me fossem desferidos golpes directos, como presidente do partido, como chefe de Estado, de tal maneira que utilizando os serviços do meu gabinete tivemos de fazer intervenções públicas no processo 105 [Kamanga] para repor a verdade. (...)

Mas foi um rude golpe porque se inventaram coisas: desvios de viaturas, tentou-se insinuar implicação em tráfico de diamantes e por aí em diante. Há um processo escrito sem que um dia sequer, qualquer dos funcionários do meu gabinete ou eu próprio fossem consultados ou ouvidos. Portanto, foi o Procurador Popular, que preocupado com o processo no tribunal, informou o Presidente do Partido, porque aquele tribunal no fundo depende do Presidente da República. Não são comportamentos normais mesmo nas sociedades capitalistas, quanto mais na nossa (MPLA, 1985, p. 76-77).

A última grande ofensiva progressista-socialista dar-se-á no final de 1982, por altura do aniversário do presidente Eduardo dos Santos (28 de agosto), consistindo num quadro satírico do próprio, que lhe foi oferecido na cerimônia oficial do seu aniversário¹⁹ e numa peça teatral também satírica, ridicularizando e caracterizando de incompetentes, incapazes e corruptos, alguns ministros da ala pragmática-liberal, entre eles o Ministro da Saúde, Mendes de Carvalho. A nova ofensiva provocou a imediata reação de vários elementos desta ala, especialmente os mais visados na peça, alertando as estruturas do poder, não só para as ofensas de que tinham sido alvo na peça, mas sobretudo para as ofensas pessoais ao presidente, contidas no quadro, e para as possíveis consequências políticas de tais atos, passíveis de serem interpretados como uma falta de autoridade e força do presidente, incapaz de se fazer respeitar.

¹⁹ No quadro o presidente aparecia equipado de futebolista com uma bola nos pés, um poço de petróleo a jorrar dólares, com uma mulher sensual ao lado, uma cesta de lixo de onde saiam umas pernas sexys de mulher, numa referência à namorada que havia deixado há pouco tempo e à sua nova namorada, dando a entender que o presidente era um *bon vivant*, apenas interessado em futebol, mulheres e dinheiro.

O alerta e agitação política dos pragmático-liberais tocaram numa questão crucial e muito sensível, pois que em vários quadrantes do partido há muito cresciam as críticas em relação à incapacidade do presidente de se impor internamente face às pressões da ala pragmática-liberal e às provocações dos progressistas, sendo que esta última começava a ultrapassar todos os limites, não só com a peça e o quadro, mas também com o caso *Kamanga*. Dentro de uma racionalidade patrimonial, ao contrário de uma racionalidade burocrática moderna, acusações de corrupção, desvios, roubos, etc. não têm grande impacto, nem para os visados, nem para a opinião pública em geral, contudo, ofensas pessoais (dramaticamente apelidadas em Angola de “faltas de respeito”), têm um efeito demolidor na imagem pública, sobretudo se o visado ocupa posições de chefia e liderança e não responde com dureza e firmeza, perdendo toda a credibilidade enquanto “Chefe”, incapaz de mostrar os principais atributos de um chefe – autoridade e força.

Neste contexto, não restava alternativa ao novo presidente senão afirmar duramente a sua autoridade, poder político e pessoal, tal como Neto tivera de fazer em 1977. José Eduardo dos Santos vai então desencadear uma forte purga em toda a linha, começando com a prisão do autor da peça teatral, Costa Andrade Ndunduma (mestiço, totalmente conotado com a ala progressista-socialista, secretário do sindicato dos jornalistas e ex-biógrafo oficial de Agostinho Neto), preso a 22 de dezembro sob a acusação de “faccionalismo e falta de respeito pelo Presidente” (ARB, 1983, p. 6704-6705). Seguiram-se as prisões de dois proeminentes membros do Departamento de Propaganda e Informação – DEPI, Raúl Araújo, que entregou em mãos o quadro ao presidente, e Vantagem Lara²⁰, filho adoptivo de Lúcio Lara, o grande ideólogo do partido e figura de referência dos progressistas-socialistas, tendo a sua própria mulher, Ruth Lara, sido destituída do seu cargo no DEPI (ARB, janeiro 1983, p. 6704-6705).

A purga prosseguiu ao nível do partido com o afastamento de Ambrósio Lukoki (Bakongo), membro do Bureau Político e chefe do DEPI, por ter autorizado a representação da peça sem ter verificado o seu conteúdo, sendo substituído no BP por um militar, o Tenente Coronel Francisco Magalhães Paiva “Nvunda” (chefe da Direção Política das

²⁰ Um quarto elemento dissidente, Simão Paulo, quadro do departamento de organização foi detido a 8 de Janeiro de 1983, sendo mais tarde liberto juntamente com Vantagem Lara e Raul Araujo. Costa Andrade NDunduma, contudo, permaneceu preso até 25 de janeiro de 1984 (ACR, 1983, p. B598).

FAPLA e Vice-Ministro da Defesa), numa clara demonstração de força. A 23 de dezembro, a purga chegou ao governo com o afastamento de três membros do executivo, o governador do Banco Nacional, José Vítor de Carvalho (substituído pelo Ministro das Finanças Augusto Teixeira de Matos) e mais dois Vice-Ministros, Luís Fonseca dos Santos (Construção), e um histórico do Partido, o escritor Artur Pestana “Pepetela” (Educação), claramente conotado com os progressistas-socialistas.²¹

No final do mês de dezembro de 1982 a campanha de purga saldava-se pela suspensão de 32 membros dos departamentos de organização e informação do partido – os departamentos de forte implantação progressista-socialista.

A demonstrar que a ala pragmático-liberal também não escapava ao poder do presidente, em julho de 1982 Manuel Pedro Pacavira foi destituído do cargo de Secretário do Partido para a Produção, por alegados erros na sua anterior função enquanto Ministro da Agricultura (que ele já havia deixado há dois anos – obviamente um pretexto). Outro proeminente membro da ala pragmático-liberal, Paiva Domingos da Silva, foi destituído do seu cargo enquanto líder da Organização de Defesa Popular – ODP (ARB, julho 1982, p. 6538; THE GUARDIAN, 25 julho 1982) e o próprio Agostinho Mendes de Carvalho foi destituído de Ministro da Saúde a 3 de junho de 1983 (ACR, 1985, p. B598).

Estando ainda bem viva na memória de todos a brutalidade da purga do pós-27 de Maio de 1977, bastou a onda de prisões, interrogatórios e destituições para acalmar as hostes partidárias e afirmar definitivamente o poder do novo presidente. Para além do mais, as novas ofensivas militares da UNITA, suportadas pela África do Sul, pressionavam para a imperativa união do partido.

Algumas explicações oficiais do caso “da peça e do quadro” serão mais tarde apresentadas pelo próprio presidente, no relatório

²¹ Segundo as palavras do próprio Pepetela (entrevista que me concedeu em Luanda a 14 Julho 1998), não foi demitido, mas demitiu-se, numa atitude que já estava planeada há muito tempo e que não teve relação direta com o caso da peça e do quadro. Contudo, tendo a demissão ocorrido no momento em que ocorreu e sendo o escritor claramente conotado com a ala progressista-socialista, em termos de política interna de bastidores a sua demissão representou mais uma baixa para aquela ala, ideia esta reforçada alguns dias mais tarde (29 de dezembro), quando Pepetela criticou publicamente a prisão de Costa Andrade, numa confrontação aberta entre escritores conotados com as duas alas na União dos Escritores Angolanos, tendo na altura estado em minoria a posição progressista-socialista. Igualmente a nível externo, o afastamento de Pepetela foi interpretado exatamente nos mesmos termos (ACR, 1983, p. B598).

rio do CC ao II Congresso, inserindo-o no contexto dos casos ANGONAVE e *Kamanga* e identificando-o com a corrente partidária que se manifestara já no I Congresso Extraordinário, *i.e.*, os supostos “grandes Marxistas-Leninistas do Sr. Monty” (MPLA, 1985, p. 69).

Depois de afirmado o seu poder e acalmadas as hostes partidárias, o presidente efetuou em fevereiro de 1983 uma pequena remodelação ministerial e readmitiu 18 dos 32 membros suspensos, mas somente aqueles que haviam tido um envolvimento indireto no caso. Ruth Lara continuou suspensa, num rude golpe que afetou diretamente Lúcio Lara, que desde então foi progressivamente decaindo de importância efetiva no seio do aparelho, sendo afastado do Comité Central logo na primeira oportunidade – o II Congresso, de 1985.

Início da hegemonia econômico-política da presidência, 1982-1985

Com a afirmação do seu poder pessoal, o novo presidente vai de igual modo afirmar os princípios de gestão da economia política a nível interno e externo, consistindo em boa medida no desenvolvimento das linhas estratégicas pragmáticas-liberais que vinham da administração de Neto: pragmatismo ou tolerância para com as prevalecentes práticas predatórias; relaxamento de normas socialistas, e abertura econômica e política ao Ocidente, não descurando a tradicional aliança com os parceiros do Bloco de Leste, cruciais do ponto de vista militar; circulação de membros no carrossel patrimonial para equilíbrio de poderes e acesso à distribuição de recursos e benesses, que permitisse manter o *status quo* e manter a hegemonia econômico-política e o poder pessoal do novo presidente.

O resultado dos três casos – Monty, ANGONAVE e *Kamanga* –, será elucidativo dos princípios de gestão adotados pela nova administração.

No caso Monty, o presidente protegeu de forma pessoal e explícita Hermínio Escórcio, não permitindo um processo judicial normal e demitindo Monty, enfrentando-o direta e pessoalmente, revelando desde logo a importância que dava à nova estratégia de insularização da SONANGOL sob ordens diretas e exclusivas da presidência, não mais do Bureau Político como no tempo de Neto.

Aproveitando o agravamento do conflito militar e o momento conturbado com as renovadas lutas internas entre as duas alas, o presidente vai “exigir” do Comitê Central a concessão de novos “poderes de emergência” (concessão deliberada por unanimidade na XX sessão ordinária do Comitê Central, de 30 de novembro a 8 de dezembro de 1982), constituindo a base sobre a qual vai apoiar todo o processo de construção de mecanismos e implementação de medidas que lhe permitirão exercer o domínio hegemônico sobre todo o aparelho de poder patrimonial. Vai esvaziar de poder econômico-político efetivo o aparelho governamental e mesmo o aparelho partidário, autonomizando a favor da presidência e dos seus órgãos subsidiários a área das relações externas nas matérias importantes para a lógica do sistema – negócios com entidades públicas e privadas externas, nomeadamente ao nível do petróleo (VIDAL, 2006), constituindo a SONANGOL como pedra angular desta estratégia.

Ao contrário do que por vezes se sugere, esta estratégia foi delineada na altura pela presidência, percebendo a crescente e crucial importância da renda petrolífera para a estruturação e controle hegemônico de todo o sistema político-econômico. Não foi de todo uma estratégia de quaisquer diretores anteriores (sendo Freudenthal o primeiro diretor) ou seguintes, ou do maior ou menor brilhantismo técnico-político de qualquer um deles (OLIVEIRA, 2007). Independentemente da competência técnica cada vez mais apurada e exigida a cada diretor que se seguiu e a todos os quadros superiores da empresa com funções executivas e/ou deliberativas, estes passaram essencialmente a desempenhar a função de cumprimento de orientações da presidência em matéria de maximização de lucros, manutenção da opacidade e secretismo das contas do petróleo.

A empresa foi insularizada de qualquer influência partidária e governamental, passando a desempenhar as funções de processador de todo o *software* e *hardware* de gestão do sistema político patrimonial moderno efetivamente existente, permitindo a grande apropriação privada de recursos públicos e a alimentação das redes de distribuição/cooptação necessárias à manutenção do *status quo* e à hegemonia do poder presidencial sobre todo o sistema político-econômico (VIDAL, 2009).

Nos casos da ANGONAVE e *Kamanga*, embora os processos judiciais tivessem efetivamente sido instaurados ao longo de 1982, num período em que a ala progressista-socialista ainda tinha alguma influência, os julgamentos só tiveram lugar em 1984, depois de o

presidente ter afirmado o seu poder sobre as duas alas, não resultando em nenhum efeito prático para os acusados e sentenciados.²²

Com tal resultado, uma mensagem clara e simples foi passada: o presidente assumia a posição pragmática e flexível da ala direita no que respeitava à aceitação do alastramento impune das práticas econômicas predatórias que atravessavam todo o espectro social, conforme antes denunciado pelos documentos do próprio partido (*cf. supra*). No entanto, tal posição não significou a vitória dos partidários da ala pragmática-liberal na liderança do aparelho de gestão patrimonial, mas antes a transformação do patrimonialismo partidário, que se havia desenvolvido até aí, em patrimonialismo presidencialista, que se vai afirmar daí em diante até à atualidade (VIDAL, 2006). Os líderes das duas alas vão perder importância e qualquer poder de influência política significativa. Vão prevalecer os princípios pragmático-liberais, que se vão afirmar cada vez mais, mas dilui-se a liderança das personalidades históricas que os encabeçavam, sumindo-se no carrossel patrimonial. A competição política no seio do partido assumirá novos moldes e novos personagens, mais relacionada com disputas e competições pela ocupação de cargos dentro do aparelho existente e respectivas possibilidades de apropriação de recursos e acumulação de riqueza nas redes clientelares do que com quaisquer divergências ideológico-político-econômicas e, sobretudo, sempre dentro da primazia da total lealdade e submissão ao poder do “Chefe” e nos limites de competição por ele estabelecidos.

O novo presidente levará ao extremo o modelo de gestão inaugurado por Neto, procedendo a infundáveis e permanentes rondas de remodelações na administração central e local, sempre dentro da

²² No caso ANGONAVE (julgado a 17 de março de 1984), o diretor da empresa, Carlos Osvaldo dos Santos Rúbio, avisado a tempo, viajou para o estrangeiro, tendo sido julgado pelo Tribunal Popular Revolucionário e condenado *in absentia* por desvio de fundos. Os poucos membros da direção condenados, apelaram e foram libertos algum tempo depois, logo que o caso deixou de ser falado. No caso Kamanga (ou processo 105/83), julgado dois meses depois do caso ANGONAVE (Maio de 1984), no meio de um grande aparato midiático, foram levados à barra do tribunal 124 réus (um número infimo em relação à dimensão da rede implicada), acusados de tráfico de diamantes e troca ilegal de divisas. Dos 124 acusados, 28 estavam a ser julgados *in absentia*, e sessenta eram estrangeiros (56 portugueses). Vários membros do topo do aparelho de Estado e das Forças Armadas foram igualmente envolvidos. Cinco membros da FAPLA (Forças Armadas), dois dos quais de alta patente, foram acusados. Dois membros do CC, Tenente-Coronel Antonio Moises (Ndozi) e Celestino Bernardo (Tchizainga) foram suspensos depois de referenciados por um relatório da Segurança de Estado que sugeria a sua implicação. O julgamento terminou a 30 de outubro com a pena de morte para um arguido angolano (de origem portuguesa), Francisco Fragata, e 73 sentenças de cadeia entre 5 a 16 anos. Não obstante, todos os acusados recorreram das sentenças e conseguiram a sua alteração, sendo que nenhum dos condenados cumpriu mais de ano e meio de prisão efetiva, incluindo o próprio Francisco Fragata (ACR, 1985, p. B611).

referida lógica de rotação no carrossel patrimonial, de acordo com as necessidades e princípios de gestão de equilíbrios políticos vários, assegurando a manutenção do poder por via da distribuição seletiva de benesses e cooptação. A grande diferença em relação à administração de Neto será, por um lado, a utilização das remodelações para efeitos de “expição de culpa alheia”, ou seja, a necessidade da presidência de fazer “rolar cabeças” em alturas de acentuada crise, encontrando bodes expiatórios para assumirem as responsabilidades por fracassos governativos, que, dada a concentração de poderes na presidência e seus serviços subsidiários, raramente cabiam aos ministérios. Os destituídos, depois de uma fase mais ou menos breve de expiação de culpas, voltavam (de acordo com a lógica interna) a ser nomeados para outros cargos no seio do carrossel patrimonial. Ademais, a rotação patrimonial servirá igualmente para impedir a excessiva proeminência de novas personalidades no seio do sistema político, que passa a ser cada vez mais centrado na figura e na pessoa do presidente, acima de todas e quaisquer outras personalidades, impedidas de criar círculos autônomos de poder, redes de influência e constituintes.

Dada a lógica patrimonial do modelo de gestão, raramente o presidente afastava definitivamente algum membro do carrossel patrimonial, mesmo em situações de manifesta e gritante incompetência, sendo extremamente acesas e difíceis de gerir as disputas internas pelas nomeações, tal como se pode claramente perceber das palavras do próprio presidente,

Finalmente eu quero dizer aos camaradas que a constituição me dá competências, como chefe do governo, como chefe do Estado, para substituir membros do Governo, embaixadores e nomear. Mas tenho a impressão que nós nem sempre aceitamos bem a aplicação dessas competências. (...) Se alguém foi substituído dum lugar, há sempre uma corrente de opinião que se forma contra, outra corrente a favor, essa é na minha experiência, um aspecto. Outro aspecto é que enquanto não lhe for dada outra função, há sempre elementos preocupados e que avançam propostas, 'agora já pode ir para aqui', 'acho que já pode ir para ali, porque está desocupado', etc. (...) esta é a situação e até há alguns que resistem.

Portanto, não é assim tão fácil como os Cdas. estão a dizer e (...) naqueles casos em que se optou primeiro pela responsabilidade dos erros cometidos aqui ou ali antes da substituição, também não foi fácil. (...) na prática, e estou a falar da minha experiência, os Cdas. não podem imaginar quanta ginástica às vezes tenho de fazer para resolver situações destas (MPLA, 1985, p. 75-79).

Também a exemplo de Neto, embora com uma importância relativa decrescente, eram tidos em conta critérios de equilíbrio etno-regional, com primazia para o grupo Mbundu/Creolo no seio do MPLA. Os Ovimbundus do partido mantiveram-se em posições de segundo plano, continuando a ser Faustino Muteka o único Ovimbundu nos órgãos de topo do partido. Esta situação vai alterar-se ligeiramente a partir de 1986, com a ascensão de Marcolino Moco, Ovimbundu, nomeado para governador provincial do Bié - planalto central.²³

A respeito da aproximação a grupos rebeldes exteriores ao MPLA, Eduardo dos Santos prosseguirá com a estratégia delineada por Agostinho Neto, baseada na clemência e integração (subordinada) no aparelho partidário/estadual e consequente integração na estrutura de acesso aos recursos – cooptação. Neste sentido, voltará a ser desencadeada uma forte campanha de clemência apelando à rendição dos membros de grupos rebeldes (ARB, outubro 1984, p. 7407 C). Em resultado direto da campanha, em outubro de 1984, entregaram-se milhares de guerrilheiros e apoiantes da FNLA, entre eles um histórico do movimento, Johnny Edouard Pinnock, primeiro-ministro do governo de transição de 1974, e Tonto Afonso de Castro, Chefe das Forças Armadas.²⁴ A julgar pelo discurso do presidente à I Conferência Nacional do Partido, a política foi pela primeira vez estendida a elementos da UNITA (MPLA, 1985, p. 29).

Com o topo de regime essencialmente preocupado com a insularização da grande fonte de receitas, disseminaram-se pela população em geral as práticas predatórias conforme anteriormente referido, baseadas na legitimidade da necessidade económica, cada vez mais distante da lei, levando a I Conferência Nacional do partido, de janeiro de 1985, a realçar a necessidade de recuperar o respeito pela lei (MPLA, 1985, p. 23-24).

Mudança oficial na orientação político-ideológica da economia, início da transição, 1986-1991/92, prolongando-se até ao final da guerra civil em 2002

Afirmado o seu poder internamente, o presidente sentiu-se com força suficiente para introduzir as primeiras e significativas alterações

²³ Mais tarde, por questões essencialmente cosméticas, vários outros Ovimbundu irão ascender no seio do aparelho, especialmente com a transição para o multipartidarismo e a preparação das eleições de 1992, tendo Marcelino Moco chegado inclusive a 1º Ministro no governo formado pelo MPLA após as eleições de 1992.

²⁴ A rendição sucedeu após a publicação do editorial do Jornal de Angola que repetiu o apelo do governo à rendição de todos os rebeldes no interesse da reconstrução e unidade nacional (ARB, Outubro 1984, p. 7407 C).

na orientação oficial/ideológica da economia. Isto aconteceu logo na primeira oportunidade, em 1985, no âmbito do II Congresso, cujos principais documentos questionaram pela primeira vez: os métodos de gestão e a direção da economia (ACR, 1987, p. B618; MPLA, 1985, p. 95; MPLA, 1985a, p. 99, 105, 111-112); a anacrônica e onipotente direção planificada da economia com distorcidas políticas de investimento (MPLA, 1985, p. 33-35; MPLA 1985a, p. 90-92); o sistema de preços fixados administrativamente sem refletir os custos reais de produção (MPLA 1985, p. 34; MPLA 1985a, p. 93-94, p. 106-108); os extensos e anti-produtivos aparelhos burocráticos (MPLA, 1985, p. 22; MPLA, 1985a, p.95, 106.); a necessidade de tirar maiores vantagens da iniciativa privada, externa e interna (MPLA, 1985, p. 110-111, 143; MPLA, 1985a, p. 107, 145); e os profundos desequilíbrios financeiros e macroeconômicos que não se poderiam explicar exclusivamente com a guerra.²⁵

Estes desequilíbrios clamavam por um programa de “Saneamento Econômico e Financeiro”, a ser implementado no quinquênio seguinte (MPLA 1985a, p. 89). Na realidade, tal Programa de Saneamento Econômico e Financeiro – SEF, veio a ser introduzido dois anos mais tarde, em agosto de 1987, de forma a corrigir os desequilíbrios financeiros internos e externos e a reestruturar e reabilitar o sistema econômico.²⁶

O programa incluía a privatização de empresas não estratégicas, a redução do setor estatal, a legalização do setor privado (*i.e.*, pequeno comércio, transporte público e comercial e construção), o fim dos subsídios orçamentais às empresas estatais, a devolução das fazendas estatais aos camponeses, o aumento dos preços para refletirem os custos de produção, a autorização da livre circulação de produtos entre províncias, o livre curso da procura e da oferta nestes mercados e a desvalorização do Kwanza (ANGOP, 17 agosto 1987, partes 5, 9, 10, 11, 12). Das medidas propostas, tornava-se claro que o novo programa significava muito mais do que o reforço das tendências iniciadas durante a presidência de Neto (relaxamento de orientações socialistas-marxistas e tolerância em relação ao pequeno comércio conforme defendido pelos pragmático-liberais), representando um ponto de viragem no sistema

²⁵ A Conferência Nacional referiu expressamente que tais desequilíbrios não poderiam ser desculpados ou justificados pela situação de guerra, ainda que o impacto da guerra tivesse que ser reconhecido (MPLA 1985, p. 29-32).

²⁶ Na apresentação do SEF, o presidente explicou que o programa vinha no cumprimento das orientações do II Congresso e justificou o atraso com a necessidade de prestar mais atenção a medidas de emergência que entretanto surgiram (ANGOP, 17 agosto 1987, partes 2, 3, 4).

econômico formal – uma nova fase, conforme referido pelo presidente (ANGOP, 17 agosto 1987, parte 5), ou o “fim de uma época”, conforme enfatizado por observadores estrangeiros (LIBÉRATION, 20 agosto 1987). Gradualmente, transformava-se a anterior economia formalmente socialista numa oficialmente declarada economia de mercado, que veio a ser anunciada no III Congresso, de 1990, mas mantinham-se inalteradas as distorções econômicas que se haviam tornado estruturais à lógica patrimonial dominante.

Em termos de abordagem econômica ao Ocidente, uma vez apresentados os principais objetivos do SEF, tornou-se claro que seguiam as recomendações do Banco Mundial e do FMI em termos de política econômica para países africanos. À medida que se agravavam as finanças estatais angolanas²⁷, o SEF pretendia de fato facilitar a candidatura de Angola a membro daquelas organizações como forma de aceder a empréstimos e de facilitar processos de reescalonamento da dívida externa (ANGOP, 17 agosto 1987, partes 7 e 8).²⁸ Depois de um longo e complicado processo, e apesar da objeção dos EUA, Angola foi finalmente admitida como membro do FMI em julho de 1989 (ARB, outubro 1987, p.8648, a,b,c, p. 8649-a; FINANCIAL TIMES 14 e 21 setembro 1987), tendo conseguido resolver os seus problemas de dívida por via de reembolsos de curto prazo. Tão logo estes objetivos foram alcançados, o SEF caiu do estado de graça, especialmente no que toca às suas mais criticadas políticas a nível interno, como a desvalorização da moeda nacional e a redução do ineficiente setor público.²⁹ O problema estava, obviamente, no fato de que essas distorções com que o SEF se propunha terminar se haviam tornado estruturais ao sistema patrimonial moderno e encontravam enormes resistências para a sua extinção.

Com o fim da Guerra Fria e a “falência” do Bloco do Leste e de seu modelo econômico e político, a década de 1990 trouxe uma vaga de liberalização sobre os países africanos para procederem a programas de reajustamento estrutural, equilibrando as contas internas e externas e reduzindo o setor público.³⁰

²⁷ O agravamento das contas do Estado é admitido em detalhe pelo discurso presidencial que introduz o SEF (LIBÉRATION, 20 agosto 1987; ANGOP, 17 agosto 1987, partes 3 e 5).

²⁸ Sobre o problema da dívida ver ANGOP, 17 agosto 1987, parte 7 e artigo de Tony Hodges no *Financial Times* (HODGES, 1987); sobre a intenção de Angola em aderir ao FMI ver artigo no *Libération* (17 agosto, 1987); igualmente artigos no *Financial Times* (14 e 21 de setembro 1987).

²⁹ Sobre a resistência interna à aplicação de algumas medidas e ao subsequente fracasso do SEF ver (ACR, 1990, p. B558-B559).

³⁰ Angola foi igualmente sujeita a estas pressões conforme referido pelo próprio presidente Eduardo dos Santos no seu discurso de abertura do III Congresso do MPLA que introduz a transição para o sistema multipartidário e a economia de mercado em 1990 (MPLA, 1990, p. 8-9).

No entanto, também esta nova onda de pressões internacionais não obteve muitos resultados em Angola. A suposta redução do setor público e o estímulo da iniciativa privada ignoraram a reestruturação da administração do Estado e a redução do número de funcionários de um mega aparelho ineficiente que servia essencialmente como distribuidor de rendas/salários, centrando-se essencialmente na concessão (suposta privatização) de infra-estruturas comerciais, industriais e agrícolas aos membros escolhidos da elite governativa a preços simbólicos. No fim, a privatização mais não representou que o reforço da apropriação privada de bens públicos – predação –, agora num contexto que oficialmente privilegiava a propriedade privada. A privatização também não representou mais do que a permissão para que estes membros da elite dominassem o novo setor empresarial privado³¹ da futura “economia de mercado” (ainda que sempre debaixo da dependência das estruturas de topo do partido/Estado para acesso a linhas de crédito, licenças de importação, acesso a divisas à taxa de câmbio oficial, etc.).

Assistiu-se não a uma transição para uma economia liberal de mercado, mas antes a uma adaptação do sistema patrimonial moderno efetivamente existente, que despiu as vestes formais do Socialismo monopartidário para assumir as vestes da economia liberal de mercado, mas na prática mantendo a sua original lógica de fundo, *i.e.*, a utilização do aparelho de Estado para benefício e apropriação privada do bem público por parte das elites dirigentes, dependentes e leais à presidência, cooptando opositores ao sistema clientelar e assegurando-lhes assim a manutenção hegemônica do poder, consagrando as velhas ambições da ala pragmática-liberal em efetivamente se transformar numa burguesia de Estado, conforme havia sido acusada pelos velhos líderes da ala progressista-socialista nas décadas de 1970 e 1980.

Em relação ao conflito com a UNITA, voltou a ser tentada a velha tática (desde sempre defendida pela ala pragmática e praticada pelos dois presidentes) de integração por cooptação dos opositores no sistema existente, por via dos acordos de paz de Gbadolite de junho 1989. No entanto, depois de assinado, o acordo foi recusado por Savimbi, alegando que os termos expressos no texto final – de

³¹ Logo em 15 de julho de 1989, várias peças legislativas foram aprovadas no sentido de reestruturar o setor econômico estatal e alterar a atividade comercial; ver decreto 31/89, *Diário da República – DR*, 1ª série, 27, 15 julho 1989; decreto 34/89 *Diário da República – DR*, 1ª série, 27, 15 julho 1989; igualmente decreto executivo do Ministério do Comércio Interno 24/89, *DR*, 1ª série, 27, 15 julho 1989, que aprova a concessão de estabelecimentos comerciais pertencentes ao Estado a outros agentes econômicos. Enfatizando a ineficácia do SEF, especialmente no que toca às mais “controversas” medidas, ver (ACR, 1990, p. B558-B559).

reconhecimento e aceitação do governo do MPLA por parte da UNITA e sua integração no sistema político existente – não correspondiam aos termos acordados nas negociações.³² Perante o sucedido, seguiu-se nova e supostamente derradeira ofensiva militar em dezembro de 1989, elucidativamente denominada de operação “último assalto”, sobre os territórios normalmente ocupados pelas forças da UNITA no Cuando-Cubango, prolongada pelo ano seguinte (GRANDE REPORTAGEM, março/junho 1990, p.105-113). Goradas estas iniciativas de cooptação e coerção e tendo em conta o contexto de queda do muro de Berlim e fim do Bloco de Leste, era difícil outra opção que não a relegitimação interna e externa por via da transição para o multipartidarismo.

Oficialmente o modelo socialista durou até ao III Congresso do MPLA em dezembro de 1990. Negociações complexas com a África do Sul, os EUA e Cuba levaram à retirada das tropas cubanas e à independência da Namíbia, numa aplicação da resolução 435 da ONU, consagrando em matéria de política externa a vitória das posições pragmáticas que a ala pragmática-liberal sempre defendera, embora já sem a aliança militar com o Bloco de Leste (de si mesma já muito enfraquecida) e abrindo caminho a um acordo entre MPLA e UNITA em Bicesse e às primeiras eleições gerais multipartidárias em Angola em setembro de 1992.³³

Perante a inevitabilidade da mudança, o partido e o seu presidente encetaram uma estratégia de rápida e esforçada adaptação ao novo contexto, conforme demonstrado pelos três congressos que o MPLA realizou no curto período entre 1990 e 1993, que deveriam ajudar a esta adaptação nas suas linhas gerais e específicas em função do embate eleitoral, apoiando-se fortemente no controle presidencial/partidário sobre o executivo, o legislativo e o judicial, mantendo sob apertado controle os novos espaços de liberdades civis e políticas recém-criados. As estruturas partidárias foram reabilitadas, reestruturadas e alargadas para abarcar o maior número possível de membros (depois da política de purga e seletividade dos membros que se seguiu a 1977, implementada

³² Ver entrevista de Alcides Sakala em “O Jornal”, edição de 25 de agosto de 1989, afirmando que Savimbi não se comprometera em retirar temporariamente da vida política. Ver igualmente (“Jeune Afrique”, nº 1515, 15 de janeiro de 1990, p. 21).

³³ De referir que a nível dos setores de pensamento militar do MPLA, vingava a ideia de que sem o apoio da África do Sul e território da Namíbia, a UNITA não teria capacidade de enfrentar as Forças Armadas angolanas ainda que sem apoio soviético-cubano (a partir de conversas com oficiais de alta-patente das FAPLA sob anonimato). Ainda que fora do escopo deste trabalho, a mais longo prazo esta perspectiva acabou por se verificar, embora num contexto regional e internacional diferente, *i.e.* final da década de 1990 e início de 2000.

pela ala progressista-socialista no processo de retificação partidária). O partido voltava ao seu caráter de massas, que sempre havia sido defendido pelos pragmático-liberais nas décadas de 1970 e 1980.

Se a nível econômico a adaptação se processou de forma relativamente suave, com o processo de privatizações a transformar a nomenclatura anterior na nova classe empresarial, a nível político a adaptação far-se-á de forma mais lenta e dificultada a vários níveis devido ao retomar da guerra logo após as eleições de 1992. O movimento de Savimbi saiu derrotado nas legislativas (53.74% de votos no MPLA contra 34.10% na UNITA) e nas presidenciais (49.57% de votos em José Eduardo dos Santos contra 40.07% em Savimbi), mas tendo a UNITA recusado a veracidade dos resultados, o conflito foi retomado.

A guerra estender-se-á até 2002, representando um conjunto de obstáculos à referida adaptação política do regime para a manutenção da sua hegemonia, *status quo* e lógica de funcionamento num modelo multipartidário. O MPLA foi obrigado a diversas cedências e negociações políticas e diplomáticas, desde logo com o representante especial do secretário-geral da ONU em Angola – Alioune Blondin Beye –, mas também com a oposição parlamentar em face da inexistência de uma maioria parlamentar qualificada do MPLA (importante nas questões como a aprovação da nova constituição ou de nova legislação eleitoral) e tendo no terreno um opositor armado com forte capacidade de pressão negocial por essa via.

No entanto, todo o cenário muda radicalmente depois de 2002, com a vitória militar inequívoca sobre a UNITA e a morte do seu líder. Independentemente das pressões internacionais (EUA e EU) e nacionais (e.g. *movimento Pro-Pace*), o memorando do Luena foi assinado exclusivamente pelo vitorioso MPLA e a derrotada UNITA, passando a ser estes os novos termos da relação de poderes em Angola.

A partir daqui a estratégia de manutenção hegemônica do poder e do *status quo* por via de relegitimação eleitoral, que havia sido desenhada nos dois congressos imediatamente anteriores às eleições de 1992, pôde finalmente ser colocada em prática sem grandes obstáculos, almejando inclusive uma vitória eleitoral esmagadora (qualificada) que traduzisse a vitória militar e que permitisse ultrapassar os diversos bloqueios negociais com a oposição parlamentar.³⁴ A exemplo do que acontecera em Moçambique com a FRELIMO e na África do Sul com o ANC,

³⁴ A respeito destes bloqueios ver (VIDAL, 2006).

também o MPLA almejou e alcançou a sua maioria qualificada nas eleições de 2008 com 81,64% dos votos contra 10,39% da UNITA.

Com a esmagadora vitória eleitoral conseguia-se “fechar” o processo de “transição” política do MPLA iniciado em 1990, passando de partido único socialista para partido hegemônico num sistema democrático-liberal multipartidário, mantendo a sua lógica de funcionamento estrutural de sempre. O regime estava agora relegitimado a nível nacional e internacional num quadro multipartidário de paz, consagrado como critério primordial de legitimidade internacional desde o início da década de 1990.

Para a estratégia eleitoral vencedora, contribuíram de forma significativa não só a subida do preço do petróleo no mercado internacional, mas também o sucesso da nova parceria externa com a China. De 2004 em diante o governo pode recorrer a significativos empréstimos do governo Chinês, cobertos pelo fornecimento de petróleo, em condições comparáveis ao crédito de ajuda ao desenvolvimento concedido por instituições financeiras internacionais (MIRANDA, 2004, p. 18), mas sem os condicionalismos associados aos empréstimos destas instituições, como transparência nas contas públicas e respeito pelos direitos humanos (VIDAL, 2009). Estes empréstimos permitiram descartar aquele tipo de pressões do Ocidente que se acentuavam desde o fim da guerra no seio da conferência de doadores para a reconstrução pós-guerra, e que simplesmente foram descartados tão logo se conseguiu o acordo com a China. Os empréstimos da China serão replicados e multiplicados ao longo da década seguinte.

Consolidação do poder político-econômico com maioria qualificada

Com a nova maioria qualificada, o partido alcançou o controle absoluto sobre o legislativo, especialmente na tão aguardada aprovação da nova constituição em 2010, inteiramente de acordo com os interesses do partido no poder e da gestão política vigente, que, contra todas as pressões internas e externas, simplesmente descartou as eleições presidenciais diretas.

A nova constituição consagrou e reforçou (dentro do novo quadro “democrático multipartidário”) a já antiga e efetiva supremacia da presidência sobre todos os outros órgãos de soberania, seja ao nível do executivo, do legislativo ou do judicial, caracterizado por alguns como presidencialismo superlativo (MOREIRA, 2010). O presidente,

para além de Chefe de Estado e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, é o Chefe do Executivo, presidindo ao Conselho de Ministros, organizando a estrutura governativa como entende, nomeando e exonerando Ministros de Estado, Ministros e Secretários de Estado, Governadores e Vice-Governadores provinciais, nomeando os juizes do Tribunal Supremo, do Tribunal de Contas, do Supremo Tribunal Militar e membros dos Conselhos Superiores da Magistratura, entre vários outros poderes (Constituição da República de Angola, 2010, arts. 119 a 124).

Tirando proveito de um contexto financeiro e econômico internacional extremamente favorável, resultante de uma alta acentuada do preço do petróleo a partir de 2009, o regime beneficiou de um afluxo massivo de fundos que permitiram expandir o sistema redistributivo e continuar a investir em infraestruturas, algumas políticas sociais de educação, saúde, habitação e efetiva redução da pobreza com um acelerado crescimento econômico nos anos seguintes.

Tirando igualmente vantagem da crise financeira europeia e, especialmente, portuguesa, o regime angolano através da sua “desde sempre” angular empresa de petróleos – a SONANGOL – e das suas principais elites beneficiárias (lideradas, entre outros, pela filha do próprio presidente, Isabel dos Santos), desenvolveu uma estratégia de internacionalização do capital que vinha sendo acumulado por via da apropriação patrimonial. A estratégia de internacionalização passará pelo forte investimento em setores econômicos cruciais, como a banca, comunicações, energia, mídia e seguros, sobretudo em Portugal. A atuação da empresa processar-se-á em termos cada vez mais opacos, camuflados e recorrendo a esquemas de internacionalização financeira cada vez mais complexos e dissimulados, beneficiando da imensidão de novos instrumentos trazidos pela globalização financeira (COSTA, LOPES; LOUÇÃ, 2014; OLIVEIRA 2015; FERNANDES, 2015; FILIPE 2013).

Começa aqui uma fase importante de branqueamento do sistema de acumulação das últimas décadas, mas igualmente de aumento da influência internacional do regime e também reforço da legitimação por esta via, procurando evitar desfechos de outros casos africanos de confisco internacional de capital acumulado por apropriação patrimonial e outros mais graves que acabaram no Tribunal Penal Internacional.

Em termos de política externa, mais que nunca esta estratégia vai consagrar o velho pragmatismo flexível (“calculista”) da ala pragmática-

liberal-nacionalista dos tempos de Neto, mantendo boas relações políticas e econômicas a Leste e a Oeste, desenvolvendo parcerias comerciais com a Europa e os EUA, não abandonando os velhos aliados de Cuba e Rússia (que podem sempre servir de contraponto ao Ocidente na geo-política internacional, especialmente a Rússia sob administração Putin), para além da forte parceria com a China.

Convém, sobretudo, realçar a capacidade do regime em constantemente se relegitimar e inovar nos mecanismos de apropriação privada dos recursos e bens públicos, cada vez mais articulados a nível internacional, mantendo-se as inúmeras distorções políticas da suposta economia de mercado, seja ao nível dos licenciamentos de atividades empresariais, seja de importações de produtos e serviços de rendimento significativo, seja nas ofertas diretas de bens – apartamentos, casas em condomínios e viaturas – que o regime faz regularmente aos membros dos vários segmentos da elite (especialmente em períodos eleitorais), seja no acesso a linhas de crédito bancário, seja no renovado racionamento de divisas disponíveis nos bancos para o público em geral e no acesso seletivo a essas divisas ou na possibilidade da sua transferência para o exterior. Seja ainda, e mais importante que tudo o resto, na insularização da SONANGOL e na manutenção do secretismo na gestão das contas do petróleo, numa promiscuidade entre empresa petrolífera estatal e presidência (ou os seus mais diretos representantes para estratégias empresariais – com destaque para Isabel dos Santos), continuando aqui a residir o essencial do processador de todo o sistema de apropriação privada de recursos e bens públicos, num processo que, como vimos, começou desde cedo, constituindo hoje o pilar do regime hiper-presidencialista de patrimonialismo moderno existente em Angola (VIDAL; PINTO DE ANDRADE, 2011).

Desafios à resiliência do poder hegemônico do MPLA e ao pragmatismo liberal-nacionalista

O crescimento econômico, a expansão distributiva, o investimento em infra-estruturas e em políticas sociais, contribuíram em parte para a renovação da maioria qualificada do MPLA nas eleições seguintes, de 2012 (71,84%), que ainda assim foi inferior à de 2008 (81,64%).

Não entrando na questão das alegadas fraudes eleitorais e na chamada “abstenção induzida”, reclamadas por vários partidos da oposição nas duas eleições, parece certo que o índice de popularidade do MPLA terá baixado em 2012, assim como o interesse da população

em participar no processo, tendo a abstenção triplicado (37,2%) quando comparada com 1992 (12,5%) e 2008 (12,64%), pressagiando novos desafios políticos à estratégia de hegemonia política do MPLA nos termos aqui analisados.

Nas eleições de 2012 alguns outros sinais emergiram, nomeadamente a reestruturação da UNITA em aparelho partidário (que depois dos magros 10,39% em 2008 recuperou para 18,66%) e a emergência da nova coligação eleitoral liderada por Abel Chivukuvuku CASA-CE (*Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral*), transformando-se na terceira força política com 6% dos votos.

Também ao nível da sociedade civil, depois de mais de uma década de medidas que conseguiram de certa forma controlar a primeira vaga de contestação das organizações da sociedade civil, o regime teve de enfrentar uma segunda vaga de contestação e ativismo, por parte de jovens provenientes de uma nova geração. Esta segunda vaga assumiu uma postura bem mais agressiva e dinâmica que a anterior, aumentando a sua visibilidade a partir de 2008 no seio da tradicional área sociogeográfica do MPLA (as camadas mais assimiladas e educadas das zonas suburbanas e peri-urbanas) e ganhando algum ímpeto com a primavera Árabe de 2011. A nova geração optou por manifestações de rua e ataques/acusações diretamente ao presidente, despoletando uma reação desproporcionada e violenta por parte do regime, que em diversas ocasiões reagiu com espancamentos e prisões.³⁵ A prisão de 15 membros destes grupos de jovens contestatários em junho de 2015 e a sua condenação em novembro a pesadas e efetivas penas de prisão (5 a 8,5 anos), incluindo um dos seus mais mediáticos líderes – Luaty Beirão (filho de um antigo membro da elite dirigente e bastante próximo do presidente da República) –, atraiu enorme atenção da mídia internacional (PÚBLICO, 2016) e constituiu mais um sinal de que novos desafios se levantam aos princípios de gestão do poder.

A estes desafios internos juntam-se igualmente os mais prementes e eventualmente mais cáusticos efeitos da mudança das condições internacionais que vigoravam desde 2008, caracterizados pela queda acentuada dos preços do petróleo a partir do segundo semestre de 2014. O prolongamento desta situação aumentará as pressões financeiras sobre todo o sistema de poder clientelar distributivo-cooptativo e alternativas imaginativas terão de ser encontradas à medida que se aproximam as eleições de 2017.

³⁵ Para uma análise dos movimentos de sociedade civil ver (VIDAL, 2015).

Do ponto de vista do nosso artigo, a questão de fundo está em perceber se efetivamente estes sinais representam uma contralógica aos princípios de gestão política, de economia política e de política externa que servem a lógica neo-patrimonial pragmática-liberal tal como se foi afirmando, reestruturando e reforçando esmagadoramente desde 1977 até aos nossos dias.

Ao nível dos partidos, a UNITA, depois da cooptação massiva de quadros e militantes de que foi alvo por parte do MPLA desde a sua derrota militar até às eleições de 2008, demonstrou capacidade de reestruturação de 2008 até às eleições de 2012, patente no aumento da votação obtida. No entanto, o partido deixou uma fraca imagem de democratização interna e de alternativa à lógica dominante ao decidir alterar os seus estatutos antes do XI Congresso, em outubro de 2011, para permitir a reeleição do presidente Samakuva para um terceiro mandato e posteriormente para um quarto mandato no XII Congresso em 2015. Do lado da CASA-CE, o dissidente da UNITA, Abel Chivukuvuku, conseguiu agregar vários pequenos partidos e mesmo dissidentes do MPLA como o Almirante Mendes de Carvalho “Miau” (filho do histórico líder da ala direita nos anos 1970 e 1980 – Mendes de Carvalho “Uanhenga Xito”), procurando criar uma direção que balanceia equitativamente diferentes regiões, sub-regiões e grupos etno-linguísticos por forma a criar uma aliança alargada para fazer face à velha aliança Mbundu/Creolo. Contudo, essa preocupação revela mais interesse em reequilibrar a distribuição num quadro equitativamente mais representativo das habituais identidades sectárias do que combater essa mesma lógica sectária e princípios de cooptação-distribuição do sistema. Trata-se de uma aliança recente de personalidades e pequenos partidos com fraca comunhão de interesses ou de políticas para além da sua determinada oposição ao MPLA e ao seu presidente. As próximas eleições de 2017 poderão ser mais esclarecedoras a este respeito, com a sedimentação de um projeto e programa políticos (até agora não ideologicamente fundamentados) e em face da reação do MPLA que certamente será fortíssima.

No que respeita à contestação dos jovens ativistas da sociedade civil, apesar do enorme midiatismo internacional alcançado nas suas ações e da reação violenta que conseguiram provocar da parte do regime, é preciso ter a noção de que na realidade padecem das mesmas insuficiências da anterior geração de ativistas da sociedade civil – entre elas, o seu confinamento a um relativamente pequeno segmento da população urbana/suburbana, muito influenciado por ideias e movimentos

externos, mas incapaz de atrair a maioria da população e de iniciar um qualquer movimento de massas necessário para qualquer transformação efetiva. Todas as suas ações foram circunscritas e limitadas a não mais do que uma a duas dúzias de elementos, sem um projeto ou ideologia de base de contestação à lógica do sistema, com uma mensagem limitada ao simples derrube do regime do MPLA e, sobretudo, do seu presidente.³⁶

Às tensões referidas juntar-se-ão outras quando se tiver de proceder a uma substituição presidencial, que mais cedo ou mais tarde terá naturalmente de acontecer (podendo ser ou não o ano de 2018, anunciado pelo próprio presidente para a sua retirada, caso o anúncio tenha alguma efetividade). Contudo, só por si, nenhum destes desafios, isoladamente ou em conjunto, mesmo que vinguem, parecem conducentes a uma alteração dos princípios organizativos e da lógica do sistema tal como se vem afirmando ao longo de décadas e que aqui caracterizamos como de matriz pragmático-liberal-nacionalista no que concerne a ideologia/gestão política, economia política e política externa.

Nas análises político-econômicas sobre Angola, regra geral o mais difícil de aceitar (pelos condicionalismos ideológicos de partida de muitos) é que, conforme se constatou em Angola desde o final da década de 1970 até à atualidade, a vitória do atual sistema e dos seus princípios organizativos, originalmente defendidos pela aqui designada ala pragmática-liberal do partido, não são um produto exclusivo de elites burguesas aliadas ao capital internacional para usurpar os recursos do Estado e condenar a maioria da população à miséria. O mais difícil de aceitar é que a estrutura, reforço e resiliência do sistema político-econômico pós-colonial (talvez encontrando paralelo em outros países africanos), depende de uma lógica de apropriação e distribuição e de princípios de gestão político-econômica em boa medida partilhados por uma maioria da população, que pragmaticamente os aceitou desde cedo (a “generalização” referida e criticada por documentos partidários desde o final da década de 1970), porquanto cada um beneficia da situação de acordo com a posição que ocupa na hierarquia da pirâmide distributiva, ainda que isso objetivamente resulte na difícil sobrevivência para a maioria na base da pirâmide social e no enriquecimento e opulência para a minoria nos escalões superiores, mais próximos do chefe.

A ser assim, a deposição do presidente e de suas *entourages* por-si só não representa mudanças de fundo, não existindo soluções imediatas

³⁶ Uma análise aprofundada destes movimentos pode ser encontrada em (VIDAL, 2015).

e de curto-prazo. Movimentos políticos e sociais de efetiva mudança continuarão a necessitar de projeto político com fundamento ideológico, qualquer que seja, mas assumidamente contestatário do atual, com planeamento estratégico e, acima de tudo, capacidade de mobilização de massas, para além dos pequenos grupos de intelectuais ativistas, vanguardistas ou não. Nestes como noutros tempos, a luta poderá estar para continuar, mas a reação passou em força e a vitória certamente não tem estado do lado contestatário ao pragmatismo-liberal-nacionalista, ao longo das últimas quatro décadas solidamente estruturado.

Referências

- BAYART, Jean-François. *The State in Africa, the politics of the belly*. London: Longman, 1989.
- BIRMINGHAM, David. The Twenty-Seventh of May, an Historical Note on the Abortive 1977 Coup in Angola. *African Affairs*, v. 77, n. 309, p. 554-564, 1978.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas*. Trajectórias da contestação angolana. Lisboa: Vega, 1999.
- _____. “*Estamos Juntos!*” *O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Kilombelombe, 2008. 2 v.
- COSTA, Jorge; LOPES, João Teixeira; LOUÇÃ, Francisco. *Os Donos Angolanos de Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.
- FERNANDES, Filipe S. *Isabel dos Santos*. Segredos e Poder do Dinheiro. Lisboa: Casa das Letras, 2015.
- FILIPE, Celso. *O Poder Angolano em Portugal*. Lisboa: Planeta, 2013.
- HODGES, Tony. Angola pins hopes on unique debt strategy. *Financial Times*, New York, 7 July 1987.
- LAMB, David. Angola moving to end isolation from the West and dependency on Cubans. *Los Angeles Times*, Los Angeles, 3 Dec. 1978.
- _____. Cuban advisers downgraded; Angola turns pragmatic as economy founders. *Herald Tribune*, London, 6 Dec. 1978a.
- MABEKO-TALI, Jean-Michel. *Dissidences et pouvoir d’Etat: le MPLA face a lui-même (1962-1977)*. 1996. Tese (Doutorado em História) – Université Paris VII, Paris, 1996.
- MESSIANT, Christine. *1961, L’Angola colonial, histoire et société. Les premises du mouvement nationaliste*. Bâle, Suisse: P. Scltwein Publishing Switzerland, 2006.
- _____. À propos des “transitions démocratiques”, notes comparatives et préables à l’analyse du cas angolais’. *Revista Africana Studia*, Porto, v. 2, p. 61-95, 2001.
- MEYNS, Peter. O desenvolvimento da economia Angolana a partir da independência: problemas da reconstrução nacional. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, IICT, Lisboa, n. 2, p. 121-161, 1984.
- MIRANDA, Arlindo. *Angola 2003/2004, Waiting for Elections*. Bergen Norway: Christian Michelsen Institute, 2004.

- MOREIRA, Vital. Presidencialismo superlativo. *Jornal Público*, Lisboa, 9 fev. 2010.
- OLIVEIRA, Ricardo Soares de, Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol. *Journal of Modern African Studies*, London, v. 45, n. 4, p. 595-619, 2007.
- _____. *Magnificent and Beggar Land*. Angola since the Civil War. London: Hurst, 2015.
- OTTAWAY, David. Angola tries new pragmatism; Neto asks for help to repair economy. *Herald Tribune*, London, 27 Dec. 1978.
- SOMERVILLE, Keith, *Angola: Politics, Economics and Society*. London: Frances Pinter, 1986.
- VIDAL, Nuno, The genesis and development of the Angolan political and administrative system from 1975 to the present. In: KYLE, Steve. *Lusophone Africa: Intersections between Social Sciences*. Cornell, NY: Cornell Institute for African Development, May 2-3, 2003. p. 1-16.
- _____. Multipartidarismo em Angola. In: VIDAL, Nuno; PINTO DE ANDRADE, Justino (Orgs.). *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa e Luanda: Universidade Católica de Angola e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2006. p. 11-57.
- _____. Sectores Sociais, Sociedade Civil, Política e Direitos Humanos em Angola. In: VIDAL, Nuno; PINTO DE ANDRADE, Justino (Orgs.). *Sociedade Civil e Política em Angola*. Luanda; Lisboa: Firmamento, 2008. p. 11-40.
- _____. The international institutionalization of patrimonialism in Africa. The case of Angola. In: VIDAL, Nuno; CHABAL, Patrick (Eds.). *Southern Africa: civil society, politics and donor strategies*. Luanda; Lisboa: Universidade de Coimbra, Universidade Católica de Angola, Media XXI, 2009. p. 19-44.
- _____. Angolan civil society activism since the 1990s: reformists, confrontationists and young revolutionaries of the ‘Arab spring generation’. *Review of African Political Economy*, London, v. 42, n. 143, p. 77-91, 2015.
- VIDAL, Nuno; PINTO DE ANDRADE, Justino (Orgs.). *Economia Política e Desenvolvimento em Angola*. Luanda: Universidade de Coimbra, Universidade Católica de Angola; Cha de Caxinde, 2011.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Left and Right in Africa. *The Journal of Modern African Studies*, London, 9, I, p. 5-10, 1971.
- WOLFERS, Michael; BERGEROL, Jane. *Angola in the Frontline*. London: Zed Press, 1983.
- WRIGHT, George. *The Destruction of a Nation, United States’ policy toward Angola since 1945*. London: Pluto Press, 1997.
- ZENHA RELA, José Manuel. *Angola entre o presente e o futuro*. Lisboa: Escher, Agropromotora, 1992.

Documentação Institucional

MPLA, *Discurso pronunciado pelo Presidente do MPLA–Partido do Trabalho Camarada José Eduardo dos Santos na Sessão de Abertura do III Congresso do Partido; pela Paz, Unidade Nacional e Recuperação Económica*. Luanda: Secretariado do Comité Central, 1990.

MPLA. *Seleção de discursos do Camarada Presidente Agostinho Neto*. Luanda: Direção de Informação e Propaganda – DIP, 1978.

MPLA. *Relatório do Comité Central ao I Congresso Extraordinário*. Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980.

MPLA. *Principais resultados do desenvolvimento econômico-social da RPA no triénio 1978-1980*. Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980a.

MPLA. *Resoluções e Mensagens do I Congresso Extraordinário*. Luanda: Secretariado do Comité Central, 1980b.

MPLA, 1985 *Documentos da Iª Conferência Nacional do MPLA-PT*, de 14 a 19 de janeiro de 1985. Luanda: Secretariado do Comité Central, 1985.

MPLA. *Relatório do Comité Central ao II Congresso do Partido*, realizado em Luanda de 2 a 10 de dezembro de 1985. Luanda: Secretariado do Comité Central, 1985a.

Periódicos

WEST AFRICA. London, 23 Octobre 1978.

AFRICA CONTEMPORARY RECORD – ACR. London, v. 11, 1980; v. 12, 1981; v. 15, 1983; v. 16, 1985; v. 18, 1987; v. 21, 1990.

ANGOP – ANGOLA PRESS. Transcrição na íntegra do discurso proferido por José Eduardo dos Santos na sessão de abertura do seminário sobre Saneamento Económico e Financeiro, 17 de agosto de 1987.

AFRICA RESEARCH BULLETIN – ARB. New York, September 1979, December 1980, July 1982, January 1983, October 1984, October 1987.

ASSOCIATED PRESS. London, 2 May 1979.

FINANCIAL TIMES. New York, 14 September 1987; 21 September 1987; 11 July 1979.

AFRIQUE-ASIE. n. 177, 25 décembre 1978, p. 23-25.

GRANDE REPORTAGEM. “Mavinga: a última batalha”, ano I, n. 2, 2ª série, mar./jun. 1990, p. 105-113.

LIBÉRATION. 17 et 20 août 1987.

JEUNE AFRIQUE. n. 1515, 15 janvier 1990.

LE MONDE. Paris, 12 décembre 1978.

O JORNAL. Lisboa, 25 agosto 1989.

PÚBLICO. Lisboa, 28 março de 2016. “Condenação de activistas reforça ideia de que Angola ‘vive uma ditadura’”. Disponível em: <<https://www.publico.pt/mundo/noticia/condenacao-de-activistas-reforca-ideia-de-que-angola-vive-ma-ditadura-1727399?page=-1>> Acesso em: 24 maio 2016.

THE NEW YORK TIMES. New York, 13 December 1978; 18 September 1978.

SURVEY OF WORLD BROADCAST. Resumo da Rádio Nacional de Angola. London, 19 December 1978; 17 January 1979.

REUTERS. London, 8, 28 and 31 December 1982.

THE GUARDIAN. London, 9 May 1979; 25 July 1982.

Legislação

Constituição da República de Angola, *Diário da República*, Iª série, n. 23, 5 de fevereiro de 2010.

Decreto 31/89, *Diário da República Popular de Angola*, Iª série, n. 27, de 15 julho de 1989.

Decreto 34/89, *Diário da República Popular de Angola – DR*, Iª série, n. 27, 15 julho de 1989.

Decreto executivo do Ministério do Comércio Interno 24/89, *Diário da República Popular de Angola*, Iª série, n. 27, de 15 julho de 1989.

Recebido: 28 de março de 2016

Aprovado: 08 de maio de 2016

Autor/Author:

NUNO DE FRAGOSO VIDAL <nunofragosovidal@gmail.com>

- Pesquisador angolano na área de Estudos Africanos (Ciência Política/História da África), doutor em *Political Studies* pelo *Kings College* de Londres, com publicações centradas no caso angolano e em outros países da África austral, com projetos a decorrer no ISCTE-IUL, Cefet-RJ, UCAN. É autor, entre outros, de *Angolan civil society activism since the 1990s* (ROAPE, 42:143, 77-91, 2015) e de *Poverty Eradication in Southern Africa: involvement of civil society organisations* (2011).
- Angolan researcher in the area of African Studies (Political Sciences/African History), PhD in *Political Studies* by the *Kings College* in London, with publications centered in the angolan case and other countries of Southern Africa, with currently running projects in the ISCTE-IUL, Cefet-RJ, UCAN. He is the author of, between other works, *Angolan civil society activism since the 1990s* (ROAPE, 42:143, 77-91, 2015) and of *Poverty Eradication in Southern Africa: involvement of civil society organisations* (2011).

Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente

Cape Verde and the four decades of independence: dissonances, multiple narratives, reverberations and struggles for imposition of meaning to their recent history

Cabo Verde y las cuatro décadas de la independencia: disonancias, multiplicidad de discursos, reverberaciones y luchas por la imposición de un sentido a su historia reciente

Cláudio Alves Furtado*

Resumo: Os quarenta anos da independência de Cabo Verde, assinalados a 5 de Julho de 2015, mereceram comemorações oficiais dissonantes, com alguma tensão entre o Governo e a Presidência da República. Esta tensão nada mais é do que a expressão, num momento preciso e com protagonistas especiais, de um processo sinuoso e tenso, vivido e interpretado de diversas formas, seja em função de contextos e conjunturas histórico-políticas em concreto, seja da presença dos atores particulares (institucionais ou não) produtores, reprodutores ou meros veiculadores das narrativas que buscam inscrever, na memória histórica nacional, os sentidos e os significados do ato (independência) e do processo (construção do Estado) que se seguiu. Se o presente texto busca, por um lado, fazer emergir os atores, as narrativas, as disputas e os silêncios que marcaram essas curtas e rápidas quatro décadas de independência, por outro, intenta descortinar as tensões, as vicissitudes e os recuos que têm marcado os olhares e os discursos sobre a independência e seus eventuais ganhos e, bem assim, as visões de mundo que sustentam tais olhares e discursos. Pretende-se sustentar que as contradições entre os projetos político-sociais presentes na sociedade cabo-verdiana entre Maio de 1974 e

*Professor de História da África, do Programa de Pós-Graduação em História, e do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). <cfurtado.unicv@gmail.com>

Junho de 1975, de forma recorrente e sinuosa, vão marcar toda a história recente de Cabo Verde, potenciadas, contextualmente, pelas injunções decorrentes de inserções diversas, *nuncées* e, até, contrastantes, no domínio da integração internacional do país.

Palavras-chave: Cabo Verde; independência; desenvolvimento; tensões; narrativas; silêncios

Abstract: The fortieth anniversary of Independence of Cape Verde, celebrated on July 5th 2015, earned dissonant official celebrations, with some tension between the government and the presidency of the Republic. This tension is nothing more than the expression, at a specific time and with special players, of a winding and tense process, which was seen, experienced and interpreted in different ways, either in terms of historical and political contexts and circumstances, or on the presence of private actors (institutional or otherwise) that produced and/or backed the narratives that seeks to inscribe at the national historical memory the senses and the meanings of the act (independence) and the process (state building) that followed it. This paper aims at seizing and visualizing the actors, the narratives, the disputes and the silences that marked these short and fast four decades of independence as well as its achievements and, also, at unveiling the tensions, the vicissitudes and the setbacks that have marked the visions and speeches on the independence and eventual gains, giving rise to the worldviews that support such views and speeches. It intends to sustain that the contradictions between the projects of society present in the Cape Verdean society between May 1974 and June 1975, following a recurrent and sinuous shape, will mark the entire recent history of Cape Verde, contextually enhanced by the injunctions arising from several insertions, *nuncées* and even contrasting, in the field of the country's international integration.

Keywords: Cape Verde; Independence; development; tensions; narratives; silences

Resumen: Los cuarenta años de la independencia de Cabo Verde, celebrados en 5 de julio de 2015, presentaron conmemoraciones oficiales disonantes, con alguna tensión entre el Gobierno y la Presidencia de la Republica. Esta tensión no es más que la expresión de un momento preciso y con protagonistas especiales de un proceso sinuoso y tenso, visto, vivido e interpretado de formas diversas, sea en función de contextos y coyunturas histórico-políticas concretas, sea de la presencia de actores particulares (institucionales o no) productores y/o promotores de las narrativas que buscan inscribir en la memoria histórica nacional los sentidos y los significados del acto (independencia); y del proceso (construcción del Estado) que le siguió. El presente texto busca, por un lado, aprender y visibilizar a los actores, las narrativas, las disputas y los silencios que marcaron estas cortas y rápidas cuatro décadas de independencia, así como sus conquistas y, de otro lado, descubrir las tensiones, las vicisitudes y los retrocesos que han marcado la visión y los discursos sobre la independencia y sus eventuales conquistas, haciendo emerger las visiones de mundo que sustentan tales visiones y discursos. Se pretende explicar que las contradicciones entre los proyectos de sociedad presentes en la sociedad caboverdiana entre mayo de 1974 y junio de 1975, de forma recurrente y sinuosa, van a marcar a toda la historia reciente de Cabo Verde, potenciada, contextualmente, por los interdictos derivados de diversas inserciones, *nuncées* y hasta contrastantes, en el dominio de la integración internacional del país.

Palabras clave: Cabo Verde; independéncia; desarrollo; tensiones; narraciones; silencios

Introdução: situando a reflexão

A independência de Cabo Verde a 5 de Julho de 1975 se erigiu na construção da memória do Estado e da sociedade cabo-verdianos como o marco zero na construção de um novo projeto de sociedade. Como todos os marcos históricos, o 5 de Julho, pela sua temporalidade específica, tende a obnubilar o processo que a ele conduziu, ou, quando muito, tende a narrá-lo, como afirma a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, como se de uma história única se tratasse. Essa história única, porque contada por uma voz única e homogênea, a do vencedor e dominante, tende, para garantir a sua eficácia simbólica, a excluir as vozes dissonantes, as disputas e os confrontos havidos.

É precisamente o que ocorreu entre 1º de Maio de 1974 e 30 de Junho de 1975, um período intenso no processo que viria a definir os que seriam “os donos do poder” no Cabo Verde independente. Com efeito, este curto período, que medeia entre a Revolução dos Cravos em Portugal (a 25 de Abril de 1974), o seu impacto em Cabo Verde (1º de Maio de 1974) e o processo negocial com o novo governo português, visando à constituição de um governo provisório, à realização de eleições parlamentares e à declaração formal da independência, foi de intenso confronto entre várias agremiações políticas cabo-verdianas, algumas delas emergentes que, na luta política, propunham e pugnavam por projetos políticos e de sociedade diversos e antagônicos.

Se é verdade que um dos contendores, no final desse período, se revelou e se impôs como hegemônico, no caso o PAIGC/PAICV¹ (Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde/ Partido Africano da Independência de Cabo Verde), as consequências das lutas atrás referenciadas, entrando em dormência, não se esvaíram. De forma recorrente, e é isto que sustenta a presente reflexão, os mesmos projetos políticos e de sociedade, verbalizados e liderados

¹ O Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) foi o partido político que, desde os finais dos anos cinquenta do século passado, se firmou como um partido bi-nacional (Guiné-Bissau e Cabo-Verde) e que conduziu a luta armada na Guiné Bissau contra a dominação colonial portuguesa. Em Novembro de 1980, um golpe de estado derrubou, na Guiné-Bissau, o Presidente da República, Luís Cabral, também Secretário Geral Adjunto do PAIGC. Nos desdobramentos do golpe de estado, o ramo cabo-verdiano do PAIGC decide, numa reunião do Conselho Nacional que se erige em Congresso, transformar-se em PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), consumando-se, assim, a ruptura política com a Guiné-Bissau. O projeto de construção de um Estado bi-nacional conhece seu epílogo. Existe uma vasta bibliografia sobre a luta pela independência de Cabo Verde bem como sobre as primeiras décadas de independência. Algumas obras são de natureza acadêmica e outras mais biográficas. Os textos mais significativos serão cotejados no decorrer da análise e uma indicação mais substantiva será apresentada nas referências bibliográficas.

por atores múltiplos, durante o período que imediatamente antecede a independência, reaparecem na luta política e no debate público no Cabo Verde independente, transcendendo o campo político para se transformar, amiúde, em objeto de reflexão acadêmica, de *opinion makers* e organizações da sociedade civil no país ou nas comunidades diaspóricas.

Assumindo a reverberação, em momentos recorrentes da história recente de Cabo Verde, das disputas políticas e ideológicas vividas entre 1974-1975, procuramos, no presente texto, fazer emergir os atores, as narrativas, as disputas e os silêncios que marcaram essas curtas e rápidas quatro décadas de independência, suas conquistas e desencantos, bem como descortinar as tensões, as vicissitudes e os recuos que têm marcado os olhares e os discursos sobre a independência, seus eventuais ganhos e ainda as visões de mundo que sustentam tais olhares e discursos.

Partimos da hipótese segundo a qual as visões de mundo e os projetos de sociedade que têm sustentado os embates políticos nas quatro décadas de independência, e que se expressam através das narrativas políticas, literárias, biográficas e, muitas vezes, (pseudo ou proto) acadêmicas, retomam, *mutatis mutandis* e grosso modo, o que ocorrera entre Abril/Maio de 1974 e Junho/Julho de 1975². Neste sentido, as quatro décadas da independência de Cabo Verde podem ser lidas não só a partir das ambivalências que têm marcado os vários discursos político-ideológicos, circunstancialmente hegemônicos, como também das múltiplas e, igualmente, mutantes narrativas da nação e da identidade nacional (FERNANDES, 2002, 2006; ANJOS, 1997, 2002, 2003; FURTADO, 2012). De uma forma sintética, quiçá redutora e até aparentemente paradoxal, os sucessos alcançados por Cabo Verde no período pós-independência, de que os principais indicadores econômicos e sociais constituiriam provas irrefutáveis, têm sido objeto não apenas de interpretações diversas, de disputas múltiplas como, ainda, têm servido de argumento para sustentar uma hipotética especificidade cabo-verdiana, visão recorrente nos discursos sobre Cabo Verde. No fundo, os indicadores econômicos e sociais são também mobilizados em contextos de disputas políticas e ideológicas bem específicas para sustentar e buscar impor uma dada visão de mundo e de sociedade. Parece-nos que os projetos políticos e de sociedade em disputa no dealbar da independência de Cabo Verde tendem a ser os mesmos que

² Os motivos que nos levam a não fixar uma temporalidade cronológica específica, mais objetivante, serão explicitados no decorrer do texto.

vão reaparecer, num primeiro momento, de forma cíclica, em contextos de crise e, num segundo, num quadro político-institucional estruturado e, por conseguinte, normalizado³.

Este texto propõe também lançar um olhar retrospectivo sobre os traços, fatos e feitos mais marcantes nos quarenta anos de independência, buscando, a um só tempo, explicitar e compreender os olhares e as narrativas sobre este percurso, numa luta incessante pela imposição de uma interpretação legítima dessa história e, por via disso, reverberar e impor memórias suscetíveis de reforçar as linhas de sustentação dos projetos políticos, ideológicos e de sociedade em disputa⁴.

Neste processo analítico e reflexivo, as dificuldades interpretativas são significativas e resultam da contemporaneidade dos fatos, da presença e da ainda forte atuação dos principais atores políticos e sociais, a que acresce, neste momento, e como já tangencialmente referenciado, uma desenfreada luta por imposição de memórias e de sentidos à história recente do país, dimensão que será objeto de uma tentativa aproximada de reflexão na última parte deste texto.

Num primeiro momento, procurar-se-á, de forma sinótica, situar e descrever os momentos mais significativos do período imediatamente anterior à independência de Cabo Verde, apontando as intensas disputas políticas que aconteceram nos doze meses que antecederam a declaração formal da independência. Este recorte é, para a nossa reflexão, de extrema importância, pois, consideramos que neste período se confrontam os principais atores da história política contemporânea de Cabo Verde e os mais importantes projetos de sociedade que, transmutados, tendem a reaparecer na cena política cabo-verdiana em momentos particulares e marcantes do Cabo Verde independente.

³ Os contextos de crise a que nos referimos são os conflitos que, em meados de 1977/78, opuseram, de forma intestina ao PAIGC em Cabo Verde, os “trotskistas” aos “combatentes”. Já o quadro político-institucional estruturado se reporta ao contexto do novo regime político multipartidário instalado em 1991, permitindo que, dentro de um quadro constitucional e legal, os projetos políticos e de sociedade disputem a adesão dos cabo-verdianos. Para uma análise do primeiro contexto, sugiro a leitura de José Vicente Lopes (2002). Para o segundo momento, proponho a leitura, de entre outros, de Daniel Costa (2001, 2003, 2009), Roselma Évora (2013, 2009, 2004) e Edalina Sanches (2008).

⁴ O texto apresenta limites óbvios e conscientemente assumidos. Com efeito, ao pretender discorrer sobre a história política de Cabo Verde nas últimas quatro décadas, numa ausência quase total de pesquisas historiográficas sobre este período, a reflexão se reveste essencialmente de um carácter exploratório, de levantamento de questões e hipóteses que exigirão um trabalho de maior aprofundamento e densidade. Importa, ainda, ter presente, que não se propõe uma análise na perspectiva da ciência política ou sociologia política, particularmente para o período pós-1991, já no contexto do sistema político multipartidário. Para este período e nestes domínios disciplinares, existem trabalhos relevantes e que são indicados no presente texto.

Num segundo momento, revisitaremos as últimas duas décadas e meia, não como uma mimese ou repetição da história, mas para explicitarmos que, na primeira década e meia da independência, a pluralidade e heterogeneidade da sociedade cabo-verdiana em gestação é coartada e, em alguma medida, silenciada; e que, de forma global e esquemática, os ganhos obtidos no pós-independência, nomeadamente nos domínios econômico e social, foram potenciadores da emergência de nichos de contestação do *status quo* que, sem menosprezar a geopolítica internacional dos finais dos anos oitenta do século XX, provocaram a mudança do sistema e do regime políticos no dealbar dos anos noventa.

Antes das reflexões finais, procuraremos descortinar como, nos últimos anos, tanto ao nível da produção académica quanto ao de produção de biografias e da literatura, se tem buscado pensar a história recente de Cabo Verde, impondo linhas de sentido à sua leitura e interpretação. Neste sentido, pretendemos escrutinar, de forma exploratória, como se tem buscado estudar e produzir a história de Cabo Verde, num processo, implícito ou explícito, latente ou manifesto de imposição de uma leitura de Cabo Verde. Neste quadro, os desafios se colocam, não tanto aos atores políticos que, legitimamente, buscam impor sentidos narrativos e interpretativos do passado mais alinhados com sua *Weltanschauung*, mas às ciências humanas e sociais emergentes ou, se se quiser, a um pensamento social cabo-verdiano em construção que, não raras vezes, se veem armadilhadas por essas disputas ideológicas das memórias históricas a que acresce uma forte dependência da *colonial library* (MUDIMBE, 1988, 1994), da “cultura eurófona” (APPIAH, 1997) e do paradoxo da “síndrome da descoberta e da abolição” (DEPELCHIN, 2005).

Situando a independência – Entre a autonomia, a independência e a adjacência e suas nuances: a densidade histórico-política entre 1974-1975

As colônias africanas de Portugal, eufemisticamente denominadas pela “metrópole” de “províncias ultramarinas”, foram as últimas das colônias em África a aceder à independência, depois de uma luta armada de libertação que teve início em meados dos anos sessenta em três palcos: Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Contrariamente ao que se passou com Inglaterra e França, Portugal insistia, num cenário político internacional, completamente desfavorável, em manter os seus territórios, pugnando por um Portugal unitário, “de

Minho a Timor”. Contando, no plano militar, com o apoio da NATO (*North Atlantic Treaty Organization*), a política externa de António de Oliveira Salazar, seguida por Marcelo Caetano, conhecida por política do “orgulhosamente sós”⁵, mergulhou o país num progressivo e profundo isolamento. Como consequência, a luta armada para as independências se impunha como única alternativa. Uma vez desencadeadas as lutas de libertação, os partidos e movimentos de libertação das colônias portuguesas em África foram progressivamente galgando posições militares no terreno e infligindo importantes derrotas ao exército português. Na Guiné-Bissau, onde o PAIGC realizou, nos primeiros anos da década de 1970, a luta armada, a maior parte do território (excetuando os centros urbanos) caiu no domínio desse partido, ficando, por conseguinte, sob seu controlo.

Aos problemas nas “províncias ultramarinas” acrescem as contestações políticas internas ao regime político vigente, não obstante a severa vigilância e perseguição da polícia política, a PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado).

⁵ A expressão 'orgulhosamente sós' foi cunhada por António de Oliveira Salazar, então Presidente do Conselho de Estado de Portugal, para justificar o isolamento do Portugal do Estado Novo face à comunidade internacional. Num discurso proferido na cerimônia de posse da Comissão Executiva da União Nacional em 18 de fevereiro de 1965, Salazar afirma a dado passo: “Sei que em espíritos fracos o inimigo instila um veneno subtil como afirmar que estes problemas não têm solução militar e só política e que todo o prolongamento da luta é ruinoso para a Fazenda e inútil para a Nação. Eu responderei que o terrorismo que somos obrigados a combater não é a explosão do sentimento de povos que, não fazendo parte de uma nação, conscientemente aspirem à independência, mas tão-só de elementos subversivos, estranhos na sua generalidade aos territórios, pagos por potências estrangeiras, para fins da sua própria política. Como elementos alheios à colectividade nacional estiolar-se-ão no momento de lhes ser recusado o território em que se organizam, e treinam, o apoio político recebido e os subsídios crus, armas e dinheiro. De modo que a tal solução política, se não prevê a desintegração nacional (que todos fingem repelir), não se encontra em nós próprios mas nos países vizinhos, aos quais, pelos meios ao nosso alcance, possamos ir fazendo compreender melhor os seus deveres de Estados responsáveis para conosco e para com uma pobre gente que estupidamente se faz sacrificar a interesses alheios. Mas neste entendimento a defesa militar é o único meio de chegar à solução política que no fundo é a ordem nos territórios e o progresso pacífico das populações, como o vínhamos prosseguindo. Vamos em quatro anos de lutas e ganhou-se alguma coisa com o dinheiro do povo, o sangue dos soldados, as lágrimas das mães? Pois atrevo-me a responder que sim. No plano internacional, começou por condenar-se sem remissão a posição portuguesa; passou depois a duvidar-se da validade das teses que se lhe opunham e acabaram muitos dos homens mais responsáveis por vir a reconhecer que Portugal se bate afinal não só para firmar um direito seu mas para defender princípios e interesses comuns a todo o Ocidente. No plano africano, quatro anos de sacrifícios deram, tempo a que se esclarecesse melhor o problema das províncias ultramarinas portuguesas, a diversidade das instituições criadas em séculos naquele Continente e os ganhos ou perdas, em todo o caso as dificuldades que a independência, tão ambicionada por poucos, trouxe a todos os mais e os dirigentes não sabem ainda como resolver. Assim, bastantes povos africanos nos parecem mais compreensivos das realidades e mais moderados de atitudes. Eis o ganho positivo desta batalha em que - os portugueses europeus e africanos combatemos sem espectáculo e sem alianças, orgulhosamente sós.” Ver: <<http://www.arqnet.pt/portal/discursos/fevereiro10.html>>.

As lutas de libertação nacional nas colônias e a oposição interna na metrópole, num contexto econômico e social precário, levaram à intervenção das Forças Armadas e à deposição do regime. Era 25 de abril de 1974 e a Revolução dos Cravos marca a última etapa dos processos de independência⁶.

Em Cabo Verde, o dia 25 de abril e os dias imediatamente subsequentes foram marcados pelo silêncio (COUTINHO, 2015; LOPES, 2002, p. 274; QUERIDO, 2011, p. 200). Nada foi noticiado pela rádio ou pela imprensa escrita, nenhuma movimentação pública foi registrada. Parece que mesmo os mais politizados, nomeadamente os membros e dirigentes da célula do PAIGC no arquipélago, teriam sido apanhados de surpresa e, em decorrência, ficado sem reação. O golpe de estado em Portugal não foi noticiado pelas rádios Sotavento e Barlavento e nem a imprensa escrita fez disso eco.

Contudo, não parece ser crível que ninguém tenha tido ciência do que ocorrera em Portugal, pois era hábito entre os nacionalistas e os mais politizados acompanhar o noticiário internacional, na época através das rádios internacionais que emitiam em ondas curtas. Com efeito, a ação desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas teve imediata repercussão internacional, sendo amplamente noticiada, seja pelas principais agências noticiosas internacionais seja pelas rádios e outras mídias. (VIEIRA; MONICO, 2014; WEIßMANN, 2014). Eventualmente, uma das razões explicativas do silêncio poderá residir, por um lado, no receio de uma eventual reação violenta da polícia política e demais forças da ordem instaladas em Cabo Verde e, por outro, na expectativa até que o golpe de estado se consolidasse como irreversível.

A verdade, contudo, é que apenas no dia 30 de abril de 1974 a movimentação popular começa a ter lugar para ganhar contornos de manifestação de massa no dia seguinte com a libertação dos presos políticos do Campo de Concentração do Tarrafal (LOPES, 2002, 2003; QUERIDO, 1989, 2011; MARTINS, 1995). A partir deste momento, movimentações sociais e políticas se sucedem, sem dúvida alguma, sob impulso da célula local do PAIGC e de ativistas políticos nacionalistas.

⁶ Para uma análise sobre o 25 de Abril e o processo de descolonização, ver a obra que foi recentemente publicada: ROSAS, Fernando e Outros (Orgs.). *O Adeus ao Império – 40 Anos de descolonização Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015. Outras publicações também podem ser consultadas, nomeadamente: ROSAS, Fernando. *Lisboa Revolucionária. 1908-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2010; REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril - Mitos de uma revolução*. Lisboa: A esfera de Livros, 2007; MAXWELL, Kenneth. *As colônias portuguesas e a sua descolonização*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n. 15/16/17, mar. 1985. p. 529-547.

Na cidade da Praia, agitações sociais e políticas têm lugar, com confrontações aos agentes da PIDE e aos considerados como seus informadores. Em Mindelo, na Ilha de S. Vicente, um grupo toma de assalto a Rádio Barlavento. Jovens militares recrutados cabo-verdianos que estavam em processo de formação e treinamento no quartel de Morro Branco se recusaram a prestar juramento à bandeira portuguesa.

Do mesmo passo, diversos atores políticos cabo-verdianos começam a buscar espaços de posicionamento num terreno político extremamente movediço, uma vez que não estavam, ainda, definidas as regras que presidiriam o processo de transição para a independência.

Um embrião de um campo político plural ensaia emergir sem um quadro legal, político e institucional claro (FURTADO, 1998). Contudo, impunha-se aos que tinham pretensões políticas e de poder ter presente os custos e o sentido de oportunidade. Assim, rapidamente, as organizações políticas previamente existentes, como foi o caso do PAIGC que dispunha de uma célula clandestina a funcionar com algum grau de organicidade, buscavam instalar-se rapidamente. Outros tentam erguer-se e disputar espaços e adesões junto dos cabo-verdianos e das autoridades portuguesas na busca de um melhor posicionamento nos processos negociais previstos. Desta forma, a UPICV (União para a Independência de Cabo Verde) e a UDC (União Democrática Cabo-Verdiana) tentam organizar-se. Para todas essas organizações, o desafio fundamental era construir uma base social de apoio relativamente sólida e tornar-se um interlocutor privilegiado das novas autoridades portuguesas engajadas no processo de descolonização.

Isto era tanto mais verdade quando um dos contendores, o PAIGC, dispunha já de um capital político relativamente consolidado pelo fato de ter conduzido na Guiné-Bissau, de forma extremamente eficaz, a luta armada de libertação e, por via disso, ter granjeado um reconhecimento internacional quase total, e por possuir em Cabo Verde, ainda que de forma embrionária, uma estrutura organizacional facilitadora de suas ações políticas.

Esta vantagem do PAIGC viria a ser, aliás, decisiva, conseguindo não só transformar-se, formalmente, no interlocutor das autoridades portuguesas de transição, como no negociador privilegiado dos acordos de independência com vantagens evidentes e garantidas na composição do governo de transição integrado também por representantes de Portugal.

No entanto, do ponto de vista da análise histórica, impõe-se sublinhar que os catorze meses que medeiam a Revolução de Abril

(25/4/1974) e a independência de Cabo Verde (5/7/1975) foram de intensa movimentação política, de disputas por hegemonia de projetos políticos e de sociedade e pela tentativa abortada de construção de um campo político não apenas autônomo como também plural. Certamente que os projetos de sociedade em disputa, num contexto nacional de forte crispação ideológica e, a nível internacional, o auge da vigência da guerra fria e do bipolarismo, trazem para os embates políticos cabo-verdianos os alinhamentos existentes ou em construção por parte dos partidos políticos cabo-verdianos com seus congêneres de outras latitudes.

Não cabendo, no escopo deste trabalho, uma análise exaustiva nem da forma como a queda do regime político português em Abril de 1974 foi recepcionada em Cabo Verde, nem das múltiplas maneiras de que se transvestiram as lutas políticas entre as três agremiações políticas em liça (PAIGC, UPICV e UDC), parece-nos, todavia, fundamental insistir no fato de que a intensidade do período em análise e sua relevância sócio-política, malgrado a sua pouca duração, demonstram a heterogeneidade política presente na sociedade cabo-verdiana, com visões díspares sobre o futuro das ilhas e a inserção das mesmas no contexto internacional.⁷ Com efeito, três projetos políticos associados, grosso modo, a três ideologias estão presentes. Se o PAIGC nitidamente se perfila no espectro ideológico do socialismo, embora não o explicita nos seus programas e discursos, e sustenta o projeto de construção, a prazo, de um Estado bi-nacional com a República da Guiné-Bissau, a UPICV, também situada à esquerda do espectro político e ideológico, se opunha tenaz e ferozmente ao projeto de unidade política com a Guiné-Bissau. A UDC, por sua vez, perfilhava uma ideologia do centro, centro-direita, tendo sido, ademais, conotada como sendo defensora ou de um Cabo Verde integrado a Portugal, da mesma forma que os arquipélagos dos Açores e da Madeira, ou de um processo de autonomização progressiva.

O contexto sócio-político do momento era claramente mais propício ao discurso de “independência imediata e total” e a uma aproximação aos partidos políticos e países considerados progressistas. Na verdade, a experiência de vivência da situação colonial e da construção do colonizado, de suas frustrações políticas, econômicas e identitárias (FANON, 2008; MEMMI, 2007), aliadas a uma intransigente recusa do regime colonial português no tocante ao acesso das suas colônias à

⁷ A pesquisadora cabo-verdiana Armindá Brito encontra-se, neste momento, a desenvolver uma tese de doutorado onde analisa precisamente a recepção, em Cabo Verde, da Revolução dos Cravos bem como a forma como este curto, mas denso período, é rememorado pelos seus principais partícipes, dando particular relevo às narrativas dos que ainda se encontram vivos.

independência, constituem alguns elementos situacionais importantes para se entender a fácil penetração do discurso político do PAIGC, particularmente entre os jovens e as populações rurais.

De igual modo, deve ter-se presente que a aproximação política e ideológica do PAIGC ao Partido Socialista Português e ao Partido Comunista Português constituía um capital político importante no processo negocial.

Neste processo, para além dos fatores já evocados anteriormente, que consagram o PAIGC como a maior força política, nomeadamente no plano internacional, há que ter em linha de conta que tanto o Movimento das Forças Armadas, que protagonizou a Revolução de Abril, quanto os partidos políticos que vão compor o novo governo português, especialmente o PS (Partido Socialista Português), apoiavam de forma explícita o PAIGC. E, a nível internacional, a OUA (Organização da Unidade Africana) e o Comité de Descolonização das Nações Unidas de há muito que vinham alimentando as pretensões políticas de PAIGC de ser considerado o representante legítimo dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Neste contexto relativamente adverso, e não obstante de alguma resiliência, a UPICV e a UDC não se conseguem implantar e alicerçar uma sólida base social e política de apoio e nem se posicionam como interlocutores privilegiados junto das autoridades portuguesas. Assim, essas duas agremiações políticas se veem compelidas a deixar a cena política e seus dirigentes abandonam as ilhas. O primeiro grupo viria a reaparecer nos anos noventa do século passado e muitas das ideias do segundo, não se esvaindo em definitivo, acabam por reaparecer décadas mais tarde, reapropriadas por outros partidos políticos ou organizações da sociedade civil⁸.

Não é, pois, de estranhar que o Acordo de Argel (26/08/1974), celebrado entre o Governo Português e o PAIGC e que finaliza as negociações de Londres e Argel, estabelecesse no seu artigo 1º o reconhecimento *de jure* da independência da Guiné-Bissau, entretanto declarada em 24 de Setembro de 1973, dispondo nos seus artigos 6º e 7º o seguinte:

⁸ A reapropriação de algumas das bandeiras de luta da UDC a partir dos anos noventa do século passado por outras agremiações políticas e organizações da sociedade civil será apontada, ainda que de forma sintética e a título ilustrativo mais à frente. Ainda relativamente à UCID, é interessante a interpelação da historiadora Ângela Coutinho quando sustenta que existe um forte vazio relativamente a esta organização política. Cf. COUTINHO, Ângela S. B. O processo de descolonização de Cabo Verde. In: ROSAS, Fernando e Outros (Org.). *O Adeus ao Império – 40 Anos de descolonização Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015. p. 125-140.

ARTIGO 6º

O Governo Português reafirma o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência e garante a efectivação desse direito de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas, tendo também em conta a vontade expressa da Organização da Unidade Africana.

ARTIGO 7º

O Governo Português e o PAIGC consideram que o acesso de Cabo Verde à independência, no quadro geral da descolonização dos territórios africanos sob dominação portuguesa, constitui factor necessário para uma paz duradoura e uma cooperação sincera entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau.

De forma tácita, o PAIGC era assim legitimado pelas autoridades portuguesas, durante as negociações para o reconhecimento formal da independência da Guiné-Bissau, como o interlocutor único para o caso de Cabo Verde. Com efeito, rapidamente as coisas se precipitam e é o PAIGC que se transforma também no interlocutor nas negociações para a independência de Cabo Verde e que viria a desembocar no Acordo de Lisboa de 19 de dezembro de 1974, rubricado, pela parte portuguesa, por António Almeida Santos, então Ministro da Coordenação Interterritorial e, pelo PAIGC, por Pedro Verona Rodrigues Pires.

Interessante sublinhar que o Acordo de Lisboa não dispôs que a transferência do poder se fizesse com o PAIGC. Antes, propunha a criação de um Governo de Transição que teria por função preparar as eleições para o futuro parlamento cabo-verdiano, com poderes constituintes, e a quem incumbiria a declaração da independência de Cabo Verde e a elaboração da Constituição do país.

Assim, entre outras competências consignadas ao Governo de Transição, o Acordo de Lisboa estipulava que lhe competia “conduzir as operações conducentes à eleição por sufrágio direto e universal, em 30 de junho de 1975, de uma assembleia representativa do Povo de Cabo Verde” que, nos termos do artigo 11.º, seria “dotada de poderes soberanos e constituintes, que terá por função declarar a independência do Estado de Cabo Verde e elaborar a futura Constituição desse Estado”.

Estes princípios viriam a ser consignados na lei nº 13/74, de 17 de dezembro, que aprovou o Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde, estipulando o seguinte, no artigo 31 do Capítulo V:

1 – Ao Governo de Transição de Cabo Verde competirá executar, nas condições que vierem a ser definidas pelos órgãos de soberania

da República, as operações conducentes à eleição por sufrágio directo e universal, em 30 de Junho de 1975, de uma assembleia representativa do povo de Cabo Verde, dotada de poderes soberanos e constituintes, que terá por função declarar a independência do Estado de Cabo Verde e elaborar a futura constituição política desse Estado.

2 – O acto da declaração oficial da independência do Estado de Cabo Verde coincidirá com o da investidura dos representantes eleitos do povo de Cabo Verde e terá lugar na cidade da Praia, em 5 de Julho de 1975, com a presença ou a representação do Presidente da República Portuguesa para o efeito da assinatura do instrumento solene da transferência total e definitiva da soberania, devendo esse instrumento ser também assinado pelo Presidente da Assembleia Constituinte que entretanto tiver sido por esta designado.

Se é verdade que o quadro legal acordado para o processo de transição não inibia nem a existência nem a participação de outras forças políticas na disputa pelo poder do Estado independente, que viria a ser declarado em 5 de julho de 1975, não existiam “condições objetivas” para uma efetiva disputa em condições de igualdade. Neste sentido, a derrocada e a derrota da UPICV e da UDC, como já referido, estavam anunciadas, sendo a constituição do Governo de Transição o golpe de misericórdia. Com efeito, o Estatuto Orgânico dispunha que, para além do Alto-Comissário, o Governo seria constituído por sete Ministérios. No entanto, na sua implementação, viria a ficar constituído apenas por seis Ministros, sendo três portugueses e três cabo-verdianos. Dos cabo-verdianos, todos eles eram militantes do PAIGC.⁹

A preparação e a realização das eleições para o Parlamento, que teriam lugar a 30 de junho de 1975, constituem o culminar desse processo. Embora o decreto-lei nº 203-A/75, de 15 de abril, tivesse estipulado no seu artigo 48º que “candidaturas serão apresentadas, em cada círculo eleitoral, por grupos de 300 cidadãos eleitores recenseados pelo respectivo círculo”, o que possibilitaria que várias sensibilidades políticas pudessem submeter-se ao sufrágio universal, apenas as listas

⁹ A Orgânica do Governo de transição previa sete Ministérios (Ministério da Administração Interna; Ministério da Justiça; Ministério da Coordenação Económica; Ministério da Educação e Cultura; Ministério do Equipamento Social e do Ambiente; Ministério do Trabalho; Ministério dos Assuntos Sociais) sendo que, ao Alto-Comissário, incumbia dirigir diretamente os da Defesa e Comunicação Social, bem como a chefia das Forças Armadas. O Governo de Transição entraria em funções em Janeiro de 1975, com cinco ministros, sendo dois portugueses e três cabo-verdianos. Ver o Decreto nº 754/74, de 28 de dezembro que nomeia os membros do Governo de Transição. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1974.

de candidaturas promovidas pelo PAIGC foram apresentadas, ficando os demais partidos aliados da disputa política (LIMA, s/d; 1992).

Assim, chegamos a 5 de Julho de 1975 com o PAIGC como o único partido com representação parlamentar. Mais uma vez, até este momento, nada impede, legalmente, a existência de um campo político plural. Isto viria a ser legalmente contrariado com a aprovação da LOPE (Lei sobre a Organização Política do Estado), um simulacro da Constituição da República que, no seu artigo 1º, consagrou que o PAIGC era a força política e dirigente da sociedade e do Estado, coarctando, em sede de uma lei com força constitucional, a possibilidade da consagração jurídica de uma realidade política plural: a heterogeneidade da sociedade cabo-verdiana e a pluralidade de projetos de sociedade. É a emergência do regime político assente no monopartidarismo, consagrando o que, retrospectivamente, se viria a denominar de “1ª República”.

Em todo o caso, em 5 Julho de 1975, com a proclamação da independência, marca o fim da situação colonial e assinala a emergência de um novo Estado, com dilemas antigos e desafios novos: fazer face às expectativas de uma efetiva melhoria das condições de vida dos cabo-verdianos e gerir as diferenças políticas e ideológicas cuja proibição legal não significaria o seu desaparecimento e/ou esfacelamento.

Os primeiros quinze anos da independência: a busca do desenvolvimento, as dissensões internas e a independência revisitada

Como sustenta o economista Tandika Mkandwire (2005, 2011), os nacionalistas africanos que lideraram os processos de independência nas décadas de sessenta e setenta do século passado tinham como ideário não apenas o fim da situação colonial, mas assegurar o desenvolvimento do continente, aumentando o rendimento, a literacia e melhorando as condições de vida. É de fato, sustenta o mesmo autor, o que terá ocorrido em todos os estados independentes, constituindo o que ele denominou da era da euforia, qual seja a primeira década das independências.

No tocante a Cabo Verde, a independência era, para muitos, vista como devendo significar não apenas o resgate da autonomia política e a possibilidade de uma efetiva emergência da cidadania impossibilitada pela situação colonial (BALANDIER, 2001), mas

também o garante de um corte com um passado cruel e ainda fortemente presente no imaginário dos cabo-verdianos. As fomes cíclicas e a mortandade a elas associadas, a experiência do trabalho forçado em S. Tomé e Príncipe, a emigração massiva lutando contra a miséria, a “carestia” e a morte constituem traços marcantes da história colonial de Cabo Verde dramaticamente narradas pela historiografia, pela música e pela literatura.

À altura da independência, mostram as estatísticas, o PIB per capita era de 190 US\$, a taxa de analfabetismo atingia mais de 60%, em 2015 a taxa de literacia é estimada em 87% (INEa, 2015; IMF, 2016). A esperança média de vida que era de 63 anos em 1975, atingiu, em 2015, 75 anos (INEb, 2015). A taxa de mortalidade infantil estimada, em 1975, à volta de 110 por mil, teve uma redução, em 2004, para 20 por mil (44‰ em 1990; 26‰ em 2000), tendo atingido 17,9 por mil em 2004. A taxa de mortalidade geral foi estimada em 6,17‰ em 2014 (INEb, 2015).

Em termos económicos, estima-se que o PIB per capita tenha atingido cerca de US \$3.450, com um crescimento económico significativo, em termos médios anuais para o período em análise, não obstante as importantes e estruturais vulnerabilidades económicas do país, o impacto da crise económica e financeira iniciada em 2008/2009, e sua forte dependência em relação às remessas dos emigrantes, do investimento privado estrangeiro e da ajuda pública ao desenvolvimento.

A performance conseguida por Cabo Verde, não obstante o país continuar a ser, em termos económicos, um dos mais vulneráveis do mundo, permitiu que deixasse, em 2007, de fazer parte do Grupo de Países Menos Desenvolvidos das Nações Unidas. Da mesma forma, dados do Governo de Cabo Verde e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) apontam que o país conseguiu atingir quase todas as metas fixadas no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, embora as disparidades em termos municipais sejam importantes (INEb, 2015).

Independentemente das críticas, não se tem observado nenhuma discussão e reflexão sobre a natureza do estado no pós-independência, assumindo-se o modelo consagrado pela tradição euro-occidental. A questão que durante muito tempo se coloca é menos da configuração jurídico-política do Estado e mais do seu monolitismo político-ideológico. O jargão político clássico utilizado até os anos 90 era o de que o Estado pertencia “aos melhores filhos da nossa terra”, legitimado

pelo PAIGC/CV¹⁰ enquanto “força, luz e guia” do Estado e da sociedade. Significa essencialmente que, não obstante os sucessos econômicos e sociais registrados na primeira década e meia da independência, a questão política e, particularmente, a disputa pelo poder do Estado, enquanto instituição e *locus* privilegiado de implementação de um determinado projeto de sociedade, se manteve permanentemente aberta vindo, de forma progressiva, a agudizar-se.

Apesar dos avanços conseguidos em vários domínios da governação, impactando de forma positiva e importante as condições de vida das populações cabo-verdianas, como o demonstram os indicadores econômicos e sociais já referenciados, o projeto político de “unidade nacional”, tal como discursivamente formulado pelos vitoriosos de 1975, não fez calar as diferenças, as divergências e a multiplicidade de visões de mundo e de projetos políticos e de sociedade presentes no dealbar da independência.

Primeiramente, as clivagens se dão ao nível interno do poder instituído e hegemônico: o PAIGC. Cerca de dois anos depois da independência (entre 1977-78), emergem conflitos internos que ficaram conhecidos como “*affair trotskismo*” (LOPES, 2002). Os acontecimentos e as narrativas sobre eles produzidos, ainda não analisados pela historiografia cabo-verdiana, apontam para uma “hipotética” tentativa de assalto ao poder, para uns, ou de golpe, para outros, por parte de um grupo de dirigentes do PAIGC que perfilhariam a visão política de Léon Trotsky. Estas lutas ideológicas e políticas intestinas retomam um processo que, no mínimo, remonta ao período compreendido entre Maio de 1974 e Julho de 1975 quando, aparentemente os “quadros” vindos de Portugal, disputavam entre si lugares privilegiados na estrutura do poder partidário e do Estado, buscando a benção dos combatentes vindos da Guiné-Bissau cuja legitimidade, incontestemente e incontestada, resultava da participação na luta armada de libertação nacional¹¹. Os dirigentes

¹⁰O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, enquanto partido binacional, conhece o seu fim em 1980/81 na sequência do golpe de estado na Guiné-Bissau a 14 de Novembro de 1980. O golpe de estado, derrubando o presidente bissau-guineense Luís Cabral, viria a levar ao rompimento do projeto de unidade política entre os Estados da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

¹¹“Quadros” eram aqueles que se encontravam fazendo seus estudos universitários, particularmente em Portugal e que integraram a luta política clandestina. Assim, “quadros” remete para os que possuem uma formação universitária. Parece que, ainda em Portugal, e antes da Revolução dos Cravos, as clivagens entre trotskistas e não trotskistas já se colocavam. A este respeito, tem havido nos últimos anos uma disputa por imposição de leituras sobre estes embates e estes períodos históricos, faltando, contudo, uma análise exaustiva, reflexiva, crítica e objetiva desses acontecimentos e seus protagonistas. Alguns livros têm trabalhado essas questões numa perspectiva mais de recolha de depoimentos dos envolvidos (LOPES, 2002, 2003) ou de narrativas biográficas e testemunhais (QUERIDO, 1989, 2011; FAUSTINO, 1990).

tidos como trostkistas, alguns deles ministros do novel governo e outros altos dirigentes da administração pública cabo-verdiana viriam a ser expurgados das fileiras do PAIGC e do aparelho de Estado, não logrando, portanto, êxito. Em decorrência disso, alguns teriam sido coagidos a partir em exílio e outros, depois de um *mea culpa*, permaneceram nas estruturas do partido e do Estado, sem, contudo, perder o estigma de serem ou terem sido trotskistas.

Esse processo de “limpeza” teria permitido um apaziguamento político interno, não significando, todavia, uma dissipação das clivagens. Essas passaram a ganhar organicidade a partir de fora, nas comunidades emigradas. É nesse contexto que surge a UCID (União Cabo-Verdiana Independente e Democrática), que se propôs mobilizar as diásporas cabo-verdianas, particularmente na Europa, bem como denunciar o governo e o regime político cabo-verdiano junto à comunidade internacional. De igual modo, fora do quadro partidário, muitos cabo-verdianos na diáspora, seja os que foram expurgados em 1977/78, seja os que na altura da independência fixaram residência em Portugal, seja, ainda, os quadros e intelectuais cabo-verdianos estudando ou formados no exterior, particularmente nos países ocidentais, se mantinham críticos ao regime político cabo-verdiano, erodindo a imagem do governo no exterior. Convém aqui reter que alguns desses críticos cabo-verdianos no exterior tinham sido militantes ou simpatizantes da UDC.

De igual modo, a 14 de Novembro de 1980, na Guiné-Bissau um golpe militar liderado pelo então primeiro-ministro (Comissário Principal), Nino Vieira, derruba o Presidente da República, Luís Cabral. Os novos donos do poder designam o golpe de estado como sendo um “Movimento Reajustador”, pois visavam retomar os grandes objetivos da luta de libertação e os ideários de Amílcar Cabral (MONTEIRO, 2013). Contudo, a leitura feita, particularmente, pelos dirigentes cabo-verdianos do PAIGC era de que se tratava de uma ação direcionada contra os cabo-verdianos e que, por isso, traía os objetivos desse partido. Mais ainda, entendiam que os protagonistas da ação militar, enquanto dirigentes do PAIGC, seriam corresponsáveis pela situação política, além de que dispunham de espaços institucionais de discussão e de resolução dos diferendos. As trocas sucessivas de duras mensagens entre Aristides Pereira, Secretário Geral do PAIGC, e Nino Vieira, líder do golpe/movimento reajustador, acabaram por ditar o rompimento político. Assim, a estrutura cabo-verdiana do PAIGC viria a transformar-se em Partido Africano da Independência de Cabo Verde em Janeiro

de 1981. Estava assim consumado o fim do projeto de unidade política entre os dois Estados, ponto de discórdia com a UPICV.

O processo erosivo do regime político vigente mantém-se e aprofunda-se durante a década de 1980 e as discussões sobre o sistema econômico e político têm lugar no III Congresso do PAICV realizado em Novembro de 1988, altura em que, também, algumas clivagens relativas aos mecanismos de acesso aos órgãos de direção do partido, particularmente por parte dos jovens quadros e dos que não tinham participado na luta armada pela independência, aparecem de forma evidente.

Ao nível internacional, o final dos anos oitenta do século passado é marcado pelos acontecimentos políticos na antiga União Soviética, com a *perestroika* e a *glasnost*, a que se seguiram, a queda do muro de Berlim, a distensão política e o fim do bipolarismo nas relações internacionais. No continente africano, tem início, de forma lenta, mas progressiva, a abertura dos sistemas políticos monopartidários ao multipartidarismo, traduzindo-se numa forte e alargada distensão política e social.

Cabo Verde não foge a esta dinâmica. É assim que, em 1990, a mudança do sistema e regime políticos, permitindo a disputa político-partidária e de projetos políticos e de sociedade, tem lugar, possibilitando, rapidamente, uma aglutinação das oposições ao regime vigente, seja através da constituição do MPD (Movimento para a Democracia) seja pela reemergência da UPICV e da entrada em cena, no espaço das ilhas de Cabo Verde, da UCID, até então presente apenas nas comunidades diaspóricas.

O rápido processo de transição política de um regime monopartidário para um multipartidário demora apenas um ano, tendo desembocado na derrota do PAICV nas primeiras eleições legislativas multipartidárias realizadas no pós-independência e a subida ao poder do MPD (Movimento Para a Democracia), criado meses antes da realização das eleições parlamentares.

A chegada do MPD ao poder, nele ficando entre 1991 e 2001, e a (re)emergência no campo político cabo-verdiano de novos partidos políticos significam, de certa forma, a retomada de um processo interrompido em meados de 1975 com a saída da UPICV e UDC da cena política, bem como com o ostracismo político e o exílio dos “trotskistas”. Significa, na verdade, a “vingança” dos “trotskistas”, na justa medida em que são precisamente os que foram expurgados em 1977/78 que dinamizaram o MPD, passando a ser os novos donos poder.

Os fatos políticos dos primeiros anos dos anos noventa em Cabo Verde consubstanciam, na nossa leitura, no retomar de um processo adiado em 1975. É, por esta razão, que sustentamos que os elementos estruturantes da luta política, no curto e denso período que entre maio de 1974 e junho/julho de 1975, viriam a se reapresentar quinze anos mais tarde, em 1990. Gostaríamos, seguidamente, de apontar, de forma sintética e exploratória, alguns elementos que sustentam a nossa argumentação, a merecer, mais tarde, um olhar reflexivo mais aprofundado.

O novo sistema político permitiu que os atores e os projetos políticos e de sociedade em disputa no momento imediatamente anterior à independência voltassem à cena, ainda que, em alguns casos, com novas roupagens organizacionais e/ou conhecendo mutações, ora profundas ora menos substantivas.

Com efeito, os principais atores e projetos políticos corporificados pelo PAICG/CV estão presentes, bem como os do UPICV. De certa forma, algumas teses da UDC vão ser incorporadas pela UCID, pelo MPD e, mais tarde, pelo PTS (Partido do Trabalho e da Solidariedade).

Da mesma forma, os “trokistas”, que haviam sido derrotados na disputa política interna ao PAIGC nos finais dos anos setenta, reaparecem em 1990 enquanto atores políticos, criando o MPD e acabando, de fato, por serem os grandes ganhadores ao derrotar de forma estrondosa o PAICV, o vencedor por ocasião da independência, e seus dirigentes históricos, os vencedores em 1977/78, tanto nas eleições parlamentares, quanto nas presidenciais e municipais. Importa aqui, e especificamente no que se refere ao MPD, refletir sobre algumas diferenças e especificidades existentes entre esses momentos históricos em análise.

Se, em 1977/78, a clivagem interna no PAIGC era de natureza político-ideológica entre as correntes de “esquerda”, no novo contexto, ao menos discursivamente, as clivagens, transvestidas de diferenciações ideológicas e os embates passam a ser, a meu ver, essencialmente pragmáticas, de disputa pelo poder e de algum alinhamento estratégico a uma nova “ordem política e econômica” que se tornou hegemônica a nível internacional a partir da última década do século passado. Na verdade, as esquerdas do período da independência de Cabo Verde transmutaram para a banda larga do centro político e ideológico, oscilando o MPD para o centro-direita e o PAICV para a socialdemocracia. Rigorosamente, apenas a UPICV parece ter-se mantido fiel aos seus ideários originais.

Em termos da prática política, no entanto, o(s) discurso(s) político(s), neoliberal, nas políticas econômicas, e socialdemocrata, em termos de políticas sociais, passa(m) a constituir um dado de realidade para os dois partidos que dominam o campo político pós-1990. Este posicionamento político de banda larga, assumido tanto pelo MPD como pelo PAICV, tem constituído um dos grandes fatores explicativos da dificuldade de os partidos estritamente de direita se consolidarem em Cabo Verde, como é o caso da UCID, e de emergirem partidos de esquerda.

Se, em termos substantivos, deixaram de existir diferenças ideológicas significativas entre os contendores de ontem e de hoje, o que os separa, para além de resquícios de lutas políticas do passado? Isto é, se as razões estruturais de ontem (diferenças políticas e, num nível menos acentuado, ideológicas) deixaram de existir, o que explicaria as dissemelhanças de hoje que justificam não apenas as lutas políticas presentes como a forte bipolarização do campo político cabo-verdiano delas resultantes e que, de certa forma, atingem a própria sociedade cabo-verdiana?¹²

Como tentativa de resposta, gostaríamos de, reflexivamente, apontar algumas hipóteses que podem ser testadas como passíveis de explicação da bipolarização e das clivagens ainda presentes, mas transmutadas, na sociedade cabo-verdiana.

Uma nota prévia impõe-se. Com efeito, existe um pressuposto que baliza a nossa reflexão, tal como foi, aliás, apontado na introdução do presente texto. Não obstante o interregno vivenciado entre julho de 1975 e fevereiro de 1990, a sociedade cabo-verdiana se caracteriza, em termos sócio-políticos e ideológicos, por uma acentuada heterogeneidade e pela existência, ainda que por vezes de forma latente, de vários projetos de sociedade, uns organicamente estruturados e outros mais difusos. Parece-nos também ter existido uma tendência para que uma parte substancial desses projetos de sociedade e de visões de mundo se assente e se comporte (n)uma significativa dimensão ideológica, marcada por um contexto de polaridade que se constrói, de forma particular, a partir dos finais da Segunda Guerra Mundial, ainda que atenuada em alguns momentos pelo Movimento dos Não-Alinhados.

Sustentamos, ainda, para o caso cabo-verdiano, que esta componente ideológica que marcou a luta política na primeira década e meia da independência se encontra significativamente esbatida, ganhando dominância outros fatores de diferenciação social e política. De entre

¹²Na verdade, embora existam, neste momento, seis partidos políticos, apenas três têm vindo a ter assento parlamentar desde 1990 e, destes, apenas dois pertencem ao arco de governação, o PAICV e o MPD.

esses fatores, gostaríamos de apontar como sendo o mais significativo o cultural-identitário.

A este propósito, aliás, Gabriel Fernandes (2002) demonstra como a ambivalência identitária e as múltiplas idas e vindas no processo de produção e legitimação de uma narrativa de nação e da construção de uma comunidade imaginada atravessam a história política e cultural de Cabo Verde recente, ganhando contornos que beiram ao que foi sugerido como sendo uma “esquizofrenia identitária” (FURTADO, 2012).

Na verdade, o que tem acontecido nas últimas duas décadas e meia é a busca de uma ancoragem cultural-identitária que seja politicamente relevante e emocionalmente reconfortante (FANON, 2008; MEMMI, 2007). Se a discussão sobre a “especificidade” cultural-identitária cabo-verdiana, decorrente, de um lado, de sua condição arquipelágica e, de outro, de sua miscigenação e hibridização fenotípica e cultural, é normalmente mobilizada para negar a africanidade (diluição da África, nas palavras de Fernandes) de Cabo Verde, é também paradoxalmente, utilizada para reafirmar a condição euro-ocidental em termos culturais, por vezes com recurso ao argumento da sua localização na macaronésia, uma forma de legitimação geográfica, tornando Cabo Verde um “irmão” das Canárias, Madeira e Açores¹³.

Do outro lado, ainda que progressivamente mais tímida, a condição africana de Cabo Verde é asseverada, estribando-se na argumentação, via-de-regra, da proximidade física e geográfica do continente e na participação maioritária de populações dos Rios da Guiné no povoamento das ilhas. Acrescem ainda considerações em termos de estratégias de política internacional para as quais a inserção em blocos políticos e econômicos regionais se afigura como fundamental na política externa do país e fator importante na facilitação do acesso a recursos externos para o financiamento do desenvolvimento¹⁴.

¹³No âmbito de uma série de reportagens sobre os 40 anos das independências dos PALOP – Racismo em Português –, o jornal português *O PÚBLICO*, num trabalho jornalístico de Joana Gorjão Henriques, em colaboração com Frederico Batista e Diogo Bento, na sua edição de 03/01/2016 publicou uma reportagem específica sobre Cabo Verde com o sugestivo título “Ser Africano em Cabo Verde é um Tabu”, na qual a questão que estamos refletindo aparece de forma evidente, precisamente nas dissonâncias presentes nas narrativas dos diversos entrevistados. Para uma leitura completa da reportagem, ver: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/ser-africano-em-cabo-verde-e-um-tabu-1718673>>.

¹⁴Essa ambivalência político-discursiva ficou bem patente durante o processo negocial visando o estabelecimento da Parceria Especial de Cabo Verde com a União Europeia. Na verdade, um longo debate, veiculado pela imprensa cabo-verdiana e portuguesa, buscou na especificidade cabo-verdiana e na sua “matriz cultural essencialmente ocidental” a justificativa para, num primeiro momento, pleitear uma possível integração na União Europeia e, num segundo, quando ficaram goradas as possibilidades da integração, estabelecer a parceria especial.

Associado a esta questão cultural-identitária se encontra, ainda que não de forma explicitada, o debate muito presente nos últimos anos em Cabo Verde sobre o regionalismo. Na verdade, sob o pretexto de que a independência de Cabo Verde fez aumentar as clivagens regionais por via de políticas econômicas indutoras de um desenvolvimento regional desigual, encontra-se na agenda pública a discussão sobre a regionalização, significando, se se analisar os não ditos presentes nos discursos de uma parte relevante de seus defensores, a retomada do *status quo* do antes da independência no que à ilha de S. Vicente, ou mais precisamente da cidade de Mindelo, sua capital, diz respeito¹⁵. Com efeito, as narrativas pró-regionalismo, amiúde, se centram na história específica da ilha de S. Vicente, sua “tradição cultural” e “industrialização” e sua abertura pioneira ao mundo, vale acrescentar, euro-ocidental, considerando-se a independência como um retrocesso e, mais do que isso, uma subalternização. Esta última, me parece, constitui o cerne da argumentação: A regionalização é uma necessidade porque S. Vicente terá perdido, com a independência, a sua centralidade política e econômica. Ou, se se quiser, suas elites, de forma progressiva, perderam, ou pensam ter perdido, a hegemonia nos campos político e econômico¹⁶. Neste contexto, uma vez mais, se cotejarmos os diversos textos e falas dos defensores da regionalização, o *locus* argumentativo não apenas se encontra, fundamentalmente, em S. Vicente quanto ele é o destinatário desses mesmos discursos e falas.

Aliás, o Movimento para a Regionalização e a Autonomia de S. Vicente no Manifesto de seu lançamento afirma que

¹⁵ A questão que me interessa refletir não é o fracasso da política de desenvolvimento tripolar (Praia, Sal e Mindelo), num primeiro momento, ou de um desenvolvimento assente no Investimento Direto Estrangeiro, alocado preferencialmente no setor do turismo e da imobiliária turística, com concentração maior no Sal e Boavista e, sim, os argumentos aduzidos para justificar a necessidade da regionalização. Não estão ainda devidamente claros o tipo e a dimensão de regionalização que se pretende: uma regionalização política que significa repensar a figura do Estado Unitário? Uma regionalização econômica, transformando as regiões em unidades geopolíticas de planejamento de políticas públicas? Ou uma regionalização menos estruturante que se aproximaria de uma efetiva descentralização de competências e recursos do governo central para os governos regionais e locais? Parece-me haver a necessidade de uma reflexão mais séria e profunda sobre as inversões financeiras feitas desde a independência nas diversas ilhas e municípios do país (sua distribuição per capita), e a eficácia econômica e social (análise do impacto e *cost-effectiveness*) de tais investimentos. Estou em crer que um tal estudo poderia ser esclarecedor e, eventualmente, mostrar as reais e efetivas discrepâncias que tiveram lugar na distribuição dos investimentos públicos e para-públicos nas últimas quatro décadas.

¹⁶ Sugiro a leitura da interessante tese de doutoramento de Crisanto Avelino Barros, intitulada *As elites politico-administrativas cabo-verdianas: 1975-2008*. Praia/Louvain-la-Neuve, Uni-CV/UCL, 2012.

S. Vicente foi, no passado, o centro económico, político, cultural e intelectual de Cabo Verde. Foi nesta ilha que se implantaram, no século XIX, com o arranque da Segunda Revolução Industrial, as primeiras unidades industriais e comerciais do arquipélago, que dinamizaram toda a vida económica da então colónia. S. Vicente passaria então a ser o coração do Arquipélago. Graças à abertura ao exterior proporcionada pelo seu importante porto de mar, Mindelo tornou-se um centro cosmopolita, fervilhando de actividades culturais, artísticas e recreativas, que projectaram a ilha no mundo. Abrigou as melhores escolas e o primeiro liceu da colónia, tendo sido o berço da quase totalidade da passada e actual “intelligentsia” cabo-verdiana, assim como da maior parte da actual classe dirigente do país (Disponível em: <<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=31980&idSeccao=523&Action=noticia>>. Acessado em: 1 mar. 2013).

Esta constatação do desenvolvimento verificado no passado colonial é contraposto com o que teria ocorrido no pós-independência

Por estranho paradoxo, o início da decadência de S. Vicente coincide com a inauguração de Cabo Verde como país independente, quando as legítimas expectativas apontariam para o inverso, em consonância com os valores de liberdade e ânsia de progresso que foram sempre consagrados pela sua população (Disponível em: <<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=31980&idSeccao=523&Action=noticia>>. Acessado em: 1 mar. 2013).

Neste raciocínio, as demais ilhas, excluindo a de Santiago, aparecem, de forma subsidiária, como atores coadjuvantes nas narrativas argumentativas. Retoma-se, no essencial, a clivagem S. Vicente *versus* Santiago. A “República de Santiago” torna-se sinônima da concentração económica e política (não cultural, obviamente, pois Mindelo é tida, desde sempre, e reatualizada discursivamente, como a “capital cultural” do arquipélago). No que diz respeito à ilha de Santiago, os discursos sobre a concentração do poder político e económico tendem a fazer com que os demais municípios do interior dessa ilha acabem sendo subsumidos no jargão “República de Santiago” negando aos seus habitantes e suas elites qualquer legitimidade e possibilidade de, também, contestar uma eventual concentração de investimentos na capital do país. Afinal, é a “República de Santiago” e não a “República da Praia”.¹⁷

¹⁷Para uma análise mais específica desta questão cf. FURTADO, Cláudio Alves. Social Movements in Cabo Verde: processes, trends and vicissitudes. In: SYLLA, Ndongo Samba (Editor). *Liberalism and its Discontents: Social Movements in West Africa*. Dakar: Rosa Luxemburg Foundation, 2014. p. 419-461.

A ambivalência discursiva atinge o âmago da independência. Com efeito, se os nacionalistas cabo-verdianos pugnavam pelo fim da situação colonial com o objetivo de dar dignidade aos cabo-verdianos, tornando-os sujeitos de sua história, e de proporcionar um desenvolvimento econômico e social que fizesse, não apenas esquecer as fomes e as mortandades, mas assegurar padrões de vida dignos às novas e futuras gerações de cabo-verdianos, as justificativas arroladas, tanto para explicar o contexto a que se chegou no pós-independência quanto para legitimar a aspiração à autonomia, questionam se a independência terá valido a pena. E a resposta não explicitada é que, ao menos para S. Vicente, não.

Esta inferência também encontra eco nos debates, anteriormente referenciados, sobre a parceria especial de Cabo Verde com a União Europeia, ou mesmo antes. Já em meados dos anos 90 do século passado, num debate parlamentar, um dos deputados terá sugerido a divisão do arquipélago entre as ilhas do norte, cultural e fenotipicamente mais ocidentais e ocidentalizadas, e as do sul, mais africanas¹⁸. Já, em outro momento, registou-se uma grande celeuma em torno da independência, isto é, se ela teria sido a melhor opção. Neste debate, chegou-se a atribuir a Aristides Pereira, um dos principais nacionalistas cabo-verdianos e primeiro presidente da República de Cabo Verde, a afirmação de que talvez a melhor solução para o arquipélago devesse ter sido a mesma das regiões autônomas dos Açores e da Madeira.¹⁹ Mais tarde, a possibilidade de integração na União Europeia é retomada, sublinhando a proximidade cultural com a Europa, a sua pertença às ilhas da Macaronésia, ou, ainda, retomando os hipotéticos argumentos atribuídos a Aristides Pereira²⁰.

Fica evidente que as elites cabo-verdianas se encontram numa fase de questionamento, de revisitar a independência de Cabo Verde. Este revisitar da independência apresenta múltiplas facetas, denotando visões diferenciadas e balanços, por vezes, díspares das quatro décadas da independência.

¹⁸ Cf. Fernandes, Gabriel A. M. *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*. Florianópolis: EDUFSC, 2002

¹⁹ Na verdade, em meados dos anos 90, Aristides Pereira teria afirmado numa entrevista ao jornal português *Expresso* que, antes da independência, se teria pensado em Cabo Verde como uma região autônoma nos moldes dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. A leitura feita por muitos é de que ele teria, de certa forma, sugerido a “autonomia”, retrospectivamente analisada, como a mais adequada para Cabo Verde. Embora tivesse desmentido tal assertiva, a polêmica se manteve.

²⁰ Veja a esse respeito, a dissertação de mestrado de MARTINS, Amaralis Barbosa. *Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2009

Impõe-se, assim, nesta linha de reflexão, tentar perceber como a historiografia e as humanidades têm pensado a história recente de Cabo Verde e como, eventualmente, essa reflexão, num debate pela imposição da memória histórica legítima, traduz e, eventualmente, refrata as narrativas do quotidiano, particularmente as dos atores políticos e públicos.

Entre a história e o pensar a história: a busca pela fixação de acontecimentos históricos

(...) I would like to suggest that the project and process of reclaiming and rewriting African history needs to proceed, as they did with the nationalist generation, not only through critiques of prevailing silences in western Africanist historiographies, but also vigorous reconstructions of African histories that have temporal depth and spatial breadth by African historians.²¹ (ZELEZA, 2005, p. 1).

Como sustenta o historiador malawiano, Paul Zeleza (2005, p.4), *“Historiography is of course not history; it is a study of how history has been studied and produced”*²². Nestas curtas e intensas quatro décadas de independência, com particular realce para as últimas duas, têm-se procurado, numa incessante batalha, estabelecer nexos temporais e explicativos visando fixar o sentido da História cabo-verdiana. É a batalha pela imposição de uma memória histórica, menos entre historiadores, é verdade, e mais entre os principais atores políticos e sociais.

Na verdade, a historiografia cabo-verdiana tem-se debruçado pouco sobre a história pós-independência²³. As cautelas metodológicas, que sempre caracterizaram o fazer historiográfico, a não sedimentação

²¹ “Eu gostaria de sugerir que o projeto e o processo de recuperação e reescrita da História Africana precisam prosseguir, como fizeram as gerações nacionalistas, não só através de críticas aos silêncios prevalentes nas historiografias africanistas ocidentais, mas também de vigorosas reconstruções das histórias africanas que mereçam uma profundidade e uma amplitude espacial por parte dos historiadores africanos”. Tradução livre do autor.

²² “Historiografia certamente não é história; é o estudo de como a história tem sido estudada e produzida”. Tradução livre do autor.

²³ Para uma análise mais profunda e sistemática da produção em ciências sociais e humanas em e sobre Cabo Verde no período da pós-independência, vide FURTADO, Cláudio Alves. A pertinência teórica e a relevância social do conhecimento em Ciências Sociais em Cabo Verde: Desafios para uma agenda autónoma e endógena de investigação. In: FURTADO, Cláudio e Outros (org.) *As Ciências Sociais em Cabo Verde: Temáticas, Abordagens e Perspectivas Teóricas*. Praia: Edições Uni-CV, 2015. 29-62

e publicização de importantes fontes documentais e a presença dos principais atores da vida política, econômica e social do país, inibem os historiadores a uma incursão mais sistemática sobre os fatos mais marcantes das últimas décadas.

As tentativas mais significativas de tentar inscrever na memória coletiva um sentido para a história recente de Cabo Verde têm sido protagonizadas por alguns pesquisadores e pelos próprios atores políticos. Neste processo, biografias, autobiografias, romances históricos e depoimentos têm surgido de forma crescente, bem como, em alguns casos, as contestações.

No domínio dos relatos, com um certo pendor (auto)biográfico, poderemos citar o livro de Pedro Martins “Testemunhos de um combatente” (1995) no qual narra a sua experiência no Campo de Concentração do Tarrafal e as atividades políticas que, imediatamente, se seguiram à Revolução dos Cravos. A recepção da obra parece ter sido pacífica, não tendo merecido contraposições narrativas.

Em contrapartida, o livro de Jorge Querido *Cabo Verde, Subsídios para história da nossa luta de libertação* (1989) no qual o autor reflete sobre a luta pela independência de Cabo Verde protagonizada pelo PAIGC, do qual era militante e um dos responsáveis em Portugal e em Cabo Verde, e as vicissitudes e lutas políticas e ideológicas internas, nomeadamente a questão dos trotskistas, mereceu de imediato uma contestação de um dos atores analisados. Com efeito, Manuel Faustino publica, um ano após o aparecimento da obra *Cabo Verde, Subsídios para a história de nossa luta de libertação*, o livro *Jorge Querido: subsídios sob suspeita* (1990) onde busca desmontar os argumentos avançados, particularmente aqueles que atribuem a este autor responsabilidades ou a liderança do grupo trotskista.

Nessa mesma senda de obras biográficas, podemos, ainda, apontar o livro de Aristides Pereira *Uma luta, um partido, dois países* (2003), no qual este fundador do PAIGC e primeiro presidente da República de Cabo Verde narra a sua trajetória, a do seu partido e da luta de libertação até a independência. Um segundo livro, sobre este mesmo político, foi escrito por José Vicente Lopes, intitulando-se *Aristides Pereira. Minha vida, minha história* (2012) e recobre o período pós-independência.

No domínio de recolha e análise de relatos e depoimentos, deve assinalar-se a obra de José Vicente Lopes *Os Bastidores da Independência* (2002), na qual o autor busca reconstruir o processo que conduz à independência de Cabo Verde e os mais importantes embates políticos e ideológicos travados, recorrendo, essencialmente,

a depoimentos dos principais intervenientes. Este livro de imediato suscitou reações, sendo a mais significativa a de Caldeira Marques, jurista cabo-verdiano residente em Lisboa. A resposta, violenta, veio sob a forma de uma publicação intitulada *Os Bazófitos da independência (com uma carta inédita de Baltazar Lopes da Silva)*, editada em 1999, ou seja, dois anos após a publicação da obra de José Vicente Lopes. Uma réplica deste último viria a ocorrer com uma nova publicação *Os desatinos de Caldeira Marques: resposta a um bazófito arrependido* que foi dada a estampa em 2000, um ano após o aparecimento dos *Bazófitos da independência*.

No domínio ensaístico, podemos ainda sublinhar os trabalhos que aparecem em meados dos anos noventa do século passado, imediatamente após a abertura política e o estabelecimento do multipartidarismo. São obras que buscam, essencialmente, resgatar a história política do Cabo Verde pós-independente, dando visibilidade a fatos e acontecimentos fraturantes. O trabalho de Onésimo Silveira *A tortura em nome do partido único: o PAICV e a sua polícia política* (1992) e o de Humberto Cardoso *O Partido Único em Cabo Verde: um assalto à esperança* (1993) são disso exemplos elucidativos.

No domínio da literatura, o romance-histórico mais marcante foi, sem dúvida, “*O dia das calças roladas*” de Germano Almeida (1992) que, a partir da análise dos processos judiciais e das declarações prestadas por presos que foram implicados nas manifestações ocorridas nos dias 30 e 31 de Agosto de 1981 em algumas localidades do município de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, reconstrói ficcionalmente os fatos imputando responsabilidades ao regime vigente pela repressão e morte de um dos manifestantes. A contestação popular nos vales de Ribeira Grande teve como *leitmotiv* a lei de bases da Reforma Agrária, colocada em discussão pública antes de sua aprovação pelo Parlamento Cabo-verdiano. Da manifestação e do confronto com as forças policiais resultaram uma morte, feridos e presos que viriam a ser submetidos a julgamento no Tribunal da Comarca de S. Vicente.²⁴

²⁴ É interessante observar que os casos da ensaística e do romance histórico referido no presente texto, resultam da lavra de importantes personalidades políticas na história pregressa e presente de Cabo Verde, importantes opositoristas ao PAICV, partido que ficou 15 anos no poder durante a I República. Tanto Germano Almeida quanto Humberto Cardoso foram fundadores do MPD, partido que viria a ganhar as primeiras eleições multipartidárias nos anos 90, tendo sido, ambos, deputados ao Parlamento Cabo-verdiano. Onésimo Silveira foi um duro crítico do PAICV, tendo sido fundador o PTS (Partido do Trabalho e Solidariedade) e Presidente da Câmara Municipal de S. Vicente. No entanto, viria a aproximar-se do PAICV, seu grande algoz no passado, chegando a ser Embaixador de Cabo Verde em Portugal nos anos 2000 e, mais tarde, Conselheiro do Primeiro-Ministro Jose Maria Neves, também presidente do PAICV.

O que interessa aqui reter do ponto de vista reflexivo é que se assiste, a partir de meados dos anos noventa do século passado, perdurando até hoje, a uma tentativa de, via ensaios, textos biográficos e autobiográficos, romances históricos e textos testemunhais, uma fixação do que deve ser relevante para a história de Cabo Verde contemporâneo, com um viés marcadamente de história política.

Assiste-se, igualmente, como já referenciado, a um interessante duelo pela imposição legítima e hegemônica da versão dos fatos considerados como historicamente relevantes. De certa forma, está-se perante uma batalha pela construção e fixação das memórias das disputas políticas, consideradas como acontecimentos históricos dignos de serem registados, fixados e legados às gerações vindouras. Constituem, ainda, formas de fixar fontes documentais importantes para induzir interpretações historiográficas sobre Cabo Verde pós-independência.

Concluindo... as encruzilhadas que se mantêm

A leitura sobre os ganhos da independência e o percurso feito durante estas quatro décadas demonstra existir na sociedade cabo-verdiana e, de forma particular, entre suas elites uma pluralidade de visões. Com efeito, mesmo em relação aos indicadores econômicos e sociais, as interpretações são díspares, mormente quando se analisa o seu impacto real ao nível do tecido social nacional. Normalmente, elas oscilam entre os que ostentam, não apenas as estatísticas como também os elogios das organizações internacionais, reportando-se aos relatórios que constroem rankings internacionais, nomeadamente o Relatório do Desenvolvimento Humano, os Relatórios da *Transparency International* e da *Freedom House*, e os que apontam alguns indicadores como a elevada taxa de desemprego, particularmente, entre os jovens, a incidência da pobreza e as fortes e acentuadas assimetrias e clivagens regionais, para fundamentar suas narrativas.

Da mesma forma, são múltiplas as visões sobre as estratégias de desenvolvimento que o país deve seguir, nomeadamente em termos de sua inserção econômica e política internacional. Também aqui as clivagens são evidentes e, neste caso, fazem emergir visões também contrastantes, com nuances em diversos momentos da história recente. A integração africana e o reforço da parceria econômica e política com o continente africano aparecem quase sempre como os pomos da discórdia, não acontecendo o mesmo com os alinhamentos com os

países da Europa e das Américas e, também, com os países asiáticos, nomeadamente a China e o Japão (CABRAL, FURTADO, 2010).

Se, de forma objetiva, com os limites que a objetividade comporta, os argumentos explicitados se reportam ao reduzido, ou quase nulo, volume e intensidade de cooperação econômica de Cabo Verde com os países africanos, mesmo os da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), sublinha-se, em contrapartida, a quase total concentração dos fluxos econômicos, financeiros e comerciais, incluindo o investimento direto estrangeiro e as remessas dos emigrantes cabo-verdianos, com a União Europeia e os Estados Unidos da América. Estes argumentos, aparentemente objetivos, serviram para sustentar não apenas a necessidade de reforçar a integração regional, mas a imperiosidade de prosseguir o reforço da cooperação com os países euroocidentais. Contudo, o não explicitado reporta-se, como demonstrado neste texto, às diversas visões cultural-identitárias sobre o continente negro e sua aproximação ou distanciamento com a identidade do arquipélago.

Neste caso, e também como já referido, a transmutação dos conflitos político-ideológicos, presentes na primeira década e meia da independência, para os de cariz cultural-identitário, sempre existentes na história do(s) nacionalismo(s) cabo-verdiano(s), que se exacerbaram depois dos anos noventa do século passado, tem um potencial muito mais fraturante, na justa medida em que tende a rememorar a vivência da situação colonial, diferenciando os cabo-verdianos não pelas diversas e opostas visões de mundo e projetos de sociedade, mas, sobretudo, por uma hipotética superioridade cultural de uns e inferioridade de outros, resultante de uma maior proximidade ao mundo euro-ocidental, para uns, e ao continente africano, para outros. Estes dilemas cultural-identitários, vincadamente políticos, constituem os desafios que se colocam presentemente e ao futuro de Cabo Verde.

Referências

- ALMEIDA, Germano. *O dia das calças roladas*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003. p. 580-606.
- _____. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde*. Praia: INIPC/EUFRGS, 2002.
- _____. Representações sobre a Nação Cabo-verdiana: Definição mestiça da identidade nacional como ideologia de clientelismo em contexto de dominação racial. In: *Fragmentos - Revista de Letras, Artes e Cultura*, Praia, n. 11/15, 1997.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa do meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BALANDIER, Georges. La situation coloniale. Approche théorique. In: *EXTRAITS, Cahiers internationaux de sociologie*, Paris: PUF, v. 110, p. 9-29., jan.-jun. 2001.

BARROS, Crisanto Avelino. *As elites político-administrativas cabo-verdianas: 1975-2008*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Sociais) – Uni-CV/UCL, Praia/Louvain-la-Neuve, 2012.

CABRAL, Iva; FURTADO, Cláudio. *Les Etats-Nations face à l'intégration régionale en Afrique de l'Ouest. Le cas du Cap Vert*. Paris: Éditions Karthala, 2010.

CARDOSO, Humberto. *O Partido único em Cabo Verde: um assalto à esperança*. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. *Acordo entre o Governo Português e o Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon05>>. Acesso em 01 dez 2015.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. *Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon16>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

COSTA, Daniel H. O Papel do Chefe de Estado no Semipresidencialismo Caboverdiano. In: LOBO, Marina Costa; AMORIM NETO, Octavio (Org.). *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 105-137.

_____. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário Cabo-verdianos (1991-2001), Com um olhar sobre o Mundo. In: *Revista Direito & Cidadania*, n. 16/17, 2003. p. 253-300.

_____. *O Semipresidencialismo em Cabo Verde-1991/2000*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2001.

COUTINHO, Ângela S. B. O processo de descolonização de Cabo Verde. In: ROSAS, Fernando et al. (Org.). *O Adeus ao Império – 40 Anos de descolonização Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015. p.125-140.

DECRETO Nº 754/74, de 28 de dezembro que nomeia os membros do Governo de Transição. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1974.

DEPELCHIN, Jacques. *Silences in African History*. Between the Syndromes of Discovery and Abolition. Dar Es Salaam: Mkuki na Nyota Publishers, 2005.

EVORA, Roselma. *Poder Legislativo no Regime Democrático em Cabo Verde*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Nacional de Brasília (UNB), Brasília, 2009.

_____. *Sistema de Governo e Democracia em Cabo Verde*. Roma: L'Harmattan Itália, 2013.

_____. *Cabo Verde: a abertura política e a transição para Democracia*. Praia: Spleen Edições, 2004.

FAUSTINO, Manuel. *Jorge Querido: subsídios sob suspeita*. Mindelo: Ilhéu Editora, 1990.

- FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Gabriel. *Em busca da Nação*. Notas para uma interpretação do Cabo Verde crioulo. Florianópolis/Praia: EUFSC/IBNL, 2006.
- _____. *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*. Florianópolis: EDUFSC, 2002.
- FREEDOM HOUSE. *Freedom in the world 2015*. Washington, 2015. Disponível em: <www.freedomhouse.org/freedom-world/freedom-world-2015>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- FURTADO, Cláudio Alves. A pertinência teórica e a relevância social do conhecimento em Ciências Sociais em Cabo Verde: desafios para uma agenda autónoma e endógena de investigação. In: FURTADO, Cláudio et al. (Org.). *As Ciências Sociais em Cabo Verde: Temáticas, Abordagens e Perspectivas Teóricas*. Praia: Edições Uni-CV, 2015. p. 29-62.
- _____. Social Movements in Cabo Verde: processes, trends and vicissitudes. In: SYLLA, Ndongo Samba (Ed.). *Liberalism and its Discontents: Social Movements in West Africa*. Dakar: Rosa Luxemburg Foundation, 2014. p. 419-461.
- _____. Raça, Classe e Etnia nos estudos em e sobre Cabo Verde: as marcas do silêncio. In: *Afro-Asia*. Salvador, n. 45, p. 143-171, 2012.
- _____. *Génese e reprodução da classe dirigente em Cabo Verde*. Praia: ICLD, 1998.
- HENRIQUES, Joana Gorjão. Ser africano em Cabo Verde é um tabu. In: *Público*, 03 jan. 2016. Disponível em <www.publico.pt/mundo/noticia/ser-africano-em-cabo-verde-e-um-tabu-1718673>. Acesso em: 03 jan. 2016.
- IMF. Country page: Cabo Verde. Disponível em: <www.imf.org/external/country/cpv>. Acesso em: 13 de jan. 2016.
- INE. *Inquérito Multi-objetivo*. Estatísticas do Emprego e Do Mercado de Trabalho-2014. Praia, 2015a.
- _____. *Objectivos de desenvolvimento do milénio*. Indicadores de Cabo Verde. Praia, 2015b.
- LIMA, Aristides Raimundo. *Reforma Política em Cabo Verde*. Do pluralismo à Modernidade do Estado. Praia: Edição do autor, s/d.
- _____. *Reforma Política em Cabo Verde, do Paternalismo à Modernização*. Praia: Grafedito, 1992.
- LOPES, José Vicente. *Aristides Pereira: Minha Vida, Nossa História*. Praia: Spleen Edições, 2012.
- _____. *Cabo Verde*. As causas da independência. Praia: Spleen Edições, 2003.
- _____. *Os bastidores da Independência*. Praia: Spleen Edições, 2002.
- _____. *Os desatinos de Caldeira Marques: resposta a um bazófio arrependido*. Praia: Spleen, 2000.
- MARQUES, António Caldeira. *Os bazófios da independência* (com uma carta inédita de Baltazar Lopes da Silva). Lisboa: Edição do Autor, 1999.
- MARTINS, Amaralis Barbosa. *Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência*. Dissertação (Mestrado em Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais) – Universidade Lusófona, Lisboa, 2009.

MARTINS, PEDRO. *Testemunho de um combatente*. Praia/Mindelo: Instituto Camões/Centro Cultural Português: 1995.

MAXWELL, Kenneth. As colónias portuguesas e a sua descolonização. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 15/16/17, p. 529-547, mar. 1985.

MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

MKANDAWIRE, Tandika. Running While Others Walk: Knowledge and the Challenge of Africa's Development. In: *Africa Development*, Dakar, v. XXXVI, n. 2, p. 1-36, 2011.

_____. (Org.). *African Intellectuals. Rethinking Politics, Language, Gender and Development*. Dakar: CODESRIA, 2005.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. *Guiné – Bissau: Da luta armada à construção do estado nacional: Conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2013

MUDIMBE, V. *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1988.

_____. *The Idea of Africa*. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press & James Currey, 1994.

OLIVEIRA SALAZAR, Antônio de. *Discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de Fevereiro de 1965*. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/portugal/discursos/fevereiro10.html>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

PEREIRA, Aristides Maria. *Uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Notícias editorial, 2003.

PNUD. *Cabo Verde – Relatório Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento 2015*. Praia, 2015.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano (1992 a 2014)*. Nova York, 2014.

QUERIDO, Jorge. *Um demorado olhar sobre Cabo Verde*. O país, sua génese, seu percurso, suas certezas e ambiguidades. Lisboa: Chiado Editora, 2011.

_____. *Cabo Verde, subsídios para história da nossa luta de libertação*. Lisboa: Veja, 1989.

REZOLA, Maria Inácia. *25 de abril – mitos de uma revolução*. Lisboa: A esfera de Livros, 2007.

ROSAS, Fernando et al. (Org.). *O Adeus ao Império – 40 Anos de descolonização Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015.

ROSAS, Fernando. *Lisboa Revolucionária. 1908-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

SANCHES, Edalina. *Sistema de Partidos cabo-verdiano no período democrático: 1991-2006*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – ICS/UL, Lisboa, 2008.

SILVEIRA, Onésimo. *A tortura em nome do partido único. O PAICV e a sua policia política*. Mindelo: Terra Nova e Ponto&Virgula, 1992.

TRANSPARNCY INTERNATIONAL. Country Profile. Disponível em: <www.transparency.org>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

VIEIRA, Joaquim, MONICO, Reto. *Nas Bocas do Mundo - O 25 de Abril e o PREC na Imprensa Internacional*. Lisboa: Editora Tinta da China, 2014.

WEIßMANN, Thomas. Percepções da revolução dos cravos na imprensa alemã: os exemplos de *die zeit* (RFA) e *neuesdeutschland* (RDA). Do 25 de abril de 1974 até à demissão de Spínola. In: *Diacrítica* [online]. Braga, v. 28, n. 2, p. 61-77, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672014000200006>. Acesso em 27 dez. 2015.

ZELEZA, Paul Tiyambe. *Banishing the Silences*. Dakar: s.e., 2005.

Recebido: 16 de dezembro de 2015

Aprovado: 18 de março de 2016

Autor/Author:

CLÁUDIO ALVES FURTADO <cfurtado.univ@gmail.com>

- Professor de História da África, do Programa de Pós-Graduação em História, e do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Organizou recentemente as coletâneas *Diálogos em Trânsito: Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau em narrativas cruzadas* (Editora da UFBA, 2015), e, juntamente de Lívio Sansone, *Dicionário crítico de Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa* (Editora da UFBA, 2014).
- Professor of History of Africa in the Graduate Program in History and in the Multidisciplinary Program in Ethnic and African Studies at the Federal University of Bahia (UFBA). PhD in Sociology from the Universidade de São Paulo (USP). Recent organized publications: *Diálogos em Trânsito: Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau em narrativas cruzadas* (Editora da UFBA, 2015), and, together with Lívio Sansone, *Dicionário crítico de Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa* (Editora da UFBA, 2014).

O golfe e os rumos do Cabo Verde independente*

Golfing and the independent Cape Verde directions

El golf y los caminos del Cabo Verde independiente

Victor Andrade Melo**

Resumo: Em função de uma série de peculiaridades, o golfe tem desempenhado um importante papel na história de Cabo Verde. A prática, que tem uma longa trajetória no arquipélago, em diversas ocasiões foi mobilizada a fim de materializar a ideia de que o cabo-verdiano era portador de um alto padrão civilizacional. No período colonial, essa foi uma das estratégias pelos nativos usada para lidar com o jugo da metrópole, argumento utilizado para requisitar maior respeito às especificidades e atenção às necessidades locais. O que terá mudado nas considerações sobre esse esporte quando chegou a independência (1975)? Que diferenças podem ser sentidas nas décadas seguintes? Neste artigo, argumentamos que os discursos sobre a modalidade nos ajudam a lançar um olhar sobre os debates acerca dos rumos do país insular nos últimos 40 anos.

Palavras-chave: Cabo Verde; esporte; independência; identidade

Abstract: Due to a number of peculiarities, golf has played an important role in the Cape Verde history. This sport, that has a long trajectory in the archipelago, on several occasions was mobilized in order to materialize the idea that capeverdian was carrying a high standard of civilization. In the colonial period, this was one of the strategies used by the natives in dealing with colonial rule and request to the metropolis more respect to the specificities and attention to local needs. What will have changed in consideration of this sport when the independence came (1975)? What differences can be felt in the following decades? In this article, we argue that the discourse on the golf help us have a look at the debates about the direction of Cape Verde in the last 40 years.

Keywords: Cape Verde; sport; independence; identity

*Este artigo é um dos resultados do projeto “Esporte, Colonialismo e Pós-Colonialismo nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”, desenvolvido com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Edital nº 18/2007/CPLP, Edital nº 13/2008/CPLP, Edital nº 37/2010/CPLP). O texto revisita antigas reflexões publicadas em outras ocasiões, originadas de uma investigação sobre o esporte em Cabo Verde.

**Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). <victor.a.melo@uol.com.br>

Resumen: Debido a una serie de peculiaridades, golf ha desarrollado un importante papel en la historia de Cabo Verde. Este deporte, que tiene una larga historia en Cabo Verde, en diversas ocasiones ha sido movilizado con el fin de materializar la idea de que el cabo-verdiano es alguien civilizado. En el periodo colonial, esa ha sido una de las estrategias para hacer frente al poder colonial y solicitar más atención y respecto a las necesidades locales. ¿Qué cambio hubo en las consideraciones acerca de la modalidad con la llegada de la independencia (1975)? ¿Qué diferencias se puede sentir en las décadas siguientes? En este artículo, se sostiene que los discursos sobre el golf nos ayudan a lanzar una mirada sobre los debates acerca de los caminos de Cabo Verde en los últimos 40 años.

Palabras clave: Cabo Verde; deporte; independencia; identidad

Introdução

É possível pensar os caminhos trilhados por um país a partir de uma de suas manifestações culturais? A resposta à questão exige pelo menos dois cuidados. O primeiro é ter em conta sua mobilização no decorrer da história, o envolvimento de lideranças a forjar narrativas sobre o objeto, bem como a capacidade de espraiamento desses olhares para o grande conjunto da população. O segundo é nunca deixar de considerar tais apreensões como representações, que têm algum grau de conexão com o que ocorre no cotidiano, mas são construções ideais dedicadas a fortalecer a “comunidade imaginada”, a traduzir por meio de símbolos a ideia de nação¹.

Um exemplo são alguns dos usuais discursos acerca do futebol no Brasil. A partir de uma peculiar apreensão freyreana – vale lembrar que o sociólogo se debruçou sobre o tema em algumas crônicas, inclusive uma considerada fundante de uma forma de observá-lo, “Foot-ball Mulato”, publicada no Diário de Pernambuco, em 1938 –, certos cronistas (um dos mais notórios foi Mário Filho) construíram a ideia de que os brasileiros desenvolveram um jeito específico de jogar, que teria encantado o mundo. Tratar-se-ia de uma estratégia de subversão dos sentidos originais da modalidade, quase uma inversão de valores, somente possível graças ao fato de que seríamos um povo forjado no encontro de três diferentes raças.

Já há muitas críticas e avaliações dessa representação². De toda forma, parece inegável que logrou certa penetrabilidade, certa legitimidade nos mais diferentes âmbitos sociais. Vale considerar que

¹ Para um debate sobre as narrativas de construção da nação, ver Anderson (1991).

² Entre outros autores, ver Soares (2003) e Maranhão (2006).

houve outras ilações sobre as relações entre o futebol e certos projetos de nação, entre os quais se destaca o olhar de Nélson Rodrigues³.

Em muitos outros países, há processos semelhantes, com ênfases distintas, com modalidades diferenciadas. Neste artigo, argumentaremos que, no caso de Cabo Verde, os discursos sobre o golfe nos ajudam a lançar um olhar sobre os debates acerca dos rumos do país no período pós-independência.

O golfe tem desempenhado um importante papel na história de Cabo Verde. Vale lembrar que não foi a única colônia portuguesa na qual se desenvolveu a modalidade. Angola e Moçambique também tiveram seus clubes. No arquipélago, todavia, há uma série de peculiaridades, inclusive o fato de que, em função das condições climáticas, das características do solo e da escassez de água e, logo, das consequentes dificuldades para cultivar grama, os campos nunca foram exatamente *greens*, mas sim *browns* (de terra).

A despeito desses potenciais limitantes, a modalidade tem uma longa trajetória em Cabo Verde. As primeiras ocorrências podem ser encontradas já nos anos 1850, quando dirigentes de uma empresa britânica de carvão, que se instalara em São Vicente, construíram um campo (PAPINI, 1982). No decorrer do tempo, foram criadas várias agremiações, com destaque para o St. Vicent Golf Club (1920) – formado majoritariamente por estrangeiros; o Lord Golf Club (1938) – integrado por nativos; e o Clube de Golfe de São Vicente (1940) – liderado por colonos portugueses. Os três foram as origens do atual Clube de Golfe de São Vicente, que segue ativo e promovendo com frequência torneios no seu fascinante campo de terra⁴.

Porque é que, desde o século XIX, o golfe (e outras modalidades) se desenvolveu com sensível intensidade em Mindelo, na Ilha de São Vicente? Deve-se considerar que a cidade ocupou um espaço relevante no processo de expansão do comércio internacional no decorrer daquela centúria. Como sua baía estava no caminho de importantes rotas navais e possuía boas condições de receber embarcações de grande porte, acolheu depósitos de carvão e outros serviços ligados à navegação. Além disso, por lá se instalou a Western Telegraph, que construiu linhas telegráficas entre Cabo Verde, o Brasil e a Europa⁵.

³ Um debate sobre esse tema pode ser encontrado na obra de Antunes (2004).

⁴ Para mais informações sobre o Clube, ver Barros (1981) e Melo (2011).

⁵ Para um olhar mais detido sobre o cenário de Mindelo no século XIX, ver Martins (1891), Papini (1982), Silva (1998), Silva (2000) e Ramos (2003).

Esse novo trânsito econômico e de pessoas, inclusive muitos estrangeiros – notadamente britânicos –, promoveu um desenvolvimento cultural na cidade, do qual fez parte o esporte. Houve espaços de interface que possibilitaram os nativos a tomar conhecimento de certas práticas, o que os estimulou a criar suas experiências próprias (MELO, 2011).

Se foi importante a estruturação de uma sociedade com característica mais urbana e sintonizada com o cenário internacional, induzindo à melhor conformação de um mercado ao redor dos entretenimentos, não se deve negligenciar que o envolvimento dos cabo-verdianos com o esporte também teve relação com o fato de que foram desenvolvendo estratégias para lidar com a dubiedade do processo colonial português (que sobrepuja as noções de império e nação) e a fraca presença do colonizador no território.

Essa postura ativa teve a ver com o fato de que, em função de algumas particularidades, inclusive a gestação precoce de iniciativas educacionais, conformou-se, na transição dos séculos XIX e XX, uma elite intelectual que foi construindo um discurso sobre as peculiaridades do arquipélago, sobre o jeito cabo-verdiano de ser. Para José dos Anjos (2006):

A narrativa dominante sobre a identidade nacional cabo-verdiana pode ser formulada em poucas palavras: Cabo Verde era um arquipélago despovoado até a chegada dos portugueses no século XVI; colonos portugueses e escravos originários de várias etnias africanas se misturaram ao longo de cinco séculos dando origem a uma raça e cultura específicas – a cultura crioula, e o mestiço como tipo humano essencialmente diferente tanto do europeu como do africano (ANJOS, 2006, p. 21).

O envolvimento com o esporte, bem como sua mobilização discursiva, tiveram também em conta a necessidade de materialização do discurso identitário. Processo semelhante se deu com outras manifestações culturais, como a língua e a música. Não se tratou de uma estratégia de busca da independência, mas sim de esgrimir argumentos para requisitar à metrópole maior respeito e atenção às necessidades locais. Esse tipo de postura, sugere Gabriel Fernandes (2006), conformou-se como “uma luta não propriamente contra a soberania nacional, mas contra o trato colonial. Ou seja, aceita-se os pressupostos nacionalizantes, mas propugna-se a eliminação dos marcos diferenciais legitimadores das práticas coloniais” (FERNANDES, 2006, p. 42).

Podemos sugerir que o esporte foi mobilizado como uma forma de apresentar o cabo-verdiano, para dentro do arquipélago e para a metrópole, como alguém civilizado, mais uma confirmação de que não deveria passar por certos procedimentos coloniais⁶. Pode ser, assim, considerado como uma das estratégias que contribuiu para a “reavaliação das bases de legitimação e lealdade nacionais, para a reinterpretção dos seus sentidos e prática para a (re)emergência de novos sujeitos” (FERNANDES, 2006, p. 33).

Vale destacar que a metrópole em boa medida reconheceu esse argumento, excluindo o arquipélago de certas intervenções e mesmo indicando cabo-verdianos para ocupar postos na administração do Império, em Cabo Verde, outras colônias e mesmo no Portugal europeu. Da mesma forma, esses discursos identitários que começaram a ser forçados no século XIX foram sendo aperfeiçoados (sempre com tensões e contrapontos) e lograram sensível grau de convencimento e penetração popular.

Obviamente que o envolvimento dos cabo-verdianos com o esporte não se deu somente por esses motivos, que provavelmente sequer eram tão explícitos assim. A busca de diversão era certamente um importante agente motivador. Da mesma forma, a despeito dos discursos, havia claras diferenças no tocante à participação dos diversos estratos sociais, sendo o golfe e o críquete (outra modalidade que em Mindelo se desenvolveu já no século XIX por influência dos britânicos) preferidos pelos economicamente mais privilegiados, enquanto o futebol era mais praticado pelos populares.

De toda forma, agregada aos discursos sobre a “cabo-verdianidade”, se construiu uma representação de que um dos únicos lugares do mundo onde pode-se encontrar um golfe popular é Mindelo (na verdade, Cabo Verde, considerando-se a cidade como expressão do arquipélago, algo que não foi pacífico e, no decorrer do tempo, foi fonte de vários conflitos, até mesmo porque a capital sempre se localizou na Ilha de Santiago, inicialmente a Cidade Velha, depois Praia).

Essa compreensão se tornou mais comum nos anos 1960. Nuno de Miranda, natural de São Vicente, uma das lideranças intelectuais de Cabo Verde, envolvido com os importantes movimentos literários que se estruturaram ao redor das revistas *Claridade* e *Certeza*, assim definiu as características dos nativos:

⁶ Em muitos momentos, houve a esse respeito um discurso positivo acerca da mestiçagem. Vale ter em conta que o pensamento do já citado Gilberto Freyre teve impacto significativo entre alguns intelectuais cabo-verdianos no período colonial. Sobre a peculiaridade dessa apreensão, ver Anjos (2003) e Furtado (2013).

certa displicência no traje, principalmente no vestuário masculino, o cumprimento limitado a um aceno de mão, na forma de um alô que arreda o portuguêsíssimo aperto de mão, a generalidade da prática do tênis, do golfe, do críquete, desportos mais ou menos aristocratizantes para quem os pratica, mas que em Cabo Verde se divorciam de tal conceito, na medida em que se deixam permeabilizar por todos os escalonamentos sociais até alcançarem empregados de escritório e balcão (MIRANDA, 1963, p. 37).

Já Antero Barros, que se tornou uma das principais lideranças políticas e esportivas do arquipélago no período final do colonialismo e no segundo momento do país independente, dessa maneira exaltou a agremiação da modalidade:

O clube de golfe de São Vicente deve ser um caso único no globo: o fenômeno de democratização humana é perfeito neste clube onde se pratica a modalidade esportiva mais aristocrática do mundo (...). Aqui neste clube, professores do Liceu, médicos, engenheiros, comerciantes, industriais, patrões, empregados comerciais, enfermeiros, operários, afinando pelo mesmo diapasão – a sinceridade – jogando lado a lado, almoçam à mesma mesa e trocam impressões sobre os problemas mais importantes da vida cotidiana, com um pensamento comum: ser útil a Cabo Verde e a sua pátria: Portugal (ARQUIPÉLAGO, 1962, p. 4).

Com tamanha relação estabelecida com a metrópole e tratando-se de um esporte cuja representação é ser de elite, a despeito dos discursos contrários, devemos nos perguntar: que tratamento terá recebido o golfe quando chegou a independência?

Novos olhares no pós-independência

A independência chegou de forma um tanto surpreendente ao arquipélago. Não que a ideia fosse uma completa novidade, já que há alguns anos estava sendo aventada nas lutas que o Partido Africano Para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) conduziu com sucesso na Guiné Portuguesa, tendo inclusive cabo-verdianos como líderes. Era, contudo, restrita a repercussão desse movimento nas ilhas.

Os meses que antecederam o dia da independência, 5 de julho de 1975, foram marcados por muitas tensões entre grupos diversos que se organizaram para tentar interferir no futuro de Cabo Verde.

Algumas lideranças, inclusive, se mostravam simpáticas à proposta de Portugal de manter o arquipélago como parte do país, com um estatuto similar ao que seria adotado pelos Açores e pela Madeira. O que ocorre é que foi intenso o simbolismo que acompanhava os que vieram vitoriosos da guerra na Guiné. Além disso, esses contaram com a simpatia e o beneplácito dos portugueses ligados ao Movimento das Forças Armadas (MFA), que tiveram influência no processo de transição definitivamente desencadeado no pós 25 de abril⁷.

Ao assumir o poder no Cabo Verde independente, o PAIGC tinha vários desafios, para além de não concitar unanimidade. O grande líder e mentor, Amílcar Cabral, estava morto. O antigo colonizador estava em ebulição e com poucos recursos para ajudar. Os cofres da nova nação estavam vazios. Mais ainda, havia que se forjar uma nacionalidade em grande medida distinta e mesmo oposta à linha de construção identitária que vinha se conformando desde o século XIX. A ideia de “africanidade”, por exemplo, tão presente nos discursos da nova direção, era no mínimo pouco convincente, para não dizer algo de esdrúxulo para alguns cabo-verdianos.

Entre tantos temas que teve que tratar o PAIGC, o esporte não era de importância menor. Ainda que não fosse uma necessidade vital – como alimentação e moradia – o fato é que, como vimos introdutoriamente, já se desenvolvera no arquipélago uma forte cultura esportiva, bastante articulada com as construções identitárias entabuladas no decorrer do tempo. Basta dizer que uma parte da intelectualidade cabo-verdiana teve algum grau de envolvimento com a prática, entre os quais Baltasar Lopes, Gabriel Mariano e mesmo Amílcar Cabral (MELO, 2011)⁸.

O trato do esporte por parte do novo governo não foi distinto do que se encaminhou em outros âmbitos, enfatizando-se uma condenação do passado, condição *sine qua non* estabelecida para a construção de uma nova mentalidade perspectivada para o jovem país. Desde o período de transição se considerou que o modelo de prática esportiva adotado era um exemplo dos desvios do colonialismo, por isso devendo ser combatido e reformulado. Expressão desse olhar é um posicionamento de A. Correia e Silva:

⁷ Para mais informações sobre o processo de independência, ver Lopes (2002) e Pereira (2003).

⁸ Para um olhar sobre o envolvimento de Amílcar Cabral com a prática esportiva, ver também Melo (2015).

Não é novidade afirmar que o desporto entre nós está em crise: sempre esteve. Crise de valores. De jogadores. De árbitros. De dirigentes. As poucas exceções não contam. A ‘futebolite’ é epidêmica. Tudo doente. Mas, sobretudo, crise de estrutura. Pior que os doentes é a doença (SILVA, 1974, p. 9)⁹.

Para o cronista: “O que se passa no âmbito desportivo é o que também acontece noutros aspectos da vida social, ou dito inversamente. Para evitar doentes, só eliminando a doença” (SILVA, 1974, p. 9). Trata-se de um ponto de vista marcado pela efervescência de um processo de transição no qual, para alguns, deveria se promover muitas rupturas.

Entre 1975 e 1977, as lideranças do PAIGC foram apresentando suas propostas para o esporte. Uma delas era substituir o que consideravam supervalorização das competições por “um difícil trabalho de sensibilização e mentalização das pessoas em relação aos benefícios e necessidade de uma prática desportiva livre” (NOVO JORNAL DE CABO VERDE, 1975, p. 7)¹⁰. Outra era ampliar o debate sobre a construção de linhas de ação, bem como a administração do campo. De forma bem imprecisa, sugeria-se um processo de democratização.

Uma posição mais bem concebida foi publicada no Voz di Povo¹¹ de 21 de novembro de 1975, com o título de “Por um desporto novo” (VOZ DI POVO, 21 nov. 1975, p. 4). Claramente tratava-se de uma conexão com as propagadas ideias de construção do “novo homem cabo-verdiano”, partindo do princípio de que a burguesia deveria se sacrificar para permitir que o governo pudesse “encontrar vias ascendentes da sua cultura e se habilitasse a contribuir para o desenvolvimento do seu entorno e de toda a humanidade” (FERNANDES, 2006, p. 207).

A compreensão sobre o esporte estava plenamente adequada à linha de ação geral do PAIGC: o uso de rituais e discursos típicos do nacionalismo, o estímulo ao ódio em relação a supostos inimigos, a oposição à pequena burguesia e intelectuais (ANJOS, 2006). Essa linha de

⁹ O Alerta!, dirigido por David Almada, teve vida, até mesmo por se assumir como “anticolonialista, antifascista, antiburguês, revolucionário, pró-africano e pelo PAIGC” (OLIVEIRA, 1998, p. 593) em um momento em que se fazia necessário, pelo menos nos discursos, um pouco mais de equilíbrio em função da situação de transição.

¹⁰ O Novo Jornal de Cabo Verde foi editado entre agosto de 1974 e julho de 1975, período de preparação da independência. Majoritariamente fazia referência ao futuro do país, sendo claramente perceptíveis os embates e as tensões entre os diversos grupos políticos locais.

¹¹ Voz di Povo substituiu o Novo Jornal de Cabo Verde e publicava majoritariamente os pontos de vista do partido único.

entendimento encontraria resistências e desagradaria muitos envolvidos com o campo, notadamente as históricas lideranças esportivas.

Houve, de fato, muita indisposição com antigas, correntes e influentes compreensões sobre a prática esportiva, inclusive no que tange à grande presença social do futebol e à prática do golfe em Mindelo. Para além das representações que cercavam a modalidade – considerada de elite – há que se ter em conta que na Ilha de São Vicente, onde a prática se estabeleceu com maior intensidade, se encontravam os grupos que mais resistiram à ascensão do PAIGC.

Depois de dois anos claudicando na implementação dessa nova política esportiva, tendo fracassado por motivos diversos, entre os quais a falta de experiência e recursos, mas também as já citadas resistências dos envolvidos com o campo, o partido único começou a fazer algumas concessões.

Se os discursos dos dirigentes não mudaram completamente, na prática se tomaram mais atitudes para pôr em marcha algumas ações. Destaca-se uma certa conciliação com as lideranças de São Vicente, que tinham mais conhecimento de causa e inserção no campo. Até mesmo por isso, se entabularam outros olhares sobre modalidades que a princípio foram relegadas ao segundo plano.

No caso do golfe, nas comemorações do terceiro aniversário de independência foi organizado um torneio internacional. Mais ainda, se começou a construir um discurso acerca da modalidade que curiosamente se aproximava da visão corrente no período colonial, a de que em Cabo Verde todos poderiam praticá-la. Afirma um jornalista, cheio de cuidados

O golfe é uma modalidade desportiva de longa tradição em Cabo Verde e que atingiu um nível excelente, razão porque deve ser apoiado e incentivado. Uma certa acusação de elitismo e de “ricaços” aos seus praticantes não nos parece fundamentada, na medida em que os clubes existentes, na Praia e em São Vicente, têm as suas portas abertas a todos os interessados na prática salutar deste desporto (VOZ DI POVO, 1979, p. 10)¹².

A tensão com a linha de ação do PAIGC se fez especialmente sentir a partir do momento em que surgiu a necessidade de preparar uma seleção de futebol para tomar parte na Taça Amílcar Cabral, campeonato

¹² Para comprovar a afirmação, informou-se que venceu um torneio José Borges, funcionário do Clube de Golfe e Tênis de Praia, filho de um trabalhador da alfândega e de uma empregada doméstica.

organizado pela Guiné-Bissau, envolvendo vários países da região oeste do continente africano, promovido pela primeira vez em 1979.

Se a expectativa era diminuir o valor da competição, como não ter em conta um torneio que levava o nome do fundador da nacionalidade, ainda mais organizado pelo país com o qual Cabo Verde mantinha a ideia de forjar um Estado binacional¹³? Da mesma forma, não bastaria só participar, pois a imagem da nação estava em jogo em uma contenda internacional. Além disso, a notícia de realização da disputa aumentou a expectativa interna, colocando em xeque as ações governamentais¹⁴.

Em 1980, o quadro de mudança na política esportiva se tornou mais perceptível. Começaram a recuperar protagonismo antigas lideranças do período colonial, algumas que se encontravam até mesmo fora do arquipélago. Maior impacto teve, no final do ano, a crise da Guiné que culminou com a deposição de Luiz Cabral. Romperam-se os laços entre os países, criou-se o PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo Verde) e teve início uma nova fase para a jovem nação. Vale ter em conta o que sugere Furtado (2013):

esta reafrikanização dos espíritos nunca conseguiu impor-se de forma consensual, embora tenha sido hegemônica, particularmente, no contexto cabo-verdiano, na primeira década da independência. Na verdade, se com a independência, em nível interno, se verificaria uma relativa tranquilidade nos embates sobre as disputas pela imposição de narrativas identitárias hegemônicas e legítimas nas diásporas cabo-verdianas, para onde uma parte significativa dos ‘vencidos’ havia encontrado refúgio, a contestação se mantinha. É verdade que o regime político buscou, com grau de sucesso variado, ‘cooptar’ parte dos considerados antiafricanistas (FURTADO, 2013, p. 8).

Com o decorrer do tempo, se relativizaram, sem que fossem abandonados, alguns pressupostos do PAIGC, especialmente no que tange ao forjar de uma identidade africana que anulasse a construção identitária anterior: “com o fim da unidade, criaram-se as bases para uma paulatina desideologização da cultura, possibilitando o resgate parcial dos achados culturais claridosos, antes votados ao ostracismo, sem perda

¹³ No pós independência, em função mesmo das características das lutas protagonizadas pelo PAIGC, gestou-se a ideia de que Cabo Verde e Guiné Bissau integrariam um Estado único.

¹⁴ A Taça Amílcar Cabral foi durante mais de uma década um importante interveniente na política esportiva de Cabo Verde. Para mais informações, ver Melo e Fortes (2014).

relativa para a herança afro-negra reabilitada” (FERNANDES, 2006, p. 235).

O passado voltaria a ser valorizado, de forma ressignificada, apontando um caminho reconciliado para a nação. Como sugere Anjos:

Até a década de 1980, a elite do PAIGC buscou enfatizar a importância dos “combatentes” que, da mata da Guiné, teriam trazido a liberdade, minimizando o papel concorrente da luta dos seus quadros da clandestinidade que continuaram no arquipélago. Entre oitenta e noventa se destacou a importância dos movimentos culturais anteriores do PAIGC no processo de formação da nação cabo-verdiana (ANJOS, 2006, p. 197).

Nesse cenário, voltou à evidência o golfe, destacando-se as iniciativas de dois antigos líderes do período colonial, Antero Barros e Baltasar Lopes.

Recuperando discursos

Na década de 1970, Barros viveu alguns anos em Angola. Em 1978, se deslocou para os Estados Unidos. Retornou a Cabo Verde, em 1980, a convite do governo, para auxiliar na organização do setor esportivo. Tornar-se-ia um dos principais agentes do campo, dirigente de vários órgãos, fundador e presidente durante anos do Comitê Olímpico do país.

Em uma de suas primeiras posições públicas, retomou sua costumeira exaltação da qualidade do golfe cabo-verdiano, celebrando que os atletas locais tinham vencido portugueses em um torneio internacional, para ele uma prova de que a modalidade era mesmo a mais notável do arquipélago (VOZ DI POVO, 1980, p. 6).

Muito interessante, e sinal dos novos tempos, é seu discurso proferido por ocasião de homenagem que recebeu do Clube de Golfe de São Vicente. Nos primeiros instantes de sua fala, percebe-se a mudança no cenário nacional, a observação de que uma transição estava em curso naquela virada de décadas: “Começo por informar-vos que (...) está-se a dar ao nosso desporto uma nova estrutura, imprimindo-lhe uma nova filosofia, melhor adaptada às nossas realidades e às nossas necessidades” (BARROS, 1981, p. 15).

Em seu discurso, convoca a todos a se envolverem com a consolidação da independência, deixando-se para trás conflitos que tenham ocorrido na década anterior. No seu modo de entender, a intenção era “fazer do

desporto um meio de aperfeiçoamento individual e coletivo, um fator de integração nacional, ou seja, criar um desporto que nunca dívida os cabo-verdianos, mas sim que os una cada vez mais, para a construção de uma Pátria forte e próspera” (BARROS, 1981, p. 16).

Isso se daria, segundo seu olhar, a partir de uma conciliação com o passado, com a inspiração dos momentos gloriosos de antanho. Lembra que o Clube de Golfe resistira aos momentos difíceis pelos quais passara nos primeiros anos da independência, em que “apossa-se das massas populares uma excessiva euforia, um chauvinismo desenfreado” que acabou por levar “ao cometimento de autênticos sacrilégios no tocante aos patrimônios históricos, culturais e desportivos” (BARROS, 1981, p. 16).

De fato, não era só uma lembrança, mas sim uma exaltação que fica clara ao citar os casos das agremiações de golfe de Angola e Moçambique, que não resistiram e fecharam as portas no pós-independência, para ele fundamentalmente porque a modalidade “não tinha nem raiz nem implantação populares” (BARROS, 1981, p. 21). Barros recupera, assim, a antiga representação de que em Cabo Verde não se tratava de uma prática de elite: “Não há no mundo outro clube de golfe, de raiz profundamente popular. Esta é a nossa coroa de glória que devemos manter a todo custo” (BARROS, 1981, p. 21).

Tal é sua vontade de retomar o passado que chega a sugerir que fosse feita uma “justiça histórica – agora que nos é possível fazê-la –, restituindo ao nosso Clube o seu verdadeiro nome de LORD GOLF CLUB DE S. VICENTE” (BARROS, 1981, p. 24). Na verdade, como vimos, essa sociedade foi, sim, muito importante, mas apenas uma das antigas agremiações que se uniram para formar a atual.

O que Antero faz é promover uma leitura heroica do passado, a seu ver forjado pelas características elevadas do cabo-verdiano. Mais do que exaltar a capacidade dos nativos de aprender o golfe e criar suas próprias iniciativas, ele chegou a fazer uma leitura anticolonial de parte da trajetória do Clube. Chegou a sugerir que os associados resistiram a uma injunção da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) por ocasião de uma visita de Adriano Moreira, à época Ministro do Ultramar. Segundo seu olhar, até mesmo reuniões políticas tinham sido realizadas na agremiação, “umas vezes conduzidas pelo nosso saudoso Mestre Baltasar Lopes e, outras vezes, pelo meu saudoso amigo e aluno Eng^o Manuel Rodrigues” (BARROS, 2008, s. p.).

Cláudio Furtado (2013) bem situa os olhares que se construíram nesse novo momento:

Nesse quadro, a comemoração do centenário do Movimento Claridade pelo regime político e a reinterpretação da saga dos claridosos, de forma particular de seu mais ilustre representante, Baltasar Lopes, significam a busca de um consenso, antes impossível e, neste momento, improvável. Na verdade, assiste-se a um processo de reinterpretação do Movimento Claridade, atribuindo-lhe uma dimensão e uma ação política, se não de rompimento, pelo menos de contestação ao poder colonial, reclamando a independência de Cabo Verde e, neste contexto, considerando-o como precursor da geração de Cabral (FURTADO, 2013, p. 8).

Vale destacar que o prefácio do livro de Antero Barros é de autoria de Baltasar Lopes. O notável literato, antigo praticante de golfe e críquete, manifestou ideias semelhantes sobre a modalidade:

Como se sabe, o golfe pertence ao número das atividades desportivas reservadas ao escol social, definido, em regra, pelas suas disponibilidades financeiras. Ora, em São Vicente assiste-se (assistiu-se sempre no que creio poder afirmar) ao fato curioso de a prática do golfe ter sido sempre livre, isto é, aberta a todas as camadas da população, bastando apenas o gosto pela modalidade e o mínimo de aparelhagem técnica (LOPES. *Prefácio*. In: BARROS, 1981, p. 5).

Seu olhar tinha uma intencionalidade clara. Vejamos como comentou a trajetória de João André Barros, o Nhô Fula, numa cerimônia em homenagem a esse que foi um dos mais célebres esportistas de Mindelo no período colonial:

Apregoamos que a superação da nossa insularidade e, com o estabelecimento de relações assíduas, a formação de uma consciência de unidade, precursora indispensável da independência, essa superação – dizia – foi em grande parte obra dos homens humildes e corajosos que, numa rotina diuturna de navegação costeira e estimada, levavam os veleiros de porto em porto (LOPES. *Prefácio*. In: BARROS, 1998, p. 73).

Claramente, Lopes tentava, se não minimizar, ao menos relativizar a aura heroica que persistia entre os que participaram dos conflitos da Guiné. Para ele, não se poderia esquecer e dever-se-ia exaltar o homem comum cabo-verdiano, aquele que, tendo permanecido no arquipélago e lidado diretamente com o jugo colonial, desenvolveu um modo peculiar de portar-se.

Como se tratava de elogiar uma suposta postura elevada e civilizada, Lopes contestava as linhas de desenvolvimento esportivo adotadas pelas instâncias governamentais. Segundo seu olhar, dever-se-ia investir naquelas modalidades que historicamente já vinham se estabelecendo como expressões do povo cabo-verdiano, como o golfe. No já citado prefácio de 1981, assim se posicionou:

Nunca se esboçaram, sequer, nas esferas governamentais as linhas mestras de uma política esportiva, melhor dizendo, de educação física. O resultado é que viemos a cair na inflação futebolística, com a total hegemonia da modalidade menos aconselhável, dentro do nosso condicionamento social e econômico, numa perspectivação do chamado desporto de massa (LOPES. *Prefácio*. In: BARROS, 1981, p. 7).

Pode-se ver que havia uma certa tensão no âmbito esportivo no que tange aos discursos identitários ao seu redor construídos. Isso não era novo. Nos anos 1940-1960, o futebol causara preocupação em algumas lideranças, por suplantarem as outras modalidades no interesse popular e pelas constantes turbulências que havia nas partidas. Na visão de alguns, isso maculava a autorrepresentação cavalheiresca construída acerca dos cabo-verdianos, que encaravam o arquipélago como terra da “morabeza”¹⁵ (MELO, 2011).

A despeito da importância dessa recuperação do valor do golfe no discurso de algumas lideranças, expressão das mudanças na compreensão do que deveria ser a nação, e mesmo de uma maior dinamização da modalidade, no cotidiano o esporte mais praticado e influente seguiu sendo o futebol, ao redor do qual percebe-se também o impacto do novo cenário, especialmente notável em duas ocasiões, em 1982, quando o país sediou a Taça Amílcar Cabral, celebrada como maior acontecimento da história esportiva de Cabo Verde até aquele momento, e, em 2000, quando Cabo Verde de novo organizou essa competição, dessa vez sagrando-se campeão.

A maior conquista esportiva internacional de Cabo Verde até então foi muito comemorada. Duas ocorrências, contudo, se destacam. Uma delas é o fato de que, como no mesmo dia o Sporting fora campeão português, na festa de celebração havia muita gente vestindo camisas dessa equipe, mais até do que da seleção nacional. No olhar do escritor e jornalista Odair Rodrigues:

¹⁵ Morabeza não tem uma tradução exata. Trata-se de uma expressão utilizada com o sentido de algo relacionado à gentileza, hospitalidade, amabilidade.

É uma triste aculturação dos jovens cabo-verdianos. Temos um fanatismo doentio por equipes de um país que nos dominou durante séculos e que depois votou-nos ao esquecimento nos seus manuais de História. Grande parte dos jovens estudantes portugueses desconhece a localização de Cabo Verde num mapa-múndi. Depois de termos sido colonizados por Portugal, hoje muitos portugueses sabem da nossa existência porque há cabo-verdianos nas terras lusas. Enquanto isso, somos mais benfiquistas do que um lisboeta. (RODRIGUES, 2010, s. p.)

O debate que se seguiu foi intenso e tocou em diversos temas candentes naquele momento no arquipélago: identidade europeia ou africana? Independência efetiva ou postura neocolonializada? Vale ter em conta que àquela altura já há cerca de uma década fora instituído o multipartidarismo, adotado em 1990. Na eleição, realizada no ano seguinte, venceu o partido de oposição (o Movimento Para a Democracia, MpD)¹⁶.

Em 1992, com essa mudança, foram instituídos novos hino e bandeira nacionais. Essas ocorrências são indicadores dos caminhos que a partir de então seriam adotados, inclusive de uma maior proximidade com o continente europeu, decisões tiveram impacto direto nas tensões identitárias, fazendo-se sentir também no cotidiano¹⁷.

Assim sendo, no ano 2000, quando se deu a grande conquista futebolística da seleção cabo-verdiana, no torneio que levava o nome do fundador da nacionalidade no sentido de uma via africana, os símbolos nacionais expostos já não lembravam o que fora propugnado no período da independência.

Repercussões de algumas dessas mudanças – na linha de construção identitária, na relação com o antigo colonizador e nas opções econômicas – são sentidas num episódio que envolveu o golfe na primeira década do século XXI.

Identities in crisis

No novo cenário, no arquipélago paulatinamente se adotou a estratégia de “extroversão da economia”, que buscava tirar proveito da situação geográfica do país a fim de “incentivar, apoiar e orientar a ação do setor privado para o desenvolvimento econômico de Cabo Verde,

¹⁶ O MpD ficaria no poder até 2000, quando o PAICV voltaria a governar o país.

¹⁷ Para um debate sobre o tema, ver Évora (2001), Mourão (2009), Furtado (2013) e Madeira (2013).

considerando o investimento estrangeiro essencial para a viabilização do projeto de expansão da economia nacional” (ELLERY, 2009, p. 63).

Para que se tenha uma ideia, de forma otimista (ou irrealista) estimava-se, em 2007, investimentos estrangeiros da ordem de 600 milhões de euros, prevendo-se, até 2010, aportes de até 4 bilhões e 400 milhões¹⁸. Nesse contexto, o turismo foi um dos setores que ganhou incremento¹⁹. Com isso, a antiga relação com o golfe foi reforçada, já que muitos dos grandes empreendimentos que se pretendia instalar em Santiago, Sal e São Vicente tinham como principal mote a modalidade, uma estratégia para atrair o turista de alta renda.

A diretoria do Clube de Golfe de São Vicente perspectivou aproveitar o momento e decidiu por tentar estabelecer uma parceria internacional que possibilitaria a renovação de suas instalações, considerando uma proposta que supostamente traria benefícios para Mindelo como um todo. Em junho de 2008, foi apresentada aos associados a proposta da Consolve Serviços e Gestão, uma empresa de capital português. A agremiação cederia uma grande extensão de seu terreno para a construção de um complexo turístico-desportivo, ficando com 15% de participação no empreendimento.

A assembleia que deveria decidir a questão foi tumultuada, se enfrentando os grupos contrários e favoráveis à proposta. O resultado foi parar nos tribunais, se arrastando por meses. Os posicionamentos que se publicaram nos jornais deixam transparecer algumas tensões identitárias e políticas em voga na ocasião.

Houve uma reação contrária imediata, se organizando os que não concordavam com a proposta ao redor de um lema emotivamente mobilizador – “O Clube de Golfe não está à venda” – título de um artigo de Antero Barros, publicado em O Liberal de 17 de maio de 2008. O ponto central da discórdia, entre outros, era a substituição do antigo campo de terra por um gramado com padrão internacional.

Barros, fazendo uso de sua bagagem simbólica e histórica, desencadeou os movimentos de contestação sugerindo que a agremiação não poderia ser maculada por ser portadora da memória de resistência popular, expressão da peculiaridade cabo-verdiana, um patrimônio nacional. A seu ver, a proposta, que ao fim elitizaria o acesso ao golfe,

¹⁸ Matéria publicada no sítio da Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal-Cabo Verde. Disponível em <http://www.portugalcaboverde.com/news_detail.php?id=169>. Acesso em: 11 mar. 2016.

¹⁹ Para mais informações, ver Brito (2010).

nada mais era do que obra de aproveitadores que passaram a atuar livremente com as novas opções econômicas adotadas pelo país.

A maioria dos leitores enviou mensagens de apoio a Barros, considerando um sacrilégio e uma traição ao passado a ideia de mexer no campo de terra. Já João Lizardo, na ocasião presidente do Clube, um dos que liderava o processo de aprovação da proposta, ponderou que jamais pensou em vender nada, sugerindo que a iniciativa, ao contrário, garantiria mais anos de vida à agremiação que passava por dificuldades, situação de que, provocou, as lideranças históricas não estavam a par por estarem afastadas, tendo somente uma visão superficial e ideal do arquipélago. Sobre Antero, afirma: “O sócio fundador, presidente e capitão abandonou a sua tripulação e não cumpre com o requisito básico de pagar a sua quota mensal há pelo menos vinte e cinco anos”. (LIZARDO, 2008)²⁰.

Entre os posicionamentos, pela primeira vez vemos emergir críticas a ideia de que o golfe era popular em Cabo Verde. Mario de Pina, que na infância morou próximo ao Clube e começou a atuar como *caddie* aos 12 anos, observou:

ser membro do clube de golfe não era para qualquer um. Antes de ser aceite como sócio tínhamos de responder um inquérito pior do que um inquérito policial. Por exemplo, uma pessoa desempregada ou com cadastro policial não podia ser membro do clube (...). Quem pertencia à pobreza como eu, não podia entrar para o clube. Jogar golfe, nem pensar. Nos anos 60 e 70 isso era quase impossível... (PINA, 2009, p. 7).

Para ele, a agremiação explicitava as divisões sociais do arquipélago:

O golfe foi praticado por um grupo restrito constituído pelas pessoas mais ricas da Ilha de São Vicente, pela elite mindelense. Só eles podiam jogar, os outros limitavam-se a carregar as bolas. Quem jogava golfe eram os ingleses e portugueses. Depois que os ingleses foram embora é que os crioulos tomaram conta do golfe (PINA, 2009, p. 8).

O intenso debate, de fato, teve duas posições polarizadas, de um lado se encontravam os que eram contrários à proposta por defender o passado glorioso do arquipélago, agora relido com tons anticoloniais, possível graças a peculiaridade do crioulo cabo-verdiano, o que ajudaria

²⁰ Essa carta, um panorama das discussões e outras informações sobre o Clube estavam disponíveis em: <<http://www.esnips.com/web/ClubedeGolfedeSoVicente>>. Acesso em: 11 jul. 2009 (foi retirado ao ar).

a explicar porque Cabo Verde seria o único lugar do mundo onde o golfe era popular. De outro lado, estavam os que, sem se julgarem traidores da tradição, ponderavam que as coisas não eram exatamente como os guardiões da memória diziam, que estavam tentando manter o Clube vivo e que tinham em conta o presente, as dificuldades desconhecidas por quem estava longe do cotidiano da agremiação. Para os primeiros, os segundos eram mercenários. Para os segundos, os primeiros eram sonhadores irrealistas.

A fala mais ponderada do jornalista e radialista Júlio Vera-Cruz (2009) ajuda-nos a entender melhor a natureza dos debates. Mesmo assumindo que não queria “pintar de cor de rosa tempos que, para a maioria da população de S. Vicente, se caracterizavam por uma luta constante pela sobrevivência, na esperança de um futuro melhor” (VERA-CRUZ, 2009), supondo que a “salvação” do clube não seria a saída para os problemas da Ilha, sugere que “não salvar o clube, contudo, certamente que piorará as coisas e a esse luxo não sei se nos podemos dar” (VERA-CRUZ, 2009). Ele deixa transparecer certa expectativa de quem não vive no arquipélago: “Como quase todos os cabo-verdianos fora de Cabo Verde, compartilho esse desejo de um dia poder voltar para a minha ilha. A questão é saber que ilha que irei encontrar” (VERA-CRUZ 2009).

Na verdade, nos posicionamentos se percebem embates múltiplos. Um deles era o enfrentamento entre o PAIGC e o MpD, algo que por vezes se confundia com as antigas rusgas entre São Vicente e Santiago. Luiz Silva (2009a), sociólogo e historiador estabelecido há muitos anos da França, um dos que assumiu a liderança na crítica à proposta da direção do Clube, relacionou o ocorrido com o abandono de Mindelo e sacramentou:

O povo de São Vicente quer participar nesta decisão que concerne a toda ilha seja por *referendum* se acaso a Câmara Municipal e o Governo não se sentirem à altura de tomar uma posição clara e definitiva. Mas o povo de Mindelo é perigoso nas urnas e estamos certos que saberá tomar a decisão mais justa para São Vicente. O povo de São Vicente votou pelo partido que defendia “o amor à Terra” e agora poderá votar contra “os que deixaram de amar a Terra” (SILVA, 2009a, s. p.).

A denúncia é generalizada, ambos os partidos teriam abandonado seus princípios em nome de interesses espúrios: “Ver hoje associados o ex-líder do MpD, Gualberto do Rosário, ao Nelson Atanásio, ex-presidente da Câmara Municipal em nome do PAICV ao tempo do

partido único, ou ainda o advogado Armindo Cruz, (...) é a coisa mais carnavalesca que já se viu nesta terra” (SILVA, 2009b).

Essa desordem política (Silva ironizou que “se vê pela primeira vez a união sagrada dos dois partidos (*MPD-PAICV*)” (SILVA, 2009b) teria, no olhar do autor, mais impactos negativos em São Vicente, um indicador de que seguia forte o processo de disputas entre as duas principais ilhas de Cabo Verde. Como sugere Almada (2007):

Perdurando até hoje, a supra-referenciada bicefalia cultural vem sendo fortemente marcada, nos tempos pós-independência, pela crise aberta da alegada (e, segundo alguns cépticos, muito auto-sugerida) primazia cultural do Mindelo. Essa crise deve-se à circunstância de a cidade da Praia se ter tornado não só capital política da república soberana, como também no principal centro populacional, social e económico de Cabo Verde e cidade detentora das mais importantes infra-estruturas culturais. Esta última circunstância começou a divisar-se com mais evidência na segunda metade dos anos oitenta do século vinte, para se tornar plenamente nítida a partir dos anos noventa do século transacto (ALMADA, 2007).

Nos debates sobre o Clube, emergiram também as discordâncias entre os mais velhos, que tinham maior relação com as antigas linhas de construção identitária, e os mais jovens, já não tão engajados nessa relação com o passado e diretamente atingidos por uma série de problemas do presente²¹. De forma um tanto impaciente, sugeri Luiz Silva (2009b) que na ocasião da assembleia:

A presença de muitos jovens na sala, recentemente admitidos como sócios e certamente recrutados à última hora para aplaudir as intervenções desequilibradas e intempestivas do Nelson Atanásio, que aliás já não surpreende ninguém na praça pública, deixava entender que algo se encontrava em grande perigo (a barriga, os bolsos) (SILVA, 2009b).

Esse viés do debate se articula com a questão da emigração, uma constante na história de Cabo Verde. Dados de Katia Cardoso, de 2004, indicam que havia cerca de 300.000 cabo-verdianos/familiares nos Estados Unidos, 83.000 em Portugal, 25.000 na França, 16.000 na Holanda, 3.000 em Luxemburgo, além de comunidades na Suécia, Noruega, Alemanha e Bélgica, entre outros países (inclusive o Brasil).

²¹ Para um debate sobre o tema, ver Martins (2010), Sousa (2013) e Roque e Cardoso (2013).

(CARDOSO, 2004). Informava, em 2010, o sítio oficial do governo de Cabo Verde:

A população residente no país é estimada em 434.263 habitantes, sendo uma população jovem com média de idade de 23 anos. A falta de recursos naturais e as escassas chuvas no arquipélago determinaram a partida de muitos cabo-verdianos para o estrangeiro. Atualmente a população cabo-verdiana emigrada é maior do que a que vive em Cabo Verde²².

O tema permanece atual. Recentemente, à guisa de fazer uma avaliação dos 40 anos de independência, o jornal Público, de Portugal, publicou longa matéria apresentando dados e demonstrando como tal fato se articula com o desenvolvimento econômico de Cabo Verde (HENRIQUES, BATISTA, 2015).

Esse foi outro assunto que veio à baila com o episódio do Clube de Golfe – os limites e problemas ocasionados pela eleição do turismo como uma das principais alternativas econômicas do país. Os contrários à proposta contestaram:

O turismo não é a solução para todos os males de Cabo Verde. E no seu bojo traz sempre outros problemas. Vejamos o exemplo da Tunísia que apostou totalmente no turismo e cuja balança de pagamentos é sempre deficitária devido as exigências de consumo de turistas e que tem encontrado uma oposição total das classes trabalhadoras, que sofrem na pele o aumento do custo de vida (O LIBERAL ONLINE, 2008).

Ninguém desse grupo se mostrou contrário ao turismo, reconhecendo que seria uma boa opção para o desenvolvimento de Cabo Verde. Todavia, sugeriram que a execução da proposta governamental estaria a ocorrer de forma mal estruturada, atendendo eminentemente a interesses particulares e desrespeitando os parâmetros culturais locais. A posição de Elísio Silva (2008) bem demonstra as insatisfações:

Este desenfreado loteamento que se está operando em Cabo Verde, faz-nos temer que num futuro bem próximo o cabo-verdiano terá que andar com um mapa no bolso para saber onde pisa. Em nome do progresso, vende-se tudo aos gringos privando-se aos filhos da terra do direito de usufruir daquilo que é dele. Mas tudo tem um limite. Preservemos, ao menos, aquilo que representa um patrimônio cultural da terra. E o Golfe Club de São Vicente o é (SILVA, 2008).

²² Disponível em: <<http://www.governo.cv/>>. Acesso em: 17 maio 2010.

Para Luiz Silva (2009c), a forma de encaminhar o desenvolvimento do turismo era uma falácia, não traria benefícios para todos, além de traír as tradições locais e o que pensaram os “construtores da nação”, semeando a divisão entre os cabo-verdianos. Até o nome de Amílcar Cabral foi mobilizado:

nenhum país conseguiu sair do subdesenvolvimento investindo exclusivamente no turismo. É só ver a balança de pagamentos de alguns países do mediterrâneo como a Tunísia, os desequilíbrios sociais provocados pelas práticas abusivas das empresas turísticas, acompanhados pelo estabelecimento de mercados da droga e da prostituição, para se compreender do caminho que muitos políticos nos querem levar. A Ilha do Sal entregue aos italianos é o exemplo declarado duma política do turismo que não pode ajudar o desenvolvimento de outros setores da vida social e cultural do país. O turismo, quando bem pensado, poderia constituir uma alavanca cultural para a nossa economia e a cultura. A cultura cabo-verdiana foi posta de lado como acontece nas outras ilhas e as empresas turísticas já inventaram uma nova ilha que nada tem a ver com Cabo Verde. Será que esta política do turismo tem alguma coisa a ver com o pensamento econômico de Amílcar Cabral que visava integrar todas as forças produtivas da Nação no desenvolvimento de Cabo Verde? (SILVA, 2009c)²³.

Essas polêmicas se tornaram mais candentes quando a Câmara Municipal de São Vicente resolveu analisar irregularidades na venda de patrimônios públicos, entre os quais os terrenos do clube de golfe. Por esse motivo, pela articulação política e barulho dos que contestavam a proposta, mas também por questões eminentemente de natureza econômica, o negócio não foi adiante e o Clube de Golfe de São Vicente segue existindo, no mesmo lugar, bastante ativo²⁴.

Como podemos perceber, o golfe seguiu dramatizando as tensões e embates identitários e de projetos para o país. Afinal, em resumo, o que diziam os que contestavam a proposta é que nem o Clube nem a nação podiam ser vendidos.

Considerações finais

Estive três vezes no Clube de Golfe de São Vicente. Em todas elas, não pude conter meu fascínio. Não se tratou em hipótese alguma

²³ Para um debate acadêmico sobre os desafios do desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, ver Brito (2010).

²⁴ Nesse vídeo se pode ver algumas imagens de um torneio recém-realizado: <http://www.rtc.cv/tcv/index.php?paginas=45&id_cod=41369>. Acesso em: 12 mar. 2016.

de exotizar aquele incrível espaço, mas de ver materializado algo de um conjunto de experiências históricas que tive a oportunidade de investigar. Como aquela agremiação resistiu tantos anos? O quanto tem a nos dizer sobre Cabo Verde?

Comecei este artigo perguntando, com ressalvas, se seria possível pensar um país a partir de suas manifestações culturais. O caso do golfe em Cabo Verde parece reforçar aquelas compreensões iniciais. Certamente, a modalidade não pode ser tida como expressão plena de toda rica trajetória do arquipélago, mas ajuda-nos a lançar um olhar para sua história – tensões, embates, paradoxos, ambivalências, ambiguidades.

A existência ativa do Clube, que tanto impressiona aos que pouco conhecem da história cabo-verdiana, nos diz algo o processo de construção do país independente, o enfrentamento de desafios que pendem sobre todos os Estados. Deve-se ter em conta que se trata de uma experiência recente, em certa medida peremptória e desenvolvida em um território que não tem muitas riquezas, o que reduz as possibilidades de desenvolvimento.

De toda forma, mesmo com tantas dificuldades e percalços, não há como negar certos progressos. O IDH vem avançando, as taxas de pobreza extrema e de mortalidade infantil se reduzem, tem aumentado o nível de alfabetização e de formação educacional em todos os níveis, a democracia segue firme, com todas as tensões e debates usuais.

Haveria muitas explicações para tal processo. O que procuramos chamar a atenção neste artigo é para uma delas, a de natureza cultural, uma forte construção identitária que vem do período colonial, sofre abalos no início do período da independência, se ajusta nos anos 1980, é reconfigurada no momento de adoção do multipartidarismo, entra em crise na primeira década do século XXI, mas, de fato, jamais é abandonada e funciona com um importante esteio para a nação.

O golfe é um exemplo disso, ajudando-nos a refletir sobre a fascinante história daquele arquipélago que, localizado no meio do Atlântico, no imbricamento de vários caminhos, é um caso que nos ajuda a olhar de forma mais matizada para a experiência de constituição do Estado-nação no continente africano e, porque não dizer, no cenário universal.

Referências

ALMADA, José Luís Hopffer C. Capitalidades: um olhar retrospectivo sobre alguns aspectos da cultura e da história cabo-verdiana. *A Semana online*, Praia, 11 mar. 2007. Disponível em: <<http://asemana.sapo.cv/spip.php?article23029>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 579-596, 2003.

_____. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. “*Com brasileiro, não há quem possa!*”: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BARROS, Antero. O Golf Club. *Arquipélago*, Praia, ano 1, n. 5, 20 set. 1962.

_____. *Subsídios para a história do golf em Cabo Verde*. São Vicente: Clube de Golfe de São Vicente, 1981.

_____. *Subsídios para a história do cricket em Cabo Verde*. Praia: COC/CPV, 1998.

_____. O Clube de Golfe de São Vicente não está à venda. *O Liberal online*, Praia, 24 jun. 2008. Disponível em: <<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=50&id=14195&idSeccao=546&Action=noticia>>. Acesso: 9 jul. 2009.

BRITO, Brígida Rocha. *Turismo em meio insular africano*. Lisboa: Centro de Estudos Africanos, 2010.

CARDOSO, Katia Aline Lopes Rodrigues. *Diáspora: a (décima) primeira ilha de Cabo Verde. A relação entre a emigração e a política externa cabo-verdiana*. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos: Desenvolvimento Social e Econômico em África) – Lisboa: Instituto Superior da Ciência do Trabalho e da Empresa, 2004.

ELLERY, Daniele. *Identidades em trânsito*. Campinas: Arte Escrita, 2009.

ÉVORA, Roselma. *A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Gabriel. *Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis/Praia: Editora da UFSC/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

FREYRE, Gilberto. Foot-ball mulato. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de junho de 1938, p. 3.

FURTADO, Cláudio Alves. Cabo Verde: dilemas étnico-identitários num território fluido. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 49, n. 1, p. 2-11, jan.-abr. 2013.

HENRIQUES, Joana Gorjão, BATISTA, Frederico. Cabo Verde: o país que tem mais gente fora do que dentro. *Público*, Lisboa, 5 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.publico.pt/mundo/noticia/o-pais-que-tem-mais-gente-fora-do-que-dentro-1700904>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

O LIBERAL ONLINE, Praia, 17 maio 2008. Disponível em: <<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=50&id=13467&idSeccao=438&Action=noticia>>. Acesso em: 1 jul. 2009.

LOPES, José Vicente. *Cabo Verde: os bastidores da independência*. Praia: Spleen Edições, 2002.

- MADEIRA, João Paulo. África versus Europa: Cabo Verde no Atlântico Médio. *Revista de Estudos Internacionais*, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 46-59, 2013.
- MARANHAO, Tiago. “Apolíneos e dionísios”: o papel do futebol no pensamento de Gilberto Freyre a respeito do “povo brasileiro”. *Análise Social*, Lisboa, n. 179, p. 435-450, 2006.
- MARTINS, Filipe. *O paradoxo das oportunidades*. Jovens, relações geracionais e transformações sócias – notas sobre Cabo Verde. Lisboa: Working Paper CRIA 4, 2010.
- MARTINS, João Augusto. *Madeira, Cabo Verde e Guiné*. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1891.
- MELO, Victor Andrade de. *Jogos de identidade: o esporte em Cabo Verde*. Rio de Janeiro: Apicuri/CNPq, 2011.
- _____. *A nação em jogo: esporte e guerra colonial na Guiné Portuguesa (1961-1974)*. Rio de Janeiro: PPGHC/UFRJ, 2015.
- MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. Identidade em transição: Cabo Verde e a Taça Amílcar Cabral. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 50, p. 11-44, 2014.
- MIRANDA, Nuno de. *Compreensão de Cabo Verde*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1963.
- MOURÃO, Daniele Ellery. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 83-101, jan.-abr. 2009.
- NOVO JORNAL DE CABO VERDE, Praia, n. 22, 9 jan. 1975.
- OLIVEIRA, João Nobre de. *A imprensa cabo-verdiana: 1820-1975*. Macau: Fundação Macau, 1998.
- PAPINI, Brita. *Linhas gerais da história do desenvolvimento urbano da cidade do Mindelo*. Mindelo: MHOP, 1982.
- PEREIRA, Aristides. *O meu testemunho: uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Notícias, 2003.
- PINA, Mario de. Depoimento. *Big Tree* – Boletim Informativo do Clube de Golfe de São Vicente, Mindelo, n. 2, fev. 2009.
- RAMOS, Manuel Nascimento. *Mindelo d’outrora*. Mindelo: Gráfica do Mindelo, 2003.
- RODRIGUES, Odair. Benfica ou Seleção Nacional? 2010. Disponível em: <http://www.nhaterra.com.cv/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=1722>. Acesso em: 11 mar. 2016.
- ROQUE, Sílvia, CARDOSO, Kátia. Entre a marginalização e a securitização: jovens e violências em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. *Revista Cabo-Verdiana de Ciências Sociais*, Santiago, ano 1, n. 1, p. 61-84, jan.-jun. 2013.
- SILVA, Antonio Leão Correia e. *Nos tempos do Porto Grande do Mindelo*. Lisboa: CNCDP, 1998.
- SILVA, Antonio Correia e. Crônica. *Alerta!*, Praia, ano 1, n. 1, 27 jun. 1974, p. 9.
- _____. *Espaços urbanos de Cabo Verde – o tempo das cidades-porto*. Praia/Mindelo: Centro Cultural Português, 2000.

SILVA, Elisio. Seção de comentários. BARROS, Antero. O Clube de Golfe de São Vicente não está à venda. *O Liberal online*, Praia, 24 jun. 2008. Disponível em: <<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=50&id=14195&idSeccao=546&Action=noticia>>. Acesso em: 9 jul. 2009.

SILVA, Luiz. Por amor aos terrenos do golf a festa continua... *A Semana online*, Praia, 8 mar. 2009a. Disponível em: <<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article39741>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. A envergonhada guerra do golf de São Vicente. *O Liberal online*, Praia, 3 mar. 2009b. Disponível em: <<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=22468&idSeccao=527&Action=noticia>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. O golfe em São Vicente – escola de civismo, de humilde e solidariedade. *O Liberal online*, Praia, 6 mar. 2009c. Disponível em: <<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=22505&idSeccao=527&Action=noticia>>. Acesso em: 26 jun. 2009c.

SOARES, Antonio Jorge. Futebol brasileiro e sociedade: a interpretação culturalista de Gilberto Freyre. In: ALABARCES, Pablo (Org.). *Futbologías: fútbol, identidad y violencia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 145-162.

SOUSA, Nardi. A outra face do Janus cabo-verdiano: uma análise crítica da violência juvenil em Cabo Verde. *Revista Cabo-Verdiana de Ciências Sociais*, Santiago, ano 1, n. 1, 27-60, jan.-jun. 2013.

VERA-CRUZ, Júlio. Seção de comentários. BARROS, Antero. O Clube de Golfe de São Vicente não está à venda. *O Liberal online*, Praia, 24 jun. 2008. Disponível em: <<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=50&id=14195&idSeccao=546&Action=noticia>>. Acesso em: 9 jul. 2009.

VOZ DI POVO, Praia, ano 1, n. 18, 21 nov. 1975.

VOZ DI POVO, Praia, ano 4, n. 188, 18 abr. 1979.

VOZ DI POVO, Praia, ano 5, n. 239, 20 set. 1980.

Recebido: 23 de janeiro de 2016

Aprovado: 14 de abril de 2016

Autor/Author:

VICTOR ANDRADE MELO <victor.a.melo@uol.com.br>

- Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atua no Programa de Pós-Graduação em História Comparada e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Entre suas publicações recentes, destacam-se *O Esporte no Cenário Ibero-americano* (7 Letras, 2015) e *Rio Esportivo – Uma História do Esporte na Cidade* (Casa da Palavra, 2015).
- Professor at the Universidade Federal do Rio de Janeiro, working in the Post-Graduation Program in Comparative History and the Post-Graduation Program in Education. Stand out among his recent publications: *O Esporte no Cenário Ibero-americano* (7 Letras, 2015) and *Rio Esportivo – Uma História do Esporte na Cidade* (Casa da Palavra, 2015).

O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação*

The national project in Guiné-Bissau: an evaluation

El proyecto nacional en Guiné-Bissau: una evaluación

Wilson Trajano Filho**

Resumo: O texto indaga o quanto os projetos e sonhos caros aos nacionalistas guineenses foram realmente alcançados e implementados passados mais de 40 anos da independência do país. Passando em revista as instabilidades políticas e os falhanços econômicos ocorridos após a independência da Guiné-Bissau, a análise conclui de modo otimista ressaltando que apesar das dificuldades encontradas no processo de formação estatal, o projeto crioulo de construção nacional avança.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; projeto nacional; identidade; projeto crioulo

Abstract: This paper examines how far political projects and aspirations dear to Guinean nationalists were actually achieved and implemented after 40 years of Guinea-Bissau's independence. Reviewing the political instabilities and economic failures that have taken place after the independence, the general conclusion is optimistic. It argues that despite the enormous challenges related to the process of state formation, the nation-building process headed by Guinean Creole Society has unexpectedly advanced.

Keywords: Guinea-Bissau; national project; identity; creole project

resumen: El texto se pregunta o cuanto los proyectos y sueños preciados a los nacionalistas de Guinea-Bissau se lograron e fueron en realidad implementados después de más de 40 años de su independencia. Analizando las inestabilidades políticas y fallas económicas ocurridos después de la independencia de Guinea-Bissau en la vida, el análisis concluye con optimismo ressaltando que a pesar de las dificultades encontradas en el proceso de formación del Estado, el proyecto de construcción nacional avanza.

Palabras clave: Guinea Bissau; proyecto nacional; identidad; proyecto crioulo

* Agradeço aos dois pareceristas anônimos, um pelo apoio e outro pela crítica severa, que tento, na medida do possível, replicar. Desnecessário dizer que sou inteiramente responsável pelas falhas, imprecisões e problemas que continuam a viver no trabalho.

** Professor do departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. <wilson.trajanofilho@gmail.com>

Passados 43 anos da declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau feita pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em 1973 e 42 anos do seu reconhecimento por Portugal e grande parte da comunidade internacional, estamos agora numa boa distância crítica para indagar o quanto os projetos e sonhos caros aos nacionalistas que combateram os *tugas* foram realmente alcançados e implementados. Não se trata de uma indagação inocente, despojada de riscos e de armadilhas. Qualquer resposta com alguma dimensão de razoabilidade passa necessariamente pelos filtros e pelos enquadramentos de hipóteses subjacentes, na maior parte das vezes implícitas e, com alguma recorrência, furtivas. Em primeiro lugar, chamo atenção para o fato de que estou me referindo a projetos e sonhos, e não a coisas acabadas, manuseáveis e sólidas, como as instituições. Mais: insisto na forma plural, o que pressupõe algum nível de competição e de disputa, de tensão e de conflito. Mas como se trata de projetos e sonhos, estamos em pleno universo das acomodações, alterações e desfigurações por meio das quais os contornos podem se alterar drasticamente, sem que a substância dura que reside em seus corações seja minimamente perturbada. Outras vezes, o caroço apodrece e decai sem que tal declínio contamine imediatamente a polpa que, para muitos, continua carnuda, atraente e desejosa. Em segundo lugar, alcançar e implementar o que quer que seja demanda de quem observa e avalia alguma unidade de medida. Sabemos todos que, projetos, por mais bem executados que sejam, sempre deixam zonas de sombra, dimensões inconclusas, partes mal-acabadas e recantos que carecem de retoques. E os sonhos? Ah, estes esvanecem no ar e, como as nuvens, mudam inconstantes e voluntariosos de figura.

Início, então, expondo, o mais claramente possível, as hipóteses de trabalho que me orientam acerca dos projetos e sonhos dos nacionalistas, reconhecendo de partida a heterogeneidade de ambos (dos projetos bem como dos nacionalistas). Quando menciono projetos e sonhos caros aos nacionalistas, estou pensando num projeto crioulo, elaborado no seio da sociedade crioula guineense que, no final dos anos de 1950, não tinha outra opção razoável para o seu devir que não fosse o da Guiné-Bissau enquanto estado-nação. Todo o resto seria, para ela, reprodução da subordinação. Adiantando o arrazoado que se seguirá, argumento que a sociedade crioula da Guiné-Bissau sempre foi polimórfica, assumindo formas variadas ao longo do tempo bem como a cada momento em que é escrutinada. Este é o ponto de vista que tem sustentado todo o meu investimento de pesquisa na Guiné-Bissau e toda uma série de trabalhos

que tenho escrito (TRAJANO FILHO, 1998, 2005a, 2005b, 2010). No final dos anos 1950, com efervescência exitosa dos nacionalismos nos vários países africanos, não restava à sociedade crioula guineense outra opção que dar uma feição nacional aos projetos que elaborava para si, fracassada que estava a possibilidade de ser uma elite de segunda categoria, cujo devir não ia além da continuação de sua subalternidade perante um estrato governante metropolitano aliado a certas parcelas dos sempre imprevisíveis cabo-verdianos, que ali podiam exercer cotidianamente o mando de fato, a despeito das resistências locais e de alguns reclames pró-forma dos quase-sempre impotentes portugueses continentais.

Minha primeira hipótese é, então, que o projeto nacionalista que derrotou pela luta armada o colonialismo português na Guiné foi uma das formas encontradas pela sociedade crioula de vislumbrar para si um devir coletivo¹. Porém, se a ideia crioula de uma nação guineense continua, como deve conter, algum germe de integração das diferenças existentes na vida colonial (entre os mais variados grupos étnicos, as muitas unidades políticas tradicionais, associadas ou não, exclusivamente ou não, aos grupos étnicos, as posições de classe que se consolidavam, os grupos de status, e as muitas outras unidades de natureza corporada), tal integração tomava a forma da típica incorporação antropofágica que estruturalmente caracteriza a reprodução das sociedades crioulas (TRAJANO FILHO, 2010, p. 157).

O problema é que uma contradição se consolidou no coração do projeto para a nação do PAIGC ou, o que dá no mesmo, da sociedade crioula desde o início do movimento nacionalista: um confronto paradoxal entre o retorno às origens idealizado na utopia de Cabral (1973), que sugeria um devir igualitário e horizontal para a futura nação, e a estrutura verticalizada da sociedade crioula, sempre supondo formas de incorporação da diferença que geravam hierarquias do tipo

¹ O conceito de nação e seus derivados (nacionalismo, estado nacional e outros) tem sido objeto de acalorados debates nas Ciências Sociais, dos quais passarei ao largo. Para os propósitos desse trabalho, importa apenas reafirmar minha perspectiva sobre o tema: a nação é uma comunidade de sentimento que se cristaliza em projetos de diferentes matizes e estilos em competição na arena política. Tais projetos podem ser institucionalmente formulados (pelo Estado, partidos políticos, instituições da sociedade civil, movimentos sociais) e tomar a forma de textos de estilos variados (programas, leis, panfletos, declarações, ensaios...), mas podem também ter uma autoria difusa e ganhar expressão pública nos rumores disseminados de modo apaixonado e dramatizado nas rodas de conversa, nas histórias exemplares e em outras formas narrativas tradicionais. Desnecessário é dizer que como antropólogo tenho um fascínio maior pela nação não oficial dos rumores, obviamente, sem perder de vista os projetos institucionais. A esse respeito ver Trajano Filho (1993, 1998, 2002 e 2005).

gerontocrático e patrimonialista. Historicamente, o mundo crioulo das cidades guineenses sempre fez uso de mecanismos de reprodução social que acentuavam as assimetrias e as diferenças entre os grupos envolvidos no compromisso do qual surgiu a sociedade crioula nas fortificações (as chamadas *praças* crioulas) da costa da Guiné, habitadas por luso-africanos mais ou menos “cristianizados”². Em outras palavras, a utopia igualitária do projeto crioulo para a nação de Cabral foi produzida num contexto sociológico e histórico de reprodução social extremamente conservador, tal como já foi classicamente descrito por Kopytoff (1987), caracterizado por hierarquias cristalizadas.

Sociedade crioula e seu polimorfismo

Para que o meu argumento faça sentido, esclareço o que entendo por sociedade crioula. Como definição de trabalho, considero que tal termo se refere ao aglomerado de pessoas que nasceram ou foram criadas nas *praças* construídas às margens dos rios da costa guineense desde a metade do século XVI. É composta, portanto, por gente de descendência mista, com laços orgânicos e íntimos com as sociedades africanas que circundavam essas povoações e com os mercadores e administradores portugueses e cabo-verdianos que comerciavam em África ou serviam nessas fortificações. Vale dizer que se trata de uma formação social original, uma entidade terceira, diferente das vertentes africanas e ibéricas que a constituíram, mas mantendo com elas alguma forma de continuidade cultural e compartilhando alguns mecanismos de reprodução de sua organização social. Historicamente, a sociedade crioula sempre teve uma pequena dimensão demográfica e sempre dependeu do bom desempenho do papel de intermediária no comércio intersocietário. No que toca a seu vínculo estratégico com os regimes de troca, noto que o mundo crioulo esteve ligado ao fluxo de coisas e gente entre as duas principais zonas ecológicas da África ocidental (a da floresta, que vai do sul da atual Guiné-Bissau até a Libéria, e a zona de savana e do Sahel, que começa no norte da Guiné-Bissau e chega à atual Mauritânia) assim como teve uma participação, direta ou indireta, no tráfico atlântico de escravos. A respeito de sua pequena dimensão demográfica, a sociedade crioula nunca teve, até a chegada do tempo do nacionalismo, massa crítica bastante para se reproduzir sem que tivesse

² Essas formas hierárquicas caracterizam as culturas políticas de toda a região conhecida como alta costa da Guiné, não sendo, portanto exclusiva da sociedade crioula guineense. Sobre isto, ver Murphy (2010).

que incorporar gente, valores e práticas sociais estrangeiras (indígenas ou europeias), transformando tudo isto em algo que era percebido como autenticamente crioulo.

Durante toda a sua existência, desde o final do século XVI, a sociedade crioula tem se caracterizado por uma grande heterogeneidade. Sincronicamente, nota-se uma variação interna que toma a forma de uma oposição complementar entre um centro dominante e uma periferia de recém-chegados, dependentes e aderentes por laços diversos ao núcleo central. Tendo como motivação o comércio intersocietário, a relação, sempre complexa e tensa, entre a minoria europeizada que compunha o seu núcleo e a periferia de recém-chegados, fortemente enraizada no universo indígena africano, demandava, para ter continuidade e ser produtiva, uma forma institucional de reciprocidade que fosse eficiente na regulação dos fluxos de mercadorias, gente e valores entre o universo crioulo e as sociedades indígenas ao seu redor. Tal padrão de relacionamento, conhecido na literatura como reciprocidade entre os “donos do chão” e os “estrangeiros”, era um mecanismo já em uso, antes da chegada dos europeus, pelas sociedades daquela porção do continente africano para conceber, categorizar e lidar com a alteridade no contexto das trocas comerciais, de modo a acomodar os estrangeiros nas sociedades hospedeiras, quando estes a elas vinham com o fito de estabelecer trocas comerciais regulares³. Ocasionalmente, a variabilidade sincrônica também se manifesta nas aparentes oposições (também complementares) entre a elite crioula urbana e os grupos subalternos de origem rural, entre os cristãos e os adeptos crioulos das religiões e cultos locais, e no contínuo colonial entre civilizados, assimilados e indígenas⁴.

Diacronicamente, a variabilidade da sociedade crioula é de interesse direto a esse trabalho e por isto eu a trato com mais vagar, destacando três períodos históricos, cada um com sua forma dominante. O primeiro momento coincide com o início do processo de criouliização nas *praças* fortificadas dos rios da Guiné no final do século XVI e vai até o fim do comércio atlântico de escravos em meados do século XIX. Neste período, a sociedade crioula tinha como elemento constituidor as *Gãs* – casas

³ O estudo pioneiro sobre este tipo de relacionamento, conhecido na literatura anglófona como *landlord-stranger*, se encontra em Dorjahn e Fyfe (1962). Importantes também são as já clássicas contribuições de Rodney (1970), Curtin (1975) e Brooks (1980, 1993) sobre o funcionamento deste tipo cultural de reciprocidade na Senegâmbia e costa da Guiné. Ver também os trabalhos recentes de Sarró (2010), Højbjerg (2010) e Murphy (2010) sobre esse padrão de reciprocidade.

⁴ Sobre essas classificações coloniais, ver Trajano Filho (1998: 81-101). Barbosa (1947), Tavares (1947), Duffy (1959), Brito (1966) e Cardoso (1992) também tratam extensivamente dessas categorias.

patrimoniais encabeçadas por comerciantes portugueses e luso-africanos que incorporavam como aderentes, dependentes e clientes os indígenas recém-chegados às *praças* crioulas (chamados até o início do século XX de *grumetes*) e membros das famílias de notáveis das sociedades indígenas. Relativamente autônoma e completamente envolvida nas relações de troca que tinham no tráfico atlântico de escravos o seu eixo central, a *Gã* crioula era constituída por meio de laços de sangue, casamento e residência e um *kit* completo de relações clientelísticas. Como um grupo corporado de parentesco bilateral, ela articulava o comércio inter-societário, mediando as relações e os interesses dos chefes e régulos africanos, dos traficantes euro-americanos e do pequeno grupo de funcionários e militares portugueses que exerciam nominalmente o governo das *praças*. Casamentos poligínicos e exogâmicos com mulheres oriundas do mundo indígena, em geral as filhas e irmãs dos chefes locais, e a observância de tabus rituais e valores místicos das sociedades tradicionais eram cruciais para a articulação de seu núcleo central com as sociedades indígenas com quem comerciava⁵. Gravitavam em torno dos cabeças das *Gãs* vários núcleos secundários, organizados basicamente pelos mesmos princípios que presidiam o funcionamento do núcleo central, dando origem a um complexo conjunto de relações de dependência, patronagem e clientelismo. Por meio dessas relações, as *Gãs* eram a um só tempo a instituição de crioulição paradigmática, as unidades econômicas mais fundamentais e a verdadeira fonte da autoridade das *praças* crioulas. Era, sobretudo, como membros desses grupos corporados que os moradores das povoações crioulas interagiam entre si e com as sociedades tradicionais que os circundavam, orientados pelo padrão de reciprocidade “dono do chão-estrangeiro”.

O declínio do tráfico atlântico e a implantação, por volta de 1840, das plantações de amendoim marcam o início do segundo momento histórico, no qual a sociedade crioula assume a forma de um grupo de elite. A partir deste momento, a unidade básica da sociedade crioula deixou de ser os grupos corporados de parentesco bilaterais e passou a ser a *praça* crioula diversificada, mas englobada por uma elite que se distinguia da massa de *grumetes* por meio de uma mística da exclusividade. Os principais traços criadores de sua exclusividade eram uma etiqueta linguística que valorizava o uso da língua portuguesa, os

⁵ Igualmente estratégicos, exogâmicos e complementares eram os “casamentos” das mulheres da elite crioula com funcionários portugueses e cabo-verdianos de estratos mais elevados. Curiosamente, a elite crioula tendia a ver essas alianças matrimoniais como uma forma de se casar dentro do grupo.

valores cristãos como a caridade, o uso e a posse de dinheiro e um estilo de vida ou formas de sociabilidade que, supostamente, a ligava a um Portugal imaginário. Porém, nem a metrópole portuguesa impotente e distante nem a ideia abstrata de uma comunidade cristã podiam ancorar por muito tempo um projeto de identidade crioula para essa elite, pois eram instituições muito distantes da vida cotidiana nas *praças* guineenses. A vida social continuava a gravitar em torno do comércio, os meios de produção e as forças produtivas ainda permaneciam nas mãos dos chefes indígenas locais, que tinham completo controle dos territórios que governavam. De modo bastante curioso, enquanto as *Gãs* crioulas lutavam para se tornar uma elite cristianizada e civilizada, buscando acesso às poucas posições abertas na administração colonial, continuando, porém, a atuar como intermediários nas trocas com os indígenas, um conjunto de oficiais portugueses e de mercadores europeus (alemães, franceses e italianos) recém-chegados procuravam se introduzir nas redes de relações sociais organizadas pelo padrão de reciprocidade “dono do chão-estrangeiro” e se tornar cabeças de incipientes *Gãs*.

Neste contexto de crescente presença europeia nas *praças* guineenses, a elite crioula, pequena e isolada, precisava de uma moldura encompassadora para basear seu projeto identitário. As duas primeiras décadas do século XX representaram um período histórico de transição e de mudança. A autoridade portuguesa foi plenamente estabelecida na Guiné após dois triunfos estratégicos: as vitórias militares contra as sociedades indígenas que resistiam à ocupação de seus territórios e se recusavam a pagar o imposto de palhota e a vitória política sobre os luso-africanos educados da Liga Guineense, que aspiravam mobilizar os seus dependentes – os *grumetes* da periferia crioula – em apoio à causa do desenvolvimento e da relativa autonomia administrativa da Guiné Portuguesa, de modo a que manter o prestígio que eles até então desfrutavam. Naquele momento, o projeto aparentemente hegemônico que ela elaborou para si mesma enfatizava duas dimensões da ideia de unidade na diversidade. A primeira dimensão a representava como uma totalidade heterogênea ancorada em um espaço mais amplo do que as *praças*, um espaço coincidente com o território da colônia que gradualmente se tornava integrado. A imagem espacial dessa totalidade englobava todos os aglomerados crioulos bem como os espaços não urbanos das *pontas*⁶ e dos entrepostos comerciais do interior. Neste

⁶ Palavra crioula, de origem portuguesa, que dá nome às propriedades rurais da elite luso-africana em que se plantavam o amendoim, a cana de açúcar e se destilava a aguardente.

momento em que a sociedade crioula já não mais se percebia como uma elite homogênea que representava localmente os valores e interesses portugueses, a categoria híbrida de identificação “Guiné Portuguesa” começou a ganhar ascendência sobre outras. Passou a predominar a ideia de uma pluralidade formada por grupos diferenciados, mas ligados uns aos outros por uma identidade comum, por uma língua, formas de sociabilidade e uma história próprias, mas por interesses muitas vezes conflitantes. Mas, numa segunda dimensão, tratava-se de uma totalidade subordinada lógica, social e politicamente – uma Guiné que era englobada pela categoria Portugal, que a partir do fim do regime monárquico em 1910 se fez ali presente como nunca dantes havia feito⁷. E mesmo assim este foi um projeto derrotado. A ideologia colonial e a cultura política então em vigor na metrópole republicana não ofereceram, por algum tempo, espaço para a afirmação de uma diferença legítima. A sede civilizadora e cristianizadora portuguesa pretendia a tudo incorporar e mudar, a tudo tornar português. Porém, a debilidade da potência colonial não conseguiu mais do que fazer hibernar os projetos de autonomia, que renasceram revigorados nos anos 50.

A partir de meados da década de 1950 iniciou-se o momento histórico caracterizado pela hegemonia dos projetos identitários que representavam a sociedade crioula pela via da nação. São vários projetos em competição que têm em comum pouco mais do que um entendimento da sociedade crioula como uma unidade incorporadora de diferenças regionais, étnicas, históricas, linguísticas e sociais⁸. Aglutinados em dois extremos, a competição entre eles toma, por um lado, a forma de um projeto nacional de natureza universalista, racional e jurídica, cujos principais sujeitos formuladores foram o PAIGC e, mais tarde, o Estado que durante muito tempo o partido controlou. Trata-se de um projeto institucional que, em nome de um suposto universalismo, propõe uma nação claramente subordinada ao Estado e esvaziada de contradições e de sentido. Por outro, existe o difuso projeto formulado nos discursos

⁷ Isto explica, em parte, a falta de uma ação coordenada comum por parte da elite crioula. De início, ela colaborou com os militares metropolitanos na construção de uma Guiné Portuguesa, contra os indígenas rebeldes. Depois, ela se dividiu, um grupo continuou colaborando, mas numa posição claramente subalterna; a outra parte foi derrotada em seu pleito por autonomia e equiparada aos *grumetes* (os membros da periferia crioula, quase indígenas, no sentido analítico).

⁸ Curiosamente os projetos mais “africanos” buscavam excluir os cabo-verdianos, vistos como os agentes da violência dominadora, da futura nação guineense e adotavam, de modo geral, uma postura de menor confrontação com o governo colonial, admitindo a hipótese de autonomia e uma eventual independência negociada. O projeto do PAIGC, visto por alguns membros da elite crioula como perpetuador da subordinação dos guineenses ao cabo-verdianos, era mais radical e desde o início propugnava a independência total da Guiné e de Cabo Verde.

cotidianos e nos rumores que circulam pelas cidades que criam, através de uma algazarra de vozes e com símbolos próprios do ecúmeno cultural africano, a comunidade imaginada que é a nação. Diferentemente da nação do Estado, a nação dos rumores é uma totalidade aberta, dinâmica e contraditória, baseada em formas locais de institucionalização da autoridade e de concepção da pessoa como membro da nação.

No restante desse trabalho quero examinar os contornos do projeto institucional formulado pelo PAIGC e algumas de suas tensões internas. Para tal, esboçarei de modo esquemático uma breve história factual dos principais momentos de instabilidade política e institucional passados pelo país desde a independência, bem como mencionarei brevemente os problemas relacionados aos projetos de desenvolvimento econômico dos últimos 42 anos⁹. Desnecessário é dizer que as raízes e as causas de muitos dos conflitos e tensões vividos no período examinado já estavam presentes durante a fase da guerra de libertação e, antes dela, nas disputas e polêmicas que estavam em ebulição no momento em que os vários grupos nacionalistas começaram a se organizar na Guiné da segunda metade da década de 1950. Por razões de espaço, deixarei de lado o exame deste período, mas noto que há uma vasta literatura, de qualidade e inspiração teórica e ideológica variadas, sobre o assunto¹⁰.

Instabilidades políticas depois da Independência: linhas de clivagem

A independência política da Guiné foi um ato unilateral, proclamado pelo PAIGC em 24 de setembro de 1973 em Madina do Boé, no coração das áreas libertadas pelos combatentes nacionalistas. Demorou quase um ano para que Portugal, renovado pela Revolução de abril, reconhecesse a independência do país em 10 de setembro de 1974. Os primeiros

⁹ Nunca é demais enfatizar a forma esquemática da revisão dos acontecimentos políticos que se segue e a forma arbitrária que presidiu a escolha de certos eventos em detrimento de outros. A razão da existência das duas próximas seções do texto não é contar resumidamente a história política e econômica da Guiné depois da independência, o que já foi feito com maior ou menor grau de sucesso por muitos analistas guineenses e europeus, mas, antes, subsidiar o argumento final de que apesar das dificuldades imensas enfrentadas pela sociedade guineense na construção de instituições estatais em moldes europeus e dos entraves colocados a isto pela cultura política e pela economia moral das sociedades indígenas locais (inclusive da sociedade crioula), o processo de construção nacional tem avançado. Por trás, portanto, do pessimismo entranhado das duas próximas seções, a intenção não é repetir mais uma vez a tese do estado falhado, mas de afirmar a da nação que se reinventa diariamente num esforço de *dubriagem* fascinante.

¹⁰ Ver, entre muitos outros, Rudebeck (1974), Chabal (1983), Galli and Jones (1987), Lopes (1987), Silva (1997), Dhada (1993), Forrest (2003), Nóbrega (2003), Pereira (2003), Sousa (2011), Amado (2013), Djaló (2013).

anos de vida independente foram um tempo de grande otimismo e efervescência para os guineenses de maneira geral e para a sociedade crioula do meio urbano. O projeto nacional igualitário formulado por Amílcar Cabral também atraiu para o novo país uma grande quantidade de profissionais europeus, no ingênuo anseio de participação numa experiência “socialista africana”, e uma substancial ajuda internacional (majoritariamente vinda da Europa do Leste e da Escandinávia) sob a forma de projetos que visavam o desenvolvimento nacional. Apesar de tudo isto, o partido que levou a Guiné à independência e o próprio Estado, que com o partido se confundia, entrou em Bissau vivendo uma dramática crise.

Poucos meses antes da declaração de independência, a 20 de janeiro de 1973, Cabral é assassinado em Conakry por Inocêncio Cani (Kany), um comandante naval que já fora membro do Conselho Executivo da Luta do partido, mas que, na altura do ocorrido, estava posto de lado em razão de más práticas políticas associadas ao desvio de bens do partido em proveito próprio. O assassinato do Secretário Geral e líder histórico do PAIGC foi o ponto culminante trágico de uma intrincada trama que envolvia um grande número de dirigentes partidários insatisfeitos com o comando e liderança de Cabral e com o peso da presença cabo-verdiana nos órgãos máximos do partido¹¹. O desfecho do complô foi mal resolvido, as apurações sobre as responsabilidades individuais foram abafadas ou impedidas de serem tornadas públicas e as punições dos prováveis culpados envoltas em grande mistério. Acusações de envolvimento direto e indireto com o assassinato tornaram-se comuns nos diversos lances de acerto de contas entre as muitas linhas de clivagem no interior do partido e entre as lideranças rivais. Além disto, tais acusações tornaram-se moedas de uso corrente nas disputas internas que tiveram lugar para a sucessão de Cabral e para a formação do futuro governo da Guiné. O Congresso de Boé, o segundo do partido, realizado entre 18 e 22 de julho de 1973, foi o palco institucional das lutas que conduziram a um reequilíbrio frágil entre as várias correntes internas.

¹¹ O assassinato de Cabral permanece envolto em escuras brumas e tem sido tema de acaloradas polémicas entre historiadores e analistas da vida política guineense e cabo-verdiana. Parece não haver dúvidas de que Cani foi o executor de Cabral, mas todo o resto, em especial, o cabeça de toda a operação é tópico para disputas. Há autores que apontam para a PIDE ou para o comando militar português na Guiné, na altura chefiado por Spínola, outros sugerem que o Presidente da Guiné-Conakry, Sekou Tourê, tenha sido o cabeça do complô, outros ainda remetem toda a trama aos conflitos internos de longa data entre os nacionalistas guineenses. Ver entre outros Ignatiev (1975), Chabal (1983), Dhada (1993), Castanheira (1995), Sousa (2011) e Lopes (2012). Se na literatura académica grassa a polémica, nos rumores e nas estórias contadas nas ruas de Bissau e da Praia praticamente cada pessoa tem sua própria e idiossincrática versão do ocorrido.

Nele, a presença dos quadros guineenses (sobretudo os de origem rural) no Conselho Superior da Luta foi aumentada. Lideranças suspeitas de envolvimento no assassinato foram afastadas de modo obscuro e foi criado um Secretariado Permanente que representava um compromisso entre guineenses e cabo-verdianos (LOPES, 1987, p. 92-93). Foi no Congresso de Boé que se deu início à preparação da independência, que culminou com a eleição da Assembleia Nacional Popular (ANP) e a designação dos titulares do Conselho de Estado e do Conselho dos Comissários de Estado.

Instalado e reconhecido o primeiro governo, presidido por Luís Cabral, irmão de Amílcar e co-fundador do PAIGC, inicia-se o custoso processo de formação do Estado e de reconstrução institucional. Esse foi um tempo de efervescência que parece ter abafado as tensões e disputas no seio do partido. Teve, porém uma duração breve. Em 1977 conhecemos a primeira tentativa explícita de golpe, encabeçada por uma antiga liderança partidária associada a ex-comandos (militares africanos que combateram ao lado dos portugueses) que então residiam no Senegal. O cabeça do golpe, Malam Sanhá, era um militante de longa data. Aparentemente, ele era influente entre oficiais e soldados das forças armadas bem como entre militantes dissidentes do PAIGC¹². Essa tentativa foi frustrada, o líder, preso e suicidado na prisão e seus homens fuzilados posteriormente.

Francisco Mendes, conhecido como Chico Té, Comissário Principal do Estado guineense (uma espécie de primeiro-ministro) morreu em julho de 1978, num acidente de carro misterioso, quando o Presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral, se encontrava no exterior. A confiar nos rumores que ainda circulam no país, não se tratou propriamente de um acidente, mas de uma eliminação política. Chico Té parecia estar descontente com as tendências centralizadoras do Presidente Cabral, que retirava as principais atribuições do cargo que ele ocupava. Parece também que havia uma rivalidade latente entre Chico Té e Nino Vieira, que então era o terceiro na hierarquia do Partido-Estado¹³.

O regime liderado por Luis Cabral foi derrubado em 14 de novembro de 1980 por um golpe comandado por Nino Vieira, então o número

¹² Entre lideranças dissidentes ou insatisfeitas que estariam ligados de alguma forma a Malam Sanhá, destaca-se o nome de Nino Vieira, na altura o terceiro homem na hierarquia do Estado. Ver Nóbrega (2003, p. 217-218). Lopes (1987, p.280) afirma que essa tentativa de golpe ocorreu em novembro de 1978 e foi liderada não só por Sanhá, mas também pelo primeiro presidente do PAIGC, o histórico Rafael Barbosa, eterno candidato a traidor.

¹³ Entre outros, Aristides Pereira, então Presidente da República de Cabo Verde e Secretário-Geral do PAIGC, levanta suspeita sobre a morte de Chico Té. Ver Lopes (2012, p. 268).

dois na hierarquia do Partido-Estado. Isto ocorreu na esteira de uma série fracassos econômicos, insatisfação camponesa com as políticas do Partido-Estado para o mundo rural, repressão violenta contra chefes tradicionais e dissidentes do regime, intensas rivalidades no seio do corpo dirigente do PAIGC e uma desconfiança generalizada em relação aos cabo-verdianos que, se segundo se acreditava, ocupavam muitos cargos no topo da estrutura partidária, dominavam a burocracia institucional do Estado guineense e, no Estado-irmão de Cabo Verde, se distanciavam da utopia de Cabral acerca da unidade com a Guiné. O presidente foi inicialmente colocado sob prisão e depois forçado a deixar a Guiné. Morreram dois dirigentes no dia do golpe e um terceiro se “suicidou” na prisão, uma repressão difusa se fez sentir inicialmente contra os então chamados *burmejus* (literalmente, “vermelhos”, um eufemismo para designar os cabo-verdianos) do PAIGC e das instituições estatais. Depois de alguns realinhamentos das forças políticas, o Partido-Estado se manteve no poder, a elite dirigente permaneceu intocada (GALLI; JONES, 1987, p. 100-101) e as linhas gerais da governação pouco mudaram, além da retórica de mais apoio à agricultura e às demandas do mundo rural e da interrupção dos projetos de desenvolvimento voltados para a industrialização do país (montadora de carros Citroen, oficina de manutenção da Volvo, fábrica de oxigênio e acetileno, usinas de processamento de amendoim, fábricas de cerveja, colchões, refrigerantes, compotas etc.). Vale dizer que tais interrupções não se deveram a razões político-ideológicas, mas, antes, à má planificação, às imensas despesas de manutenção, à falta de capital para continuar investindo e à carência de recursos humanos locais para gerenciar e operar tais projetos. Em outras palavras, eram projetos já há muito falidos quando se deu o golpe.

O maior desdobramento do 14 de novembro foi o fim sonho utópico de um mesmo partido governar dois Estados nacionais ao ponto de, no futuro, os dois se unirem numa única entidade supranacional. Em Cabo Verde, as reações ao golpe e aos contornos xenofóbicos que inicialmente emergiram associados à deposição de Luís Cabral foram agudas. Nas ilhas, logo se percebeu que Guiné e Cabo Verde eram unidades políticas muito diferentes em quase todos os aspectos que se considerassem¹⁴. Afora uns poucos inusitados movimentos de cabo-verdianos em apoio a Nino Vieira, a tendência geral foi de afastamento e ruptura institucional,

¹⁴ Trajano Filho (2014) analisa as imagens da África e da Guiné elaboradas pelos cabo-verdianos e argumenta que, em vez de semelhanças, aproximações ou mesmo identidade, o guineense é o outro paradigmático dos ilhéus.

que não demorou muito a acontecer. Assim, em 20 de janeiro de 1981, aniversário do assassinato de Amílcar Cabral, o Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIGC decidiu criar o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que passou a governar o Estado insular de modo autônomo dois meses depois do golpe em Bissau. Analisando com a devida distância, parece que por trás da forte retórica empregada pelos cabo-verdianos, a qualificar o golpe como uma traição ao pensamento do herói da libertação das duas nações, e do corte das relações diplomáticas, o acontecido na Guiné serviu como uma boa desculpa para os dirigentes dos dois países se livrarem do fardo de uma unidade impossível (SILVA, 2010, p. 193).

Carlos Lopes (1987, p. 281) menciona a ocorrência em março de 1982 de uma tentativa de desestabilização do regime originada no interior do próprio partido dirigente. De fato, distúrbios graves ocorreram na sede da Brigada Mecanizada associados a rumores sobre uma tentativa de golpe de Estado. Disto resultou a morte de um capitão, um inquérito que nada concluiu, e mas aqueceu o forno das intrigas do Comandante Iafai Camará (membro do Conselho da Revolução e o terceiro na hierarquia do poder), em aliança com o Ministro do Interior, Manuel Saturnino da Costa, contra o Ministro das Forças Armadas, Paulo Correia e o Procurador-Geral da República, Viriato Pã¹⁵. Este evento foi o prenúncio dos acontecimentos de outubro de 1985, que levaram à prisão e, mais tarde, ao fuzilamento desses dois dirigentes de outros quatro comandantes militares, todos da etnia balanta.

Antes, porém, dessa polêmica tentativa de golpe, no país que continuava a viver as mesmas desgraças de antes do 14 de novembro de 1980, com uma estagnação econômica aguda e recorrentes crises de abastecimento, insatisfações nas casernas, enriquecimento ilícito de alguns chefes militares e o ressurgimento do aparato repressor, as rivalidades no seio do Conselho da Revolução e do Conselho de Ministros provocaram a queda do Primeiro-Ministro Victor Saúde Maria. Mas não se tratou de uma mera mudança no gabinete governativo para atender a um realinhamento das alianças políticas. Nino Vieira acusou o primeiro-ministro, um dos primeiros a apoiar o movimento de 1980, de preparar um golpe e o expulsou do PAIGC, assim como uma série de outros militantes partidários de alto escalão, todos eles tendo em comum o fato de serem quadros políticos (e técnicos), não tendo um passado de comandantes militares (NÓBREGA, 2003, p. 236-239).

¹⁵ Ver também Nóbrega (2003: 233-235) e Galli e Jones (1987: 104).

O golpe de 1980 pouco alterou a vida na Guiné-Bissau. A economia continuou patinando com inflação elevada, défices crescentes no orçamento do Estado, crises regulares de abastecimento, diminuição da ajuda internacional, aumento do contrabando e da economia paralela à institucional. O estado da infraestrutura do país permaneceu inalterado em sua decrepitude, a educação e a saúde em crise, o funcionalismo público sem receber os salários e as perspectivas para o futuro, pouco animadoras. Na política, contudo, houve mudança. O poder passou a ser mais concentrado nas mãos do presidente e os militares, especialmente os antigos combatentes, se tornaram um fator determinante na manutenção e uso do poder, tornando-se desde então numa fonte de instabilidade política, quando as reivindicações do estamento não eram atendidas.

Neste contexto, levando em conta a elevada participação de combatentes balantas nas Forças Armadas do Povo (FARP) e a crença generalizada de que tal participação fora essencial para o êxito militar do PAIGC, Nino Vieira parece ter visto a presença de dois quadros balantas em elevadas posições na hierarquia do governo como uma ameaça ao seu projeto de poder a continuidade. Paulo Correia era vice-presidente do Conselho de Estado e o segundo homem na hierarquia do país. Era um homem público popular, um comandante respeitado nas FARP por sua participação destacada na luta de libertação e no golpe de 1980 e tinha, segundo o Presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira, uma certa ascendência sobre os balantas, especialmente sobre os militares dessa etnia. Além disto, ele se destacava no mundo das casernas, cujos membros eram, de modo geral, gente pouco instruída, por ter investido em sua educação, tornando-se de fato um homem de Estado. Em outubro de 1985, doze anos após a independência, ele já tinha sido ministro de várias pastas, entre outras, a da Justiça e Autoridades Locais e a das Forças Armadas, do Desenvolvimento Rural, bem como tinha sido membro do Conselho de Estado, escolhido pela ANP em 1973. Isto teria incomodado o Presidente Nino Vieira, que não fizera tal investimento e, por isto, estava alguns palmos abaixo do comandante balanta (NÓBREGA, 2003, p. 243; LOPES, 2012, p. 290-291).

Viriato Pã também era um homem de prestígio na Guiné de então. Um dos poucos guineenses que havia obtido uma licenciatura em Direito numa universidade portuguesa, Viriato vivia como advogado em Lisboa até ter sido convocado por Nino Vieira para retornar à Guiné depois do golpe de 1980. Mal chegado a Bissau, assumiu a Procuradoria-Geral da República e ali ficou até ser destituído, passando a exercer a advocacia.

Segundo Nóbrega (2003, p. 243-244), essa dupla de homens balantas representava, aos olhos de Nino Vieira, uma ameaça à sua perpetuação no poder. Assim, em meio a um turbilhão de intrigas que tão bem caracteriza o cotidiano político em Bissau, pessoas próximas ao presidente como o chefe da Casa Civil, João Monteiro, da etnia papel como Nino, o convenceram do andamento de um golpe liderado por Paulo Correia, apoiado pelos balantas das FARP. Os serviços de segurança agiram rápida e violentamente. Foram detidas quase uma centena de pessoas, incluindo membros históricos do PAIGC, bem como militares balantas de alta patente. A tortura campeou e, mesmo antes do julgamento farsesco começar, alguns dos detidos tiveram a má ideia de morrer na prisão, sempre de causas naturais. Apesar da pressão internacional demandando clemência para os condenados num julgamento polêmico, o regime fuzilou e enterrou os “culpados” balantas.

O Presidente Aristides Pereira, em entrevista a João Vicente Lopes, afirmou que com a morte de Paulo Correia, Nino assinou a sua sentença de morte, ocorrida cerca de 24 anos depois em 3 de março de 2009 (LOPES, 2012, p. 290). Ele foi vítima da ação de comandos balantas vindos de Mansoa para vingar o atentado que havia vitimado o Chefe das Forças Armadas, o general Tagme Na Waie, no dia anterior, aparentemente a mando de Nino¹⁶. Os rumores a que tive acesso afirmam que um dos líderes desse comando que justçou o presidente foi um major médico balanta que tinha um braço amputado por causa das torturas a que fora submetido a mando de Nino em 1985, quando da suposta tentativa de golpe liderada por Paulo Correia (TRAJANO FILHO, 2008). Vale lembrar que o general assassinado era um sobrevivente das purgas feitas em 1985 no bojo dos acontecimentos envolvendo Paulo Correia.

Protegido pelos órgãos de segurança que exercia uma estreita vigilância sobre a vida privada dos guineenses, Nino sobreviveu ao processo de liberalização que deu fim tanto à centralização da economia quanto à moeda nacional (o peso guineense), e à implantação de um regime político multipartidário. Foi o candidato que venceu no segundo turno as primeiras eleições multipartidárias em 1994, mantendo o

¹⁶ Os detalhes dessa trama provavelmente nunca virão à tona, mas, a confiar na “verdade” dos rumores, que não se confunde com a verdade histórica, atestada e controlada por instituições do Estado e por profissionais por elas reconhecidos para tal efeito (historiadores, sociólogos, cientistas políticos, jornalistas etc.), estando mais próxima das condições de felicidade, tais como propostas por Austin (1962), é bastante gramatical a versão que coloca Nino Vieira como um ator central na morte do seu Chefe das Forças Armadas.

PAIGC no poder. Não completou o mandato, tendo sido deposto em 1999 pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Ansumane Mané, no desfecho de uma guerra civil que durou meses e que implicou o envolvimento de tropas senegalesas e da Guiné-Conakry. Seguiu-se a sua deposição e, depois de dois presidentes interinos, a eleição do balanta Kumba Yalá, pelo Partido da Renovação Social (PRS) e uma clara balantização do poder, sobretudo, nas FARP. Nos três anos que permaneceu no poder, Kumba Yalá tentou promover um grande número de oficiais militares balantas, no que teve a oposição do então prestigiado general Ansumane Mané, que havia sido vitorioso contra Nino. Mané tentou revogar as promoções do presidente e substituir o Chefe do Estado-Maior, Veríssimo Correia Seabra. Seguiram-se alguns dias de luta que resultaram em sua morte em abril de 2004. A instabilidade política prosseguiu, tendo o Presidente Yalá, dissolvido a ANP e aprisionado membros da oposição. Nesse período, a economia continuou estagnada e a ajuda financeira das agências multilaterais (a principal fonte de financiamento do Estado) foi cortada.

Nesse contexto de instabilidade política e debilidade econômica, o que se sucedeu foi mais uma vez o esperado. O Chefe das Forças Armadas, Veríssimo Correia Seabra, filho de pai cabo-verdiano e de mãe manjaca, depôs o Presidente Yalá, e assumiu a presidência interinamente. Depois de um amplo acordo político, ele foi sucedido, também de modo interino, por um membro da elite crioula, o empresário Henrique Rosa, que preparou as eleições gerais. Estas foram vencidas de modo apertado por Nino Vieira, que retornara teatralmente do exílio em Portugal. A terceira vez em que assumiu o poder na Guiné não foi diferente das outras. Nino tentou concentrar o poder em suas mãos, entrando em conflito aberto com o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior, a quem demitiu. Porém, diferentemente das vezes anteriores, Nino era de certo modo tutelado pelos militares, no caso, pelo general Tagme Na Waie e pelo almirante Bubo Na Tchuto (ambos de origem balanta)¹⁷. Quando tentou escapar da tutela, supostamente plantando a bomba que vitimou o general Na Waie, foi violentamente assassinado por um comando balanta, fechando tragicamente a reciprocidade negativa ou as trocas

¹⁷ Essas personagens, juntamente com um grande número de oficiais das Forças Armadas e alguns empresários guineenses, estão envolvidas com a entrada da Guiné na rede do narcotráfico sul-americano. O almirante Bubo Na Tchuto foi detido pelo FBI em 2013 a bordo de um iate no meio do Atlântico e se encontra atualmente numa prisão norte-americana, acusado de chefiar o narcotráfico na costa ocidental africana. Segundo rumores correntes na Guiné, ambos foram os mandantes do assassinato do general Veríssimo Correia Seabra em 2004.

de atos de violência iniciadas décadas antes, com os acontecimentos de outubro de 1985.

Nino Vieira foi sucedido pelo militante histórico do PAIGC, Malam Bacai Sanhá, que já havia exercido a presidência interina do país entre 1999 e 2000, com um longo currículo no exercício de cargos políticos. Os dois anos e meio em que exerceu a presidência (Setembro de 2009 a Janeiro de 2012) foram um dos períodos mais tranquilos na vida política da Guiné-Bissau pós-independência, o que não quer dizer que tenha sido sem tensões e conflitos¹⁸. A tutela dos militares ligados ao narcotráfico continuou a se fazer sentir e a pressão do estamento militar permaneceu inalterada. Tudo leva a crer que o crescente poder do Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior, também presidente do PAIGC desde 2002, tenha sido de algum modo responsável por esse breve período de aparente estabilidade¹⁹.

O Presidente Sanhá faleceu inesperadamente em 2012 em razão de uma doença. O país ficou sob a presidência interina de Raimundo Pereira, que convocou eleições gerais. O Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior se candidatou à presidência e por pouco não venceu no primeiro turno. Antes, porém, de haver o segundo turno, um golpe foi tramado pelos militares narcotraficantes (Antonio Ndjai e Bubo Na Tchuto), com apoio de grande parte do mundo político. Manuel Serifo Nhamadjo assumiu a presidência interina entre maio de 2012 e junho de 2014, num período em que Portugal, Brasil e um conjunto variado de países deixaram de reconhecer o governo guineense.

Depois de dois anos de relativo isolamento da comunidade internacional dos estados-nações e com a prisão pelo FBI de um dos líderes do golpe, por seu envolvimento com o narcotráfico, novas eleições foram realizadas, sendo eleito como Presidente o economista nascido na região de Cacheu José Mário Vaz. Para Primeiro-Ministro foi escolhido o engenheiro Domingos Simões Pereira, presidente do PAIGC, nascido em Farim. A coabitação entre os jovens governantes foi motivo de grande esperança entre os guineenses de um devir com estabilidade e desenvolvimento. O general Antonio Ndjai

¹⁸ Conforme sugeriu um parecerista, a coabitação do Presidente Sanhá com o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Jr. sempre foi um foco de tensão política.

¹⁹ No entanto, vale lembrar que, em 2010, o almirante Bubo Na Tchuto, então asilado no quartel-general da ONU, foi resgatado por um grupo de militares enquanto um outro grupo deteve o comandante das Forças Armadas e outros oficiais num quartel do exército, e um terceiro invadiu a residência do Primeiro-Ministro, numa tentativa de golpe liderada pelo almirante balanta e pelo general Antonio Ndjai (este também acusado de envolvimento com o narcotráfico e objeto de um mandado de captura internacional).

foi demitido e, aparentemente, os militares deixaram de tutelar o governo civil.

Mas na Guiné, quase nada tem vida longa; o país parece não apreciar a previsibilidade. Pouco mais de um ano de coabitação e a tensão entre o presidente e o primeiro-ministro levou à substituição do segundo por Baciro Dja, por indicação do Presidente Vaz. O Superior Tribunal de Justiça impugnou tal nomeação, por ser ela atribuição do PAIGC, o partido vencedor das eleições. Depois de meses de tensões e acefalia no governo, o presidente nomeou novamente Baciro Dja para o cargo de Primeiro-Ministro em maio de 2016 numa composição política bastante instável.

Os fracassos na economia moral

A utopia da nação independente desenhada por Cabral não se cumpriu, apesar do otimismo inicial dos guineenses e dos cooperantes. A intenção do líder do PAIGC de governar para os camponeses, de reproduzir uma estrutura social horizontal, semelhante a dos balantas, e descentralizar o poder, implementando inclusive a ideia de uma capital itinerante nunca se cumpriu. Os vitoriosos, sem o carisma do líder assassinado, chegaram atropeladamente a Bissau, sem terem tido tempo de preparar a transição política nem de formar quadros para gerenciar a rotina da administração pública.

Luís Cabral foi levado, por causa de vicissitudes variadas, a implementar projetos de industrialização que teriam favorecido, se tivessem tido algum êxito, os estratos médios da população urbana, e a centralizar demasiadamente a economia em mãos do Estado. Os projetos industriais foram fracassos retumbantes e a centralização da economia beneficiou somente os dirigentes que ocupavam posições estratégicas nas empresas estatais. A crer nos saborosos rumores guineenses, todos eles enriqueceram muito e rapidamente, passando a ser os cabeças de redes patrimonialistas que sugavam o que mais podiam do Estado e da ajuda internacional que era farta nesses anos de algum otimismo. Como nódulos de frouxas redes de reciprocidade, esses funcionários-empresários construíram uma rede de clientes, aderentes e dependentes cuja natureza estrutural era muito semelhante ao sistema das *Gãs* do século XIX, mas sem as sanções de ordem cosmológica, orientadas pela reciprocidade “donos do chão” e “estrangeiros” que caracterizava as últimas.

Pouco tempo depois da vitória militar sobre os portugueses, a Guiné-Bissau via-se defronte de imensos défices orçamentais e

crises recorrentes de abastecimento. Os bens de consumo importados chegavam com dificuldade aos “Armazéns do Povo”, cujas prateleiras estavam sempre vazias. A produção local mal alcançava o mercado formal centralizado nas mãos das empresas do Estado. Uma política de preços desastrosa fazia com que os camponeses produtores dos bens primários usassem suas redes de parentesco para fazê-los sair contrabandeados para os países vizinhos, onde eram comercializados a preços mais compensadores. Quando isto não se mostrava viável, eles apagavam a natureza mercantil de sua produção, retirando-a do circuito do mercado monetizado e a colocavam na dimensão de bens de subsistência que circulava na rede de parentes, vizinhos e clientes. A capacidade produtiva e o ganho dos camponeses foram dramaticamente reduzidos, numa razão inversa ao seu descontentamento.

Bissau cresceu de modo caótico. A urbanização acelerada, que já havia começado nos anos da guerra colonial, se intensificou após a independência. Muitos camponeses insatisfeitos com as políticas do PAIGC para a agricultura deixavam suas aldeias em busca do que achavam ser uma vida melhor na cidade, favorecida pelas políticas e projetos do governo. Jovens do mundo rural também deixavam suas comunidades de origem para fugir da autoridade muitas vezes sufocante dos anciãos (os cabeças dos grupos corprados de parentesco, os régulos tradicionais que ainda acumulavam bastante poder a nível local e os seniores dos grupos de idade que, associados aos primeiros, tornavam os processos de iniciação extremamente custosos, retardando a chegada dos jovens à maturidade social). Porém, uma vez chegados a Bissau, esses jovens, com pouca ou nenhuma escolarização, sem qualquer treinamento profissional que os habilitasse a entrar no mercado de trabalho da precária produção industrial ou do competitivo setor de serviços, tinham de se desenrascar improvisadamente (*dubria*), fazendo pequenos serviços para os novos homens grandes que surgiam numa sociedade cuja utopia tinha sido a da horizontalidade e da igualdade ou se empregando com a ajuda destes em instituições ou empresas do Estado ou em funções para as quais não tinham qualquer treinamento. Estes, por sua vez, pagavam salários baixíssimos e de modo absolutamente irregular.

E quanto mais mal se pagava e mais se atrasava os salários, mais os seus empregados reduziam a sua já baixa produtividade, se ausentando por qualquer motivo do trabalho. As doenças dos funcionários e seus familiares (o paludismo que grassava sempre forneceu uma ótima desculpa), as obrigações tradicionais (as cerimônias de iniciação e os variados ritos funerários, localmente conhecidos como *tchoro*) eram

motivos culturalmente aceitos para o elevado absenteísmo. Nestes longos períodos de ausência, esses funcionários fantasmas tratavam de cuidar da vida: plantar suas hortas, voltar ao chão natal para os trabalhos agrícolas, se envolver no pequeno comércio ambulante do pouco que produziam e prestar pequenos serviços para os seus protetores. Quando nada disto adiantava, eles se voltavam para práticas ilegais de todo tipo. No início, com a ajuda de quem ainda permanecia empregado, os que estavam fora se apropriavam em pequena escala da coisa pública, alguns se envolveram com acanhados furtos nas residências dos cooperantes, mais tarde em roubos com alguma violência e, nos últimos anos, o envolvimento direto no narcotráfico e no contrabando de armas.

Após a independência, o país se beneficiou da boa vontade, inicialmente, dos países escandinavos e do Leste Europeu e, depois, de vários outros países europeus, americanos e asiáticos, que fizeram chegar à Guiné uma vultosa ajuda internacional para tocar os projetos mirabolantes de desenvolvimento e para o financiamento da máquina estatal e das redes clientelísticas que se formaram em seu entorno. A apropriação patrimonialista desses recursos e a obsessão dos dirigentes guineenses com a aquisição e exibição de bens de consumo que alocam prestígio a seus usuários (automóveis luxuosos, casas e artigos de luxo, cujo exemplo mais bem-acabado são as bebidas alcóolicas importadas) foram aos poucos detectadas pelos financiadores e doadores externos que um a um, e aos poucos, foram diminuindo essa fonte de financiamento²⁰.

A liberalização da economia, com a conseqüente privatização das empresas estatais pouco efeito teve para o desenvolvimento do país. A permanente crise de abastecimento de produtos básicos certamente foi interrompida, mas o acesso aos bens de consumo primário ficou restrito à pequena parcela da população que estava integrada de fato na economia de mercado monetizada. A inflação subiu, os privilégios da classe dirigente, se não cresceram, ao menos tornaram-se mais visíveis e a exclusão dos camponeses e de uma massa de recém-chegados ao mundo crioulo se agudizou. A moeda nacional foi extinta e a Guiné passou a fazer parte da zona do Franco CFA, o que controlou a inflação, mas tornou o país mais dependente das economias maiores dos seus vizinhos, especialmente do Senegal.

Nas duas primeiras décadas após a independência, as pescas (por meio de um danoso acordo com a União Soviética) e a ajuda internacional,

²⁰ Chamado no crioulo guineense de *ronku*, o exibicionismo patrimonialista parece ser um atributo generalizado da cultura política na África pós-colonial, a crer na análise de Mbembe (2001).

muitas vezes a fundo perdido, foram as maiores fontes de financiamento do Estado, que eram complementadas pela precária indústria madeireira e pela exportação de produtos agrícolas como o amendoim. O fim da União Soviética, a exaustão dos recursos pesqueiros, as constantes crises políticas que tinham como desdobramento regular a revelação do mau uso da ajuda internacional, a diminuição dessa fonte de recurso e, por fim, a inserção do país na rol dos países associados ao narcotráfico tornaram ainda mais dramática a situação econômica do país, que vive hoje uma forte dependência da exportação da castanha de caju.

Balanço

A longa lista de momentos de instabilidade política, prisões, assassinatos, intensa circulação de rumores sobre golpes tentados e conseguidos, de um lado, e de fracassos econômicos, planos e projetos frustrados, crises de abastecimento, défices orçamentais permanentes, (acusações de) corrupção, envolvimento da gente graúda com o narcotráfico e debilidade da infraestrutura e das instituições, de outro, sugerem que o balanço que agora se faz não conduz a uma direção positiva²¹. Certamente, o Estado e suas instituições na Guiné-Bissau são frágeis e enfrentam desafios enormes ligados ao fortalecimento institucional e à produção de recursos humanos e materiais.

Se minha intenção nesse trabalho fosse avaliar o caminho percorrido no processo de formação estatal, minha análise poderia terminar aqui, apontando para um retumbante fracasso. Porém, minha indagação é de outra natureza. Perguntei originalmente o quanto os projetos e sonhos caros aos nacionalistas foram realmente alcançados e implementados. No coração de minha pergunta está a ideia de nação, a comunidade de sentimento que faz com que pessoas diferentes, vivendo em lugares diversos, sem laços primários de parentesco, etnia e vizinhança a os unir, se sintam parte de um todo cuja natureza é imaginada, conforme aponta o trabalho clássico de Benedict Anderson (2008). Propunha então avaliar o sucesso ou não (parcial ou pleno) do projeto crioulo para a nação. Na contemporaneidade, a forma ainda hegemônica de comunidade nacional é a que articula a nação a uma unidade política como o Estado, dando luz ao estado-nação. Por isto, passei em revista,

²¹ Um olhar crítico para o caminho percorrido pela sociedade e pelas instituições guineenses e para o dever do país enquanto uma comunidade moral de sentimento (uma nação) já havia sido exposto por um historiador nascido e criado na Guiné por ocasião dos 30 anos de independência. Ver Amado (2005).

de modo esquemático e arbitrário, alguns episódios da vida política guineense com um foco deliberado no Estado. Isto se deve ao fato de que na Guiné-Bissau o Estado precedeu a nação, sendo um importante elemento em sua construção, ao contrário do que sucedeu em Cabo Verde, onde a ideia de uma nação insular é muito anterior ao Estado cabo-verdiano.

O que está em análise aqui é o projeto crioulo (plural, insisto mais uma vez) de uma nação guineense. Vale dizer, no entanto, que meu viés antropológico faz com que eu esteja interessado na nação tal como ela é vivida pelos seus membros na sua cacofonia e heterogeneidade e não nos projetos normativos e institucionais, inscritos nos códigos legais. Estes não são alvos de minha preocupação, quem sabe a dos cientistas políticos. O retorno às origens proposto por Cabral, faria surgir uma comunidade nacional vagamente socialista, igualitária e horizontal gerou expectativa e efervescência, mas também violência e frustração. A esse projeto contrapôs-se a ideia neoliberal de nação, onde cada um poderia, por mérito e esforço próprio, alcançar o devir proposto não por si, mas pelo mercado. O resultado disto foi concentração de riqueza, desigualdade, bem como violência e frustração. Nada muito diferente do projeto rival.

Deixo esses projetos institucionais de lado e passo a tratar da nação de baixo para cima, das ideias (sempre no plural e sempre em competição) de Guiné veiculadas nas intrigas, conversas e nos rumores cotidianos. Argumentei que este projeto nacional é uma formulação da sociedade crioula para o seu devir. Através dele, ela se reproduziria de modo relativamente autônomo, se livrando da subordinação extrema a que fora submetida pelas poucas décadas de regime colonial efetivo na Guiné. Através dele, ela incorporaria uma massa de gente oriunda das sociedades indígenas em seu seio, mantendo, porém, o precário equilíbrio de forças que historicamente caracterizou as relações entre os mundos crioulo e indígena, que localizava o primeiro numa posição hierarquicamente superior ao segundo.

Como apontado anteriormente, o desafio maior da sociedade crioula guineense tem a ver com a sua pequenez e a sua incapacidade de se reproduzir somente com meios e recursos gerados em seu interior. Ela sempre teve que lançar mão de mecanismos de incorporação de gente e valores exógenos, construídos em seu exterior, nas vertentes societárias indígenas ou ibéricas, para se reproduzir ao longo do tempo. Isto fez dela uma unidade internamente diferenciada e heterogênea, sincrônica e diacronicamente. Além disto, para não se homogeneizar e

para não perder o controle sobre as frágeis fronteiras que a separavam do mundo indígena e do universo europeu, isto é, para não se etnicizar, como ocorreu com os Krio da Serra Leoa (PORTER, 1963; SPITZER, 1974; COHEN, 1981; WYSE, 1991), ou para não se tornar uma mera elite ocidentalizada, como ocorreu com os *créoles* das quatro comunas senegalesas (JOHNSON, 1972; DIOUF, 1999), os mecanismos de incorporação tinham que operar num modo muito bem afinado²². Se a produção da incorporação fosse elevada demais, a fronteira com o mundo indígena se apagaria e o mundo crioulo ganharia os contornos étnicos que o aproximaria das sociedades tradicionais africanas, sendo por elas subordinado. No pólo oposto, se a incorporação ocorresse de modo muito seletivo, em baixa escala de produção, a fronteira com o mundo europeu tenderia a se apagar, tornando a sociedade crioula uma pequena elite local que agia a mando dos colonizadores europeus em tempos de calma ou simplesmente sufocada em tempos de competição intensa com os colonos.

Historicamente, os mecanismos de incorporação usados pela sociedade crioula eram poucos e tinham uma capacidade limitada de trazer gente para o seu interior. E quando o fazia, isto se dava de modo a criar e manter desigualdades e relações de dependência. Os principais mecanismos eram as alianças matrimoniais com os notáveis do mundo indígena, que cediam aos luso-africanos crioulistas suas filhas e irmãs em troca de lealdade e reciprocidade nas trocas comerciais. Práticas clientelísticas associadas ao comércio criavam relações de dependência mútua entre homens e mulheres crioulos e indígenas. Práticas de adoção de crianças indígenas, introjetavam nesses recém-chegados ao mundo das *praças* valores e saberes técnicos associados à vida europeizada. Por fim, certas formas de autoajuda inspiradas em instituições indígenas, como as *manjuandadis*, garantiam o funcionamento da sociabilidade na periferia crioula (TRAJANO FILHO, 2012). Com esses mecanismos de incorporação em escala apropriada, as *Gãs* e a elite exclusivista do fim do século XIX e início do século XX sobreviveram e se reproduziram com relativa autonomia frente aos portugueses e às sociedades indígenas. Com

²² Acho por bem insistir que para se compreender as dificuldades ligadas à construção nacional, o esforço estratégico de comparação deve ser dirigido aos países vizinhos como o Senegal, a República da Guiné, a Serra Leoa e, obviamente, a Cabo Verde, e não, conforme sugerido por um parecerista, a Angola ou Moçambique. Nacionalistas e protonacionalistas de alta estirpe como os Turpin, os Pinto Bull e muitos outros tinham ligações cotidianas com esses países vizinhos. Com Angola e Moçambique os nacionalistas guineenses pouco mais compartilhavam que uma potência colonial que os tratava de modo muito diferente e algumas relações pessoais, geralmente estabelecidas em Lisboa.

o advento da República em Portugal e a consequente implementação de um regime efetivamente colonial, a elite exclusivista perdeu a batalha e foi sufocada por cerca de quatro décadas pelos colonizadores, mas permaneceu heterogênea e diversificada em seu interior, o que foi o germe de sua libertação.

O obstáculo maior ao pleno desenvolvimento do projeto crioulo para a nação, não se deveu, portanto, às clivagens e heterogeneidade no coração da sociedade crioula, como a que separa guineenses de cabo-verdianos. Estas sempre estiveram ali presentes. Mas num contexto em que as formas de identificação sempre foram múltiplas e as fronteiras entre as identidades eram um tanto tênues, ser guineense, cabo-verdiano, cristão papel, cristão de Cacheu, de Bissau ou de outra *praça*, civilizado, assimilado ou qualquer outra categoria identitária nunca foi um assunto do tipo tudo ou nada; sempre foi tema de negociação, discussão, reflexão, paródia, arengue e ironia.

Por isto, as tensões e as linhas de clivagem que dão forma às disputas políticas que listamos nas seções anteriores já se faziam presentes na década de 1950, quando da organização dos nacionalistas em movimentos e partidos que propunham ora a autonomia relativa, ora a independência política plena para a Guiné e Cabo Verde (separada ou conjuntamente). Na realidade, conflitos segundo essas linhas já tinham se cristalizado desde o início do século XX, quando dos movimentos protonacionalistas associados à Liga Guineense (TRAJANO FILHO, 1998). O PAIGC emergiu a partir de meados dos anos 60 como o partido hegemônico (se não único) na luta de libertação da Guiné, mas os historiadores têm revelado que, na realidade, o movimento nacionalista na Guiné foi plural, variado, prenhe de conflitos, desavenças e intrigas, produzindo alianças frequentemente efêmeras entre pessoas e grupos²³. No que toca à organização das disputas, os nacionalistas guineenses agiam basicamente como membros de uma sociedade crioula que já tinha desde muito o seu *kit* de ferramentas próprio para gerenciar conflitos e tensões.

Durante a guerra de libertação e após a independência, os nacionalistas foram muito eficientes em mobilizar os camponeses contra os colonialistas, especialmente os balantas do sul da Guiné (RUDEBECK, 1974). A mobilização militar produziu, no entanto,

²³ Sobre os primórdios do movimento nacionalista na Guiné, e.(2011), Lopes (2012)uinde conflitos, desavenças e intrigas, produzindo alianças entthrow é, ver, entre outros, Chabal (1983), Dhada (1993), Nóbrega (2003), Sousa (2011), Lopes (2012) e Amado (2013).

uma massa de gente que uma vez obtida a independência reivindicava ser incorporada à nação, isto é, ao mundo crioulo. Era um clamor ao qual os dirigentes não podiam fazer ouvidos moucos, pois tratava-se de gente que havia, por um lado, alcançado aos olhos de muitos o estatuto de heróis da pátria e, por outro, tinham as armas e formavam uma corporação extremamente poderosa – as FARP. Juntamente com eles, vinha a massa de jovens para Bissau em busca de educação, trabalho e libertação do poder da tradição. Em outras palavras, cresceu enormemente os candidatos à incorporação ao universo crioulo das *praças* guineenses. Agregue-se a essas pressões o fato de que, durante a guerra de libertação, houve no seio do partido dirigente dramáticos processos de ascensão social e política. Jovens militantes de primeira hora do PAIGC e outros movimentos nacionalistas, saídos da periferia do mundo crioulo (como os comandantes Osvaldo Vieira, Chico Té, Nino Vieira, Domingos Ramos, Paulo Correia e lideranças controversas como Rafael Barbosa), retornaram a Bissau em 1974 como líderes do Partido, ocupando as posições mais estratégicas no governo independente, de algum modo desbancando a elite crioula tradicional ou criando a necessidade de um urgente alinhamento de forças que os reintegrasse à sociedade crioula numa nova posição²⁴.

Para realizar todas essas enormes e urgentes tarefas, os mecanismos tradicionais de incorporação e de reprodução eram pouco mais do que precários. Eles não foram feitos para integrar e incorporar no ritmo que se fazia necessário todos os que estavam nas franjas do mundo crioulo, gente cuja reivindicação de direitos de pertencimento e de uma nova identidade já não mais se podia negar impunemente. Alianças matrimoniais estratégicas associadas à solidariedade e reciprocidade mercantil, práticas de adoção e participação em determinadas instituições de sociabilidade podiam ser eficientes no tempo das *Gãs* crioulas, mas já não bastavam no tempo da nação guineense. Em vez de todos esses mecanismos ou em complemento a eles, a incorporação nem sempre passou a ser feita à comunidade de sentimento que é a nação, mas a corporações organizadas em redes frouxas em contexto de grande escassez de recursos, encabeçadas pelos novos “homens grandes” que a nova cultura política produziu.

²⁴ De modo a evitar mal entendidos, ressalto que por periferia do mundo crioulo estou me referindo àquelas pessoas ou grupos que, mesmo tendo uma longa história de pertencimento às *praças*, viviam em situação de relativa subordinação. No sistema das *Gãs*, seriam os membros dos núcleos secundários, os aderentes, dependentes, clientes e auxiliares. Grosseiramente, seriam os descendentes dos *grumetes* do século XIX.

Como acontece com muitas línguas crioulas, a sociedade crioula Guiné está se descrioulizando. Resta saber em qual direção: se rumo ao mundo africano tradicional ou em direção às formas europeizadas. Ela sempre foi pequena o bastante para ser evacuada nuns poucos voos da TAP cada vez que eclodem crises mais violentas, mas parece em certas ocasiões ser resiliente o bastante para entrar em hibernação e pouco depois retornar vigorosa, como sucedeu com os nacionalistas dos anos 50. De uma forma ou de outra, crioula ou não, a nação está sendo construída na Guiné. O crioulo é cada vez mais a língua nacional, certas instituições de autoajuda tipicamente crioulas como as *manjuandadis* se fazem hoje presentes em quase todos os cantos do país, formas de sociabilidade crioulas como o carnaval também começam a ser celebradas e vividas fora das *praças*, o mesmo acontecendo com várias outras expressões da cultura popular. Tudo isto com o aval e a despeito do Estado.

Referências

- AMADO, L. Guiné-Bissau, 30 anos de independência. In: *Studia Africana*, v. 8, p. 109-135, 2005.
- _____. *Guineidade & Africanidade: Estudos, Crônicas, Ensaios e Outros Textos*. Lisboa: Edições Vieira da Silva, 2013.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUSTIN, J. *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BARBOSA, H. Os Indígenas da Guiné Perante a Lei Portuguesa. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP)*, v. 6, p. 343-362, 1947.
- BRITO, E. A Revogação do Estatuto dos Indígenas e o Problema da Sobrevivência dos Estatutos de Direito Provado Local nas Províncias Ultramarinas. In: *BCGP*, v. 82, p. 181-197, 1966.
- BROOKS, G. *Perspectives on Luso-African Commerce and Settlement in the Gambia and Guinea-Bissau Regions, 16th-19th centuries*. Col. Working Papers, 24, African Studies Center. Boston: Boston University, 1980.
- _____. *Landlords & Strangers: Ecology, Society and Trade in Western Africa, 1000-1650*. Boulder: Westview Press, 1993.
- CABRAL, A. *Return to the Source: Selected Speeches*. New York: Monthly Review Press, 1973.
- CARDOSO, C. A Ideologia e a Prática da Colonização Portuguesa na Guiné e o seu Impacto na Estrutura Social. In: *Soronda*, n. 14, p. 29-63, 1992.
- CASTANHEIRA, J. P. *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* Lisboa: Relógio d'Água, 1995.
- CHABAL, P. *Amílcar Cabral: Revolutionary leadership and People's War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

- COHEN, A. *The Politics of Elite Culture: Explorations in the Dramaturgy of Power in a Modern African Society*. Berkeley: University of California Press, 1981.
- CURTIN, P. *Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of Slave Trade*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1975.
- DHADA, M. *Warriors at Work: How Guinea Was Really Set Free*. Niwot: University Press of Colorado, 1993.
- DIOUF, M. The French colonial policy of assimilation and the civility of the *Originaires* of the four Communes (Senegal): a nineteenth century globalization project. In: MEYER, B.; GESCHIERE, P. (Ed.). *Globalization and identity: dialectics of flow and closure*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. p. 671-696.
- DJALÓ, T. *O mestiço e o Poder: Identidades, Dominações e Resistências na Guiné*. Lisboa: Nova Vega, 2013.
- DORJAHN, V.; FYFE, C. Landlord and Stranger: Change in Tenancy Relations in Sierra Leone. In: *Journal of African History*, n. 3, v. 3, p. 391-397, 1962. <http://dx.doi.org/10.1017/S0021853700003315>
- DUFFY, J. *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
- FORREST, J. *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau*. Athens: Ohio University Press, 2003.
- GALLI, R.; JONES, J. *Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society*. London: Frances Pinter Publishers, 1987.
- HOJBJERG, C. Victims and Heroes: Manding Historical Imagination in a Conflict-ridden Border Region (Liberia-Guinea). In: KNÖRR, J.; TRAJANO FILHO, W. (Ed.). *The Powerful Presence of the Past: Integration and Conflict along the Upper Guinea Coast*. Leiden: Brill Publishers, 2010. p. 273-294. <http://dx.doi.org/10.1163/ej.9789004190009.i-375.107>
- IGNATIEV, O. *Três Tiros da PIDE: quem, porquê e como mataram Amílcar Cabral*. Lisboa: Prelo Editora, 1975.
- JOHNSON, G. W. The Senegalese urban elite, 1900-1945. In: CURTIN, P. D. (Ed.). *Africa and the West: intellectual responses to European culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972. p. 139-188.
- KOPYTOFF, I. The Internal African Frontier: The Making of African Political Culture. In: KOPYTOFF, I. (Ed.). *The African Frontier: The Reproduction of African Societies*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 3-87.
- LOPES, C. *A Transição Histórica na Guiné-Bissau*. Bissau: INEP, 1987.
- LOPES, J. V. *Aristides Pereira: Minha vida, minha história*. Praia: Spleen Edições, 2012.
- MBEMBE, A. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- MURPHY, W. Patrimonial Logic of Centrifugal Forces in Political History of the Upper Guinea Coast. In: KNÖRR, J.; TRAJANO FILHO, W. (Ed.). *The Powerful Presence of the Past: Integration and Conflict along the Upper Guinea Coast*. Leiden: Brill Publishers, 2010. p. 25-54. <http://dx.doi.org/10.1163/ej.9789004190009.i-375.15>
- NÓBREGA, A. *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003.

PEREIRA, A. *O Meu Testemunho*: uma luta, um partido, dois países. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

PORTER, A. *Creolehood*: A Study of the Development of Freetown Society. Oxford: Oxford University Press, 1963.

RODNEY, W. *A History of the Upper Guinea Coast, 1545 to 1800*. New York: Monthly Review Press, 1970.

RUDEBECK, L. *Guinea-Bissau: A Study of Political Mobilization*. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1974.

SARRÓ, R. Map and Territory: The Politics of Place and Autochthony among the Baga Sitem (an their Neighbours). In: KNÖRR, J.; TRAJANO FILHO, W. (Ed.). *The Powerful Presence of the Past: Integration and Conflict along the Upper Guinea Coast*. Leiden: Brill Publishers, 2010. p. 229-252. <http://dx.doi.org/10.1163/ej.9789004190009.i-375.88>

SILVA, A. E. D. *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1997.

_____. 2010. *Invenção e Construção da Guiné-Bissau*. Lisboa: Almedina, 2010.

SOUSA, J. S. *Amílcar Cabral*: Vida e Morte de um Revolucionário Africano. Lisboa: Nova Vega, 2011.

SPITZER, L. *The Creoles of Sierra Leone: responses to colonialism, 1870-1945*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1974.

TAVARES, A. Do Indigenato à Cidadania. In: *BCGP*, v. 8, p. 853-865, 1947.

TRAJANO FILHO, W. Rumores: uma narrativa da nação. In: *Série Antropologia*, Brasília, Universidade de Brasília, n. 143, p. 1-54, 1993.

_____. *Polymorphic Creolehood*: The “Creole” Society of Guinea-Bissau. Tese (Doutorado) – University of Pennsylvania, 1998.

_____. Narratives of national identity in the Web. In: *Etnográfica*, v. 6, n. 1, p. 141-158, 2002.

_____. A Crioulização na Guiné-Bissau: um caso singular. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 27, p. 57-102, 2005a.

_____. A construção da Nação e o Fim dos Projetos Crioulos: Os Casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. In: CRUZ E SILVA, T.; ARAÚJO, M. G.; CARDOSO, C. (Org.). *‘Lusofonia’ em África*: História, Democracia e Integração Africana. Dakar: CODESRIA, 2005b.

_____. O precário equilíbrio entre improvisação e regras: reflexões sobre a cultura política da Guiné-Bissau. In: *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 1, p. 233-266, 2008.

_____. The Creole Idea of Nation and its Predicaments: The Case of Guinea-Bissau. In: KNÖRR, J.; TRAJANO FILHO, W. (Ed.). *The Powerful Presence of the Past: Integration and Conflict along the Upper Guinea Coast*. Leiden: Brill Publishers, 2010. p. 155-184. <http://dx.doi.org/10.1163/ej.9789004190009.i-375.59>

_____. Território e idade: ancoradouros do pertencimento nas *manjuandadis* da Guiné-Bissau. In: TRAJANO FILHO, W. (Org.). *Lugares, Pessoas e Grupos*: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Brasília: ABA Publicações, 2012. p. 225-255.

- _____. Dentro e fora de casa: o pendular jogo de imagens da África em Cabo Verde. In: MOTTA, A.; LOBO, A.; TRAJANO FILHO, W. (Org.). *África fora de Casa: Imagens fora de lugar*. Recife: Aba Publicações/Editora UFPE, 2014. p. 19-61.
- WYSE, A. *The Krio of Sierra Leone: An Interpretative History*. Washington: Howard University Press, 1991.
- AMADO, L. Guiné-Bissau, 30 anos de independência. In: *Studia Africana*, v. 8, p. 109-135, 2005.
- _____. *Guineidade & Africanidade: Estudos, Crônicas, Ensaios e Outros Textos*. Lisboa: Edições Vieira da Silva, 2013.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUSTIN, J. *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BARBOSA, H. Os Indígenas da Guiné Perante a Lei Portuguesa. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP)*, v. 6, p. 343-362, 1947.
- BRITO, E. A Revogação do Estatuto dos Indígenas e o Problema da Sobrevivência dos Estatutos de Direito Provado Local nas Províncias Ultramarinas. In: *BCGP*, v. 82, p. 181-197, 1966.
- BROOKS, G. *Perspectives on Luso-African Commerce and Settlement in the Gambia and Guinea-Bissau Regions, 16th-19th centuries*. African Studies Center. Boston: Boston University, 1980. (Col. Working Papers, 24).
- _____. *Landlords & Strangers: Ecology, Society and Trade in Western Africa, 1000-1650*. Boulder: Westview Press, 1993.
- CABRAL, A. *Return to the Source: Selected Speeches*. New York: Monthly Review Press, 1973.
- CARDOSO, C. A Ideologia e a Prática da Colonização Portuguesa na Guiné e o seu Impacto na Estrutura Social. In: *Soronda*, n. 14, p. 29-63, 1992.
- CASTANHEIRA, J. P. *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* Lisboa: Relógio d'Água, 1995.
- CHABAL, P. *Amílcar Cabral: Revolutionary leadership and People's War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- COHEN, A. *The Politics of Elite Culture: Explorations in the Dramaturgy of Power in a Modern African Society*. Berkeley: University of California Press, 1981.
- CURTIN, P. *Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of Slave Trade*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1975.
- DHADA, M. *Warriors at Work: How Guinea Was Really Set Free*. Niwot: University Press of Colorado, 1993.
- DIOUF, M. The French colonial policy of assimilation and the civility of the *Originaires* of the four Communes (Senegal): a nineteenth century globalization project. In: MEYER, B.; GESCHIERE, P. (Ed.). *Globalization and identity: dialectics of flow and closure*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. p. 671-696.
- DJALÓ, T. *O mestiço e o Poder: Identidades, Dominações e Resistências na Guiné*. Lisboa: Nova Vega, 2013.

DORJAHN, V.; FYFE, C. Landlord and Stranger: Change in Tenancy Relations in Sierra Leone. In: *Journal of African History*, v. 3, n. 3, p. 391-397, 1962. <http://dx.doi.org/10.1017/S0021853700003315>

DUFFY, J. *Portuguese Africa*. Cambridge: Harvard University Press, 1959.

FORREST, J. *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea-Bissau*. Athens: Ohio University Press, 2003.

GALLI, R.; JONES, J. *Guinea-Bissau: Politics, Economics and Society*. London: Frances Pinter Publishers, 1987.

HOJBJERG, C. Victims and Heroes: Manding Historical Imagination in a Conflict-ridden Border Region (Liberia-Guinea). In: KNÖRR, J.; TRAJANO FILHO, W. (Ed.). *The Powerful Presence of the Past: Integration and Conflict along the Upper Guinea Coast*. Leiden: Brill Publishers, 2010. p. 273-294. <http://dx.doi.org/10.1163/ej.9789004190009.i-375.107>

IGNATIEV, O. *Três Tiros da PIDE: quem, porquê e como mataram Amílcar Cabral*. Lisboa: Prelo Editora, 1975.

JOHNSON, G. W. The Senegalese urban elite, 1900-1945. In: CURTIN, P. D. (Ed.). *Africa and the West: intellectual responses to European culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972. p. 139-188.

KOPYTOFF, I. The Internal African Frontier: The Making of African Political Culture. In: KOPYTOFF, I. (Ed.). *The African Frontier: The Reproduction of African Societies*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 3-87.

LOPES, C. *A Transição Histórica na Guiné-Bissau*. Bissau: INEP, 1987.

LOPES, J. V. *Aristides Pereira: Minha vida, minha história*. Praia: Spleen Edições, 2012.

MBEMBE, A. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.

MURPHY, W. Patrimonial Logic of Centrifugal Forces in Political History of the Upper Guinea Coast. In: KNÖRR, J.; TRAJANO FILHO, W. (Ed.). *The Powerful Presence of the Past: Integration and Conflict along the Upper Guinea Coast*. Leiden: Brill Publishers, 2010. p. 25-54. <http://dx.doi.org/10.1163/ej.9789004190009.i-375.15>

NÓBREGA, A. *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003.

PEREIRA, A. *O Meu Testemunho: uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

PORTER, A. *Creolehood: A Study of the Development of Freetown Society*. Oxford: Oxford University Press, 1963.

RODNEY, W. *A History of the Upper Guinea Coast, 1545 to 1800*. New York: Monthly Review Press, 1970.

RUDEBECK, L. *Guinea-Bissau: A Study of Political Mobilization*. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1974.

SARRÓ, R. Map and Territory: The Politics of Place and Autochthony among the Baga Sitem (an their Neighbours). In: KNÖRR, J.; TRAJANO FILHO, W. (Ed.). *The Powerful Presence of the Past: Integration and Conflict along the Upper Guinea Coast*. Leiden: Brill Publishers, 2010. p. 229-252. <http://dx.doi.org/10.1163/ej.9789004190009.i-375.88>

SILVA, A. E. D. *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1997.

- _____. 2010. *Invenção e Construção da Guiné-Bissau*. Lisboa: Almedina, 2010.
- SOUSA, J. S. *Amílcar Cabral: Vida e Morte de um Revolucionário Africano*. Lisboa: Nova Vega, 2011.
- SPITZER, L. *The Creoles of Sierra Leone: responses to colonialism, 1870-1945*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1974.
- TAVARES, A. Do Indigenato à Cidadania. In: *BCGP*, v. 8, p. 853-865, 1947.
- TRAJANO FILHO, W. Rumores: uma narrativa da nação. In: *Série Antropologia*, Brasília, Universidade de Brasília, n. 143, p. 1-54, 1993.
- _____. *Polymorphic Creoledom: The “Creole” Society of Guinea-Bissau*. Tese (Doutorado) – University of Pennsylvania, 1998.
- _____. Narratives of national identity in the Web. In: *Etnográfica*, v. 6, n. 1, p. 141-158, 2002.
- _____. A Crioulização na Guiné-Bissau: um caso singular. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 27, p. 57-102, 2005a.
- _____. A construção da Nação e o Fim dos Projetos Crioulos: Os Casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. In: CRUZ E SILVA, T.; ARAÚJO, M. G.; CARDOSO, C. (Org.). *‘Lusofonia’ em África: História, Democracia e Integração Africana*. Dakar: CODESRIA, 2005b.
- _____. O precário equilíbrio entre improvisação e regras: reflexões sobre a cultura política da Guiné-Bissau. In: *Revista de Antropologia*, v. 51, n. 1, p. 233-266, 2008.
- _____. The Creole Idea of Nation and its Predicaments: The Case of Guinea-Bissau. In: KNÖRR, J.; TRAJANO FILHO, W. (Ed.). *The Powerful Presence of the Past: Integration and Conflict along the Upper Guinea Coast*. Leiden: Brill Publishers, 2010. p. 155-184. <http://dx.doi.org/10.1163/ej.9789004190009.i-375.59>
- _____. Território e idade: ancoradouros do pertencimento nas *manjuandadis* da Guiné-Bissau. In: TRAJANO FILHO, W. (Org.). *Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: ABA Publicações, 2012. p. 225-255.
- _____. Dentro e fora de casa: o pendular jogo de imagens da África em Cabo Verde. In: MOTTA, A.; LOBO, A.; TRAJANO FILHO, W. (Org.). *África fora de Casa: Imagens fora de lugar*. Recife: Aba Publicações/Editora UFPE, 2014. p. 19-61.

Recebido: 06 de janeiro de 2016

Aprovado: 20 de abril de 2016

Autor/Author:

WILSON TRAJANO FILHO <wilson.trajanofilho@gmail.com>

- Professor do departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e investigador associado ao Max Planck Institute for Social Anthropology, Halle/Saale (Alemanha). Bacharel em Música pela Universidade de Brasília, mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília e doutor em Antropologia pela University of Pennsylvania. Pesquisa de campo na área da Antropologia da África, com ênfase nos seguintes temas: história do colonialismo português em África, formação e reprodução das sociedades crioulas na Alta Costa da Guiné, cultura popular e análise de rituais e formas narrativas em sociedades africanas.
- Professor of the Anthropology Department at the Universidade de Brasília and associate researcher at the Max-Planck-Institute for Social Anthropology, Halle/Saale (Germany). Bachelor of Music from the University of Brasília, MA in Anthropology from the University of Brasília and PhD in Anthropology from the University of Pennsylvania. Research in the field of Anthropology of Africa, with emphasis on the following topics: History of Portuguese colonialism in Africa, creole societies in Upper Guinea Coast, popular culture and analysis of ritual and narrative forms in African societies.

Moçambique 41 anos Depois: 'Crónica' de uma Imaturidade Política

*Mozambique 41 years later:
'Chronicle' of a Political Immaturity*

*Mozambique 41 años después:
'Crónica' de una Política de inmadurez*

Sheila Khan*

Resumo: O presente ensaio procura pensar Moçambique nos 41 anos da sua independência. Fruto de uma hegemonia política personificada pela FRELIMO, Moçambique vive hoje o assombro das hostilidades militares com a RENAMO. Num jogo inoperativo de negociações e mediações, a maturidade que outrora se celebrou caiu perante uma realidade desassossegada com questões relacionadas com corrupção, dívidas ocultas e uma grande resistência de, efetivamente, se aceitar a democracia.

Palavras-chave: independência; maturidade; FRELIMO; RENAMO

Abstract: This essay reflects on Mozambique in the 41 years of its independence. Fruit of the political hegemony personified by FRELIMO, Mozambique now experiences the wonder of military hostilities with RENAMO. In an inoperative game of negotiations and mediations, the maturity that once took place fell before a restless reality with issues related to corruption, hidden debts and a high resistance to, effectively, accept democracy.

Keywords: independence; maturity; FRELIMO; RENAMO

Resumen: En este ensayo se piensa Mozambique en los 41 años de su independencia. Fruto de la hegemonía política personificada por el FRELIMO, Mozambique ahora experimenta la maravilla de las hostilidades militares con la RENAMO. En un juego que no funcionan negociaciones y mediaciones, la madurez que se llevó a cabo una vez cayó ante una realidad inquieta con temas relacionados con la corrupción, deudas ocultas y una alta resistencia, con eficacia, a aceptar la democracia.

Palabras clave: independencia; madurez; FRELIMO; RENAMO

*Investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS. NOVA.UMinho). <sheilakhan31@gmail.com>

Introdução

Em 1964, no seu primeiro livro de poemas, *Xigubo*, o poeta moçambicano José Craveirinha escreve com uma clarividência assombrosa: “Poema do futuro cidadão”:

Vim de qualquer parte
de uma Nação que ainda não existe.
Vim e estou aqui!
Não nasci apenas eu
nem tu nem nenhum outro...
mas Irmão.
Mas
tenho amor para dar às mãos cheias.
Amor do que sou
e nada mais.
E
tenho no coração
gritos que não são meus somente
porque venho de um País que ainda não existe.
Ah! Tenho meu Amor a todos para dar
do que sou.
Eu!
Homem qualquer
Cidadão de uma Nação que ainda não existe.
(CRAVEIRINHA, 1980, p. 18)

Este poema simboliza manifestamente uma reivindicação subjetiva, datada de um tempo árduo, autoritário com os ‘Outros’ colonizados, em que o poder colonial despia estes da sua dignidade humana e da soberania política. Mas é também um poema que sinaliza um tempo que, a acontecer de acordo com a vontade do poeta, seria feito de fraternidade, de igualdade e de comunhão. Uma simples pergunta: depois de 41 anos de independência é ainda este o poema que Moçambique personifica, nos tempos atuais, depois da sua luta de libertação nacional e após o Acordo Geral da Paz¹ (AGP) assinado a 4 de Outubro de 1992 na cidade de Roma? A resposta é simplesmente não.

A evocação poética para abrir este ensaio tem uma intenção definida: a poesia moçambicana serviu como arma de confronto, de crítica e de

¹ O Acordo Geral da Paz (AGP), assinado na cidade de Roma a 4 de Outubro de 1992 entre a FRELIMO (Frente Nacional de Libertação de Moçambique) e a RENAMO sinalizou formalmente o fim da guerra civil que durou 16 anos (1976-1992).

pensamento sobre o futuro de uma nação por “existir”. Neste momento, esta nação encontra-se num caminho brutalmente inseguro, como se o poema na sua força, apresenta-se como uma epifania da qual ninguém pode desviar o olhar e desfocar a perspectiva de um país que se traiu a si mesmo. Jorge Rebelo, um dos grandes ideólogos da FRELIMO, numa entrevista dada ao Jornal *Savana*, questiona-se sem pudor nem medo, se quem traiu a nação não foram aqueles que por ela lutaram. Na leitura de Jorge Rebelo sobre a situação económica debilitada de Moçambique, junta-se o estilhaçar e a mutilação ideológica de muitas ilusões relativas às personalidades que fizeram da FRELIMO um arauto de liberdade, emancipação política, económica e social do seu povo, ao sopesar nas seguintes palavras o estado da nação. A partir da governação do anterior presidente da República de Moçambique, Armando Quebuza, e do escândalo desvendado recentemente sobre as dívidas ocultas, resultado de empréstimos privados em prol de interesses aquém da economia do país, pergunta:

Um fenómeno que me deixa intrigado: como foi possível que um camarada, que deu provas de nacionalismo e patriotismo, a certa altura se deixe dominar pela ganância e desgrace o seu país? Estes apetites já existiam nele quando se engajou na luta, ou surgiram mais tarde? Não sei a resposta. Mas em certa medida nós próprios somos responsáveis, por não termos reagido quando começámos a detetar esses comportamentos (REBELO, 2016, p. 27).

Uma negativa redonda para esta nação que hoje se desconhece mesmo entre aqueles que lutaram pela sua independência. Pensar sobre os 41 anos pós-independência e fazer a partir destes uma avaliação objetiva mereceria um maior distanciamento da situação atual por que está a passar Moçambique: a tensão político-militar entre FRELIMO² e RENAMO³ desde a tomada de posse do seu atual presidente da república, Filipe Nyusi (15 de Janeiro de 2015), no contexto da qual a RENAMO reivindica, ao longo de um atual processo de negociações e de mediações, em primeiro lugar, a legitimação da sua vitória em seis províncias; em segundo, a revisão constitucional e que muito tem sido contestada e revogada pela FRELIMO; em terceiro, a integração nas forças de Defesa e de Segurança dos militares da RENAMO; e, em último lugar, a consequente descentralização administrativa do

² Frente Nacional de Libertação de Moçambique.

³ Resistência Nacional Moçambicana.

poder. Acrescem a esta paisagem descompassada em termos políticos, a descida da cotação das matérias-primas como o carvão e o gás natural; a criminalidade galopante e mais, recentemente, a revelação insultuosa de uma dívida oriunda de empréstimos não revelados durante a governação do anterior presidente Armando Guebuza (2005-2015).

Por uma questão de organização deste ensaio e para conceder uma melhor compreensão analítica para aqueles que desconhecem esta realidade, optei por recorrer a recortes de jornais moçambicanos, a entrevistas realizadas a personalidades moçambicanas para colocar o leitor no contexto desta reflexão sobre os 41 anos decorridos sobre a independência de Moçambique.

Ilhas de Utopia: A Geração do Homem Novo

Por mais que o povo olhe para este presente com um esgar de angústia e de decepção, todos aqueles que sentiram e testemunharam o momento da independência de Moçambique (25 de Junho, 1975), sabem que esse foi a nota mais sublime de uma pauta que foi celebrada e glorificada nos vários discursos de Samora Machel, que assumiu a presidência da FRELIMO após a morte de Eduardo Mondlane em 1969, tornando-se presidente da República de Moçambique entre 1975 até à sua morte a 19 de Outubro de 1986:

A primeira palavra que lhes queremos transmitir é uma palavra de tranquilidade e de confiança. A FRELIMO nunca lutou contra o Povo Português ou contra a raça branca. A FRELIMO é a organização de todos os moçambicanos sem distinções de raça, de cor, de etnia ou de religião. A nossa luta sempre se dirigiu contra o sistema colonial de opressão e de exploração [...] não há raças superiores nem inferiores. Mas não basta falar em harmonia social para que de um dia para o outro todos se entendam. O convívio que é necessário estabelecer deve ser um convívio pleno, a todas as horas, e não somente o convívio superficial das horas de emprego e das relações profissionais. Em particular os clubes e associações baseados na origem étnica, e regional devem transformar-se em associações de todos os moçambicanos, em centros da cultura moçambicana (MACHEL, 1974, p.8, 17-18).

Moçambicanas, moçambicanos, operários, camponeses, combatentes, povo moçambicano, em vosso nome às zero horas de hoje, 25 de Junho de 1975, o Comité Central da FRELIMO proclama solenemente a independência total e completa de Moçambique (extrato do Discurso de Samora Machel no dia 25 de Junho de 1975).

Todos os que viveram debaixo dos seus pés a euforia de uma terra livre e soberana e que sonharam com novos ventos de progresso e de desenvolvimento para um país cuja população era, na sua maioria, iliterata - um país à deriva económica e socialmente, após a fuga dos chamados ‘retornados’ e portugueses (KHAN, 2009) – acolheram com grande esperança a Revolução Moçambicana construída pela FRELIMO e pela visão carismática de Samora Machel. Ainda corriam os ventos e vozes da independência e já a FRELIMO se confrontava com problemas urgentes que requeriam atenção e soluções concretas: a) o desenvolvimento da unificação nacional e a mobilização política das massas populares; b) a reconstrução e reestruturação económica; c) a autoridade nacional e popular representada pela FRELIMO e pelos seus comités partidários, que asseguravam os princípios da ‘Disciplina, Ordem e Consciência Política’, numa sociedade que precisava de se estruturar segundo uma nova ordem política, moral e social; uma sociedade a que era necessário retirar todos os vícios e caprichos da herança colonial; d) a consciência política versus estratificação, o regionalismo e o tribalismo, com o intuito de criar um sentido de coesão nacional, sem interferências regionais, étnicas e tribais.

Como outras ex-colónias portuguesas, Moçambique depara-se já no início da sua nova caminhada com verdadeiras deficiências criadas e deixadas pelo ex-colonizador: uma iliteracia esmagadora; pobreza; desconhecimento dos processos democráticos; divergências raciais e étnicas (que, ainda hoje perduram, não obstante os esforços de combater e de anular estas mesmas diferenças); obscurantismo, amplamente, arreigado a práticas e crenças deslocadas de uma visão educativa e de uma educação cristã socialmente aceitáveis, que muitas vezes, descambava para uma obsessiva busca de tradições étnicas; uma pesada herança colonial na persistente burocracia. Poucos anos antes de 75, num documento intitulado ‘*FRELIMO – Segunda Década, Novos Combates*’ com a data de 1972, é bem saliente a consciência que a FRELIMO detinha sobre a necessidade de construção de uma nova sociedade moçambicana, cuja base teria de ser totalmente diferente das estruturas sociais, administrativas, burocráticas, económicas deixadas pelos portugueses. Além desta constatação, desenhava-se para esta força de libertação nacional a premência da emergência de uma nova sociedade, cuja organização, manutenção e durabilidade teria de se sustentar numa nova e vigorosa conceção ontológica e cultural de novos homens e mulheres africanos.

No que concerne à nova sociedade moçambicana pareceu, desde logo, inevitável e essencial à FRELIMO a formulação de uma premissa: que o poder popular fosse a sua força central. Assim, e a título de exemplo do cumprimento desta sua intenção, a FRELIMO refutou veementemente a existência da propriedade privada e, como alternativa, o partido propôs que o poder popular deveria ser a base fundamental da nova ordem social. Após a independência, em 1977, em Novembro e durante a visita de quatro dias à Nigéria, o presidente Samora Machel fez o discurso, do qual retiro este pequeno excerto:

Que tipo de sociedade construir? Novos elementos, que se propõe substituir os exploradores que fugiram, apareceram na sociedade moçambicana, tentando restabelecer, em novas formas, a exploração capitalista praticada pelos portugueses. Foi verdadeiramente este o objetivo da nossa luta? A resposta das massas foi clara: rejeitar qualquer restauração da exploração capitalista. Eles afirmaram que lutavam pela libertação total e não para substituírem um explorador por outro. (AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, 1977, p.17)

Com a inflexão ideológico-política socialista em 1977, com um pendor marxista-leninista, e com a FRELIMO já transformada em partido político, Moçambique sofre uma remodelação económica e social e organizativa significativa, desde os grupos dinamizadores (que até 1978 se dividiam entre Grupos dinamizadores de local de trabalho e Grupos Dinamizadores de local de residência, após o que, em 1978, apareceriam os Grupos de Vigilância e, nos anos oitenta, os Comités Sindicais), passando pelas aldeias comunais e os tão inglórios e polémicos campos de reeducação⁴. Foram, sem dúvida, durante a governação de Samora Machel, anos de grande austeridade social e

⁴ A título informativo, os campos de reeducação assumiram-se como local de punição para comportamentos dos cidadãos que eram tidos como não normativos, fora dos costumes e princípios definidos pela FRELIMO. Estes campos de reeducação foram criados no contexto da chamada ‘Revolução Moçambicana’, o que a meu ver, alcança uma semântica de paradoxos na própria historiografia da FRELIMO: libertar o povo do colonialismo para, depois, enclausurar perante uma austeridade moral quase totalitária. Sobre os campos de reeducação ver no registo ficcional, algumas contribuições relevantes para melhor se compreender os estigmas, o sentido de ostracização, de desconhecimento e de iniquidade associadas à existência dos campos de reeducação. Dessas contribuições ressalvo o romance do historiador e escritor João Paulo Borges Coelho que em *Campo de Trânsito* (2007), embora a nível ficcional, retrata rudeza e a precariedade existencial intrínsecas na experiência neles vivida. A nível do trabalho de investigação registo dois trabalhos: de Nazir Can, ‘Para Além da História: *Campo de Trânsito* de João Paulo Borges Coelho’ (2009) e de Sheila Khan ‘Narrativas, rostos e manifestações do pós-colonialismo moçambicano nos romances de João Paulo Borges Coelho’ (2008).

política, uma atenção quase obsessiva perante tentativas de sabotagem econômica e mesmo societal. Importa fazer aqui uma pausa: este é um período em que Moçambique procura com todos os meios possíveis ajudar o ANC (Congresso Nacional Africano) e, ao mesmo tempo, tem de pugnar com duas frentes fortíssimas, colocadas mesmo junto à sua fronteira: por um lado, a África do Sul com o seu sistema de Apartheid e, por outro lado, o governo racista da Rodésia do Sul, atual Zimbabué. Foi um tempo, como confessa o poeta moçambicano Luís Carlos Patraquim, em que “as pessoas falavam sobretudo no nós colectivo...” (LABAN, 1998, p.940). Essa força da coletividade estava bem presente também na organização e logística das chamadas aldeias comunais⁵, uma estratégia que a FRELIMO incentivou e implementou no país de modo a revitalizar a sua economia e, paralelamente, educar o povo para uma consciência política de união e de comunhão com a construção não apenas da Revolução Moçambicana mas, também, do Homem Novo. Tendo por finalidade a formação de uma nova geração de homens e mulheres africanos, a FRELIMO incitou os povos moçambicanos a abraçarem um projeto social e cultural através de uma nova sociedade sem raças, tribos, e religiões, que podia ser estabelecida e florescer para benefício do poder das massas. Como documentado pelo jornal *Revolução Moçambicana*, já em 1974 (n.59, Abril-Junho), Samora Machel enfatizou repetidamente a relevância de a FRELIMO fazer do seu sustentáculo uma sociedade sem distinções, na qual todos os “moçambicanos de todas as raças e grupos étnicos, credos e backgrounds sociais, jovens e velhos, homens e mulheres exigem a independência nacional e identificam-se totalmente com os princípios e o programa da FRELIMO” (1974, p.20).

Como resultado destas diretrizes e premissas, o ‘Homem Novo’ (expressão que se estendia a homens, mulheres e crianças) tinha de se concentrar na construção de uma nova sociedade; no estabelecimento de novas relações sociais sob o manto da fraternidade e da igualdade;

⁵ Luísa Diogo, ministra das Finanças entre 1999-2005, acumulando com este cargo o de primeira-ministra desde 2004 até 2005, observou no decurso de uma palestra dedicada ao “Pensamento de Samora Machel sobre o Desenvolvimento Económico de Moçambique”: “Se formos a analisar as razões que ditaram a criação das aldeias comunais, muitas dessas razões foram prevalectentes, quando olhamos para as necessidades humanas, ao nível de professores, médicos e enfermeiros, vamos perceber que o acesso a esses serviços foi facilitado pelas aldeias comunais. Pensou-se que as pessoas estariam melhor, quando estivessem próximas, prefiro não discutir os rótulos, mas não há dúvidas que um agregado rural é mais acessível do que a dispersão rural. Quando falamos das associações e das cooperativas, dos instrumentos de produção, entendemos que esses esquemas de organização são melhores, porque tudo que sejam desafios de gestão, contabilidade e decisões técnicas, funciona melhor em cooperativa”. (SAVANA, entrevista a Luísa Diogo, 2016, p. 3)

na libertação do espírito capitalista; na orientação para o coletivismo; na consciência das capacidades advindas da força popular; e, finalmente, num conhecimento não baseado nas tradições arcaicas, no obscurantismo e na superstição. Num tempo de grande mobilização nacional da FRELIMO, a educação foi, sem dúvida, uma ferramenta e um trunfo imprescindível, desenhando-se como uma declaração do pilar na luta pela consolidação nacional moçambicana. A partir deste focalização política, a FRELIMO entendeu que a educação podia (e devia) ser um símbolo da derrota e dismantelamento das prévias estruturas educacionais coloniais. Confrontada com a herança da mentalidade e dos valores colonialistas, a FRELIMO lança uma vasta campanha educativa, proclamando que a iliteracia devia ser erradicada e que a educação devia ser democratizada, de modo a garantir que o povo moçambicano, “de todas as raças e grupos étnicos, credos e backgrounds sociais, jovens e velhos, homens e mulheres” (REVOLUÇÃO MOÇAMBICANA, 1974, p.20), tivesse igual acesso à educação e ao desenvolvimento intelectual.

Numa entrevista a Michel Laban, no seu terceiro volume do seu livro *Encontro com Escritores Moçambicanos*, Ungulani Ba Ka Khosa, na altura um jovem engajado com a Revolução Moçambicana, relata os tempos desta força mobilizadora educativa na qual a FRELIMO, durante o governo de Samora Machel, implicou uma geração de futuros profissionais, a chamada “Geração 8 de Março”, criada em 1977, cuja missão era “criar os alicerces da reconstrução de Moçambique após a independência. Para alguns, talvez muitos, foi um processo violento porque contrariava a sua vocação e anseios” (REBELO in SAVANA, 2016, p.4). Esta geração, como bem retrata Ba Ka Khosa, sacrificou-se, em prol da sua ‘submissão’ que não tinha como alternativa senão respeitar as ordens da FRELIMO, às necessidades que o país exigia sem respeitar as subjetividades de cada um:

- Passou pelo Centro 8 de Março?
- Sim, nós é que abrimos – eu fui do primeiro grupo de 1977.
- Uma experiência interessante?
- A decisão presidencial foi a de 8 de Março de 1977, nós a 15 ou 20 de Março já estávamos cá. Viemos da Zambézia – da Zambézia éramos 57 –, depois fomos distribuídos por outros cursos; outros fizeram logo um curso intensivo de um ano, equivalente ao décimo primeiro, e como já estávamos no complementar, com um ano entraram logo na universidade. Outros como nós, e mais uns, foram para outros cursos.

No Centro éramos cerca de duzentas pessoas, obviamente com muitas frustrações, porque muitos não queriam os cursos para que foram indigitados – eu, por exemplo, queria fazer Direito, mas não fiz porque na altura era a revolução.

– E quem decidiu que não podia seguir Direito?

– O próprio Ministério da Educação. Na entrevista disse: “Nós queremos tantos professores, há falta de professores. Tu vais tirar um curso de professor, vais ser professor. Mais tarde podes satisfazer a tua ambição ...”.

Todos nós sentimos uma frustração. Isso viu-se mesmo no Centro, sentiu-se isso. E também o próprio Centro trouxe-nos um esquema de militarização: tínhamos que rapar o cabelo como militares, aprendíamos a marcha militar – houve uma tentativa de militarização no sentido de nos impor uma disciplina. Tínhamos que andar fardados, se nos sentávamos num bar tínhamos que tirar o casquete – tudo na norma militar! Tínhamos mesmo instrutores militares. Portanto um centro de treino – para além das aulas. Era uma coisa caricata: os estudantes normais, que naquele ano ingressaram nos cursos da universidade, saíam das suas casas normalmente, e nós saíamos do Centro 8 de Março em grupos e a marchar em direção à faculdade! Entrávamos na sala, ficávamos de pé, o professor entrava, estávamos todos em sentido, sentávamos! Tudo militarizado! (LABAN, 1998, p. 1048-49)

Estes foram os tempos de um carisma político, ideológico e social marcante. De tal maneira, que estes tempos representam uma linha de fronteira e de diferenciação que fixa a linha de engajamento político distintiva entre as várias gerações que Moçambique viu nascer e desenvolver ao longo dos seus 41 anos, e que Jorge Rebelo exprime na sua entrevista ao Jornal *Savana*, com as seguintes palavras:

– Desde a Independência nacional que o poder político está entregue à “geração da luta armada”. Porém, de 2015 a esta parte, o poder foi transferido para a chamada “geração de 8 de Março”. Que avaliação faz desta transição? Está a corresponder às expectativas? Os jovens estão a conseguir tomar conta do recado?

– A “geração do 8 de Março” cumpriu a missão que recebeu de Samora em 1977, a de criar alicerces da reconstrução de Moçambique após a independência. Para alguns, talvez muitos, foi um processo violento porque contrariava a sua vocação e anseios. Forçar alguém a aceitar ser professor quando o seu sonho era ser médico ou engenheiro não é fácil. Mas a maioria compreendeu e engajou-se nessa nova tarefa e

fê-lo com alto sentido de responsabilidade e patriotismo. A “geração de 8 de Março” deu lugar a outra geração chamada da viragem, conforme proclamação do então Presidente Armando Guebuza em 2009. Esta é uma geração que está perdida porque ainda não sabe para onde virar-se. Não recebeu orientações do chefe que anunciou a sua criação, ele limitou-se a dizer que é a geração que luta contra a pobreza. Mas todas as chamadas gerações lutaram contra a pobreza (REBELO, 2016, p. 27).

Não obstante, todos os esforços da FRELIMO investidos na construção de uma nova nação moçambicana, a FRELIMO caiu num paradoxo perigoso e fatal: se, por um lado, Samora Machel reconheceu que a luta de libertação teria de ser uma causa abraçada de todos os “moçambicanos de todas as raças e grupos étnicos” (REVOLUÇÃO MOÇAMBICANA, 1974, p.20); por outro lado, ele próprio e sem rodeios declara “nós não reconhecemos tribos, raças ou credos”. Christian Geffray, autor do livro *La Cause des Armes au Mozambique: Anthropologie d'une guerre civile* (1990), assinala que um dos fatores que sobreviveram e instigaram a guerra civil ou de desestabilização entre FRELIMO e RENAMO e que durou 16 anos (1976-1992, até ao Acordo de Paz, assinado a 4 de Outubro, de 1992), foi, declaradamente, o desrespeito da FRELIMO perante as tradições e autoridades étnicas e tribais. Uma guerra civil que devastou o país, nomeadamente, o Centro e Norte de Moçambique, legando uma herança de sangue, morte, destruição, fome e uma carnificina humana que, ainda hoje, não suscitou a nenhuma das forças intervenientes um discurso de reconciliação nacional, como testemunhamos em África do Sul e outros em países. Como bem observa Victor Igreja no seu ensaio ‘Memories as Weapons’, o silêncio sobre as memórias desta guerra é ainda denso e complexo: umas vezes, tais memórias são usadas como uma forma de pronunciamento da sua autoridade total por parte da FRELIMO; noutros momentos, são evocadas pela RENAMO como forma de contestar o multipartidarismo cínico e falso existente em Moçambique. E, nesse sentido, a manipulação em torno destas memórias e dos silêncios produzidos são bem visíveis quando, numa entrevista, Alice Mabota, Presidente da Liga dos Direitos Humanos, comenta: “what do you know about the sixteen years of war is that only one group killed, is this true? What are others doing?” (IGREJA, 2008, p. 543).

Com a assinatura do Acordo de Paz (1992), já com a presença de Joaquim Chissano, que sucedera a Samora Machel, após a morte deste a 19 de Outubro de 1986. É durante este percurso histórico que Moçambique

testemunha a entrada do neo-liberalismo económico, o FMI, o Banco Mundial, e o multipartidarismo com as eleições democráticas de 1994, 1999, 2004, eleições ganhas por Joaquim Chissano que, por sua vez, será sucedido em 2005 por Armando Guebuza até 2015, sendo hoje a presidência da República de Moçambique ocupada por Filipe Nyusi.

Reconheço que uma análise mais decalcada que consolidasse a evolução social, económica e cultural fosse imprescindível. Contudo, uma análise assaz detalhada poderia ser um mergulho em águas profundas de uma reflexão que, assim, faria perder o sentido prático e diretivo deste trabalho sobre os 41 anos da independência de Moçambique. Por conseguinte, convido o leitor a um ‘salto’ até ao presente do contexto moçambicano, como forma de demonstrar, à luz da minha leitura dos acontecimentos que Moçambique experienciou – como se uma bipolaridade política se tratasse: por um lado, um tempo fértil de um carisma político e popular; e, por outro, o atual clima marcado por um fortíssimo desnorteamento. Desnorteamento gerado por um momento em que olhamos para os líderes políticos não como guardiões da nação e da sua segurança nacional, mas como ‘traidores’, corruptos, e desafiadores de um ideal que Samora Machel e a ‘sua’ Revolução Moçambicana quiseram construir: uma nação moçambicana una e soberana do Rovuma ao Maputo. Para um tempo em que, definitivamente, o conflito político-militar entre FRELIMO e RENAMO vai desafiar e desnudar a falácia que foi o Acordo de Paz de 1992.

Moçambique: “Como foi possível...?”⁶: da Utopia à Desesperança

No rescaldo final das eleições de 2014, Filipe Nyusi sai vitorioso das eleições com uma denúncia de fraude eleitoral por parte da RENAMO, maior partido da oposição, que reivindica a vitória em seis províncias (Sofala, Manica, Tete, Niassa, Nampula, Zambézia). Desde então, o país tem sido acometido por ataques quer de uma parte, quer de outra nas principais vias de circulação, em aldeias e povoações, acompanhados de fortes acusações de desestabilização e de culpabilização perante o impacto negativo e pernicioso quer para os investimentos externos quer para a circulação de pessoas e bens ao longo do país. A questão mais premente não gira em torno e apenas

⁶ Pequeno recorte da entrevista realizada a um dos grandes pensadores e ideólogos da FRELIMO, Jorge Rebelo. Esta entrevista foi publicada pelo jornal *Savana* a 27 de Maio de 2016.

da vitória fraudulenta que muitos apontam à FRELIMO, a ferida está na distribuição da riqueza, na impossibilidade sempre sublinhada, em termos de disputa política, da descentralização do poder e, também, da falta de inclusão e de integração do exército mobilizado e desmobilizado da RENAMO. Há pouco tempo, Michel Cahen destacou, numa interessante entrevista, a personalidade hegemónica da FRELIMO como um obstáculo à paz e um elemento motivador das hostilidades militares entre FRELIMO e RENAMO, ao enfatizar o seguinte:

Independente de a RENAMO ter ou não capacidade militar, não representa obstáculo à paz, porque o país tem um problema político e não militar. Os confrontos são apenas a expressão militar de um problema político. Se fosse permitido que se imaginasse que o Presidente da República pudesse ser da FRELIMO e os governadores provinciais de outros partidos e vice-versa; se fosse aceite que a unidade nacional não é necessariamente o mesmo que homogeneidade nacional; se a base social da RENAMO tivesse uma parte dos recursos a que se diz com direito, principalmente em relação aos recursos recentemente descobertos e se a situação social da maioria da população moçambicana melhorasse, aí, o problema seria facilmente resolvido. A força da RENAMO deseja ser socialmente integrada, ou no exército ou nas forças policiais. O país precisa de reformas políticas para acabar com a visão hegemónica da nação moçambicana (CAHEN, 2016, p. 16).

Os investidores exteriores não estão desatentos à exploração do gás natural e do carvão. No entanto, o ambiente de grande instabilidade política tem, progressivamente, afastado a vontade e a dinâmica destes investimentos. Após uma situação de vários anos de crescimento económico (mas não acompanhado por um verdadeiro desenvolvimento social), Moçambique tem de lidar com a desvalorização do metical face ao dólar, a queda dos preços do carvão e do gás, a ausência de uma verdadeira política sustentável da agricultura, que permitiria que Moçambique não tivesse de importar produtos básicos que poderia produzir nas suas terras. Lutando contra diversidades climatéricas em zonas áridas e noutras zonas destruídas pelas cheias, hoje, Moçambique é um país no limbo de um descarrilamento nacional.

Para ‘infernizar’ este cenário, recentemente, foram reveladas dívidas contraídas durante o governo de Armando Guebuza, que não foram orçamentadas pelo governo moçambicano, e, muito menos, delas se informou o FMI e o Banco Mundial. Sob a expressão de dívidas

ocultas ou escondidas, créditos contraídos por empresas privadas, sob a alçada de um presidente que vinha da guerra pela libertação nacional, e, de acordo com várias informações bem precisas:

[...] nos últimos meses foram descobertos seis empréstimos previamente não revelados, totalizando 1.482 milhões de dólares. Acrescido a um dúbio empréstimo de 850 milhões de dólares a favor da EMATUM⁷, supostamente para a compra de uma frota de barcos para a pesca de de atum (que incluiu 500 milhões de dólares a aquisição de lanchas para a guarda costeira).

O endividamento atingiu o pico em 2013-2014, durante a reta final do mandato do Presidente Armando Guebuza. Tinha como base a previsão de que Moçambique iria muito rapidamente se tornar num grande exportador de gás. Os empréstimos a favor da EMATUM, da Proindicus (622 milhões de dólares) e MAM⁸ (535 milhões de dólares) foram usados para a segurança marítima e logística para os projetos de gás através de empresas privadas ligadas aos serviços secretos do país (VINES, 2016, p. 5).

A empreitada das dívidas ocultas ainda está por resolver. No entanto, quer o FMI, quer os doadores – que beneficiam o Orçamento do Estado Moçambicano com uma fatia de 12%, o que ronda os 467 milhões de dólares de apoio financeiro –, suspenderam o apoio que Moçambique tem recebido. A este cenário adicionamos a incapacidade que a FRELIMO tem demonstrado perante todo o processo de negociações com a RENAMO no que diz respeito ao processo de descentralização do poder, inclusão e governação das províncias. Neste momento, é possível testemunharmos os poucos avanços com a comissão mista e com os mediadores internacionais, onde se incluem a União Europeia, a Igreja Católica, Presidente do Botsuana Quett Masire, em representação da Fundação para a Liderança Global, com sede em Londres, um representante da Fundação Faith, dirigida pelo ex-primeiro-ministro britânico, Tony Blair, e um representante do Governo da África do Sul. Diariamente, chegam notícias de ataques perpetrados pela RENAMO, de hostilidades militares nas principais estradas do país. O mais grave de tudo é que a mediação internacional que deveria funcionar, tem sido de certa forma retardada e obstruída pela oposição silenciosa de muitos dirigentes da FRELIMO e, ainda agora, na comemoração

⁷ Empresa Moçambicana de Atum.

⁸ Mozambique Asset Management.

do 7 de Setembro⁹ deste ano, a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACCLN), na voz do seu secretário-geral Fernando Faustino, fez uma declaração arrasadora e virulenta, como se pode observar:

Nós estamos cansados de sermos mortos como se fossemos galinhas, queremos armas, queremos ensinar o Dhlakama e a Renamo, camarada Presidente, este é o nosso pedido, estamos prontos para derrubarmos seja quem for (VOZ da AMÉRICA, 8 de Setembro, 2016).

Reagindo a esta declaração da ACCLN, António Muchanga, porta-voz da RENAMO declarou nesse mesmo dia:

Ficou claramente demonstrado que as pessoas que incitam a violência em Moçambique são as pessoas da Frelimo, o senhor Faustino não só é secretário-geral da Associação dos Combatentes como também é marido da ministra da Administração Estatal, se for ver como é que os nossos membros são assassinados ao nível de base vai encontrar que nesses jogos estão envolvidos os secretários de bairros, administradores e governadores porque recebem essas aulas para perseguir e matar os membros da Renamo da ministra da Administração Estatal, esposa do senhor Faustino (VOZ da AMÉRICA, 8 de Setembro, 2016).

Muitos devem perguntar, que futuro para Moçambique? A resposta a esta interrogação não é fácil e não transporta consigo qualquer elemento que, nos próximos tempos, possam aplacar as preocupações e angústias de um povo e de uma ‘nação’ inoperante e incapaz de pelos seus meios apresentar uma solução válida e democraticamente aceitável. Na sua habitual crónica de opinião do jornal *CanalMoz*, o jornalista moçambicano Adelino Timóteo, escreve um dos textos mais contundentes ao chamar a Moçambique “O País do Nunca Mais”:

O caminho mais rápido para se chegar ao País do Nunca Mais é a ausência da Paz. No País do Nunca Mais, a paisagem que nos mostram é que, enquanto uns minguem à água, comida, outros minguem de perderem a conta aos zeros da sua riqueza financeira. No País do Nunca Mais, a alta corrupção é apadrinhada pelo

⁹ O 7 de Setembro ficou também conhecido como o Dia da Vitória. Neste dia foram assinados em Lusaka (Zâmbia) entre o Estado Português e a Frente Nacional de Libertação Nacional (FRELIMO), que definiram e consagraram a independência de Moçambique.

Estado, e a prisão é medida compulsória para o pilha-galinhas. No País do Nunca Mais, a corrupção é legal. No País do Nunca Mais, os assassinatos de intelectuais e da massa pensante estão legalizados, por isso nunca há culpados nem suspeitos. No País do Nunca Mais, quanto mais a guerra, mais bem-estar daqueles que nunca produziram senão esquemas de a voltarem a reacender. No País do Nunca Mais, a morte de uns justifica o luxo de outros, os palacetes e os carros topo de gama. No País do Nunca Mais, há mais admiração pela obra dos criminosos de colarinho branco do que propriamente por aqueles que têm habilidade e talento de criar. No País do Nunca Mais, o sonho foi capturado, é propriedade de um punhado (TIMÓTEO, 2016, p. 3-4).

Não quer isto dizer, que a sociedade civil moçambicana esteja desatenta e desmotivada perante este cenário tão turbulento. Pelo contrário, vários organismos (Centro de Integridade Pública; Liga dos Direitos Humanos; Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil, entre outros) têm vindo a tecer publicamente críticas sobre as dívidas ocultas e o impasse nas negociações entre FRELIMO e RENAMO. No entanto, e num artigo de reflexão com uma lucidez exemplar, Noé Nhamtumbo, jornalista moçambicano, do jornal digital *Canalmoz*, escreve as palavras que desnudam, a meu ver, a personalidade social e política atualmente enraizada no país, no artigo de opinião intitulado “Democracia monocromática, em andamento ou em solidificação”, quando diz:

Se é que alguém duvidava, os últimos dias têm sido prenhes em deixar ver agendas e desejos que pareciam esquecidos. Mais um 7 de Setembro e também mais do mesmo cardápio. Se alguém tinha dúvida de que as datas comemorativas do Estado haviam sido capturadas e abocanhadas pelo partido no poder, o que foi dito a 7 de Setembro de 2016 nas cerimónias centrais em Pemba, revelam o que vai na alma de muita gente. Ficou claro que todo o palavreado sobre paz, democracia, AGP de Roma e demais acordos que se seguiram foram “cozinhados” decididos naqueles momentos para salvaguarda dos “direitos especiais” de “gente especial”. Ceder para manter, ceder para adiar, ceder como recuo estratégico, mas jamais ceder com honestidade e abertura. Não é que a máscara tenha caído, pois isso já aconteceu faz tempo. O que os diversos discursos evidenciaram é que os “camaradas” não mudaram. Têm andado a falar de democracia, mas, para eles, só é democracia quando eles estão no poder, mesmo que isso seja feito e aconteça sem observância dos preceitos democráticos. A

recuperação de supostos discursos “nacionalistas” mostra que existe um “finca-pé” e irredutibilidade que prenunciam maus tempos para os moçambicanos (NHANTUMBO, 2016, p. 3).

Considerações Finais: Em Aberto

Se há algo que não podemos e não devemos esquecer é que, todo o caminho, feito após a independência e durante a independência, tem um dono e uma narrativa que se impõem: FRELIMO. A educação para a hegemonia política da FRELIMO não é democrática, partilhável. Porém, o mesmo também poderíamos dizer da RENAMO relativamente a esta sede de poder. Na minha opinião, não há maturidade política, nem desejo de igualdade em viver e distribuir com justiça o país do Rovuma ao Maputo. Quer a FRELIMO quer a RENAMO querem o mesmo: poder. Mas, na verdade, o que acontece é que quem detém a chave do cofre desse elemento por tantos almejado é a FRELIMO, que não irá, senão sob uma pressão de carácter divino, abrir mão das suas hegemonias e privilégios de longa data. Chamar para o palco das negociações mediadores e outras personalidades na tentativa de atenuar as hostilidades e o ódio entres estes dois partidos, é verdadeiramente um ato de atirar areia para os olhos (TIMÓTEO, 2016). A ser isto verdade, não serão as elites políticas que sofrerão com as consequências desta total imaturidade política. Infelizmente, para isso, sabem essas mesmas elites que temos sempre o povo como um ‘saco de boxe’ para todos os embates.

Falta calcorrear um longo curso histórico e social de aprendizagem para a democracia, para sabermos dar valor ao que chamamos de igualdade, de respeito e de responsabilidade cívica e governamental. De facto, 41 anos é uma vida pequena, jovem, ainda imberbe para estar preparada para aceitar sem medos e de peito aberto uma nação do Rovuma ao Maputo. Certamente, é preciso decalcar e repartir assiduamente as palavras que o poeta ‘cantou’ no antigamente da “nação que ainda não existe”:

Vim de qualquer parte
de uma Nação que ainda não existe.
Vim e estou aqui!
Não nasci apenas eu
nem tu nem nenhum outro...
mas Irmão.
(CRAVEIRINHA, 1980, p. 18).

Referências

- CAN, Nazir. Para Além da História. Campo de Trânsito de João Paulo Borges Coelho. In: *Revista Via Atlântica*, São Paulo, USP, n. 16, p. 105-117, 2009.
- CRAVEIRINHA, José. *Xigubo*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- GEFFRAY, Christian. *La cause des armes au Mozambique: Anthropologie d'une guerre civile*. Paris: Editions Kartala, 1990.
- IGREJA, Victor. Memories as weapons: The politics of peace and silence in post-civil war Mozambique. In: *Journal of Southern African Studies*, v. 34, n. 3, p. 539-556, 2008. <http://dx.doi.org/10.1080/03057070802259720>
- KHAN, Sheila. Imigrantes Africanos *Moçambicanos*. Narrativa de Imigração e de Identidade e Estratégias de Aculturação em Portugal e na Inglaterra. Lisboa: Edições Colibri, 2009.
- _____. Narrativas, rostos e manifestações do pós-colonialismo moçambicano nos romances de João Paulo Borges Coelho. In: *Revista Gragoatá*, Niterói, n. 24, p. 131-144, 2008.
- LABAN, Michel. Moçambique. *Encontro com Escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998. Vol. III.
- MACHEL, Samora. *Mensagem ao povo de Moçambique – Tomada de Posse do Governo de Transição em 20 de Setembro de 1974*. Porto: Ed. Afrontamento, 1974.
- NHANTUMBO, Noé. Democracia monocromática, em andamento ou em solidificação. In: *Canalmoz*, ano 8, n. 1789, set. 2016. p. 3.
- TIMÓTEO, Adelino. O País do Nunca Mais. In: *Canalmoz*, ano 8, n. 1790, set. 2016. p. 3-4.

Fontes

- CAHEN, Michel. A hegemonia da FRELIMO é uma ameaça à democracia. In: *Savana*, 10 jun. 2016. p. 15-16.
- DIOGO, Luísa. As aldeias comunais eram necessária. In: *Savana*, 26 ago. 2016. p. 3.
- REBELO, Jorge. Se a rutura acontecer, que venha. In: *Savana*, 27 maio 2016. p. 4-5.
- VINES, Alex. Como é que Moçambique consegue gerir a crise da dívida? In: *Savana*, 27 maio 2016. p. 5.

Recebido: 06 de janeiro de 2016

Aprovado: 20 de abril de 2016

Autora/Author:

SHEILA KHAN <sheilakhan31@gmail.com>

- Investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho). Doutorada em Estudos Étnicos e Culturais pela Universidade de Warwick, Inglaterra. Tem, no seu percurso académico, centrado a sua atenção nos estudos pós-coloniais, com especial enfoque nas relações entre Moçambique e Portugal, incluindo a questão dos imigrantes moçambicanos em Portugal. De entre os temas que tem trabalhado inclui-se a história e a literatura moçambicana e portuguesa contemporâneas, narrativas de vida e de identidade a partir do Sul global, autoridades de memória e de pós-memória. É de destacar o seu recente livro, *Portugal a Lápis de Cor: A Sul de uma pós-colonialidade* (Almedina, 2015).
- Researcher at the Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho). PhD in Ethnic and Cultural Studies from the University of Warwick, England. She has, in her academic career, focused her attention on post-colonial studies, with special emphasis on relations between Mozambique and Portugal, including the question of Mozambican migrants in Portugal. Among the themes of research, stand out the Mozambican and Portuguese history and literature, life narratives and identity from the global South, and memory and post-memory authorities. She is the author of *Portugal in Colour Pencil: The South of Postcoloniality* (Almedina, 2015).

São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência

São Tomé and Príncipe: Thoughts on aspects of its post-independence agricultural history

Santo Tomé y Príncipe: reflexiones sobre aspectos de su historia agrícola en el pos-independencia

Marina Berthet*

Resumo: O artigo proposto para o dossiê apresenta reflexões sobre aspectos da história agrícola do país no momento da independência e no pós-independência. A perspectiva escolhida apresentou-se como pertinente para refletir sobre a política do país durante as décadas que seguiram a Independência. As relações estabelecidas entre os membros do governo independente e os trabalhadores agrícolas, as ambivalências do discurso político governamental no momento da nacionalização das terras e sua distribuição são abordados aqui para um balanço sobre a Independência com data oficial de comemoração em 12 de julho de 1975. Procuo demonstrar que as diversas propostas políticas aplicadas ao setor agrícola levaram a uma acentuação da invisibilidade de minorias – principalmente a mão de obra imigrante – que são eventualmente reconhecidas como atores chaves da história agrícola de São Tomé e Príncipe. A gestão da distribuição da terra após a nacionalização do território provocou tensões sociais que acirraram reivindicações identitárias e evidenciaram a consolidação de determinados atores sociais na esfera do poder político. Notas de trabalhos de campo efetuados em 1999-2000 e 2003-2004 e algumas fontes primárias e secundárias enriquecem o texto de informações e auxiliam na argumentação das principais ideias.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; Nacionalização das terras; Reforma Agrária; Independência

Abstract: The article proposed for the dossier presents reflections on aspects of the country's agricultural history at the time of independence and post-independence. The chosen approach presented itself as relevant to reflect on the country's politics during

*Professora de História da África – PPGH/GH da Universidade Federal Fluminense. <marinaannie@gmail.com>

the decades that followed independence. Aspects of the country's agricultural history make up the thread chosen to guide this article. The relations between the members of the independent government and agricultural workers, the ambivalences of the state's political discourse at the time of the nationalization of land and its distribution are here analyzed to begin a balance of the political independence (official date of July 12, 1975). I try to show that the various policy proposals applied to the agricultural sector led to an accentuation of the invisibility of minorities – especially the immigrant labor – that are eventually recognized as key actors in the agricultural history of São Tomé and Príncipe. The management of land distribution after the nationalization of the territory caused social tensions incited identity claims and highlighted the consolidation of certain social actors in the sphere of political power. Notes from field work carried out in 1999-2000 and 2003-2004 and some primary and secondary sources enrich the text information and assist in arguments for the main ideas.

Keywords: São Tomé and Príncipe; land nationalization; land reform; Independence

Resumen: El artículo es una propuesta al dossier y presenta reflexiones sobre los aspectos de la historia agrícola de Santo Tomé y Príncipe en el momento de la independencia y después de la independencia. El enfoque elegido se presenta como relevante para reflexionar sobre la política del país durante las décadas que siguieron a la independencia. Las relaciones establecidas entre los miembros del gobierno independiente y los trabajadores agrícolas, las ambivalencias del discurso político estatal en el momento de la nacionalización de las tierras son relevantes para hacer un balance de la independencia política con la fecha oficial de 12 de julio 1975. Trato de demostrar que las diversas propuestas de políticas aplicadas al sector agrícola llevaron a una acentuación de la invisibilidad de las minorías – especialmente la mano de obra inmigrante. La gestión de la distribución de la tierra después de la nacionalización del territorio causó tensiones sociales que incitaron a las reivindicaciones de identidad y destacaron la consolidación de ciertos actores sociales en la esfera del poder político. Anotaciones de trabajos de campo realizados en 1999-2000 y 2003-2004 y algunas fuentes primarias y secundarias enriquecen el texto de informaciones y auxilian en la argumentación de las principales ideas.

Palabras clave: Santo Tomé y Príncipe; nacionalización de la tierra; reforma agraria; Independencia

Refletir sobre os quarenta anos de independência de São Tomé e Príncipe tem se revelado um desafio. Desde as comemorações dos cinquenta anos de independência dos países africanos (1960-2010), proceder a um balanço¹ desse momento político continental tem sido recorrente no âmbito das ciências sociais. Uma das ideias mais debatidas nessa área foi pensar se a independência, símbolo da libertação do julgo colonial e da conquista da liberdade e autonomia plena levou efetivamente a uma ruptura significativa com as instituições

¹ Penso, por exemplo nos inúmeros livros, artigos que foram publicados no ano de 2010 por autores africanos e outros ou ainda nas múltiplas conferências, nos seminários organizados para falar sobre o assunto.

estabelecidas no tempo colonial. Diversas indagações foram feitas, entre elas: as propostas políticas dos jovens governos africanos atenderam às demandas das populações das novas nações? Aos poucos, artistas, jornalistas, políticos, trabalhadores, pesquisadores (etc.) participaram desses diversos debates². Essa participação popular ocorreu de formas diversas nas ex-colônias portuguesas. No caso de São Tomé e Príncipe, precisamos voltar ao momento da conquista pela independência para entender o processo que levou à proclamação da Nação libertada da presença colonial e analisar quais são os atores que participaram desse momento-chave. A independência do país teve a particularidade de se concretizar fora das ilhas a partir de negociações com as autoridades portuguesas e é tida como a única negociação pela independência – entre as ex-colônias portuguesas – que não levou a nenhum conflito armado contra Portugal. Após os contatos diplomáticos ocorridos entre os quadros políticos de STP e diversos membros do governo português, houve a assinatura de um acordo – em 26 de novembro de 1974 – entre Portugal e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), único movimento político que representava a Nação nos anos setenta. Com isso, a participação das camadas populares foi reduzida a uma mera atuação nas comemorações da Independência em 12 de julho de 1975. O primeiro presidente da República, Manuel Pinto da Costa, apostou na implementação de um regime socialista com um partido único. Consequentemente, um dos balanços que foi feito sobre esse período pode ser resumido à principal ideia de que as medidas e políticas adotadas levaram a algumas mudanças sem necessariamente provocar uma transformação drástica do sistema econômico, contrariando as promessas iniciais do governo e as esperanças dos trabalhadores agrícolas.

Os principais atores da história agrícola de São Tomé e Príncipe no momento da Independência

A partir do resumo de um conto da tradição oral da ilha de São Tomé, apresentado a seguir, pretendo esboçar um retrato dos atores-chaves

² Diversos autores como Mbembe, A. Diouf, M. classificados como fazendo parte da corrente pós-colonial apresentaram suas reflexões e evidenciaram o balanço ambíguo das independências políticas africanas. O ator e cineasta Wolimité Sié Palenfo indagou: “A colonização parou no primeiro dia da Independência dos países africanos?” A indagação foi feita bem antes da comemoração dos cinquenta anos de independência quando Wolimité Sié Palenfo realizava (em codireção) o documentário *Mémoire entre deux rives*, 2002.

da cena agrícola do país. Em seguida, resumo a situação social de alguns desses atores no contexto agrícola pós-independência do país e procuro entender como foram afetados por diversas tomadas de decisões governamentais. O conto intitulado: “Um grão de milho é um preço dum escravo”³ nos apresenta o trabalhador agrícola – o serviçal – e mais três personagens principais: *Sum Alê*, dono de terras que procura mão de obra, a Tartaruga, conselheira de *Sum Alê* e o administrador colonial que administra as terras sob domínio colonial. A maioria das terras produzia cacau destinado à exportação⁴.

Sum Alê se irritava ao ver o cacau apodrecer na sua roça e reclamava da falta mão de obra necessária para a colheita da safra. A Tartaruga ofereceu sua ajuda e pediu a *Sum Alê* uma garrafa cheia de milho e afirmou “um grão de milho é um preço dum escravo. Dê-me um grão de milho”. *Sum Alê* reclamou, ameaçou expulsar a Tartaruga intrometida, mas decidiu satisfazer seu pedido pouco exigente. A Tartaruga iniciou sua viagem à procura de mão de obra barata que pudesse ser contratada para trabalhar na roça de *Sum Alê*. Após viver várias peripécias e empregar alguns subterfúgios, a Tartaruga consegue obter uma galinha e um boi, mas ainda procurava encontrar um escravo para trabalhar nas terras de *Sum Alê*. Em seguida, parou na roça⁵ de um administrador que passava a cavalo. Após ser interpelada para apresentar as razões de sua presença numa propriedade colonial, a Tartaruga se defendeu explicando que estava procurando o serviçal – que, no momento do diálogo entre os dois personagens principais, estava nas proximidades trabalhando – que tinha aleijado o boi de raça de *Sum Alê*⁶. O serviçal sofreu imediatamente brutal chicotada por parte do administrador branco que retrucou: “Entrega este animal ao Rei porque a Curadoria prometeu-me mais cem bestas para o trabalho”. Mais do que satisfeita, a Tartaruga

³ Conto recolhido por Françoise et Jean-Michel Massa, traduzido para o francês por Emilio Giusti e traduzido por mim para a versão portuguesa. Não foi possível ter acesso à versão original que é na língua forro. Com isso, é necessário esclarecer que o conto perdeu muito em informações. Apesar dessas limitações, creio que esse conto os dá uma ideia do imaginário local construído em torno do trabalho agrícola.

⁴ É imprescindível lembrar que os contos da Tradição oral africana não possuem nomes de autores e também não são datados. No entanto, alguns elementos como menção de um administrador colonial, de um serviçal, a produção de cacau nos indicam que o conto se refere a um período colonial que precede a independência.

⁵ Complexo agrícola colonial visando a produção de monocultura de exportação como a do cacau. Até os dias de hoje, a roça designa, ao mesmo tempo, as terras e estruturas agrícolas herdadas do tempo colonial, as parcelas de terras recebidas no momento da reforma agrária, as pequenas glebas com culturas alimentares.

⁶ No conto, a Tartaruga chama *Sum Alê* pelo seu nome ou também o chama de Rei.

levou o trabalhador. Ao entrar no palácio de *Sum Alê*, apresentou o serviçal e perguntou: “*Sum Alê*, afinal um grão de milho é ou não o preço de um escravo?”

Creio relevante interpretar um conto local da Tradição Oral de São Tomé e Príncipe com intuito de desvendar aspectos da história agrícola que marcaram o imaginário popular⁷. No entanto elementos como – os principais atores da vida agrícola, o valor do trabalho agrícola (que vale um grão de milho), os mecanismos característicos do sistema colonial e suas instituições como a Curadoria dos indígenas, um olhar “local” sobre o momento colonial – se mantiveram como continuidades no texto final.

Sum Alê, nome em forro⁸ traduzido por senhor, é natural da ilha, representa os nativos, os descendentes de escravos negros libertados, também conhecidos como forros⁹. No conto, *Sum Alê* é conhecido por todos, inclusive pelo administrador colonial, como Rei. Ele comprova a existência de um poder político e econômico local, elemento a ser destacado em tempos coloniais. É dono de terras que produzem cacau, possui palácio e escravos, é reconhecido e respeitado pelos brancos. *Sum Alê* se queixa da falta de mão de obra para trabalhar a terra. Vale lembrar que no momento da segunda colonização portuguesa, com a introdução do cacau (oriundo do Brasil) na ilha do Príncipe no início do século XIX, a maioria das terras das duas ilhas vão ser exploradas e trabalhadas para se tornarem parte de um complexo agrícola colonial maior do qual os donos locais vão ser progressivamente excluídos. No conto, não há menção desse episódio histórico. A queixa da falta de mão de obra (por parte dos donos de terra locais e estrangeiros) para trabalhar a terra sempre foi o argumento chave utilizado em diversas épocas da

⁷ Ênfase que o conto foi traduzido. Posteriormente, resumi o texto, interpretando o e fazendo escolhas dos elementos que considere pertinente. Isso me distancia da fonte oral. Considero que se trata de um novo documento inspirado de um conto oral, mas que perdeu parte de seus significados nas etapas de trabalho mencionadas anteriormente.

⁸ O forro é uma das línguas faladas em São Tomé e Príncipe classificada, em termos linguísticos, como crioulo porque 70% do seu léxico vem do português.

⁹ No momento da independência são considerados nativos da ilha de São Tomé e Príncipe: os forros, os filhos da terra, os angolares e os nativos de Príncipe (chamados também de moncós). Gonçalves (1973, p. 52) explica a seguir diferença entre os forros e os filhos da terra: “O forro é o antigo escravo liberto que ficou a viver na ilha, recebeu esta designação nada tendo ver com a população crioula nascida séculos atrás dos contactos entre portugueses e africanos, pois estes eram livres desde o nascimento”. Essas categorias foram criadas ao longo da segunda colonização portuguesa (1830 aproximadamente). Neste artigo, não pretendo questionar ou definir essas categorias por considerar que isso deveria ser fruto de um outro artigo. As categorias são utilizadas como tal porque são constantemente utilizadas pelos santomenses, cientistas sociais, etc.

vida colonial e pós colonial para justificar os problemas enfrentados em termos agrícolas como falta de rendimentos, fraca produção de cacau, etc. Vale lembrar que os donos de terra locais encontravam muitos obstáculos para contratar a mão de obra imigrante, reservada aos roceiros portugueses que ocupavam as terras mais férteis das duas ilhas.

A Tartaruga¹⁰ é o segundo personagem em ordem de aparição no conto. É um dos animais mais citados nas Tradições Oraís africanas (principalmente em contos dos Camarões ou de outras regiões e países da África central). A referência à tartaruga é um estratagema para evidenciar alguns comportamentos humanos, tendo apenas ela o nome de um bicho¹¹. É um personagem interesseiro que procura manter seu papel de conselheira a serviço de *Sum Alê*, mas sem ameaçar sua autoridade ou criticar a ordem estabelecida – a Tartaruga não se comove, por exemplo, com o castigo dado ao serviçal pelo administrador colonial. O jogo político instituído pela Tartaruga conforta *Sum Alê* na sua autoridade mas ao mesmo tempo mostra que seu poder depende também do bicho. A Tartaruga mantém, implicitamente, a lógica interna e colonial ao acusar injustamente um serviçal de ser ladrão e depois o leva como mão de obra para o “Rei”. Os maus tratos sofridos pelo serviçal não espantam a Tartaruga. Como interpretar esse silêncio? Seria uma forma de silenciar as relações tensas e violentas entre nativos e os portugueses? A maneira como a Tartaruga trata o serviçal também provoca questionamentos, mas confirma que este bicho não valoriza o trabalhador nem atribui um valor simbólico significativo ao trabalho agrícola.

Uma pergunta paira no ar: se a Tartaruga é a metáfora de um homem, qual ator da vida política são-tomense ela representa? É difícil responder. Por sua vez, o administrador colonial é um ator relevante do dinamismo político no tempo colonial e do conto. Administra terras, concede um serviçal ao Rei para sustentar a ordem política existente, garantir boas relações diplomáticas com o poderio local, ele tem liberdade para maltratar seus trabalhadores. No conto, a chicotada dada pelo administrador simboliza os atos violentos perpetrados no período colonial. Interpreto que existe uma denúncia desses comportamentos

¹⁰ Para mais informações, consultar o artigo de Denise Paulme “typologie des conte africains de Décepteur”. <http://www.persee.fr/doc/cea_0008-0055_1975_num_15_60_3361>.

¹¹ Cabe ainda notar que o animal no conto é o nome utilizado pelo administrador para falar do serviçal!

coloniais, ainda que de forma velada e indireta. A menção à Curadoria dos indígenas nos permite entender o seu lugar no imaginário local: fornecedora de mão de obra barata para os roceiros portugueses. Ao entregar o trabalhador, o administrador afirma que: “a Curadoria poderá facilmente lhe fornecer mais ‘cem novos deles’...”. A Curadoria era percebida como intermediária entre os patrões de roças e os escravos que trabalhavam na cultura de cacau. Ainda que responsáveis pela vigilância do cumprimento das leis sobre o trabalho e os contratos de trabalho, os agentes da Curadoria se tornavam suspeitos aos olhos da população local, já que muitas vezes, defendiam os interesses dos roceiros coloniais e usavam estratégias que consolidavam alianças estabelecidas com esses.

No texto, o serviçal não é um protagonista principal. É tratado de forma parecida pelo administrador colonial e pela Tartaruga. Diante de um cenário com relações complexas e que foram se tornando mais tensas (à medida que as terras se tornavam propriedades coloniais) entre portugueses e os nativos, os colonizadores privilegiaram a mão de obra agrícola que provinha de outras colônias do Império português para trabalhar nas suas roças. É essa mão de obra importada e seus descendentes que vão se tornar os moradores das roças e atores principais da vida agrícola, produzindo as principais culturas de exportação do país. O serviçal é o personagem silencioso do conto, não protesta contra as acusações injustas, nem quando é vítima da violência do administrador, nem quando é levado para servir *Sum Alê*. O silêncio e a passividade que caracterizam o personagem nos fornecem informações sobre o olhar local em relação a essa mão de obra estrangeira. Elementos como o silêncio, o status de um serviçal, chamado também de escravo, que sempre trabalha, sofre maus tratos, cujo trabalho (e vida) vale “um grão de milho” foram utilizados de forma constante para definir os trabalhadores agrícolas na perspectiva local. Nesse sentido, o texto se refere a um marco na história de invisibilidade social¹² vivida pelos imigrantes.

¹² O conceito de *social invisibility* aparece na literatura em psicologia nos anos quarenta. Um dos autores mais citados nessa discussão é o Sartre quando define que essa expressão implica que, para superar essa invisibilidade, o indivíduo precisa do reconhecimento dos outros indivíduos. Sartre (1947). Posteriormente Barel nos anos sessenta recupera essa ideia no seu livro sobre marginalidade social. Em contexto de migração, como é o caso, a invisibilidade social adquire novos contornos. A contribuição do sociólogo Alex Honneth (2005) nos leva a adotar aqui sua perspectiva. É através do não-reconhecimento de determinados atores sociais pelo resto da sociedade que se reforça a ideia de invisibilidade social.

Por fim, as roças são o principal espaço agrícola mencionado no resumo. A análise desse espaço agrícola é ligada aos processos que participaram da construção do universo social de São Tomé e Príncipe. Na história agrícola do país, as roças do cacau colonial representaram, no último quartel do século XIX, a matriz principal do setor agrícola e ocupam as maiores superfícies das duas ilhas. A roça, como estrutura agrícola produtora de cacau, é ao mesmo tempo uma unidade econômica e sociocultural que vai induzir uma organização espacial específica, estabelecer uma hierarquia social que vai marcar o período pós independência. Gonçalves (1972, p. 53) considera que em São Tomé: “A roça (...) exerce uma força centrípeta sobre o resto do território (...) constitui (...) toda uma configuração de matriz própria e implicações bem fundas no modo de ser, pensar e agir numa grande parte da população”. As roças se tornaram ainda no período colonial um lugar estratégico no qual era possível defender ideias relativas à civilização pelo trabalho, à constituição de um modelo de “colônia de plantação”¹³. A denúncia desse sistema implementado durante o regime colonial, a questão do trabalho e da contratação de uma mão de obra imigrante explorada, as relações de poder marcadas pela exploração vão servir de fonte de inspiração para intelectuais, homens políticos e escritores são-tomenses. A roça vai se tornar um dos elementos mais recorrentes da luta anticolonial, nos discursos políticos nacionalistas, na produção literária e musical das duas ilhas.

Diante desse contexto político contestatório, o desmantelamento das roças coloniais (juridicamente eram sociedades e companhias agrícolas) após a Independência parecia inelutável por serem diretamente associadas ao período colonial e a uma política portuguesa que visava apenas a exploração das terras com culturas rentáveis e de exportação. Os membros do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante CLSTP) que se tornou posteriormente Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante MLSTP) criticavam o fato de que mais de dois terços de solo cultivado pertenciam a um punhado de estrangeiros. No entanto, não foi o desmantelamento que foi planejado para dar início a uma nova história agrícola da jovem República e sim apenas uma nacionalização dessas roças. Assim sendo, as roças consideradas o símbolo da “miséria no seio do nosso povo” e “o obstáculo principal ao progresso geral, ao avanço do processo revolucionário” – não eram mais o problema central da política agrícola do país.

¹³ Expressão sugerida por Mário Pinto de Andrade.

Nacionalização das terras e o envolvimento do cidadão: as tentativas do governo independente em criar novos hábitos em relação ao trabalho agrícola

A questão das roças foi submetida à apreciação do comício de massas realizado em 30 de setembro de 1975 na Praça Ion Gato”. Dirigindo-se ao povo, o presidente da República perguntava:

“Fomos ou não fomos explorados durante centenas de ano pelo colonialismo fascista português? Somos ou não somos ainda explorados pelas companhias agrícolas estrangeiras existentes no nosso país? Temos ou não temos o direito de nacionalizar as terras, de tomar as terras que foram roubadas ao nosso povo? O que é que a Assembléia Geral do povo de S. Tomé e Príncipe decide... [sobre as roças] ... Tomamos ou não tomamos essas roças? (Grito unânime do povo: Tomamos! Tomamos!)” (Discurso proferido pelo então presidente da República, Pinto da Costa em 30 de setembro de 1975)

Tomamos! O povo santomense teria assim participado de forma ampla e ativa no processo de nacionalização das roças? Ao denunciar as roças como sistema herdado do período colonial, os membros do MLSTP (sendo que nenhum deles trabalhou como mão de obra nas terras coloniais) foram considerados atores políticos de destaque que expressaram sua solidariedade com os serviçais e porque todos esses sujeitos da história se uniam por ter vivido a experiência africana compartilhada da dominação colonial. No entanto, esse sentimento de partilha de uma mesma experiência de violência parece ter sido atrelado a outros interesses políticos, como afirma Nascimento (2001, p. 210): “A ideologia que foi construída acima da vida nas roças é mais ligada à própria ideologia dos autores do que uma tentativa de se aproximar da realidade rural vivida pelos escravos e mais tarde pelos serviçais. Essa ideologia se construiu em reação ao regime colonial, como parte de um discurso político em que um dos argumentos chaves é a exploração da mão de obra nas roças como sendo da inteira responsabilidade do governo colonial português”¹⁴. Nota-se uma oposição entre o resumo do conto em que um dono de terra local recorre a uma mão de obra

¹⁴ Em São Tomé, a palavra “serviçais” surgiu logo depois a abolição da escravidão para designar a mão-de-obra agrícola. Outro nome comum é “contratados” para designar as mesmas pessoas.

escrava e o discurso político pós-independência que atribui ao governo colonial a inteira responsabilidade das práticas escravagistas. Vale frisar que, de modo geral, os atores políticos atuando no governo, os membros do MLSTP, militantes e grupos economicamente mais favorecidos viviam na cidade de São Tomé, focavam parte de sua atenção e de seus discursos no destino das roças coloniais, mas não tinham contato com o mundo das roças, nem conhecimentos agrícolas prévios. Essas distância e ausência de contatos eram atribuídas ao sistema colonial opressor que tinha se baseado numa clara divisão espacial, social e cultural entre os diferentes grupos locais e a mão de obra imigrante. As divergências entre angolares, forros, filhos da terra e a mão de obra imigrante (vinda de Angola, Moçambique e Cabo Verde) eram também consideradas consequências diretas da política colonial opressora¹⁵. É incontestável que o MLSTP carecia de uma base popular oriunda do meio rural e receptiva às suas ideias políticas. Entre outras razões, considero que o fato desse movimento político ter sido criado no exterior e ter se consolidado graças a são-tomenses no exílio provocou um estranhamento maior entre uma representação política dos forros e dos filhos da terra e os outros componentes sociais como angolanos, moçambicanos e cabo-verdianos que não possuíam representações políticas.

Dois meses depois da Independência, no calor das comemorações da recém-liberdade conquistada, Manuel Pinto da Costa, líder do partido MLSTP e então presidente da República, pronunciou um discurso em 30/09/1975, anunciando a nacionalização das roças. Esse momento histórico passou a ser considerado posteriormente, como Maino propõe, como o ato fundador da nação são-tomense. No seu discurso pronunciado na praça da Independência, Manuel Pinto da Costa afirmou que a nacionalização significava a desapropriação das terras dos seus atuais donos (proprietários coloniais) e a libertação definitiva do julgo colonial. Apontara também para a necessidade de implementar uma reforma agrária e manter a produção do cacau¹⁶ destinado à exportação. A nacionalização começou efetivamente no fim do mesmo ano. Para cumprir os objetivos estabelecidos, era preciso modificar a organização e a gestão das roças. Em 1978, o Estado são-tomense transformou as roças

¹⁵ A descrição da complexidade social de São Tomé e Príncipe não cabe nesse artigo, porque implicaria uma apresentação histórica de cada grupo social. Optei por mencionar os atores-chaves do contexto pós-independência da forma como são nomeados localmente.

¹⁶ Em 1991, 90% das exportações deste produto totalizaram a soma de 5,5 milhões de dólares, enquanto no mesmo período, o país financiou 24 milhões de dólares de importações.

em 22 empresas agrícolas, sendo este número reduzido posteriormente a 15 empresas¹⁷. A reorganização das roças em empresas agrícolas levou a consolidação de cargos que já existiam no final do tempo colonial, mas que passaram a ser definidos com outros nomes. Por exemplo, o administrador de roça passou a ser chamado de diretor de empresa. A maioria desses cargos de mais responsabilidade passou a ser ocupada por membros do MLSTP, enquanto capatazes e outros empregados ocupando funções mais administrativas ou técnicas foram mantidos nos seus postos. Ou seja, não houve uma renovação significativa dos empregados que já ocupavam esses cargos na véspera da independência. Na nova organização das empresas agrícolas, a maioria das pessoas previstas para ocupar os cargos de responsabilidade não era formada nessa área. Por sua vez, os trabalhadores agrícolas de roças permaneciam como mão de obra. É por essa razão que Eyzaguire (1989, p. 676) avalia que depois da independência as Empresas Agrícolas mantiveram as principais características da organização de trabalho planejada nas roças coloniais. O autor analisa que essa situação levou a imobilizar uma parte significativa da população em “status inferior”. Em suma, a nacionalização não transformou – como anunciado pelo governo – fundamentalmente esse “objeto colonial” que permaneceu na sua estrutura, arquitetura e simbologia análogo às roças dos derradeiros anos coloniais.

As roças estavam no cerne do debate sobre o futuro agrícola do país e sua mão de obra agrícola imigrante era a população que morava nas roças. Os imigrantes passaram a estar no centro das atenções do MLSTP. Os membros políticos afirmavam que o bem estar da população e a melhoria de suas condições de vida constituíam objetivos prioritários da jovem Nação. Nesse período, as roças se tornaram novamente um espaço estratégico para as autoridades políticas e para a defesa de suas ideias políticas do MLSTP. “Tratou-se, no entanto, de um dos melhores meios para a afirmação e instalação do Partido Único que implantou nelas os seus comitês com os seus responsáveis a ocupar lugares de destaque na gestão econômica das empresas sem qualquer perfil” (CEITA, 2004, p. 4). Nesse mesmo período (os anos oitenta), o Partido procurava manter sua política de boa vizinhança para se aproximar dos trabalhadores agrícolas, recrutar potenciais membros para o Partido,

¹⁷ Segundo Maino (2004), havia em 1979 cerca de 14.600 trabalhadores agrícolas morando nas roças de São Tomé e Príncipe, 10.840 em 1983 e 7.742 em 1991. Existem diversas controvérsias em relação aos dados (hectares e número de trabalhadores). A minha intenção é aqui dar uma ideia aproximativa desse mundo rural em números.

garantir determinados privilégios para alguns dos seus membros que se tornaram os novos diretores das Empresas. Na tentativa de obter maior adesão das “massas trabalhadoras”, o novo governo aumentou os salários dos trabalhadores no primeiro ano da independência. Moradoras¹⁸ da roça Agostinho Neto lembram que os salários foram reajustados na ocasião, permitindo que as mulheres ganhassem o mesmo salário que os homens.

O governo organizou ainda visitas regulares de técnicos formados para administrar as roças. Essa experiência se concretizou com a criação de “Comissões Administrativas Provisórias”¹⁹. Entre diversas tentativas de mobilização dos moradores das roças, os membros do MLSTP faziam a apologia do trabalho, enaltecendo o papel do cidadão apresentado como imprescindível para o desenvolvimento agrícola e econômico do país. Paradoxalmente, esse trabalho devia servir a manter a produção e exportação do maior símbolo da dominação colonial: o cacau. Os interesses do governo em relação às roças e aos seus trabalhadores levavam os membros políticos a tentar construir novos laços políticos para garantir a permanência dessa preciosa mão de obra nas roças, onde o MLSTP precisava testar sua ideologia socialista. Assim, foram criados comitês de ação nesse complexo rural com objetivo de propor espaços de convivência, propiciar debates políticos e ouvir queixas dos trabalhadores. Segundo o relatório oficial, os comitês de ação: “(...) não foram apenas grupos de partido, mas também os embriões dos novos organismos do poder que se preparavam para substituir os antigos administradores (...)” (Proclamação da RDSTP, p. 383 – 12/07/75-12/07/78). Cada Comitê de Ação do Partido era administrado por um delegado do Comitê, encarregado de coordenar reuniões com os trabalhadores. Esses comitês eram considerados pelo Partido “as verdadeiras organizações de base”, mas, no imaginário dos trabalhadores, esses comitês nem sempre eram visto com bons olhos, já que as pessoas alegavam não saber as reais funções das organizações dentro das roças e por vezes consideravam os delegados como inimigos ou “bufos”²⁰.

¹⁸ Conversa informal realizada em Agostinho Neto em janeiro de 2005.

¹⁹ Cabe ressaltar que a nacionalização é por vezes chamada de reforma agrária. A partir das orientações definidas pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, as comissões tinham como objetivo principal a aplicação da reforma agrária.

²⁰ Termo empregado pelos moradores de roças e também por Manuel Pinto da Costa quando tentava reabilitar os comitês aos olhos dos trabalhadores. No seu discurso durante a inauguração da sede dos comitês MLSTP/JMLSTP da empresa agrícola Boa entrada, em março de 1977, Pinto da Costa fez questão de desconstruir essa imagem negativa, apontando para o fato que, em hipótese nenhuma, o comitê seria um espécie de informante de atividades ilegais, por exemplo, ou contrárias à ideologia do partido.

O MLSTP apresentava os comitês como órgãos representativos dos trabalhadores em complemento aos Grupos de Vigilância e Defesa Popular e das Milícias Populares²¹. A discussão em torno do papel dos Comitês, se eram capazes de representar efetivamente os trabalhadores, nos dá uma ideia das dificuldades encontradas pelo Partido para obter uma adesão política dentro das roças. Além de manter as estruturas agrícolas em funcionamento, o governo independente optou (como foi dito anteriormente) por manter o foco na produção de cacau (História Oficial de STP, 1985, p. 405). A justificativa dada pelo MLSTP se embasa numa avaliação geral das condições econômicas e do desenvolvimento do sector agrícola. Os governantes argumentavam o fato de que a diversificação agrícola – isto é, um investimento maior em culturas alimentares com intuito de garantir uma autonomia alimentar das famílias dos trabalhadores agrícolas – só poderia ser realizada a partir de investimentos de capital que, paradoxalmente, só seriam obtidos com o aumento da produção do cacau e sua exportação. Para o poder político estabelecido, a obtenção de divisas graças à venda do cacau permitiria também a aquisição de bens importados.

No espaço agrícola constituído pelas roças, manter a produção e venda do cacau significava para o governo ter que garantir a participação da mão de obra agrícola que logo depois da independência começa a enxergar a migração como solução para as dificuldades enfrentadas nas roças. Para fixar a mão de obra e garantir a produção de cacau, o governo procurou estimular a participação de todos seus cidadãos nos trabalhos agrícolas das roças e aumentar a “produtividade do trabalho”²². Progressivamente, a questão da participação da população na construção da Nação vai se tornar a espinha dorsal das políticas governamentais sucessivas. Logo após iniciar a nacionalização das roças, o governo procurou mobilizar não só os trabalhadores, moradores das roças recém-nacionalizadas, mas também a população são-tomense, moradora de centros urbanos, ou núcleos próximos à cidade, condicionando o sucesso da reforma agrária à sua participação²³. Caminhões eram disponibilizados para ir buscar funcionários públicos que trabalhavam nos escritórios, repartições, oficinas da cidade capital São Tomé e os levavam para as roças para participar de diversas tarefas agrícolas. Para

²¹ Os quais, cabe ressaltar, possuíam um caráter paramilitar.

²² Ideia formulada no discurso em comemoração ao 2º. aniversário da nacionalização das empresas agrícolas.

²³ O governo institui, por exemplo, o dia três de fevereiro 1976 como “dia do trabalho e da militância.”

alguns deles, ir para roça era o primeiro contato com esse mundo agrícola claramente associado (no imaginário local) à repressão e violência colonial. As roças eram afastadas – em termos geográficos e sociais – dos centros urbanos, *luchans*²⁴ e outros núcleos populacionais e constituíam espaços isolados²⁵. As campanhas de trabalho cívico e voluntário começaram, segundo Sr. Onofre, por volta de novembro de 1975 e permaneceram durante quatro a cinco anos depois da independência²⁶. Essas campanhas foram realizadas, sobretudo nos períodos do auge de produção de cacau (de outubro a dezembro de cada ano). Os servidores públicos da cidade bem como os estudantes eram levados às plantações para jornadas de trabalho, para apanhar ou quebrar o cacau.

Segundo o jornalista Ambrósio Quaresma²⁷, o governo independente decretou a necessidade do trabalho cívico nas roças para trabalhar a terra e com objetivo de garantir a produção de cacau. O entrevistado afirma que “Cada fim de semana era euforia. Os trabalhadores da função pública iam ajudar as empresas nas roças. Éramos todos da mesma família”. Euforia, provavelmente ligada às comemorações da Independência, mas que contrasta com o comentário de Nazaré Ceita que aponta para a desconfiança por parte dos funcionários que eram obrigados a conceder um dia para cumprir tarefas agrícolas. Para Nazaré Ceita (2004, p. 4): “A roça era, até este momento, um espaço enigmático hermético e coercitivo pelo que a maior parte dos novos trabalhadores que passaram a prestar serviço no sector agrícola iam munidos de um espírito de desconfiança e de um desconhecimento total das regras de produtividade”. No decorrer da entrevista, perguntei a Quaresma como eram organizados os trabalhos voluntários e cívicos dentro dos serviços públicos. O jornalista respondeu:

Foi depois da independência de 1975 a 1983 com os funcionários²⁸ do Estado. Havia slogan de aumento da produção e da produtividade para desenvolver o país. Os trabalhadores da administração pública numa segunda, terça, quarta-feira iam nas roças trabalhar. Tinha muito café em Monte Café. Todos os trabalhadores da comunicação social iam partir cacau. Havia um comitê político em cada serviço, e tinha uma ligação com partido no poder. Participar dos trabalhos

²⁴ Aglomerações – termo forro localizadas entre os centros urbanos e as roças.

²⁵ Apesar desse isolamento geográfico, é preciso mencionar a existência de roças e de relações sociais entre, por exemplo, serviços das roças e angolares ou serviços e forros.

²⁶ Segundo Armindo Vaz, os trabalhos cívicos visando a colheita de cacau foram impostos entre 1977 e 1980.

²⁷ Na época em que foi entrevistado (2000), Quaresma era redator do jornal *O Parvo*.

²⁸ Funcionários de todos os setores (administrativo, educacional, saúde, etc.).

era obrigatório, quem não fosse apanhava falta. A 3ª falta, já seria vigiado. Membros do governo, até o Presidente da República, participaram desses trabalhos. Teve bons efeitos. Mas as pessoas não sabiam tirar bem o cacau das árvores e assim penetrava a doença em árvores boas de cacau.

A observação do Quaresma nos leva a entender que os funcionários eram obrigados a participar das tarefas agrícolas, possuindo ou não noções básicas em agricultura. Se completamos essa observação com o comentário de Nazaré Ceita, podemos perceber que a questão da capacitação se tornou problemática para o governo nacional. Sem falar de questões ligadas a status social em que dificilmente funcionários ligados aos ministérios aceitavam de bom grado realizar esses trabalhos²⁹. O Estado iniciou uma experiência piloto em três empresas agropecuárias visando estabelecer “normas de trabalho”. Isso consistia em estabelecer parâmetros de produtividade em função das tarefas realizadas: “Para a apanha”, por exemplo, o número de sacos enchidos durante um dia por um trabalhador que pode variar entre seis e vinte é estabelecido pelas características do terreno (se é muito acidentado, pouco ou normal)”³⁰.

Essa experiência parece não ter sido levada à frente por causa da reação dos funcionários públicos ao caráter obrigatório das medidas³¹. No entanto, o Estado são-tomense tentou, ainda durante alguns anos, ampliar o conteúdo e a forma de participação dos cidadãos em diversos espaços da vida econômica do país e nas roças mais especificamente.

²⁹ Em conversas informais realizadas no primeiro semestre de 2000, várias pessoas que viveram esse período afirmavam que pagavam a outras pessoas, colegas, para cumprir essas tarefas no seu lugar.

³⁰ Entrevista realizada com Quaresma, op. cit.

³¹ Cabe mencionar que nas últimas décadas do governo colonial, as obras públicas que visavam as melhorias dos serviços públicos em centros urbanos (saneamento básico, construção e manutenção de estradas etc) necessitavam de uma mão de obra constantemente pressionada para garantir a eficiência do trabalho e conclusão rápida das obras. Com isso, diversas vezes (trabalhadores forros e imigrantes) começaram a manifestar seu descontentamento o que levou posteriormente a um violento enfrentamento entre as forças militares coloniais e os trabalhadores das obras públicas e a uma repressão sangrenta que passou a ser conhecida como o massacre de Batepá. O massacre de muitos trabalhadores se inscreveu na memória coletiva como um trauma ligado ao início da resistência política dos são-tomenses. A questão da desconfiança sobre a obrigatoriedade de produtividade do trabalho pode ser entendida como uma das consequências desse episódio trágico. Um episódio que tem uma relevância crucial na construção identitária dos forros. Ele se insere como fato da história colonial e conta com trabalhadores urbanos. Ainda que esses contaram com apoio parcial dos trabalhadores agrícolas, a maioria dos atores principais que reivindicaram seus direitos não moravam nas roças. É importante frisar que durante meus trabalhos de campo nenhum trabalhador cabo-verdiano que estava presente em São Tomé no momento dos eventos mencionou o massacre.

Portanto, os discursos nacionalistas não correspondiam à realidade social são-tomense e eram notórias as dificuldades dos dirigentes para convencer a população urbana de sua necessária participação nos trabalhos agrícolas. Isto levou o governo a estabelecer leis para diminuir o absenteísmo dentro das roças (como Quaresma menciona) e garantir a disciplinar e a presença regular no trabalho. Os verdadeiros cidadãos eram aqueles considerados pelo MLSTP como os que se destacavam no seu empenho em aumentar a produtividade do trabalho nas Empresas Agrícolas, nas Escolas. É o caso dos operários agrícolas – da antiga roça Rio de Ouro – que teriam comprado, com seus próprios meios, um trator para a empresa. Embora esta informação não tenha sido efetivamente verificada, ela testemunha da estratégia política desenvolvida pelo Estado que fazia questão de valorizar esses “cidadãos comprometidos com o futuro da Nação”. Nos discursos políticos, a atuação desses “heróis comuns” do cotidiano era destacada e cada um deles recebia um diploma que simbolizava sua participação cívica. Esses cidadãos eram os novos trabalhadores agrícolas que não moravam nas roças, mas prestavam serviços diários. Aos olhos do Estado, a efetivação da nacionalização só era possível graças ao “apoio de todo o povo” (entenda-se que esse apoio seria espontâneo e voluntário sem caráter de obrigatoriedade).

As medidas de caráter obrigatório levaram a um progressivo absenteísmo por parte dos funcionários que trabalhavam na cidade. A resistência e crítica de diferentes atores sociais aos trabalhos cívicos obrigou o governo a abrir mão dessa proposta. Outra crítica dirigida ao governo era a difusão de um discurso sobre a nacionalização das terras que corresponderia à “(...) destruição da estrutura econômica colonial e a abolição dos privilégios impostos e estabelecidos a favor dos nacionais ou estrangeiros”. No entanto, os integrantes do MLSTP parecem ter-se esquecido dos privilégios dos nacionais. Em pleno contexto de nacionalização, membros do governo optaram por não nacionalizar as roças que pertenciam aos forros e iniciar uma campanha de atribuição de terras – conhecida como Envolvimento do Cidadão – a determinados atores da vida agrícola, entre eles alguns já eram donos de terras. Em dezembro de 1981, a Assembleia Nacional Popular definia as linhas diretrizes de um Plano de medidas e ações a serem estabelecidas entre 1982-1985. Este plano previa um programa de atividades visando a recuperação das Empresas Agrícolas e uma tentativa de alterar os resultados negativos da década anterior. Na elaboração desse plano foi decidida a distribuição de terras. As terras com maiores superfícies e

mais rentáveis seriam administradas com base em contratos de gestão e de arrendamento contando com parceiros estrangeiros. As terras de menores superfícies (por exemplo, entre 10 ha e 400 ha) seriam distribuídas a pessoas que possuíam conhecimentos agrícolas prévios e poderiam demonstrar habilidades em administração de terras. Com isso, o Estado sugeriu que a distribuição fosse realizada mediante aprovação em concurso. No início dos anos oitenta, por ocasião da grande seca de 1983, o Estado são-tomense procedeu à concessão de terras destinadas ao cultivo de culturas alimentares.

Vários beneficiários escreveram cartas ao ministério encarregado da distribuição e receberam um documento oficial de posse. No Plano Perspectivo estatal de 1985-1989, o processo de privatização ou entrega de terras foi mantido. Seibert (2001) afirma que 10.000 hectares de terras foram entregues pelo governo “de acordo com critérios clientelísticos” a determinados beneficiários, sendo que a maioria não era os trabalhadores agrícolas das roças. Essa afirmação é compartilhada por Nazaré Ceita (1995), enquanto Trovoada³² considera que terras entre 10 e 400 hectares (com uma distribuição total de 10.400 hectares) foram distribuídos a 439 beneficiários, o que abrangeu 31,5% das superfícies agrícolas. No seu relatório, a autora (1991, p. 52) questiona a eficiência da política do envolvimento do cidadão e afirma que, do ponto de vista da aplicação, esta política foi um fracasso. Em 1990, 22.243 hectares pertenciam às Empresas Agrícolas, sendo que 1.940 hectares (da superfície das roças) e 1.893 hectares (das terras familiares) produziam cacau³³. Alguns pesquisadores (por exemplo, Seibert) apontaram para a complexidade das relações entre os membros do Partido e os forros, donos de pequenas propriedades locais que se caracterizaram pelo clientelismo e proteção dos interesses individuais e familiares. O MLSTP, pressionado por instituições internacionais, admitia a necessidade de um envolvimento mais direto da população, mas devia aceitar o fracasso de sua política de obrigatoriedade cívica! Uma entrevista realizada com Sr. Silva³⁴ resume as dificuldades do Governo em manter em vigor a participação obrigatória: “(...) entre 1988 a 1992: mudou o sistema de trabalho. Não podia mais aplicar metas de tarefas aos trabalhadores, eles não

³² O relato, de 1991, foi lido durante minha primeira pesquisa de campo e não tem cópia digital ou publicada. Faz parte do acervo do PAPAFA (antigo PNAPAF). Trata-se de um relato com perspectiva sociológica, e a menção acima está na página 52.

³³ Dados comunicados no último recenseamento agrícola de STP, em 1990.

³⁴ Sr Silva atuou como feitor na roça de Plancas I, situada no norte da ilha de São Tomé. Entrevista realizada em 24/02/05 em Guadalupe.

respeitavam. Em vez de capinar raso, capinavam alto, não respeitavam as tarefas, queriam acabar cedo. É a má gestão que provocou isso”. O governo são-tomense, membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) desde 1977, se engajava, finalmente – com a adoção de um Plano de Ajustamento Estrutural (PAE) – em um processo de negociações junto ao FMI e o Banco Mundial que levaria ao anúncio da (segunda) reforma agrária, em meados dos anos oitenta, que se baseava na renúncia completa à estrutura agrícola “caduca” herdada do tempo colonial português.

Entre planejamento estrutural e reforma agrária, atuação do governo na era desenvolvimentista

No contexto dos anos noventa, num momento de transição de um regime de Partido único para uma democracia, diversas críticas sociais surgiram colocando em questão a responsabilidade dos nacionais e dos membros do MLSTP em manter seus privilégios no pós-independência. Apesar dos seus discursos políticos que se baseavam na conquista de condições de vida dignas para o povo são-tomense, esses mantinham certos privilégios. Uma das conclusões relativas ao balanço das duas primeiras décadas de Independência era que a manutenção das roças de cacau revelar-se-ia uma escolha política e simbólica por parte dos membros do governo. Segundo Temudo (2008), o modelo de roça implicou, mesmo depois da independência, na contenção da mão-de-obra através da “reprodução da indigenização”. Sem dúvida nenhuma, não existia um consenso sobre a questão da nacionalização, mas apenas determinados núcleos do Partido Único estavam a favor dessa solução. Romana (1997, p. 172) afirma que: “A questão da política de nacionalização das plantações-roças constituiu, sem dúvida, o fulcro das primeiras situações de luta interna, no quadro pós-independência”. Ademais, a herança de 15 anos de Partido Único poderia se resumir na tentativa de se legitimar como autoridade política capaz de sugerir uma história e uma identidade nacionais às quais todos os cidadãos poderiam se identificar. A construção dessa identidade levou o Partido a camuflar diversas tensões e conflitos sociais e valorizar uma suposta homogeneidade da sociedade, herdada de sua união contra a opressão colonial, independentemente das origens dos diferentes grupos sociais ali residentes³⁵. Em 1991, em contexto de abertura do

³⁵ Essa estratégia política parece se inserir nas teses ideológicas do pan-africanismo da época.

país, a existência de novos partidos políticos, o FMI e Banco Mundial exigiram – dentro dos acordos relacionados ao PAE e contando com a ajuda financeira dessas instituições – que o governo distribuísse uma parte das terras agrícolas (das roças de cacau) aos antigos assalariados agrícolas, enquanto uma outra parte das terras (as mais rentáveis) ficaria sob gestão estrangeira com cogestão de parceiros privados nacionais. No discurso oficial retrospectivo, a implementação do Plano de Ajustamento Estrutural era apresentada como uma solução valorizando a iniciativa individual e os imigrantes, herdeiros legítimos dos que tinham trabalhado durante décadas nas terras de cacau e, até então, não tinham recebido nenhum tipo de compensação ou reconhecimento. O Estado decidia pelo desmantelamento das Empresas agrícolas principalmente por conta das pressões políticas externas. Nos diversos discursos políticos, em que se defendia a distribuição de terras para o benefício dos moradores das Empresas falidas, a decisão era apresentada como fruto de uma autocrítica, do anseio do governo em se modernizar e construir uma nova estrutura agrícola.

(...) a reforma agrária visa à transformação radical das relações de produção até então existentes para dar lugar à criação de um homem novo numa sociedade baseada no progresso e na justiça social. Tornou-se, portanto imperiosa a aplicação de uma política agrária susceptível de modificar as estruturas caducas e de incrementar a produção agrícola mediante o emprego de uma técnica moderna e de equipamento mais eficientes e adequados de forma a permitir a melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras (História oficial da RDSTP, 1985).

Não havia menção às organizações internacionais, nem ao fato de que a República de São Tomé e Príncipe já fazia parte do grupo de países considerados em graves dificuldades econômicas. Com essa decisão, o governo parecia finalmente aceitar que os seus assalariados agrícolas tivessem direito em usufruir e posteriormente se tornar donos de pequenas propriedades agrícolas. O governo procurava também limitar o fenômeno de êxodo rural por parte dos antigos trabalhadores agrícolas em direção à antiga metrópole Portugal ou de volta para Cabo Verde³⁶.

³⁶ Vários entrevistados Cabo Verdianos afirmaram, durante meus dois trabalhos de campo, que Pinto Da Costa teria disponibilizado aviões para permitir a viagem de regresso sem custos adicionais. Porém, essa iniciativa teria existido apenas nos dois primeiros anos do pós independência.

Nos anos noventa, morar numa roça continuou a ser associado a uma situação depreciativa, porquanto a roça era um lugar onde moravam os descendentes pobres de migrantes cabo-verdianos, sem energia elétrica e, por vezes sem água potável e sem serviços públicos básicos. Em termos de infraestruturas – moradia, água, estradas, e transporte –, as condições passaram a se degradar. Em muitas roças, por exemplo, o sistema de água passou a não fornecer mais a água potável necessária, obrigando muitos dos habitantes a percorrer vários quilômetros a pé para se abastecer na fonte mais próxima. No imaginário nacional, “pertencer à roça”³⁷ era (e é ainda) associado a um conjunto de preconceitos, certezas sobre os hábitos e costumes dos moradores considerados isolados dos centros urbanos das duas ilhas ou em espaços de difícil acesso, dado o estado de algumas estradas que levam às antigas roças e a ausência de transporte público. A invisibilidade social que marca os trabalhadores agrícolas imigrantes de São Tomé e Príncipe pode encontrar explicação no fato que o trabalho agrícola é considerado de menos valia, elemento que coincide com o imaginário popular através do conto apresentado. Além disso, esse trabalho agrícola remete a um espaço determinado: a roça, símbolo do poder colonial, que foi, depois independência, associada aos trabalhos obrigatórios nos anos setenta. A roça era também considerado como lugar insalubre abandonado pelo Estado nos anos oitenta, habitado por pobres, sem infraestruturas. As antigas dependências agrícolas anexadas às casas grandes e seu conjunto formavam ainda o que tinha sobrado das roças coloniais carregando em si o peso da história, as desigualdades relacionadas a uma hierarquia social herdada e consolidada pelo governo independente. Diante da impossibilidade em vislumbrar uma ascensão socioeconômica, os descendentes dos serviços não tinham nenhuma possibilidade em competir ou se associar a membros das classes políticas do país. Nascimento (2001, p. 220) considera que: “Em termos gerais, a liderança política tornou-se foro dos elementos da elite nativa não tendo cabido a angolares, cabo-verdianos e tongas³⁸ um papel político significativo”. Um dos primeiros dados que aponto aqui é que a ideia de paradoxo da invisibilidade social (consolidada pelas políticas governamentais locais) se exemplifica com o fato de ser notória a participação da mão de obra agrícola imigrante na vida agrícola do país e ao mesmo tempo dela estar

³⁷ Expressão analisada em outro artigo (BERTHET, 2012).

³⁸ A palavra Tonga se refere aos descendentes da mão de obra agrícola imigrante, antigos serviços ou contratados, já nascidos em São Tomé e Príncipe.

totalmente ausente da vida política³⁹ no período pós-independente, já que os integrantes do Partido se consideravam os defensores e porta-voz legítimos dos descendentes dos serviçais.

Autores como Seibert apontam para a participação dos tongas em algumas greves e manifestações. O autor cita por exemplo, uma greve de 24 horas organizada pelo MLSTP em 1963 e que contou (segundo avaliação dos organizadores) com a participação de 90% dos trabalhadores (de diversos sectores). Segundo Seibert (2002, p. 104), trabalhadores da roça Diogo Vaz entraram também em greve depois que um dos trabalhadores foi demitido e começaram a participar de manifestações que ocorriam na cidade.

No entanto, essas manifestações políticas constituem, a meu ver, fatos pontuais que não levaram à constituição de grupos políticos de tongas/cabo-verdianos dentro das roças, por exemplo. As redes sociais – associações, etc. – foram organizações que apareceram de forma paralela na vida política oficial no final dos anos noventa. Os trabalhadores agrícolas começaram a desenvolver estratégias diversas, reagindo assim ao fracasso da nacionalização das terras. Essas estratégias visaram a priorizar as suas necessidades mais imediatas. Uma delas, já iniciada antes do fim do regime colonial, era a apropriação ilegal de terras consideradas impróprias para a cultura de cacau. Muitos moradores de roças mantiveram nessas terras uma agricultura de subsistência para suas famílias. Seus campos eram estabelecidos à margem das roças de cacau ou então em outros espaços agrícolas de difícil acesso e aí produziam milho, cana-de-açúcar, hortaliças, legumes e leguminosas. Alguns, entre os mais idosos, ainda criavam cabras e porcos. Várias práticas e estratégias de apropriação das terras foram sendo desenvolvidas: o arrendamento das terras, a compra de terras com ou sem título de posse, o usufruto ilegal de lavras e de campos dentro das empresas ou em troca de um aluguel. Os antigos trabalhadores e seus descendentes, ou seja,

³⁹ Essa invisibilidade e ausência na vida política se caracterizam por exemplo pela ausência de trabalhadores agrícolas nos processos de negociações da Independência. Onde estavam, os moradores das roças no momento da declaração oficial da Independência de São Tomé e Príncipe? Alguns entrevistados afirmaram ter ouvido a notícia pela rádio e comentaram que vários caminhos foram deslocados até as roças para buscar os seus moradores e levá-los até a praça Yon Gato. Muitos dos trabalhadores que chegaram no início dos anos cinquenta não se referem ao 12 de julho como data da Independência de STP, mas ao 25 de abril (de 1974, que corresponde à revolução dos cravos), que, para eles, correspondem a um momento de invasão dos forros nas roças para organizarem sessões de pilhagem, roubando bens deixados pelos brancos nas casas-grandes ou, ainda, madeiras, telhas e todos outros materiais que poderiam ser utilizados para a construção de casas.

“os de roça”⁴⁰, se tornaram talvez “mais visíveis” graças à reforma agrária que se iniciou em 1993 porque se tornaram atores agrícolas reconhecidos e beneficiários de terras. Porém, sua ausência contínua na cena política nacional os leva a não ter representantes capazes de reivindicar e defender seus direitos⁴¹, já que até hoje não conquistaram um lugar influente na sociedade são-tomense. Isso levou a maioria dos Cabo-verdianos a interferir em redes paralelas, a desenvolver, como foi dito, estratégias diversas de sobrevivência num contexto de reforma agrária, mas que os priva ainda – a eles, Cabo-verdianos, os principais atores da vida agrícola do país – dos seus direitos de cidadania.

A classe dos antigos assalariados agrícolas, dominada na cena política, passou a construir diversas redes de atuação para garantir sua sobrevivência. Foi provavelmente nessa atuação “invisível” que os trabalhadores agrícolas consolidaram seus saberes, conhecimentos, redes comerciais, ênfase nas relações amistosas (prática do *compadrio*, redes de solidariedade através do *djuntamon*, criação de associações, rituais relativos aos mortos) e passaram a se organizar através de redes paralelas⁴². Em termos de conhecimentos agrícolas, os antigos trabalhadores agrícolas e seus descendentes se destacaram no uso de trapiche para fabricação de aguardente, cultivo de diversos produtos alimentares (cana de açúcar, leguminosas, milho) e criação de porcos (cabras e galinhas). São herdeiros e falantes do crioulo de Cabo Verde, de estilos musicais consumidos em São Tomé e Príncipe. Atores ativos da resistência ao colonialismo, os Tongas passaram a ser considerados os mais reivindicativos e rebeldes contra “os brancos”⁴³ nos últimos anos do regime. Existe uma aceitação, ainda que parcial, de que os Cabo-Verdianos são os verdadeiros atores da história agrícola das ilhas, os que trabalharam e continuam trabalhando a terra e enfrentaram os roceiros portugueses, no quotidiano colonial das roças.

⁴⁰ Um senhor de idade me precedia no caminho em direção aos correios, na cidade capital São Tomé e foi quase atropelado por um carro cujo motorista apressado se irritava diante da sua dificuldade em atravessar a faixa pedestre. Chocado pela impaciência do motorista, o senhor falou bem alto: “Eu não sou de roça não”. Entendi que essa observação permitia entender o conjunto de representações e preconceitos construídos sobre os moradores de roças. Seriam pessoas “atrasadas” que não dominam os códigos da cidade como, por exemplo, atravessar rapidamente uma rua enquanto um carro espera.

⁴¹ Nota-se a presença de um candidato (descendente de cabo-verdianos) à Presidência da República nos anos 2000 e a participação de alguns descendentes de cabo-verdianos na esfera do setor de associações, ONG’s.

⁴² Valverde mostrou com pertinência como os curandeiros Angolares mais temidos das ilhas pertencem a grupos marginalizados.

⁴³ Entrevista realizada no dia 11/02/2005, ilha de São Tomé.

Entre representações locais, História oficial e redes paralelas que atribuem papéis diferentes aos atores sociais das ilhas de São Tomé e Príncipe, a comemoração da Independência e da nacionalização das terras se tornou progressivamente uma manifestação pública ligada à reificação da Nação são-tomense. A análise de Eyzaguire (1988, p. 7) sobre a atuação política das elites são-tomense pode ser considerada como uma avaliação relevante da situação do final dos anos oitenta e que perdurou apesar da reforma agrária dos anos noventa “(...) A concentração de terra fez parte de um processo político através do qual as elites e as suas instituições governamentais controlaram o acesso à terra e outros recursos naturais como instrumento para assegurar a sua hegemonia política”. Com esse contexto político, as Organizações Não Governamentais nacionais e estrangeiras, instaladas em São Tomé e Príncipe, acompanharam e seguiram a política agrícola desenvolvida pelo governo. Uma das posturas dessas ONGs foi apoiar a distribuição de terra aos novos pequenos agricultores (antigos trabalhadores agrícolas do Estado) e participaram, por exemplo, da implementação de atividades ou projetos de “aldeamento” planejada pelo governo. Esta política de “aldeamento”⁴⁴ visava a constituição de verdadeiras comunidades que poderiam substituir o sistema das antigas roças. Sem dúvida, a presença das ONGs levou a reivindicações constantes dos novos pequenos agricultores para melhorar suas condições de vida, de moradia e de ajuda para o trabalho agrícola. Ao mesmo tempo, a atuação das ONGs mascarou diversas práticas políticas que levaram a favorecer por exemplo os médios empresários ou ainda a distribuir parcelas de 1,5 ha aos ex-trabalhadores agrícolas com muitos declívios e em péssimo estado conforme a afirmação de diversos entrevistados. Além disso, muitos dos contratados do tempo colonial que posteriormente foram trabalhadores agrícolas do Estado não se beneficiaram de nenhuma parcela de terra e foram agregados como dependentes dos seus filhos.

Apesar de algumas mudanças efetivas na vida dessa nova geração de moradores de roças, o “paradoxo da invisibilidade” perpetuou-se. Em 2000, com o fim do programa de reforma agrária, um recenseamento afirmava que existia de 6300 pequenos agricultores e 170 médios empresários (SEIBERT, 2007, p. 979)⁴⁵. Apesar do reconhecimento do papel preponderante da mão de obra agrícola das roças no período

⁴⁴ A proposta lembra o projeto do governo colonial, de 1947, de fixação de mão-de-obra.

⁴⁵ Segundo informações do Gabinete de Reforma Fundiária apresentadas por Temudo já foram entregues (8 anos depois) cerca de 19 808 ha a um total de 9 129 pequenos agricultores, devido à distribuição subsequente da área da maioria das grandes empresas.

colonial e na produção de produtos alimentares (oriundos das pequenas parcelas de terra recebidas) no pós-reforma agrária, os sucessivos governos nacionais implementaram políticas que consolidaram a marginalização desses atores. No entanto, essa invisibilidade política e social, reforçada pelos estereótipos e os estigmas criados no seio da sociedade são-tomense, não imobilizou esses atores que foram se afirmando em outras versões da história oficial. Eles reconstruíram uma subjetividade social capaz de dar novos significados a tempos mais difíceis de sua existência, atuando em algumas esferas do comércio agrícola e superando a condição de serviçal retratada no resumo do conto.

Referências

ANDRADE, PINTO (DE), Mário. *Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

BARROS, V. A. R. Reforma agrária e suas perspectivas em São Tomé e Príncipe. In: *Comum*, IICT, Série Ciências Agrárias, n. 19, p. 241-248, 1995.

BERTHET, M. Ceux qui sont de passage et ceux qui restent. L'émigration capverdienne à São Tomé et Príncipe. In: BARROS, Denise Dias; BERTHET, Marina; ABDALLA, Mustafa (Org.). *New Perspectives on Migration in African Settings*. Cologne: Rudiger Koppe Verlag, 2014. Vol. 35, p. 1-205.

_____. *Projet de développement et communautés rurales dans la réforme foncière à São Tomé et Príncipe*. DEA en Sciences Sociales. Marseille: EHESS, 1999.

_____. Reflexões sobre as roças de São Tomé e Príncipe. *Estudos históricos*, FGV Rio, 2º sem. 2012.

CARREIRA, António. *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Cabo Verde: Instituto Cabo-verdeano do Livro, 1977.

CEITA, Maria Nazaré. *A reforma agrária em São Tomé e Príncipe: período pós-colonial*. Tese (Doutorado em História da África) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2001.

ELLISON, Ralph. *The invisible man*. New York: Random House, 1952.

ESPÍRITO SANTO, Carlos. *Almas de elite santomenses*. Lisboa, 2000.

EYZAGUIRE, Pablo. *Small Farmers and Estates in São Tomé, West Africa*. Tese (Doutorado) – Yale University, 1986.

_____. Competing Systems of Land Tenure in an African Plantation Society. In: DOWNS, R.; REYNA, S. (Eds.). *Land and Society in Contemporary Africa*. Hannover: N.H., University Press of New England, 1988. p. 340-361.

_____. The Independence of São Tomé e Príncipe and Agrarian Reform. In: *The journal of Modern African Studies*, n. 27, v. 4, p. 671-679, 1989.

GONÇALVES, Manuel Joaquim Sobral. Angolares: uma aproximação antropológica. In: *Geographica. Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, v. IX, n. 34, p. 77-94, 1973.

HENRIQUES, Isabel Castro. *São Tomé e Príncipe – A invenção de uma Sociedade*. Lisboa: Vega, 2000.

HONNETH, Axel. Invisibilité: sur l'épistémologie de la "reconnaissance". In: *Réseaux*, v. 129/130, n. 1-2 (Visibilité/Invisibilité), p. 39-57, 2005.

HODGES, Tony, MALYN, Newitt. *São Tomé and Príncipe*. From Plantation Colony to Microstate. Londres: Westview, 1998.

KEESE, Alexander. Early Limits of Local Decolonization in São Tomé and Príncipe: From Colonial Abuses to Postcolonial Disappointment, 1945-1976. In: *International Journal of African Historical Studies*, v. 44, n. 3, p. 373-392, 2011.

LE BLANC, Guillaume. *L'invisibilité sociale*. Paris: PUF, 2009.

MAINO, Elisabetta. À propos de "l'africanité" de São Tomé et Príncipe (On the "Africanicity" of São Tomé and Príncipe). In: *Cahiers d'Études africaines*, v. 42, p. 385-396, jan. 2001.

MANTERO, Francisco. *Mão d'obra em S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: [s.n.], 1910.

MASSA, Françoise et Jean-Michel. *Fablier de São Tomé*. Paris: Edicef, 1984.

MATA, Inocência *Diálogo com as Ilhas – sobre cultura e literatura de São Tomé*. Lisboa: Edições Colibri. 1998.

NARTEY, Robert Nii. *From slave to serviçal: Labor in the plantation economy of São Tomé and Príncipe*. Chicago: Univ. Illinois, 1986.

NASCIMENTO, Augusto. *Mutações sociais e políticas em São Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: uma síntese interpretativa*. Comunicação apresentada no Centro Cultural Português de São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe, 2001.

_____. *Poderes e Quotidiano nas Roças de S. Tomé e Príncipe de finais de oitocentos a meados de novecentos*, Lousã: Apoio de Sociedade de Promoção de Investimentos, 2002.

RELATÓRIO do Movimento de Libertação. República de São Tomé e Príncipe, 1ª Assembleia do MLSTP, Relatório do Bureau Político, 1978.

ROMANA, Heitor, A. C. *São Tomé e Príncipe*. Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Políticas, Universidade técnica, 1997.

SANTOS, Catarina Madeira. A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI. In: *Studia*, n. 54/55, p. 51-91, 1996.

SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, Clientes e Compadres*. Lisboa: Vega, 1999.

_____. The Bloodless Coup of July 16 in São Tomé e Príncipe. In: *Lusotopie*. Paris, Karthala, 2003. p. 245-260.

_____. A Verdadeira Origem do Célebre Rei Amador, líder da revolta dos escravos em 1595. *Piá*, São Tomé e Príncipe, v. 26, p. 10-11, 2005.

_____. São Tomé and Príncipe. Recent History. In: *Africa South of the Sahara*. Londres: Routledge, 2007. p. 972-987.

TEMUDO, Marina. De serviçal a camponês. A persistência das desigualdades sociais em São Tomé e Príncipe In: *Lusotopie*. XV/2, Histoires d'Asie, 2008.

TRAJANO Filho, Wilson. Invisíveis e Liminares – a sociedade crioula e seus heróis. In: *Soronda: revista de estudos Guineenses*, n. 18, p. 77-113, jul. 1994.

VALVERDE, Paulo. *Máscara, Mato e Morte em São Tomé*. Oeiras: Celta, 2000.

Recebido: 15 de fevereiro de 2016

Aprovado: 22 de maio de 2016

Autora/Author:

MARINA BERTHET <marinaannic@gmail.com>

- Professora de História da África - PPGH/GH da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Antropologia Social pela USP-FFLCH. Realizou trabalhos de campo no Benim e São Tomé e Príncipe, tendo se dedicado aos estudos em Ciências Sociais sobre África, Antropologia do desenvolvimento, Tradição oral e suas relações com escrita, universo pós-colonialista, trabalho forçado, colonialismo, formas expressivas e migrações. Organizou recentemente, para a *Revista em Ciências Sociais* (UFC), o dossiê *Trabalho em África no Tempo Colonial* (2015).
- Professor of History of Africa (PPGH/GH) at the Universidade Federal Fluminense. PhD in Social Anthropology from Universidade de São Paulo. She has done field work at Benin and São Tomé and Príncipe, dedicating herself to the studies in Social Sciences about Africa, Anthropology of development, oral Tradition and its relationships with writing, post-colonialist universe, forced labor, colonialism, expressive forms and migrations. Recently organized, to the *Revista em Ciências Sociais* (UFC), the dossier *Trabalho em África no Tempo Colonial* (2015).

São Tomé and Príncipe 1975-2015: politics and economy in a former plantation colony*

São Tomé e Príncipe 1975-2015: política e economia numa antiga colônia de plantaço

Santo Tomé y Príncipe 1975-2015: política y economía en una antigua colonia de plantación

Gerhard Seibert**

Abstract: After independence in 1975 São Tomé and Príncipe became a socialist one-party state. The regime nationalized the cocoa plantations and the entire economy. As the country lacked adequately trained people, within a few years the local economy was run down. Due to economic failure, in 1990 the regime introduced multiparty democracy and a free-market economy. Despite political instability provoked by consecutive changes of government, democracy has done relatively well. However, the economy has been ailing, since consecutive governments failed to recover the cocoa sector and diversify the economy. Prospects of becoming an oil producer that emerged in the 1990s have not materialized either, since commercially viable oil has not been discovered. Consequently, for many years the small country has become completely dependent on international aid. The article analyses the archipelago's policies and economy over the past forty years.

Keywords: São Tomé and Príncipe; plantation economy; development; multipartyism; oil

Resumo: Após a independência em 1975, São Tomé e Príncipe tornou-se um Estado de partido único socialista. O regime nacionalizou as plantações de cacau e toda a economia. Como o país carecia de pessoas adequadamente formadas, dentro de poucos anos a economia local se arruinou. Devido ao fracasso económico, em 1990 o regime introduziu a democracia multipartidária e uma economia de mercado livre. Apesar da instabilidade política causada por mudanças consecutivas de governo, a democracia tem funcionado relativamente bem. Contudo, a economia continuou precária, visto que governos consecutivos não conseguiram recuperar o setor de cacau nem diversificar a

* I am grateful to Kathleen Becker for the revision of my English text.

** Graduated in Cultural Anthropology from Utrecht University, Netherlands, in 1991.
<gerhardseibert@unilab.edu.br>

economia. Perspectivas de se tornar um produtor de petróleo também não se realizaram, porque petróleo viável comercialmente não foi descoberto. Consequentemente, por muitos anos o pequeno país se tornou completamente dependente das ajudas internacionais. Este texto análises a política e a economia do arquipélago durante os últimos quarenta anos.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; economia de plantação; desenvolvimento; multipartidarismo; petróleo

Resumen: Después de la independencia en 1975, Santo Tomé y Príncipe se convirtió en un Estado de partido único socialista. El régimen nacionalizó las plantaciones de cacao y de toda la economía. A medida que el país carecía de las personas con formación adecuada, dentro de algunos años la economía local se derrumbó. Debido al fracaso económico, en 1990 el régimen introdujo la democracia multipartidista y una economía de libre mercado. A pesar de la inestabilidad política provocada por los cambios consecutivos de gobierno, la democracia funcionó relativamente bien. Sin embargo, la economía continuó precaria, ya que los gobiernos consecutivos no lograron recuperar el sector del cacao y diversificar la economía. Las perspectivas de convertirse en un productor de petróleo que surgió en la década de 1990 también no se han materializado ya que el petróleo comercialmente viable no ha sido descubierto. En consecuencia, desde hace muchos años el pequeño país se ha vuelto totalmente dependientes de la ayuda internacional. El artículo analiza la política y la economía del archipiélago en los últimos cuarenta años.

Palabras clave: Santo Tomé y Príncipe; economía de plantación; desarrollo; sistema multipartidista; petróleo

Introduction

São Tomé and Príncipe became independent on July 12th, 1975. The archipelago's independence was the result of two interrelated events: the liberation struggles in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique and the Portuguese Carnation Revolution of April 25th, 1974¹. Just as in Cabo Verde, there had not been any armed struggle in São Tomé and Príncipe since the Portuguese security forces had no trouble in curtailing any resistance in the two easily controllable archipelagos. Since 1960, however, a small group of Sãotomean nationalists in exile, who set up the *Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe* (CLSTP), had led a modest political struggle for independence. They kept in touch with the liberation movements in other Portuguese territories, with whom they shared the intention to establish a socialist postcolonial order. At the time of the Carnation Revolution, the group – meanwhile re-organized

¹ On these events, from a Portuguese perspective see ROSAS; MACHAQUEIRO; OLIVEIRA, 2015.

as *Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe* (MLSTP) – was largely unknown in the two islands. However, immediately thereafter, the MLSTP unleashed a political campaign for independence in the archipelago that was supported by a majority of the local population².

Initially the new military leaders in Lisbon only wanted to grant São Tomé autonomy within a federation with Portugal. Finally, however, they agreed to the MLSTP's demands on full independence. Conditioned by the political context of the liberation struggles and the decolonization process in the Portuguese colonies, after independence the two small island republics also become socialist one-party states. Within a few years, increasing authoritarian rule and economic failure discredited the socialist regime. Some fifteen years after the independence, in another international context marked by the end of the cold war, São Tomé and Príncipe became the first of the five Portuguese-speaking African countries that embarked on the transition to a multiparty democracy.

The country's socioeconomic and political development over the last forty years has been conditioned by a set of different factors. The consequences of insularity and the small size of the economy, high transportation costs and extreme dependence on imports, in combination with a colonial legacy of plantation economy based on cocoa monoculture have restricted the options for economic development. Only over the past few years has the local government attempted to turn insularity into a comparative advantage by promoting the archipelago as a potential logistics hub for the oil-rich Gulf of Guinea region. Irrespective of the ideologically different political systems, local political culture has been characterized by personalistic politics, neo-patrimonial relations, clientelistic networks, corruption and rent-seeking, to the detriment of economic rationality and administrative efficiency. Consequently, a significant share of state resources has been used for redistribution, personal consumption or enrichment rather than for investment and production to sustain economic development (CHABAL, 2002, p. 40). Besides, neo-patrimonial politics have frequently contributed to political instability, which in turn has additionally impaired government performance. Furthermore, the lack of adequately trained personnel in economy and administration has affected the country's organizational and institutional capacities. While this problem was at its worst in the first years after independence, the problem has persisted due to a lack of adequate investments in education and professional training by

² At the time, about 75,000 people.

consecutive governments. This article seeks to analyse São Tomé and Príncipe's political and socioeconomic developments over the last forty years in the light of these conditioning factors.

The road to independence

Besides their size and insularity, colonial history also distinguishes Cabo Verde and São Tomé and Príncipe from the three Portuguese-speaking mainland countries. In the latter, the Portuguese imposed colonial rule on existing autochthonous African societies, while in the hitherto uninhabited archipelagos the colonization by white settlers and African slaves in the second half of the 15th century originated Creole societies, free of ethnic, religious or linguistic divisions. However, in comparison with Cabo Verde, São Tomé's history of plantation economy has resulted in a Creole society that is less homogeneous. Besides the majority of Creoles called Forros, there are minorities of Angolares, descendants of a maroon community stemming from the 16th century, and of former African plantation workers and their offspring, mostly of Cabo Verdean origin³. While these divisions have never developed into separate ethnic identities, there has been a tendency of gradual integration into the majority Creole society.

São Tomé and Príncipe's first nationalist grouping, the CLSTP was formed in 1960 under the leadership of Miguel Trovoada, then a law student in Lisbon. From the beginning, the CLSTP, was divided into two small exiled groups based in Accra (Ghana) and Libreville (Gabon) respectively, was plagued by factionist struggles and personal rivalries. The group in Accra publicly accused Trovoada, who was based in Libreville, of having embezzled foreign funds received for the liberation struggle. Consequently, in 1965 the Accra group dismissed Trovoada from the CLSTP leadership (CEITA, 2012, p. 104). In February 1966 Ghana's military rulers, who had ousted Kwame Nkrumah in a coup, expelled the members of the CLSTP and all other African nationalist groups hosted by the former president. Thereafter, the CLSTP virtually ceased to exist until it was reconstituted in 1972 by nine nationalists as the MLSTP in Santa Isabel (now Malabo, Equatorial Guinea). They elected Manuel Pinto da Costa, a long-time personal friend of Trovoada and East German trained economist, as secretary-general.

³ According to the 2012 Census, Angolares represent 6.6% of the total population of 187,000, while 8.5% are of Cabo Verdean descent. For the complete census data see at www.ine.st

The Portuguese Revolution of April 25th, 1974, took the MLSTP completely by surprise. The group did not return home, but moved the party office to Libreville, since they feared arrest by the Portuguese if they had entered São Tomé from foreign territory. Instead, the MLSTP leaders mobilized a group of Sãotomean students in Portugal to take the lead in the political struggle for total independence in the archipelago. The group called *Associação Cívica pró-MLSTP* successfully organized a wave of strikes, boycotts and manifestations to pressure the Portuguese to grant them full independence. Two native islanders were accidentally killed during the weeks of turmoil, which prompted the about 2,000 Portuguese residents to leave the archipelago⁴. Finally, in September of 1974 the military government in Lisbon recognized the MLSTP as the sole legitimate representation of the people of São Tomé and Príncipe.

During the negotiations on the country's independence in Algiers that took place in November of that year, the Portuguese delegation and the MLSTP reached an agreement on the terms of the decolonization process. As the MLSTP was not legitimized by an armed struggle, the Portuguese imposed elections for a constituent assembly on the eve of independence. The takeover by a transitional government led by the MLSTP was agreed for December 21st, the feast day of St Thomas, and the Independence Day was set to July 12th, 1975, the third anniversary of the foundation of the MLSTP. Almeida Santos, minister of inter-territorial coordination and head of the Portuguese delegation, declared that he was optimistic about the economic prospects of the archipelago that despite its small size possessed a formidable political elite (SEIBERT, 2006, p. 110). Any option other than independence, such as a federation with Portugal as favoured by Portugal's President António de Spínola (March – September 1974) and a group of local civil servants in São Tomé, or a union with Angola, as initially considered by Almeida Santos, were in the end not discussed at all (SEIBERT, 2006, p. 88-120; NASCIMENTO, 2015).

In fact, despite its decline since the cocoa boom in the early 20th century, in 1975 São Tomé's plantation economy was still a considerable economic asset. Therefore, in comparison with drought stricken Cabo Verde, at the time of independence, economically, São Tomé and Príncipe had a better starting condition. However, concerning human resources

⁴ Unlike Angola and Mozambique, São Tomé and Príncipe never was a settler colony. Generally, the Portuguese residents did not settle definitely in the archipelago, but returned to the metropolis once their employment had terminated, either after a couple of years or sometimes several decades.

the case was the opposite, since in Cabo Verde before independence, locals occupied most positions in the administration. In contrast, São Tomé, where senior positions used to be occupied by Portuguese, lacked adequately skilled and experienced individuals to replace the departed Portuguese. The difference in education was a legacy of modern Portuguese colonialism that invested more in schooling in Cabo Verde, whose predominantly mixed race Creole society was considered culturally more akin to the metropolis than the black Creoles of the Gulf of Guinea islands. The case in point is the introduction of secondary education in the two archipelagos. In Cabo Verde this occurred as early as 1866 when a Catholic seminary was founded in São Nicolau, while in São Tomé, the first secondary school was only established in 1952 (OLIVEIRA, 1993, p. 117).

Divisions within São Tomé's political leadership appeared again in March of 1975, before independence, when, during a conflict about the dissolution of the native colonial troops, the comparatively moderate MLSTP leadership under Pinto da Costa and Trovoada, with the support of the Portuguese high commissioner António Pires Veloso, purged the students of the Cívica and other more radically minded nationalists from the MLSTP (SEIBERT, 2006, p. 114). Since independence, factionalist struggles between competing interest groups and personalities, favoured by the personalistic and neo-patrimonial character of local politics, have continued to shape politics in the archipelago. While these disputes have frequently provoked considerable political instability, in São Tomé's small and peaceful Creole society, they have never turned into violent conflicts.

The socialist one-party regime (1975-1990)

After its independence, São Tomé and Príncipe became a socialist one-party state ruled by the MLSTP in constitutional terms, with party leader Pinto da Costa as president and his long-time friend Trovoada as prime minister. The socialist countries of the time were considered natural allies and Cuba in particular was praised as a revolutionary example to be followed. Besides, the MLSTP established close ties with the MPLA regime in Angola, which supplied the archipelago with preferential pricing fuel. The regime's increasing left-turn contributed to new rifts within the regime surfacing soon after independence. In 1977 health minister Carlos Graça, considered a conservative, went into exile abroad to avoid detention. Subsequently, the MLSTP regime claimed to

have discovered several alleged coup attempts to topple President Pinto da Costa. In 1978, Angola sent troops to São Tomé to protect the local regime against a supposed external imperialist threat⁵.

Meanwhile the erstwhile close relationship between Pinto da Costa and Trovoada became increasingly affected by the power struggle within the regime. In April 1979, Pinto da Costa dismissed Trovoada as prime minister. In September of that year, Trovoada was detained under the accusation of complicity in the so-called census riots that had taken place the previous month. During two days, people protested against the MLSTP regime, perceiving the population census as an attempt to oblige the native population that traditionally recused manual labour on the cocoa estates, to work on the nationalized plantations. Trovoada remained in prison without charge or trial until July 1981 when he was allowed to leave for Paris to go into exile (SEIBERT, 2006, p. 147).

At the time, Pinto da Costa had reached the height of his personal power. He was at the same time head of state and government, party leader and commander of the armed forces. While politically his dictatorship had become indisputable, his regime's economic policies had become a complete failure. As early as 1984, Pinto da Costa publicly admitted the severe problems the local economy suffered⁶. With the socialist countries unable to provide adequate support to overcome the crisis, and desperately in search for external aid, the MLSTP regime approached the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank. In exchange for their assistance, the government agreed to liberalize the economy and in 1987 signed an agreement with the IMF on a Structural Adjustment Programme (SEIBERT, 2006, p. 195). The signature revealed the political pragmatism of Pinto da Costa's regime that now no longer believed that Soviet-style socialism was a suitable model for the country's economic development.

The performance of multiparty democracy (since 1991)

The political transition to multiparty rule was largely dominated by the MLSTP. Despite the socialist rhetoric of earlier years, it was a smooth and peaceful process. As the regime opened the country to western support and influences, Portugal was also welcome to strengthen bilateral relations with its former colony. At the same time, to gain an

⁵ Angolan troops remained in São Tomé until 1991.

⁶ *Revolução (São Tomé)*, no. 425, 28 July 1984.

image of a moderate party, the MLSTP opened its ranks to open-minded citizens, while Pinto da Costa invited Carlos Graça to return from exile to give additional credibility to his regime's political reorientation. In 1988, Graça accepted the invitation to become foreign minister. The initial objective of the regime's political reforms had been to allow some extent of political plurality within the framework of the one-party system. In December 1989, the MLSTP organized a National Conference to discuss publicly the country's political reorganization. It was the first National Conference of several others organized in the context of the democratization process in African countries. One month after the fall of the Berlin Wall, domestic policies in São Tomé became increasingly influenced by international political developments. Consequently, the resolutions approved by the National Conference surprisingly recommended the introduction of multiparty democracy and a free market economy. The MLSTP leadership willingly approved the resolutions adopted by the participants (BRANCO; VARELA, 1998, p. 66). Shortly afterwards, during a summit of the five Portuguese-speaking African countries (PALOP) in Praia (Cabo Verde) the leaders of the other four countries fiercely criticized Pinto da Costa for the MLSTP's decision to abandon the one-party regime. However, as early as February 1990, Cabo Verde also announced the introduction of multiparty democracy.

Following the National Conference the archipelago's first organized opposition appeared publicly as the *Grupo de Reflexão*, formed by former activists of the Cívica and dissidents of the MLSTP regime. The country's democratization process, including the adoption of a legal framework, occurred in the course of 1990. In May, Miguel Trovoada returned from exile in France to run for presidency. In August the new democratic constitution based on the Portuguese semi-presidential system was approved by public referendum⁷. Now the prime minister was head of government; however, the president maintained an executive role in the areas of foreign affairs and defence. Besides, the president had the power to dismiss the prime minister and dissolve parliament whenever he wanted. In October 1990, the MLSTP was transformed into a liberal party by adding the designation *Partido Social Democrata* (PSD), the name of Portugal's conservative liberal party, at the time quickly embraced by the MLSTP as the new external

⁷ The Portuguese style of semi-presidential regime was also adopted by Cabo Verde and Guinea-Bissau. However, only Cabo Verde has enjoyed political stability under the system.

patron. Pinto da Costa abandoned the party leadership to run for the presidential elections. In the following month, the *Grupo de Reflexão* was constituted as *Partido de Convergência Democrática* (PCD), which initially also included the followers of Miguel Trovoada. Due to the increasing popular support for Trovoada, Pinto da Costa realized that he would lose the presidential elections. Consequently, in late 1990 he publicly declared his withdrawal from the contest.

Although São Tomé and Príncipe had initialized the democratization process first, due to the slow pace of the process, Cabo Verde became the first African country to hold free elections, on 13 January 1991⁸. The overwhelming electoral victory of the opposition *Movimento para a Democracia* (MpD) in Cabo Verde caused consternation within the MLSTP/PSD. The legislative elections of January 20th confirmed these fears, when the PCD gained an absolute majority of 33 seats in the 55 member National Assembly, while the MLSTP/PSD obtained only 21 seats⁹. In March, Miguel Trovoada was elected unopposed as president. The success of the opposition was due to the failures of a fifteen years of one-party rule and to the unity of the different forces opposed to the MLSTP¹⁰. As in other former socialist African countries, despite the shift away from the Soviet model and the democratization process, the main political protagonists remained largely the same. Political leaders easily adopted and adjusted to the new political order, since what was at stake was power and personality rather than the legitimising political ideology.

Soon after the formation of the PCD government, the relations between the party leadership and President Trovoada (1991–2001) began to worsen. The PCD accused Trovoada of interfering in government affairs, while the president blamed the PCD for wanting to curb his executive powers. In fact, the PCD leaders and Trovoada had not trusted each other since the decolonization process, when the latter had participated in the expulsion of the young leaders of the *Cívica*. As early as 1992, President Trovoada dismissed Prime Minister Daio (PCD), alleging lack of consensus with the government, although the ruling party had an absolute majority in parliament. In the process, five deputies close to Trovoada abandoned the PCD parliamentary group. In late 1992, Trovoada's followers created their own party, the

⁸ Frequently, Benin, where multiparty elections were held on 17 February 1991, erroneously appears as the leader of the democratization process in Africa in the early 1990s.

⁹ *Coligação Democrática de Oposição (CODO)*, another opposition party obtained one seat.

¹⁰ On the 1991 elections see SEIBERT, 2006, p. 219-224.

Acção Democrática Independente (ADI) to strengthen their patron's position within the party's landscape. Constitutionally, the president could not assume the party's leadership, which, in fact Trovoada formally never did, however, everybody considered the ADI his party. The second PCD government was also involved in a continuous power struggle with Trovoada, who after two years dismissed Prime Minister Norberto Costa Alegre and dissolved the National Assembly. The various conflicts were predominantly triggered by disputes over external funds and the distribution of perks (SEIBERT, 2006, p. 250). In the early elections held in October 1994 the MLSTP/PSD won a majority and returned to power, while the ADI and the PCD each obtained fourteen seats, sealing the definitive split within the erstwhile united opposition. Since then the MLSTP/PSD has led the majority of the archipelago's governments. Immediately after his inauguration in September 2001, President Menezes (2001–2011) also created his own party, the *Movimento Democrático Forças da Mudança* (MDFM). Like Trovoada, Menezes never formally assumed the party leadership, but contrary to his predecessor, he never denied that he was the *de facto* party patron.

As it has been already point out, multiparty politics in São Tomé and Príncipe have been marked by political instability provoked by frequently changing governments. From 1991 to 2015 the country has had eighteen different governments headed by fourteen different prime-ministers. None of the governments has ever reached the end of the four-year legislature. The absence of debates of substance, the struggle for access to state resources, and the weight of personal quarrels between principal politicians have contributed to the frequent changes of governments. What is noteworthy, however, is that, while frequently triggered by personal quarrels and disputes over resources and perks, all political conflicts were resolved according to constitutional rules. The existence of four major parties in combination with the existing system of proportional representation has contributed to a situation impeding single party majorities. Consequently, a stable two-party system like in Cabo Verde could not develop. Most governments were coalitions with changing compositions, whereby former political allies have become rivals, while erstwhile adversaries have become partners. The fact that the parties do not differ from each other ideologically has facilitated the formation of changing coalitions.

Three times only has a party succeeded in obtaining an absolute majority in parliament; however, two of these governments headed by

the PCD, in 1991, and the MLSTP/PSD, in 1998, did not reach the end of the legislature either, since they were dismissed by President Trovoada and President Menezes respectively. Due to personal quarrels, the latter dismissed another two prime ministers, Gabriel Costa (independent), in 2002, and Maria das Neves (MLSTP/PSD), in 2004. Frequently, the ambiguous provisions with regard to the executive powers within the semi-presidential regime were blamed for the outbreak of recurrent power struggles between president and government. During the Trovoada presidency, parliament never disposed of a two-thirds majority to readjust the semi-presidential system. Only following the controversial dismissal of Costa in 2002, was a majority in parliament willing to reduce the presidential powers. The constitutional amendments were adopted in early 2003, but only became effective in 2006, after the end of Menezes' first term. Under the new constitution, the president is no longer in charge of foreign affairs and defence. Besides, he can now only dismiss the government or dissolve parliament under certain circumstances and only after consulting the newly created council of state (SEIBERT, 2006, p. 277-278).

Constitutional revision, however, has not brought the expected political stability, for since 2006 the country has had another six different governments, of which three were headed by Patrice Trovoada, son of Miguel Trovoada and since 2001 leader of the ADI. Both in 2008 and 2012 Trovoada was ousted by a motion of no confidence in parliament, first as head of a coalition government and thereafter as leader of a minority government. For political and personal reasons, Patrice Trovoada, a wealthy businessman who made his fortune abroad has always been contested and mistrusted by his political adversaries, who have repeatedly accused him of corruption and running the country as his private property. Interestingly, since the implementation of the constitutional amendments the stage of instability has shifted from the presidency to parliament. Since 2006, parliament has dismissed the prime minister three times, while before the constitutional amendments this happened only once. Finally, in October 2014, Trovoada's ADI surprisingly succeeded in obtaining an absolute majority, the third party to do so since 1991. Unlike the PCD and MLSTP/PSD majority governments before, thanks to the constitutional amendments, the ADI government has a good chance to become the first one ever to reach the end of the legislature in the country's twenty-five-year democratic history. The frequent changes of government have provoked a high turnover of ministers and other senior office-holders, which in turn has

additionally debilitated the already fragile government institutions. In 2014, an IMF report on São Tomé complained that ‘institutions are weak, lack skilled human resources, are poorly managed, and corrupt’ (IMF 2014b, p. 47). Despite consecutive externally financed administrative reforms, these features have persisted and hampered the country’s development since independence.

Since 1990 more than ten new small parties have appeared, but only the four major ones have enjoyed sustainable electoral support and dominated local politics over the last fifteen years. As indicated before, the four parties do not differ in terms of political ideology or opposing programmes, but rather represent competing interest groups struggling for power and access to state resources. The parties have become an integral part of local neo-patrimonial politics (CHABAL, 2002, p. 128). One major difference between the MLSTP/PSD and PCD on the one side and ADI and MDFM on the other is that competitive leadership elections exist in the former two, while the latter two are autocratic parties that were created on the initiative of presidents while in office. Their creation was also a consequence of neo-patrimonial politics, since the presidents used the party as an instrument to secure access to resources and maintain clientelistic networks. The ADI would be unthinkable without its patron Patrice Trovoada, while the MDFM would not be viable without Menezes. However, after his departure from the presidency he lost many of his followers, since he was no longer able to attract political clients. His party might disappear after having lost its only remaining parliamentary seat in the 2014 elections.

Since 1991, human rights are being respected, while legislative and presidential elections have always been held regularly and peacefully. Five times, in 1994, 2002, 2006, 2010 and 2014 legislative elections resulted in a change of government, which is rather unique in African politics. However, repeatedly outgoing ministers have removed office equipment and files to hinder the job of their successors. Election campaigns have been dominated by mutual accusations of corruption, mismanagement and incompetence rather than by political issues of substance. Notwithstanding, unlike in other African countries, there has never been any accusations of vote rigging. Instead, the losing parties and candidates have always recognized their electoral defeat, since in a small society where personal ties frequently supersede different party affiliation, electoral defeat did not necessarily mean total exclusion from patrimonial politics. Electoral defeat reflected

both a sanction against the failures of the government and a means to avoid resources always being controlled by the same faction (CHABAL, 2002, p. 95). For the same reason, except once, in 2006, the party of the incumbent president never won the parliamentary elections.

The presidential elections have been largely dominated by the personal rivalry between Pinto da Costa and the Trovoadas. In 1996 President Miguel Trovoada was re-elected when he defeated Pinto da Costa in the final ballot. In 2001, Menezes, supported by the Trovoadas, won against Pinto da Costa. He was re-elected in 2006 after having beaten his erstwhile mentor Patrice Trovada by a wide margin. Finally, in 2011, twenty years after his departure from the presidency, Pinto da Costa was democratically elected president after winning the run-off against Evaristo Carvalho, the ADI candidate. The country's record of fair elections has been stained by the persistent phenomenon of vote-buying, locally called *banho*, literally meaning bath, which is another feature of venality in local politics. Like other forms of corruption, the same parties that have practiced it have condemned this practice.

The performance of multiparty democracy has also been overshadowed by two bloodless military coups and two police revolts. The four incidents revealed both the fragility of local institutions and the weakness of the government. In August 1995, dissatisfied soldiers assaulted the presidential palace and detained President Trovoada. After one week of negotiations between government and the coup plotters constitutional order was restored and the insurgents were granted amnesty (SEIBERT, 2006, p. 257-269). A second military coup occurred in July 2003, while President Menezes was abroad. The second coup was immediately associated with the archipelago's supposed future oil wealth. Again constitutional order was reinstated after one week of negotiations and the conspirators were pardoned (SEIBERT, 2003). In both cases, the coup plotters were primarily motivated by corporate grievances and had no ambitions to take over political power. The same applies to two consecutive revolts by the Rapid Deployment Police in January of 2006 and October of 2007, whose members claimed the payment of additional subsidies supposedly promised by the government. Curiously, this special unit was trained by Angolan security forces was created after the 2003 coup to prevent future upheaval by the military. Eventually the unit was dissolved after the second revolt, for being a source of instability.

The precarious economy

São Tomé and Príncipe is Africa's smallest economy with a GDP of \$ 337.4 million (2014)¹¹. The country's economic development over the past forty years has been considerably less favorable than the performance of multiparty democracy since 1991. The local economy has been characterized by a narrow export base and excessive dependence on imports. In 2014, total export income covered only 11.1% of import expenditures (AICEP 2015, p. 12). Although cocoa is frequently mentioned as the country's principal export, in fact, for years now tourism has surpassed cocoa as the principal export income earner. In addition, for many years São Tomé and Príncipe has been predominately dependent on foreign assistance. While politically a sovereign state, economically the country has not been viable without considerable inflows of external aid.

As mentioned before, by independence the archipelago's colonial legacy of a plantation economy based on cocoa monoculture was considered an asset that would safeguard economic viability. Maintaining the plantation economy and its transformation into a diversified economy was considered crucial for the country's sustainability as an independent nation. In fact, however, the cocoa sector proved a failure under both the socialist one-party regime and the multiparty democracy. Two consecutive agricultural reforms conceived by foreign experts and implemented by the local government failed. Finally, in the 1990's, the plantation economy ceased to exist. The large state-owned plantations were dismantled and their lands divided into small plots and medium-sized enterprises, which were distributed to former plantation workers and local merchants and politicians respectively¹².

Guided by Soviet-style socialism and the tenets of a planned economy, after independence the MLSTP regime nationalized the Portuguese-owned plantations and regrouped them into fifteen large agricultural enterprises. Denounced as a symbol of colonial oppression, the nationalization of the plantation economy was considered inevitable. The objective was to maintain the plantations to finance the successive diversification of the national economy. In a message in February 1975, the MLSTP leadership announced that 'with cocoa money we shall be able to create hospitals, crèches, schools, and contribute to the establishment

¹¹ World Development Indicators. Available at <<http://data.worldbank.org/country/sao-tome-and-principe>>.

¹² On the land reform project see SEIBERT, 2006, p. 339-354.

of certain industries, which will not have any other objective than to serve the people, and, consequently the workers themselves' (CEITA, 2012, p. 249). Theoretically, this was well thought out, yet in practice, it would become a complete failure due to the regime's incapacity to properly run the plantations. Despite the nationalizations, the nature of cocoa production after 1975 largely remained unchanged. The private Portuguese ownership was transformed into state property, while Portuguese managers were replaced by largely unskilled and inexperienced local staff. The state-owned plantations frequently served individual appropriation by the people in charge rather than state accumulation (SEIBERT, 2002, p. 301). Due to the same shortcomings, newly established public enterprises in other sectors were also doomed to fail and contributed to increasing public debts.

For five years at the beginning of the 20th century, São Tomé and Príncipe even became the world largest cocoa producer in terms of quantity. Since then cocoa has always remained by far the most important export of goods, although production has decreased dramatically over the last hundred years. In 1913 São Tomé's cocoa production reached its peak with a production of 36,500 tons (SILVA, 1958, p. 106). In 1918 the crops were severely hit by a pest of cocoa thrips (*Heliethrips rubrocintus*). Subsequently international cocoa prices dropped sharply, resulting in a drastic decline of cocoa production and a contraction of the planted area. São Tomé's cocoa exports decreased from 26,283 tons in 1921 to only 6,972 tons in 1940. Between 1954 and 1957 cocoa exports recovered from 7,416 tons to 10,562 tons. By 1968, cocoa exports amounted to 11,086 tons, less than a third of the quantity produced in 1913 (RODRIGUES, 1974, p.70). By independence in 1975 the total area planted with cocoa had dwindled from about 72,500 ha in 1913 to less than 25,000 ha. Nevertheless, then cocoa monoculture was still a significant source of income for the local economy.

Due to a lack of adequately trained personnel, mismanagement, corruption and insufficient investment, the MLSTP regime was unable to maintain infrastructure, keep production and productivity of the cocoa sector at pre-independence levels or to maintain the physical infrastructure of the plantations. Besides, the regime was unable to replace the colonial regime of coercive labor by a productive work ethic and incentives for the plantation workers, who were almost exclusively former Angolan and Cabo Verdean contract workers, since the local Creole population used to refuse manual work on the estates. The negative attitude of the local population towards plantation work

did not change after independence, although according to the socialist rhetoric of the time the nationalized plantations were no longer owned by Portuguese colonialists, but by the people. In fact, the country's political elite has never showed any affinity with tropical agriculture either. It is not a coincidence that the country's most prominent plantation owner is an Italian expatriate, who settled in São Tomé in 1995. Generally, the local elite strive for white-collar jobs in the public administration, which since the modern colonial period have enjoyed the highest esteem in the Creole society. Consequently, within a few years after independence the buildings and infrastructure on the plantations became dilapidated, while cocoa production gradually collapsed. By 1984, annual cocoa production had dropped to 3,400 tons, but still represented more than 90% of agricultural exports. As said above, the resulting economic crisis prompted the regime to shift away from the socialist allies and to approach the IMF and the World Bank. The MLSTP regime and the international financial institutions agreed to rehabilitate the cocoa sector by conceding private management contracts to foreign investors, while state ownership of the estates was maintained.

From 1986 to 1990, the management of five state-owned estates was conceded to private foreign companies under renewable contracts with a fixed term of between ten and fifteen years. The remaining ten plantations did not succeed in attracting foreign investors. The management contracts, agricultural inputs and machinery for the five enterprises under rehabilitation were financed by international financial institutions with funds of some \$40 million. The principal objective of the cocoa rehabilitation project was to increase cocoa output in order to assist the country to achieve quick economic recovery. Once again, on paper this was a sensible programme, still, in practice it did not work either. Although overall cocoa production increased to 4,560 tons in 1988, it again dropped to 3,640 in 1990. Due to decreasing cocoa prices on the world market, the initially increased annual production did not result in higher export incomes either.

Following the failure of the cocoa rehabilitation under private management, the World Bank issued a recommendation to São Tomé to dismantle the estates. Soon after the country's democratic transition in 1991 the PCD government initiated a land reform intended to transform the plantation economy into a new agrarian structure dominated by small and medium-sized farmers. The former were mainly former African contract workers and their descendants. The latter were local merchants and politicians mostly without any agricultural expertise. The

project financed by the World Bank aimed at diversifying and increasing food and cash crop production to considerably reduce food imports and increase exports.

Between 1993 and 2003 a total of 43,522 ha were distributed to a total of 8,735 small farmers on a usufruct basis. The average size of their plots was 3.2 ha. For the first time ever, former plantation workers received land rights. Before, only the native islanders were entitled to own private plots of land. Many of the new owners were constrained by several shortcomings including a lack of training, a shortage of tools and credit, and poor access to markets due to deficient transport. One objective of the privatization of agriculture had been to increase the output of cocoa to 8,000-10,000 tons, the production level prior to independence. However, the privatization of agriculture failed to increase cash crop production: cocoa exports stagnated at 3,200 tons in 1996, less than the low 1984 output of 3,400 tons that had prompted the cocoa rehabilitation program. Thereafter cocoa production fluctuated between 3,161 tons in 1999 and 3,820 tons in 2003. Low yields were partly provoked by insect infection of *Heliothrips rubrocinus*, which, due to the government's poor provision of agricultural services had affected almost half of the cocoa crops. In recent years, cocoa exports have varied between 2,413 tons in 2005 and 2,229 tons in 2012. In 2013, cocoa exports stood at 2,617 tons, equivalent to export revenue of \$5.5 million and 92.4% of agricultural exports (SEIBERT, 2014, p. 1014). These figures indicate the complete failure of the land distribution program to boost cocoa production and diversify agricultural exports. Instead, the setback of the agricultural reform further accelerated the rural migration that had begun as a result of the downfall of the plantations after independence. Consequently, the urban population continuously increased from 33% in 1991 to 54.5% in 2001 and to 67% in 2012¹³.

Table 1. Cocoa, annual production in tons 1988-2003 (SEIBERT, 2006, p. 601)

| Year | 1988 | 1990 | 1992 | 1994 | 1996 | 1998 | 2000 | 2002 | 2003 |
|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Quantity | 4,560 | 3,640 | 3,688 | 3,392 | 3,500 | 3,928 | 2,883 | 3,462 | 3,820 |

Table 2. Cocoa, annual exports in tons 2005-2013 (SEIBERT 2014, p. 2014)

| Year | 2005 | 2006 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Quantity | 2,413 | 2,434 | 2,728 | 2,413 | 2,208 | 2,229 | 2,617 |

¹³ See the 2012 Census data available at <www.ine.st>.

The oil debacle

In view of the failure of tropical agriculture and the low pace of tourism development, since the end of the 20th century São Tomé and Príncipe has placed high hopes in the development of offshore oil. Despite the consequences of the oil curse in Angola and other neighbouring oil producers, oil was expected to quickly end mass poverty and turn São Tomé and Príncipe into a wealthy nation¹⁴. The local political elite were enthusiastic, since offshore oil production did not depend on government policies and matched with widespread rent-seeking attitudes. However, after a few years the initial enthusiasm was replaced by increasing frustration due to consecutive failures to discover commercially viable oil in the country's ultra-deep offshore oil blocks.

São Tomé's oil saga began in 1997 when the government signed the first oil agreement with the small and unknown company Environmental Remediation Holding Corporation (ERHC). Initially US-owned, in 2001 the company was taken over by the Nigerian business tycoon Emeka Offor and renamed ERHC Energy. In 1998 and 2001 the government signed two other oil contracts with ExxonMobil and the Norwegian company Petroleum Geo-Services (PGS). Meanwhile, São Tomé and Príncipe had signed treaties with Gabon and Equatorial Guinea on the delimitation of the maritime borders. Similar negotiations with Nigeria failed, since the two governments could not agree on the terms of the demarcations. Consequently, in 2001 they established a Joint Development Zone (JDZ) in the disputed maritime area, which expenditures and profits were divided to the ratio of 60% and 40% between Nigeria and São Tomé and Príncipe. The JDZ was to be managed by an Abuja-based Joint Development Authority (JDA) staffed by personnel from both countries.

From the beginning, the three oil agreements were surrounded by suspicions of irregularities and excessive concessions in favour of ERHC, Mobil and PGS. Consequently, the three contracts were all renegotiated in early 2003. However, experts still considered the second agreement with ERHC Energy excessively generous. In exchange for the support provided for the development of the country's oil sector, ERHC Energy received working interests ranging from 15% to 30% in six blocks of the JDZ. Four of these blocks were exempted from the payment of signature bonuses. In addition, ERHC Energy received

¹⁴ On São Tomé and Príncipe's oil developments in the period from 1997 to 2007 see SEIBERT, 2008, for the period thereafter see SEIBERT, 2013.

interests in the archipelago's Exclusive Economic Zone (EEZ). The renegotiated agreements paved the way for the first licensing round for blocks in the JDZ. The JDA fixed the minimum bid per block at \$30 million.

When the bids were publically opened during a solemn ceremony in São Tomé in October 2003 a wave of enthusiasm grasped the country. The highest bids offered for seven blocks totalled \$ 500 million, then about eight times the country's GDP. Chevron offered the highest bid of \$ 125 million for Block 1, considered the most promising acreage. Finally, however, in April 2004, the JDA only awarded exploration rights for Block 1, while five blocks were put in another auction held in December that year, since the JDA did not trust the financial and technical capacities of many bidding companies. Block 1 was awarded jointly to ChevronTexaco (51%), ExxonMobil (40%) and Dangote Equity Energy Resources – DEER (9%), a company owned by Nigerian business tycoon Aliko Dangote. Block 1 entitled São Tomé to a signature bonus share of \$ 49 million, a considerably amount, but only a quarter of the \$ 200 million share initially expected when the bids were opened.

The outcome of the second licensing round was disappointing, since no major oil company participated and only a bid of \$ 175 million for Block 4 was considerably higher than the previous one of \$ 100 million. The announcement of the five block awards by the JDA in April 2005 provoked fierce accusations of irregularities, which caused a political crisis in São Tomé. Despite the contestations, both governments approved the decisions taken by the JDA. Due to ERHC Energy's bonus-free options São Tomé only received signature bonuses of \$ 28.6 million when the production sharing contracts (PSC) were signed for blocks 2-4 in early 2006. The signature of PSC's for Blocks 5 and 6 was postponed. Only in 2012 a PSC for Block 5 was signed with an Iranian company. Between 2005 and 2009 the ownership of the blocks 2-4 changed when the Swiss company Addax and the Chinese Sinopec acquired the majority shares from the original bidders. Besides, Addax took over ExxonMobil's 40% stake in Block 1.

In 2006, Chevron provoked consternation in São Tomé by announcing that the exploration drillings carried out in JDZ Block 1 had not discovered commercially viable oil in the acreage. In late 2009 Sinopec and Addax, which had been taken over by Sinopec in October that year, started exploration drillings in JDZ blocks 2-4. Finally, in March 2012, the two companies also reported not to have discovered

commercially viable oil. Consequently, still in 2012 Sinopec, its subsidiary Addax, and other investors abandoned the three oil blocks, leaving ERHC Energy as the only stakeholder¹⁵.

In late 2011, the French Total, which meanwhile had acquired Chevron's majority stake in Block 1, triggered renewed expectations by announcing an investment of \$200 million in exploration drillings in 2012. Finally, in September 2013, Total provoked a shock in São Tomé when it decided to abandon Block 1 arguing that the hydrocarbon reserves discovered were too limited to justify further investments. Subsequently, Addax also withdrew from Block 1, leaving DEER as the only remaining investor. During a debate in the Nigerian parliament in March 2014 the JDZ was blamed for being a loss-making enterprise, and the possibility of revoking the treaty signed with São Tomé in 2001 was discussed. To create at least a glimmer of new hope, in June 2015, the JDA signed a new PSC for Block 1 with two Nigerian companies to replace the 91% of shares returned by Total and Addax. Despite the JDA's affirmations about the deployment of non-conventional technology to speed up the block's development, it seems unlikely that oil production will start any time soon. From 2001 to 2014 the JDZ has generated a revenue of \$303 million, of which \$272 million as signature bonuses. However, in the same period, the operation costs of the JDA were \$129 million (43% of total revenue). Although the JDA has not organized any licensing round since 2004, it has maintained an annual budget of about \$12 million, equivalent to 8% of São Tomé's state budget. Since 2008 São Tomé has not paid its 40% share of the JDA's expensive operation costs resulting in a \$27 million bilateral debt with Nigeria (PRINCEWATERHOUSECOOPERS, 2015, p. 17).

Developments of the country's EEZ have not been promising either. The first licensing round for seven out of nineteen EEZ blocks held after consecutive delays in 2010 proved to be a failure, since only six third-tier companies submitted bids. In the end, only one block was awarded to a Nigerian company for a signature bonus of \$2 million. By February 2016 PSCs for another five blocks had been signed with different oil companies in exchange for signature bonuses of \$9.5 million. So far, no exploration drillings have been carried out in any EEZ block. In view of falling oil prices the prospects for both JDZ and EEZ have become increasingly uncertain for the near future. Oddly, despite the absence

¹⁵ Due to its controversial preferential rights the Nigerian company owns working interests in Block 2 (22%), Block 3 (10%), and Block 4 (19.5%).

of any oil production, since 1999 São Tomé has had fifteen different oil ministers.

Regardless of the consecutive setbacks in São Tomé's oil sector, international financial institutions have always maintained optimistic economic growth forecasts. In 2006 an IMF economist expected annual oil revenues to start with \$26 million in 2012, reaching a peak of \$396 million in 2015 and gradually declining thereafter (SEGURA, 2006, p. 20). In a report published in 2012, the African Development Bank (AfDB) asserted that 'A key event in STP's recent history was the discovery of commercially exploitable offshore oil reserves... large-scale oil production is expected to start as of 2016' (AFDB, 2012, p. vii). Based on such erroneous oil production forecasts, in October of the same year, the US online business news site Business Insider even predicted São Tomé and Príncipe as the world's fastest-growing economy over the period from 2013 to 2017¹⁶. As recent as in July 2013 the IMF predicted GDP growth to jump from 5.5% in 2014 to 38.7% in 2015 (IMF, 2013, p. 15). However, the consecutive exits of Chevron, Addax, Sinopec and Total from the JDZ have revealed such optimistic growth projections as sheer wishful thinking. In fact, it can no longer be taken for granted that São Tomé and Príncipe will become an oil producer in the near future at all. Finally, in a report released in January 2014, the IMF recognized that 'Total's withdrawal has diminished oil prospects for the foreseeable future' (IMF, 2014a, p. 24).

São Tomé's oil prospects have entailed ideas to capitalize on its geographic location by transforming the archipelago into a logistics hub for the entire Gulf of Guinea region. In 1997 the government and a South African company signed an agreement on the construction of a large free-trade zone in Príncipe. However, as early as 2000 the company was forced to abandon the project due to a lack of investor interest. In 2008 a French shipping group reached an agreement with the government to construct a large deep-sea container port in São Tomé. The project has never got off the ground either, since both parties failed to raise the necessary funds. In October 2015, the government entered into another agreement on the construction of a deep-sea port with a Chinese company. As the company has agreed to only finance \$120 million of total investments of \$800 million, it is highly uncertain if São Tomé will be able to obtain the

¹⁶ See at <<http://www.businessinsider.com/worlds-fastest-economies-2012-10?op=1>>

remainder¹⁷. In any event, it seems more likely that the country will remain highly dependent on foreign aid, which for a long time has financed some 90% of the country's annual national budget, currently about \$ 150 million.

Table 3. São Tomé e Príncipe: Official Development Aid (ODA) conceded by members of DAC/OECD, annual average/annual amount in millions of US\$ (2012 exchange rates)

| 1980-89 | 1990-99 | 2000-09 | 2010-13 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---------|---------|---------|---------|------|------|------|
| 34 | 71 | 45 | 54 | 69 | 49 | 51 |

SOURCE: OECD <<http://www.oecd.org/countries/saotomeandprincipe/aid-at-a-glance.htm>>.

Table 4. São Tomé and Príncipe: ODA received, per capita in US\$

| 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 144 | 313 | 281 | 176 | 277 | 395 | 259 | 268 |

SOURCE: World Bank <<http://data.worldbank.org/indicator/DI.ODA.ODAT.PC.ZS>>.

Despite considerable flows of foreign aid in per capita terms and the adoption of a National Poverty Reduction Strategy in 2002, between 2000 and 2010 the part of the population living in poverty decreased only slightly, from 53.8% to 49.6% (IMF 2014b, 20). The decay of the plantations and the consecutive failures of agricultural development have contributed significantly to this scenario. Due to rural migration, urban poverty increased, while the share of the population engaged in agriculture has dropped accordingly. Urban poverty went up from 39.3% in 2000 to 52% in 2010 (IMF 2014b, 20). In 2012 the primary sector employed 24.2% of the population (30.2% in 2001), the secondary sector 17.0% (16.7%) and the tertiary sector 52.1% (53.1%). Officially, the unemployment rate was 13.6% (14.5% in 2001); however, a large section of the active population has been self-employed in the informal economy, mostly in precarious conditions¹⁸. Poverty and unemployment have triggered an increase in emigration abroad, particularly to Portugal, but also to Gabon and Angola. Between 1986 and 2006 the Sãotomean immigrant community in Portugal increased from 1,583 to an estimated 15,000-20,000 people (NASCIMENTO, 2008, p. 58).

¹⁷ China Harbor Engineering will co-finance and build deep-water port in São Tomé. MacaHub, 13 October 2015. <<http://www.macaHub.com.mo>>.

¹⁸ Instituto Nacional de Estatística, <www.ine.st>.

In recent years São Tomé has successfully diversified the countries of origin of foreign aid. In 1997, President Miguel Trovoada established diplomatic relations with Taipei in exchange for development assistance of annually \$15 million. The decision was solely motivated by Taipei's checkbook diplomacy rather than based on any genuine political considerations. In return, Beijing broke off the bilateral relations with São Tomé established in 1975. Since then Taiwan has always been one of the country's most important bilateral providers of development aid. Currently, São Tomé and Príncipe is one of only three African countries that maintain diplomatic relations with Taiwan. In late 2013, following the reestablishment of commercial relations, China opened a trade mission in São Tomé. The Taiwanese got worried, but São Tomé's government denied any intentions of restoring full diplomatic relations with China and repeatedly assured Taiwan of their intention to maintain bilateral ties. Other so-called non-traditional bilateral aid providers have been Angola, Nigeria, Equatorial Guinea, Gabon, Congo-Brazzaville, Morocco, and India. Meanwhile, Angola has surpassed Portugal as São Tomé's principal bilateral creditor (IMF 2015).

Several donors provide direct budget support, either as grants or loans. Despite the intervention of many different aid providers, the government does not run any central agency to coordinate the inflow of development assistance. For São Tomé the priority is the multiplicity of aid flows, not necessarily their efficiency, since they provide income opportunities. Neo-patrimonial politics and rent-seeking practices are thriving largely on external resources, while many donors are privileging their own bilateral interests.

Conclusion

The 2015 Mo Ibrahim Index of African Governance placed São Tomé and Príncipe 13th out of 54 countries. This favourable position has largely been owed to safety, human rights, and human development indicators, while the country's economic scores are much less favourable (IMF 2015). It is undisputed that since the introduction of multiparty democracy the country has enjoyed civil and political rights. Legislative and presidential elections have been held regularly and five times the government has changed through the ballot box. However, democracy has not entailed potent governments, a sound economic policy, a more efficient administration or a flourishing market economy. Rather multiparty democracy has interacted with local political

culture marked by neo-patrimonial politics and resource competition that contributed to political instability provoked by frequent changes of government. The resulting high turnover of ministers and senior office-holders has significantly affected government performance by frequent changes of priorities and interruption of previous projects. In addition, the execution of projects and programmes has been affected by weak institutional capacities due to a lack of adequately skilled human resources and a bureaucratic culture characterized by inefficiency, mismanagement, sluggishness and widespread corruption.

Undoubtedly, these features have contributed to the poor performance of the local economy, which in turn has perpetuated high levels of poverty. The plantation economy once considered a valuable asset, has been dismantled due to its unviability. Consecutive reform programmes conceived by foreign consultants have neither succeeded in rising cocoa outputs nor in diversifying agricultural exports. Tourism has performed relatively better, but the sector's growth has lagged considerably behind government targets. While other alternative growth sectors have not materialized at all, in the 1990s suddenly oil appeared as a panacea for the country's economic problems. So far, however, oil development has been another failure, since several exploration drillings carried out between 2006 and 2012 did not discover commercially viable oil resources. The difference with other sectors of the economy is that the oil debacle has been completely unrelated to local policy constraints. Anyway, as a result of consecutive economic failures, for the time being, forty years after independence, São Tomé and Príncipe's economic viability will continue to depend almost entirely on foreign donors.

References

- BRANCO, Rafael; VARELA, Afonso. *Os Caminhos da Democracia*. Amadora: self-publishing, 1998.
- CEITA, João Guadalupe Viegas de. *Memórias e Sonhos Perdidos de um Combatente pela Libertação de São Tomé e Príncipe*. São Tomé: author's own edition, 2012.
- CHABAL, Patrick et al. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 2002.
- LAINS, Helder Silva e. *São Tomé e Príncipe e a Cultura do Café*. Lisbon: Junta de Investigação do Ultramar, 1958.
- NASCIMENTO, Augusto. *Atlas da Lusofonia*. São Tomé e Príncipe. Lisbon: Prefácio, 2008.

_____. A inelutável independência ou os (in)esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe. In: ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires (Orgs.). *O Adeus ao Império. 40 Anos de Descolonização Portuguesa*. Lisbon: Vega, 2015. p. 175-190.

OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa. *A Economia de S. Tomé e Príncipe*. Lisbon: Instituto para a Cooperação Económica & Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993.

PRINCE WATERHOUSE COOPERS & ASSOCIATES. São Tomé and Príncipe Second EITI Report 2014. Lisbon, 2015.

ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires (Orgs.). *O Adeus ao Império. 40 Anos de Descolonização Portuguesa*. Lisbon: Vega, 2015.

RODRIGUES, Francisco Manuel Carvalho. *S. Tomé e Príncipe sob o ponto de vista agrícola*. Lisbon: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.

SEGURA, Alonso. *Management of Oil Wealth Under the Permanent Income Hypothesis: The Case of São Tomé and Príncipe*. IMF Working Paper 183. Washington DC, 2006.

SEIBERT, Gerhard. São Tomé e Príncipe. In: CHABAL, Patrick et al. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 2002. p. 291-315.

_____. The Bloodless Coup of July 16 in São Tomé e Príncipe. *LUSOTOPIE. Enjeux contemporains dans les espaces lusophones*. Paris: Karthala, 2003. p. 245-260.

_____. *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*. Leiden & Boston: Brill, 2006.

_____. São Tomé and Príncipe: The Troubles of Oil in an Aid-Dependent Micro-State. In: OMEJE, Kenneth (Ed.). *Extractive Economies and Conflicts in the Global South: Multi-regional Perspectives on Rentier Politics*. Aldershot: Ashgate, 2008. p. 119-134.

_____. São Tomé and Príncipe: The End of the Oil Dream? *IPRIS Viewpoints*, n. 134, Lisbon, 2013.

_____. São Tomé and Príncipe. In: *Africa South of the Sahara 2015*. London: Routledge, 2014. 1006-1025.

Fontes

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP (AFDB). *Democratic Republic of São Tomé and Príncipe. Country Strategy Paper 2012-2016*, 2012.

AICEP PORTUGAL GLOBAL, *São Tomé e Príncipe. Ficha de Mercado*. Lisbon, 2015.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). *Democratic Republic of São Tomé and Príncipe Country Report 13/208*. Washington DC, 2013.

_____. *Democratic Republic of São Tomé and Príncipe Country Report 14/2*. Washington DC, 2014a.

_____. *Democratic Republic of São Tomé and Príncipe. National Poverty Reduction Strategy Paper II, 2012-2016. Country Report 14/9*. Washington DC, 2014b.

_____. *Democratic Republic of São Tomé and Príncipe. Country Report 15/196*. Washington DC, 2015.

Received: December 12, 2015

Accepted: March 10, 2016

Author/Autor:

GERHARD SEIBERT <gerhardseibert@unilab.edu.br>

- Graduated in Cultural Anthropology from Utrecht University, Netherlands, in 1991, and earned a Ph.D. in Social Sciences at Leiden University, Netherlands, in 1999. Until 2008 he was a post-doctorate scholar at the *Instituto de Investigação Científica Tropical* (IICT), Lisbon, Portugal. From 2008-2014 he was a researcher at the *Centro de Estudos Africanos / ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa* (CEA / ISCTE-IUL). Since 2014 he has been an associate professor at the *Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira* (UNILAB), Campus São Francisco do Conde, Bahia, Brazil. He has conducted researches in Mozambique, Cabo Verde, São Tomé and Príncipe and on Brazil – Africa relations. He is the author of *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe* (Leiden: Brill 2006).
- Graduou-se em Antropologia Cultural na Universidade de Utreque, Holanda, em 1991. De 1992 a 1999 esteve ligado à Universidade de Leiden, Holanda, onde se doutorou em Ciências Sociais. Depois do doutoramento até 2008 foi bolsista de pós-doutoramento da FCT no Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) em Lisboa. De 2008 a 2014 foi pesquisador no ex-Centro de Estudos Africanos (CEA) / ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Desde 2014 é professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus São Francisco do Conde, Bahia, Brasil. Tem desenvolvido projetos de pesquisa em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e sobre as relações Brasil-África. É autor do livro *Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe* (Lisboa: Vega 2001).

RESENHA

A descolonização portuguesa e as batalhas da memória

Portuguese decolonization and the battles of memory

La descolonización portuguesa y las batallas de la memoria

Maria Inácia Rezola*

RESENHA DE:

ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires (Org.). *O Adeus ao Império – 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015.

A independência de Angola é, provavelmente, um dos mais complexos processos da descolonização portuguesa. As palavras proferidas pelo alto-comissário Leonel Cardoso, na cerimónia de transferência de soberania, realizada em Luanda a 10 de Novembro de 1975, são paradigmáticas a este respeito:

Portugal nunca pôs, nem poderia pôr em causa a data histórica de 11 de Novembro, fixada para a independência de Angola, que não lhe compete outorgar, mas simplesmente declarar. Nestes termos, em nome do Presidente da República Portuguesa, proclamo solenemente – com efeito a partir das 0 horas do dia 11 de Novembro de 1975 – a independência de Angola e a sua plena soberania, radicada no Povo Angolano, a quem pertence decidir as formas do seu exercício (cit. in: RIBEIRO, 2007, p. 385).

*Professora Adjunta na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL). <irezola@escs.ipl.pt>

No dia seguinte, já sem a presença de qualquer representante português, os três principais movimentos de libertação angolanos fazem autonomamente as suas proclamações de independência em diferentes pontos do país (Luanda, Ambriz e Nova Lisboa/Huambo), deixando patente que, num país mergulhado já numa guerra civil, a solução encontrada estava longe de ser consensual.

O momento esteve envolvido em grande controvérsia mesmo em Lisboa. De acordo com a posição dominante na Comissão Nacional de Descolonização e no VI Governo Provisório, eram três as hipóteses que se colocavam a este respeito: o reconhecimento do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) como único representante do povo de Angola; o reconhecimento de um governo de unidade nacional, constituído por entidades não directamente ligadas aos movimentos de libertação; a entrega da soberania ao povo angolano. As duas primeiras possibilidades foram descartadas, com base na violação dos acordos do Alvor ou pelo seu manifesto utopismo. Após hesitações de última hora, a opção recaí sobre a terceira hipótese e só a 22 de Fevereiro de 1976 Portugal viria a reconhecer o governo da República Popular de Angola, sendo o 82º país a fazê-lo. As relações entre os dois estados não começavam da melhor forma, fato que ensombrará durante décadas o seu relacionamento.

Quarenta anos passados sobre estes acontecimentos, a imensa atividade editorial acerca dos processos de descolonização portugueses deixa patente que este continua a ser um tema fraturante e que ainda existem feridas na memória colectiva, ou pelo menos em setores da sociedade portuguesa, sobre o fim do então designado império ultramarino. O inquisitorial dedo que pende sobre as cabeças de alguns dos dirigentes político-militares dos anos de 1974-1975 – Costa Gomes, Vítor Crespo, Rosa Coutinho e Melo Antunes –, que domina a capa do livro *Acusamos! A descolonização* (Lisboa, Edição Literal e jornal *O Retornado*, 1976), permanece em riste, alimentando uma literatura que assume um tom polémico e acusatório.

Conscientes das dificuldades em desenvolver um debate sereno sobre o passado colonial e a forma como se procedeu à descolonização, três autores de referência da história contemporânea portuguesa – Fernando Rosas, Mário Machaqueiro, Pedro Aires Oliveira –, congregaram esforços para trazer ao público uma obra colectiva que se propõe, sem qualquer pretensão em esgotar o assunto, revelar trabalhos académicos sobre o tema, numa perspectiva de divulgação.

Sob o sugestivo título *O Adeus ao Império*, numa cuidada edição da Nova Vega, o livro reúne um conjunto de 13 ensaios de especialistas nacionais, africanos e anglo-saxónicos, que nos apresentam, numa óptica transversal e, na maior parte dos casos, inovadora, os aspectos mais significativos da descolonização portuguesa. Ainda que, em nosso entender, alguns desses estudos pequem por não mencionar obras de referência que já existem sobre a temática e o período em apreço, e, ainda, pela compreensível necessidade de síntese que um livro deste tipo pressupõe¹, trata-se de uma obra equilibrada e de grande qualidade.

A par dos expectáveis capítulos dedicados aos processos de descolonização da Guiné (a cargo de António E. Duarte Silva, com importantes dados sobre o destino dos antigos combatentes guineenses que tinham integrado as Forças Armadas Portuguesas), Cabo Verde (da responsabilidade de Ângela Benoliel Coutinho), Moçambique (de Amélia Neves de Souto), Angola (Fernando Tavares Pimenta), São Tomé e Príncipe (Augusto Nascimento) e Timor (Fernando Augusto de Figueiredo), este livro apresenta também uma reflexão sobre “retorno e recomeços” (de Marta Rosales), as visões sobre o fim do império (Bruno Cardoso Reis) ou a descolonização portuguesa no “puzzle internacional” (Pedro Aires Oliveira). Segundo Pedro Oliveira, ainda que o fim do colonialismo português se deva essencialmente a fatores endógenos, é “indiscutível que várias dinâmicas internacionais, ou até mesmo transnacionais, contribuíram para que atores influentes na política e na sociedade portuguesa tomassem consciência dos riscos inerentes a uma resistência cega à descolonização” (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 75)

A memória da descolonização não foi esquecida, uma memória “em conflito”, segundo Mário Machaqueiro, sobre a qual, alerta, ainda subsistem muitas interrogações. Partindo da ideia comumente aceita de que “os discursos da memória histórica são discursos de legitimação”, o autor arrisca apresentar uma tipologia das correntes da construção da memória da descolonização portuguesa, baseando-se sobretudo no registo testemunhal dos protagonistas do processo mas não descurando outras fontes (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 233). Um exercício importante, abrindo novas perspectivas sobre a questão,

¹ Veja-se, a título de exemplo, o caso do capítulo dedicado às “Visões das forças políticas portuguesas sobre o fim do império” em que o autor prescindiu de referenciar algumas obras já existentes sobre o período em análise ou sobre algumas das figuras que menciona no texto, como, por exemplo, António de Spínola (cf. Rodrigues, Luis Nuno, *Spínola*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010).

que lhe permite concluir que “a recente erupção de memórias de África corresponde, afinal, ao retorno do recalcado na nossa sociedade” deixando patente uma “outra face da nostalgia por uma África colonial” e “o trauma da perda” (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 245)

Da autoria de Fernando Rosas, o primeiro capítulo da obra, reveste-se de particular importância ao desmitificar a ideia de que o anticolonialismo foi, desde cedo, uma bandeira das oposições, deixando patente a ambiguidade de algumas das posições assumidas pelos antifascistas portugueses neste domínio. O mote está dado para a desconstrução de outros mitos que, ao longo das últimas décadas, têm dominado a literatura sobre a descolonização.

Malyn Newitt, por exemplo, empenha-se em desconstruir a ideia de que a luta pela independência se circunscreveu a alguns movimentos singulares e decorreu sob o signo da unidade. No caso de Angola, o autor chama a atenção para o fato de em 1960, existirem pelo “menos de 58 organizações nacionalistas angolanas ativas em Leopoldville, atual Kinshasa” (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 27). No seu balanço militar nos três teatros de operações, Norrie MacQueen polemiza sobre se houve uma ou várias guerras coloniais, destacando o “equivoco enganador” dos que afirmam ter existido um único “equilíbrio de forças” em África em 1974. Recuperando uma ideia já enfatizada por outros autores, recorda que “foi a política – nacional e internacional – e não a capacidade militar que determinou o curso dos acontecimentos” (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 57)

Finalmente, uma referência à “inelutável independência ou os (in) esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe”, da autoria de Augusto Nascimento, provavelmente um dos capítulos mais inovadores da obra, colocando em evidencia como a descolonização “chegou inesperadamente para o comum dos são-tomenses”. Segundo o autor, “a pressupor-se acriticamente a irradiação de sentimentos e de ideias independentistas nas ilhas, coarcta-se a compreensão, não só do que se passou entre 25 de Abril de 1974 e 12 de Julho de 1975, como também da construção do país” (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 175)

No seu *Portugal em Transe*, José Medeiros Ferreira observava que “escrever sobre a descolonização é operar num domínio ainda sacralizado da história nacional” (FERREIRA, 1994, p. 53). Da mesma forma, na introdução desta obra que agora vem a lume, Fernando Rosas, Mário Machaqueiro, Pedro Aires Oliveira interrogam-se se, 40 anos

volvidos sobre os acontecimentos, a história conseguiu estabelecer um quadro interpretativo que permita um debate sereno sobre o fim do ciclo imperial português, observando que “talvez ainda não tenhamos chegado a esse ponto” (ROSAS, MACHAQUEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 11). Partilhando desta posição, não podemos deixar de destacar o importante contributo deste livro para a compreensão da descolonização portuguesa e do Portugal contemporâneo.

Referencias

Acusamos! A descolonização. Lisboa: Edição Literal e jornal *O Retornado*, 1976.

FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em Transe*. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1994. Vol. 8.

RIBEIRO, General Gonçalves, *A vertigem da Descolonização*. Da agonia do exódo à cidadania plena. Lisboa: Inquérito, 2007.

RODRIGUES, Luis Nuno, *Spínola*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

ROSAS, Fernando; MACHAQUEIRO, Mário; OLIVEIRA, Pedro Aires (Org.). *O Adeus ao Império – 40 anos de descolonização portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015.

Recebido: 10 de fevereiro de 2016

Aprovado: 23 de março de 2016

Autora/Author:

MARIA INÁCIA REZOLA <irezola@escs.ipl.pt>

- Professora Adjunta na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL) e investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC-FCSH/UNL). Doutorada em História Institucional e Política Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa, com a tese *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)* (Campo da Comunicação, 2006). Tem vários livros e artigos publicados na área da História Contemporânea, incidindo sobretudo sobre as transições democráticas (o 25 de Abril e a revolução portuguesa; a justiça de transição; etc.) e as ditaduras.
- Associate professor at the School for Media and Communication (ESCS-IPL) and Researcher at the Institute of Contemporary History (IHC-FCSH/UNL), at the Universidade Nova de Lisboa. She holds a PhD in Contemporary Political History from Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) with a thesis entitled *O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)* (Campo da Comunicação, 2006). She is the author of several scientific papers and books on Contemporary History and her work focus mainly on Democratic Transitions (the Portuguese Revolution; Transitional Justice; etc.) and Authoritarian Regimes.

ENTREVISTA

A historiografia de David Birmingham

David Birmingham's Historiography

La Historiografia de David Birmingham

Alexsander Gebara*

David Birmingham nasceu na Inglaterra em 1938, estudou em escola francesa na Suíça no pós-guerra, trabalhou como assistente social na Alemanha dos anos 50, formou-se em História, em Gana, nesta mesma década. Posteriormente, durante seu doutoramento na Universidade de Londres, trabalhou com arquivos coloniais portugueses sobre Angola no início do período moderno. Além de sua tese, *Trade and conflict in Angola: the mbundu and their neighbors under the influence of the Portuguese, 1483-1790*, publicou outros vinte livros no decorrer dos cinquenta anos que se seguiram. Em conjunto com Phyllis Martin publicou *History of Central Africa*, em três volumes, com grandes contribuições sobre Angola e Moçambique. Merecem destaque ainda outros dois volumes de ensaios, chamados de *Portugal and Africa* e *Empire in Africa: Angola and its neighbours*. Ele também escreveu sobre a história de Portugal, publicado em cinco línguas pela editora Cambridge, e uma história dos primórdios do comércio atlântico, *Trade and Empire in the Atlantic*. Sua carreira docente é dividida em duas partes, uma na London School of Oriental and African Studies e outra na University of Kent, mas foi também professor visitante na China, Califórnia, Tanzânia, Congo e Camarões.

Sua primeira experiência docente foi como *lecturer* na disciplina de História da América Latina, em Gana e possui uma vasta produção sobre história da África portuguesa, em especial sobre Angola, tendo sido pioneiro neste tema em língua inglesa com a publicação em 1966 de sua

*Professor de História da África no departamento de História da Universidade Federal Fluminense.
<algebara@gmail.com>

já mencionada tese de doutorado na importante e fundadora coleção de estudos africanos de Oxford. Esta série abriu espaço para uma vigorosa historiografia africana e africanista preocupada então com a reflexão sobre o passado africano antes da colonização europeia, como forma de valorizar a história do continente e com a construção de narrativas fundadoras de identidades nacionais dos países recém independentes ou em luta pela independência.

A amplitude temática e temporal de sua produção, bem como a constante vinculação à esta área de estudos ao longo das últimas décadas, orientando diversos trabalhos, participando de produções coletivas como os volumes da História da África da Unesco e de Cambridge, fazem dele, certamente, uma das maiores referências no campo. De seus estudos sobre as formações políticas africanas na época moderna e contemporânea, caminhou para pesquisas sobre o período colonial propriamente dito e finalmente sobre Angola independente mostrando-se um historiador completo e profundo conhecedor da história tanto do envolvimento português com o continente africano quanto da história das formações políticas, das economias e das sociedades africanas propriamente ditas.

Assim, D. Birmingham foi um intelectual ativo durante décadas de grande transformação para o continente africano tanto nas conjunturas históricas (das independências até a construção e consolidação dos estados nacionais no continente africano), quanto nas tendências historiográficas (do período das historiografias nacionalistas ao das críticas pós coloniais), mantendo sempre as características marcantes de capacidade de síntese e profundidade de suas análises estruturais.

Com esta longa trajetória, publicou recentemente um livro de divulgação sobre a história de Angola, intitulado *A short History of Modern Angola* que embora esteja fortemente ancorado em sua grande erudição, em fontes diversas e nas mais recentes produções sobre o tema, apresenta uma narrativa concisa e clara, tornando a leitura um grande prazer tanto para o leigo como para o especialista.

Desta forma, uma entrevista com ele parece extremamente significativa dentro dos objetivos deste dossiê da *Revista de Estudos Ibero Americanos*, sobre os 40 anos de independência das ex-colônias portuguesas na África.

David recebeu-me muito gentilmente em sua casa em Canterbury e conversamos durante algumas horas sobre diversos temas, mas especialmente a respeito de sua relação com a historiografia da África lusófona. O resultado, em parte, é transcrito a seguir.

- **Gebara:** Uma das coisas que chamam a atenção sobre o seu trabalho é o grande escopo temporal abarcado, uma vez que você publicou desde trabalhos sobre o período entre os séculos XVI e XVIII até temas referentes ao colonialismo e mesmo sobre Angola independente. Como você explica esta característica?
- **David Birmingham:** Bom, a primeira pesquisa foi para fazer o doutorado, utilizei os arquivos de Angola, os arquivos ultramarinos de Lisboa e também os arquivos missionários, sobretudo os capuchinhos que foram da Itália para Angola no século XVII. Então, depois de terminar o doutorado, há cinquenta anos eu publiquei um pequeno livro sobre Angola no século XVI, XVII e XVIII. E anos depois, uma vez tendo acabado este trabalho, percebi que precisava pensar sobre o século XIX e XX. Então, havia vários documentos acumulados durante esses cinquenta anos indo para Angola e viajando no território, visitei, todas as províncias de Angola, só não visitei o Cuando-Cubango no sudeste. Todas as outras eu visitei. Então, pensei, em escrever alguma coisa sobre a história recente desses territórios. Inclusive sobre o que se passou, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1980, com guerras infinitas em Angola entre os colonizadores e os nacionalistas, e depois as guerras civis, que foram guerras de diferentes grupos sociológicos de Angola, grupos regionais, em parte, imprecisamente, grupos étnicos, mas vamos colocar assim: grupos modernos angolanos que tiveram uma perspectiva diferente, grupos do norte, grupos da cidade, grupos do planalto, cada um com uma agenda política bastante diferente, e num período de conflito severo em Angola, e com uma participação importante também dos vizinhos, dos sul-africanos que fizeram também a sua política ao norte da fronteira e os congoleses que fizeram uma política ao sul da sua fronteira ao norte de Angola. Então, havia uma penetração de exércitos dos vizinhos que fizeram de Angola uma situação bastante grave, com muitas pessoas deslocadas, muitos tiveram que descer do planalto para a costa. A situação das vilas na costa era mais segura com possibilidades de fornecimento de comida vinda de fora, quando a situação dos camponeses era bastante grave.
- Sua relação com os estudos africanos começou diretamente com as pesquisas sobre Angola ou já havia um interesse anterior sobre temáticas da história africana? Enfim, como se deu seu envolvimento inicial com o continente?
- Há muito tempo meu pai foi professor na costa ocidental da África. Era professor de economia política na Universidade da Costa do Ouro, atual Gana, e depois de terminar meus estudos numa escola da

Suíça fui visitar meu pai na África e gostei muito da África. Então, depois de fazer o serviço nacional¹ voltei para África para seguir meus estudos de bacharel na Universidade de Gana e nesta época era normal para estudantes fazer trabalho de tradução do latim para inglês. Uma vez que não havia documentos em Latim para costa ocidental, decidi fazer a tradução de documentos portugueses. Fui então para Coimbra num curso de férias de seis semanas para aprender português para ler os documentos, que era o que precisava para concluir meus estudos então. Depois eu obtive uma bolsa para estudar os arquivos coloniais de Portugal, minha licenciatura foi sobre a história da África.

- Gostaria de perguntar sobre o ambiente acadêmico desta época na Inglaterra. Sabemos que ao menos desde a década de 1950 desenvolveu-se uma tradição de estudos sobre diversas regiões do continente africano, em especial as que tinham uma experiência colonial vinculada à Grã-Bretanha. Você poderia falar um pouco deste ambiente de estudos africanos anglófonos e das relações com sua trajetória pessoal? E talvez do início dos estudos Africanos em termos gerais?
- Sim, sim. Começou já no fim dos anos 40, quando a Universidade de Londres criou algumas universidades coloniais. Assim, nos anos 40 quando se pensava já na Inglaterra, ainda não na França ou em outros lugares, numa futura independência para as colônias inglesas, fizeram duas ou três Universidades coloniais, uma na Costa no Ouro, outra na Nigéria e outra em Uganda, e lá começaram a oferecer aulas de história da África e ao mesmo tempo havia alguns africanos que vieram para Londres para fazer o doutoramento sobre África ocidental, mais tarde sobre oriental, mas sobretudo ocidental, e depois quando acabei meu doutoramento em Londres, voltei para África ocidental para ensinar dois anos lá e depois me convidaram para voltar para Londres. Desde o início da década de 1960 temos uma licenciatura de história da África na Universidade de Londres. Na mesma altura começava a se ensinar história de África nos Estados Unidos, então, os grupos anglofônicos passaram a oferecer disciplinas de História da África. Um pouco mais tarde começaram também os franceses, a fazerem a mesma coisa, uma Universidade se formou em Dakar no Senegal, nos anos 50. Na Bélgica ainda um pouco depois, mas criou-se uma Universidade em Kinshasa

¹ O serviço nacional na Grã Bretanha era obrigatório, entretanto, não necessariamente militar. D. Birmingham disse que “como opositor consciente do serviço militar, servi em cargo civil, nas áreas de agricultura, saúde e assistência social”.

onde também se começaram a fazer estudos sobre história da África. Nos anos sessenta sobretudo, começou a se fazer isso, e depois houve uma explosão de estudos na África toda, com a abertura talvez de trinta ou quarenta Universidades no continente africano. Posteriormente a UNESCO começou a fazer uma história da África com 8 volumes, a maioria dos contribuintes eram africanos, havia uma parte de fora, eu mesmo contribui, escrevendo capítulos sobre a história da África. Mas sobretudo, reunia a nova geração de historiadores da Nigéria, do Quênia, e também do norte, do Egito também. Eu escrevi as partes sobre a história da África lusófona. Conhecia muito bem Angola e um pouco de Moçambique também. E a ideia era fazer uma história da África de dentro da África. Ao mesmo tempo já havia estudos sobre África na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. Em Portugal muito menos, havia um periódico em Portugal que se publicou desde os anos 80 que se chama *Revista Internacional de Estudos Africanos*, se me lembro bem... Publicou obviamente angolanos, depois de 1974 passou a haver a Universidade Nova de Lisboa onde também evoluiu o interesse sobre a África. Era um assunto mais ou menos ignorado em Coimbra, mas na Nova, havia professores de história e antropologia que tiveram algum interesse, com cursos sobre África e programas de mestrado para estudantes portugueses e alguns que vieram também da África para cursar.

- No que diz respeito aos processos pós independência da África, que antes estava sob dominação colonial portuguesa, muito pouco do futuro projetado e desejado para os países lusófonos independentes se realizou, não é?
- Em 1974 pensava-se que a independência de Angola, e também de Moçambique, estavam ligadas a independência dos vizinhos. Moçambique, sobretudo, era ligado a África do Sul. Para se ter uma ideia da proximidade da ligação, os carros andavam do lado esquerdo da rua em Moçambique, por influência da África do Sul. E se pensava que essa ligação seria mais forte depois da independência o que não aconteceu. Em Angola, é interessante, as pessoas se pensavam mais próximas do Brasil do que da África, as ligações entre Angola e os países vizinhos eram bastante distantes. O aspecto interessante é que boa parte da classe média em Angola era de gente que falava sobretudo português e não utilizava as línguas indígenas de Angola. Mais recentemente o presidente de Angola disse que a língua nacional era o português, não o quimbundo nem ovimbundo, nem umbundo, etc... que são as línguas da

população rural de Angola. Disse “a nossa língua nacional é das cidades, e a língua das cidades é o português”. Parece que as ligações eram difíceis com Portugal depois de uma guerra colonial de 20 anos, as ligações com o Brasil eram, talvez mais estreitas. Mas, agora, as relações entre Portugal e Angola são bastante importantes e depois da crise econômica de Portugal (em 2008) há muitos portugueses que voltaram para a África. Várias fontes falam em cerca de 130 mil portugueses em Angola atualmente. Número surpreendente quando lembramos que no final do período colonial o número de colonos alcançou 250 mil portugueses enquanto havia talvez 500 mil em Paris. Porque os portugueses preferiam trabalhar na Europa e não nas colônias da África. Já agora, é verdade que são muitos portugueses que trabalham em Angola. Mas suponho que se pode falar do colonialismo negativo, há gente em Angola que tem dinheiro do petróleo e que está a investir em Lisboa, em bancos, e em outras companhias em Portugal, que tem sido compradas por angolanos. São filhos do presidente de Angola, especialmente Isabel, a primeira mulher a ter investimentos de mais de 1 bilhão de dólares.

- E no período pós independência, como ficou o quadro de desenvolvimento das universidades e dos estudos superiores?
- Havia um problema em Angola. No início havia só uma Universidade a Universidade Agostinho Neto, mas ela vivia com falta de pessoal, de professores e os cursos foram dados sobretudo por gente que veio do governo e de empresas, para dar aulas de vez em quando, havia poucos professores profissionais. Depois houve o desenvolvimento de outras instituições ao nível mais ou menos universitário, como a Universidade Católica, a Universidade do presidente, as Universidades das províncias, em Huambo por exemplo, em Lubango, até no Sumbe. Da última vez que eu visitei Angola havia uma dúzia ou mais de Universidades, cada uma com poucas possibilidades de cursos, poucas possibilidades de ensino, porque a falta de professores é ainda muito grande. Havia também o problema em Angola da falta de possibilidade de publicações. Então, havia gente que queria escrever textos históricos e tinha grande dificuldade em disseminá-los. Um aspecto interessante, foi a chegada, depois da independência, de um número significativo de cubanos que vieram trabalhar no ensino, que vieram para trabalhar na medicina, no saneamento, e nos ministérios. Eles convidaram vários historiadores para irem para Cuba e eles foram mandados estudar a questão da identidade nacional de Angola, por que se pensava que muitos angolanos tinham uma identidade que não era nacional, uma identidade que era regional,

então tentaram fazer um estudo de historia da nação angolana. Parece que pouco saiu desses projetos. Conheço dez pessoas que foram para Cuba, não sei se tiveram muito êxito em publicar estudos históricos em Cuba. Depois várias pessoas fora da África publicaram sobre esse período. Tem um livro que saiu recentemente sobre as relações entre Cuba e Angola, é sobre a história desta época, dos anos 70 e 80. Há também um livro que saiu aqui na Inglaterra do Ricardo Soares de Oliveira sobre Angola depois do fim da guerra civil em 2002, dos últimos quinze anos mais ou menos, sobre a historia de Angola, uma época dominada pelo desenvolvimento da indústria do petróleo. É preciso ter em conta que há algum tempo comprava-se petróleo por 140 dólares o barril e agora, esta semana, o preço do petróleo está em pouco mais de 30 dólares o barril. Se é uma época de crise severa no Brasil, é uma época de crise ainda mais severa em Angola, porque Angola tem dívidas com todo o mundo, feitas com o preço do barril estimado em 100 dólares e agora falta este dinheiro.

- Você tem sugestão de temas e questões que podem ser produtivas para a historiografia sobre os países falantes de português na África hoje? Agora é momento para história social, política?
- Ora, se você olhar para a história social, a grande divisão em Angola é entre a história urbana e a história rural. E como houve um boom do petróleo durante a primeira década pós independência, as pessoas mudaram-se em massa do campo para as cidades. Luanda na independência tinha 500 mil pessoas, e hoje tem talvez 7 milhões de pessoas vivendo lá. Esta enorme explosão de desenvolvimento em áreas urbanas e uma concomitante erosão relativa das condições da vida no campo, gerou um grande desequilíbrio. Os camponeses ainda vivem com cerca de um dólar por dia em algumas regiões, enquanto nas cidades há um crescimento relativo de uma classe média e também uma classe governante extremamente rica.

Quanto à história política, o que você tem que observar é que estamos falando de um país que ao invés de ser democrático, é governado por 15 famílias que controlam uma vasta proporção da renda, e que não necessariamente investe esta renda no desenvolvimento das províncias, e muitos investem no exterior, muitos em Lisboa, nos setores de mídia, no setor bancário, etc... Parte deste dinheiro é investido inclusive no Brasil. Não sei exatamente a proporção de investimentos angolanos no Brasil, mas é provavelmente uma parcela significativa. Os historiadores brasileiros têm que se perguntar sobre a natureza da relação entre Angola pós-guerra e o Brasil e talvez concluam que este investimento é de fato

um tanto significativo. E em caso de resposta positiva, perguntar-se em que área os Angolanos estão investindo no Brasil, seria em terra? No setor imobiliário urbano? Na indústria? Eu não sei a resposta para isto, mas é o tipo de questão que os historiadores de Angola precisam começar a se colocar. Portanto, história social, história urbana, história dos investimentos, são todos grandes temas que merecem receber atenção.

- Finalmente, uma última pergunta sobre a razão de ter voltado à história de Angola e escrito um livro de divulgação publicado recentemente, intitulado *A short history of modern Angola*?
- A razão de ter saído da aposentadoria e ter escrito mais um livro sobre Angola foi que minha grande amiga e colega Jill Dias, que estava escrevendo uma história moderna de Angola morreu inesperada e repentinamente em 2008 quando já tinha começado a juntar diversos de seus artigos e pesquisas para publicar um livro. O editor dela então me pediu para tentar escrever um livro bem curto para substituir o que não iria mais ser produzido. Eu ainda não sei se já chegou ao Brasil, mas está sendo muito bem recebido tanto na Grã Bretanha como em Portugal.

Referências

BIRMINGHAM, D. *A Short History of Modern Angola*. New York: Oxford University Press, 2015.

HATZKY, Christine. *Cubans in Angola*. South-South cooperation and Transfer of knowledge, 1976-1991. University of Wisconsin Press, 2015.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. *Magnificent and Beggar Land: Angola since the Civil War*. Londres: Hurst, 2015. [Versão portuguesa: *Magnífica e miserável: Angola desde a Guerra Civil*. Lisboa: Tinta da China, 2015.]

Autor/Author:

ALEXSANDER GEBARA <algebara@gmail.com>

• Professor de História da África no departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Mestre e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Autor de *A África de Sir Richard Francis Burton: antropologia, política e livre comércio* e de artigos sobre as relações anglo africanas em meados do século XIX, com ênfase na análise de relatos de viagens como fontes para a história africana.

◦ Professor of African History, Department of History at the Universidade Federal Fluminense. Master and PhD in Social History from the Universidade de São Paulo (USP). Author of *A África de Sir Richard Francis Burton: antropologia, política e livre comércio* and papers about the Anglo-African relationships in the middle 19th century, with emphasis in the analysis of travel reports as sources to African History.

ENTREVISTA

“Um país sem imagem é um país sem memória...” – Entrevista com Licínio Azevedo

*“A country without image is a country without memory”
– Interview with Licínio Azevedo*

*“Un país sin imagen es un país sin memoria”
– Entrevista con Licínio Azevedo*

Ana Cristina Pereira*
Rosa Cabecinhas**

Licínio Azevedo é um autor incontornável na história do cinema moçambicano. Nascido em Porto Alegre no Brasil em 1951, este gaúcho, como ainda hoje se define, vive em Moçambique desde a segunda metade dos anos 70, onde realizou uma importante obra cinematográfica, constituída por alguns filmes de ficção, mas fortemente ancorada no documentário, um pouco à semelhança, nesse aspeto, do cinema moçambicano em geral (CONVENTS, 2011).

Foi jornalista de formação e profissão até à sua chegada ao Instituto Nacional de Cinema moçambicano, onde procurou com a sua experiência e a sua capacidade de trabalho “contribuir para a revolução” e para a criação de uma “sociedade nova”, através do cinema. Em Moçambique, nos anos seguintes à independência, o cinema foi um instrumento ao serviço de uma mensagem ideológica e fortemente apoiado pelo aparelho estatal. Nesta altura o Jovem País representava uma nova possibilidade de vida e atraiu intelectuais, artistas e jovens

* Doutoranda em Estudos Culturais no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS/UM). <ana.c.pereira@outlook.com>

** Professora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). <cabecinhas@ics.uminho.pt>

revolucionários de vários pontos do globo, entre os quais cineastas de renome internacional como Jean Luc Godard, Jean Rouch e Ruy Guerra¹ (CONVENTS, 2011), que contribuíram de forma indelével para a construção do cinema moçambicano.

No entanto, o compromisso primeiro de Licínio Azevedo “é com as pessoas” e a guerra, que assolou o país entre 1977 e 1992 (CAHEN, 2002) acabou por se transformar na “personagem” central dos seus filmes. Depois da guerra as transformações políticas e económicas do país conduziram a uma quase total ausência de apoios, por parte do estado, para a produção cinematográfica; foi assim necessário encontrar novas formas para poder continuar a trabalhar. Em Moçambique, como em outros países, a produção de filmes encontra-se dependente do conceito de coprodução e isso, segundo o nosso entrevistado, não é necessariamente uma coisa má, pois existem alianças interessantes, fundadas nas dificuldades comuns. Licínio Azevedo rejeita categoricamente a ideia de neocolonialismo por parte dos países financiadores, mas reconhece-se, durante a entrevista, o peso da agenda internacional no financiamento (ou não) dos filmes.

As mudanças no mundo refletem-se no cinema. Um pouco por todo o lado desapareceram as grandes salas e hoje a distribuição de filmes está entregue a multinacionais. Em Moçambique a destruição provocada pela guerra que assolou o país até 1992, mas principalmente o abandono das políticas governamentais relativamente ao cinema², a partir do final dos anos 80, conduziram ao quase desaparecimento das salas existentes e das estruturas de distribuição.

E não foram apenas as salas e as redes móveis de cinema que se viram afetadas nesta fase, também os arquivos de memória cinematográfica, sofreram duras perdas. No início dos anos 90, o incêndio que atingiu o Instituto Nacional de Cinema e a posterior quase completa paralisação deste órgão, com a consequente dispersão dos seus membros, conduzem a produção de cinema em Moçambique, bem como a preservação da sua memória, para caminhos difíceis de trilhar. Segundo o cineasta grande parte das imagens produzidas nos últimos 40 anos, e que testemunham o nascimento de uma nação, desapareceram e outras, correm o risco de desaparecer, ora “um país sem imagem, sem cinema, é um país sem

¹ Ruy Guerra nasceu em 1931, em Lourenço Marques, atual Maputo, quando Moçambique era ainda colónia portuguesa. O autor estudou em França e viveu no Brasil tendo regressado a Moçambique só depois da independência, onde permaneceu durante cerca de 10 anos.

² Grande parte das salas de cinema foram vendidas, pelo Estado Moçambicano, a instituições privadas, como por exemplo a Igreja Universal do Reino de Deus, e são hoje lugares onde hoje realizam cultos religiosos.

memória...”. Ainda que esta memória seja sempre uma construção de quem produziu e selecionou as imagens e também de quem as visiona, essa mesma forma de construir também revela a História. Numa época em que a “memória se torna cada vez mais visual” o futuro do cinema em Moçambique preocupa o autor que não vislumbra no horizonte uma nova geração de cineastas moçambicanos, quer pela falta de uma indústria cinematográfica no país, quer pela falta de investimento em formação.

A ameaça de uma nova guerra é, segundo o autor, uma realidade em Moçambique e parece ser o único constrangimento político de Licínio Azevedo, que se mostrou durante toda a conversa muito preocupado com as questões da memória, do arquivo, da proteção de um regime de sonhos que é o das imagens e portando do cinema. As novas tecnologias da informação e comunicação (máquinas fotográficas nos telemóveis e pequenas câmeras, internet, etc.) constituem novas formas de informar, mas também de produzir registo que o cineasta não rejeita, mas perante as quais mantém um distanciamento prudente.

A história de vida deste cineasta está profundamente entrelaçada na história de Moçambique. Entrevistamos Licínio de Azevedo, em Lisboa, no dia 9 de dezembro de 2015, por ocasião do ciclo que a Cinemateca desta cidade dedicou à sua obra, para ouvir e perceber as suas reflexões hoje, 40 anos após a independência.

- **Ana Cristina Pereira:** Estes 40 anos da independência em Moçambique quase coincidem com a sua carreira como cineasta...
- **Licínio Azevedo:** Não, não exatamente... eu fui para Moçambique como escritor, a minha formação era de jornalista, então na verdade eu nunca trabalhei como cineasta no Instituto. Inicialmente eu fui fazer um trabalho de pesquisa, que deu origem a um livro *Relatos do Povo Armado*, que por sua vez, deu origem a um primeiro filme de ficção, longa-metragem *Tempo dos Leopardos*³, mas era um trabalho de escrita. Isso foi mais ou menos até 80... os primeiros anos 78, 79, 80, 81, 82 eu só trabalhei na escrita.

³ *Tempo dos Leopardos* (1985) de Zdravko Velimorovic é a primeira longa-metragem de ficção moçambicana, coproduzida por Moçambique e Jugoslávia. É um drama político, passado em 1971. Conta a história da luta de um grupo de guerrilheiros moçambicanos contra o sistema colonial português – um dirigente é capturado e os seus camaradas fazem o que podem para o libertar.

Já nos anos 80, no Instituto de Comunicação Social que era uma entidade do Estado, onde se fazia comunicação para as zonas rurais... na época a guerra civil ainda não tinha se espalhado... havia as aldeias comunais, que eram aldeias... bom, aquele sistema socialista da época... dividiu os camponeses em aldeias para a produção coletiva e tal... e nós produzíamos informação para o campo, para essas aldeias. Inicialmente em Jornal e Rádio... depois aí é que eu fui envolvido no trabalho de vídeo... a televisão estava a começar em Moçambique na época; tive de criar um programa de televisão *Canal Zero*, que seria mostrado também nessas aldeias, além de na televisão... então foram pequenos documentários, filmes.

Comecei: tive que formar a equipe ao mesmo tempo, e me envolvi na realização, que era uma coisa que eu não fazia no Instituto. Então na verdade... são 35 anos... eu comecei, uns cinco anos depois da Independência, com pequenos programas educativos e tal e fazendo algumas coisas experimentais. Eram filmes educativos, para o campo... eram filmes sobre a água: *O Poço*... eu fiz um filme que envolve o país, tem cerca de 30 línguas diferentes... fizemos muitos filmes sobre os cuidados da água e etcetera e tal...

E pronto depois disso... evoluímos com a situação da guerra, a evolução da guerra civil... o nosso programa que tinha um cariz educativo no começo, começou a abordar a situação social no país de uma maneira mais ampla, fazendo documentários sobre a guerra. E pronto, a partir desse momento, através dos meus filmes, eu comecei a acompanhar a história do país. Foi no começo da guerra civil, mais ou menos...

- Porque a guerra durou até ao princípio dos anos 90...
- É 92... mas eu comecei no princípio dos anos 80 a fazer filmes... a partir daí então eu acompanhei. Num primeiro momento os filmes estavam relacionadas com a guerra civil, não é? E isso se estendeu até agora... porque *O Comboio de Sal e de Açúcar* é uma história da guerra civil também; é no final dos anos 80 que se passa a ação...
- Ainda é uma reflexão sobre esse...
- Sim, é a adaptação de um livro que eu escrevi em 1997: *O Comboio de Sal e de Açúcar*. É uma novela... passa-se durante a guerra...
- Podemos saber um pouco mais dessa história?
- Durante a guerra... já ouviste falar da história do comboio irregular que saía quando houvesse condições, que fazia o trajeto do norte do país, de Nampula para Malawi?

Moçambique era um grande produtor de açúcar, mas as plantações foram destruídas e não havia açúcar nem para o chá... a gente chegava num café “Quero um chá”, “Ah tem chá, mas não tem açúcar...” Então as mulheres do norte, compravam sal no litoral e atravessavam o norte do país para ir ao Malawi vender e comprar açúcar... as mulheres levavam os sacos de sal e depois com a venda do açúcar sustentavam a família... só que essa viagem era uma viagem que podia não ter fim... o comboio fazia 700 quilómetros... podia levar um mês, dois meses... era atacado, havia sabotagens na linha... e muitas dessas mulheres e outros passageiros e o pessoal dos caminhos-de-ferro morriam... como é que se deslocavam durante a guerra? Então durante a guerra eu tentei conseguir dinheiro para fazer um documentário, mas não consegui... os financiadores... “tá completamente maluco”... vamos montar o equipamento depois, é tudo destruído, não há filme.

Quando a guerra acabou fiz essa viagem várias vezes, recolhendo histórias, ouvindo, fui entrevistando... trabalho mais de jornalismo, não é? Para me documentar... e baseado nesse contexto, escrevi um livro, uma história de amor, entre uma jovem enfermeira, Rosa, que é recém-formada, idealista e que viaja nesse comboio para ir para o hospital onde foi colocada. Durante o trajeto, de vários dias, no meio da guerra, ela apaixonou-se... surge uma história de amor entre ela e um tenente, militar da guarnição do comboio, e tudo acaba muito mal no meio da guerra e tal...

Esse livro saiu em Moçambique, EUA, África do Sul. Nos EUA teve um bom acolhimento, foi escolhido como livro do mês pelo Essence Book Club de Nova Iorque, mas documentário eu gosto de fazer sobre coisas que acontecem. Sobre alguma coisa do passado é muito difícil fazer um documentário, então esse documentário se transformou num livro e o livro num filme de ficção. A mesma coisa, mais ou menos, como o processo da *Virgem Margarida* que era uma fotografia, foi um documentário, no caso foi um documentário e depois transformou-se num filme de ficção. Pronto o *Comboio de Sal e de Açúcar* é essa história... no meio da guerra...

- A história do autor acaba por estar na história do filme...
- Eu escrevi o livro 5 anos depois da guerra e fiz o filme mais de 25 anos depois da guerra. A *Trilogia de Amor e Guerra*... que é a *Virgem Margarida* e o *Comboio*... e um último que eu quero fazer... aí sim é mais autobiográfico... que é a história de Maputo cercado pela guerra. Um grupo de estrangeiros que lá viviam que não tinham nem

acesso à praia, Maputo é uma cidade de praia... então a única abertura eram as grandes festas que faziam... estrangeiros, moçambicanos também, mas sobretudo estrangeiros de várias nacionalidades... esse sim é autobiográfico...

- Este filme, *O Comboio de Sal e Açúcar*, é produzido...
- O produtor maioritário é UKBAR filmes de Portugal, depois uma coprodução com Moçambique, França, Brasil e África do Sul...

- É muita gente a dar opiniões...
- Relaciono-me mais com a produtora portuguesa... os outros... é mais à distância...

- Como é que são vividas essas coisas da produção e como é que se relacionam, se é que se relacionam, com a produção cinematográfica em Moçambique, hoje? O cinema deixou de ser financiado pelo estado... Como é que se reflete isso no seu trabalho? Sente muita pressão, ou já conseguiu para si próprio, alguma liberdade?
- Para mim é mais fácil do que para quase todos os outros... principalmente porque eu gosto muito de fazer documentários... em documentário fico trabalhando para televisões fora... eu fiz muitos documentários, principalmente durante a guerra. Agora é difícil conseguir financiamento, quando há guerra é mais fácil... então eu tenho mais acesso, mais facilidade... porque eu adoro fazer documentários... trabalha-se com uma pequena equipe, não é? E normalmente é no interior, no meio do mato, às vezes em tendas porque não há condições, não há um hotel, e através disso ficas conhecendo, conheci o país inteiro praticamente... nenhum cineasta atual tem esse conhecimento, porque estão baseados em Maputo...

Como os documentários foram bastante difundidos, ficou mais fácil eu começar a concorrer a fundos para ficção... mas basicamente a vantagem é essa; é que eu faço documentários... e também mais numa base de sobrevivência faço filmes institucionais. Eu gosto muito de fazer filmes educativos... então no país se consegue financiamento, pequenos financiamentos, para filmes de ONG coisas assim... IBIS por exemplo, que é da Holanda, que tem projetos de educação no norte do país, alguns em escolas, no interior, em vilas, em aldeias. Por exemplo *A Malária* que é um filme educativo que eu fiz sobre a malária... então se tens filmes desses tu consegues garantir a sobrevivência no ano e te dá tempo de procurares financiamentos demorados que são os dos filmes de ficção.

Mas o que eu estava dizendo é que estranhamente, nesse momento para mim é mais fácil conseguir financiamentos internacionais para ficção do que para documentário... o documentário ficou bastante difícil de repente, não sei porquê, porque antes era a BBC era a ZDF, Chanel 4 que financiavam, e esses três mudaram a linha editorial. Já não têm aquelas séries dos anos 90, seriados... séries de televisão dedicados para países do Sul... Faziam concursos entre os países ou só África, ou África/ América Latina e Ásia... havia muito essas coisas... isso desapareceu nas televisões...

Então não sei se respondi à tua pergunta, mas a situação em Moçambique... não há fundos para cinema... não há fundos, então... busca-se fora, ou então é só o dinheiro dessas organizações com objetivos específicos: eles te dão um tema “queremos um filme sobre isso”; te dão em linhas gerais, o conteúdo e depois te dão liberdade para fazeres... claro eles aprovam, têm que aprovar, dão sugestões... mas isso é a mesma coisa em qualquer financiamento... mesmo documentário para televisão.

- Quando alguns autores falam em neocolonialismo através do financiamento de filmes e em financiadores que estão muito mais preocupados com os públicos e os mercados europeus do que com as necessidades dos públicos e dos autores africanos... estão a exagerar?
- Eu acho que é um exagero! Não. Eu acho que é um exagero porque as nossas necessidades coincidem... eu trabalho com produtores portugueses e brasileiros e sul-africanos que têm dificuldades em conseguir financiamento também, nos seus próprios países... mesmo o cinema português, você vai ver um filme português tem 5, 6 pessoas na sala... não é? Então as dificuldades são as mesmas. São alianças que se constroem...
- Uma estratégia de sobrevivência...
- E os nossos filmes... todos os meus filmes são mostrados em Moçambique no país inteiro, não através das redes de salas de cinema, que não existem. Existem duas em Maputo, duas na Matola, que são da Lusomundo... que só passa filmes americanos. Mesmo para passar a *Virgem Margarida* que era um filme moçambicano que poderia ter bom público, foi uma grande dificuldade passar nas salas... o interesse dos distribuidores... só passam filmes americanos e tal... um determinado tipo de filme... nem é um bom filme que você vê lá...

filmes que interessam a adolescentes. O público norte-americano de cinema tem a idade mental de adolescente, você sabe disso, não é? Então é a mesma coisa lá... mas os filmes são vistos... todos os nossos filmes são vistos no país inteiro, mostras através do cinema Arena, um cinema móvel feito pela Amocine⁴ ou dos canais de televisão. Ou televisão de cabo, também chega lá na cidade...

Eu acho que isso, neocolonialismo, nem um pouco, eu tenho independência total, dos meus temas, das coisas que eu faço... não tenho nenhuma influência. Quer dizer há relações normais de produção. Se fosse em Hollywood sim, se você vai trabalhar para Hollywood quem manda no filme é o produtor... ele demite o realizador, demite o montador, troca o argumentista... troca o ator, põe a amante dele para fazer o papel... aqui a relação é diferente resulta de uma dificuldade comum, são alianças...

■ Então este filme e os filmes que tem feito são feitos em democracia?
 Como democracia? Em que sentido? Quem manda sou eu, não há democracia, não!

■ Mas manda?
 Claro que mando [quase ofendido] sou o realizador! Ainda mais o escritor sou eu... eu escrevo o livro, adapto para cinema, faço o filme, a Ébano, a minha produtora, é coprodutora; minoritária, mas é... quer dizer mando no que eu tenho que mandar! Não mando no dinheiro... nem quero me envolver nesse caso, porque eu não consigo gerir. Tem gente, realizadores, que gostam de se envolver na produção, fazer de produtor... eu acho que essa coisa complica... nos pequenos filmes documentários eu faço produção, não é? Agora nesses filmes grandes como *Virgem Margarida*, como *Comboio*... eu não quero ter nada a ver... o produtor claro, também tem o seu poder, tem o direito de dar a opinião dele, mas não manda no filme! Não é democrático, quem manda sou eu...

■ É a ditadura do autor...
 Se não, não há filme... vai fazer o quê?

■ Em relação a outros poderes, o autor é livre?
 Poder político?

⁴ Amocine: Associação Moçambicana de Cineastas

- Sim... e até constrangimentos sociais...
- Seriam mais constrangimentos políticos, mas que felizmente foram superados. Porque havia... fiz um filme, por exemplo, um pequeno documentário, que eu nem gosto muito, *Adeus RDA*... sobre os Moçambicanos que trabalhavam na RDA. Há 20 anos que eu fiz esse filme... esses ex. trabalhadores da RDA até hoje não foram pagos... a maior parte do dinheiro que recebiam na Alemanha era transferido para o banco central em Moçambique onde teoricamente deviam voltar... e regressaram, receberam 10%. O país estava pobre, não teve dinheiro para pagar o salário de 20.000 pessoas... são montantes grandes... então eles até hoje se manifestam, uma vez por mês fazem manifestações na rua, 20 anos depois. Então eu apresentei o filme e convidei todos os trabalhadores, publicamente dei entrevistas com eles... filmei na Alemanha e filmei em Moçambique... foram 3 ou 4 mil ver o filme... várias sessões... e no dia seguinte fizeram uma manifestação violenta, partiram, queimaram carros e a polícia acusou o filme de ter provocado esse... mentira! Porque quem provocou foram eles... governo que não pagou o que devia... então há esse tipo de coisas, assim de ameaça...

Quando eu fiz *A Última Prostituta*, que deu origem à *Virgem Margarida* que era um filme, que era um tema tabu, não é? Eu fiz esse filme há 10 anos, era tabu porque era sobre esse processo de reeducação que foi muito violento. Muitas mulheres morreram nos centros de reeducação... pode chamar de centros de concentração se você quiser... uma maneira doce de dizer campos de concentração é centros de reeducação... porque era suposto saírem dali mulheres novas, não é? Para serem mães de família e tal, não é? Queriam salvar... aquela coisa quase cristã de recuperar as prostitutas. Transformar em mulheres úteis à revolução e tal, ao socialismo vigente na época... então quando o filme ficou pronto coincidiu com processo de eleições, como eu fui sempre simpatizante do partido FRELIMO... foi o partido que fez a libertação e tal... pediram que não passasse o filme, naquele momento... que não passasse na televisão, pronto aceitei, porque era um momento em que iria parecer provocação.

Quando a *Virgem Margarida* saiu, agora há 4 ou 5 anos, o meu produtor estava com um pouco de receio, nunca se fez um filme sobre isso... ficção que tem muito mais impacto de que um pequeno documentário. O filme passou primeiro fora, e teve repercussão; estive em vários festivais, depois fez-se a estreia em Moçambique: absolutamente normal, não ouvi nenhuma... ninguém ficou melindrado... no poder... o filme ficou lá normalmente. Então eu acho que não há esse tipo de imposição...

Quando um país está em guerra... olha a segunda guerra mundial, para dar um exemplo, os jornalistas se autocensuravam... havia censura militar, claro... os jornalistas americanos não podiam passar informações para o inimigo, mas eram os próprios jornalistas no dever patriótico deles que se autocensuravam, não é? Estavam contra o Nazismo, então eles próprios tinham o cuidado de não passar, de fazer uma autocensura. A mesma coisa durante a guerra em Moçambique, principalmente no princípio da guerra quando era mesmo agressão, nem havia surgido na época a RENAMO, era o Movimento Nacional de Resistência... nós os jornalistas que trabalhávamos no Instituto de Cinema e nos jornais tínhamos esse cuidado, não é? O cinema era utilizado como uma propaganda, estávamos em guerra! Então criou-se um espírito de autocensura. Isso prolongou-se bastante tempo. Foram exceções os jornalistas que conseguiram furar essa lógica. Estou falando do jornalismo de uma forma geral, o cinema no começo fazia parte da informação; e criou-se uma coisa que se prolonga ainda, algumas pessoas ainda não se libertaram, não é? Agora, nos últimos anos, modificou-se bastante...

- Também há medo de abrir feridas e de despoletar novas guerras? Há medo da guerra ainda em Moçambique?
- Oh pá completamente! É uma coisa diária que está como alguma coisa que está aí a cair na tua cabeça a qualquer momento... o estado de guerra não acabou desde o... o acordo de paz foi mais ou menos há 20 anos, 25 anos... em 92... e a guerra nunca se desarmou, sempre houve coisas esporádicas, ameaças, que não param... atitudes agressivas de um lado e do outro...
- Por isso eu falava em constrangimentos que são também sociais... há um medo de colocar em causa uma paz que ainda é frágil...
- Absolutamente frágil... e é como se a segunda guerra mundial tivesse durado na Europa até aos anos 70... é uma situação bastante complicada, as pessoas estão sempre inseguras e então...
- O futuro, as perspetivas, os desafios do cinema em Moçambique...
- Uf... nem me fala nisso... é uma tristeza! É uma tristeza principalmente porque não há formação. A Amocine ou outras organizações fazem pequenos cursos de uma semana ou duas. Uma escola de cinema são 4 ou 5 anos, não é? E você precisa ter uma preparação prévia: para fazer cinema você precisa conhecer arte, história, literatura, tudo isso... e para já essa base não existe nas novas

gerações, depois não há escola de cinema. Então, os jovens que fazem cinema, são jovens que saíram de pequenos cursos, que gostam de cinema e acham que é assim uma coisa leve e fácil... então é muito... eu acho que o grande problema é que a nossa geração que é a geração de resistência ainda... somos os últimos. A maior parte das pessoas foram formadas nesse processo do Instituto Nacional de Cinema, essa geração veio de uma escola prática, não é? Todos tínhamos uma preparação cultural boa e tivemos esse processo do Instituto Nacional de Cinema, depois da Independência, onde passou o Godard, o Ruy Guerra, o Jean Rouch e uma série de grandes cineastas internacionais que passaram por lá e agente foi bebendo dessas fontes todas...

■ E viam muito cinema, na juventude...

□ Sim... muito cinema, mas isso foi antes... na juventude eu lia 7 livros por semana e ia ver 3, 4 filmes... mas depois houve toda essa dinâmica do Instituto Nacional de Cinema, uma dinâmica que já não existe. Então o meu receio é de que justamente quando essa geração desaparecer não há uma geração que substitua... um país sem cinema, sem imagem, sem cinema, é um país sem memória...

E o problema não é só esse... mesmo que houvesse uma boa formação se você não tem uma dinâmica de produção, acabou: ele vai para a publicidade, vai para a televisão... Todas as pessoas que, ainda jovens, tinham um certo dinamismo foram para a publicidade senão não conseguem viver... não é? Então eu acho que o futuro é bastante pessimista, a não ser que alguma coisa mude completamente... se eu ganhasse o euromilhões abria uma escola de cinema... diferente... uma escola que quando acabasse o curso o aluno tivesse o direito de fazer dois ou três filmes, pequenos filmes, já pré-financiados... para se criar uma dinâmica... porque senão tu não consegues nada...

■ Gostava que falasse um pouco mais sobre uma coisa que disse... “um país, ou uma nação sem cinema é uma nação sem memória...”

□ A memória é cada vez mais visual... as pessoas hoje leem as notícias no ecrã do computador e fica mais visual do que um romance, as páginas de um livro... eu não consigo ler... eu preciso de um jornal na mão, preciso de ter a página do jornal na mão... e não sei porquê, não sou árabe nem judeu, mas começo a ler de trás para a frente... cada um tem os seus hábitos⁵... e o que fica são, cada vez

⁵ Numa outra conversa, o autor sugeriu que talvez isto aconteça porque as páginas culturais são geralmente as últimas dos jornais.

mais, os sonhos das pessoas, o imaginário são as imagens, cada vez mais... imagens, quando falo imagens de cinema, claro tem uma certa estrutura dramática. Os sonhos são imagens e eu acho que o futuro vai se aproximar cada vez mais do sonho.

É muito mais fácil, jovens se aproximarem e terem conhecimento da luta armada de libertação em Moçambique, por exemplo, através das imagens, de filmes, de pequenos documentários que foram feitos, do que ler aqueles livros maçudos de história e tal...

■ O cinema tem aí uma responsabilidade grande, mas a memória é sempre uma construção...

□ O que é que queres que eu faça? A minha visão é a visão correta.

Sim é verdade, é óbvio... é uma parte da memória... mas é fundamental. É isso que eu costumo dizer quando tem debates sobre a política do governo: O Instituto Nacional de Cinema foi a primeira instituição cultural criada no país, o primeiro instituto, porque o Samora Machel⁶ acreditava que era fundamental a imagem, não é? Já durante a guerra pela independência, a imagem serviu muito para a divulgação da guerra anticolonial e serviu, logo após a independência, toda essa política para a construção do país. Para construir a unidade nacional, todas essas coisas... havia o cinema móvel, que era muito importante, tu conheces essa história Kuxa Kanema... não havia televisão, passava diariamente/semanalmente em todos os cinemas do país, então eu acho que para nós isso é uma continuidade. Eu uso muito isso, porque neste momento não há essa política de apoio, não há formação na área do cinema, não há nada... tem a televisão, mas as coisas na televisão desaparecem de um dia para o outro, não há arquivo nenhum nas televisões.

Mas claro é uma memória bastante seletiva é aquilo que eu guardei, é aquilo que eu fiz e que eu guardei... e que eu consegui guardar. Não adianta também fazer filmes e tal se depois esses filmes desaparecem.

Essas coisas das imagens não se controla mais... você sabe que durante as filmagens [*Comboio de Sal e Açúcar*] agora normalmente as produções proibem de tirar fotos. Mas não se pode controlar porque todos têm telefone, até o povo, os figurantes, e os militares que trabalhavam connosco, tiraram fotos. Depois estava tudo no FB... você já vê... eu

⁶ Carinhosamente conhecido como "Pai da Nação", Samora Moisés Machel (Chilembene, Gaza, 29 de Setembro de 1933 - Mbuluzini, Montes Libombos, 19 de Outubro de 1986) foi um militar e revolucionário moçambicano de inspiração socialista, que liderou a Guerra da Independência de Moçambique e se tornou o seu primeiro presidente de 1975 a 1986, quando o avião em que regressava a Maputo se despenhou em território sul-africano.

não tenho FB nem olho, mas isso funciona para divulgação do filme. Porque todos põem no FB então fica conhecidíssimo...

- O que é o cinema na sua concepção?
- A minha concepção de cinema é uma em que a câmera é um instrumento na ação... na narrativa, a câmera tem um papel a cumprir, não pode ser alguma coisa estática, os movimentos de câmera fazem a transição de uma cena para a outra... porque levam para estados de espírito das personagens e tal...

Os últimos filmes que eu tenho visto aqui [em Portugal] eles me encheram o saco, são planos abertos fixos, a câmera parada o personagem entra e sai. Qual é o papel da câmera? Uma máquina de fotografia faria o mesmo!

Eu estou gostando muito da relação com a pessoa que faz a montagem... eu estou gostando muito dessa cumplicidade, dessa relação... gostamos do mesmo tipo de filme: com movimento, com planos curtos. Ele nunca faria uma panorâmica tipo Manoel de Oliveira... num filme meu, em caso extremo, uma panorâmica é: um cowboy, um bandido a cavalo persegue o comboio, tiros e ele morre; duraria 15 segundos essa panorâmica, com uma historinha dentro dela... fora isso... *travellings* e movimentos sutis da câmera, mas sempre movimento acompanhando, dando ênfase aos estados de espírito e escrevendo de uma certa maneira a história.

A câmera participa, senão qual é o objetivo de existir uma câmera? Filmam a personagem sentada e em geral nunca fazem *close up* que demonstra mais o olhar e tal... o meu filme tem 1200 planos, 150 cenas... cinema para mim é uma dinâmica... esse meu filme o *Comboio*, tem uma dinâmica, um filme de ação, de movimento. Uma história de amor em tempo de guerra, um comboio em movimento... em si já é um personagem, os sons do comboio são extraordinários, mesmo quando o comboio está parado. O francês que fez o som, ele é muito bom... Philippe Fabbri... ele é muito bom... chato pra caraças, porque ele é detalhista; agente filmava e ele fazia o som do comboio parado e tinha sons extraordinários; o comboio nunca fica completamente estático, sempre há uma pressão, alguma coisa, uma engrenagem (faz sons) nesse sentido também o som... a importância do som... como recurso para a dramaturgia, tudo isso, tem um papel, o som, não é só para reforçar a dramaturgia... o som conta a sua própria história, então estou muito contente com isso, com o som, com o movimento com a montagem... tenho que te dizer é um filme de movimento, de ação, com

leves referências ao Western, tem uma cena de saloon de duelo... tem duas vezes ou três, é um filme de guerra ao mesmo tempo, e em África nós não temos filme de guerra moderna.

Todos os filmes, da África francófona sobretudo, que fez os grandes filmes nos anos 60, 70, 80 financiados pela França com objetivos neocoloniais evidentes, mas que deu um grande *power* para a cinematografia nos países francófonos. Todos esses filmes relacionados com guerra estão relacionados com tradições antigas... filmes de rainhas e reis, não é? Daqueles tempos, vestidos com peles, escudos... não tem a África moderna, essas guerras que estão dilacerando o continente... eu acho que esse é o primeiro, tenho quase a certeza; não tenho a certeza absoluta, não posso, mas tenho quase a certeza que esse é o primeiro filme moderno de uma guerra moderna em África... e com uma linguagem que toca um brasileiro, um português: as pessoas que querem ver cinema... cinema mesmo!

Não tenho nada contra a poesia, mas cinema não é exatamente poesia... poesia é poesia, teatro é teatro, cinema é cinema... e quando querem, hoje, fazer filmes com planos fixos e tal... Charlie Chaplin já fazia e muito melhor... e fazia tão bem que ninguém vai chegar nem perto dele... naquela época que não havia tecnologia que lhe permitisse fazer coisas diferentes... agora vou dizer que isso é cinema moderno? Você tem que utilizar os instrumentos e a câmara é um deles... a câmara sozinha pode fazer um filme. Mesmo que você não tenha guião, você uma câmara, na mão e uma ideia na cabeça... diziam no *Cinema Novo Brasileiro*... isso eu acho que é uma coisa até bonita... a câmara e você conta uma história com a câmara... não é o que eu faço, claro, digo que acho mais positivo isso do que a câmara não ter função, ser uma máquina fotográfica.

- Voltando um bocadinho à questão da memória. Como é que o cinema que faz se relaciona com Portugal, a ex potência colonizadora de Moçambique? E como é que o cinema moçambicano em geral se relaciona com essa memória, se é que há alguma relação, na sua perspectiva, claro?
- Eu sou originário da América Latina, a minha filiação é toda uma outra... tem tudo a ver com uma história de libertação... não é? Até do ponto de vista da literatura... não tenho nenhuma relação... a minha relação à área da literatura e mais com América Latina, Estados Unidos... os meus autores preferidos são Hemingway, Steinbeck, John dos Passos... tem uma relação com a metrópole João dos Passos o pai

dele era português... é com América Latina e com literatura mais... voltando atrás Dostoiévsky, Tolstói tudo isso...

Portugal sempre foi, lá nos meus tempos, Salazar... vês? Quando eu fui para África, Portugal era nação colonizadora... a minha relação com Portugal começa realmente quando eu vim para cá em 75; eu queria ir para Angola, na América Latina viajava-se com bilhete de identidade, então eu queria ir para a guerra em Angola onde tinha acabado de haver a segunda invasão sul-africana: “quero ir para Angola, vou primeiro para Portugal de lá consigo”... que nada! Aqui era preciso um visto... eles desconfiavam: “– Quem é você? Vai fazer o quê?” Nunca consegui chegar perto de Angola, naquele momento...

Quando eu conheci Lisboa em 1975, a cidade era feia, cinzenta, suja... e aí começou, claro como tudo... uma reação afetiva com a cidade, uma moça bonita... e depois... então fui para a Guiné-Bissau, voltei a Lisboa, fui embora... mesmo com Moçambique não havia relação. A minha relação com Portugal é histórica, eu tenho uma coleção... tenho um monte livros antigos de histórias dos descobrimentos: a relação de Portugal com África em 1500, 1600 e 1700, com a Ásia... tudo isso são coisas que eu acho apaixonantes... fora isso, a foto que a minha avó tinha do Salazar... [risos] ela adorava, era o ídolo dela, porque achava um homem bonito “ah como ele é bonito”, o Salazar eu conhecia pela foto que a minha avó tinha. Era ele, e Franco, o Tito e o Estaline [muitos risos] eram os 4 homens mais bonitos que ela conhecia. Mas eu acho que ela gostava mais do Salazar e do Franco, depois o Tito, por último do Estaline porque tinha bigode [sempre risos] não gostava muito do bigode do Estaline, mas o Tito era bonito... todos tinham a cara limpinha, não é? O Franco e o Tito, eram parecidos, homens assim grandes com a cara barbeadinha... ela adorava esses três por igual [risos] É verdade, isso é a verdade...

- Portugal 75 e depois como é que parte para Moçambique?
- Fui primeiro para a Guiné Bissau, não é? Com essa moça, com quem eu vivi, minha companheira. Ela era jornalista... então ela foi dar aulas de jornalismo e ao mesmo tempo escrevemos juntos um livro que saiu no Brasil. Eu, a minha parte eram histórias da guerra. Entrevistas com antigos combatentes, um trabalho que reproduzi em Moçambique com *Relatos do Povo Armado* e ela como era filha de comunista, mais duro... na minha família nunca houve comunistas... antes pelo contrário, o meu tio-bisavô, foi o ideólogo do golpe militar do Brasil. Ele não era fascista, era anticomunista... foi o General Canrobert Costa, que era

um chefe da Escola de Altos Estudos Militares. A minha família tinha um lado de bandidos, contrabandistas e tinha o lado da minha mãe que eram generais e tal... família de generais desde a guerra do Paraguai... O que é que eu falava então?

■ Primeiro a Guiné Bissau...

□ Sim... e na Guiné escrevemos esse livro que foi publicado no Brasil... *Diário da Libertação*. Aí o Ruy Guerra conheceu o livro, eu fiz uma entrevista com ele, trabalhava para jornais de oposição ao regime militar, a chamada *Imprensa Alternativa*, era o jornal *Movimento*, a revista *Versos*, a *Versos* sobretudo... ele foi convidado para ir para Moçambique para apoiar a criação do Instituto Nacional de Cinema e convidou-me para ir. Coincidiu que eu estava-me divorciando, estava no meu terceiro divórcio... divorciei-me, separei-me e fui sozinho. E aí fui e fiquei. O começo da minha relação com Moçambique foi através da escrita. Passa por Portugal, passa pela Guiné Bissau e acaba em Moçambique. E do jornalismo transitei para a literatura, da literatura para... a literatura da minha maneira... não sou escritor! O importante para mim é contar histórias. A forma é uma coisa adaptada à história: pode ser mais jornalismo, mais entrevista, mais ficção, conto... seja lá o que for. E da literatura transitei para o cinema, documentário. E do documentário misturo, documentário com ficção. Aí tem umas obras mais ficcionais, ou ficcionais puras... mas tudo tem uma relação.

Eu acho que o fato de a minha formação ser de jornalista influencia muito, porque é uma profissão que eu adoro... no sentido em como eu fazia jornalismo. Era um instrumento político, na época da ditadura militar, de oposição à ditadura e que me levou a fazer inúmeras viagens por conta própria, nas férias, pela América Latina, acompanhar greve de mineiros na Bolívia, golpes de Estado, terremotos... processos políticos e... é isso, o jornalismo é que me deu, eu acho, uma vivência ideológica. O jornalismo, naquela altura... o jornalismo no Brasil era muito diferente, baseado num novo jornalismo norte-americano, Gay Talese e todos os outros... mesmo o Hemingway foi jornalista, num certo momento, não é? E o Steinbeck também... o Garcia Marques foi jornalista antes de ser escritor, trabalhava em jornais da Venezuela. Estudávamos muito esses textos diferentes de jornalismo, como os textos do Garcia Marques, por exemplo. Eram peças literárias, então o jornalismo, para mim, foi sempre uma maneira de contar histórias também; nunca um jornalismo objetivo. E também um instrumento político, como o cinema.

- A par da consciência política leva também a metodologia do jornalismo para a forma como faz cinema... pesquisa, entrevista...
- É. Do jornalismo para o documentário, do documentário para a ficção, mas tudo bastante ligado; o documentário tem a ver com a pesquisa sempre, é um trabalho jornalístico, escrevo uma história que reproduzo... o documentário para mim é uma pesquisa muito mais complexa do que a da ficção. Porque você realmente tem que pesquisar profundamente para fazer um bom documentário... na ficção pronto tem uma base lá em que tu te inseres, o contexto, mas depois é aquilo que tu crias, está na tua cabeça. Já o documentário não... então as coisas para mim estão completamente ligadas. Ficção, todos os filmes que eu fiz de ficção, os poucos que eu fiz, estão sempre relacionados com uma história real, que está por trás, com alguma coisa e sobre a qual eu pesquisei. Não fiz o filme assim... quer dizer não sou um escritor de ficção convencional. Não sou um escritor de ficção sequer... escrevo histórias! Mais relacionadas com a realidade, mais ficcionais, sempre tá um mundo assim no meio.

- O mesmo que se aplica ao seu cinema se aplica ao cinema em Moçambique de uma maneira geral? A relação com Portugal cortou-se no momento da independência?
- Eu acho que não há nenhuma relação [pensando]. O cinema todo foi... houve uma rutura grande... uma revolução, tudo isso... Não conheço nenhuma obra relacionada com isso [quase falando para dentro] ... não conheço nada. Acho que não, também porque não temos cinema pá! Moçambique foi, teve cinema, o cinema foi uma grande potência, uma grande força regional com o documentário e tal, mas o documentário é uma coisa sobre a realidade do momento, cinema de ficção praticamente não existe em Moçambique. Em Angola tem o Zezé, que fez *O Grande Kilapi* que tem uma relação com a história colonial, não há nenhum filme Moçambicano... temos poucos filmes de ficção, Angola também tem pouquíssimos. Mesmo na Guiné Bissau tem alguma coisa... é só o Flora Gomes... e o Flora Gomes não tem nenhum filme relacionado com Portugal...

- Não lhe parece estranho que um país, enfim uma nação, que esteve na dependência de outra tantos anos, nesta parte da identidade que é construída no cinema, esteja completamente ausente essa relação, é como se não existisse...

❑ Não eu não acho estranho, porque não existia cinema moçambicano na época colonial. Quer dizer, não houve uma ruptura: o cinema nasceu! O nascimento de uma nação começou depois da independência, antes não existia Moçambique...

■ Essa nação nasce, como se nunca tivesse tido uma relação com a Europa...

❑ Não sei... acho normal. Se calhar nunca teve uma relação com a Europa. Os moçambicanos, exceto Mondlane, um ou dois, que conheciam a Europa... qual era o moçambicano que conhecia a Europa? Eu não sei. Qual é a minha relação com Portugal? Eu não tenho! Quando muito com os Açores, que eu ainda não conheço! Há 350 anos, saíram de lá os meus antepassados, para o Brasil... agora como é que eu vou ter relação com Portugal, não tenho! Nem com o Brasil, assim do ponto de vista imaginário uma relação maior que eu poderia ter é com o realismo mágico latino-americano, com a literatura... Garcia Marques, pessoas que eu curto, porque eu não gosto de escritores brasileiros, o Jorge Amado por exemplo, nunca me fez a cabeça... o Erico Veríssimo, era namorado da minha tia-avó vivia na casa ao lado em Cruz Alta, mas não é uma literatura que me faz a cabeça. Literatura latino-americana para mim começa com Vargas Llosa, com Garcia Marques, com esses aí... a grande literatura para mim vem dos Estados Unidos...

A minha grande relação com Portugal sabe qual é? Fernando Pessoa... é o meu Deus e o meu ídolo desde os 16 anos... lia poesia do Fernando Pessoa, Álvaro de Campos sobretudo... fiz recitais de poesia quando era jovem com Fernando Pessoa...

■ Acha que vai haver um tempo em que o cinema moçambicano pode refletir sobre a relação com Portugal, sobre o colonialismo e a forma como essa mentalidade se faz sentir hoje na sociedade moçambicana?

❑ Não tenho a mínima ideia. Não sei. Posso dizer que nunca pensei em fazer filmes com histórias escritas por outros. Mas agora abriu um concurso para televisões públicas, em que eu ia participar e pela primeira vez pensei em fazer um trabalho sobre uma história da época colonial de Luis Bernardo Honwana do *Cão Tinhoso*, mas não o *Cão Tinhoso*. Encontrei 3 histórias lindíssimas lá dentro, que se passam na zona rural nos anos 50, e com as 3 juntas eu faria um filme quase neorrealista... pensei até fazê-lo a preto e branco. As três 3 juntas mostravam um retrato da sociedade colonial e a relação com os povos colonizados da época.

Ainda pretendo fazer isso, se conseguir, mas refletiria as relações sociais nas sociedades coloniais, capatazes, administrador da vilazinha... Eu não sei se tu conheces *o Cão Tinhoso?*...⁷ Foi o primeiro livro de sucesso de um africano moçambicano, Luís Bernardo Honwana, que depois foi ministro da cultura do Samora. Não respondi à tua pergunta, divaguei... mas em relação à tua pergunta... não vejo... é muito estranho... eu que me achava revolucionário na época, vou lá contribuir para a revolução... e tal...

■ E agora já não se considera revolucionário?

□ É que eu estava recordando uma época em que a política era uma coisa que me interessava muito. Agora a política não me interessa absolutamente nada, o meu compromisso nem sequer é com o cinema, é com as pessoas, com a história das pessoas... política para mim hoje... há muito pouca diferença entre um partido de esquerda, um partido centro direita na Europa, não falo de extrema-direita... o que rege tudo são as políticas económicas, do ponto de vista ideológico não há praticamente diferença...

Então nem sei o que dizer sobre o que é revolucionário... nunca fui na verdade. O que eu tinha, antes, era uma grande admiração pelo Che Guevara. A minha ideia quando saí pela América Latina era fazer o trajeto de Che Guevara que ele fez de moto. E fiz até muito mais, fui até ao México ele parou antes... não ele foi ao México também, foi onde conheceu o Fidel ... eu queria ir até ao Alasca... pegar as trilhas de Jack London só que depois quando chegámos à Guatemala, nem cheguei ao México, só depois... porque em 1976 eu estava com Caco Barcelos que é jornalista da Globo e é meu amigo, irmão, colega, saímos juntos do jornal *Folha da Manhã*... e fomos viajar, a mulher dele grávida, fotógrafa. Subimos a Amazónia e subimos... quando chegamos à Guatemala houve um terramoto... enorme 25.000 mortos... e nós ficamos lá, junto com os jornalistas estrangeiros, vivemos aquele terramoto, então a minha viagem interrompeu-se ali.

Pronto estou divagando... estava dizendo que na época... acompanhava as lutas Tupamaros no Uruguai... Exército Revolucionário del Pueblo na Argentina... e na África pronto vivi uma revolução... o começo da revolução moçambicana, uma revolução digamos assim... é uma revolução pronto... do ponto de vista ideológico uma tentativa

⁷ Refere-se a *Nós Matámos o Cão-Tinhoso* livro de 1964. Os contos do livro são: “Nós Matámos o Cão-Tinhoso”, “Dina”, “Papa, Cobra, Eu”, “As Mãos dos Pretos”, “Inventário de Imóveis e Jacentes”, “A Velhota” e “Nhinguitimo”.

de criação de uma sociedade nova que depois fracassou, porque havia grandes forças opositoras ali na região moçambicana que era um enclave entre, países racistas e reacionários da época, África do Sul, Rodésia, Malawi, Namíbia. Então chegamos a esse momento em que eu digo que a política não me diz absolutamente nada...

O meu objetivo é escrever histórias e o meu único compromisso é com as pessoas, com a história das pessoas, histórias que ninguém conta como *Desobediência*, por exemplo... pego uma pequena notícia de 5 linhas no jornal e vou lá no meio do mato e faço um filme, uma história de ficção, com documentário, para aquelas 5 linhas que eu li no jornal... deixa mostrar a história bonita dessa mulher injustiçada pela família, perseguida...

- Há uma aproximação à cultura das pessoas, ao seu conhecimento...
- Quem faz documentário tem que respeitar o interlocutor, que é o objeto do teu documentário. E eu respeito profundamente as crenças... como vivi no campo na infância e tive esse envolvimento nos movimentos ideológicos, operários e tal no Brasil, eu estou em casa em qualquer sítio. Respeito... eu acho uma coisa muito bonita. Principalmente porque não sou uma pessoa ligada à Igreja, mas sou, de certa maneira, religioso; a minha religião tem a ver com a natureza... com a alma humana, acho muito bonito o animismo, essa crença... fiz um filme sobre isso *A Árvore dos Antepassados*, essa relação com os antepassados, o respeito pela tua Igreja, cada família tem a sua própria Igreja que é uma Árvore, onde faz homenagem aos antepassados, aos espíritos dos antepassados. A minha mãe também tinha uma grande ligação, ela foi médium numa certa fase da vida dela e sempre me passou muitas histórias relacionadas com antepassados... nunca na minha família ninguém foi... ninguém era religioso assim de ir à igreja, nunca ninguém foi à igreja, mas eu acho isso importante... e isso é uma coisa que eu encontro já no Steinbeck, na literatura norte americana dos anos 30... *A Um Deus Desconhecido*, um romance extraordinário em pleno coração da América; a história de uma família diferente nos Estados Unidos que homenageava... a Igreja era uma árvore... e tinham uma relação com os antepassados, faziam culto aos antepassados, numa árvore. Quer dizer... a árvore... a América não está tão longe da África, e não era uma América negra, era uma América branca a de Steinbeck que era um gajo de esquerda, não é?

Filmografia principal

A COLHEITA DO DIABO. Dir. Licínio Azevedo & Brigitte Bagnol. Moçambique/França: Ebano Multimédia, 1988. 52 min.

MARRACUENE. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique/Reino Unido/Alemanha Federal: Ebano Multimédia, 1990. 50 min.

ADEUS RDA. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique/Reino Unido: Ebano Multimédia, 1992. 26 min.

ÁRVORE DOS ANTEPASSADOS. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique/Reino Unido: Ebano Multimédia, 1994. 50 min.

GUERRA DA ÁGUA. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique: Ebano Multimédia, 1996. 73 min.

TCHUMA TCHATO. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique: Ebano Multimédia, 1997. 56 min.

MASSASSANE. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique: Ebano Multimédia, 1998. 46 min.

A ÚLTIMA PROSTITUTA. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique: Ebano Multimédia, 1999. 48 min.

HISTÓRIAS COMUNITÁRIAS. Dir. Licínio Azevedo & Orlando Mesquita. Moçambique: Ebano Multimédia, 2000.

A PONTE. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique: Ebano Multimédia, 2001. 52 min.

DESOBEDIÊNCIA. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique/Portugal: Licínio Azevedo, 2002. 92 min.

PARAGEM NOCTURNA. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique/Reino Unido: Ebano Multimédia, 2002, 52 min.

MÃOS DE BARRO. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique: Licínio Azevedo e Camilo de Sousa, 2003. 50 min .

ACAMPAMENTO DE DESMINAGEM. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique: Licínio Azevedo e Camilo de Sousa, 2005. 60 min.

O GRANDE BAZAR. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique: Camilo de Sousa, 2006. 56 min.

HÓSPEDES DA NOITE. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique: Camilo de Sousa, 2007. 53 min.

A ILHA DOS ESPÍRITOS. Dir. Licínio Azevedo. Moçambique: Ebano Multimédia e Technoserve, 2010. 63 min.

VIRGEM MARGARIDA. Dir. Licínio Azevedo. Portugal/França/Angola/Moçambique, 2013. 90 min.

COMBOIO DE SAL E AÇÚCAR. Dir. Licínio Azevedo. Portugal/França/África do Sul/Brasil/Moçambique, 2015, em produção.

Referências

CAHEN, Michel. *Les Bandits: um historien au Mozambique*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2002.

CONVENTS, Guido. *Os Moçambicanos perante o cinema e o audiovisual*. Maputo: Dockanema, 2011.

Autoras/Authors:

ANA CRISTINA PEREIRA <ana.c.pereira@outlook.com>

- Doutoranda em Estudos Culturais no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS/UM); Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Aveiro; Licenciada em Teatro pelas escolas de Teatro e Cinema de Lisboa e de Música e Artes do Espetáculo do Porto. Com investigação sobre cinema, raça e género, é Bolseira FCT em regime misto e encontra-se neste momento em Maputo, a desenvolver parte da pesquisa que tem como tema Identidade e Alteridade no cinema pós-colonial em Portugal e Moçambique.
- PhD student in Cultural Studies at the Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS/UM); she has a Master's degree in Education Sciences by the Universidade de Aveiro; also has a degree in Theater Studies by the Schools of Theater and Film of Lisbon and of Music and Art of the Spectacle of Porto. She researches cinema, race and gender and has a FCT scholarship and currently resides in Maputo, developing part of her research about Identity and Alterity in the postcolonial cinema in Portugal and Mozambique.

ROSA CABECINHAS <cabecinhas@ics.uminho.pt>

- Professora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). Doutorada em Psicologia da Comunicação pela Universidade do Minho, Mestre em Psicologia Social pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e Licenciada em Psicologia pela Universidade de Lisboa. Participa em diversos projetos nacionais e internacionais, principalmente nas áreas da diversidade e comunicação intercultural, memória social, representações sociais, identidades sociais, estereótipos e discriminação social. Publicou trabalhos em várias revistas científicas nacionais e internacionais. É autora da obra *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial* (Campo das Letras, 2007) e coeditora do livro *Comunicação Intercultural: Perspetivas, Dilemas e Desafios* (Campo das Letras, 2008).
- Professor at the Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho and researcher at the Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). She has a PhD in Psychology of Communication by Minho University, Master's degree in Social Psychology by the Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) and is licensed in Psychology by the Universidade de Lisboa. She participates in many national and international projects, mainly in the areas of diversity and intercultural communication, social memory, social representations, social identities, stereotypes and social discrimination. Published works in many international and national scientific papers. She is the author of the work *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial* (Campo das Letras, 2007) coeditor of the book *Comunicação Intercultural: Perspetivas, Dilemas e Desafios* (Campo das Letras, 2008).

Mediating colonial marginality and (minor) ity in Isabel de Guevara's *Carta a la Princesa Doña Juana*

*Mediando a marginalidade colonial e a (menor) idade
na Carta a la Pincesa Doña Juana de Isabel de Guevara*

*Mediando la marginalidad colonial y la (poca) edad
en la Carta a la Princesa Doña Juana de Isabel de Guevara*

Raúl Marrero-Fente*
Scott Ehrenburg**

Abstract: Written in 1556 by one of the participants in the conquest and colonization of the River Plate, Isabel de Guevara's letter to the princess Juana is a critical testimony of the time. The value of this document arises from the author's personal condition, defined as eyewitness of the described facts. It is in this way that it establishes the verisimilitude of the narration based on juridical speech. This article seeks to interrogate the binary constructions of colonial/imperial, margin/center, and local/global, upon an examination of Isabel de Guevara's letter in a broader Spanish American colonial context.

Keywords: Isabel de Guevara; female epistolography; female conquistador; conquest of America; minority discourse

Resumo: Escrito em 1556 por um dos participantes da conquista e colonização do Rio da Prata, a carta de Isabel de Guevara para a princesa Juana é um testemunho crucial de seu tempo. O valor desse documento vem da condição pessoal do autor, definida como testemunha ocular dos fatos descritos. É dessa maneira que ela estabelece a verossimilitude da narração baseada no discurso jurídico. Esse artigo busca interrogar as construções binárias de colonial/imperial, margem/centro e local/global, a partir de um exame da carta de Isabel de Guevara em um contexto hispano-americano mais amplo.

Palavras-chave: Isabel de Guevara; epistolografia feminina; *conquistador* feminina; conquista da América; discurso minoritário (ou de minorias)

* Professor of Spanish and Law at the University of Minnesota. <rmarrero@umn.edu>

** Ph.D. Candidate in Spanish Literature at the University of Minnesota. <ehren020@umn.edu>

Resumen: Escrita en 1556 por uno de los participantes de la conquista y colonización del Río de la Plata, la carta de Isabel Guevara a la princesa Juana es un testimonio crucial de su tiempo. El valor de este documento proviene de la condición personal del autor, que se define como un testigo ocular de los hechos descritos. Esto es lo que establece la verosimilitud de la historia basada en el discurso jurídico. Este artículo tiene por objeto examinar las construcciones binarias de colonial/imperial, margen/centro y local/global, a partir del examen de la carta de Isabel Guevara en un contexto más amplio hispanoamericana.

Palabras clave: Isabel de Guevara; epistolografía femenina; conquistador femenina; la conquista de la América; el discurso minoritario (ou de las minorías)

Feminist studies and women's literature have found themselves in a tenuous position—characterized by both marginality and an access point to alternative ways of “knowing” in patriarchal discourse. It is precisely in this space of thought, in determinate historical moments, where agency is both gained and affirmed. In tracing back women's studies, specifically in a literary tradition, women's subjugation is clear, as well as that of other minorities. The inaccessibility to formal education, economic constraints, and overarching social practices conditioned their subjugation. This effort to silence women by limiting access to textual production and deeming what little scholarship they produced as having little importance is quite apparent in the construction of a colonial subjectivity.

Until recently, these invisibilities have been present not just in a vast tradition of women's literature but more acutely manifested in a complete discipline of literary studies¹. In the scope of subfields of specialization in the US academy, colonial studies are quite new relative to its counterparts, like for example, literary studies focused in the contemporary era. The (re)discovery of texts have proven fruitful in our current theorizations about coloniality, empire, mercantilism, and commodity. The presence of women's texts in the colonial Latin America period is very limited in its range². In many anthologies, the same authors and the same texts have been constructed, deconstructed, and refashioned so as to uncover specific epistemological underpinnings of a certain “double” minority position as women in the “new world” context of the Americas. Moreover, the colonial condition incorporates

¹ Restall calls Isabel de Guevara “invisible conquistador” (RESTALL, 2003, p. 172).

² By no means should this point be understood as an indication that texts by women don't exist. What is clear is the dearth of scholarship that exists regarding texts produced by not just Spanish American women but also other minorities like indigenous groups, gypsies, and the enslaved.

certain strategies (discursive and rhetorical) to construct a certain corpus of identity characteristics indicative of a colonial subjectivity. However, in our discussion we seek to interrogate the binary constructions of colonial/imperial, margin/center, and local/global because, upon an examination of Isabel de Guevara's letter in a broader Spanish American colonial context, it is clear that the strategies she employs are in step with minority literature more so than exclusively women's literature. As we will demonstrate, critics have failed to escape the trap of essentializing women's writing or monolithically reading the "woman's voice" as it pertains to a specific socio-historical context (colonial) and thus misreading Guevara's contribution to our understanding of colonial literature. It is precisely through this in-between or more liminal space that demonstrates what Cherrie Moraga and Gloria Anzaldúa can argue as a *mestizaje* of linguistic form/strategy, a 16th century prototype for later theorizations. This liminal "space" will be the point of departure for this essay as we focus on the internal ambiguities and contradictions present in the text.

Isabel de Guevara speaks of a lost women's literary tradition precisely due to the scarcity of biographical information about her. Guevara was apart of a collective of Spaniards that set sail from Cádiz in 1534 under the direction of Pedro de Mendoza, a wealthy nobleman who would be the leader of the expedition to La Plata and Paraguay. Once ashore, the settlers struggled through disease, famine, and skirmishes with natives, and not surprisingly left many dead (SCOTT, 1999, p. 4-5; LOPRETO, 1976, p. 14-17). Mendoza would eventually fall victim like many of his colonial contemporaries to a venereal disease, singularly syphilis. Due to his condition, Mendoza left to return to Spain and ultimately ended up dying on the seas of the Atlantic during his journey. Captain Juan de Ayolas quickly replaced Mendoza, and he directed the colony to move to present day Asunción and hence was named as the founder of present-day Paraguay (SCOTT, 1999, p. 4-5).

Isabel de Guevara was born in Spain. The precise date and place of her birth, however, is unknown. Despite such limited biographical information, it is generally assumed that she died in the New World, probably in the region of Río de la Plata in the late 16th century. Guevara arrived in the Americas in 1536 as a member of the expedition of Pedro de Mendoza and later on wrote a letter to Princess Juana on July 2, 1556. The original letter can be found in the National Archive in Madrid and was published in 1877 by Justo Zaragoza (1974). This letter, written by Isabel de Guevara, is the first-known text to recount

the conquest and colonization of the Río de la Plata region from a female point of view as well as one of the first critical testimonies of those processes. The missive questions the imposed social norms placed on women establishes a precedent of targeting a female audience (particularly women who hold power—Princess Juana, specifically) in order for her voice to be heard, and challenges the limits imposed by social conventions on female epistolary literature. This tradition of female letter writing was normally confined to personal or family issues, with only a few exceptions that related to matters of the public sphere (CHEREWATUK & WIETHAUS, 1993, p. 8-9; COUCHMAN & CRABB, 2005, p. 3-20; DAYBELL, 2001). Perhaps upon realizing a sense of female agency and control of discourse, Isabel de Guevara allies herself with Princess Juana and consequently transgresses social codes and topics that would otherwise be forbidden to women. This alliance aims to establish a female authority and thus raises a reading of the text that distinguishes it from similar letters written by men. The letter by Isabel de Guevara presents a group of women that endures with men the trials and tribulations of the New World; however, it is only the women who assume the role of savior. This letter distinguishes itself from other chronicles of the Americas in its articulation of the participation of women in the colonial enterprise³.

It is worth asking why Isabel de Guevara wrote her letter twenty years after the events described. One possible answer lies in the power relations prevailing during the administration of Domingo Martínez de Irala, who was appointed in 1555 the governor of the territories of the Río de la Plata and was granted permission to distribute land (ZARAGOZA, 1974, p 797). On May 14, 1556 Martínez de Irala enacted the Ordinances (*Ordenanzas*), which distributed twenty thousand natives to three hundred colonizer (ZORRAQUÍN BECÚ, 1988, p. 132- 133). Just weeks after the publication of the Ordinances, on July 2, 1556, Isabel de Guevara wrote her letter. By placing the missive of Isabel de Guevara in this historical context, we see it taking on a legal nature that not only defies the laws of Governor Martínez de Irala, but is intended to be, in itself, a legal document. Above all, however, it is primarily a demand for women's rights, specifically a woman colonizer's rights.

³ For recent studies on Isabel de Guevara's letter see Mar del Langa, "Mujeres en la expedición de Pedro de Mendoza: cartas, crónicas y novelas; verdades, mentiras, ficciones y silencios." *América sin nombre*, 15, 2010, p. 15-29; and Rocio Quispe-Agnoli, "Discursos coloniales escritos y agencia femenina: La 'Carta a la Princesa Juana' de Isabel de Guevara", *CIEHL: Cuadernos Internacionales de Estudios Humanísticos y Literatura*, 5, 2005–2006, p. 81-91.

Isabel de Guevara made her request for rights based on an argument supported by facts to convince readers of the truth of her story. According to legal rhetoric, this is a necessity in order to understand the case (the facts) and justify it. This is precisely what distinguishes the letter from others: Guevara establishes the relationship between the facts and the law through rhetoric. This process has two moments of truth. The first, describe their involvement in colonization. The second, challenge the arguments of the other party. In this case, the party is not an individual, but the Crown.” In our opinion, here lies the most novel aspect of the claim because the author appeals directly to the Crown, not local authorities. The letter by Isabel de Guevara is a defense of the rights of women as she questions the place assigned to her and her contemporaries by the patriarchal society of that time.

The value of the letter from Isabel de Guevara to Princess Juana comes from the personal status of the author, who describes herself as an eyewitness of the events listed. This establishes the plausibility of the narrative from legal discourse. Formally, the letter follows the models of *ars epistolandi* with the novelty of transgressing the representation of woman because it appears as a public subject seeking to demand both rights and property from royal authority.

The crucial role of rhetoric and law in the early modern period allows for the exploration of the relationships between these two forms of knowledge and its influence on literature. So, for example, the evolution of legal rhetoric as an important means of expression in the European legal culture, particularly in a Spanish context, is rooted in the rhetorical schools of the classical era. Moreover, the legal system in Spain comes from the tradition of classical Roman law. The idea of a common origin of rhetorical and legal models is important for understanding its evolution in institutions and legal functions as well as its relationship with literature. This process began in the Middle Ages at the University of Bologna in Italy, where the relationship between rhetoric and the law led to the emergence of new tasks such as drafting contracts by notaries and, more importantly, the construction and maintenance of document archives. Furthermore, it was common that lawyers write technical advice to notaries in their work and that instructors of *ars notaria* also taught law (SEIGEL, 1968, p. 69).

In Spain, during the early modern period, this relationship between legal and rhetorical studies resulted in the decline of orators in the legal process and their replacement by lawyers specializing in technical matters. This circumstance was also due to changes in the state and

the rise of legal production, which was manifested in the large number of laws and regulations issued. Some of the most important are *Siete partidas* (1263), *the Ordinance of Alcalá de Henares* (1356), *Laws of Toro* (1505), and *the New Compilation of the Laws of Castile* (1567). It was also the predominance of a written culture that necessitated a call for contracts in business and commercial enterprises. It is not a coincidence that in the history of legal documents letters appear redacted according to a formal structure, serving as a starting point for the production of later manuals with formulaic approaches to letter writing style. According to Costamagna, this *traditiocartae* began in the eleventh century (COSTAMAGNA, 1970, p. 34-95). The basis for these changes is reflected in the transition from classical rhetoric to more practical issues during the medieval epoch in Italy, and was expressed in the letter-writing manuals called *ars dictaminis* (which showed examples of letters for different occasions), and the *ars notaria*, notaries manuals containing formulas to draft contracts and other legal documents. The most important element in this process is the presence of drafting provisions in the *ars notaria* and notarial formulas in the *ars dictaminis* (SEIGEL, 1968, p. 206). These common features between the *ars notaria* and the *ars dictaminis* also appeared in Spain.

This is another act that explains the abandonment of oral and theatrical tradition of public speaking and confirms the close relationship between the epistolography and law. *Ars dictaminis*, manuals, and collections of letters—called *dictamina*—began to appear in legal documents, especially in the *ars notaria* (MURPHY, 1989, p. 77). Although different authors consider the structure of the letter according to the models of the *ars dictaminis* coming from prayer in classical rhetoric, this classification is related to the medieval era. The appearance of the *ars epistolandi*, replacing the *ars dictamindi*, caused a change in the structure of the letters, especially in separating the *salutatio* from the *exordium*, coupled with other changes in punctuation and internal division of the letters (KRISTELLER, 1983, p. 1-19).

In the context of Colonial Latin American literature this transit of the *ars dictandi* to the *ars epistolandi* is an essential element in the evaluation of the epistolary genre. By epistolary genre we define the letters that were written in the Americas, and include ones related to the courts, *cartas de relaciones* and correspondence about personal issues (MARRERO-FENTE, 1999, p. 96). In Colonial Latin America, the immediate antecedents of the epistolary genre are the *cartas de relación* of Christopher Columbus and Hernán Cortés. There is a close

relationship between the discourses of epistolography and law during the colonial period because the letters used legal elements throughout the text. In this sense it is necessary to recall the manuals regarding letter writing and the law appearing in Spain, such as Gaspar de Texeda's, *Este estilo de esrebir cartas mensageras* (1549), Antonio Torquemada, *Manual de escribentes* (1552), Gabriel de la Gasca, *Manual de avisos del perfecto cortesano* (1631), Juan Luis Vives, *De conscribendis epistolis* (1536). While the presence of rhetoric is important, it is in the epistolary doctrine where one should study missive production in colonial period. Another key element is sacred oratory, and especially, Christian epistolary tradition, particularly the models of Pauline Epistles (DOTY, 1973, p. 21-42). The latter played a crucial role, especially in women's epistolography, as they were the models that were available to women and appeared in religious literature, especially the Bible.

The rhetorical devices found in the letter by Guevara, respond to the letter's recipient; a decisive element for the petition of rights that are manifested in two dimensions. First, explicitly in the demand for a *repartimiento*, the author closely follows the basic principles of the judicial process: presentation of the facts, denouncing injustice or violation of rights, and appeal for justice. Second, although implicitly, the letter exceeds the mere petition for a parcel of land and becomes a defense of the rights of women criticizing the legal system of the time through the direct link established with royal authority and, thus, transgresses the social role for women at the time. Since the beginning of the conquest of America land claims were coded through different laws up until *Recopilación de las leyes de los Reynos de las Indias* in 1680.

In the letter the author assumes the role of eye-witness of the facts she recounts giving credibility to her writing from legal discourse (FOUCAULT, 1992, p. 11-88). The letter provides access to the Royal Palace, where her testimony will be exposed, surpassing the vice-regal audience, an area in which the female voice is subordinated to the patriarchal figure of Governor Martínez de Irala. The eyewitness formula on which rests her argument is part of a tradition that appears from the letters of Columbus and Cortes. Precisely were the descriptions of eyewitnesses that helped create the image of the New World, transforming European historiography. The letter by Isabel de Guevara is an example of the new narrative forms that arise as a result of the change in the *ars epistolandi* and in the early modern epistolography. The appearance of the *ars epistolandi*, replacing the *ars dictandi* transformed

the structure of the letters, in particular separated the *salutatio* from the *exordium*, and changed the punctuation and the internal division (KRISTELLER, 1983, p. 8).

The letter of Isabel de Guevara is written on the model of the *ars epistolandi*: greeting, exordium, narration, petition, and conclusion. Beginning with the greeting, Guevara employs a humble and respectful tone, while using a direct style. The author and the addressee of the letter are women; hence the locus of enunciation acquires a different meaning from the letters written by men, who followed strict protocols of courtesy when speaking to the royal authorities. In the text are various levels of complaint to reach out and gain the trust of the princess Juana.

Isabel de Guevara's letter pushes the limits of social conventions in female epistles. This tradition limited women's letters to personal or family issues and, quite rarely, to matters of the public sphere. Isabel de Guevara seeks the complicity of Princess Juana, to sidestep the discursive control around women, transgressing the codes of the topics forbidden to women in the letter writing. First, this difference stems from the fact that the royal family member is a princess and not a prince. The result is that, in the presence of a female authority, all the conventions of a court, traditionally conceived from a male point of view, are modified. Moreover, the demand for rights comes from a woman who relates the adventures and dangers she and other women endured to save their male comrades. Finally, Isabel de Guevara does not just ask for rewards for herself, but for her husband as well.

Isabel de Guevara attempts to influence Princess Juana through a meta-textual comment on the history of the chroniclers of the conquest of America, however, her view is revealed indirectly by means of comparisons and examples articulated through analogies to the central thesis of the letter: the prominence of women in the exploration and conquest of the territories of the Río de la Plata area. Isabel de Guevara's text questions power relations because on more than one occasion she regrets having been excluded from the *repartimientos*. Thus, the commentary found in the letter appears as a space to complete the story that male chroniclers fail to tell. It is a palimpsest over other historiographical texts, and it opens a different version of the story that had before been censored. Such revision of colonial discourse implies a criticism of the binary representation of gender, a trend that is reflected in colonial historiography, to award women subordinate roles, or simply to erase the female figures from episodes of the conquest (MARRERO-FENTE, 1996, p. 1-7).

Isabel de Guevara interrupts these silences by making the female the protagonist of the historical process. That is to say, in the letter the female gender becomes a category of analysis. The immediate consequence of this rhetorical strategy is the construction of a new colonizing subject, since it incorporates for the first time female gender in colonial discourse. Isabel de Guevara appears as a public subject that appeals to an absent authority (also female), through an act of legitimation based on her knowledge of the events described. Another important element is the link between the petitioner (woman) and the State (woman) is recreated in a female writer who writes a report about the life of Spanish women during the colonization of the Río de la Plata. The author builds her request through her own participation in the conquest. Therefore, the letter by Isabel de Guevara is an official document addressed to a royal authority, requesting payment for services rendered. The organization of the request is persuasive in tone with words chosen in order to highlight the sacrifices of women at the behest of the Crown.

The metaphor of hunger is the center of a complex rhetorical game. First, it raises the virtue of the author for the work endured. Second, the rhetoric of the letter is organized around the hunger for power and wealth which functions as the motives for the behavior of Isabel de Guevara. It should be clear that the ambition for wealth and power also appear in men and are described in the letter ironically. Another significant moment in the text is the reference to religious authority as a source of legitimacy of the narrative, through the example of hunger in Jerusalem. This example allows for a brief discuss the influence of the epistolary tradition of Christianity, especially the Pauline epistles. St. Paul's letters were important for female epistolography models because they were better known by women. The ironic tone of the hunger metaphor serves to challenge existing power relations at the time, while working as a trope that primes the narration. The technique of erasing rhetorical conventions through visual images, such as description of hunger, is a similar technique to what appears in the Pauline letters.

The purpose of the narrative is to instruct the reader, and in order to do so Isabel de Guevara builds a story that explains the work of women. The presence of sentimental memories correlate to the development of an argument, by acting as a device that creates an external narrative event (GOLDSMITH, 1989,p. 69). The letter features a collective of women who share the work and dangers right along side men, however, it is women who assume the role of savior, and their participation in

the colonial enterprise which this letter highlights is absent in other chronicles. The author supports her request through religious discourse and warns that women's actions are an act of Christian charity. The image of the selfless woman who sacrificed herself for men found in this letter situates it in the larger tradition of Christian epistolography and *ars praedicandi*, and works as a deterrent technique. The representation of women as victims in the women's letter writing is an old tradition from Ovid, but in this case what is important is that women's suffering is justified by way of Christian charity. Isabel de Guevara's letter is a veiled complaint regarding the chivalric codes of the conquerors: honor, courage and tenacity. The letter contradicts the official version of history presented by male chroniclers on an ethic of service, sacrifice and honor.

Although the purpose of the letter of Isabel de Guevara is to demand payment for her services and sacrifice, it is also a petition for an injunction of the law that creates a stumbling block for her (Martínez de Irala's laws), which did not recognize the rights of women to receive *encomiendas*. During the colonial period women's right to own lands became a controversial topic which is clearly reflected as a central issue in the letter. This letter was entrenched in the debate but stood out by the transgressive way the text tries to make a pact with the state. To be clear, the letter is addressed to Princess Juana, hence the letter is mediated through its legal function for a demand for certain rights. Moreover, Isabel de Guevara aspires to enter into dialogue with power through writing. In the letter the author's ego appears only a few times, unlike the letters of male writers. The confidential tone of the author recounting the work of women is an action similar to that employed by the *pícaro* faced with the authorities in court. The letter from Isabel de Guevara oscillates between public and private, revealing the conflict between the public self that aspires to have greater social independence, and a private self-facing the constraints of marriage. (OTS Y CAPDEQUÍ, 1969, p. 214-219). In the conclusions of the letter, the author insists on her request but included the name of her husband. The mention of her husband has an ironic tone because the author shares with men the desire to have *encomiendas* and slaves.

Isabel de Guevara made the request for rights based on an argument supported by the facts to convince Princess Juana of the truth of her story. According to legal rhetoric, it is vital to recount the facts in order to understand the case and have justice served. This is precisely what distinguishes the Guevara's letter from others in general because it

establishes the relationship between the facts and the law through rhetoric. This truth building process has two salient moments. The first to describe her participation in the conquest and, second, when challenging the arguments of the other party, which in this case is not any individual, but governor Martínez de Irala. This is the most innovative aspect of the claim, because the author appeals directly to the figure of the royal authority, and not to local authorities.

We have argued until now—through a privileging of the confluence of the law and rhetoric—that Guevara’s letter puts into question in part the tenets of gender roles. However, what does the letter offer in the way of a colonial reality and a writing style characterized by a colonial subjectivity? Undoubtedly, Guevara textually demands indemnification, but once socio-historically contextualized, these claims were not unheard of for the time period. As we have suggested the presence of women’s text in the colonial period is very limited in its range. What is more, the colonial condition incorporates certain strategies (discursive and rhetorical) to construct a certain corpus of identity characteristics indicative of a colonial subjectivity. However, upon closer interrogation of the binary constructions of colonial/imperial, margin/center, and local/global in relation to Isabel de Guevara’s letter demonstrates that in a broader colonial context, the strategies she employs are in step with a “minor” literature.

Minor literature and discourse as explained by Yolanda Martínez-San Miguel, permits a reconceptualization of how one can frame colonial discourse and subjectivity. Her theorizations afford a positioning of Isabel de Guevara’s work through her rhetorical and discursive strategies as categorically colonial. If the text is framed in relation to position instead of essence then a much clearer sense of her positionality is privileged as a subjugated subject (woman and additionally “colonial”). That is to say, the locus of enunciation becomes crucial to understand the space of her writing in an existing economic and political network. Martínez-San Miguel states “spatial conceptions assist in understanding the political setting of social and cultural experiences that take place outside and before the existence of modern national boundaries” (MARTÍNEZ-SAN MIGUEL, 2009, p. 166). According to Martínez-San Miguel, revisiting insights by Deleuze and Guatari, are three characteristics that constitute a “minor” literature: deterritorialization of language, individual political dimension, and a collective enunciation. However, only upon the fusion of all three is what constitutes it as “revolutionary” quintessential colonial discursivity.

Guevara employs the same linguistic tactics as her male counterparts—like Las Casas and Columbus—in order to describe a colonial reality otherwise inconceivable by the Spanish monarchs particularly through the strategies of aphasia and repetition. The first text below is a fragment from *Diarios de viaje* of Columbus that Martínez-San Miguel provides and the second quote is from Guevara's letter, both show similar intriguing qualities of aphasia:

Y vide muchos árboles muy disformes de los nuestros, d'ellos muchos que tenían los ramos de muchas maneras y todo en un pie, y un ramito es de una manera y otro de otra; y tan disforme, que es la mayor maravilla del mundo cuánta es la diversidad de la una manera de la otra. Verbigracia: un ramo tenía las fojas de manera de cañas y otro de manera de lentisco y así en un solo árbol de cinco o seis d'estas maneras, y todos tan diversos (MARTÍNEZ, 2009, p. 181)⁴.

... y como la armada llegase al puerto de Buenos Ayres, con mill é quinientos hombres, y les faltase el bastimento, fue tamaña la hambre, que, á cabo de tres meses, muyrieran los mill; esta hambre fue tamaña, que ni la de Xerusalen se le puede ygualar, ni con otra ninguna se puede conparar (SCOTT, 1999, p. 9).

In both texts we see the authors' struggle with a language that does not reach or capture the complexity of their testimony, a striking aphasia. Isabel de Guevara reaches the limits of language as her narration moves from describing a great hunger to later pronouncing a hunger that goes beyond that which was experienced in Jerusalem. Her use of *ygualar* and *conparar* speak in similar ways to Columbus's deployment of *maravilla* and *disforme* as empty signifiers (MARTÍNEZ-SAN MIGUEL, 2009, p. 181). It is clear from these two texts that Latin American (the Americas) reality spatially resignifies language to reflect a new discursive entity. This is also clear through another characteristic strategy by colonial "minor" literature, the use of repetition both linguistically and thematically.

Both authors present a control of a colonial reality by their employment of repetition in order to communicate an ideological

⁴ I saw many trees very unlike those of our country. Many of them have their branches growing in different ways and all from one trunk, and one twig is one form, and another in a different shape, and so unlike that it is the greatest wonder in the world to see the great diversity; thus one branch has leaves like those of a cane, and others like those of a mastick tree: and on a single tree there are five or six different kinds.

message. The first text is an excerpt from Las Casas's *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* and the second Guevara's letter:

En estas ovejas mansas y de las ciudades susodichas por su Hacedor y Criador así dotadas, entraron los españoles desde luego que las conocieron como lobos y tigres y leones crudelísimos de muchos días hambrientos. Y otra cosa no han hecho de cuarenta años a esta parte, hasta hoy, y ho en día lo hacen sino *despedazallas, matallas, angustiallas, afjillas, atormentallas, y destruillas* por las estrañas y nuevas y varias y nunca otras tales ni leídas ni oídas maneras de crueldad, de las cuales algunas pocas debajo se dirán, en tanto grado que habiendo en la isla Española sobre *tres cuentos [millares, millones]* de ánimas que vimos, no hay hoy de los naturales Della doscientas personas. *La isla de Cuba* es cuasi tan luenga como desde Valladolid a Roma: está hoy cuasi toda despoblada. *La isla de Sant Juan y la de Jamaica*, islas muy grandes y muy felices y graciosas, ambas están asoladas... (MARTÍNEZ-SAN MIGUEL, 2009, p. 184-185)⁵.

Vinieron los hombres en tanta flaqueza, que todos los trabajos cargavan de las pobres mugeres, ansi en lavarles las ropas, como en curarles, hazerles de comer lo poco que tenian, alimpiarlos, hazer sentinela, rondar los fuegos, armar las ballestas, quando algunas vezes los yndios les venien á dar guerra, hasta cometer á poner fuego en los versos, y á levantar los soldados, los questavan para hello, dar arma por el campo á bozes, sargentenando y poniendo en orden los soldados; porque en este tiempo, como las mugeres nos sustentamos con poca comida, no aviamos caydo en tanta flaqueza como los hombres (SCOTT, 1999, p. 9)⁶.

⁵ It was upon these gentle lambs, imbued by the Creator with all the qualities we have mentioned, that from the very first day they clapped eyes on them the Spanish fell like ravening wolves upon the fold, or like tigers and savage lions who have not eaten meat for days. The pattern establishes at the outset has remained unchanged to this day, and the Spaniards still do nothing save tear the natives to shreds, murder them and inflict upon them untold misery, suffering and distress, tormenting, harrying and persecuting them mercilessly. We shall in due course describe some of the many ingenious methods of torture they have invented and refined for this purpose, but one can get some idea of the effectiveness of their methods from the figures alone. When the Spanish first journeyed there, the indigenous populations of the island of Hispaniola stood at some *three million*; today only two hundred survive. *The island of Cuba*, which extends for a distance almost as great as the separating Valladolid from Rome, is now to all intents and purposes uninhabited; and two other large, beautiful and fertile islands, *Puerto Rico* and *Jamaica*, have been similarly devastated

⁶ The men became so weak that all the work fell on the poor women: from washing their clothe to caring for the sick, making them eat the little they had, cleaning them, staing guard, tehnding th watch-fires, arming hte crossbows when sometime there were Indian attacks and even firing the culverins; we sound the alarm to the soliders with loud voices, we drilled them and put them in order, for at that time we women could get by with less food and had not fallen into such a state of weakness as the men.

In the description of Las Casas there is a clear goal of describing flora and fauna and hospitality of the natives juxtaposed with the savagery of the Spaniards as metaphorical wolves by the repetition using lists of adjectives, hyperbole and verbs (MARTÍNEZ-SAN MIGUEL, 2009, p. 185). The same holds true in an almost identical pattern in Guevara's text as she describes the laborious effort the women assumed in both their tasks and the risks taken to their personal health by aiding their male comrades. From these two examples it is clear that Guevara's text fits with the "minor" literature model that Martínez-San Miguel presents when analyzing Las Casas in that there is clear deterritorialization of language as seen in the two aforementioned examples, an individual dimension as she is the sole writer of the letter, and a collective enunciation because Guevara implicates in her writing not just her husband but strategically employs the other colonial women and also men that were writing the same type of letters, reaching out to the Spanish authority back in the peninsula.

Guevara's use of the third person, by speaking of *ciertas mugeres* right up until the end of her letter in which she shifts to the first person in order to ask for the *repartimiento* that she herself merits for her efforts, has previously been commented on (TIEFFEMBERG, 1989, p. 278-300). What should we as readers make of her shift in narrative voice? Who is Isabel de Guevara speaking for? The question of speaking for others—speaking for on behalf of, and about others—is a politically important one for feminist academic and activists and presents a host of problems traversing power, privilege, and oppression in discursive and material arenas.

Linda Alcoff's text *The Question of Speaking for Others* posits "whether all instance of speaking for others should be condemned and, if not, how we can justify a position that would repudiate some speakers while accepting others" (ALCOFF, 1992-3, p.5). She frames the "problem of speaking for others" in terms of representation in which all acts of speaking (speaking for/about myself/others) involve constructing subject positions through one's own situated interpretation. These positions have both material origins and consequences that are negotiated through discourse, location, and power. Adopting what Foucault calls "rituals of speaking", Alcoff argues that one's social position is deeply intertwined with the discursive practices of writing/speaking or the text/utterance. Rituals of speaking occur within a discursive context that refers to other utterances in a way that is always political. The meanings that these utterances take on are subject to

change as the fluidity of context and historical moment is in continual flux. With this in mind, it becomes important to politically contextualize “truth” claims made by a speaking subject in order to authorize or deauthorize his or her speech.

Alcoff’s theorizations prove useful when assessing Guevara’s text in a large corpus of “minor” literature in the Americas. Recalling the minor literary strategies in a colonial context it appears that Guevara directly employs a “ritual of speaking” for others that Alcoff articulates; a speaking *with* and *to* that challenges the discursive structure of speaking by which speaking/knowing subjects challenge their status as objects of knowledge. By pronouncing the injustices done in the Americas, bearing witness to a unique experience of personal hardship experienced by a collective group of women adds the “with” component and her address to the Princess on some level allows a speaking “to” the closest epistemologically similar reality back in Spain. However, this last point of addressing the Princess seems to be overvalued by some critics.

The question of sisterhood highlights a feminist epistemology grounded in a “woman’s consciousness” or that the common bond of womanhood would sustain her demands. It is our contention that we learn more about Guevara and her use of minor literature, rhetoric, and an intentionality on her part to establish a sisterly or womanly bond. The Princess’s access to knowledge about life in the colonies was not a first-hand witnessing and her hierarchal status as royalty would not provide access to a reality of “hard work” and conceptualization of the danger women faced tending to wounded men. From 1554 to 1559 Princess Juana assumed the role of governess of Spanish overseas territories and upon review of various critics, inferences are made to suggest that Isabel de Guevara actively sought out Princess Juana and thus bypassing the King completely. This is not entirely true, as Juana was the appointed monarch in charge of governing all overseas territories while her father was out of the country (MARRERO-FENTE, 2003, p. 13-16). In fact the significance of the text is better addressed by, “precisamente la participación de las mujeres en la empresa colonial—que la carta destaca—lo que distingue a esta relación de otras crónicas americanas”. (MARRERO-FENTE, 2003, p. 9)⁷.

Throughout the last several decades the text has been analyzed through epistemological and legal frameworks but in any case

⁷ Precisely the participation of women in the colonial enterprise—which the letter emphasizes—is what distinguishes this relationship from other American chronicles.

comprehensively valued for its completeness and the clear agency present in the character of her writing. While is true, that Isabel de Guevara's letter is in part about putting into question tenets of gender roles, what does the letter offer in the way of a colonial reality and writing characterized by a colonial subjectivity? Is it unlike that present inside the Spain of that time? To be clear, there is no doubt that Guevara's text demands indemnification but socio-historically contextualized, these claims were not unheard of for the time period. Many women in the colonies worked actively in trade, mining, or even administrative positions. Undoubtedly, Spanish and Creole immigrants were participants in the local economy within colonial hierarchical constraints. In Isabel de Guevara's case, action is taken under the administration of Domingo Martínez de Irala. She does so due to Irala's direct distribution of *encomiendas* and native slaves for which she received nothing. It is clear that the letter problematizes the spatial and social control of the injustices done to her by the patriarchal order. On one level is the testimony of a mobility and participation in various activities that do not correspond to what could be called "feminine nature" and clearly those women were not limited to the realm of domesticity. The second corresponds to the field of rhetoric. The use of the word to address the Princess by Guevara is at that time an act of transgression spatially, to break with the silence they were originally destined to fulfill. In her letter, modes of discourse construction reveal an assured subject who is, at the same time, an agent that replicates and criticizes colonial structure, which is mediated by distance (SILVA, 2011, p. 20-21). Evidently, women's roles back in the peninsula were far more greatly controlled, suppressed, and limited. In fact, it is in her marginalization and peripheral positioning both spatially and physically from a life in Spain that affords her the opportunity to make such bold demands.

It is clear that meanings emerge in specific historical context and we must assess the discursive event (speaking, listeners, words, environment, context of reception, etc.) as a whole. Although our ability to predict the probable effects or know the actual effects are limited, we can increase our ability by engaging in dialogue with the listeners and learning as much as we can about the context of reception. Furthermore, although we can contest the privileging of the "original" source/author since texts are re-interpreted, we can still connect a source to effect. Lastly, a genealogical analysis of the source can be productive for underling an effect otherwise absent from critical critique. Isabel de Guevara's text is a clear representation of feminine agency but once

incorporated in a larger corpus of colonial “minor” literature, the full effect of her colonial and female subjectivity is realized.

References

- ALCOFF, Linda. The Problem of Speaking For Others. *Culture Critique*, 20, 1992-3.
- ALZATE, Carolina. Isabel de Guevara y Cristóbal Colón: Demandas de la Conquista. *Cuadernos de Literatura*, 5/9, 1999.
- COUCHMAN, Jane; CRABB, Ann. *Women's letters across Europe, 1400-1700: form and persuasion*. Aldershot: Ashgate, 2005.
- COLUMBUS, Christopher. “Journal of the First Voyage of Columbus,” in Julius E. Olson and Edward Gaylord Bourne (Eds.). *The Northmen, Columbus and Cabot, 985-1503, Original Narratives of Early American History*. New York: Charles Scribner's Sons, 1906.
- COSTAMAGNA, Giorgio. *Ilnotaio a Genovatraprestigio e potere*. Roma: Consiglio nazionale del notariato, 1970.
- CHEREWATUK, Karen; WIETHAUS, Ulrike. *Dear Sister: medieval women and the epistolary genre*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1993.
- DAYBELL, James. *Early modern women's letter writing, 1450-1700*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave, 2001.
- DOTY, William G. *Letters in primitive Christianity*. Philadelphia: Fortress Press, 1973.
- FOUCAULT, Michel. *La verdad y las formas jurídicas*. Barcelona: Gedisa, 1992.
- GOLDSMITH, Elizabeth C. *Writing the female voice: essays on epistolary literature*. Boston: Northeastern University Press, 1989.
- KRISTELLER, Paul Oskar. “Rhetoric in Medieval and Renaissance Culture”. In: James Murphy (Ed.). *Renaissance Eloquence: Studies in the Theory and Practice of Renaissance Rhetoric*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- LANGA, Mar del. “Mujeres en la expedición de Pedro de Mendoza: cartas, crónicas y novelas; verdades, mentiras, ficciones y silencios”. *América sin nombre*, 15, 2010.
- LOCKHART, James, and Enrique Otte. *Letters and people of the Spanish Indies, sixteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- LOPRETO, Gladis. *La carta de Isabel de Guevara*. Asunción: Instituto Histórico de la Municipalidad, 1987.
- MARRERO-FENTE, Raúl. *Al margen de la tradición*. Relaciones entre la literatura colonial y peninsular en los siglo XV, XVI y XVII. Madrid: Fundamentos, 1999.
- _____. “De retórica y derechos: Estrategias de la reclamación en la carta de Isabel de Guevara”, *Hispania: A Journal Devoted to the Teaching of Spanish and Portuguese*, 79/1, 1996.
- _____. “Carta de Isabel de Guevara a la princesa-gobernadora doña Juana”. In: Luisa Campuzano and Catharina Vallejo (Eds.). *Yo con mi viveza: Textos de conquistadoras, monjas, brujas, poetas y otras mujeres de la colonia*. Havana: Casa de las Américas, 2003.

- MARTÍNEZ-SAN MIGUEL, Yolanda. Colonial Writings as Minority Discourse? In: José Antonio Mazzotti and Ralph Bauer (Eds.). *Creole Subjects in the Colonial Americas: Empires, Texts, Identities*. Chapel Hill: University of North Carolina, 2009.
- MURPHY, James. *Medieval rhetoric; a select bibliography*. Toronto: University of Toronto Press, 1989.
- OTS Y CAPDEQUÍ, José María. *Historia del derecho español en América y del derecho indiano*. Madrid: Aguilar, 1969.
- QUISPE-AGNOLI, Rocío. “Discursos coloniales escritos y agencia femenina: La ‘Carta a la Princesa Juana’ de Isabel de Guevara”, *CIEHL: Cuadernos Internacional de Estudios Humanísticos y Literatura*, 5 (2005-2006) p. 81-91.
- RESTALL, Matthew. *Seven myths of the Spanish conquest*. New York: Oxford University Press, 2003.
- SCOTT, Nina M. *Madres Del Verbo/Mothers of the Word: Early Spanish-American Women Writers: A Bilingual Anthology*. Albuquerque: University of New Mexico, 1999.
- SEIGEL, Jerrold E. *Rhetoric and philosophy in Renaissance humanism: the union of eloquence and wisdom, Petrarch to Valla*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1968.
- SILVA, Yamile. *Práctica sescriturales femeninas: Espacialidad e identidad en epístolas en la Colonia (Río de La Plata, Siglos XVI-XVII)*. Diss. University of Massachusetts, Amherst, 2011.
- SZURMUK, Monica. *Mujeres en Viaje*. Buenos Aires: Alfaguara, 2000.
- TIEFFEMBERG, Silvia. Isabel de Guevara o la construcción del yo femenino. *Filología*, 24/1-2, 1989.
- ZARAGOZA, Justo. *Cartas de Indias*. Madrid: Ediciones Atlas, 1974.
- ZORRAQUÍN BECÚ, Ricardo. *Estudios de historia del derecho*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1988.

Received: November 13, 2015

Accepted: February 02, 2016

Authors/Autores:

RAÚL MARRERO-FENTE <rmarrero@umn.edu>

- Professor of Spanish and Law at the University of Minnesota. His research focuses on colonial Latin America, early modern studies, and global Hispanophone studies. He is the author of several books, among them, *Trayectorias globales: estudios coloniales en el mundo hispánico (Iberoamericana/Vervuert, 2013)*, and co-editor of *Coloniality, Religion and the Law in the Early Iberian World (Vanderbilt University Press, 2014)*.
- Professor de Espanhol e Lei na Universidade de Minnesota. Sua pesquisa foca na América Latina colonial, estudos sobre o início da era moderna e estudos globais hispanófonos. Ele é o autor de diversos livros, entre eles, *Trayectorias globales: estudios coloniales en el mundo hispánico (Iberoamericana/Vervuert, 2013)* e co-editor de *Coloniality, Religion and the Law in the Early Iberian World (Vanderbilt University Press, 2014)*.

SCOTT EHRENBURG <ehren020@umn.edu>

- Ph.D. Candidate in Spanish Literature at the University of Minnesota. His research interests include transatlantic studies, contemporary Iberian literatures and cultures, and feminist and critical sexuality studies.
- Doutorando em Literatura espanhola na Universidade de Minnesota. Seus interesses de pesquisa incluem estudos transatlânticos, literaturas e culturas contemporâneas Ibéricas e estudos críticos e feministas da sexualidade.

Lições de Erovocá: estratégias narrativas do ‘eu’ a partir do ‘outro’*

Lessons from Erovocá: narrative strategies of the ‘self’ from the ‘other’

Lecciones de Erovocá: narrativas estratégicas del ‘yo’ a partir del ‘otro’

Maria Cristina dos Santos**

Resumo: A década de 1630 foi marcada por um contexto turbulento na história das reduções jesuíticas no Rio da Prata. Desse período consta o registro da prisão de Erovocá, um indígena qualificado na documentação como “antropófago” que chegou à redução de Santa Ana, no Tape, em 1636. De autoria de Joseph Oregio, o registro, parece ter sido produzido enquanto ocorria a prisão e o interrogatório do acusado, e impressiona pela violência dos fatos ali narrados. O objetivo desse texto é evidenciar as potencialidades e precauções aportadas pela análise etnohistórica dos registros documentais que, amparada pela leitura mais acurada das contribuições da antropologia contemporânea, visa compreender as estratégias utilizadas numa narrativa que utiliza o ‘outro’ para evidenciar a eficácia da presença do ‘eu’.

Palavras-chave: antropofagia; endocanibalismo; análise etnohistórica; século XVII

Abstract: The decade of 1630 was characterized by a turbulent context in the Jesuits reductions on the River Plate. During this period there was the arrest of Erovocá, a native who was characterized in his documents as “cannibal”, who arrived at the reduction of Santa Ana, at the Tape, in 1636. The record, by Joseph Oregio, seems to have been produced while the arrest and questioning of the accused were being carried out, and is impressive due to the violence of the facts narrated. The objective of this essay is to show the potentialities and precautions of the ethno-historical analysis of the documental records which, supported by a more accurate reading of the contributions of contemporary anthropology, intends to comprehend the strategies used in a narrative that uses the ‘other’ to evidence the efficacy of the presence of the ‘self’.

Keywords: cannibalism; endocannibalism; ethno-historical analysis; 17th century

* Projeto *O Protagonismo Ameríndio na Coleção De Angelis*. Apoio solicitado ao CNPq, Chamada Universal 2016/1, Processo 404498/2016-7.

** Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
<mestita@pucrs.br>

Resumen: Los años de 1630 fueron de un contexto tumultuoso en la historia de las reducciones jesuíticas del Río de la Plata. En ellos consta el registro de la prisión de Erovocá, un indígena calificado en la documentación como ‘antropófago’ que llegó a la reducción de Santa Ana en la región del Tape en 1636. El registro, firmado por Joseph Oregio, parece haber sido producido mientras ocurría el interrogatorio y la prisión del acusado y causa espanto por la violencia de los sucesos narrados. El recto de este texto es evidenciar las potencialidades y precauciones aportadas por el análisis etnohistórico de los registros documentales, bajo la lectura más atenta de las contribuciones de la moderna antropología contemporánea, con vistas a comprender mejor las estrategias utilizadas en una narración que utiliza el ‘otro’ para demostrar la eficacia de la presencia del ‘yo’.

Palabras clave: antropofagia; endocanibalismo; análisis etnohistórica; siglo XVII

Atualmente, indicar a ‘análise etnohistórica’ como palavra chave de um artigo a ser publicado no Brasil requer algumas ponderações iniciais, dada a profusão da bibliografia sobre o tema que se multiplicou nas últimas décadas. Até os anos 90 se considerava válida a definição que a etnohistória consistia no uso de “fuentes del archivo para el estudio de grupos étnicos no-europeus” (MURRA, 1975, p. 305). Dito de outra forma, a etnohistória se dedicava por excelência, a formular perguntas antropológicas à documentação histórica. Essa posição intermediária gerou desconfianças mútuas entre historiadores e antropólogos: os primeiros duvidavam do êxito das ambições teóricas da Antropologia; os segundos desconfiavam das potencialidades da pesquisa antropológica realizadas no arquivo, terreno desconhecido para o ofício destes. Como bem assinalaram Ana Maria Lorandi e Lúcia Nacuzzi, “el archivo no era un campo de investigación etnográfica puesto que parecía no contener informantes o posibilidades de entrevistas – técnicas propias del oficio del etnógrafo” (LORANDI; NACUZZI, 2007, p. 282). Apesar de tudo, as pesquisas que se enquadravam na perspectiva etnohistórica continuaram desenvolvendo-se, de forma mais abundante na América Latina, mesclando técnicas, metodologias, enfoques e objetos da Arqueologia, História e Antropologia. Durante a década de 1980, circulavam e estimulavam os debates na América as obras de León Portilla (1984) e de Nathan Wachtel (1981), até que por fim, em 1989, se criou a licenciatura de Etnohistoria na Escola Nacional de Antropologia e História no México. Como se vê, o campo de conhecimento da etnohistória, conseguiu um grande eco na América convertendo-se em uma área independente da História, da Antropologia e da Arqueologia, ainda que reúna práticas de pesquisa e formulações teóricas de todas essas áreas.

Por seu lado, nessa mesma época no Brasil, também havia pesquisas de cunho etnohistórico, ainda que de forma mais tímida que no restante da América. Os estudos se desenvolviam, dominados pela lógica da falta: – falta de escrita dos grupos indígenas, falta de coleções iconográficas e documentais (como os códices mexicanos), ou ainda, pela falta de vestígios ‘imponentes’ da cultura material-, e enfatizavam a resistência indígena desenvolvida a partir do contato. Desenvolvida, sobretudo por historiadores de formação, e fortemente influenciadas pelas posições teóricas de antropólogos como Roque de Barros Laraia (1976; 1979) e Roberto Cardoso de Oliveira (1972; 1972a; 1976), que apresentavam suas pesquisas de campo a partir dos debates que envolviam questões políticas no trabalho com grupos indígenas (BOCCARA, 2000), como integração, assimilação, marginalização, fricção interétnica e (re)construção das identidades étnicas indígenas.

O ano de 1992 marca uma divisória no enfoque teórico, nas práticas e temas de pesquisa realizados na América Latina e no Brasil. Enquanto na América Latina, em especial na Argentina, Ana María Lorandi e Mercedes Del Río (1992) buscavam apagar as divergências anteriores, definindo a etnohistória a partir da convergência interdisciplinar da História e da Antropologia onde se buscava aprofundar o impacto do estudo de temas culturais dos grupos nativos desde o passado com uma leitura antropológica “*de los papeles del archivo*, tal como apontaram Lorandi e Nacuzzi (2007, p. 283)¹. No Brasil, nesse mesmo ano, ocorria o lançamento da *História dos Índios no Brasil*, obra coordenada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1998), que colocava em pauta a proposta da necessidade de realizar uma ‘história indígena’, anunciando o quanto neste campo, “*ainda está por ser feito*”, apesar dos problemas a ela inerentes, tais como a ausência da escrita e a fragilidade da cultura material (a civilização da palha), mas, principalmente “a dificuldade de adotarmos esse ponto de vista outro sobre uma trajetória de que fazemos parte” (CUNHA, 1998, p. 20)².

¹ Especial atenção deve ser dada à produção sobre o tema das referidas autoras, tais como: Lidia Nacuzzi (NACUZZI, 2000, p. 253-271) e Ana María Lorandi (LORANDI, 1997). Em função da perspectiva oriunda desses trabalhos realizados no campo da etnohistória que, na Argentina, optou-se pelo uso da expressão ‘antropologia histórica’ para definir os estudos sobre grupos indígenas, considerando as evidências antropológicas de um passado colonial.

² Philippe Erickson anuncia que seu objetivo é deixar “*no leitor a impressão de que a etno-história amazônica deveria interessar-se pela lógica das relações interétnicas, mais do que pela mera reconstituição do contato entre um determinado grupo local e o mundo ocidental*” (ERICKSON 1998, p. 239-252).

Desde então, os estudos, as pesquisas e a discussão conceitual sobre etnohistória e história indígena, avançaram em múltiplas direções. No início da nova década outras publicações marcam as pesquisas realizadas nessa área de conhecimento, dentre as quais destaca-se: o extenso balanço crítico publicado por Lorandi e Wilde (2000) e a publicação de Boccara (2000). O balanço crítico de Ana Maria Lorandi e Guillermo Wilde reúne as contribuições teóricas e metodológicas realizadas no âmbito do grupo, coordenado pela primeira, organizado na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, em torno da etnohistória ou da antropologia histórica, como disciplina independente. Os autores consideram as contribuições da História e Antropologia na constituição da autonomia disciplinar da Etnohistória, mas ao abordar os temas mais conflitantes como, “estrutura” e “acontecimento”, referem-se à ‘naturalização dos discursos disciplinares’, o que lhes leva à perspicaz conclusão de que “las disciplinas, disciplinan” (LORANDI; WILDE, 2000, p. 55, 67). Encontra-se aqui o ponto fulcral da análise etnohistórica: o privilégio dado ao acontecimento produzirá uma análise de eventos e personagens historicamente documentados que menosprezam a análise da estrutura cultural dos grupos analisados. O inverso também será verdadeiro. Nessa medida, a publicação de Boccara (2000) sobre a emergência de novas identidades étnicas, atrai o pêndulo para a análise da importância dos acontecimentos, em detrimento das estruturas culturais dos grupos estudados.

No Brasil, John Monteiro (2001) incorporou a perspectiva de Boccara, como se estivesse reforçando a proposta de análise de ‘história indígena’, apresentada por Manuela Carneiro da Cunha (CUNHA, 1998). Monteiro, porém, prioriza dessa análise, o princípio analítico de que a “a percepção de uma política e de uma consciência histórica de que os índios são sujeitos e não apenas vítimas” (CUNHA, 1998), em detrimento da percepção, de quando e como um acontecimento é incorporado pela estrutura cultural de um grupo, conforme já havia demonstrado Marshal Sahlins (1997). Dessa forma, a partir dos anos 2000, a pesquisa que se autodefine como pertencente ao campo da ‘história indígena’ passará a priorizar os *sujeitos* da trama; e ficará reservada para a presença e atuação dos indígenas nas situações de conflito e/ou confronto com a sociedade colonial. Desde então, no Brasil, desaparecerá para sempre, a expressão ‘etnohistória’. Por isso, definimos este estudo como ‘etnohistórico’, pois se busca desenvolver uma análise contextual e estrutural do registro – ainda que consideremos a última incompleta – das informações das fontes,

e não somente uma descrição dos acontecimentos que envolvem a presença indígena.

Dessa forma, na etnohistórica clássica, é de praxe buscar formas de encontrar o ‘outro’, por meio da análise da narrativa de evento feita por um autor ocidental. Esse autor, ao relatar o outro, ainda que sem a intenção de fazê-lo, acaba por deixar pistas, fragmentos sobre o comportamento indígena e de suas tradições, que aparecem em situações inusitadas. Nesse campo de análise, treinamos o olhar para buscar as falhas, despistes, as franjas do discurso ou o ‘não-dito’ (CERTEAU, 2002) pelos autores dos documentos. Este é um recurso metodológico que funciona muito bem, para uma análise sobre a estrutura cultural escondida nos registros. Mas nem todos os registros, produzidos no período colonial, descrevem, oculta e exclusivamente o ‘outro’. Demonstrar um exemplo dessa circunstância ‘do desvio do desvio do discurso’, é a proposta maior desse texto.

Encontrar um documento publicado cujo título anuncia tratar-se de “um índio antropófago inveterado” chama atenção de qualquer pesquisador, independente do tema por ele trabalhado, ainda mais daquele que busca desenvolver uma análise etnohistórica. Ao ler as primeiras linhas do referido documento, se encontram ainda mais surpresas:

Había como seis meses que llegó un indio por nombre Erovocá, con sus padres, mujer e hijos (...) se puso como una legua lejos de esta reducción en un cerro y allí con maña se ha comido, con sus padres, a su hermana y mujer y a otra mujer con su hijo y a otra mujer. De los tres hemos visto aquí en nuestra casa las calaveras, huesos y carne asada, en cantidad de una mujer que había muerto en el día que le prendieron, y [de] los otros todavía estaban las cabezas, huesos, carnes, pies y manos y los demás huesos frescos, cierto indicio que mataba muy a menudo (OREGIO, 1969, p. 27)³.

No século XVII, teria havido um índio “antropófago” que juntamente com seus pais, comeu sua irmã, sua mulher, além de outra mulher e o filho desta! O que poderia ser um ato extremo de sobrevivência humana em condições atroz, aparece no registro como se fosse um banquete⁴. O leitor pouco familiarizado com o tema ficaria

³ Nas citações documentais foram atualizadas a grafia e a pontuação visando a melhor compreensão do conteúdo do texto.

⁴ A análise de Combés deixa muito claro que “el canibalismo tupinambá o, más generalmente, tupí-guaraní, haya realmente existido, es un hecho fuera de toda duda. Que esta imagen de los canibales sea una representación construida, con muy poca relación con la realidad, también”. (COMBÉS, 2013, p. 129-130)

com a sensação de espanto, medo e, quiçá repugnância⁵. Para alguém mais acostumado com esses registros, vem de imediato à lembrança as descrições narradas por Hans Staden (1955) na costa brasileira ou mesmo por Ruiz de Montoya (1985) no interior da América do Sul, junto com a dúvida: estariam esses autores fantasiando uma realidade mais crua e violenta por meio de suas longas narrações sobre o ritual antropofágico de grupos indígenas? Afinal, Hans Staden refere-se a um cativo que se prolongou por quase oito meses e Ruiz de Montoya descreve um longo ritual antropofágico. Na descrição deste último, desde o preparo até o consumo, estão presentes todos os grupos etários e diferentes formas de ingestão da carne humana que serão referidos com mais detalhes adiante.

Passado algum tempo, encontra-se o original manuscrito daquela carta publicada, porém com outro título *Relación de la prisión de un indio del Acabagua que comia carne humana*⁶ (MCA, BNRJ. Delfos, Rolo 15, doc 12-310) onde a palavra ‘antropófago’ sumiu, embora o conteúdo seja absolutamente o mesmo. Começam aqui algumas das perguntas e lições colocadas por nosso personagem, Erovocá, que se pretende desenvolver nesse texto, sob a perspectiva das estratégias na representação do ‘eu’ e do ‘outro’.

Considera-se, assim, oportuno explicitar, inicialmente, as particularidades da pesquisa com os *Manuscritos da Coleção De Angelis*, para depois fazer uma contextualização do registro documental e, por fim, indicar alguns caminhos que podem ser considerados na busca das respostas às perguntas que podem ser colocadas pela análise do caso de Erovocá.

⁵ Embora se trate de um registro do século XVII, muito dessa ‘violência dos povos nativos’ permanece no imaginário da sociedade como justificativas de condenações ‘pontuais, porém cruciais’, como bem já observou Carlos Fausto: “a imputação da violência aos povos nativos foi uma justificativa comum para sua redução, expulsão e extermínio. [...] O espectro da antropofagia serviu como rótulo classificatório para legitimar a escravização de índios em partes da América hispânica. Hoje, a manipulação do estigma da selvageria pela mídia e por certos setores econômicos e políticos surge – em momentos pontuais, mas cruciais- como arma em uma luta ao mesmo tempo ideológica e prática, que visa restringir direitos constitucionais adquiridos. Por isso, qualquer pesquisador que volte seus olhos para o fenômeno da violência deve estar atento para as consequências não-intencionais e os usos indevidos das palavras”. (FAUSTO, 2001, p. 18) Nesse sentido, prefiro identificar o presente texto a partir das lições que Erovocá pode apontar acerca das estratégias de representação (coloniais ou missionárias) de utilização sobre o eu-e-outro, do que os adjetivos a ele atribuídos pela documentação colonial.

⁶ Disponível em: (MCA, BNRJ. Delfos, Rolo 15, doc 12-310).

A Coleção De Angelis e os caminhos de um documento

Em 1853, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) adquiriu um conjunto de documentos reunidos pelo historiador italiano Pedro de Angelis, composto por manuscritos referentes à história colonial da região do vice-reinado do Rio da Prata. Estes documentos, intitulados *Coleção De Angelis*, estavam disponíveis na BNRJ até a instituição realizar suas cópias em filmes fotográficos de 35mm e restringir sua consulta apenas neste formato. A Biblioteca Nacional assegurava, assim, a integridade dos originais, porém obrigando a utilização de uma máquina de leitura de microfimes para a consulta dos documentos. Contudo, a transposição dos manuscritos para rolos de microfimes permitiu que instituições e universidades adquirissem cópias dos documentos da *Coleção De Angelis*, ampliando o seu acesso.

Foi nesta oportunidade que o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), adquiriu a Coleção, em 1997, por meio da verba do extinto Programa de Apoio à Pós-Graduação PROAP-CAPES. O conjunto, primeiramente armazenado no Centro de Pesquisas Históricas (hoje, Laboratório de Pesquisa Histórica em Documentação Escrita) junto ao PPGH, é composto de 45 rolos de microfimes, com cerca de 1300 documentos. Atualmente, os microfimes da *Coleção De Angelis* estão armazenados no Espaço de Documentação e Memória Cultural (Delfos) – <http://www.pucrs.br/delfos> –, na biblioteca central da PUCRS, na seção Arquivos Históricos e Historiadores⁷.

O acervo da *Coleção De Angelis* é composto de documentos de variadas espécies (correspondências civis e religiosas, relatórios anuais, diários de viagens, ordenanças judiciais e militares, cédulas reais e inventários), que compreendem a época colonial, principalmente, no tocante à América espanhola.

⁷ Cabe esclarecer que o Espaço Delfos foi criado com o objetivo de reunir todos os acervos documentais, adquiridos e/ou doados, da Universidade; motivo pelo qual a *Coleção De Angelis*, foi aí alocada a partir de 2008. Por isso optou-se pela identificação que inclui o nome da Coleção – *Manuscritos da Coleção De Angelis* – MCA, a instituição de origem da Coleção – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – BNRJ –, e, por fim, o local onde se encontra o Acervo – Espaço Delfos. Os números que se seguem, referem-se à localização do documento dentro do referido Acervo. Parece haver excesso de informações corriqueiras, na referência documental, mas são necessárias considerando que trabalhamos com uma cópia da Coleção original, que possui alguns equívocos/repetições durante o processo de microfilmagem e, que, agora durante o trabalho de digitalização estamos buscando minimizá-las, para os futuros pesquisadores. Esse texto é resultado da reaproximação, ora em curso, com esse conjunto documental.

Parte desta documentação manuscrita já foi transcrita e publicada pela Biblioteca Nacional em sete tomos intitulados *Manuscritos da Coleção De Angelis* (MCA), organizados por Jaime Cortesão. A obra completa, publicada entre os anos de 1951 e 1970, contempla cerca de 30% dos manuscritos pertencentes à *Coleção De Angelis*, organizando-os a partir de dois eixos temáticos: as disputas entre os jesuítas e os bandeirantes paulistas em torno da questão indígena, e os acordos e conflitos gerados em decorrência da assinatura do Tratado de Madri entre as coroas ibéricas. Naquela ocasião, a seleção do conjunto documental realizada, restringiu-se aos documentos cujo conteúdo estivesse de acordo com os eixos temáticos propostos para a publicação dos sete tomos da Biblioteca Nacional, de fundamental importância para um primeiro contato com os manuscritos que formam o acervo da *Coleção De Angelis*, e por isso, restritos aos temas regionais e/ou políticos evocados como pautas organizadoras. Desta maneira, publicaram-se manuscritos que tivessem informações cruciais para a contextualização dos temas escolhidos, priorizando-se, em geral, documentos burocráticos e administrativos que melhor descrevessem os antecedentes e as situações dos conflitos e acordos entre os personagens envolvidos. Por isso, os documentos transcritos tratam, predominantemente, sobre a região da bacia do Rio da Prata – espaço em que as disputas pelo território fronteiriço ocasionaram os conflitos envolvendo as missões jesuítico-guaranis e, conseqüentemente, os acordos do Tratado de Madri –, concentrando-se no século XVII e na primeira metade do XVIII. Cédulas Reais, informes às autoridades metropolitanas sobre conflitos e agressões, certificados de permissão para avanços na fronteira, arrolamentos de bens existentes nas reduções jesuíticas, requerimentos para o traslado de populações em áreas em disputa e petições de todas as espécies são exemplos dos tipos de documentos que foram transcritos para compor os sete tomos. Entende-se que esta seleção feita por Jaime Cortesão e a Biblioteca Nacional está de acordo com a problematização historiográfica de uma época em que as questões político-diplomáticas eram abordagens priorizadas para a reconstrução histórica pretendida.

O presente texto apresenta um resultado parcial do projeto *O Protagonismo Indígena na Coleção De Angelis*, onde se busca privilegiar manuscritos cujo conteúdo forneça dados que possam contribuir para a realização de pesquisas no âmbito da chamada Nova História Indígena, em que a

utilização inovadora de documentos históricos e de teoria social, enriquecida por novas leituras de mito, ritual e narrativas orais como formas alternativas de discurso histórico, [apresenta] um roteiro bastante atraente para explorações em histórias nativas, colocadas de forma instigante no plural. (MONTEIRO, 2001, p. 6).

Nesse sentido, Erovocá, registrado como “antropófago inveterado”, apresenta algumas lições a serem aprendidas.

O contexto do registro documental

A década de 1630 foi um período de constante tensão e disputa por territórios, bens e almas dentro dos propósitos de conquistas e exploração coloniais. Tanto para os indígenas reduzidos, missionários e colonos atuantes nos territórios pertencentes à Coroa espanhola⁸, quanto para indígenas não reduzidos e bandeirantes oriundos da América portuguesa, os confrontos eram quase cotidianos, ainda que por diferentes razões. Desde o final da década de 1620 até início da década de 1630, as reduções jesuíticas de Loreto e San Ignácio e os núcleos urbanos de Villa Rica (Guairá, atual PR) e Santiago de Jerez da região no Itatim (atual MT) são arrasados pelas investidas bandeirantes que vinham em busca da captura de mão obra indígena para escravização. Os missionários jesuítas optaram pelo abandono desses territórios e buscaram recomeçar sua empreitada colonial de evangelização nas regiões da banda oriental do Uruguai e no Tape (atual RS). O estabelecimento das reduções no Tape ocorreu num curto período de tempo: entre junho de 1632 e dezembro de 1634, foram criados e/ou refundados dezesseis povoados indígenas sob o comando dos jesuítas (MELIÀ, 1993, p. 55)⁹. As reduções do Tape e do Uruguai oriental também sofrerão a irrupção dos ataques bandeirantes: comandadas por Raposo Tavares em 1636; por André Fernandes em 1637, em 1638 por Fernando Dias Pais e, por fim, em 1641, por Manuel Pires. Essa onda de ataques bandeirantes ocasionou a destruição dos povoados mais distantes de Assunção (ou mais ao Leste do território do RS), como Jesus Maria, San Cristóvão, Santa Teresa e São Carlos,

⁸ Essa localização considera os limites das Coroas Ibéricas no território colonial, definidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494) ainda em vigência embora, há tempo, esmaecido pela União Ibérica (1580-1640).

⁹ Todos povoados localizados no atual território do RS: São Miguel (13/06/1632), Jesus Maria, Santa Ana, San Joaquim, Santa Teresa, San Carlos, Apóstolos (ex-Natividade), San Nicolau, Candelária, São Xavier, Mártires, N^a Sr^a de Natividade, São Tomé, São José, São Cosme y Damião e São Cristóvão (19/12/1634), além de Yapeyú do outro lado do rio Uruguai (MAEDER, 2009, p. 22-23).

assim como a perda de cerca de 30.000 índios capturados, feridos ou dispersos (MAEDER, 2009, p. 23). Frente a tantas perdas, a reação da metrópole às demandas dos jesuítas, finalmente, foram consideradas e atendidas¹⁰. Com autorização da Coroa, foram colocadas as armas nas mãos dos indígenas. Estes por sua vez, repeliram os bandeirantes liderados por Dias Pais, em Caazapá Miri, em 1639, e, depois, venceram os paulistas liderados por Manuel Pires, em Mbororé, em 1641. Como se vê, o contexto é ameaçador e turbulento, onde abundam inimigos e faltam aliados. Todo e qualquer expediente, via política oficial da Coroa ou extraoficial, seria válido para salvar os aliados e ameaçar aos inimigos, fossem eles bandeirantes, missionários ou indígenas.

Como se não bastassem as ameaças externas há, também, as ameaças internas: as epidemias que dizimaram grande parte da população indígena e as revoltas internas que culminaram na morte do missionário Cristóbal de Mendoza em 1635, nas mãos dos indígenas. Conforme Baptista (2015, p. 82), as décadas de 1630 e 1730 são tidas como o ápice das grandes epidemias de sarampo, varíola e gripe. Ainda na década de 1630, para a explicação da grande queda demográfica, se somam aos ataques externos de bandeirantes, a virulência das ondas epidêmicas. Entre 1634 e 1635, o provincial da Companhia, Diego de Boroa, informa a perda de um terço dos indígenas para as doenças epidêmicas (LEONHARDT, 1929, p. 531), enquanto que, no mesmo período, só no povoado de São Miguel, a varíola ceifou mais de seiscentas vítimas (ROMERO, 1970, p. 123).

Outra ameaça interna advém das manifestações de recusas dos indígenas contra a instalação dos missionários nos seus territórios. Tayaubay, indígena da região onde se deu a instalação da primeira redução do Tape, tentou de todas as formas, impedir o estabelecimento dos missionários. Uma vez instalado o povoado de São Miguel (1632), Tayaubay retirou-se para a mata. A despeito do pouco êxito nesse

¹⁰ Desde os ataques bandeirantes aos povoados do Guairá e do Itatim (1628/1629) os jesuítas encaminharam queixas e solicitações de providências contra os portugueses à Coroa e ao Superior Geral da Companhia em Roma. Tais solicitações, provavelmente foram consideradas ‘menores’, frente aos embates enfrentados no território europeu entre protestantes e católicos na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), e acabaram postergadas por dez anos. Foi somente com a viagem (1637-1640), de Ruiz de Montoya, como Superior Geral das Missões à Madri, e de Diaz Taño, como Provincial da Companhia no Paraguai à Roma; que tais solicitações foram analisadas e atendidas. Em 1639 se expedem quatro Cédulas Reais contra a ação dos bandeirantes e, em 1640, os guaranis das Missões/Reduções, são autorizados, pela Coroa, a portar armas para defender seus territórios e sua população. Logo depois, no início de dezembro de 1640, se dará a separação das Coroas de Portugal e Espanha (ROUILLON ARRÓSPIDE, 1997, p. 15-17; 274-276).

primeiro intento, essa liderança consegue o apoio de Yaguacaporo e, ambos convocam a vários caciques da região. A convocatória culminará numa emboscada de morte para o padre Cristóbal de Menodoza. Conforme os relatos de Ruiz de Montoya e do Padre Ximenez, a morte do padre Mendoza demorou dois dias em consumir-se. Apesar dessa demora os indígenas realizaram uma grande festa com chicha e um ritual antropofágico, em que foram consumidos dois indígenas cristãos capturados. A notícia da morte do padre Cristóbal de Mendoza provoca a imediata reação dos demais missionários da região que armam uma expedição punitiva com 1.500 indígenas cristãos voluntários. Na batalha morreram as duas principais lideranças, Tayaubay e Yaguacaporo e, seguindo o relato de Montoya, a morte deste último será ocultada por seus adeptos quando estes afirmaram que seu líder se havia retirado para longe e se preparava para atacar todos os cristãos (RUIZ DE MONTOYA, 1985, p. 232-236; XIMENEZ, 1969, p. 102). Fica claro que o contexto é de ameaças constantes. Um missionário jesuíta na região do Tape na década de 1630 era um ser amedrontado diante das possibilidades iminentes de levantes nativos, da ameaça de criaturas sobrenaturais, das invasões externas, ou ainda, da dizimação da população pelas ondas epidêmicas. Mas também um ser atento e convicto da força de suas armas contra tantas ameaças.

Voltando ao documento citado inicialmente, o restante do registro de Erovocá só acentua esse clima de efervescência. Depois de ser levado preso ao povoado de Santa Ana, durante o interrogatório, Erovocá identifica suas vítimas, nomeando cada uma das cinco vítimas, a partir dos restos mortais encontrados. O autor, Joseph Oregio, descreve também a forma como matava e descarnava as vítimas, informando que comia a carne tanto cozida quanto assada e, as vísceras, disse que dava aos cães que trazia consigo. Aliás, foi justamente pelo cheiro de carne (humana) assada que Erovocá foi descoberto. Quando o encontraram, estava tão farto de comida que sequer ofereceu resistência à prisão. Nesse momento, seu pai conseguiu fugir, mas sua mãe foi presa junto com ele porque cuidava de um bebê de colo, filho do próprio Erovocá. Uma vez realizado o interrogatório, com a identificação das vítimas, os missionários ordenaram para que fossem enterrados todos os restos mortais das vítimas fora da igreja, deixando o sepultamento de um menino já cristão para o interior do templo igreja. Padre Oregio termina sua descrição pedindo que o governador desse a autorização aos caciques dos povoados para castigar semelhantes casos, e que Erovocá fosse levado ao Superior das Missões, o Padre Antônio

Ruiz de Montoya, para que este tomasse as devidas providências. Parece ser um final lógico e irreversível, dada as proporções do caso. Essa é, aliás, a conclusão imediata que qualquer leitor chegará ao terminar de ler o documento, desconsiderando suas peculiaridades, seu contexto e os usos que o referido registro teve no contexto colonial.

Dos usos do registro

Ao final da década de 1960, quando Jaime Cortesão decidiu publicar a descrição original de Joseph de Oregio, (1969, p. 27-30) com o título *Relación de la prisión de un indio del Acabagua que comia carne humana*¹¹ e a combinou com o título de um *antropófago inveterado*, fica evidente seu propósito de corroborar, por meio de um documento do século XVII, as descrições, já existentes, sobre o “terrível costume” da antropofagia entre os indígenas. Entre o “índio que comia carne humana”, de Oregio e o “antropófago inveterado”, de Cortesão, não há uma continuidade temporal ou descritiva, mas, sim, de propósitos. Padre Oregio ao registrar o caso de Erovocá segue o princípio de evidenciar a barbárie e o descontrole dos nativos. Já Cortesão ao escolher esse documento para transcrição busca o mesmo princípio: comprovar a ‘rusticidade do material humano’ com o qual os missionários tinham que lidar no período colonial. Entretanto, enquanto o padre Oregio utiliza a descrição da barbárie para demonstrar o quanto a presença e a atividade dos missionários podem ultrapassar as dificuldades ordinárias de controle da população nativa¹², Cortesão elege a descrição de Oregio para publicação, como prova empírica da situação ameaçadora em que se encontravam os missionários. Cabe, portanto, adentrar nos usos desse registro.

Em 26 de setembro de 1635, o padre Francisco Díaz Taño escreveu ao Superior do Tape, dando-lhe conta do estado das reduções dessa região. O martírio de Cristóbal de Mendoza, a busca de culpados dessa morte e a necessidade de punição são, ainda, temas candentes na correspondência dos missionários. Talvez, como forma de expiação

¹¹ Disponível em: (MCA, BNRJ. Delfos, Rolo 15, doc 12-310).

¹² Dessa forma, o relato se enquadraria assim, no que Londoño definiu como a prática jesuítica de escrever cartas com a preocupação de formular hipóteses, onde as informações contidas nas cartas são tratadas como efeitos de sua função edificante, como “*um sistema de informações destinado para a tomada de decisões*” e na realização de ações da Companhia. (LONDOÑO, 2002, p. 30)

de culpas, os missionários desenvolveram uma investigação minuciosa sobre as características das lideranças que se envolveram na morte do padre Mendoza. Nessas investigações além de nominarem muitas lideranças, como Taubybay, Yaguacaporo, Chemboaté, entre outros, aparecem grupos de indígenas associados às atividades sobrenaturais¹³, encarregados de manter a comoção de revolta entre os indígenas e, claro, o temor ao projeto colonial:

Preguntando un día a los indios cual era a causa de perderse [...] me dijeron que unos *yeroghiáras* andaban por *tetaminis* (aldeas) los engañaban diciendo que este pueblo se había de destruir y que predicaban contra nosotros haciendo burla de lo que enseñábamos y decían que ellos eran dioses y criaban los maizales y comida y eran señores de las fantasmas de los montes de los *itaquiceyas* y de los *ybitipos* y que los tigres andaban a su voluntad y mataban a los que ellos querían [...] hallaron un grande bellaco lunático o endemoniado que estos llaman *apiçayre*, comedor de carne humana, que tenía otros bellacos consigo y todos comenzaron a adueñarse y para mejor engañar a la gente (DÍAZ TAÑO, 1969, p. 106-108).

Será na categoria dos *apiçairé*¹⁴ que Erovocá voltará a ser referido na longa correspondência, sem autoria, referente ao extenso período de 1631 a 1637¹⁵. No subtítulo dessa longa carta, encontra-se o item sobre o que se fez na redução de Natividade para resistir ao inimigo, aparecendo aí a referência de que apesar do grande dano causado pelas ameaças bandeirantes, esse não era o maior temor: “sino otro mucho más peligroso y tanto mayor quanto el enemigo era más doméstico y baqueano de aquella tierra que son los hechiceros que llaman *apiçayré*”: (CORTESÃO, 1969, p. 219).

¹³ Ao longo da investigação desenvolvida pelos missionários são elencadas várias criaturas, como se verá a seguir, cuja ênfase recai sobre as relações indígenas-natureza-missionários, a exemplo da realizada por Baptista (2005, p. 61-64). Os poderes e as criaturas citadas mereceriam uma pesquisa à parte, que extrapolari significativamente o tema do presente artigo.

¹⁴ Conforme a definição do *Tesoro de La Lengua Guarani*, *apiçairé*, corresponde àquele que tem privação de ouvir, homem perverso: “*Che apiçai ré, yo soy protervo, sin oír razón*”. (RUIZ DE MONTROYA, 1639, p. 54R)

¹⁵ Provavelmente o autor é o Provincial da Companhia, Diego de Boroa (1634-1641), baseado nas informações do então Superior das Missões, Antônio Ruiz de Montoya (1636- 40). Uma característica típica da documentação deste período é fazer alusão no título aos ataques externos (bandeirantes), ou às atitudes defensivas dos missionários contra estes, mas o conteúdo da correspondência é majoritariamente de referências às investigações ou ataques dos missionários contra as ameaças internas.

(...) no tratan de otra cosa sino de sustentarse de carne humana, andan como fuera de sí, como endemoniados o lunáticos, no parece que oyen lo que se les dice que eso quiere decir *apicayre*; hacer cosas que espantan y no pueden ser sino por arte del demonio. Cogen las brasas encendidas en las manos, sin quemarse, y se las comen a bocados como si fuera cosa muy gustosa y comestible, diciendo que les sabe a unas y otras frutas de la tierra, de las cuales contaré algunas cosas y hechos, no de hombres racionales sino de fieras bestiales o de tigres crueles. Llegó un de estos a la reducción de Santa Ana y se llamaba Erovocá (CORTESÃO, 1969, p. 220).

Como já referido, o autor dessa descrição, provavelmente é Ruiz de Montoya, pois uma referência muito semelhante encontra-se em sua clássica obra da Conquista Espiritual:

Existe uma parcialidade de gente endemoniada (...) não vem a ser lavradores, mas se sustentam de caça. E faltando esta, – o que é muito frequente – a carne humana vira seu sustento. Andam pelos campos e montes em manadas, à maneira de cães selvagens. Entram de súbito nos povoados e acometem como feras ao rebanho (...) costumam vagar de noite pelos campos como “*borrachos*” ou loucos, e comem brasas quentes, como se fossem ginjas ou cerejas. (...). Desenganou-me, contudo, a experiência, que um deles fez em minha presença, mastigando carvões como a um torrão de açúcar (...). Tivemos preso a um deles, e averiguou-se que tinha comido sua mulher e dois filhos, e, quando foi pego, estava ele devorando ao seu próprio pai. Nas ações e no aspecto parecia um tigre (RUIZ DE MONTOKYA, 1985, p. 237-238).

Para além da característica da antropofagia, existe em todas as referências a associação às feras locais ou europeias (tigres e lobos, respectivamente), às ações sobrenaturais como as de comer brasas quentes e, de forma reiterada, o fato do canibalismo. Ao buscar referências etnológicas sobre esse registro, encontramos que Pierre Clastres já havia observado a existência da prática canibal, mais precisamente endocanibal, entre os Guayaki, nas terras baixas sul-americanas, enfatizando que a forma típica de ingestão dos ossos dos mortos é a pulverização, misturando-os em bebida de origem vegetal. Entre os Guayaki, todos os presentes participam do ritual, jovens e velhos, homens e mulheres; todos com exceção dos parentes próximos do defunto (CLASTRES, 1986, p. 234). E esta será a explicação apresentada pelo autor:

Un fallecimiento introduce en el seno del grupo un desorden de naturaleza sociológica pero que es experimentado personalmente por los miembros de la banda. (...) para cortar los intentos del alma, hay que comerse el cuerpo que esta acaba de abandonar. Se obstaculiza la conjunción de un cuerpo vivo y el alma de un muerto estableciendo una disyunción entre esta y su antiguo cuerpo (CLASTRES, 1986, p. 237).

Entretanto, mesmo que exista uma ritualística envolvida na ingestão de parentes consanguíneos mortos, o ato em si não deixa de soar violento e ou repugnante à percepção ocidental de ontem ou de hoje. A menos que se considere que o mundo, para diversos povos ameríndios, “é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos”, como já assinalou Viveiros de Castro ao lançar as bases do perspectivismo. O ponto de vista é uma propriedade do espírito, mas “a *diferença* entre os pontos de vista não está na alma, já que essa é a mesma entre todas as espécies, a diferença é dada pela especificidade dos corpos” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 115).

Dessa maneira, uma das formas de compreender o canibalismo, oferecida pelo perspectivismo, está profundamente associada ao exercício das funções xamanísticas, e se refere à capacidade de ver, sob as perspectivas de homem e de animal, com espíritos que os xamãs possuem: “Os xamãs que se caracterizam pela posse de dois corpos simultâneos, um humano e outro animal, podem alternar esses dois pontos de vista através de uma manipulação do sentido da visão” (VILAÇA, 1998, p. 37). Quando o xamã não consegue ver o animal como bicho, mas somente como gente, não consegue flechá-lo ou caçá-lo. Por isso, ao se tornarem xamãs, muitos se tornam também maus caçadores, o que é uma queixa frequente das suas esposas, como observou Aparecida Vilaça entre os Wari’. Como xamã, Erovocá ‘pode ter visto’ suas vítimas, como animais e, assim procedeu como faria com qualquer outra caça¹⁶.

¹⁶ Caberia aqui uma discussão sobre o conceito de humanidade. Por agora, basta sublinhar duas posições a serem consideradas: por um lado, Agnolin assinala que a identificação pelos jesuítas da ‘ausência de humanidade nos indígenas’ não significa um vazio cultural a ser preenchido pela liturgia, mas o grande alvo a ser destruído é a forte presença do Demônio, na sua versão local, que através de más influências, teria imposto ‘rituais bárbaros’ ao triste e pobre gentio (AGNOLIN, 1998, p. 90). Por outro lado, Vilaça observou entre os Wari’, a humanidade é um ponto de vista do grupo indígena sobre o mundo ou da sua cultura: “Todos os seres dotados de humanidade têm, digamos assim, uma mesma cultura, que é a cultura Wari’. Por isso caçam, matam inimigos, usam fogo para preparar alimentos, cultivam milho, etc. No entanto, esse é o modo como eles vêm as coisas. Os Wari’ sabem que a onça mata suas presas com seu corpo e com seus dentes e que as come cruas. Mas para a onça, ou melhor, do ponto de vista da onça

Da mesma forma, quando nosso personagem, os identificou pelos nomes durante o interrogatório promovido pelos missionários, voltou a vê-las como gente. Haveria aqui tema para outra pesquisa a ser realizada.

Entre os grupos ameríndios atualmente etnografados ou aqueles registrados historicamente, a antropofagia, o canibalismo e, mais ainda, o endocanibalismo, pressupõem a realização de um ritual que envolve e define papéis a serem desempenhados por personagens, como o matador e a vítima, os parentes consanguíneos e afins, a preparação do corpo. Esse ritual, em particular entre os Wari' prescreve uma sequência para a preparação do corpo e formas de consumo que são específicas, conforme a faixa etária dos participantes da cerimônia e da posição que ocupam em relação ao morto e ao grupo. Ruiz de Montoya registra a preparação de um cativo de guerra para consumo num ritual antropofágico guarani, que em muito se assemelha, aos registros coloniais sobre os Tupinambás do litoral brasileiro:

Ao cativo de guerra engordam-no, dando-lhes liberdade quanto a comida e mulheres, que escolhe ao seu gosto. Já estando gordo, matam-no com muita solenidade. Todos tocam com a mão nesse corpo morto ou, dando-lhes alguma batida com um pau, dá-se cada qual a si o seu nome. Pela comarca repartem porções desse corpo. Cada pedaço vem a cozinhar-se com muita água. Fazem disso uma papa ou mingau. As mulheres dão aos seus filhinhos de peito um pouquinho dessa massa, e com isso lhe põem o nome. Trata-se de uma festa muito especial para os guaranis, que eles fazem com muita cerimônia (RUIZ DE MONTOYA, 1985, p. 53)

Percebe-se, com clareza, que a antropofagia não é algo cotidiano, já que exige um tempo de preparação do corpo e uma preparação cerimoniosa. Da mesma forma, a preparação e o consumo entre os Guayaki, registrados por Pierre Clastres, exige um envolvimento de todo o grupo. Igualmente entre os Wari', etnografados por Vilaça, há uma longa cerimônia, onde se evidencia uma sequência de passos e sentimentos que envolvem o consumo da carne de um parente morto:

(que o xamã pode partilhar, mas não os demais Wari'), ela flecha sua presa como um Wari' mata uma caça como um inimigo, leva-a para sua casa e a entrega à sua esposa, que vai prepará-la usando o fogo" (VILAÇA, 1998, p. 13-14).

O cadáver é levado de volta à casa do parente que estava sendo chorado, e os rapazes não-parentes, ao que parece em número de dois, partem em busca da lenha de uma árvore determinada de nome Kijam. De volta, levam a lenha até a casa dos homens. Ela é amarrada em feixes, untada com urucum e enfeitada com penas de aves (...). Tudo pronto, o cadáver será cortado em pedaços, mas para isso os cortadores, geralmente os mesmos dois rapazes que buscaram lenha, sugerem aos parentes que eles se retirem. Eles não suportam ver a mutilação do cadáver [...]. Depois disso as partes do cadáver são lavadas. Os cortadores lavam-se bem e, segundo alguns, untam-se com urucum, a que se atribui a propriedade de neutralizar os efeitos do sangue (que atrai onças). As partes do corpo são então colocadas no moquém (...) (VILAÇA, 1998, p. 26-29).

As descrições das ações e o comportamento de Erovocá não se aproximam da descrição do ritual endocanibal realizado pelos Guayaki de Clastres (1986), nem no cerimonial antropofágico relatado por Ruiz de Montoya (1985), tampouco no cerimonial do endocanibalismo dos Wari' da Amazônia (VILAÇA, 1998). Se Erovocá realmente existiu, se os *apicayré* desempenharam o papel de 'demônios locais' e com isso podem ter realmente ameaçado as reduções, os autores que a eles fizeram referência queriam demonstrar, antes de tudo, que essa ameaça era muito pior que os bandeirantes que vinham de fora, ou dos surtos epidêmicos que brotavam de dentro. Mas, sobretudo, que eles, os jesuítas, garantiam a solução para um problema que não dependia das decisões da Coroa, nem de outras decisões locais. Cristina Pompa já evidenciou o quanto a demonização do índio e a difusão dos estereótipos do bárbaro e do demoníaco significaram para o discurso colonial (POMPA, 2003, p. 37-38). Como já referido Agnolin já havia indicado que a ausência de humanidade nos indígenas não significava um 'vazio cultural', mas sim que o demônio era o grande alvo a ser destruído (AGNOLIN, 1998, p. 90). Da mesma forma, ainda que seguindo outros caminhos de pesquisa, Guilherme Amaral Luz, demonstrou que as matérias descritas por um missionário jesuíta, muitas vezes, ilustram mais sobre sua ação do que a dos temas por ele narrados:

(...) se os jesuítas escreveram sobre essa prática [da antropofagia] não é pelo simples fato de ela existir e ser obstáculo para a conversão, mas por ser veículo eficaz dos testemunhos corretos sobre a verdade bíblica, exprimindo elementos relevantes da vontade providencial que atua sobre os destinos dos homens, servindo como incentivo para a prática dos mesmos na direção da bem aventurança. Não é assim,

importante para o missionário produzir um relato etnograficamente acurado sobre a prática e ingestão da carne humana, mas um testemunho adequado da prática à luz de uma revelação, ou da revelação à luz da prática (LUZ, 2003, p. 30).

Estamos aqui diante de uma questão fundamental para a análise etnohistórica. A escolha dos temas e/ou dos personagens priorizados nos relatos dos autores coloniais não se resume, somente, ao registro de flashes da tradição nativa, a partir dos quais podemos fazer ilações com as análises da etnografia contemporânea, em busca de um rastro de elementos há muito existentes, mas pouco percebidos. O protagonismo dado pelos autores coloniais, a alguns temas ou a determinados personagens devem “sempre” serem analisados com cuidado e atenção, sob pena de cairmos na armadilha criada pelo próprio autor que produziu o relato. A escolha dos temas e/ou personagens protagonistas nos relatos coloniais mostram, muitas vezes, o uso estratégico e consciente dos autores, ao utilizar-se das tradições nativas para desenvolver argumentações sobre a eficácia de “sua ação” no contexto colonial.

Considerações Finais

A perspectiva apresentada inicialmente, a de realizar uma análise etnohistórica sobre o registro de Erovocá amparou-se *a priori* na proposta de formular perguntas antropológicas para a documentação histórica, mas seu desenvolvimento nos levou a estabelecer as relações entre estrutura, acontecimento e sujeito. Exercício fundamental para aspirantes e veteranos da análise etnohistórica. Não basta somente o registro etnográfico do outro, mas, também, da percepção de determinado autor, de quanto esse registro poderá beneficiar a atuação de “um” sobre o “outro”. O registro do Padre Oregio sobre Erovocá apresenta um personagem indígena, com destacada atuação, numa situação tensa e declarada de conflito de cosmovisões. Mas nesse caso, não se trata, de forma especial, da verificação de um costume bárbaro dos indígenas, mas sim da capacidade dos jesuítas de resolver tal situação.

Assim, entre as lições deixadas pelo registro de Erovocá devem contabilizar-se: a relativização de paradigmas que preconizam que o registro sobre o ‘outro’ identifica, *a priori*, as características do ‘outro’ e, somente dele; que o registro de costumes e das tradições dos nativos não acontece só de forma involuntária e; sobretudo, que nem todos os registros que aparentam uma potencial participação indígena,

referem-se efetivamente, ao protagonismo e à agência indígena no contexto colonial. Também faz parte das lições de Erovocá, a possibilidade de desenvolver outras abordagens indicadas ao longo dessa análise, como, por exemplo, averiguar, de forma detalhada, a investigação realizada pelos missionários acerca das criaturas sobrenaturais que aparecem junto com os *apiçairé*, tais como os *yerokiháras*, os *itaquiçeas* e os *ybitipos*. Tal investigação consta de um verdadeiro tratado de demonologia, além de indicar a presença de diferentes relações entre tropos de natureza e cultura. Nessa perspectiva podem ser identificadas a presença de indígenas nominados na documentação e o protagonismo que vieram a ter no contexto colonial. O registro de Erovocá permite ainda desenvolver uma discussão sobre o conceito de ‘humanidade’, a partir da prática da antropofagia, os aportes do perspectivismo e os registros coloniais sobre o consumo de carne humana. Também caberia buscar outras referências documentais, a exemplo do estudo de Isabelle Combés sobre os Chiriguanos, e o endocanibalismo para contrapor ao registro de Erovocá, uma vez que Clastres identificou essa prática entre os Guayaki.

O registro do aparecimento de Erovocá, a posterior escolha desse registro para a publicação e os usos que dele fizeram os missionários seus contemporâneos podem nos ensinar muito mais sobre a potencialidade e os riscos de uma análise etnohistórica. Não basta somente a referência de um tema tradicional e, por isso, ‘sedutor’, nem a existência de referências documentais. Tampouco é suficiente um contexto histórico conturbado para garantir a potencialidade de informações, imaginadas a priori. Tudo isso, sem o olhar acurado do pesquisador de etnohistória, tende ou bem, a reforçar um discurso ideológico acerca da projeção resistência e/ou protagonismo dos indígenas sobre o projeto colonial, ou bem, num julgamento moral entre atores malvados ou vítimas, a partir de uma leitura dual do passado histórico com índios e colonos. Por fim, e não menos importante, fica evidente que o contexto colonial, por mais conturbado que tenha sido, não nos apresenta uma história só advinda do contato. Como enfatiza Combés: faltam muitos “s” na palavra ‘índios’ tanto quanto faltam “s” na palavra ‘brancos’ (COMBÉS, 2010, p. 17).

Referências documentais

CORTESÃO, J. [1637-40]. *Relação do Estado em que se encontravam as reduções do Paraná e Uruguai. Estado de las reducciones del Paraná y Uruguay y el fruto que por los religiosos de la Compañia de Jesús han conseguido sus aviltadores* (Vol. MCA III). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

CORTESÃO, J. *Manuscritos da Coleção De Angelis, III – Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do RJ – Divisão de Publicações e Divulgação, 1969a.

DÍAZ TAÑO, F. [16-09-1635]. Carta do Padre Francisco Díaz Taño para o Superior do Tape, dando-lhe conta do estado das respectivas reduções. In: CORTESÃO, J. *Manuscritos da Coleção De Angelis – Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)*. Vol. III (p. 105-113). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

LEONHARDT, C. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesus. Vol II. In: *Documentos para la História Argentina, Tomo XX*. Buenos Aires: Casa Jacobo Preuser, 1929.

OREGIO, J. [20-8-1636]. Carta del Padre Joseph Oregio sobre un índio, antropofago inveterado. In: J. Cortesão, *Manuscritos da Coleção de Angelis – Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)*. Vol. III (p. 27-30). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

ROMERO, P. [21-04-1635]. Cartas Anuas das Reduções do Paraná e Urugui de 1634. In: H. Vianna, *Manuscritos da Coleção de Angelis: Jesuítas e Bandeirantes no Uruguai (1611-1758)* (p. 80-144). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Publicações de Manuscritos, 1970.

RUIZ DE MONTOYA, A. [1640]. *Conquista espeiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas provincias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

RUIZ DE MONTOYA, A. *Tesoro de la lengua Guarani*. Madrid: Juan Sánchez, 1639.

STADEN, H. [1557]. *Viagem ao Brasil*. Salvador: Rio de Janeiro: Livraria Progresso Editora, 1955.

XIMENEZ, F. [26-5-1635]. Relação do martírio e morte do Padre Cristóval de Mendoza, a 26 de abril de 1635. In: CORTESÃO, J. *Manuscritos da Coleção de Angelis – Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)*. Vol. III (p. 103-112). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969.

Referências

AGNOLIN, A. *O apetite da Antropologia, o sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade no caso Tupinambá*. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.

Baptista, J. Matar um jaguar: a natureza na cultura guarani através do discurso missionário. In: *História Unisinos*. v. 9, n. 1, p. 61-64, 2005.

_____. [2010]. *O Eterno: Dossiê Missões*. Brasília: Ministério da Cultura, IBRAN, 2015. Vol. II.

BOCCARA, G. *Mundos Nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo: relectura de los procesos coloniales de etnogénesis/etnificación y mestizaje en tiempos de globalización*. Mundo Nuevo/Nuevos Mundos, 2000. Disponível em: <www.ehess.fr/cerna/revue/debates.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *A Sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1972.

_____. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

- _____. *O índio e o mundo dos brancos: uma interpretação sociológica da situação dos Tikuna*. São Paulo: Pioneira, 1972a.
- CERTEAU, M. [1975]. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CLASTRES, P. [1972]. *Crónica de los indios Guayaquís*. Barcelona: Editorial Alta Fulla, 1986.
- COMBÉS, I. De luciferinos a canonizables: representaciones del canibalismo Chiriguano. In: *Boletín Americanista*. v. LXIII, v. 2, n. 67, p. 127-141, 2013.
- _____. ¿Indios y blancos? Hacer (etno)historia en las tierras bajas de Bolivia. In: *Boletín Americanista*, v. LXI, n. 60, p. 15-32, 2010.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. [1992]. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ERICKSON, P. [1992]. Uma singular pularidade: a etno-história Pano. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1998. p. 239-252.
- FAUSTO, C. *Inimigos fiéis*. História, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo: Edusp, 2001.
- LARAIA, R. de Barros; DA MATTA, Roberto. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LARAIA, R. de Barros. Integração e Utopia. In: *Revista de Cultura Vozes*. v. LXX, n. 3, p. 3-13, 1976.
- LONDOÑO, F. T. Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI. In: *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 43, p. 11-32, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000100002>
- LORANDI, A. M. *De quimeras, rebeliones y utopías*. La gesta de Pedro Bohórquez. Lima: PUCP, 1997.
- LORANDI, Ana Maria; DEL RIO, Mercedes. *La Etnohistoria: Etnogénesis y transformaciones sociales Andinas*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.
- LORANDI, Ana Maria; NACUZZI, Lidia R. Trayectorias de la Etnohistoria en la Argentina (1936-2007). In: *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, Buenos Aires, n. XXXII, p. 281-297, 2007.
- LORANDI, Ana Maria; WILDE, G. Desafío a la isocronía del péndulo acerca de la teoría y de la práctica de la antropología histórica. In: *Memoria Americana*, Cuadernos de Etnohistoria, n. 9, p. 37-78, 2000.
- LUZ, G. A. *Carne humana: A retórica do canibalismo na América portuguesa quinhentista*. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 2003.
- MAEDER, E.; GUTIÉRREZ, R. *Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes*. Argentina, Paraguay y Brasil. Mérida; Brasília: Intituto Andaluz de Patrimônio Histórico – Junta de Andalucía, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Brasil, 2009.
- MELIÀ, B. [1988]. *El Guaraní Conquistado y Reducido: ensayos de etnohistoria*. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, CEPAG, Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1993.

MONTEIRO, J. *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Estudos de História indígena e indigenismo. Campinas: Unicamp, 2001.

MURRA, J. Las investigaciones en etnohistoria andina y sus posibilidades en el futuro. In: MURRA, J. *Formaciones económicas y políticas en el mundo andino*. Lima: IEP, 1975. p. 275-312.

NACUZZI, L. De la relación Arqueología/Etnohistoria al estudio de las identidades étnicas en perspectiva histórica: desconstruyendo lo tehuelche. In: *Memoria Americana*, Cuadernos de Etnohistoria, n. 9, p. 253-271, 2000.

POMPA, C. *Religião como tradução*: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: EDUSC, 2003.

PORTILLA, L. [1959]. *A visão dos vencidos*: relatos astecas, maias e incas sobre a conquista espanhola. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

ROUILLON ARRÓSPIDE, J. L. *Antonio Ruiz de Montoya y las Reducciones del Paraguay*. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, CEPAG, 1997.

SAHLINS, M. [1985]. *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

VILAÇA, A. Fazendo corpos: reflexões sobre a morte e canibalismo entre os Wari' à luz do perspectivismo. In: *Revista de Antropologia*, v. 41, n. 1, p. 9-67, 1998. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011998000100002>

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. In: *Mana*, Estudos de Antropologia Social, v. 2, n. 2, p. 115-143, 1996.

WACHTEL, N. [1979]. *Los vencidos*: Los indios del Peru frente a la conquista española (1530-1570). Madrid: Alianza Editorial. 1981.

Recebido: 20 de abril de 2016
Aprovado: 05 de junho de 2016

Autora/Author:

MARIA CRISTINA DOS SANTOS <mcstita@pucrs.br>

- Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com experiência na área de História, ênfase em História da América, atuando principalmente nos seguintes temas: metodologia da pesquisa, teorias da história, análise do discurso missionário etnohistória, história indígena e política indigenista. Mestre em História Ibero-Americana pela PUCRS, Doutora em História da América pela Universidad Complutense de Madrid. Historian.
- Full Professor at Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), with experience in the field of American History, working on the following topics: research methodology, theories of History, analysis of the missionary discourse, ethno history, indigenous history and indigenous policy. M.A. in Ibero-American History from the PUCRS, PhD in History of America from the Universidad Complutense de Madrid.

Além da Dádiva ou da Conquista: as interpretações da questão social no Chile e no Brasil*

*Beyond the gift or the achievement:
the interpretations of social question in Chile and Brazil*

*Más allá de la Dádiva o de la Conquista:
las interpretaciones de la cuestión social en Chile y Brasil*

Alexis Cortés**

Resumo: Como as ciências sociais compreenderam a questão social no Chile e no Brasil durante o século XX? No campo historiográfico, nestes países latino-americanos, inicialmente foram produzidas interpretações opostas para compreender o desenvolvimento da questão social. Se no Chile foi interpretada como uma conquista operária resultante da força do movimento político-sindical; no Brasil, pelo contrário, o mesmo fenômeno foi entendido como uma “dádiva” estatal-populista, produto da passividade operária. Posteriormente, estas leituras clássicas foram questionadas por perspectivas que mostraram uma relação entre movimento operário e Estado muito mais complexa que terminou por redefinir ambos os termos. Assim, revisitar criticamente estas interpretações é um exercício que permite uma aproximação ao como as ciências sociais formam parte das lutas que elas descrevem.

Palavras-chave: questão social; Chile; Brasil; ciências sociais

Abstract: How did the social sciences understand the social question in Chile and Brazil during the twentieth century? In the historiographical field of these Latin American countries, conflicting interpretations were initially produced to understand the

* Este artigo é uma versão modificada e ampliada do capítulo 1 da tese de doutorado em Sociologia “Favelados e Pobladores nas ciências sociais: a construção teórica de um movimento social” (2014) defendida no IESP-UERJ. Sua redação foi possível graças ao projeto FONDECYT 11140336. O autor agradece ao professor Adalberto Cardoso pelo estímulo para desenvolver o argumento deste texto numa distante primeira versão, e também à Magdalena Toledo pela revisão do português, porém qualquer erro é de exclusiva responsabilidade do autor.

** Sociólogo. Professor da Universidade Alberto Hurtado (Chile). <acortes@uahurtado.cl>

development of the social question. If in Chile it was interpreted as a workers' conquest produced by the force of political-syndical movement; in Brazil, on the contrary, the same phenomenon was understood as a "gift" from the populist State resulting from the workers' passivity. Later, these readings have been questioned by views that have shown a more complex relationship between the labor movement and the State, which redefined both. Thus, revisiting critically these interpretations is an exercise that allows an approach to how social sciences participate in the struggles that they describe.

Keywords: social question; Chile; Brazil; social sciences

Resumen: ¿Cómo las ciencias sociales comprendieron la cuestión social en Chile y Brasil durante el s. XX? En el campo historiográfico, en estos países latinoamericanos, inicialmente fueron producidas interpretaciones opuestas para comprender el desarrollo de la cuestión social. Si en Chile fue interpretada como una conquista obrera resultante de la fuerza del movimiento político sindical; en Brasil, por el contrario, el mismo fenómeno fue entendido como un "dádiva" estatal-populista, producto de la pasividad obrera. Posteriormente, estas lecturas clásicas fueron cuestionadas por perspectivas que mostraron una relación entre movimiento obrero y Estado mucho más compleja que terminó por redefinir ambos términos. Así, visitar críticamente estas interpretaciones es un ejercicio que permite una aproximación al cómo las ciencias sociales forman parte de las luchas que ellas buscan describir.

Palabras clave: cuestión social; Chile; Brasil; ciencias sociales

Introdução

A "questão social", fenômeno eminentemente moderno e conectado com os processos de industrialização e urbanização, tem sido um dos principais tópicos analisados pelas ciências sociais, sendo entendida como uma tomada de consciência da existência de uma fratura central, posta em cena pela multiplicação das descrições do pauperismo, que poderia levar até à dissolução do conjunto da sociedade (CASTEL, 2004). Estes setores marginalizados, esquecidos pelas classes dirigentes, mas, ao mesmo tempo, temidos e rejeitados, começaram a aumentar com os acelerados processos de urbanização das grandes cidades, provocando que a inicial indiferença da elite se transformasse em medo. A alarmante situação da classe operária obrigou à transformação da relação entre as novas classes trabalhadoras e a própria sociedade. Desta maneira, a questão social pode ser compreendida como a tentativa de integração social mediante a qual os setores sociais, até então à margem da sociedade, começam a ser incluídos progressivamente através da redefinição de um novo contrato social baseado no trabalho.

Com diferentes intensidades, graus de industrialização e urbanização, assim como com díspares níveis organizativos por parte das classes subalternas que emergiam no cenário social, as distintas

sociedades fizeram frente à questão social. De fato, na América Latina, a nova definição da relação salarial nunca significou uma solução generalizada dos problemas sociais, ficando grandes setores do mundo popular excluídos das muitas vezes modestos benefícios dos sistemas de proteção social. Assim, o “Estado de Compromisso” na América Latina nunca alcançou os níveis dos dispositivos de proteção social próprios da Europa, dando à questão social um caráter particular nesse continente.

Esta especificidade da questão social latino-americana, por sua vez, foi replicada localmente pelos analistas dos países latino-americanos, contribuindo à conformação de mitos e interpretações nacionais da questão social que, embora reconhecendo o destino comum das economias periféricas e de industrialização tardia e incompleta, muitas vezes ignoraram os traços compartilhados, enfatizando as suas particularidades por contraposição com o Estado de Bem-Estar e com a classe operária europeia e não fazendo o exercício comparativo com realidades mais parecidas, como as do mesmo continente, salvo notáveis exceções (COLLIER; COLLIER, 1991).

Neste sentido, os casos do Chile e do Brasil resultam paradigmáticos, já que representam polos opostos das interpretações locais clássicas sobre a questão social. Enquanto no Chile a questão social é interpretada como uma tomada de consciência da classe operária, a qual, produto da sua maturidade política e organizativa, pressiona a classe hegemônica, através de greves e da luta eleitoral, conquistando a legislação social, no Brasil, a interpretação clássica é diametralmente inversa. Assim, a legislação social é explicada, neste último, não como produto da luta da classe operária, e sim como uma “dádiva” do Governo de Getúlio Vargas e do Estado Corporativista, uma vez que o próprio sindicato seria uma consequência, e não uma causa desta legislação.

Da mesma maneira que se interpreta o papel da classe operária nos dois países como exemplos opostos – de passividade, no caso brasileiro; de protagonismo, no chileno, ou seja, de uma classe “manipulada” ou “consciente”, respectivamente – encontramos um correlato na atribuição que tem o Estado no enfrentamento e resolução (parcial) da questão social. Assim, parece haver um consenso em torno à ideia de que, se no Chile as classes dirigentes e o sistema político se viram “ultrapassadas” pelo vigor e capacidade do mundo popular (especial da classe operária), no caso do Brasil foi o Estado quem “presenteou” a legislação social ao povo, sendo o sindicalismo um produto da ação organizadora e coesiva do próprio Estado.

Os dois casos que serão analisados neste artigo e que, aparentemente, representam faces opostas de uma mesma moeda, resultam úteis para demonstrar como nestes dois países o fenômeno da questão social teve traços comuns que desmistificam as interpretações locais clássicas. Sobretudo, os exemplos do Chile e do Brasil permitirão mostrar que o fenômeno da questão social não é uma resposta unilateral de um setor social determinado, seja a classe operária ou o Estado (e a sua classe hegemônica), mas sim um processo muito mais amplo de reflexibilidade da sociedade, no qual esta toma consciência da necessidade de refundar um pacto social que permita dar-lhe continuidade, mediante a integração de setores sociais antes marginalizados que, pelas condições extremas de miséria, começavam a dar mostras mais ou menos conscientes de rebeldia, questionando a ordem imperante. Assim, o fenômeno não pode ser reduzido a um assunto de “conquista” da classe operária ou de “dádiva” Estatal.

A reflexibilidade da “questão social” é também uma contestação “preventiva”, pelo fato de compreender que o estado de miséria da classe operária precisa mudar para assegurar a persistência da sociedade (MASSARDO, 2008), bem como reconhecer a potencialidade das classes subalternas para construir hipoteticamente um discurso e projeto contra hegemônicos, precisamente pela existência paupérrima dos seus integrantes. Assim, é possível falar que a resposta à questão social no Chile e no Brasil é também uma reação preventiva, destinada a antecipar as fraturas sociais possíveis da ação organizada das classes populares. Desta maneira, o papel da classe operária é determinante, seja pela ameaça real que poderia representar ou pela ameaça potencial de sua organização autônoma.

Revisitar criticamente as interpretações clássicas da questão social nestes dois países é um exercício que também permite aproximar-se privilegiadamente ao tópico de como as ciências sociais formam parte das lutas que elas mesmas descrevem. Para tanto, se mostrará como estas interpretações visavam legitimar um discurso político no momento em que eram enunciadas, transformando o passado num objeto de disputa do movimento operário.

A Dádiva Brasileira

O enfrentamento da questão social na literatura clássica brasileira explica-se mais pelo protagonismo da figura do Presidente

Getúlio Vargas e seu projeto de Estado Corporativista que pela ação de uma classe trabalhadora ativa e com capacidade de pressão.

É o Estado Corporativista o marco para compreender a emergência da ideia de que a questão social foi, a partir da Revolução de 1930, uma política de Estado e não uma conquista das massas trabalhadoras, hipótese que começa a se configurar já antes da profissionalização das ciências sociais, na pena de um dos mais brilhantes “intelectuais orgânicos” do governo Vargas, a saber, Oliveira Vianna:

Coube à Revolução de 30 o mérito insigne de elevar a questão social – até então relegada à jurisdição da polícia nas correrias da praça pública – à dignidade de um problema fundamental de Estado a dar-lhe – como solução um conjunto de leis, em cujos preceitos domina, com um profundo senso de justiça social, um alto espírito de harmonia e colaboração (VIANNA, 1951, p. 11).

Para Vianna, o Brasil em particular não tinha nenhuma tradição de luta de classes e, neste mesmo sentido, os conflitos sociais, pautados pela relação capital-trabalho, não tinham a intensidade, violência e dramaticidade próprias da Europa, uma vez que o país era idealizado como o possuidor de um destino que entregou bens em excesso para distribuir com todos, e as massas trabalhadoras seriam um grupo sem organização, solidariedade ou partido. Assim, nesta visão, é o Estado quem toma as massas trabalhadoras sob sua proteção, abandonando a atitude de abstenção e imparcialidade que o teria caracterizado antes de 1930. Inspirado na encíclica *Rerum Novarum*, o que o Estado pretendia era restaurar a dignidade humana do trabalhador, mediante a organização de um sistema de instituições sociais que visava à elevação e à dignificação do trabalhador. Assim, o trabalhador industrial brasileiro conheceria por todas as partes “o carinho do Estado e ação vigilante da sua tutela ou da sua assistência”(VIANNA, 1951, p. 69).

O desenvolvimento do Estado Novo brasileiro, notadamente entre 1945-1964, coincide também com a consolidação das modernas ciências sociais brasileiras na segunda metade do século XX, que encontraram em São Paulo, berço da industrialização local, seu principal espaço de articulação (a Universidade de São Paulo e a Escola Livre). A compreensão do fenômeno populista e as potencialidades da classe operária para a mudança social foram dois dos grandes eixos de reflexão de um grupo de pesquisadores paulistas que consolidou uma interpretação divisora de águas do campo. Porém, este exercício de

teorização crítica do populismo varguista foi inseparável da tentativa de superação política do fenômeno que estava sendo estudado.

Na hora de caracterizar o governo Vargas, estes autores destacaram o seu caráter autoritário e compreenderam a subordinação da classe trabalhadora urbana como o principal desdobramento desse traço. Tal como assinala um dos seus mais destacados intérpretes:

(...) a Legislação Trabalhista e a criação da Previdência Social garantiam amplo apoio popular e operário ao governo Vargas, ao mesmo tempo que “roubaram a práxis proletária” dos anos anteriores, não só fazendo com que as garantias conseguidas pelos trabalhadores aparecessem como uma outorga de cunho paternalista feita pelo Estado aos operários, como transformando, de fato, o movimento operário num tipo de ação perfeitamente enquadrada na esfera racionalizada da atividade social (CARDOSO, 1962, p. 114).

Desta maneira, a revolução de 30 é definida como a inauguração de um processo sistemático de organização oficial do movimento sindical, normatizando-o e disciplinando legalmente a “práxis proletária”, passando o sindicalismo a ser controlado (notadamente entre 1937-1945) pelos funcionários do Ministério do Trabalho. Segundo Fernando Henrique Cardoso, a falta de autonomia, juntamente com a imaturidade política dos operários e a inexistência de uma tradição proletária, favoreceram a configuração de um tipo de comportamento político-reivindicatório no qual a classe operária aparece antes como “massa de manobra” que como um setor ciente dos seus interesses.

Para Francisco Weffort (1970), o “sindicalismo populista”, implementado depois de 30, teria criado organizações operárias “artificiais”. Consequentemente, até as organizações paralelas ao sindicalismo oficial, promovidas pela esquerda, serviram como complemento à estrutura corporativista. No caso do Brasil, o Partido Comunista (PCB) – principal foco da crítica de Weffort – teria se mostrado incapaz de organizar a classe operária de maneira autônoma, na contramão do que aconteceu em outros países da região.

O questionamento da “práxis proletária” chegaria ao ponto de se colocar em discussão a própria existência do movimento operário. Esse é o caso de Alain Touraine (1961), quem argumenta que o movimento operário, por definição, sempre foi associado não apenas à defesa dos seus interesses materiais imediatos (salários), como também à ideia de transformação da sociedade. Pode-se falar então de um movimento operário quando este se deixa manipular passivamente por um

projeto corporativista? – pergunta-se o sociólogo francês. No Brasil, a existência de uma forte consciência de mobilidade propiciada pela imigração interna, assim como as características subdesenvolvidas do capitalismo, permitiram que o sindicato fosse menos um instrumento nas mãos da classe operária que a expressão de uma participação indireta e involuntária do poder. Seguindo a argumentação de Touraine, o sindicato se projeta apenas como um distribuidor de serviços (médicos e legais) e principalmente como um meio para que os assalariados resolvam seus problemas materiais, e não como o espaço de construção de um projeto alternativo de sociedade.

A existência de um estatuto padrão que normalizava os sindicatos, o controle econômico e financeiro dado principalmente pelo imposto sindical, a autorização da intervenção ministerial no sindicato e o controle das eleições sindicais por parte do Ministério vão configurar um cenário pouco propício para uma ação operária autônoma. Theotônio dos Santos, por exemplo, caracterizou da seguinte maneira a fase na qual o Estado Novo incorporou a questão social às suas preocupações:

1 – A identificação da política trabalhista com a figura pessoal de Getúlio Vargas, que deu origem ao “queremismo”; 2 – O controle ministerial e paternalista do movimento operário; 3 – A formação de uma “liderança” sindical – os “pelegos” – de caráter oportunista e com fins políticos de atendimento de clientela eleitoral a base popular para políticos populistas (Getúlio, João Goulart, Ademar de Barros, Jânio Quadros, Roberto Silveira, etc.); 4 – O afastamento dos sindicatos das bases operárias perdendo-se num jogo ministerialista e de cúpula; 5 – A ausência de formação política da classe operária que a lançará nas mãos de uma liderança populista e que a abandonará, como classe, a sua própria sorte (DOS SANTOS, 1962, p. 104).

Estas interpretações procuravam articular uma crítica radical às perspectivas populistas que dominavam o campo sindical. Ao mesmo tempo, tinham o intuito de criar as condições teóricas de superação tanto do varguismo quanto dos seus principais concorrentes no mundo do trabalho, os comunistas. Os primeiros eram vistos como desvirtuadores do que estes intelectuais consideravam como a “verdadeira” práxis proletária, enquanto os segundos eram subvalorizados por sua (in) capacidade de rivalizar com os primeiros sem simultaneamente legitimar a arquitetura oficial. Se o trabalhismo varguista representava um sindicalismo inautêntico, por subordinado, os comunistas representavam

um marxismo desvirtuado, pela sua abdicação prática ante as lógicas trabalhistas. Porém, instrumentos políticos inautênticos (trabalhista e comunista) eram indicadores também de uma classe inautêntica. O projeto de mudança social propugnado por estes intelectuais, que antagonizava com a herança política varguista, exigia uma ruptura com a trajetória política sindical da classe operária brasileira. Mas seria possível esta quebra sem ao mesmo tempo escurecer a voz dos trabalhadores e seu estatuto de ator político?

O golpe de Estado de 1964, embora marcasse uma crise das lógicas políticas do trabalhismo, exacerbou as dinâmicas corporativistas na relação entre a ditadura e os sindicatos. Ao mesmo tempo, interrompeu a carreira de muitos dos pesquisadores que disputavam o campo de estudos do mundo do trabalho. Isto possibilitou uma revisão por parte das ciências sociais dos postulados da “outorga”, gerando condições de recepção favoráveis aos autores que contemporaneamente propunham uma interpretação que reivindicava a trajetória do movimento operário. Ao mesmo tempo, este exercício de tematização foi estimulado por um interesse renovado destas disciplinas pelos atores sociais que poderiam ser decisivos na derrubada do regime autoritário.

O autor pioneiro desta virada foi Azis Simão (1966) quem, capitalizando seu conhecimento direto do sindicalismo brasileiro como jornalista do movimento, defendeu precisamente no ano de 64 sua tese de livre-docência na USP, na qual realizou uma revisão da legislação social anterior a 30, mostrando que a preocupação social do Estado Brasileiro não começou exclusivamente com Vargas. Outro dos fundadores da sociologia do trabalho no Brasil que aproveitou sua experiência no início da sua trajetória com o mundo do trabalho foi Evaristo de Moraes Filho, quem conheceu por dentro o funcionamento do Ministério do Trabalho em diferentes funções (LOPES; PESSANHA; RAMALHO, 2012). Para Moraes Filho, embora o Estado tutelasse e controlasse o livre movimento das associações da classe operária, obstaculizando a autodeterminação administrativa das suas organizações, o sindicalismo não teria sido uma invenção do Estado:

Por este rapidíssimo escorço histórico dos nossos movimentos sociais proletários de antes da primeira Grande Guerra e das leis trabalhistas que foram até então promulgadas, já se pode ver que constitui um exagero e grave ofensa aos trabalhadores brasileiros a constante afirmativa de que nada existiu antes de 1930, que toda a legislação a favor dos operários lhes fora graciosamente outorgada, sem nenhuma luta, nem manifestação expressa dos mesmos de que

a desejavam. Justiça seja feita aos grandes idealistas, intelectuais e juristas, que tomaram o partido dos operários; justiça se faça àquelas massas anônimas, que, mesmo sem imposto sindical, sem proteções ministerialistas, sem falsos líderes sindicais, apresentavam muito maior consciência de classe do que os atuais sindicatos, presos ao Ministério do Trabalho, sem o menor espírito de iniciativa (MORAES FILHO, 1978, p. 196).

A maior proximidade destes autores, e a de outros como José Albertino Rodrigues (1968), com o movimento sindical e as militâncias de esquerda que agiam no seu interior (comunistas e socialistas), teria sido fundamental para a revisão da ideia da “outorga”. Embora as pesquisas que alimentaram as publicações-chaves destes intelectuais tenham sido realizadas na década de 50 e tivessem trajetórias contemporâneas (embora diferenciadas) aos teóricos da “outorga”, foi apenas na década de 70 que ecoaram com mais força no campo de estudos do trabalho.

Por um lado, as novas pesquisas mostravam o predomínio das tendências excludentes/repressivas por sobre as assimiladoras do período de predomínio das lógicas varguistas (FAUSTO, 1977); por outro, se regatava a prática do movimento operário, salientando a capacidade política ativa deste ator para lidar com condições desfavoráveis. Ambas as tendências contradiziam a ideia de uma simples outorga da legislação social vinda unicamente desde cima. A revolução de 30 deixava de ser interpretada apenas como o momento de cooptação da classe operária mediante a aceitação passiva das Leis Trabalhistas, e agora marcaria um ponto de revisão da capacidade de agência da classe operária, passando a ser considerada como um componente participante da “mecânica do poder” (PINHEIRO, 1975). Na relação entre o Estado Novo e os sindicatos, operava uma “mão dupla” que implicou uma incorporação real dos trabalhadores à vida política nacional, porém numa situação de subordinação, a qual era interpretada pela ideologia estadonovista sob a lógica da reciprocidade, onde o Estado se situava desde a “dádiva” e os operários retribuía com lealdade (GOMES, 1988).

Teoricamente o principal traço desta virada interpretativa seria a incorporação de perspectivas gramscianas nos marcos de análise do mundo do trabalho. Embora isto permitisse uma releitura que salientava a agência política proletária, complexificando a relação subordinação/autonomia da classe operária no contexto populista (PAOLI; SÁDER; TELLES, 1984), houve, contudo, perspectivas opostas. Por exemplo, Francisco Weffort (1978) reconheceu nas classes populares um sujeito político com capacidade potencial de intervenção e de pressão,

relativizando a noção de manipulação – tão presente na literatura clássica e no próprio trabalho anterior deste autor – sugerindo a categoria de “aliança” como mais adequada para entender a relação entre as massas urbanas e os grupos trabalhistas presentes no Estado. Em contraste, Luiz Werneck Vianna (1976) não apenas resgatou a práxis política do Partido Comunista no mundo sindical, como mostrou uma dupla operação varguista tendente a anular esses esforços para consolidar a mitologia estadonovista: por um lado, o espírito de controle que inspirava as Leis Trabalhistas e, por outro, a tentativa de supressão da memória das classes subalternas, através da noção de uma classe impotente e incapaz de reivindicar por si própria seus interesses. A aceitação de uma “teoria do pacto” entre o Estado Novo e a classe operária, implicaria a omissão da maciça e brutal repressão aos sindicatos após a organização da Aliança Nacional Libertadora (de influência comunista), assim como a eliminação dos traços liberais da Constituição de 34. Para Werneck Vianna, a “outorga” é real, mas enquanto ideologia; e não é resultante de um pacto com a classe operária, mas entre as diferentes facções das classes dominantes.

Este influxo gramsciano com seus diferentes matizes foi decisivo para preparar um campo favorável nas ciências sociais à explosão das greves operárias paulistas em 1978 em plena ditadura militar. Estas foram interpretadas como a irrupção de uma classe que, desta vez falando por boca própria, parecia ter superado as lógicas de cooptação, enquadramento e controle associadas ao sindicalismo anterior (SADER, 2010), o que renovou o interesse das ciências sociais sobre o papel dos trabalhadores na conformação da sociedade brasileira.

Foi então questionada uma imagem constituída intelectualmente, no interior da qual os trabalhadores eram vistos como subordinados ao Estado graças a determinações estruturais da industrialização brasileira... O que para nós definiu uma ruptura com a produção anterior sobre a classe operária foi a noção de *sujeito* que emerge dessa nova produção, isto é, o estatuto conferido às práticas dos trabalhadores, como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade (PAOLI; SÁDER; TELLES, 1984, p. 130).

Efetivamente, muitas das dificuldades teóricas sofridas pelos intelectuais que estudaram movimentos sociais, e em particular o movimento operário até então, correspondiam ao não cumprimento das expectativas de comportamento esperadas pelos próprios analistas em

relação a como deveriam acontecer as transformações políticas atribuídas a estes atores sociais (DURHAM, 1984). Na conjuntura aberta pela onda de greves no ABC paulista, as ciências sociais recuperaram o interesse pelos atores populares, mas ao mesmo tempo leram sua irrupção numa chave de ineditismo, compreendendo os novos movimentos sociais (nas fábricas e nos bairros) como a corporificação da promessa de mudança de um ator social que, na prática, tinha agido contrariando as expectativas dos seus intérpretes. A busca de uma potencialidade revolucionária ou hiperdemocrática nos movimentos sociais, como foi o caso dos autores que divulgaram a teoria da “dádiva” ou da geração que via nos novos movimentos sociais uma via de saída à ditadura, seria mais o desejo utópico dos analistas do que uma evidência empírica (CARDOSO, 1987). De maneira sintética:

Essa “descoberta” dos trabalhadores me parece ser o ponto central pelo qual se elaborou a certeza de uma novidade histórica nos movimentos populares recentes. E é uma “descoberta” construída junto com (ou através da) a elaboração de uma nova percepção da assim chamada sociedade civil. Contra a imagem que nos foi legada pela tradição do pensamento político brasileiro que pontificava o seu amorfismo e dependência em relação ao Estado, a nova produção construía a imagem de uma sociedade cheia de virtualidades porque palco de práticas associativas e de luta e, sobretudo, porque lugar onde se dava a auto-organização dos trabalhadores, apesar das condições opressivas impostas e do fechamento de sindicatos e partidos como espaços possíveis para sua articulação. Em outras palavras, foi fora do Estado (e das instituições) e contra o Estado que esses autores perceberam a existência de uma classe atuante (TELLES, 1987, p. 58).

O redescobrimento do (novo) movimento sindical era inseparável da ruptura com o velho sindicalismo e indiretamente implicava um ressurgimento da interpretação clássica da questão social. Para Marco Aurélio Santana (1998), as querelas da esquerda brasileira ao interior do movimento sindical na década de 80-90 não foram apenas uma batalha para se impor no presente; implicaram também a transformação da história num elemento de disputa. Assim, a emergência de um “novo” sindicalismo brasileiro no final da década de 70 significou uma ruptura discursiva com um passado no qual o “velho” movimento transitou nos estreitos limiares da estrutura sindical corporativa, que era apenas uma extensão do jogo de dominação das elites. Estabelecer esta fratura significará, para Santana, ignorar e subestimar os esforços desenvolvidos

no interior do sindicalismo pós-varguista para defender os interesses e os direitos dos trabalhadores, omitindo também o constante esforço em prol da democratização dos sindicatos, sempre expostos aos dispositivos de controle do Ministério do Trabalho.

Por outra parte, John French mostrou que a relação entre movimento sindical e as leis trabalhistas foi bem mais complicada e conflituosa que o que a literatura clássica mostrou. Aliás, contra os desejos dos corporativistas, a ação do Estado não destruiu os sindicatos nem desmobilizou os trabalhadores; ao contrário, teria contribuído para criação de um espaço utilizado para auto-organização e mobilização dos trabalhadores. Porém, as leis trabalhistas estariam longe de representar um esforço idealista de implementação de um padrão moral de justiça nos locais do trabalho. Na prática, muitas das promessas contidas nas leis eram letra morta e seu cumprimento era possível só mediante a pressão direta dos sindicalistas sobre os empregadores. Cientes desta situação, “para sobreviver e lutar no Brasil industrial, os trabalhadores necessitavam de um posicionamento que tanto rejeitasse a lei como a idealizasse” (FRENCH, 2001, p. 73). Se Getúlio Vargas era o “pai dos pobres”, também era “mãe dos ricos”, como ironicamente o movimento sindical esquerdista completava a frase de exultação do líder populista. Vargas, por um lado, criou a legislação social, mas, por outro, não estabeleceu ferramentas eficazes para que esta fosse cumprida. Paradoxalmente, a produção das ciências sociais nos anos 60 contribuiu à reprodução da ideia de que os objetivos das leis trabalhistas tinham sido realmente alcançados na prática, confundindo as leis com os fatos e, ao mesmo tempo, negligenciando a prática organizacional da classe operária e notadamente sua relação com os padrões: “Concebida como uma crítica radicalmente desmistificadora das mitologias do Estado populista, a interpretação dominante surgida nos últimos anos da década de 1960 refletiu inconscientemente as presunções e afirmações do regime de Getúlio Vargas” (FRENCH, 2001, p. 82).

Como compreender, então, a tentativa varguista de enfrentar a questão social sem subestimar a prática sindical brasileira? Wanderley Guilherme dos Santos (1998) propôs uma nova ruptura no final da década de 90. Para ele, as Leis do Trabalho buscavam conciliar a política de acumulação do capital e uma política de equidade, assegurando que esta última não ameaçasse o esforço de acumulação e que este não exacerbasse as iniquidades sociais. A revolução de 30 representou um esforço de renovação do equipamento ideológico para enfrentar

o problema da ordem econômica e social, que, ao manter unicamente a resposta repressora do *laissez-faire* brasileiro, teria sido condenado à implosão. Dessa maneira, a cidadania ficou atrelada a um restrito número de posições laborais reconhecidas e reguladas pelo poder estatal, a “cidadania regulada”.

Todos os trabalhadores não contemplados nas categorias reconhecidas tornaram-se uma espécie de pré-cidadãos. Estes segmentos, incluindo todos os trabalhadores do campo (não contemplados na regulação trabalhista) avultaram, posteriormente, os conceitos de marginalidade e economia informal do trabalho. Numa recente releitura da “cidadania regulada”, Adalberto Cardoso (2010a) valorou seu papel como promessa de incorporação social das massas operárias até esse momento totalmente postergadas, introduzindo assim um horizonte de cidadania fundamental para as expectativas e práticas dos trabalhadores urbanos, que ao mesmo tempo foi determinante para a reprodução das desigualdades sociais, enquanto promessa jamais universalizada. Assim:

A ‘cidadania regulada’, nesse sentido, tornou-se a forma institucional da luta de classes entre nós: uma luta por efetividade dos direitos existentes; uma luta por extensão dos direitos a novas categorias profissionais; e uma luta por novos direitos. Isso quer dizer, ademais, que, se os direitos sociais e do trabalho (e os serviços sociais de saúde e educação) precisaram ganhar facticidade por meio da luta regulada de classes, então a ‘cidadania regulada’ precisou ser *conquistada* pelos candidatos a ela, tanto individual quanto coletivamente. Tendo ou não sido outorgada por Vargas (discussão que tantas energias consumiu dos estudiosos do trabalho no Brasil), o fato é que, no processo de tornar-se real no mundo, a legislação social foi apropriada pelos trabalhadores, e a ‘cidadania regulada’ não era outra coisa senão o modo dessa apropriação em seu processo mais miúdo, mais cotidiano (CARDOSO, ADALBERTO, 2010b, p. 792-793).

O caso do Chile: a conquista operária

No caso do país andino, desde a década de 50, se construiu um relato historiográfico sobre a classe operária inverso ao brasileiro. Na interpretação chilena clássica da questão social, o sindicalismo de começos do século XX é visto como um sindicalismo de classe, com um alto grau de independência frente ao Estado e fortemente engajado

com a práxis dos partidos classistas. Além do mais, o movimento mostrava lucidez nas suas manifestações em relação à necessidade de superar a ordem capitalista por um sistema socialista. A construção deste ideário associando o movimento operário a uma imagem heroica, contestatária, consciente, solidária e homogênea é inseparável do papel da historiografia na sua reprodução, correspondendo aos historiadores marxistas clássicos esse labor: Julio César Jobet, Marcelo Segall, Hernán Ramírez Necochea, Jorge Barría, Luis Vitale y Fernando Ortiz Letelier, entre outros (PINTO; CANDINA; LIRA, 1999).

Embora com militâncias diversas dentro de campo do marxismo local, todos estes autores reconheciam a centralidade da luta de classes na conformação da sociedade e, com ela, o protagonismo dos trabalhadores na arena política e historiográfica. Depois de tudo, tratava-se da classe à qual pertencia o porvir (RAMÍREZ NECOCHEA, 2007a, p. 281), que até esse momento não contava com historiadores próprios (JOBET, 1951). O que animava estes autores era o interesse político de contribuir ao fortalecimento e projeção desse protagonismo para a consecução do socialismo (ROJAS, 2000). Propondo uma nova relação entre o ofício historiográfico e a militância, a labor do historiador aparece como um complemento e até uma extensão da luta por uma sociedade sem classes (BARRÍA, 1971b). Esta virada teve correspondência com a valoração emancipatória do binômio sindicato-partido como eixo da progressiva maturação da consciência operária (JOBET, 1955). Tratava-se não apenas de uma trajetória linear do movimento operário, mas de uma sincronia entre esta e os processos políticos, articulada graças à relação virtuosa entre o social e o político. O que, para Jorge Barría (1971a), se expressava na trilogia de organizações criadas pelo movimento operário – sindicatos, cooperativas e partidos – para defender seus interesses enquanto produtores, consumidores e cidadãos. Subvalorizando outras expressões, como, por exemplo, o peso das organizações e militantes anarcossindicalistas para o desenvolvimento do movimento operário, esta exaltação evolucionista do movimento legitimava ao mesmo tempo o partido como o instrumento próprio da classe, ocultando a autoria desta relação e fazendo que aparecesse como um produto quase natural (THIELEMANN, 2013).

Sob esta perspectiva, o processo de ampliação da cidadania por parte do Estado chileno, que culminou com a institucionalização de uma série de direitos, longe de ser interpretado como uma dádiva das classes dominantes, foi lido como uma conquista operária propiciada pela ação, consciência e combatividade do próprio proletariado chileno.

Vale a pena citar um dos fundadores da historiografia social chilena, Hernán Ramírez Necochea, quem em um texto publicado originalmente em 1956 expressava em relação a este ponto:

Pues bien, la historia del movimiento obrero enseña que los derechos que hoy goza la clase obrera y los beneficios que en alguna medida ha logrado, no fueron gratuitas concesiones hechas por gobernantes burgueses o terratenientes; tampoco fueron dádivas desinteresadas de las clases dirigentes. Son única y exclusivamente conquistas de la clase obrera. Ella, a través de sus largas luchas, durante las cuales padeció sacrificios sin cuenta y hubo que hacer derroche de heroísmo ante la brutal violencia desatada en su contra; ella, regando muchas veces la tierra de Chile con su sangre generosa y dando ejemplos imperecederos de dignidad, ella y sólo ella, conquistó los derechos y los beneficios –muy escasos todavía- de que actualmente usufructúa (RAMÍREZ NECOCHEA, 2007a, p. 287).

O proletariado chileno, desde esta perspectiva, teria encontrado cedo sua maturidade, superando a espontaneidade inicial que o caracterizou mediante um processo de articulação e de conscientização ascendentes. Existiria, ao mesmo tempo, uma continuidade entre a origem e o desenvolvimento do sindicalismo chileno. Segundo Fernando Ortiz Letelier, em texto de 1985:

Los proletarios no se resignaron pasivamente a su vida de miserias; buscaron mejorar su situación, se rebelaron contra quienes los explotaban. Rebelión espontánea, aislada, individual en un comienzo; huelga, movimiento colectivo luego, faltó todavía de dirección y perspectivas, pero en donde obreros expresan su conciencia de clase y hacen de su organización el instrumento eficaz para defender su porvenir, huelgas nacionales, por último, realizadas en un plano más elevado y que refleja el grado de madurez alcanzado por la clase obrera. Las reivindicaciones económicas encuentran un cauce adecuado en las nuevas ideas políticas, el proletariado comprende que no basta luchar por la reivindicación inmediata sino que debe modificar, cambiar, la estructura de un régimen para terminar definitivamente con su explotación (ORTIZ LETELIER, 2005, p. 113).

A afirmação da continuidade histórica do movimento operário, dada pelo processo ascendente de lutas e de tomada de consciência, está atrelada com a reivindicação por parte do movimento sindical do passado heroico de sua organização, valorando a gênese do movimento

como um elemento inspirador do sindicalismo posterior, o qual estará marcado pela presença socialista-comunista e que será coroado com a conquista do governo com a Unidade Popular de Salvador Allende em 1970.

Resulta interessante observar que, sob esta matriz de pensamento, os diferentes esforços do Presidente Arturo Alessandri (1920) por enfrentar a questão social – o que o situa como uma espécie de equivalente democrático de Getúlio Vargas – foram interpretados, por esta historiografia, como um simples reformismo burguês que pretendia deter o avanço do movimento operário.

Un sector de los ‘de arriba’ –elementos burgueses– que sentían la imposibilidad de seguir administrando el Estado conforme a los padrones existentes, estimaban que era preciso considerar las nuevas realidades y programar una política de nuevo estilo para enfrentar una situación juzgada temible por la carga social explosiva que encerraba (RAMÍREZ NECOCHEA, 2007b, p. 263).

Estas tentativas seriam uma reação à iniciativa e pressão operária, que teria obrigado os setores governantes a se abrirem à possibilidade de uma legislação que incorporasse parte das demandas históricas do movimento operário:

Fue el impulso de los obreros, sus luchas, sus organizaciones las que obligaron a los partidos tradicionales a preocuparse y a pronunciarse sobre la cuestión social. Tan pronto el movimiento proletario se hizo amenazante, los programas de los partidos políticos tuvieron que acoger las aspiraciones populares. Oportunismo en los más, simpatía por el pueblo en los menos (ORTIZ LETELIER, 2005, p. 227).

Na construção deste discurso não se realça a figura de Arturo Alessandri, presidente que aprofundou e sistematizou a legislação social, como foi no caso do Brasil com Vargas. Ao contrário, o protagonismo ficará com o operário tipógrafo Luis Emilio Recabarren, “maestro y guía del pueblo chileno” segundo reza seu epitáfio. Este operário se transformará numa espécie de mito fundador da história das classes subalternas chilenas (MASSARDO, 2008). Recabarren teria corporificado na sua história individual o trânsito coletivo do movimento operário, e seu lugar, portanto, é claro: “representa una perfecta y completa síntesis de la trayectoria que recorrió el proletariado desde fines del siglo XIX hasta principios de la tercera década de este

siglo” (RAMÍREZ NECOCHEA, 2007b, p. 250). Isto tanto pelo papel de Recabarren na fundação do *Partido Obrero Socialista* em 1912 (que posteriormente passará a ser o Partido Comunista), como também pela ação organizativa na *Federación Obrera de Chile* (F.O.Ch.) e pelo papel de propagandista na imprensa operária.

El ejemplo y la lección de la actividad de Recabarren residen en su lucha incansable para organizar el proletariado y darle consciencia de sus derechos y responsabilidades; en su labor práctica y estructuración política y sindical de la clase asalariada; en la creación y difusión de la prensa obrera; en su afán por educar y elevar a sus compañeros de trabajo; y en su profunda austeridad y honestidad personales, su abnegación e idealismo, su coraje y desinterés, perfilándose como el más genuino precursor del “hombre nuevo”, exigido por el socialismo para su auténtica realización. Su legado en cuanto a las ideas socio-políticas se sintetiza en su adhesión sincera a la doctrina y al programa socialistas con el propósito de instaurar un sistema revolucionario democrático, opuesto de manera irreductible a las distintas formas de dictadura. Fue un alentador incansable de la fórmula de la emancipación de los trabajadores como obra de los trabadores mismos, con el alto objetivo de dar vida a un gobierno popular que hiciera efectiva la implantación de la igualdad, la justicia y la libertad (JOBET, 1955, p. 8-9).

A interpretação de conquista do movimento operário foi durante muito tempo quase inquestionável. Foi somente com a aparição da “nova” história social chilena durante os anos 80, depois do Golpe Militar, encabeçada por Gabriel Salazar, que o discurso descrito anteriormente encontrou uma revisão profunda:

Se le ha cuestionado [à historiografía social clásica] su incapacidad para reconocer la diversidad cultural al interior de los sectores populares. También se ha criticado su tendencia a privilegiar las relaciones entre los trabajadores y los partidos de izquierda, haciendo aparecer éstos últimos como los verdaderos y únicos protagonistas de la historia. Incluso se le ha atribuido un sesgo “iluminista”, en el sentido de privilegiar la acción racional-instrumental o el apego a determinados “proyectos” por sobre una disposición a reconocer a un actor popular que no era necesariamente discursivo o proyectista (PINTO; CANDINA; LIRA, 1999, p. 113).

O movimento popular, num sentido amplo, não teria apresentado nenhum projeto alternativo de construção estatal, pois terminou

disciplinado sob o império da Constituição e do Código do Trabalho alessandrino (SALAZAR; MANCILLA; DURÁN, 1999). Depois da aplicação de reformas sociais, começou um período de refluxo do movimento sindical, reduzindo-se a quantidade de greves e confrontos combativos. A ideia de um movimento operário “puro”, completamente independente, não apenas fica questionada, como também difícil de sustentar. A passagem de um Estado excludente a um relativamente mais integrador mediante a legislação social e laboral marcou o início de um grande paradoxo para o movimento sindical, pois, por um lado, o movimento operário efetivamente desbordou a realidade oligárquica através da sua autonomia, dispersão e dinâmicas grevistas; porém, por outro, o enquadramento legal terminou por homogeneizá-lo, beneficiando os sindicatos por sobre outras formas de organização, como as Sociedades de Socorro Mútuo. Este processo foi acompanhado de fortes doses de repressão. Assim: “terminar con la exclusión le significó transitar de una autonomía relativa a un grado mayor de sumisión” (FERNÁNDEZ, 2003, p. 145).

Esta mudança na historiografia tem uma raiz histórica: a quebra democrática produzida pelo golpe de Estado em 1973 provocou também uma quebra epistemológica dentro da historiografia. O fracasso da Unidade Popular e do movimento operário obrigou à revisão profunda da historiografia social clássica. Agora as ênfases eram menos estruturais e mais culturais: o político-ideológico deixava lugar ao identitário (DEVÉS VALDÉS, 1991). A autoafirmação do ‘*obrerismo ilustrado*’ implicava também silêncios e exclusões dentro do mundo popular que era preciso superar. Tratava-se agora de reconhecer a outros atores sociais fundamentais, “os de baixo”: camponeses, *pobladores*, trabalhadores informais, etc. (PINTO, 1998).

Em um texto publicado originalmente em 1985, Gabriel Salazar (2000) criticou a aplicação mecânica do materialismo histórico que, no seu intuito de totalização analítica, terminou por diluir a história existencial das massas populares na história do capitalismo (SEGALL, 1953). Sua opção historiográfica era a observação dos fatos e dos processos do povo enquanto tal, para além da trilogia militante, partido e sindicato. O povo seria um impulso vital coletivo solidário e reumanizante, cuja historicidade involucraria “o drama interior da nação”, sendo papel da historiografia salientar a substância social contida nas dinâmicas solidárias dos alienados e no poder histórico que elas possuíam.

Si el proceso histórico es – conforme indica el sentido común – no otra cosa que la energía social aplicada al desenvolvimiento pleno de la naturaleza humana, es decir, un proceso de humanización permanente, entonces la ‘historicidad significativa’ radica principalmente en aquellos hombres que buscan con mayor intensidad e inmediatez su propia humanización, y/o la de otros. La compulsión humanizante – que es uno de los caracteres distintivos de los hombres y mujeres de base – se exagera, se acumula y se desarrolla precisamente cuando los factores alienantes incrementan su presión. Es por esto que la historicidad se concentra progresivamente en las masas alienadas, y si el ‘pueblo’ es la ‘nación’ lo que la dinámica a la estática y lo específico a lo general, entonces ‘el pueblo’ no es sino la parte alienada de ‘la nación’. El ‘pueblo’ es la parte de la nación que detenta el poder histórico (SALAZAR, 2000, p. 15).

Sergio Grez critica esta vertente ao propor uma história do “baixo povo” esvaziado de sua ação política. Precisamente sua valoração culturalista de um ser popular em estado natural rejeitará a atividade política como eminentemente alheia, desprezando suas incursões institucionais e reestabelecendo indiretamente a noção do mundo popular como objeto da política das elites: “De la apología al racionalismo, la modernidad, las ideologías de redención social, los proyectos y vanguardias políticas, se ha pasado casi sin matices a la valorización de la ‘barbarie’, lo espontáneo, pre-moderno, irracional y sensual” (GREZ, 2005, p. 21). A redução naturalista do popular presente na Nova História Social chilena, ao acusar a historiografia marxista clássica de se centrar unicamente no político, teria reduzido também o político a uma definição liberal (ou estatal-institucional), sendo que, por outro lado, o social ficaria minimizado ao aspecto solidário-identitário (DÍAZ, 2014). A politização, quando aparece, o faz de maneira apartidária e maniqueísta: o popular se mistifica num relato romântico e idealizador que terminaria por lhe atribuir uma espécie de identidade transhistórica essencializada (LOYOLA, 2012).

Mesmo sendo acusada de propugnar uma história do popular sem a política (GREZ, 2005), a nova história social – pela revalorização dos sujeitos e das subjetividades que implicou – paradoxalmente têm sido uma das mais relevantes referências do grupo de pesquisadores que recentemente vêm revitalizando a historiografia política no Chile (PONCE; PÉREZ, 2013). Contudo, apesar das críticas à historiografia marxista, existia, entre os novos historiadores sociais chilenos, o

reconhecimento de que o movimento operário classista existiu e gerou uma cultura operária que dignificou o trabalho e o trabalhador, deixando de ter uma conotação pejorativa e se convertendo num veículo de inserção social e orgulho pessoal, desenvolvendo um forte sentimento de solidariedade interna com fortes graus de hostilidade frente aos patrões.

O poder desmistificador das semelhanças

A revisão das interpretações locais clássicas sobre a questão social no Chile e no Brasil, as quais foram criticadas em ambos os países por uma historiografia mais recente que as acusou de mistificar positiva ou negativamente a trajetória destes movimentos operários, mostra que, embora aparentemente os processos obedecessem a particularidades que os separavam em polos opostos, existiam diversos traços comuns nas duas experiências. Características que levam necessariamente a questionar as bases dos mitos historiográficos que, por muito tempo, dominaram a interpretação do que se entendeu por questão social em ambos os países.

No Chile e no Brasil, a emergência da questão social está dada por um antes e um depois identificado com a passagem de um estado excludente a um estado que toma consciência da necessidade de incorporar novos sujeitos ao seu horizonte de cidadania. Num primeiro momento, a questão social foi ignorada pelas elites destes países e tratada como uma “questão de polícia”, segundo a expressão de Getúlio Vargas. Assim, as contradições entre Capital e Trabalho eram resolvidas diretamente, sem a intermediação do Estado, com exceção da intervenção policial para apagar greves e perseguir sindicalistas.

Da mesma maneira, se, por um lado, a vida urbana representava uma melhoria em relação às condições das zonas rurais destes países, por outro, as condições de miséria se agravavam para os trabalhadores urbanos. Alguns dos problemas que eles tiveram que enfrentar nessa época foram: desníveis entre salários e custo da vida, inexistência de um salário mínimo, concorrência do trabalho pior remunerado de mulheres e crianças, existência de jornadas extenuantes de trabalho, ausência de contratos com garantias legais para o trabalhador. Foram essas condições as que contribuíram para que a ação e a agitação de elementos conscientes da classe operária encontrassem ouvidos, conformando-se paulatinamente um movimento operário bastante heterogêneo em ambos os países.

Sociedades de socorro, sociedades de resistência, centros culturais e sindicatos foram aparecendo na cena proletária. Com grande influência estrangeira, embora mais no Brasil que no Chile, este movimento importou, adaptou e disseminou ideias socialistas e anarquistas, sendo estas últimas particularmente fortes no começo do século XX. Com certa propensão à espontaneidade, este movimento praticou a ação direta contra o capital, configurando um nutrido movimento grevista e conseguindo muitas vezes ver cumpridas suas demandas, não obstante a intensa repressão que exercia o Estado para satisfazer os capitalistas locais. Em ambos os países, este período se identificou como a “etapa heroica”.

O maior peso que começou a ter a atividade industrial nas sociedades e, com ele, a maior concentração urbana e operária, junto com o aumento dos conflitos trabalhistas, favorecidos por uma maior capacidade organizativa e agitadora da classe operária, com greves gerais incluídas, levaram a que setores reformistas, mais sensíveis à questão social nas classes dirigentes, ganhassem importância nos destinos dos países estudados. Assim, com Alessandri no Chile e com Vargas no Brasil, começa um processo de ampliação, com restrições, da cidadania nas respectivas sociedades; conceitos como progresso nacional, harmonia entre capital e trabalho serão fundamentais e predominarão nos discursos dos setores governantes. O Estado não apenas manterá o seu braço repressivo para intervir quando seja conveniente, como também visará à proteção do trabalhador com o estabelecimento de garantias legais, buscando antecipar conflitos através dos códigos de trabalho respectivos, mas sem esquecer o disciplinamento do movimento operário, enquadrando-o dentro dos sindicatos, os quais substituíram as heterogêneas organizações do período heroico. Em síntese, como gostava de dizer Vargas, a questão social deixou de ser um assunto de polícia para ser um assunto de Estado.

Nesta mudança, está presente um processo reflexivo, com maior ou menor grau de consciência, por parte das classes dirigentes, de que é preciso enfrentar e prevenir-se frente às forças destrutivas que liberou o próprio capitalismo nas suas sociedades. Não se pode esquecer que o lema do movimento que fez a Revolução de 30 no Brasil era: “Façamos a revolução antes que o povo a faça!” (DIAS, 1962, p. 81). Essencialmente, o que se buscava era a prevenção de uma possível fratura social. Por isso, as seguintes palavras de Arturo Alessandri, pronunciadas em 1923, poderiam perfeitamente ter sido proferidas por Getúlio Vargas nos anos 30:

Entre nosotros es indispensable la pronta dictación de leyes que contemplen los intereses de patrones y obreros, como un antídoto para los espíritus subversivos que desean y persiguen la disolución del orden social. Estableced el equilibrio social por medio de leyes justicieras que contemplen las reivindicaciones del proletariado y dejad en seguida que vengan los elementos anárquicos y subversivos a predicar y gritar sus teorías; veréis cómo se estrellarán impotentes contra la justicia social que es paz, que es orden, equilibrio y armonía (RAMÍREZ NECOCHEA, 2007b, p. 265).

Com os esforços de integração dos estados, as classes operárias ficaram na disjuntiva entre aceitar a interferência do Estado nas relações capital/trabalho e a proteção da legislação laboral, a qual incorporou as principais demandas dos trabalhadores de ambos os países, ou rejeitar o novo cenário, lutando unicamente pela mudança radical do regime salarial. Tanto no Chile quanto no Brasil, a situação foi considerada um progresso para a classe. Esta, mesmo assim, tentou continuar com a atividade sindical tal como vinha sendo levada à prática até esse momento. Porém, o novo contexto dificultou a persistência das mesmas lógicas organizativas, já que a melhoria econômica da nova situação implicava enfrentar de uma maneira nova a agitação, bem como porque os dispositivos repressivos do Estado persistiram e os dirigentes sindicais continuaram sendo perseguidos, seus locais interditados e suas imprensas fechadas. A partir deste momento, o movimento sindical não poderá ser compreendido sem a sua relação com o Estado. Por isso, não corresponde aplicar critérios de pureza proletária na hora de analisar a práxis sindical, pois não apenas no Brasil o movimento operário teve que enfrentar a possibilidade de subordinação, como também no Chile isto aconteceu com a classe que foi caracterizada quase como sinônimo de independência e consciência proletária na América Latina.

As diferentes mitologias nos dois países responderam também aos vaivéns políticos dos movimentos operários e das historiografias que tentaram compreendê-los. Enquanto no Chile a influência marxista e a força dos partidos socialista e comunista levaram a reivindicar o passado do movimento operário, ignorando suas fraquezas e inconsistências para mostrar a continuidade e a solidez do movimento, no Brasil, a emergência de um “novo” sindicalismo e a força do “mito da dádiva” estabeleceram um profundo abismo entre o sindicalismo heroico e o sindicalismo posterior a 30, visando à legitimação dos novos quadros sindicais que queriam romper com o populismo e com seus concorrentes mais próximos (o PCB). Porém, isso implicou também desconhecer o

valor de resistência do sindicalismo que enfrentou, não sem perseguição e repressão (e heroísmo), a força corporativista. Neste sentido, o novo sindicalismo tinha como objetivo neutralizar um concorrente no espaço sindical.

No caso do Brasil, é importante salientar, os dispositivos de controle foram mais fortes, principalmente pela força que tinha o imposto sindical, pois sempre implicou uma vinculação com o Ministério do Trabalho. A possibilidade de ressurgimento de um período heroico estava permanentemente em xeque pelo controle estatal. Contudo, a presença de forças de esquerda persistiu, mas estas tiveram que enfrentar um cenário completamente diferente do chileno, pois a ditadura de Vargas tinha melhores ferramentas de controle do sindicalismo que as que dispunham os governantes no país andino.

Porém, em ambos os casos, o movimento sindical não pôde atuar sem levar em consideração o novo papel integrador do Estado. Ao mesmo tempo, o Estado se redefiniu pela incorporação (parcial) de novas camadas sociais no seu horizonte de cidadania. Tentar explicar o fenômeno da questão social pela ação de um setor isolado da sociedade é uma tarefa incompleta. Tal como se mostrou, este processo responde a uma tendência reflexiva mais ampla presente na sociedade, na qual, de maneira mais ou menos consciente, as classes que dirigem o Estado compreendem que, para assegurar a sobrevivência deste último, se deve superar a sua condição excludente e integrar esses novos setores. Paralelamente, as classes trabalhadoras urbanas emergem não para acampar na margem da sociedade, mas, pelo contrário, para nela intervir, seja pela sua força real ou potencial, ganhando um estatuto de ator da nova cena pública.

Considerações finais

Compreender a questão social como exercício reflexivo dos diferentes atores da sociedade no qual se redefine o horizonte de cidadania requer uma abordagem multiagencial para o seu estudo. As literaturas clássicas no Brasil e no Chile já analisaram o fenômeno com um viés Estatal ou social (movimento sindical). Por outro lado, esforços reflexivos mais recentes têm mostrado a importância da recepção e de circulação das ideias (liberais no Chile e corporativistas no Brasil) entre as elites dominantes para a construção do “Estado Social” nos respectivos países (LANZARA, 2012). Porém, a tarefa de integração destes diferentes elementos tem como condição prévia a explicitação

do papel das ciências sociais na construção dos imaginários associados às diferentes maneiras de enfrentar a questão social e aos atores que a construíram, notadamente a respeito do movimento operário. Precisamente esse foi o principal o intuito deste artigo.

As interpretações baseadas nas ideias de passividade/protagonismo das classes subalternas não apenas substancializaram o estatuto do movimento operário como mais ou menos manipuláveis ou combativos, dificultando as possibilidades de compreensão deste ator social com suas virtudes e defeitos e para além das mistificações do seu agir, como ampliaram o ponto cego de observação das ciências sociais em relação aos próprios movimentos sociais. Não se pode compreender estas interpretações sobre o passado operário sem considerar o papel dos cientistas sociais nas disputas pela política do presente. Seguindo a ideia de Pierre Bourdieu (1999), as ciências sociais participam das lutas que buscam descrever.

Ao comparar as interpretações clássicas da questão social no Chile e no Brasil, quanto mais elas conduziam à polarização das trajetórias dos movimentos operários respectivos, mais evidente ficava a participação destas leituras em projetos políticos que precisavam da idealização do movimento operário, no caso do Chile, e da rejeição da práxis sindical, no caso do Brasil. A separação teórica das práticas dos movimentos operários destes países é motivada por uma práxis comum aos teorizadores dos movimentos sociais: a utilização do passado como uma ferramenta de legitimação de um projeto no presente.

Referências

- BARRÍA, Jorge. *El movimiento obrero en Chile: síntesis histórico-social*. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Técnica del Estado, 1971a.
- BARRÍA, Jorge. *Historia de la CUT*. Santiago de Chile: Prensa Latinoamericana, 1971b.
- BOURDIEU, Pierre. *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.
- CARDOSO, Adalberto. *A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010a.
- _____. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. *Dados*, v. 53, n. 4, p. 775-819, 2010b. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582010000400001>
- CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento social. *Revista Brasileira*, n. 41, p. 98-122, maio 1962.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos Sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 3, p. 27-37, 1987.

- CASTEL, Robert. *Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*. Buenos Aires: Paidós, 2004.
- COLLIER, Ruth; COLLIER, David. *Shaping the Political Arena*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. La cultura obrera ilustrada chilena y algunas ideas en torno al sentido de nuestro quehacer historiográfico. *Mapocho: Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, n. 30, p. 127-133, 1991.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962.
- DÍAZ, Francisco. La reducción naturalista de lo popular en la Nueva Historia Social. Renovación historiográfica en tiempos de Dictadura. *Revista Izquierdas*, n. 21, p. 152-177, 2014.
- DOS SANTOS, Theotônio. O Movimento Operário no Brasil. *Revista Brasiliense*, n. 39, p. 100-118, jan. 1962.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos Sociais: A construção da cidadania. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 10, p. 24-30, out. 1984.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1977.
- FERNÁNDEZ, Enrique. *Estado y Sociedad en Chile 1891-1931: El Estado excluyente, la lógica estatal oligárquica y la formación de la sociedad*. Santiago: LOM, 2003.
- FRENCH, John. *Afogados em leis: A CLT e cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.
- GREZ, Sergio. Escribir la historia de los sectores populares ¿Con o sin la política incluida? A propósito de dos miradas a la historia social (Chile, siglo XIX). *Política*, v. 44, p. 17-31, out. 2005.
- JOBET, Julio César. *Ensayo crítico del desarrollo económico-social de Chile*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1951.
- _____. *Luis Emilio Recabarren: los orígenes del movimiento obrero y del socialismo chilenos*. Santiago de Chile: Prensa Latinoamericana, 1955.
- LANZARA, Arnaldo Provasi. *A construção histórica do Estado Social no Brasil e no Chile: do mutualismo ao seguro*. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2012.
- LOPES, José Sergio Leite; PESSANHA, Elina; RAMALHO, José Ricardo. Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 118, p. 115-129, mar. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000100008>
- LOYOLA, Manuel. Gabriel Salazar En el nombre del poder popular constituyente (Chile, siglo XXI). *Cuadernos de historia*, Santiago, n. 36, p. 183-185, 2012.
- MASSARDO, Jaime. *La formación del imaginario político de Luis Emilio Recabarren: Contribución al estudio crítico de la cultura política de las clases subalternas de la sociedad chilena*. Santiago: LOM, 2008.
- MORAES FILHO, Evaristo. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

- ORTIZ LETELIER, Fernando. *El Movimiento Obrero en Chile (1981-1919)*. Santiago: LOM, 2005.
- PAOLI, Maria Celia; SÁDER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, p. 129-149, 1984.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- PINTO, Julio. Movimiento social popular: ¿hacia una barbarie con recuerdos? *Proposiciones*, n. 24, p. 214-219, 1998.
- PINTO, Julio; CANDINA, Azun; LIRA, Robinson. Historia Contemporánea de Chile II: Actores, Identidad y Movimiento. In: SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio (Org.). *Historia Contemporánea de Chile*. Santiago: LOM, 1999.
- PONCE, José Ignacio; PÉREZ, Aníbal. La revitalización de la historiografía política chilena. *Polis*, Santiago, v. 12, n. 36, p. 453-476, dez. 2013. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682013000300020>
- RAMÍREZ NECOCHEA, Hernán. Historia del Movimiento Obrero en Chile: Antecedentes Siglo XIX. In: RAMÍREZ NECOCHEA, HERNÁN (Org.). *Obras escogidas*. Santiago: LOM, 2007a. Vol. I.
- _____. Origen y Formación del Partido Comunista de Chile. In: RAMÍREZ NECOCHEA, HERNÁN (Org.). *Obras escogidas*. Santiago: LOM, 2007b. Vol. II.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- ROJAS, Jorge. Los trabajadores en la historiografía chilena: balance y proyecciones. *Revista de Economía & Trabajo*, n. 10, p. 47-117, 2000.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- SALAZAR, Gabriel. *Labradores, peones y proletarios: formación y crisis de la sociedad chilena del siglo XIX*. Santiago de Chile: LOM, 2000.
- SALAZAR, Gabriel; MANCILLA, Arturo; DURÁN, Carlos. Estado, legitimidad, ciudadanía. In: JULIO, PINTO (Org.). *Historia Contemporánea de Chile*. Santiago: LOM, 1999. Vol. I.
- SANTANA, Marco Aurélio. O “Novo” e o “Velho” Sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*, v. 10/11, p. 19-35, 1998.
- SANTOS, Wanderley Guilherme Dos. A Práxis Liberal e a Cidadania Regulada. In: SANTOS, WANDERLEY GUILHERME DOS (Org.). *Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p. 63-114.
- SEGALL, Marcelo. *Desarrollo del capitalismo en Chile: cinco ensayos dialécticos*. Santiago de Chile: Del Pacífico, 1953.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1966.
- TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, ILSE; KRISCHKE, PAULO (Org.). *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 54-81.

THIELEMANN, Luis. El Movimiento Popular y la historiografía en Chile: Elementos para un balance a 40 a-os del Golpe de Estado. *Revista de Historia y Geografía UCSH*, n. 29, p. 105-130, jul. 2013.

TOURAINÉ, Alain. Industrialization et Conscience Ouvrière à São Paulo. *Sociologie du Travail*, v. 3, n. 4, p. 75-95, out. 1961.

VIANNA, Oliveira. *Direito do Trabalho e Democracia Social: o problema da incorporação do Trabalhador no Estado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Sindicatos e Política*. 1970. Livre Docência – USP, São Paulo, 1970.

Werneck VIANNA, Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Recebido: 21 de janeiro de 2016

Aprovado: 05 de abril de 2016

Autor/Author:

ALEXIS CORTÉS <acortes@uahurtado.cl>

- Professor da Universidade Alberto Hurtado (Chile). Sociólogo pela Pontificia Universidad Católica de Chile. É Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro e Doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ. Seus interesses de pesquisa se orientam principalmente à Sociologia Urbana, os Movimentos Sociais e a Teoria Social Latino-Americana.
- Professor at the Universidade Alberto Hurtado (Chile). Sociologist graduated from the Pontificia Universidad Católica de Chile. He has a Master Degree in Sociology from Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro and PhD in Sociology from the IESP-UERJ. His research interests are mainly oriented to the Urban Sociology, Social Movements and Latin-American Social Theory.

Historiografia sobre mutualismo (1875-1914) em Portugal e no Brasil*

*Historiography about mutualism (1875-1914)
in Portugal and Brazil*

*Historiografía sobre el mutualismo (1875-1914)
en Portugal y Brasil*

Ronaldo Pereira de Jesus**

Resumo: Análise da produção historiográfica acerca do fenômeno associativo mutualista em perspectiva comparada no Brasil e em Portugal, tendo em vista o fenômeno associativo em geral e o mutualismo em particular, observado como objeto de investigação histórica ao longo do século XX e como uma das principais expressões da cultura associativa dos trabalhadores urbanos no período entre 1875 e 1914.

Palavras-chave: mutualismo; cultura associativa; era dos impérios

Abstract: Analysis of historiography about the mutualist associative phenomenon in comparative perspective in Brazil and Portugal, considering the associative phenomenon in general and mutualism in particular seen as an object of historical research throughout the twentieth century and as one of the main expressions of associational culture of urban workers in the period between 1875 and 1914.

Keywords: mutualism; associational culture; the age of empires

Resumen: Análisis de la historiografía sobre el fenómeno asociativo mutualista en perspectiva comparada en Brasil y Portugal, teniendo en cuenta el fenómeno asociativo en general y el mutualismo, en particular, visto como un objeto de la investigación histórica a lo largo del siglo XX y como uno de los principales expresiones de la cultura asociativa de los trabajadores urbanos en el período entre 1875 y 1914.

Palabras clave: mutualismo; cultura asociativa; la era de los imperios

* O artigo é resultado parcial do projeto *Cultura Associativa em Perspectiva Comparada: Brasil e Portugal (1870-1914)*; pós-doutorado realizado na Universidade de Lisboa, financiado pela Capes – Estágio Sênior (2014-2015).

** Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). <ronaldo.jesus@ufjf.edu.br>

Mutualismo na era dos impérios

Desde meados do século XIX, as práticas associativas difundiram-se vertiginosamente criando ou recriando no mundo ocidental uma variedade significativa de sociedades científicas, clubes literários, grêmios recreativos (dramáticos, musicais, desportivos), cooperativas, sindicatos e partidos políticos. Nesse contexto, surgiram as associações de ajuda mútua, cujo objetivo era proteger os associados dos riscos que comprometiam as condições de vida dos trabalhadores, disponibilizando ajuda pecuniária em casos de doença, acidente, invalidez, velhice, prisão e morte. Frequentemente, a experiência mutualista ampliou-se para além dos objetivos básicos dos socorros e passou a preconizar também a construção de bibliotecas, a comemoração de efemérides, a publicação de jornais e livros, a instrução de jovens e crianças, a procura de emprego e o entretenimento educativo, eventualmente com fins caritativos ou filantrópicos (Ver: CEDEÑO, 1983; RECALDE, 1991; LINDEN, 1996; ROSENDO, 1996; MUNK, 1998; RALLE, 1999; DREYFUS, 2001; VISCARDI, JESUS, 2007).

As sociedades de socorros mútuos se difundiram, ao longo do século XIX, sob a influência da reflexão teórica e da prática política de intelectuais ligados às vertentes socialistas oriundas da Revolução Francesa. Saint-Simon, Robert Owen, Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon e Louis Blanc são considerados os principais precursores e patronos do cooperativismo e do mutualismo. As primeiras sociedades de ajuda mútua nasceram também sob a influência das experiências associativas anteriores e contemporâneas a elas, tais como as irmandades, as confrarias, os montes de piedade, as casas de misericórdia e as corporações de ofício. Em cada país, as sociedades de socorros mútuos surgiram e se desenvolveram integradas a uma estrutura de instituições relacionadas à previdência, que incluía as seguradoras, os seguros sociais do Estado, as caixas econômicas (montepios ou poupanças) e as cooperativas de compra, venda, produção, construção e crédito.

Paulatinamente, na Inglaterra e nos Estados Unidos consolidou-se o livre associativismo, baseado na formação de sociedades autônomas, voltadas para a assistência, previdência e cooperação entre os trabalhadores, em que a intervenção do Estado era praticamente nula. Em França, Bélgica, Itália, Portugal e Espanha, o livre associativismo conviveu com intervenções do Estado no domínio legislativo, com a execução de programas sociais e com o eventual apoio material do governo. Na Alemanha, a partir da simbiose entre o Estado e a iniciativa

privada em matéria de previdência, surgiu precocemente a preocupação com o seguro social obrigatório (LIMA, 1909, p. 151).

Em linhas gerais, as associações de ajuda mútua organizavam-se em torno de quatro princípios fundamentais: liberdade, democracia, independência e solidariedade (ROSENDO, 1996, p. 29; QUELHAS, 1999, p. 27). Na prática, isso significava que cada indivíduo, de acordo com sua vontade ou necessidade, tinha a liberdade de filiar-se ou retirar-se da associação a qualquer momento; que as decisões relativas à sociedade seriam deliberadas considerando cada associado um voto, com representação direta e maioria simples; que cada associação possuía autonomia e identidade própria diante de outras formas de associação de qualquer natureza, mesmo que se formassem federações ou confederações mutualistas; e, finalmente, que os socorros mútuos seriam sempre uma atividade sem fins lucrativos, visando apenas e, sobretudo, o bem estar do próximo em comunidade.

O mutualismo tornou-se assim um dos elementos fundamentais da “cultura associativa” dos trabalhadores entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Cultura associativa entendida como o conjunto das práticas concernentes ao “hábito de associar-se” e de “conferir certa institucionalidade a formas de sociabilidade diversas” difundidas entre as classes trabalhadoras. Que diz respeito à produção propriamente cultural das associações: manifestos, estatutos, panfletos, jornais, flâmulas, brasões, pinturas, fotos, estandartes, edificações. Mas inclui também os rituais, os costumes e as normas cotidianas não formuladas que regem o comportamento dos trabalhadores associados e que materializam importantes instrumentos pelos quais estes apreendem o mundo e a si mesmos coletivamente. Ou seja, é o resultado da expressão dos valores e símbolos compartilhados que representam a visão de mundo dos trabalhadores, evidenciados em propostas e práticas culturais diversas, produzidos e difundidos nos discursos e rituais que regem a vida associativa. São práticas e valores eventualmente herdados de organizações mais antigas e que interagem constantemente com a “cultura política” e a “cultura militante” que lhes são contemporâneas, e que constituem elementos essenciais do processo histórico de formação da classe trabalhadora (BATALHA, 2004, p. 96-97, 99).

Portugal e Brasil

Ainda que pese imenso o fato de que o Brasil era, até o final do século XIX, um país escravista, esse quadro geral permite a análise comparada

do mutualismo em Portugal e Brasil, partindo-se do pressuposto que havia alguma similaridade entre a estrutura geral das duas sociedades na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Eram ambos os países de economia predominantemente agrária, que passavam naquele momento por um processo tardio de industrialização, em que a indústria nascia grande mas convivía com a manufatura e o artesanato. Além disso, permaneciam dentro de uma certa tradição latina de relação entre a sociedade civil e o Estado e vivenciaram a crise política de suas monarquias constitucionais.

Nos dois países, as décadas de 1820 e 1830 delimitaram o advento do movimento mutualista após a extinção das corporações de ofício. Os anos de 1870 demarcaram, em Portugal, o fortalecimento e a ampliação do fenômeno associativo, decorrentes dos efeitos da Comuna de Paris sobre o movimento social e político dos trabalhadores urbanos (Ver: OLIVEIRA, 1973; MÓNICA, 1985, 1987; ROSENDO, 1996). No Brasil, na mesma década, o associativismo desenvolveu-se amplamente, sob a influência da legislação reguladora de 1860, no contexto de modernização econômica e abolição gradual da escravidão. Também nos dois países, observa-se na década de 1920 a retração das associações de socorros mútuos em meio ao fortalecimento do sindicalismo e às primeiras intervenções do Estado no campo da seguridade social e da previdência (Ver: JESUS, 2006, 2007, 2010; VISCARDI, JESUS, 2007).

Foi, portanto, no período entre 1875 e 1914 que o fenômeno associativo mutualista atingiu seu auge, tanto no Brasil como em Portugal, transformando-se em uma das principais expressões da cultura associativa das classes trabalhadoras urbanas, ao lado dos partidos políticos e dos sindicatos. Há que se considerar que o período entre 1875 e 1914 é definido por pesquisadores dos mais variados matizes como sendo um período homogêneo, principalmente do ponto de vista das estruturas socioeconômicas (Ver: POLANYI, 1944; FIELDHOUSE, 1967; MAYER, 1981; HOBSBAWM, 1987; SAID, 1994; ARRIGHI, 1994. DAVIS, 2001; HARVEY, 2010; PIKETTY, 2014).

Ainda que pese o fato de Portugal e Brasil ocuparem posições diferentes dentro do universo de expansão do capitalismo na era dos impérios, é possível afirmar que havia um movimento único, especialmente na economia dos países ocidentais, que apontava para a recuperação econômica na década de 1870 e uma expansão industrial e modernizadora crescente até 1914. E esse foi o pano de fundo do auge da experiência mutualista.

Para o caso do Brasil, embora seja difícil delinear o período entre 1875 e 1914 como absolutamente homogêneo, sobretudo em função da abolição da escravidão e da proclamação da República, tem-se firmado na historiografia a tendência a considerar uma certa homogeneidade relativa ao processo de modernização conservadora (Ver: BOSI, 1992, p. 194-245; CARVALHO, 1998, p. 107-129.). Outro elemento de diferenciação significativo entre Portugal e Brasil, além da escravidão, é o fato de que a *Belle Époque* delimitou um período de hegemonia da cultura e dos valores burgueses nos países mais desenvolvidos do capitalismo ocidental. Obviamente, não se pode falar em hegemonia cultural da burguesia no Brasil. Havia tão somente hegemonia política da oligarquia agrário-exportadora do Sudeste, cuja expressão mais acabada era a defesa de seus interesses econômicos junto aos aparelhos burocráticos e administrativos do Estado (Ver: CARVALHO, 1998, p. 130-154; VISCARDI, 2001).

Entretanto, é o pressuposto de que havia na História elementos que permitem e propiciam a comparação dos casos de Portugal e Brasil, relativos ao fenômeno associativo mutualista entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, que induz à tentativa de se fazer aqui uma análise comparada da historiografia.

Zona de convergência: movimento operário e mutualismo

Em primeiro lugar, pode-se destacar uma enorme área de convergência entre as tradições historiográficas lusa e brasileira ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 relativa ao vasto campo da História Social. Em ambos os casos, um conjunto muito amplo de historiadores, voltado para a análise do movimento operário e sindical, logrou equacionar a história das associações de socorros mútuos dentro do debate historiográfico acadêmico.

Entre os brasileiros, as primeiras alusões ao mutualismo remetem às dificuldades de organização dos operários no seio da sociedade escravista (MORAES FILHO, 1952, p. 182). E demarcam a precária capacidade da ação sindical para interferir na fixação da regulamentação do mercado de trabalho (VIANNA, 1978, p. 78.). Além do caráter incipiente e quase sempre ineficiente do mutualismo, nos quadros da ação operária no século XIX, aos socorros mútuos atribui-se o papel de organização do tipo humanitária, incapaz de contribuir para a superação do capitalismo, ou até mesmo destinada a contribuir indiretamente para a perpetuação do mesmo, na medida em que atenua as agruras dos trabalhadores

tornando a vida mais suportável dentro do sistema (SIMÃO, 1981, p. 151; RODRIGUES, 1968; CARONE, 1979, p. 33; LOBO, STOTZ, 1985, p. 70). Assim sendo, o período entre 1875 e 1914 no Brasil é caracterizado com base na ideia de processo histórico de “evolução”, em que se passaria paulatinamente das formas de organização difusas e “moleculares”, próprias da sociedade monárquica escravista, para o movimento operário e sindical mais estruturado e combativo típico da Primeira República (LOBO, STOTZ, 1985, p. 65-67).

Pode-se visualizar esse mesmo sentido de evolução nas análises feitas pelos historiadores portugueses preocupados com o movimento operário e sindical. Em linhas gerais o mutualismo do século XIX aparece caracterizado como um dos movimentos precursores daquilo que viria a ser a expressão política da luta de classes no século XX (Ver: SOUSA, 1972; COSTA, 1979; NUNES et alli, 2011). O resultado em geral é a apresentação do associativismo mutualista como componente da etapa inicial de organização do movimento operário. Etapa dentro da qual se difundia a “ilusão” política da conciliação de classes através da ajuda mútua, que somente depois dos anos de 1870 adquiriria lentamente uma feição socialista e combativa (OLIVEIRA, 1973, p. 133; COSTA, 1975, p. 33-35; RUIVO, LEITÃO, 1977, p. 17; MASCARENHAS, SILVA, 1988, p. 23). Mesmo assim, embora possuísse inicialmente uma “função positiva” na “aurora do movimento operário”, o mutualismo seguiria seu caminho no século XX marcado pela ambiguidade e pelo reformismo político (FONSECA, 1978, p. 27).

Trata-se de uma vertente interpretativa que está, ao longo de pelo menos três décadas, preocupada em delimitar com precisão os processos de luta, resistência, reivindicação e organização institucional dos trabalhadores, entendidos como movimentos no sentido da formação da consciência de classe revolucionária. Para tanto, os autores procuram traçar com precisão o quadro geral, em cada país, do advento e da evolução da influência das ideologias políticas de esquerda – socialista, anarquista e comunista – dentro do movimento operário e sindical. A adesão, que em vários casos fazem, direta ou indiretamente, às categorias “luta de classes” e “consciência revolucionária”, consideradas muitas vezes hoje em dia ultrapassadas, não pode obscurecer a magnitude da contribuição que os historiadores do movimento operário e sindical oferecem ao estudo do mutualismo.

O caráter engajado e o tom combativo, típico dos autores que escreveram entre os anos de 1950 e 1980, não devem interferir no reconhecimento da qualidade do trabalho de prospecção, da enorme

capacidade de identificação e classificação das instituições e lideranças ideológicas no contexto do associativismo e do esforço no sentido de produzir cronologias que sintetizam os movimentos sociais e políticos (Ver: RODRIGUES, 1968; RODRIGUES, 1977; VIANNA, 1978; CARONE, 1979; FONSECA, 1980; RODRIGUES, 1980; FONSECA, 1981; SIMÃO, 1981; FONSECA, 1982; FREIRE, 1992). Trata-se de uma fortuna crítica que não se pode menosprezar com base apenas na avaliação negativa dos pressupostos teóricos ou político-ideológicos dos historiadores.

Autores portugueses entre o século XIX e o século XX

Diferentemente do Brasil, há em Portugal uma produção bibliográfica que antecede em muito os autores acima referidos. São ensaios sociológicos, políticos e filosóficos que analisam o mutualismo desde o momento de sua fundação, em geral produzidos por militantes envolvidos na edificação das associações. Essa tradição inicia-se com os patronos do mutualismo e congrega dezenas de autores e propagandistas tais como Francisco Maria de Sousa Brandão, António Pedro Lopes de Mendonça, Francisco Vieira da Silva Júnior, J. M. da Silva Albuquerque, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, Joaquim Teófilo Fernandes Braga, Eudóxio César Azedo Gneco, Giuseppe Silo Domenico Fontana, Francisco da Silveira, Esteves Pereira, Fernando Maria de Almeida Pedroso, Castelo Branco Saraiva. Entre estes, talvez o mais importante e conhecido seja José Cypriano da Costa Goodolphim (1876, 1889), cuja obra é referência obrigatória nos estudos sobre mutualismo até hoje.

A tendência geral dessa vertente de análise do mutualismo, e do movimento operário como um todo, é o esforço no sentido de delimitar a importância da chamada “questão social” na segunda metade do século XIX e de conferir legitimidade ao empenho dos trabalhadores envolvidos na defesa de seus interesses a partir da organização institucional (GONÇALVES, 1905, p. 36/52; LIMA, 1905, p. 01.). Prevalece também, embora com imensa dificuldade, uma enorme preocupação em caracterizar o mutualismo como sendo uma forma de organização coletiva essencialmente neutra, impermeável ao movimento das ideologias e dos interesses políticos partidários. Isso se faz com base na ideia de que o mutualismo é o resultado da manifestação do “espírito de previdência” inerente aos seres humanos em qualquer período da História (FONSECA, 1887; PEREIRA, 1900; LIMA, 1909, LIMA, 1910; GRILLO, 1912).

Para além da militância, do fomento e do envolvimento na organização das associações, o grande legado desses escritores é ter coligidos os dados disponíveis sobre o mutualismo, existente até a década de 1910, e oferecer para as gerações futuras um quadro estatístico e institucional detalhado sobre os socorros mútuos em Portugal (Ver: CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS, 1883, 1884; CONGRESSO NACIONAL DE MUTUALIDADE, 1910).

Mais adiante, na década de 1930, observa-se uma retomada vigorosa da reflexão teórica e da ação prática voltada para o mutualismo, em meio ao processo de consolidação do Estado Novo português. Nesse contexto, um conjunto de autores envolvidos com os ideais do corporativismo e com a militância católica, alinhados à construção do regime autoritário, trazem para o debate político as questões relativas a seguridade social e a previdência observadas do ponto de vista histórico (Ver: ANSELMO, 1933; COSTA JUNIOR, 1937; COSTA, 1933; CUNHA, 1933; SANTOS, 1941; SOUSA, 1933).

Em linhas gerais, os intelectuais ligados ao novo regime defendem a expansão dos “sindicatos nacionais” e dos “grêmios e casas do povo” (ANSELMO, 1934, p. 19), cujo sentido último seria implantar o mutualismo obrigatório entendido como instituição corporativa que envolveria creches, escolas, hospitais, asilos e sociedades de classes (SANTOS, 1933, p. 05). Avaliam que o único caminho para se evitar a suposta crise de estagnação, que afetava as associações de socorros mútuos nos anos 1930, seria a incorporação destas às novas diretrizes do Estado (ANSELMO, 1938, p. 36.), amparadas nos ideais de bem-estar social, altruísmo, fraternidade e cristianismo (GOMES, 1933, p. 48; BASTOS, 1938, p. 23; PEREIRA, s.d., p. 06.).

Há também em Portugal uma vertente de trabalhos produzidos no seio das próprias associações, em geral, de caráter comemorativo ou como registro da expressão local do associativismo mutualista. No Brasil esse tipo de produção é praticamente inexistente, em função da diminuição brutal do número de associações em funcionamento no século XX. Em Portugal, com cerca de uma centena de sociedades de socorros mútuos hoje em dia em funcionamento, há ainda grande espaço para a divulgação de uma bibliografia institucional das associações (Ver: FONSECA, 1887; AMZALAK, 1923; SANTOS, 1932; SANTOS, 1933; SANTOS, 1939; BRETES, 1962; COELHO, 1973; OLIVEIRA, 1973; FERREIRA, 1978; SANTOS, 1983; SILVEIRA, 1986; MARTINS, 1991; RAMOS, 1991; LUNET, 1996; MALHEIRO, 1996; MARQUES, 1997; TARRACHA, 1997; CARVALHO, 1998;

CORREIA, 2000; MARTINS, 2000; TAVARES, 2001; NUNES, 2004). Por fim, em Portugal delinea-se ainda um vasto campo de investigação das associações de ajuda mútua erigidas por emigrantes portugueses em outros países (Ver: MELO, SILVA, 2009).

Mutualismo e a formação das classes trabalhadoras no Brasil

A produção historiográfica voltada para o estudo das classes trabalhadoras, do movimento operário e dos partidos e sindicatos de esquerda no Brasil sofreu um amplo processo de remodelação dos marcos teórico-metodológicos da pesquisa a partir do final da década de 1980. Sob influência direta da produção intelectual dos chamados marxistas britânicos, entre outros autores (Ver: THOMPSON, 1966; PERROT, 1973; SAMUEL, 1975; GUTMAN, 1977; TILLY, SCOTT, 1978; HANAGAN, 1980; SEWELL JR., 1980, HOBBSAWM, 1984), pode-se dizer que se consolidou de modo quase hegemônico o paradigma que postula a concepção da classe trabalhadora como fenômeno essencialmente cultural e histórico (JESUS, MALERBA, 2016, p. 154-156). Esse redimensionamento da pesquisa em História Social do Trabalho conduz, automaticamente, à análise dos processos de construção dos laços de solidariedade vertical e horizontal, das rivalidades, consensos, negociações e das tradições na formação das identidades profissionais, étnicas, de gênero e de classe.

Dentro deste espectro, o interesse pelas sociedades de socorros mútuos se vê renovado entre os historiadores brasileiros a partir do final dos anos de 1980.

Tânia Regina de Luca (1980), em pesquisa pioneira, evidencia o crescimento do mutualismo – entre os trabalhadores urbanos desde o final do século XIX até meados da década de 1920 –, como forma de resistência a exploração e como resposta a ausência de mecanismos institucionais que regulassem a relação capital-trabalho. Beatriz Kushnir (1996), ao estudar as associações de ajuda mútua que reuniam prostitutas e cafetinas judias, desvenda os mecanismos de sociabilidade e solidariedade desenvolvidos pelas *polacas* e consegue captar as “visões do grupo sobre si” – enquanto segmento marginal dentro da comunidade judaica e da sociedade como um todo –, em luta constante pelo direito de exercer suas convicções religiosas e explorando suas associações como referência na construção de uma “vida digna” e na separação entre o tempo de trabalho e de lazer.

Adhemar Lourenço da Silva Jr. (2004) analisa a relação das associações mútuas com as elites econômicas, os potentados locais e o Estado, identificando o movimento de troca de benefícios e proteção por apoio político. Prioriza a abordagem da regulamentação das associações de socorro mútuo pelo Estado brasileiro – desde as primeiras incursões da Monarquia até as mudanças formais introduzidas com advento da República – com destaque para a ação do Estado rumo à criação de um mercado previdenciário nacional, que levaria ao esvaziamento das mútuas nas décadas de 1930 e 1940. Cláudia Viscardi (2004, 2006, 2008) procura ressaltar que a experiência mutualista resultou de escolhas estratégicas de diferentes atores sociais, na busca dos mais diversificados interesses de ascensão social – ou prevenção contra o descenso – que não excluía, por sua vez, a utilização de estratégias complementares e coetâneas, tais como a militância sindical ou a prática e/ou o usufruto da filantropia.

Sidney Chalhoub (2007), ao se dedicar à análise das sociedades que agregavam ex-escravos e “homens de cor” no Rio de Janeiro imperial, permite que se vislumbre o fenômeno associativo entendido como resultado das práticas de solidariedades horizontais observáveis em meio aos mecanismos de dominação política e cultural típicos do paternalismo escravista. Vitor Fonseca (2008) investiga as normas legais que orientavam o associativismo no Rio de Janeiro no início do século XX, entendido como personalidade jurídica cujo objetivo é a ampliação da cidadania, enquanto agente político mediador do diálogo entre sociedade civil e Estado.

Tomando-se em conta os trabalhos acadêmicos mais importantes, pode-se afirmar com segurança que é a partir da obra de Cláudio Batalha que os fenômenos do associativismo e do mutualismo ganham contornos definitivos na recente historiografia brasileira. No volume especial da Coleção *Cadernos do AEL* (1999), dedicado ao estudo das sociedades operárias, Batalha ressalta a necessidade de se romper com a visão tradicional que separa a ocorrência das associações mutualistas e sindicais em etapas distintas que se sucediam na história do Brasil, e contesta a ideia de que as associações de resistência teriam substituído as mútuas. Neste sentido, demarca que as ações de ambos os tipos de associação de trabalhadores se confundiram durante um período de tempo. Ou seja, as mútuas incorporavam ações de resistência e os sindicatos promoviam ações assistencialistas. Há também em sua análise atenção explícita aos elos de continuidade entre as sociedades de socorros mútuos e as corporações de ofício. Supõe que a proibição

das corporações (1824) teria levado à proliferação das mutuais que abrigariam, a partir de então, a tarefa de transmissão de conhecimentos relativos aos ofícios. Para além disso, as sociedades de ajuda mútua incorporariam também ações de resistência, o que, de certa forma, anteciparia funções próprias das associações sindicais. Assim, as mutuais teriam sido os únicos mecanismos legalmente possíveis de agregação dos trabalhadores entre o final do século XIX e início do XX, sem o qual dificilmente o movimento sindical teria se desenvolvido.

Posteriormente, Cláudio Batalha (2004) volta-se para a análise da cultura própria dos diferentes tipos de associações de trabalhadores, partindo da distinção básica entre “cultura militante”, “cultura associativa” e “cultura de classe”. Destaca que a década de 1920 teria sido palco do advento de uma cultura operária, em grande parte fruto do desdobramento da cultura militante anarquista, paradoxalmente no momento em que o movimento operário encontrava-se em refluxo, impedindo assim o advento de uma cultura de classe consolidada entre os trabalhadores. Além disso, reafirma a importância dos rituais e celebrações dos trabalhadores, principalmente em torno das comemorações do Primeiro de Maio que, nas décadas anteriores a 1890, permaneciam a cargo das sociedades mutualistas.

Com efeito, ao longo dos últimos quinze anos, a partir do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (CECULT-UNICAMP), Cláudio Batalha logrou agregar um grupo relativamente coeso de historiadores que têm estabelecido o “estado da arte” no que se refere ao mutualismo no Brasil. Em 2010, apresenta um balanço da produção historiográfica e, por meio da crítica minuciosa da produção que se acumula desde os anos de 1990, redefine os parâmetros para evolução das pesquisas dentro do campo. Em 2014, juntamente com Marcelo Mac Cord, coordena uma coletânea que congrega trabalhos dos principais historiadores brasileiros envolvidos com o associativismo e o mutualismo. Entre estes estão Aldrin Castellucci (2015), Artur Vitorino (2000), Claudia Viscardi (2009), David Lacerda (2011), Marcelo Mac Cord (2012), Mônica Martins (2008), Oswaldo Maciel (2011), Paula Nomelini (2007) e Rafaela Leuchtenberger (2007).

O estudo do mutualismo em Portugal após o “25 de Abril”

A reflexão acadêmica sobre o associativismo conheceu um impulso decisivo sob os efeitos da Revolução de 1974, em meio ao renovado interesse pelas associações profissionais, sindicatos, associações de

moradores, associações culturais, recreativas e desportivas, em função do reconhecimento da importância destas para o processo de reconstrução da sociedade portuguesa pós-revolução. Entretanto, em comparação com o Brasil, a reflexão histórica sobre o associativismo mutualista encontra-se em Portugal, nas últimas três décadas, completamente diluída entre os domínios das Ciências Sociais.

Nesse contexto, os trabalhos abordam principalmente aspectos quantitativos que envolvem a formação dos grupos sociais organizados em associações, assim como a evolução dos arranjos institucionais das entidades (Ver: LOPES, 1995; BARROS, SANTOS, 1998; PITACAS, 2009; MAÇARICO, 2010; SARAIVA, 2011.). Via de regra, apresentam referências importantes sobre as raízes históricas do movimento associativo na atualidade, e também do associativismo mutualista.

Entre os vários autores mais ligados à área da Sociologia (Ver: RAMOS, 1991; VILAÇA, 1993; MELO, REIS, 1998; HENRIQUES, 1999; QUELHAS, 1999; SILVA, 2002; SOARES, 2003; BRÁS, 2004; FREIRE, 2004; MONTEIRO, 2004; VENTURA, 2006; CARDOSO, ROCHA, 2009; SANTOS, 2012; BENTO, 2013.), Maria Alexandre Lousada, por exemplo, analisa o processo de estruturação jurídica e de constituição do peso político institucional das associações profissionais, a partir da apresentação de um panorama histórico que se inicia no final do século XVIII, marcado pela defesa e construção do prestígio dos ofícios, do mercado profissional e da cooperação de classe. E ressalta que, particularmente entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX – mais precisamente, entre os finais do Antigo Regime e o advento do Estatuto do Trabalho Nacional –, foram criadas em Portugal mais de três mil associações (beneficentes, cívicas, de classe, patronais, de socorro mútuo e de cultura e recreio). Portanto, os dados estatísticos revelam, de forma contundente, o vigor do fenômeno associativo entre os portugueses no período que vai de 1834 a 1974 (LOUSADA, 2004, p. 31).

Entre os historiadores, destacam-se os trabalhos de César Oliveira (1973), em que o associativismo e os socorros mútuos são apresentados como veículos para a gradual difusão do socialismo, marcados pela conjuntura estabelecida a partir da Comuna de Paris. E de Maria Filomena Mónica (1985, 1986, 1987), cuja obra aponta constantemente para a importância do associativismo e do mutualismo na história formação das classes trabalhadoras em Portugal, especialmente na segunda metade do século XIX.

Certamente, o grande destaque das últimas três décadas é o trabalho de Vasco Rosendo (1996), onde se encontra uma minuciosa descrição do mutualismo em Portugal, desde os seus primórdios, com atenção especial aos processos de formação, às variações de modalidade e às distinções jurídicas entre as instituições. Além disso, a dimensão avultada dos dados coligidos permite acompanhar o desenvolvimento histórico das associações desde a segunda metade do século XIX até o final do século XX.

Perspectivas e desafios da historiografia

A análise comparada dos processos históricos e da historiografia do Brasil e de Portugal, no que tange à história da cultura associativa, advém da observação da aproximação efetiva que a produção histórica dos dois países vivenciou nos últimos quinze anos.

Foi a partir dos eventos comemorativos das grandes efemérides do final do século XX – “descobrimto da América” e “500 anos da colonização do Brasil” –, que os ambientes acadêmicos, português e brasileiro, iniciaram um intercâmbio intelectual consistente, crescente e contínuo na área de História. Sem dúvida, a investigação histórica dos processos de colonização, povoamento, exploração e administração da América portuguesa, especialmente para o período que abarca a construção do império ultramarino, constituiu o eixo principal que alavancou a interação entre os principais programas de pós-graduação e centros de excelência em pesquisa situados em São Paulo, Rio de Janeiro e Lisboa.

No entanto, esse movimento intelectual e institucional não se restringiu tão somente aos temas da colonização, nem tampouco permaneceu restrito aos principais centros de reflexão acadêmica. Há um movimento de ampliação constante do espectro das pesquisas que reúnem objetos históricos comuns aos dois países, em que os trabalhos voltados para a investigação do processo de formação da classe e da cultura dos trabalhadores, no Brasil e em Portugal, se afiguram como indícios da expansão dos horizontes analíticos e empíricos em que se apoiam os respectivos campos acadêmicos.

Embora não seja, nem de longe, um dos principais objetos de investigação, entre portugueses e brasileiros, o estudo histórico do mutualismo na era dos impérios ocupa seguramente um espaço relevante inserido no debate relativo à formação das classes trabalhadoras dos dois países no período.

No Brasil, a história do mutualismo surge tardiamente no século XX como um desdobramento necessário da historiografia acadêmica do movimento operário de esquerda. Mais que isso, representa, a partir dos anos de 1980, um esforço analítico cujo objetivo é aprimorar o entendimento sobre o processo de formação das classes trabalhadoras para além dos marcos institucionais e formais ideológicos. Nesse sentido, trata-se de uma produção historiográfica que nasce situada dentro do campo restrito da História do Movimento Operário e que verticaliza sua abordagem em direção a uma História Social da Cultura das classes trabalhadoras.

No Brasil o impacto da obra de E. P. Thompson é fundamental. Portanto, pode-se dizer que o estudo do mutualismo representa a análise histórica de um dos elementos da experiência das classes trabalhadoras em formação, na virada do século XIX para o século XX. Ou seja, o mutualismo é comumente visto como uma das formas culturais pelas quais os trabalhadores interpretaram sua experiência coletiva. Uma das formas de consciência coletiva relativas à experiência de grupos de trabalhadores urbanos, em um momento histórico que antecede a emergência de “uma” classe trabalhadora (no sentido thompsoniano do termo).

Em Portugal o mutualismo foi estudado, ao longo de um século e meio, majoritariamente a partir de uma perspectiva que privilegia a história da organização institucional das associações, juntamente com a percepção do impacto econômico e da variação dos dados estatísticos relativos ao tamanho das organizações e ao número de associados. Há, portanto, uma preocupação reiterada em dimensionar a experiência mutualista no contexto geral da sociedade, observando seus efeitos sobre a dinâmica social e seu impacto sobre a economia, tanto da perspectiva dos associados como dos agentes macroeconômicos. Ou seja, a produção historiográfica portuguesa sobre o mutualismo encontra-se em contato constante com os domínios da Economia e da Sociologia, principalmente, permanecendo ao longo do tempo como uma espécie de subcampo de uma História Social mais tradicional.

Em Portugal, os sinais de uma aproximação teórico-metodológica ao marxismo britânico são bem menos evidentes se comparados ao Brasil, com destaque para a obra de Maria Filomena Mónica e o artigo pioneiro, embora não declaradamente thompsoniano, em que José Pacheco Pereira (1982) discute a importância do mutualismo no processo de formação da classe trabalhadora portuguesa. Quando se observa a produção historiográfica mais específica sobre o mutualismo,

não há indícios de uma adesão aguda às reflexões teórico-metodológicas de Thompson. Pelo menos não tão aguda quanto a que houve no Brasil a partir dos anos de 1980.

Esse quadro geral permite que se vislumbre os desafios que se colocam para que o estudo do mutualismo avance como campo particular de pesquisa histórica em Portugal e no Brasil, tendo em vista as possibilidades de influência mútua das duas tradições historiográficas.

Seria extremamente frutífero, por exemplo, se em Portugal o mutualismo fosse mais exaustivamente estudado do ponto de vista thompsoniano, amplamente difundido no Brasil. Ou seja, analisado como parte do conjunto das experiências comuns às classes trabalhadoras. Experiências herdadas ou partilhadas, tratadas em termos culturais pelas consciências coletivas de grupos restritos de trabalhadores urbanos, e encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais, típicas do processo de formação da classe trabalhadora, principalmente no período entre 1875 e 1914.

Por sua vez, o olhar dos historiadores do mutualismo no Brasil poderia ampliar-se no sentido de equacionar o associativismo mutualista dentro dos marcos mais amplos da economia e da sociedade em que está inserido. Isso contribuiria para superar uma certa estagnação aparente, pois, se as formulações de Thompson foram capazes de produzir uma espécie de ampla revisão historiográfica há trinta anos atrás – que entre outras coisas possibilitou o avanço dos estudos sobre mutualismo no Brasil –, hoje em dia aparecem mais como um pressuposto comum a todos os historiadores da História Social do Trabalho, incapaz de inspirar o surgimento de novos objetos e hipóteses de pesquisa.

Referências

AMZALAK, Moses Bensabat. *O mutualismo e o cooperativismo na indústria da pesca de bacalhau*; Comunicação feita ao Congresso da Pesca do Bacalhau reunido em Aveiro em 8 e 9 de outubro de 1923 e promovido pela Associação da Classe dos Armadores de Navios de Portugal. Lisboa: Tipografia da Empresa Diário de Notícias, 1923.

ANSELMO, Manuel. *O mutualismo como doutrina social*; Conferência promovida a 21 de janeiro de 1933 em Viana-do-Castelo, na Associação Marítima, e repetida depois, em Monção, no Teatro Cine, a convite da Associação de Socorros Mútuos “A Artística Monçanense”. Viana do Castelo: Tipografia Comercial A Aurora do Lima, 1933.

_____. *As ideias sociais e filosóficas do Estado Novo*; Conferência proferida em Lisboa, no Teatro de São Carlos, a 23 de janeiro de 1934, sob a presidência de Sua Excelência, o Sr. Ministro do Interior, Capitão Raul Gomes Pereira. Porto: Livraria Tavares Martins, 1934.

- _____. *O mutualismo como doutrina social*; esboço filosófico. Abertura de Antero Figueiredo. 2. ed. Porto: Livraria Civilização, 1938.
- ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century*; money, power, and the origins of our times. London; New York: Verso, 1994.
- BARROS, Carlos Pestana; SANTOS, J. C. Gomes (Orgs.). *O Mutualismo Português*; solidariedade e progresso social. Lisboa: Vulgata, 1998.
- BASTOS, A. de Magalhães. *Origens e tradições do mutualismo português e em especial do Portuense*; separata do “Boletim Cultural” da Câmara Municipal do Porto, v. I, fac. I. Porto: Tipografia Leitão, mar. 1938.
- BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*, Campinas: IFCH/Unicamp, v. 6, n. 10/11, p. 41-68, 1999.
- _____. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, p. 12-22, ago.-dez. 2010.
- BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.
- BENTO, Miguel da Conceição. *Vida e morte numa mina do Alentejo*; pobreza, mutualismo e provisão social; o caso de S. Domingo (Mértola) na primeira metade do século XX. Castro Verde: 100 Luz, 2013.
- BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 194-245.
- BRÁS, Rui Manuel. *Formas institucionais e sistema de valores*; as associações de sapateiros de Lisboa da segunda metade do século XIX ao Estado Novo. Oeiras: Celta Editora, 2004.
- BRETES, Faustino. *Centenário do mutualismo em Torres Novas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1962.
- CARDOSO, José Luís; ROCHA, Maria Manuela. O seguro social obrigatório em Portugal (1919-1928); acção e limites de um Estado previdente. *Análise Social*, v. XLIV, n. 192, p. 439-470, 2009.
- CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.
- CARVALHO, Domingos. *Mutualismo*; a força do associativismo democrático. Lisboa: Ciência Gráfica, 1998. (Cadernos CA-3).
- CARVALHO, José Murilo de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 107-129.
- _____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 130-154.
- ELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores e política no Brasil*; do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia, 2015.

CEDEÑO, Reynaldo Sordo. Las sociedades de socorros mutuos, 1867-1880. *Historia Mexicana*, v. 33, n. 1, p. 72-96, jul.-sept. 1983.

CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade; sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão*; histórias e antropologias da pós-emancipação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 219-240.

COELHO, Elmano de Lage Simões. *Cem anos depois (1872-1972)*; publicação comemorativa do Centenário de Associações de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa. Lisboa: Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio de Lisboa, 1973.

CONGRESSO DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS; Junta do Departamento Sul. *Primeiro Congresso das Associações Portuguesas realizado na Câmara Municipal de Lisboa*; Desde 10 a 18 de junho de 1882. Lisboa: Tipografia Universal, 1883a.

_____. *Relatório sobre a Federação dos Serviços Clínicos e Administrativos*; apresentado pela respectiva seção na sessão da Junta do Departamento Sul de 2 de julho de 1883. Lisboa: Tipografia Universal, 1883b.

_____. *Primeiro Congresso das Associações Portuguesas realizado na Câmara Municipal de Lisboa*; Desde 10 a 15 de junho de 1883; Relatórios das Seções da Junta do Departamento do Sul. Lisboa: Tipografia Universal, 1884.

CONGRESSO NACIONAL DE MUTUALIDADE. *Da ação da mutualidade na Federação dos Serviços Farmacêuticos*; Liga das Associações das Farmácias. Porto: [s.n.], 1910a.

_____. *Do processo de estruturação, contabilidade e estatística das associações de socorros mútuos*; Tese Subsidiária. Porto: [s.n.], 1910b.

_____. *Justificação dos fatores que obstaram a construção de uma liga associativa em Lisboa para os serviços farmacêuticos – 1906-1910*. Lisboa: [s.n.], 1910c.

_____. *Subsídios para a reforma do Decreto de 2 de outubro de 1886*. Lisboa: [s.n.], 1910d.

_____. *Tese XIV*; Da ação da mutualidade na federação dos serviços farmacêuticos; Liga das Associações; Das farmácias. Lisboa: [s.n.], 1910e.

_____. *Tese XIV*; Da ação da mutualidade na federação de serviços farmacêuticos; Liga das Associações de Farmácias; Das farmácias mutualistas. Porto: [s.n.], 1910f.

CORREIA, Rui Antunes. *Uns aos outros*; o Montepio Caldense (1860-1890). Rio Maior: Grafiartes, 2000.

COSTA JÚNIOR, José Maria Marques. *A organização de classes*. Angra do Heroísmo: Tipografia Andrade, 1937.

_____. *História Breve do Movimento Operário Português*. Lisboa: Verbo, 1964.

COSTA JÚNIOR, José Maria Marques. *Movimento operário português*. Lisboa: Verbo, 1964.

COSTA, Ramiro da. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1975.

_____. *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*. 1º volume 1820-1929. Lisboa: Assírio & Alvim, 1979.

- COSTA, Severino. *Mutualismo e fraternidade humana*; conferência proferida na Associação Fraternal dos Artistas Vianenses durante a Semana do Mutualismo. Viana: Tipografia Comercial “A Autora do Lima”, 1933.
- CUNHA, F. Carmo. *Manifestações do espirito de previdência*; o Mutualismo; Conferência realizada no Montepio Geral no dia 18 de Janeiro de 1933. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1933.
- DAVIS, Mike. *Late Victorian Holocausts; El Nino, famines and the making of the Third World*. London; New York: Verso, 2001.
- DREYFUS, Michel. *Liberté, Égalité, Mutualité*. Mutualisme et Syndicalisme, 1852-1967. Paris: Les Éditions de l’Atelier / Éditions Ouvrières, 2001.
- FERREIRA, Jaime. *Para a história do mutualismo*; nas bodas de ouro de “A Previdência”. Porto: Tipografia Marca, 1978.
- FIELDHOUSE, David Kenneth. *The colonial empires; a comparative survey from the eighteenth century*. New York: Delacorte Press, 1967.
- FONSECA, Carlos da. *A origem da 1ª Internacional em Lisboa*; o centenário da Federação Portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- _____. *História do Movimento Operário e das Idéias Socialistas em Portugal*; I – Cronologia. Viseu: Europa-América, 1980.
- _____. *História do Movimento Operário e das Idéias Socialistas em Portugal*; III – O Operariado e a Igreja militante (Da *Rerum Novarum* à implantação da República). Viseu: Europa-América, 1981.
- _____. *História do Movimento Operário e das Idéias Socialistas em Portugal*; IV – Greves e _____ operárias. Viseu: Europa-América, 1982.
- FONSECA, Fernandes da. *Número único para comemorar o aniversário do benemérito iniciador das associações mútuas em Portugal*. Lisboa: Tipografia do Comércio de Portugal, 1887.
- FONSECA, Vitor Manuel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro (1903-1915)*. Rio de Janeiro/Niterói: Arquivo Nacional/Muiraquitã, 2008.
- FREIRE, João. *Anarquistas e Operários*; ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal (1900-1940). Porto: Afrontamento, 1992.
- _____. (Org.). *Associações Profissionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 2004.
- GOMES, Álvaro Reis. *Mutualismo*; Conferência realizada no salão nobre do Montepio Madeirense em 20 de janeiro de 1933. Funchal: Tipografia Diário da Madeira, 1933.
- GONÇALVES, Luiz. *A evolução do movimento operário em Portugal*. Lisboa: Adolpho de Mendonça & Cia., 1905.
- GOODOLPHIM, José Cypriano da Costa. *A Associação*: história e desenvolvimento das associações portuguesas. Lisboa: Tipografia Universal, 1876.
- _____. *A Previdência*: Associações de Socorros Mútuos, Cooperativas, Caixas de Pensões e Reformas, Caixas Económicas. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.
- GRILLO, J. Francisco. *Mutualismo rural e crédito agrícola*: primeira tentativa de sua criação em Portugal sem encargos para o Estado, baseada numa Lei que torne obrigatória a mutualidade agrícola. Lisboa: Livraria Ferin Baptista Torres, 1912.

GUTMAN, H. *Work, culture and society industrializing America*. New York: Vintage Books, 1977.

HANAGAN, M. P. *The logic of solidarity*. Chicago: University of Illinois Press, 1980.

HARVEY, David. *The enigma of capital: and the crises of capitalism*. London: Profile Books, 2010.

HENRIQUES, Maria Adosinda. *Origens do associativismo na Beira Litoral: da tradição à modernidade*. Lisboa: Direção Geral de Desenvolvimento Rural, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. Labour History and Ideology. In: *Workers: worlds of labor*. New York: Pantheon Books, 1984.

HOBSBAWM, Eric J. *The Age of Empire, 1875-1914*. New York: Pantheon Books, 1987.

JESUS, Ronaldo P. de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico. In: ALMEIDA, Carla M. C.; OLIVEIRA, Mônica R. de. *Nomes e números: alternativas econômicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

_____. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889), *Locus: Revista de História*. v. 13, n. 1, 144-170, 2007.

_____. Mutualismo entre ex-escravos e operários no Rio de Janeiro. In: LOBO, Valéria Marques; DELGADO, Ignácio Godinho; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro (Orgs.). *Trabalho, proteção e direitos: o Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. p. 9-27.

JESUS, Ronaldo P. de; MALERBA, Jurandir. Marxism and Brazilian Historiography. In: WANG, Q Edward; IGGERS, Georg G. *Marxist Historiographies: a global perspective*. London; New York: Routledge, 2016. p. 142-173.

KUSCHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras*. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACERDA, David P. *Solidariedade entre ofícios; a experiência mutualista no Rio de Janeiro (1860-1882)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. *O lábaro protetor da classe operária; as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis, Santa Catarina (1886-1932)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

LIMA, João Evangelista Campos. *Movimento operário em Portugal*. Lisboa: Guimarães & Cia., 1910.

LIMA, José Lobo D'Avila. *Movimento operário em Portugal*. Lisboa: Ferreira & Oliveira, 1905.

_____. *Socorros Mútuos e Seguros Sociais*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909.

LINDEN, Marcel van der. *Social Security Mutualism*. The Comparative History of Mutual Benefit Societies. Bern: Peter Lang, 1996.

LOBO, Eulália Maria Lehmeyer; STOTZ, Eduardo Navarro. Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, 49-88, 1985.

- LOPES, Raimundo José Ferreira. *Sociedade de Instrução e Beneficência: “A Voz do Operário”*, uma associação representativa da classe dos Manipuladores de Tabaco, em particular, e da classe operária, em geral. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural e Social da Cultura) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1995.
- LOUSADA, Maria Alexandre. Associações profissionais: tradição e renovação. In: FREIRE, João (Org.). *Associações Profissionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 2004. p. 21-55.
- LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.
- LUNET, Carlos Alberto Homem de Figueiredo. *Associativismo e mutualismo: Associação de Socorros Mútuos “19 de Março” (1892-1992)*. Tondela: Tipografia Tondelgráfica, 1996.
- MAC CORD, Marcelo. *Artífices da Cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. M. (Org.). *Organizar e Proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- MAÇARICO, Luís Filipe. *Associativismo, patrimônio e cidadania*. [S.l.]: Ciência Gráfica, 2010.
- MACIEL, Osvaldo B. A. *A Perseverança dos Caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió*. Recife: EDUFPE, 2011.
- MALHEIRO, José. *Associativismo popular: originalidade do povo português*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 1996.
- MARQUES, Emília Margarida. *A associação “Recurso Operário”: antecedentes e alguma contextualização*. Marinha Grande: Museu Santos Barbosa da Fabricação do Vidro, 1997.
- MARTINS, José António de Jesus. *Da Irmandade do Corpo Santo dos mareantes e pescadores da cidade de Lagos à “A Lacobrigense” Associação de Socorros Mútuos (1749-1999)*. Lagos: A Lacobrigense, 2000.
- _____. *História breve da Associação dos Bombeiros Voluntários de Lagos (1886-1990)*. Lagos: Associação dos Bombeiros Voluntários, 1991.
- MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofícios após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.
- MASCARENHAS, João Mário; SILVA, João Evaristo. *Socialismo em Portugal: os primeiros ecos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Biblioteca Museu da República e Resistência, 1988.
- MAYER, Arno J. *The persistence of the Old Regime: Europe to the Great War*. London: Pantheon Books, 1981.
- MELO, Daniel; SILVA, Eduardo Caetano (Orgs.). *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- MELO, Lília; REIS, Suzana. Mutualismo na área da Grande Lisboa: principais características e perspectiva de evolução. In: BARROS, Carlos Pestana; SANTOS, J. C. Gomes (Orgs.). *O Mutualismo Português: solidariedade e progresso social*. Lisboa: Editora Vulgata, 1998. p. 69-99.

MÓNICA, Maria Filomena. *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Casa da Moeda / Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.

_____. *Artesãos e operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*. Lisboa: ICS – Universidade de Lisboa, 1986.

_____. Capitalistas e industriais. 1870-1914. *Análise Social*, v. XXIII, n. 99, p. 819-863, 1987.

MONTEIRO, Alcides A. *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra; Quarteto, 2004.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1952.

MUNCK, Ronaldo. Mutual benefit societies in Argentina; workers, nationality, social security and trade unionism. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, n. 30, p. 573-590, 1998.

NOMELINI, Paula C. B. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

NUNES, Américo; CABRITA, Daniel; MARTINS, Emídio; ROCHA, Francisco Canais; CARTAXO, Ernesto; BARRETO, Kalidas; RANITA, Víctor. *Contributo para a História do Movimento Operário e Sindical: das raízes até 1977*. Lisboa: CGTP-IN – Departamento de Cultura e Tempos Livres / IBJC – Instituto Bento de Jesus Caraça, 2011.

NUNES, Mário. *A Previdência Portuguesa; associação mutualista; 75 anos ao serviço do mutualismo – 1929-2004*. Coimbra: Carvalho & Simões, 2004.

OLIVEIRA, César. *O Socialismo em Portugal (1850-1900): contribuição para o estudo da filosofia política e do socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX*. Porto: Afrontamento, 1973.

PEREIRA, João Manuel Esteves. *A indústria portuguesa (séculos XII a XIX): com uma Introdução sobre as corporações operárias em Portugal*. Lisboa: Empresa do Ocidente, 1900.

PEREIRA, José Pacheco. *Elementos para o estudo da origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-1870)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

PEREIRA, José Ribeiro. *O Mutualismo e o Estado Novo Corporativo: na Seção de Propaganda promovida pela Comissão Concelhia da Vila do Seixal*. Lisboa: Tipográfica, [s.d.].

PERROT, Michelle. *Les Ouvriers en Grève (1871-1890)*. Paris: Mouton, 1973.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

PITACAS, José Alberto Pereira. *Utilidade social e eficiência do mutualismo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia e Política Social) – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2009.

POLANYI, Karl. (1944). *The great transformation*. Boston: Beacon Press, 1968.

QUELHAS, Ana Paula do Canto Lopes Pires Santos. *A refundação do papel do Estado nas políticas sociais; a alternativa do movimento mutualista*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra 1999.

RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910), *Cadernos AEL: Sociedades Operárias e Mutualismo*. Campinas: IFCH/UNICAMP, v. 6, n. 10/11, p. 13-38, 1999.

RAMOS, António Alberto C. P. *As coletividades de Almada (1890-1910)*; associativismo do tipo cultural e recreativo – tentativa de abordagem ao seu estudo. Almada: Gráfica Ideal Cacilhas, 1991.

RECALDE, Héctor. *Beneficencia, assistencialismo estatal y previsón social*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991.

RODRIGUES, Edgar. *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1977.

_____. *O despertar operário em Portugal (1834-1911)*. Lisboa: Sementeira, 1980.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

ROSENDO, Vasco. *O Mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens*. Lisboa: Montepio Geral, 1996.

RUIVO, Beatriz; LEITÃO, Eugénio. *O sindicalismo do funcionalismo público na I República*. Lisboa: Seara Nova, 1977.

SAID, Edward W. *Culture and imperialism*. New York: Vintage Books, 1994.

SAMUEL, R. *Village, life and labour*. London: Routledge & Kegan Paul, 1975.

SANTOS, Dina Maria Serrano. *Do Mutualismo ao Mercado: a Banca Mutualista em Portugal; estudo de caso: o crédito agrícola mútuo*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia Económica e das Organizações) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

SANTOS, Fernando Piteira. *O Centenário da Sociedade “A Voz do Operário”*. Lisboa: Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”, 1983.

SANTOS, Luiz da Costa. *O mutualismo na organização social moderna: conferência da “Semana Mutualista” organizada pelo jornal “O Século” e realizada em 21 de Janeiro de 1933, na Associação dos Empregados do Estado, a convite da Caixa de Sobrevivência “O Futuro”*. Lisboa: Revista Portuguesa de Seguros, 1933.

SANTOS, Raul Esteves dos. *1879-1894 A vida da Voz do Operário: da fundação do jornal à inauguração das primeiras escolas*. Lisboa: Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”, 1932.

_____. *A grande epopeia dos humildes*. Lisboa: Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”, 1933.

_____. *O Tenente-Coronel João Luiz de Moura e a Voz do Operário*. Lisboa: Edição Fora do Mercado, 1939.

SANTOS, Victor. *Mutualismo; poderoso auxiliar do Estado no arranjo social da Nação; Palestra realizada na sessão solene de comemoração do 84º aniversário da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e da Indústria de Lisboa em 6 de Novembro de 1938*. Lisboa: [s.n.], 1941.

SARAIVA, Ana Paula Rocha da Costa. *Associativismo mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2011.

- SEWELL JR., William H. *Work and Revolution in France: the language of labor from the old regime to 1848*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- SILVA, Fátima Geraldês da. *Associações desportivas, recreativas e culturais: o caso de Covilhã*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2002.
- SILVEIRA, Jorge. *O mutualismo em Portugal*; elementos de caráter geral das associações mutualistas. Lisboa: União das Mutualidades Portuguesas, 1986.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1981.
- SOARES, Francisco Sousa. *Internacionalização e descentralização: contributos do associativismo*. Lisboa: Ingenium, 2003.
- SOUSA, Luís de. *Mutualismo: conferência realizada na Associação Comercial de Angra do Heroísmo*. Angra do Heroísmo: Livraria Andrade, 1933.
- SOUSA, Manuel Joaquim de. *O sindicalismo em Portugal: esboço histórico*. Lisboa: Comissão Escola e Propaganda do Sindicato do Pessoal da Câmara da Marinha Mercante Portuguesa, 1931.
- _____. *O sindicalismo em Portugal*. 3. ed. Porto: Afrontamento, 1972.
- TARRACHA, Jorge Câncio. *Antologia histórica sobre o movimento associativo de Vila Franca de Xira, 1853-1995*. Alhandra: Gráfica Alhandrense, 1997.
- TAVARES, Virgílio. *O centenário da associação de socorros mútuos dos artistas mirandelenses*. Guimarães: Editora Cidade Berço, 2001.
- THOMPSON, E. P. *The making of the english working class*. New York: Vintage Books, 1966.
- TILLY, L.; SCOTT, J. W. *Women, work and family*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1978.
- VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (Org.). *O Associativismo. Das Confrarias e Irmandades aos Movimentos Sociais Contemporâneos*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VILAÇA, Helena Carlota Ribeiro. *Associativismo e movimentos sociais; modalidades de participação*. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1993.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias; uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- _____. Mutualismo e Filantropia, *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, 99-113, jan.-jun., 2004.
- _____. As experiências mutualistas em Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla M. Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 305-322.

_____. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880), *Topoi: Revista de História*, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, v. 9, n. 16, p. 117-136, jan.-jun. 2008.

_____. *Estratégias Populares de Sobrevivência: Mutualismo e Filantropia no Rio de Janeiro Republicano*. *Revista Brasileira de História*, v. 29, p. 291-315, 2009.

_____. JESUS, Ronaldo P. de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. 1: A formação das tradições. p. 21-51.

VITORINO, Artur J. R. *Máquinas e Operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico* (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

Recebido: 19 de abril de 2016
Aprovado: 07 de junho de 2016

Autor/Author:

RONALDO PEREIRA DE JESUS <ronaldo.jesus@ufjf.edu.br>

- Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); autor de *Visões da Monarquia; escravos, operários e abolicionismo na Corte* (Argumentvm, 2009), *Resistência e integração; as classes trabalhadoras e a criação do sindicato único e oficial no Rio de Janeiro* (Editora UFOP, 2012), *Associativismo entre portugueses no Rio de Janeiro imperial* (UNICAMP, 2014) e *Marxism and Brazilian Historiography* (Routledge, 2015); Pesquisador do Laboratório de História Política e Social (LAPHS- UFJF).
- Associate Professor at the Department of History of the Post-Graduation Program in History of the Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); PhD in Social History by the Universidade de São Paulo (USP); author of *Visões da Monarquia; escravos, operários e abolicionismo na Corte* (Argumentvm, 2009), *Resistência e integração; as classes trabalhadoras e a criação do sindicato único e oficial no Rio de Janeiro* (Editora UFOP, 2012), *Associativismo entre portugueses no Rio de Janeiro imperial* (UNICAMP, 2014) e *Marxism and Brazilian Historiography* (Routledge, 2015); researcher at the Political and Social History Laboratory (LAPHS- UFJF).

Os públicos de cinema em Portugal entre a diversão e o decoro: as distintas apropriações dos espaços cinematográficos (1896-1924)*

*Cinema audiences in Portugal between fun and
decorum: the distinct appropriations of theatrical venues
(1896-1924)*

*Los públicos de cine en Portugal entre a diversión y
el decoro: las distintas apropiaciones de los espacios
cinematográficos (1896-1924)*

Juliana de Mello Moraes*

Resumo: Este estudo analisa os públicos de cinema e seus comportamentos nos espaços de exibição nas capitais distritais portuguesas, entre 1896 e 1924. O foco privilegia as práticas dos espectadores durante as sessões cinematográficas, no intuito de avaliar os mecanismos de evasão à disciplina imposta por uma indústria em crescimento. Momento caracterizado pela difusão e consolidação do cinema entre as atividades de lazer, as exibições cinematográficas congregavam os mais diversos grupos sociais nas grandes ou pequenas localidades, emergindo como um espetáculo de grande popularidade. A partir da imprensa foi possível avaliar as apropriações das salas de projeção pelos espectadores, as quais divergiram sensivelmente das mudanças no cinema e seus espaços durante aquele período.

Palavras-chave: públicos de cinema; cinema mudo; Portugal

Abstract: This study analyzes cinema audiences and their behavior in the exhibition spaces in the Portuguese district capitals, between 1896 and 1924. The focus emphasizes the practices of spectators during film sessions in order to evaluate the avoidance schemes to the discipline imposed by a growing industry. Moment characterized by the

* Este artigo foi financiado pela Universidade Regional de Blumenau/FURB.

** Professora do quadro permanente da Universidade Regional de Blumenau (FURB).
<jmmoraes@furb.br>

spread and consolidation of cinema among leisure activities, film screenings gathered together the most diverse social groups in large or small towns, emerging as a very popular show. From the press was possible to evaluate the appropriation of projection rooms by spectators, which significantly differed from mutations in film and their spaces during that period.

Keywords: cinema audiences; silent cinema; Portugal

Resumen: Este estudio analiza los públicos de cine y su comportamiento en los espacios de proyecciones en las capitales de distrito portuguesas, entre 1896 e 1924. El enfoque da prioridad a las prácticas de los espectadores durante las sesiones cinematográficas, con la intención de conocer los mecanismos de evasión a la disciplina impuesta por una industria en crecimiento. Momento caracterizado por la difusión y consolidación del cine entre las actividades de ocio, las exhibiciones cinematográficas congregaban a los más diversos grupos sociales en las grandes o pequeñas localidades, emergiendo como un espectáculo de gran popularidad. A partir de la prensa fue posible evaluar la apropiaciones de las salas de proyección por los espectadores, lo cuales divergieron sensiblemente de las mutaciones en el cine y sus espacios durante aquel periodo.

Palabras clave: publicos de cine; cine mudo; Portugal

Atualmente, as salas de projeção abrigam espectadores imóveis e silenciosos, entretanto, tal prática não é desprovida de historicidade. O início do cinema, em finais do século XIX, marcou não somente o começo de uma nova forma de entretenimento, mas igualmente o nascimento de um novo personagem "o espectador de cinema" (BOSSÉNO, 1995, p. 143). A conformação do espectador abrange, contudo, um variado conjunto de elementos, os quais revelam a própria complexidade da história do cinema. De acordo com Gaudreault o cinema "is a sociocultural phenomenon *which one does not "invent" just like that: there is no "cinema" patent, because the cinema is not a procedure; it is a social, cultural, economic, etc. system*" (GAUDREULT, 2012, p. 16).

As transformações inerentes ao processo de difusão e estabelecimento do cinema envolvem, sobretudo, os seus públicos, pois as duas instâncias convivem num diálogo permanente. Portanto, a formação do espectador cinematográfico ocorre em um processo dinâmico, no qual diversos aspectos colaboram para sua compleição.

As relações entre os espectadores, os espaços de exibição e a obra, ou seja, os filmes, mostram-se complexas e envolvem aspectos sociais, culturais e econômicos. Nesse sentido, o cinema enquanto objeto de reflexão proporciona a conformação de inúmeras problemáticas e abordagens. Embora os estudos sobre o cinema foquem principalmente as películas e sua recepção, entre a multiplicidade de interrogações encontram-se também aquelas relativas aos seus públicos. Os

frequentadores dos espaços cinematográficos incitam questões, protagonizando distintas análises principalmente na historiografia francesa¹.

Em Portugal, a difusão e a produção cinematográfica nacional são as temáticas mais recorrentes na produção historiográfica atual. A bibliografia sobre a história do cinema em especial aquela voltada para sua difusão, nas primeiras décadas do século XX, caracteriza-se essencialmente por estudos monográficos, concentrando-se principalmente em um único núcleo urbano, isolando-o muitas vezes do contexto mais amplo. Focam, sobretudo, uma cidade ou vila, tal como Funchal, Porto, Coimbra ou Guimarães². A relevância desses trabalhos consiste no aprofundamento do tema, compreendido em dimensão mais circunscrita, contudo esclarecem pouco a respeito das relações entre os públicos e suas práticas nas salas de exibição.

É fundamental sublinhar, contudo, que a complexidade e abrangência do fenômeno cinematográfico dificulta a elaboração de análises que contemplem seus distintos aspectos, ou seja, a produção, comercialização, difusão e recepção. Além disso, a multiplicidade de questões relacionadas aos públicos, tais como os motivos que os animavam a frequentar o cinema, sua composição social e reações ou opiniões sobre as películas são apenas algumas das perguntas e perspectivas possíveis para abordar o tema. O objetivo deste trabalho afasta-se da análise da recepção cinematográfica focada exclusivamente nas reações dos públicos diante dos conteúdos apresentados nos filmes. Pretende-se, antes de mais, refletir sobre os públicos e seus comportamentos nas salas de cinema entre 1896 e 1924. O foco privilegia as ações dos espectadores durante as exibições cinematográficas, no intuito de avaliar os mecanismos de evasão à disciplina imposta por uma indústria em crescimento (CERTEAU, 1998, p. 41). Período

¹ O tema recebeu inclusive número especial na revista francesa *Conserveries mémorielles*, a respeito consultar: JUAN, Myriam, TRÉBUIL, Christophe (Dirs.). *Publics de cinéma. Pour une histoire des pratiques sociales*. *Conserveries mémorielles*, n. 12, 2012.

² Entre a historiografia portuguesa recente sobre o cinema, em especial, aquela que analisa as suas primeiras décadas, destacam-se os estudos de Tiago Baptista a respeito da produção nacional e sobre a difusão do espetáculo os trabalhos de Videira dos Santos, Paulo Cunha, Victor Correia e Ana Almeida Teixeira: BAPTISTA, Tiago. *Tipicamente Portugueses: O Cinema Ficcional Mudo em Portugal*. 2003. Mestrado (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003; SANTOS, A. Videira. *Para a História do Cinema em Portugal*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, 1991; TEIXEIRA, Ana Paula Teixeira de. *Lugares e pessoas do cinema na Madeira. Apontamento para a história do cinema na Madeira de 1897 a 1930*. Funchal: Secretaria Regional de Educação e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 2010; CUNHA, Paulo. *Espaços de exibição de cinema em Guimarães: O caso do Cine-Teatro*. *Boletim de Trabalhos Históricos*. v. 3, n. 2, p. 119-131, 2013.

caracterizado pela difusão e consolidação do cinema entre as atividades de lazer, as exibições cinematográficas congregavam os mais diversos grupos sociais nas grandes ou pequenas localidades, emergindo como um espetáculo de grande popularidade.

O recorte temporal deste estudo, entre 1896 e 1924, corresponde à própria dinâmica do cinema em Portugal. A data inicial, correspondendo à entrada dos primeiros aparelhos de projeção, representa o primeiro contato da população portuguesa com as imagens animadas vistas por uma audiência alargada. Enquanto a data final se refere à construção das primeiras salas de grandes dimensões no país, atestando o estabelecimento e a conformação das especificidades das projeções cinematográficas entre os divertimentos e lazeres da época. Nesse sentido, esta investigação aborda tema relacionado à história do cinema em Portugal, focalizando principalmente as capitais distritais ao norte – Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança –, comparando, entretanto, quando pertinente com a cidade de Lisboa. Apesar da importância política, económica e cultural dessa última, ressalta-se que a maioria da população vivia afastada da capital³. Tanto a demografia quanto o número significativo de núcleos urbanos de dimensões modestas justificam a seleção, uma vez que permite verificar a consolidação do cinema e as práticas dos seus públicos em distintas configurações urbanas, sendo possível avaliar ainda a ocorrência de especificidades ou similaridades entre seus públicos, contribuindo significativamente para compreender e aprofundar os estudos dedicados ao cinema e suas múltiplas dimensões em Portugal.

Todavia, estudar os públicos e suas práticas implica consequentemente avaliar também as transformações no cinema, nesse caso aquelas que ocorreram durante as primeiras décadas de difusão do espetáculo relacionadas a produção, a distribuição e as formas de exibição. Tais mudanças afetaram diretamente ou indiretamente os públicos, alterando também suas práticas diante das projeções e seus espaços.

O modo de vislumbrar a história do cinema alterou-se significativamente nas últimas décadas do século XX (COSTA, 2005). Entre as novas abordagens destaca-se aquela elaborada por Tom Gunning, o qual cunhou o conceito de cinema de atrações para sublinhar

³ Os distritos do norte, em especial do Minho (Braga e Viana do Castelo), possuíam as maiores densidades demográficas do país, juntamente com o Porto, congregavam a maior parte da população, sobre esse tema consultar: DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA. *Censo da População de Portugal*. vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

as especificidades do período anterior à emergência e à consolidação do cinema narrativo (GUNNING, 1995, p. 121). A aplicação desse conceito permite afastar a linearidade da história do cinema, pois indica que o cinema de atrações não foi simplesmente um período da cinematografia rumo a sua forma narrativa, mas sim uma “conception du cinéma des premiers temps qui me paraît dominer jusqu’en 1906-1907” (GUNNING, 2006b, p. 57). Ao sublinhar o domínio do cinema de atrações naquele período, Gunning afasta a ideia do progresso linear e teleológico, muitas vezes, subjacente às análises da história do cinema, pois os distintos períodos evocados não correspondem a um percurso natural que culminaria no cinema narrativo e de longa-metragem (GUNNING, 2006a, p. 31-38). Paralelamente, a utilização do termo atração indica com maior rigor a relação dos primeiros espectadores com o cinema, enquadrando-a na experiência visual típica da época e no contexto em que se desenvolveu.

É importante destacar que no período inicial de difusão dos cinematógrafos havia uma série de divertimentos que já privilegiavam o ato de ver, os quais buscavam igualmente representar a realidade, como a exibição de figuras de cera, de imagens fixas ou movimentadas projetadas pelas lanternas mágicas e os panoramas (SCHWARTZ, 1998, p. 8-9). Muitas dessas exibições decorriam em feiras e parques, onde tinham por finalidade “espantar, maravilhar o espectador” (COSTA, 2005, p. 53). Nesse sentido, o conceito de Gunning valoriza, ao mesmo tempo, o contexto no qual emerge o cinema de atrações que se manifestava em meio a outras formas de entretenimento relacionadas ou não à visualização de imagens como em Viana do Castelo, por exemplo, onde anunciavam que

[...] no Sá de Miranda se exhibirá na proxima segunda-feira o Kosmograph que nos dizem maravilhas e que tanta admiração tem causado em Lisboa e Porto. Artistas excêntricos apresentarão tambem naquela noite no Sá de Miranda, que com o assombroso aparelho, darão um espectáculo admirável (AURORA DO LIMA, 1901, s.p.).

Desse modo, nas suas primeiras décadas o cinema, muitas vezes, fazia parte de um conjunto alargado de atrações, incluindo espetáculos de mágicos, ginastas, bailarinas, mímicos, etc. Além disso, outros elementos integravam as projeções, como os músicos e o exibidor cinematográfico, denotando ao evento características peculiares.

Os contornos referentes ao conceito de cinema de atrações proposto por Gunning, indicam, portanto, a relevância do contexto onde emerge o primeiro cinema, constituindo-se em referencial analítico pertinente para abordar as práticas dos públicos de cinema, principalmente durante as primeiras décadas de exibição. Isso porque, não somente as alterações cinematográficas, mas também os espaços de projeção, bem como a sua organização e características despertavam nos públicos diversas reações. O cinema de atrações engloba a complexidade inerente ao espetáculo, revelando-se pertinente para a prospecção dos seus públicos, pois enfatiza as relações que esse mantinha com os espectadores.

Uma das principais características dos filmes naquele período era o direcionamento do olhar dos atores aos espectadores, afastando o cinema do universo ficcional atualmente hegemônico. Os filmes exigiam muitas vezes a atenção dos públicos, não pretendendo criar uma ilusão narrativa, mas sim exibir a sua própria visibilidade. Como enfatiza Gunning o cinema de atrações não permitia uma contemplação enlevada, pois “the viewer’s curiosity is aroused and fulfilled through a marked encounter, a direct stimulus, a succession of shocks” (GUNNING, 1995, p. 123-124).

Assim sendo, o caráter das exibições nesses primeiros anos solicitava dos públicos uma postura diversa daquela posteriormente exigida pelo cinema narrativo e de longa-metragem, podendo ser este último definido como domesticado (COSTA, 2005, p. 68-69). Essas mudanças na indústria cinematográfica foram impulsionadas principalmente pela necessidade de ampliar o número de espectadores, no intuito de cativar grupos sociais considerados mais respeitáveis para os ambientes de projeção. Nesse sentido, o processo de mudança, que decorreu entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, envolveu distintos aspectos relacionados à produção, distribuição e espaços de exibição cinematográfica visando atrair novos públicos.

Em Portugal, a primeira exibição cinematográfica ocorreu em 1896 na cidade de Lisboa, a qual como capital do reino era também o maior aglomerado populacional do território, concentrando 10% da população portuguesa (RAMOS, 1994, p. 216). O centro político contrastava, contudo, com o restante do país, marcado naquele período pela ruralidade, tendo a maior parte das vilas e aldeias menos de dois mil habitantes. Poucos portugueses conheciam os ares urbanos e a agitação das metrópoles europeias em finais do século XIX (MATTOSO, 1993, p. 411-412). O caráter marcadamente rural coadunava-se com um expressivo número de analfabetos entre a população.

No entanto, embora pese o cenário aparentemente desolador do interior, constata-se a difusão do cinema, entre aqueles que viviam afastados das maiores cidades desde finais do século XIX. Época de grandes transformações, engendradas pelo desenvolvimento e expansão do capitalismo, mesmo áreas não afetadas diretamente pela indústria passaram a receber com maior rapidez, através dos caminhos de ferro, as novidades do mundo do entretenimento, incluindo o cinema. Tal se verifica na difusão dos projetores em Portugal, pois os bracarenses puderam apreciar a primeira exibição do cinematógrafo no final de 1896 (O COMÉRCIO DO MINHO, 1896, s.p.), enquanto os vilarealenses tiveram a mesma oportunidade em 1897 (O VILAREALENSE, 1897, s.p.), e os vianenses, em 1901 (AURORA DO LIMA, 1901, s.p.).

Estudar os públicos de cinema das pequenas cidades portuguesas encerra, no entanto, algumas dificuldades, entre as quais a ausência de estatísticas sobre a frequência nas sessões cinematográficas e de legislação específica para o espetáculo. Entre 1896 e 1924, poucas foram as medidas governamentais visando regular o cinema, encontrando-se somente uma disposição para a construção das salas de projeção, em 1913, e outra de censura, respectivamente em 1917, sendo estas as únicas medidas legislativas para o cinema no período (BAPTISTA, 2010a, p. 4). Porém, a exiguidade de fontes legislativas ou estatísticas sobre a presença das populações nos cinemas não inviabiliza a análise. Como ressalta Pierre Sorlin, o estudo histórico dos públicos não depende necessariamente da documentação quantitativa (SORLIN, 1992, p. 89).

Nesse sentido, as questões a respeito das formas de participação no espetáculo e das práticas desenvolvidas nos espaços de projeção podem ser averiguadas a partir de fontes de caráter qualitativo. Para avaliar os públicos do cinema em Portugal foram privilegiadas neste caso as notícias veiculadas na imprensa local, bem como em outras publicações que versam sobre o universo do entretenimento da época⁴. Contudo, é importante destacar que a imprensa da época despontava como “guardiã da moral e da ordem pública” (VAQUINHAS, 2011, p. 323), suscitando, através das suas notícias, temores entre as populações. Desse modo, longe da imparcialidade, os periódicos muitas vezes vinculavam narrativas perturbadoras ou chocantes, fomentando anseios

⁴ Entre esses periódicos destacam-se aqueles de âmbito local e as revistas dedicadas ao cinema. Enquanto outras publicações, como os manuais de civildade, também oferecem informações para avaliar o comportamento recomendado aos espectadores nos teatros. É importante salientar que na imprensa, em especial nos jornais locais, os artigos normalmente não identificam seu(s) autor(es).

em seus leitores. Algumas dessas perspectivas incluíam os salões e outros locais de projeção cinematográfica, uma vez que certos discursos sobre o espetáculo visavam sublinhar as suas influências nefastas sobre os espectadores (PLASSERAUD, 2012, s.p.). No entanto, ainda que contenha distorções ou lacunas, através da imprensa é possível verificar a ampliação dos públicos de cinema ao longo da primeira década do século XX e o crescimento no número de referências a equipamentos que proporcionavam tal espetáculo.

Apesar da falta de estatísticas ou dados quantitativos sobre os frequentadores das sessões cinematográficas, a ampliação dos públicos e o sucesso das projeções são fatores incontestes principalmente após 1907, quando nas cidades de Lisboa e Porto adaptaram-se ou construíram-se novos espaços destinados às projeções (MARQUES, 1991, p. 664; COSTA, 1975, p. 33). A visibilidade e a relevância angariada pelos espaços de exibição refletem-se, inclusive, na introdução da entrada de “pequenos teatros, animatógrafos e variedades” no rol de estabelecimentos divulgado pelo Anuário Comercial de Lisboa em 1908 (BAPTISTA, 2010b, p. 21). O fenômeno decorreu igualmente em outras localidades, pois os habitantes de Viana do Castelo, Braga e Vila Real contaram com exibições regulares de cinema entre as suas atividades de lazer antes de 1910⁵. O interesse suscitado entre as populações revelava-se, por exemplo, na imprensa bracarense que referia as “enchentes” nos cinematógrafos da cidade em 1913 (O COMÉRCIO DO MINHO, 1913, s.p.) ou em Vila Real onde dois salões eram considerados “muitos concorridos”, em 1912 (O VILAREALENSE, 1912, s.p.).

No entanto, a dinamização de exibições cinematográficas, bem como a sua difusão, se relacionam também com as alterações na distribuição das películas. Desde 1907, as duas maiores produtoras da época, a Pathé e a Gaumont, modificaram seus sistemas de distribuição optando pelo aluguel dos filmes em vez do anterior sistema de vendas, facilitando aos compradores/exibidores o acesso às películas, devido à redução nos preços. Esta alteração encorajou investimentos na abertura de casas de espetáculos voltadas para a exibição cinematográfica (RIBEIRO, 1978, p. 205; SANTOS, 2011, p. 224).

Em Portugal, a partir de 1908 formam-se empresas de distribuição de películas que, apesar de estarem sediadas em Lisboa, forneciam,

⁵ Na imprensa local verifica-se as constantes apresentações cinematográficas o que atesta o estabelecimento do cinema entre as atividades de lazer nas capitais distritais do norte, de acordo com *Aurora do Lima*, Viana do Castelo, 26 out. 1908, n. 7906; 13 nov. 1908, n. 7914; *O Comércio do Minho*, Braga, 30 dez. 1909, n. 5495; *O Vilarealense*, Vila Real, 14 jan. 1909, n. 47.

através do aluguel ou da venda, filmes para todo o país (RIBEIRO, 1978, p. 205). Mas se as mudanças na distribuição incentivaram a abertura e adaptação de espaços dedicados ao cinema, é importante salientar que até 1907 as projeções eram fundamentalmente itinerantes.

Inicialmente, sem equipamentos específicos para sua realização, as exhibições cinematográficas ocorreram nos teatros, tal como sucedeu em Braga, Viana do Castelo, Vila Real, contudo rapidamente tornaram-se também uma importante atração nas feiras e festas populares.

Os públicos nos cinematógrafos das feiras e festas

Momentos de ruptura do cotidiano e diversão, principalmente entre a primavera e o verão, as feiras e festas animavam as cidades e as vilas e atraíam visitantes de diversas localidades. Na região norte, por exemplo, destacavam-se, em junho, a feira de Santo Antônio em Vila Real e as festas de São João, em Braga, e, em agosto as festas da Agonia, em Viana do Castelo. Já a cidade do Porto protagonizava duas grandes feiras, onde os divertimentos ocupavam lugar de destaque: feira de São Miguel, com início em setembro, e a feira de São Lázaro, começando em março.

Os equipamentos das feiras e festas dedicados às diversões constituíam-se em simples barracões. Como um evento efêmero, os espaços construídos pelos expositores, incluindo dos divertimentos, como os cinematógrafos, demandavam poucos cuidados e geralmente eram frágeis. Os materiais utilizados para a edificação dos barracões variavam e poderiam incluir madeira, ferro ou zinco⁶. A diversidade na composição desses espaços transparece em 1910, na cidade do Porto, onde na feira montada no jardim da Cordoaria

[...] a maior parte das barracas foi construída com o madeiramento que serviu para a decoração da rua do Almada por ocasião dos deslumbrantes festejos, que no verão de há dois anos, o extinto Clube dos Girondinos aí promoveu. [...] A maior parte delas destinase ao jogo do Pim-Pam-Pum e exercícios de tiro ao alvo, havendo também um pequeno circo e um grande barracão que nos disseram ser para um cinematografo [...] (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1910, p. 3)

⁶ Foram consultadas as licenças expedidas pelos Governos Cívicos dos distritos de Vila Real, Braga, Bragança e Viana do Castelo, no entanto essa documentação não indica as características físicas ou os materiais empregados nas construções dos barracões cinematográficos. Sobre essas construções consultar: *Aurora do Lima*, Viana do Castelo, 12 ago. 1903, n. 7159, s.p.; 24 jul. 1914, n. 8703, s.p.

As condições de exibição dos cinematógrafos nesses eventos eram, evidentemente, bastante precárias, colaborando para a informalidade do recinto. A insuficiência nas instalações dos barracões poderia inclusive propiciar o incômodo dos espectadores por aqueles que estavam fora do espaço de projeção como em Vila Real quando, em 1907, durante a feira de Santo António,

[...] não sendo policiado bastantemente o barracão em que tem lugar aquele divertimento, quem assiste arrisca-se, como alguns indivíduos que ali nos faziam companhia num dos últimos dias, a ser corrido a pedra (A IRRADIAÇÃO, 1907, p. 3).

Além da precariedade das instalações afetar diretamente a postura e a relação dos espectadores com o cinema, também os assuntos revelados pelas películas poderiam contribuir para o movimento nos espaços de exibição.

Os conteúdos dos filmes provocavam diversas manifestações entre os públicos, como pateadas, gargalhadas, comentários verbais e, frequentemente, de aplausos ao fim de cada apresentação. Em Braga, no largo da Senhora-a-Branca, no temporário Teatro Guinol, os espectadores poderiam passar “ali duas horas em constante gargalhada” (O COMÉRCIO DO MINHO, 1897, s.p.).

As informações compulsadas, infelizmente, não revelam quais seriam os grupos sociais frequentadores dos barracões de cinema. Porém, o baixo valor cobrado pelos bilhetes permitia aos mais diversificados estratos sócio-profissionais assistirem ao espetáculo. Os preços dos ingressos nesses recintos variavam, tal como nos teatros, de acordo com os tipos de lugares disponíveis, oscilando, como em Viana do Castelo, entre “1ª platéia, 100 réis; 2ª platéia, 80 réis; geral 40 réis” (AURORA DO LIMA, 1903, s.p.).

Todavia, independente do perfil social dos frequentadores dos barracões de feiras e festas, sublinha-se que as manifestações dos públicos diante das projeções não se limitavam a esses espaços.

Os públicos dos teatros e salões cinematográficos

Como referido, as primeiras projeções realizadas pelos cinematógrafos ocorreram principalmente nos teatros e, ao longo do tempo, adquiriram um importante papel nesses equipamentos. Muitos teatros adaptaram-se ao novo espetáculo, enquanto outros acabaram por sucumbir completamente ao cinema, abandonando as apresentações

teatrais. Em Lisboa, desapareceram oito teatros entre 1914 e 1924, sendo alguns desses espaços convertidos ao novo entretenimento, conjugando a exibição de películas com orquestras e variedades (BASTOS; VASCONCELOS, 2004, p. 28-29). Esse fenômeno ocorreu por todo país, inclusive nas menores cidades onde os teatros, desde o início do século XX, incorporaram o cinema, tornando-se, muitas vezes, o principal espaço de exibição nas cidades. Em Viana do Castelo, por exemplo, o teatro Sá de Miranda promovia sessões de exibidores itinerantes desde 1901, porém a partir de 1912 o cinema tornou-se a sua atração principal (BARBOSA, 1995, p. 83).

A presença constante de projeções nos teatros, seja como espetáculo itinerante ou regular, por todas as partes do país, evidencia a importância desses equipamentos para difusão do cinema. Desse modo, avaliar os públicos e suas práticas durante as sessões cinematográficas implica em questionar igualmente as práticas dos espectadores nos teatros da época.

No início de 1903, o jornal *Aurora do Lima*, publicado em Viana do Castelo trazia impresso os “os mandamentos teatrais”. A lista continha 10 indicações para os espectadores e encerrava com duas advertências complementares: “não perturbar” e “não incomodar” (AURORA DO LIMA, 1903, s.p.). Estes últimos pontos condensavam as outras disposições, as quais determinavam essencialmente aos públicos que preservassem o silêncio e uma atitude comedida (sem risos ou choros em excesso) durante as apresentações. O comportamento mais ajustado baseava-se, sobretudo, no cuidado em não fazer barulhos desnecessários, seja durante a apresentação da orquestra ou ao folhar o programa do espetáculo. Além disso, as refeições durante os intervalos deveriam ser realizadas com moderação e sem alarde.

Essas prescrições destinadas aos espectadores nos teatros, divulgadas em Viana do Castelo, revelam a necessidade de ajustar os comportamentos dos públicos, inculcando-lhe as normas consideradas mais adequadas e acertadas. É relevante observar a necessidade de enfatizar o silêncio, o controle dos ânimos e o consumo de refeições moderadas, sugerindo que durante os espetáculos teatrais a plateia era bastante descontraída e agitada. Entretanto, as recomendações para os frequentadores dos teatros aproximam-se dos “Mandamentos do espectador do cinema”, publicados em 1928 na revista *Invicta Cine*, ou seja, duas décadas após os mandamentos do *Aurora do Lima*. Dentre as dez indicações aos apreciadores das exibições cinematográficas é preeminente a necessidade de comedimento, sendo enfatizadas questões como: não incomodar o vizinho, não comentar sobre personagens,

manter a compostura, caminhar com calma, entre outros (BAPTISTA, 2010, p. 78). Essas similaridades indicam que os comportamentos dos públicos nos teatros eram semelhantes, independente do espetáculo apresentado (prestidigitação, zarzuela, comédias, danças, entre outros), e que essas práticas persistiram ao longo das duas primeiras décadas, pelo menos durante as sessões cinematográficas.

No entanto, outras publicações, como os manuais de civilidade, também visavam instruir seus leitores para um desempenho considerado adequado em distintas situações sociais, incluindo a frequência ao teatro. Essas obras proliferaram durante o liberalismo e indicavam as mudanças sócio-económicas em curso. A ascensão de novos grupos sociais, com destaque para a burguesia, promovendo o rompimento do monopólio da nobreza entre a elite, suscitou a proliferação dessas obras. Divulgar os códigos necessários para frequentar a “boa sociedade” era o principal objetivo dessas publicações, revelando-se num “importante agente de socialização e construtor das mentalidades” (QUARESMA, 1990, p. 317).

Com aspirações bastante abrangentes, os manuais de civilidade versam sobre os modos de agir considerados mais adequados para diversas situações tanto públicas quanto familiares. Sobre os comportamentos nos teatros, os manuais tendem a fixar-se na figura feminina. As mulheres necessitavam de mais instrução, pois deveriam ser sóbrias e quase imperceptíveis, sendo, contudo, recomendado sempre ao público, tanto masculino quanto feminino, o cuidado para não perturbar o evento ou importunar os outros espectadores⁷. Todavia, se as manifestações durante o espetáculo estavam proibidas a homens e mulheres, durante os intervalos os públicos poderiam expressar a sua aprovação ou desaprovação. Neste último aspecto era quando “melhor se conhecem as pessoas delicadas, na demonstração de desagrado – porque mais vale então o silencio bem significativo, às manifestações ruidosas, que primam pela ausência de benevolência por talentos muitas vezes ainda aproveitáveis!” (SCARPADINI, 1912, p. 114).

Os manuais de civilidade publicados nas primeiras décadas do século XX não fazem referências às exibições cinematográficas, ignorando

⁷ O protagonismo da mulher verifica-se nos seguintes manuais: SCARPADINI, Felix, *Manual de etiqueta ou arte de saber viver*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1912. p. 112-114; NAZARETH, Beatriz, *Manual de civilidade e etiqueta. Regras indispensáveis para se frequentar a boa sociedade*. Lisboa: Editor Arnaldo Bordalo, Imprensa Lucas, 1908. p. 217-218; BARBOSA, Amália, *Porque como... e ... para que boas maneiras*. Lisboa: Secção Editorial de “O Século”, 1928. p. 27.

completamente a presença desse espetáculo⁸. Essa inexistência pode ser avaliada sob diferentes perspectivas. Voltados para a elite, os manuais preocupavam-se com os eventos considerados mais importantes para esse grupo, revelando que as apresentações cinematográficas não se constituíam em acontecimentos significativos. Ao mesmo tempo, a falta de autonomia do cinema em relação às outras atrações no início do século XX, pode ser outro fator relevante para compreender sua supressão ou ausência nessas publicações.

Embora as recomendações nos manuais valorizassem atitudes comedidas, pouco ostentatórias e, principalmente, não ruidosas durante os espetáculos, os públicos durante as sessões, mesmo nos teatros, geralmente manifestavam-se como lhes convinha, respondendo com originalidade diante das projeções. Como momentos de fruição e lazer, as exibições cinematográficas faziam muitas vezes parte de um conjunto mais alargado de atrações, compondo juntamente com outras apresentações (prestidigitação, ginástica, dança, zarzuela, entre outros) o espetáculo.

Desde as primeiras projeções, os espectadores constantemente aplaudiam ao final da exibição. Em Braga, as primeiras exibições cinematográficas realizada em finais de 1896, pelo portuense Aurélio Paz dos Reis, no teatro de São Geraldo, provocou “a admiração dos espectadores e foram muito aplaudidas” (O COMÉRCIO DO MINHO, 1896, s.p.). Também na cidade do Porto, os aplausos eram as reações mais comuns após as exibições cinematográficas de acordo com os relatos da imprensa na época.⁹

Entretanto, as atitudes dos públicos durante as sessões cinematográficas em teatros e salões não se restringiam aos aplausos e, por vezes, poderiam ser pouco recatadas ou pacíficas, contrastando significativamente com as recomendações dos manuais de civilidade. Diversas razões poderiam provocar desordens, desacatos e outras manifestações entre os espectadores, tais como problemas nas películas ou na velocidade de reprodução do filme. Os temas considerados menos conservadores também despertavam o ânimo na plateia.

⁸ A primeira referência ao cinema aparece no manual de civilidade de Bernage, na versão atualizada, publicada em 1967: BERNAGE, Berthe, *A arte das boas maneiras. Nova edição atualizada*. Lisboa: Portugália Editora, 1967, p. 95.

⁹ Em 1897, no teatro Príncipe Real “o publico recebeu com bastantes aplausos” a exibição do cinematógrafo. Também no teatro Trindade, após a exibição das imagens animadas o público aplaudiu vivamente o espetáculo, de acordo com: *O Comércio do Porto*, Porto, 5 mar. 1897, n. 54.

No caso da capital, é conhecido o jornalista que encorajava os espectadores a gritar, patear ou assobiar quando o ritmo de projeção estivesse desacertado (BAPTISTA, 2010b, p. 22). Porém, a agitação nas sessões cinematográficas não decorria somente nas grandes cidades, mas igualmente em meios urbanos de pequenas dimensões.

A população da cidade de Bragança, em 1911, não ultrapassava seis mil habitantes. A distância dos grandes centros e a ausência de caminhos de ferro até 1906 colaboraram para o isolamento da capital do distrito (SOUSA, 2009, p. 188). O afastamento de Bragança das maiores cidades não impediu, contudo, que a partir de finais de 1908 seus moradores tivessem contato com o cinema (O NORDESTE, 1909a, s.p.). Desde 1909, o teatro Camões incluiu as sessões cinematográficas na sua programação e ainda no primeiro ano de projeções, muitas vezes, os públicos não prescindiam de fazer piadas e comentários orais quando o conteúdo apresentado trazia “cenas pouco decentes” (O NORDESTE, 1909b, s.p.).

Não sendo apanágio das grandes cidades, as manifestações dos públicos nas salas de projeção marcavam o espetáculo pelo país, enfatizando a re-apropriação dos espaços cinematográficos pelos espectadores.

As informações disponíveis sobre o perfil sócio-económico dos públicos nas sessões de cinema, nos teatros e salões, tal como para os barracões, mostram-se pouco precisas. Convém sublinhar, entretanto, que os espectadores não se compunham por uma massa homogênea, contando com homens, mulheres e crianças. Além da variedade de gênero e idade, distintos grupos sociais frequentavam as exibições, sendo a sua composição influenciada principalmente pelas características dos equipamentos dedicados ao cinema. A organização da sala de projeções, a sua localização e as condições físicas do edifício (aspectos construtivos e decorativos) alteravam significativamente os públicos desses espaços (TRÉBUIL, 2006, p. 5-6).

Tanto no teatro como nos salões, os preços das entradas eram bastantes diversos, variando de acordo com os lugares disponíveis. Normalmente, as salas de cinema da época conservavam as divisões utilizadas nos teatros, ou seja, não eram espaços democráticos (BAPTISTA, 2010b, p. 23). De acordo com os lugares disponíveis – tais como frisas, camarotes, cadeiras ou geral – os preços dos bilhetes variavam. Por vezes, ocupar um camarote poderia custar dez vezes o valor de um bilhete para a geral, como no salão portuense Jardim Trindade, onde o preço para a geral era de 10 centavos enquanto uma vaga no camarote custava 1 escudo (JORNAL DE NOTÍCIAS, 1914, s.p.). Essas distinções permitiam aos espectadores adquirirem lugares con-

siderados compatíveis com a sua posição social, demarcando na sala de projeções as hierarquias sociais vigentes.

Embora muitos salões e teatros mantivessem uma divisão clara no acesso aos seus lugares, as diferenças sociais dos públicos não determinavam os modos de agir durante o espetáculo. Tal como a descrição de uma sessão de cinema no Passos Manuel, em 1910, no Porto, onde “o terceto, ao fundo, estrofia um trecho da opereta-buffa, que o publico acompanha assobiando” (A FARÇA, 1910, s.p.). Acompanhar com assobios, gritos e, por vezes, bradar injúrias durante a apresentação dos músicos eram atitudes recorrentes, tanto na capital como nas pequenas cidades, persistindo até a década de 1920. (BAPTISTA; PARREIRA; BORGES, 2010, p. 22-23). Em Viana do Castelo, as práticas dos espectadores geravam reprovações na imprensa que destacava a necessidade de “lembrar à autoridade policial a necessidade urgente de reprimir o abuso de alguns espectadores que se permitem a liberdade de acompanhar a assobio as músicas executadas no piano” (AURORA DO LIMA, 1920, s.p.). O mesmo ocorria em Vila Real, onde os públicos no Teatro Salão “tem-se portado indecentemente com o terceto musical. Quando este não executa os números de música do seu agrado é desde o insulto à pateada e se lhe faz a vontade são acompanhados a assobio e cantochão” (O POVO DO NORTE, 1920, s.p.).

A ausência de indicações precisas sobre os espectadores nesses relatos sugere que o comportamento era generalizado. No entanto, por vezes, os redatores dos periódicos eram mais específicos, referindo-se diretamente aqueles que incomodavam durante as sessões cinematográficas, tal como em Évora, em 1919, onde

há então uns elegantes que fazem luxo e zaragata e na linguagem, pois é preciso que o público honesto os conheça, uma vez que aproveitam o escuro para excitar os outros bamzé. E nós conhecemos muito bem e nenhuma duvida temos em lhes estampar aqui os nomes (O ANIMATÓGRAFO, 1919, p. 4).

Por fim, sublinhava este texto alentejano que “entre o Salão e a barraca há a sua diferença”.

Situação semelhante ocorreu em Viana do Castelo, pois mostrava-se

[...] uma vergonha para esta linda cidade e para os seus moradores, a maneira como o publico se comporta na esplendida casa de espetáculos no Sá de Miranda, durante as sessões cinematográficas. Em nenhum barracão de aldeia, por mais sertanejo que seja, assim se procede (O CUPIDO, 1917, s.p.).

Nesses relatos sublinha-se a necessidade em demarcar as diferenças entre o barracão e os teatros, tendo em vista a constatação de práticas análogas independente dos espaços e das características sócio-econômicas dos seus públicos. A insistência nesse aspecto confirma a permanência de comportamentos equivalentes nos locais de projeção, ou seja, a proliferação dos salões e a difusão dos projetores nos teatros não determinaram, pelo menos até a década de 1920, alterações nas práticas dos públicos diante do espetáculo.

A permanência da agitação durante as sessões cinematográficas, ao longo das primeiras décadas do século XX, revela os mecanismos de apropriação dos espectadores diante das imposições e mudanças da indústria cinematográfica em crescimento. A emergência do cinema narrativo, bem como a edificação de equipamentos dedicados unicamente as projeções, tendo o seu maior expoente nos *picture palaces* americanos, foram algumas das principais transformações promovidas pela indústria visando atrair mais espectadores aos espaços de exibição e, em especial, as elites.

Com a emergência do filme narrativo no universo da cinematografia, os filmes começaram a exigir dos espectadores maior introspecção para acompanhar o enredo, pois a institucionalização do cinema valorizou e propagou uma prática contemplativa do cinema em detrimento de uma prática de divertimento (LACASSE, 1998, p. 44). Dessa forma, as exibições exigiam dos públicos práticas distintas daquelas dos anos iniciais das exibições, ou seja, daquelas do cinema de atração.

Além da difusão de filmes narrativos, outra mudança importante relativa ao cinema consistiu na supressão do exibidor cinematográfico. Figura fundamental para explicar e contextualizar as imagens, dantes valorizado, perdeu seu protagonismo. Por vezes, essas alterações colaboravam para a confusão entre os públicos do cinema, visto dificultarem a compreensão dos filmes, exigindo novas práticas. Em 1915, os vilarealenses queixavam-se da falta de folhetos explicativos durante as sessões, sublinhando “a necessidade absoluta de mandar distribuir os respectivos argumentos, que muito concorrem para autorizar o público a poder melhor fazer a sua apreciação” (O VILAREALENSE, 1915, s.p.). Acompanhar e compreender a história apresentada pelos filmes no ecrã tornavam-se fundamentais para a fruição do espetáculo, exigindo dos espectadores concentração e contemplação.

Também a edificação de novos equipamentos, voltados exclusivamente para o espetáculo cinematográfico, agregava-se às mutações da indústria cinematográfica. Esses novos espaços possuíam

grandes dimensões, por vezes, com lugares para milhares de pessoas (BAPTISTA, 2007, p. 35-36).

Em Portugal, as primeiras salas de cinema de grandes proporções foram construídas após 1920. Os salões cinematográficos, durante as duas primeiras décadas do século XX, eram de menores dimensões e estavam nas áreas centrais das cidades, como Lisboa e Porto. Nesta última, não há registros de espaços de projeção funcionando fora da zona central, para além da Foz do Douro (CORREIA, 1993), enquanto, em Lisboa, o Tivoli inaugurado em 1924 foi o primeiro cinema construído fora do eixo entre a Baixa e o Chiado (BAPTISTA, 2007, p. 29-30). Esse equipamento na capital marcou o período de transformação das salas de cinema, buscando atrair espectadores oriundos das classes mais abastadas, ou seja, das elites.

Os cuidados na decoração e na elaboração de recintos agradáveis intentavam conquistar os estratos sociais mais altos, sendo o Tivoli e o São Luís, em Lisboa, exemplos das transformações daquele período. As salas construídas nesses empreendimentos mostravam-se maiores e apresentavam uma divisão hierárquica menos evidente (FRANÇA, 1994, p. 120). Esses espaços afirmavam, paralelamente, a existência do cinema enquanto espetáculo independente, expresso na nomenclatura “cinema” juntamente ao nome do equipamento, desaparecendo as denominações anteriormente recorrentes como “animatógrafos” ou “salões”¹⁰.

As mutações no universo do entretenimento, com destaque para a construção de salas de exibição cinematográficas de grandes dimensões, colaboraram para alterar as práticas dos públicos. A emancipação das projeções de outras atrações congregada às novidades relativas à narrativa cinematográfica provocaram essas mudanças, entretanto as alterações não afetaram imediatamente os frequentadores das exibições. Os espaços de projeção, pelo menos nas primeiras décadas, constituíam-se em locais ruidosos, onde imperavam a distração e o divertimento.

Desse modo, a edificação de grandes salas de exibição e a introdução do cinema narrativo inicialmente pouco afetaram as práticas dos

¹⁰ Nas duas primeiras décadas do século XX, os equipamentos onde ocorriam as exibições cinematográficas recebiam nomenclaturas variadas, entre as quais destacavam-se animatógrafo, salões ou cine-teatro. Essas denominações são frequentes nos anuários e jornais do período, tais como Lello, Manoel Pinto de Sousa (Ed.). *Anuário do Comércio do Porto. Para a cidade do Porto, Gaya e demais concelhos do districto*. Porto: Imprensa Moderna, 1911; O Vilaralense 1908 e 1912; O Comércio do Minho, 1909; Aurora da Lima 1903 e 1912.

espectadores. Porém, essas transformações colaboraram para moldar as ações dos públicos nos espaços de exibição cinematográfica ao longo do tempo.

Considerações finais

Ainda que a construção de grandes equipamentos destinados ao cinema seja um fenômeno inicialmente restrito a cidade de Lisboa, o estabelecimento do cinema entre outras atividades de lazer, expresso na regularidade das projeções e na construção de salas exclusivamente voltadas para as projeções, determinou um período importante da história do cinema em Portugal.

Além disso, nas pequenas cidades os reduzidos públicos não justificavam um investimento exorbitante na construção de grandes cinemas nas primeiras décadas do século XX, como se pode apurar na região norte. Pelo menos até 1924 nenhuma capital distrital dessa região contou com a edificação de grandes equipamentos dedicados somente às projeções cinematográficas, contudo a permanência das exibições nessas cidades determinou a continuidade e a consolidação do espetáculo no conjunto de entretenimentos locais.

A introdução do cinema narrativo, bem como as mudanças nas salas de exibição, incluindo o desaparecimento do exibidor cinematográfico, visavam alterar as práticas dos públicos nos espaços de exibição, de acordo com as transformações promovidas pela indústria cinematográfica, no intuito de angariar novos espectadores. Entretanto, os públicos diante das alterações elaboraram críticas e atuaram com criatividade, insistindo nas suas práticas. A partir da imprensa constata-se a existência de espectadores pouco passivos. Ainda que formados por um conjunto heterogêneo, os públicos não eram uma massa indiferente, pois apropriaram-se das salas de projeção e utilizaram esses espaços de forma distante daquela engendrada pelas inovações e mudanças no universo cinematográfico. Nesse sentido, os esforços da indústria não resultaram imediatamente em mudanças significativas nas práticas dos públicos.

A permanência de manifestações entre os espectadores, mesmo após o advento do cinema de longa-metragem e narrativo, indica a insistência dos públicos em utilizar as salas de projeção como espaços de diversão, convívio e sociabilidades e não como local de introspecção. E as cidades médias, tal como a capital, mantiveram, ainda no início da década de 1920, públicos pouco silenciosos e contemplativos.

Fontes

- A Farça*, Coimbra, 10 jan. 1910, ano 1, n. 2.
- A Irradiação*, Vila Real, 16 jun. 1907, n. 50, ano II.
- Aurora do Lima*, Viana do Castelo, 12 ago. 1903, n. 7159.
- Aurora do Lima*, Viana do Castelo, 15 nov. 1901, n. 6910.
- Aurora do Lima*, Viana do Castelo, 19 out. 1920, n. 81.
- Aurora do Lima*, Viana do Castelo, 24 jul. 1914, n. 8703.
- Aurora do Lima*, Viana do Castelo, 26 out. 1908, n. 7906.
- Jornal de Notícias*, Porto, 23 jun. 1910, n. 147.
- Jornal de Notícias*, Porto, 7 jan. 1914, n. 5.
- O Animatógrafo*, 23 de novembro de 1919, n. 29.
- O Comércio do Minho*, Braga, 01 jun. 1897, n. 3621.
- O Comércio do Minho*, Braga, 24 nov. 1896, n. 3544.
- O Comércio do Minho*, Braga, 3 mar. 1913, n. 5984.
- O Comércio do Minho*, Braga, 30 dez. 1909, n. 5495.
- O Comércio do Porto*, Porto, 5 mar. 1897, n. 54.
- O Cupido*. Semanário independente, humorístico, noticioso e literário, Viana do Castelo, 21 out. 1917, n. 83, ano 2.
- O Nordeste*, Bragança, 8 jan. 1909a, n. 1110.
- O Nordeste*, Bragança, 17 dez. 1909b, n. 1159.
- O Povo do Norte*, Bragança, 25 abr. 1920, n. 23.
- O Vilarealense*, Vila Real, 11 nov. 1915, n. 38.
- O Vilarealense*, Vila Real, 14 jan. 1909, n. 47.
- O Vilarealense*, Vila Real, 20 jun. 1912, n. 17.
- O Vilarealense*, Vila Real, 22 abr. 1897, n. 9.

Referências

- BAPTISTA, Tiago. *Tipicamente Português: O Cinema Ficcional Mudo em Portugal*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.
- BAPTISTA, Tiago. *Cinemas de estreia e cinemas de bairro em Lisboa (1924-1932)*. *Ler História*, n. 52, p. 29-56, 2007.
- BAPTISTA, Tiago. Cinema e política na Primeira República. In: *Actas do Congresso Histórico Internacional. I República e Republicanismo*, 2010a. Disponível em: <<http://run.unl.pt/bitstream/10362/5429/1/Cinema%20e%20pol%C3%ADtica%20na%20Primeira%20Rep%C3%BABlica.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2014.
- BAPTISTA, Tiago. O cinema mudo em Portugal. In: BAPTISTA, Tiago; PARREIRA, Teresa; BORGES, Teresa Barreto (Coords.). *Cinema em Portugal. Os primeiros anos. Catálogo da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010b.

- BARBOSA, Amália. *Porque como... e ... para que boas maneiras*. Lisboa: Secção Editorial de “O Século”, 1928.
- BARBOSA, Carla Soares. *Viana do Castelo: o teatro Sá de Miranda no espaço músico-cultural da cidade: 1885-1914*. Viana do Castelo: Câmara Municipal, 1995.
- BASTOS, Glória; VASCONCELOS, Ana Isabel P. Teixeira. *O teatro em Lisboa no tempo da Primeira República*. Lisboa: Museu Nacional do Teatro, 2004.
- BERNAGE, Berthe. *A arte das boas maneiras*. Nova edição atualizada. Lisboa: Portugália Editora, 1967.
- BOSSÉNO, Christian-Marc. La place du spectateur. Vingtième Siècle. *Revue d'histoire*, n. 46, p. 143-154, 1995.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CORREIA, Victor Manuel Miranda. *O cinema no Porto 1893-1935*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1993.
- COSTA, Alves. *Os antepassados de alguns cinemas do Porto*. Lisboa: Instituto Português de Cinema/Cinemateca Nacional, 1975.
- COSTA, Flávia Cesarina. *O primeiro cinema. Espetáculo, narração, domesticação*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.
- CUNHA, Paulo. Espaços de exibição de cinema em Guimarães: O caso do Cine-Teatro. *Boletim de Trabalhos Históricos*. v. 3, n. 2, 119-131, 2013.
- FRANÇA, José Augusto. Ir ao cinema em Lisboa nos anos 30. *Ler História*, n. 26, 117-124, 1994.
- GAUDREAU, André. The culture broth and the froth of cultures of so-called early cinema. In: GAUDREAU, André; DULAC, Nicolas; HIDALGO, Santiago (Orgs.). *A Companion to Early Cinema*. Chichester: John Wiley & Sons, 2012.
- GUNNING, Tom. An Aesthetic of Astonishment: Early Film and the (In)Credulous Spectator. In: WILLIAMS, Linda (Ed.). *Viewing Position*. New Brunswick: Rutgers, 1995.
- GUNNING, Tom. Attractions: How They Came into the World. In: STRAUVEN, Wanda (Ed.). *The Cinema of Attractions Reloaded*. Amsterdão: Amsterdam University Press, 2006a.
- GUNNING, Tom. Le Cinéma d'attraction: le film des premiers temps, son spectateur, et l'avant-garde. 1895. *Mille huit cent quatre-vingt-quinze*, n. 50, 55-65, 2006b. Disponível em: <<http://1895.revues.org/1242>>. Acesso em: 10 de set. 2013.
- JUAN, Myriam, TRÉBUIL, Christophe (Dirs.). Publics de cinéma. Pour une histoire des pratiques sociales. *Conserveries mémorielles*, n. 12, 2012.
- LACASSE, Germain. Du cinéma oral au spectateur muet. *Cinémas: Journal of Film Studies*, v. 9, n. 1, p. 43-62, 1998.
- LELLO, Manoel Pinto de Sousa (Ed.). *Anuário do Comércio do Porto. Para a cidade do Porto, Gaya e demais concelhos do districto*. Porto: Imprensa Moderna, 1911.
- MARQUES, A. H. De Oliveira (Coord.). *Nova História de Portugal. Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. O liberalismo. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- NAZARETH, Beatriz. *Manual de civilidade e etiqueta. Regras indispensáveis para se frequentar a boa sociedade*. Lisboa: Editor Arnaldo Bordalo/Imprensa Lucas, 1908.

PLASSERAUD, Emmanuel. Foule et public. Réflexions autour de la théorie française de la réception filmique lors de la période muette. *Conserveries mémorielles*, n. 12, s.p., 2012, Disponível em: <<http://cm.revues.org/1181>>. Acesso em: 14 de jun. 2016.

QUARESMA, Vítor Sérgio. Constantes e mutações na mentalidade portuguesa. In: REIS, António (Dir.). *Portugal Contemporâneo (1851-1910)*. Lisboa: Alfa, 1990.

RAMOS, Rui (Coord.). *História de Portugal*. A segunda fundação. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

RIBEIRO, Félix. *Os mais antigos cinemas de Lisboa 1896-1939*. Lisboa: Cinemateca Nacional, 1978.

SANTOS, A. *Videira. Para a História do Cinema em Portugal*. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, 1991.

SANTOS, Joaquim José Carvalhão Teixeira. *O cinema no “entroncamento” do “progresso”. Contributo para a história do espetáculo cinematográfico em Portugal*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

SCARPADINI, Felix. *Manual de etiqueta ou arte de saber viver*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1912.

SCHWARTZ, Vanessa R. *Spectacular realities: early mass culture in fin-de-siècle Paris*. Los Angeles: University of California Press, 1998.

SORLIN, Pierre. Le mirage du public. *Revue d'Histoire Modern et Contemporaine*. Pour une Histoire culturelle du Contemporain, n. 39, p. 86-102, 1992.

SOUSA, Fernando de. Dos finais de seiscentos ao século XIX. In: FERNANDES, Armando (Coord.). *Bragança marca a história e a história marca Bragança*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2009.

TEIXEIRA, Ana Paula Teixeira de. *Lugares e pessoas do cinema na Madeira*. Apontamento para a história do cinema na Madeira de 1897 a 1930. Funchal: Secretaria Regional de Educação e Cultura/Centro de Estudos de História do Atlântico, 2010.

TRÉBUIL, Christophe. L'écran qui fascine: spectateurs dans les salles de cinéma des années vingt en France. 1895. *Mille huit cent quatre-vingt-quinze*, n. 48, p. 1-14, 2006, Disponível em: <<http://1895.revues.org/339>>. Acesso em: 20 de nov. 2013.

VAQUINHAS, Irene. Paixões funestas e prazeres proibidos. In: VAQUINHAS, Irene (Coord.). *História da vida privada em Portugal*. A época contemporânea. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

Recebido: 22 de fevereiro de 2016

Aprovado: 02 de maio de 2016

Autora/Author:

JULIANA DE MELLO MORAES <jmmoraes@furb.br>

• Professora do quadro permanente da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Possui graduação (2000) e mestrado (2003) em História pela Universidade Federal do Paraná e doutorado (2010) em História pela Universidade do Minho, Portugal. Realizou estágio pós-doutoral (2014) na Universidade de Lisboa, com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT-Portugal). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia e Portugal (séculos XVII e XVIII), principalmente das instituições, sociabilidades e práticas religiosas e da indumentária na Idade Moderna.

• Professor in the permanent staff of Universidade Regional de Blumenau (FURB). Has a Master's degree in History (2003) from the Universidade Federal do Paraná and a PhD in History (2010) from the Universidade do Minho, Portugal. Went through a post-doctoral fellowship (2014) at the Universidade de Lisboa, supported by Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT-Portugal). She has experience in the area of History, with emphasis in Colonial Brazilian and Portuguese History (17th and 18th centuries), mainly referring to institutions, sociabilites and religious practices and attire in the Modern Age.

A reforma agrária nos campos do sul de Portugal (1975): uma revolução na revolução

*Land reform in the fields of southern Portugal (1975):
a revolution in the revolution*

*La reforma agraria en los campos del sur de
Portugal (1975): una revolución en la revolución*

Raquel Varela*
Constantino Piçarra**

Resumo: Realizado a 25 de abril de 1974, depreza o golpe de Estado que derruba a ditadura origina um processo revolucionário no âmbito do qual, no sul de Portugal, a agudização da luta por melhores salários, condições de trabalho e garantia de emprego, entre assalariados rurais, com especial realce para os temporários, e os empresários agrícolas, dá lugar a um poderoso movimento de ocupações de terras, fato que torna realidade a reforma agrária, cujo enquadramento legal só vem a surgir na vigência dos IV e V Governos Provisórios liderados por Vasco Gonçalves, tendo Fernando Oliveira Baptista na pasta da Agricultura. Neste processo de ocupações de terras, que se desenrola ao longo do ano de 1975, definem-se três fases, as quais se caracterizam em articulação com o andamento da situação política do país e, por conseguinte, com a política agrária do Estado ao longo deste período. Utilizamos uma ampla gama de fontes, algumas inéditas como a documentação dos partidos políticos, as fontes dos sindicatos e comissões de trabalhadores, as disposições legais referentes ao processo e o arquivo de imagem da televisão pública RTP. Destacamos neste artigo duas conclusões principais a partir da investigação que levamos a cabo: 1) a reforma agrária é um processo que se inicia por ocupações espontâneas de terras e os partidos políticos irão responder a este processo tentando dirigi-lo; 2) a reforma agrária é determinada por um modelo assente em unidades coletivas de produção e na maximização do emprego.

Palavras-chave: Portugal; reforma agrária; partido comunista; propriedade

* Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. <raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk>

** Historiador. Professor do ensino secundário e bibliotecário de leitura pública. <constantino.p@sapo.pt>

Abstract: Held on April 25, 1974, soon the coup that overthrew the dictatorship led to a revolutionary process under which, in southern Portugal, the intensification of the struggle for better wages, working conditions and job security among rural workers, with particular emphasis on the casual workers and the farmers, gave rise to a powerful movement of land occupations, something that makes agrarian reform effective – its legal framework will happen only with the fourth and fifth Provisional Governments led by Vasco Gonçalves, with Fernando Oliveira Baptista as the secretary of Agriculture. In this process of land occupations, which takes place throughout the year 1975, there are three phases, characterized in connection with the progress of the political situation in the country and, therefore, with the agrarian policy of the state over this period. We use a wide range of sources, some new as the documentation of political parties, the sources of trade unions and workers' councils, the legal provisions regarding the process and the image bank of the public television, RTP. We highlight in this article two main conclusions from the research that we've carried: 1) agrarian reform is a process that begins with the spontaneous occupations of land and the political parties will respond to this process trying to control it; 2) land reform is determined by a model based on collective production units and maximizing employment in rural areas.

Keywords: Portugal; land-reform; communist party; property

Resumen: Ocurrido el 25 de abril de 1974, rápidamente el golpe de Estado que derrocó a la dictadura llevó a un proceso revolucionario en virtud del cual, en el sur de Portugal, la intensificación de la lucha por mejores salarios, condiciones de trabajo y seguridad en el empleo entre los trabajadores rurales, con especial incidencia en el trabajo temporal y los grandes agricultores, dio lugar a un poderoso movimiento de ocupaciones de tierras, algo que hizo realidad la reforma agraria, cuyo marco legal sólo vio la luz en la vigencia del IV y V gobiernos provisionales encabezados por Vasco Gonçalves, con Fernando Oliveira Baptista en el ministerio de Agricultura. En este proceso de ocupación de tierras, que se lleva a cabo durante todo el año 1975, se definen tres fases, que se caracterizan en relación con el progreso de la situación política del país y, por lo tanto, la política agraria del Estado durante este período. Utilizamos una amplia gama de fuentes, algunas nuevas como la documentación de los partidos políticos, las fuentes de los sindicatos y los comités de empresa, las disposiciones legales referentes al proceso y el archivo de imagen de la televisión pública, RTP. Destacamos en este artículo dos conclusiones principales de la investigación que hemos hecho: 1) la reforma agraria es un proceso que comienza por ocupaciones espontáneas de la tierra y los partidos políticos responden a este proceso tratando de conducirlo; 2) la reforma agraria está determinado por un modelo basado en las unidades de producción colectiva y en la maximización del empleo rural.

Palabras clave: Portugal; la reforma agraria; partido comunista; la propiedad

Introdução

Em simultâneo com as manifestações de alegria pela deposição da ditadura, as diversas classes da sociedade rural dos campos do sul de Portugal – pequenos agricultores, camponeses com trabalho fixo, assalariados rurais – começam a organizar-se com o objectivo de melhor defenderem os seus interesses no quadro político emergente do 25 de abril

de 1974. Os primeiros a movimentar-se são paradoxalmente os grandes proprietários agrícolas que, liderados pelos empresários, constituem, em maio de 1974, a Associação Livre de Agricultores (ALA) e, numa espécie de defesa antecipada em relação a uma hipotética reforma agrária na zona do latifúndio, aprovam um programa onde preconizam a “função social da terra”. Portanto, medidas destinadas «a impedir que haja terras mal exploradas»¹.

Cerca de um mês depois, em junho, surgem as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores procurando enquadrar e dar resposta aos anseios das classes intermédias do mundo rural do sul do país.

Apesar de não possuírem qualquer estrutura organizativa a data do 25 de abril de 1974 e das últimas lutas reivindicativas remontarem a 1962 (onde é conquistado o horário de trabalho diário de oito horas), os assalariados rurais, a partir de junho de 1974, constituem sindicatos de âmbito distrital, aprovam cadernos reivindicativos onde consta a exigência de aumentos salariais e a garantia de emprego, e iniciam, de imediato, um processo negocial, concelho a concelho, com os agricultores organizados na ALA. Destas negociações resultam a assinatura das primeiras convenções de trabalho rural, para vigorarem só durante o verão de 1974, as quais incluem a quase totalidade das reivindicações dos trabalhadores agrícolas. Por exemplo, no distrito de Beja, Alentejo – paredes meias com a Andaluzia –, sul de Portugal, os trabalhadores agrícolas conseguem, pela jornada de trabalho de 8 horas, 160\$00 para os trabalhadores gerais, homens, e 120\$00 para as mulheres, quando, em 1973, os valores praticados eram, respectivamente, de 80\$00 e 45\$00 (Estatísticas Agrícolas para o Distrito de Beja, 1976) e garantia de emprego para todos os homens e mulheres cabeça de casal.

Das negociações e do articulado destes primeiros acordos de trabalho assinados nos campos do sul de Portugal a seguir ao 25 de abril de 1974 surge claro que a questão que maior discórdia suscita é a que se relaciona com a solução do desemprego dos trabalhadores agrícolas. Perante a pretensão dos sindicatos em verem garantido emprego para todos os assalariados rurais, os grandes proprietários respondem a uma só voz que a questão do desemprego rural é um problema que os transcende, competindo ao governo solucioná-lo. Nesta conformidade, muitos destes agricultores colocam-se à margem do processo de distribuição de trabalhadores, forma encontrada de resolução do desemprego rural,

¹ Cf. *Diário do Alentejo*, de 27/05/74.

invocando não só a ilegalidade destas distribuições, mas também a dos próprios acordos assinados.

Assim, quando em agosto/setembro de 1974, os sindicatos agrícolas avançam nos campos do sul para as negociações dos contratos coletivos de trabalho, de âmbito distrital, para vigorarem durante doze meses, encontram os grandes proprietários agrícolas irredutíveis na não aceitação de qualquer cláusula que os obrigue a resolver o desemprego dos assalariados rurais temporários.

Em Beja o sindicato consegue, no entanto, nos termos da convenção assinada em 29 de outubro de 1974, para vigorar até 30 de setembro de 1975, que os agricultores aceitem ficar sujeitos à colocação de mão-de-obra, nos casos em que as terras se encontrem em estado de subaproveitamento. Para tratar desta questão são criadas duas comissões, uma de âmbito concelhio, formada por trabalhadores e proprietários, para fiscalizar a situação de subaproveitamento das explorações agrícolas e colocar os trabalhadores, e outra de recurso, de âmbito distrital, integrando também representantes do governo.

O desemprego nos campos do sul é grande no outono de 1974, realidade agravada pela conjuntura da altura marcada pela vinda dos soldados das colónias portuguesas em África, pela quebra da emigração motivada pela crise petrolífera dos anos 70 e pelo regresso ao campo de muitos homens que se encontravam a trabalhar na construção civil na zona metropolitana de Lisboa, por força da crise então vivida por este sector da economia. Assim, perante a enorme pressão dos trabalhadores temporários, no sentido de verem a sua situação de desemprego resolvida, durante os meses de novembro e dezembro de 1974 são distribuídos no distrito de Beja, ao abrigo das cláusulas do Contrato Colectivo de Trabalho, assinado em 29 de outubro de 1974, mais de mil assalariados rurais pelas explorações agrícolas², processo que é fortemente contestado pelos grandes proprietários que passam, em muitos casos, a não pagar os salários aos trabalhadores distribuídos e a furta-se à realização de muitas tarefas agrícolas, enveredando, desta forma, pelo caminho da sabotagem económica.

A Secretaria de Estado da Agricultura dos primeiros três Governos Provisórios (abril de 1974 a março de 1975), liderada pelo Dr. Esteves Belo, que vem desenvolvendo, com o apoio da ALA, uma política agrícola virada para o aumento da produtividade (assente na reconversão

² Cf. Relação dos trabalhadores distribuídos e relatório das comissões concelhias e distrital, constituídas nos termos do contrato coletivo de trabalho do distrito de Beja – Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja.

capitalista da agricultura), perante este quadro de agudização dos conflitos sociais nos campos do sul é obrigada a intervir. Fá-lo pontualmente, ao abrigo do DL nº 660/74 de 25 de novembro, nas explorações agrícolas onde os atos de descapitalização são mais significativos, nomeando um gestor público que passa a assumir o controle administrativo da empresa. Este decreto confere ao governo o direito de intervir, após inquérito, nas “empresas privadas individuais ou coletivas” que funcionem de forma a não “contribuir normalmente para o desenvolvimento económico do país”.

A primeira intervenção do Estado português ao abrigo deste diploma legal ocorre no Monte do Outeiro, freguesia de Santa Vitória, concelho e distrito de Beja, em 22 de janeiro de 1975, fato que faz com que o problema da posse da terra ganhe, cada vez mais, espaço de discussão no seio dos assalariados rurais dos campos do sul, criando-lhes a convicção de que a resolução do desemprego se encontra em novas unidades de produção, geridas pelo Estado, constituídas a partir da expropriação do latifúndio e das grandes explorações capitalistas³.

Com centenas de trabalhadores colocados nas herdades sem receber salário, com milhares de temporários no desemprego e num contexto onde a luta pelo pleno emprego surge crescentemente ligada à expropriação do latifúndio e à realização da reforma agrária, no dia 26 de janeiro de 1975 efetua-se a 2ª Assembleia de Delegados do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, na capital do Baixo Alentejo, sul de Portugal, onde são aprovadas duas resoluções que marcam de forma decisiva toda a estratégia de luta futura dos trabalhadores agrícolas dos campos do sul. Numa das resoluções, pela primeira vez, os assalariados rurais votam a exigência imediata da expropriação do latifúndio e a realização da reforma agrária e na outra aprovam a ida dos trabalhadores desempregados para as explorações agrícolas subaproveitadas, dando-se aí início, quer os patrões quisessem ou não, aos trabalhos agrícolas necessários ao aumento da produção⁴.

Em simultâneo com esta radicalização da luta dos assalariados rurais, e influenciado por ela, o Partido Socialista (PS) faz críticas

³ O PCP sempre apresentou este acontecimento como a primeira ocupação de terras no campo do sul, datando daqui o início da reforma agrária: Sobre esta questão ver, entre outros, os seguintes documentos: a) Relatório da comissão concelhia de Beja de colocação de trabalhadores, de 29/11/74 – Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas (STA) do distrito de Beja; b) Acta nº 5 da comissão distrital de Beja de distribuição de trabalhadores, de 4/12/74 – Arquivo do STA do distrito de Beja; c) *A Capital*, de 21/12/74; d) *Diário de Notícias*, de 23/01/74; e) *Diário do Governo* (DG), II série, de 15/2/75.

⁴ Cf. *Diário do Alentejo*, de 28/01/1975.

à política da Secretaria de Estado da Agricultura, defendendo uma reforma agrária assente na expropriação dos latifúndios e das grandes propriedades situadas nos perímetros de rega construídos pelo Estado⁵. O Partido Comunista Português (PCP) reformula a sua proposta de reforma agrária, a qual, a partir da I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, realizada na cidade de Évora, em 9 de fevereiro de 1975, passa a concretizar-se na luta pelo pleno emprego⁶. O Movimento das Forças Armadas (MFA), que vem defendendo a “dinamização da agricultura” e a “reforma gradual da estrutura fundiária”, passa a advogar, em janeiro de 1975, uma reforma agrária que elimine o latifúndio e limite as grandes explorações agrícolas capitalistas⁷. E o Partido Popular Democrático (PPD), cujas posições são idênticas às da ALA, continua, à semelhança desta organização, defendendo a reconversão capitalista dos campos, cujas margens de afirmação vão-se tornando cada vez mais estreitas, o que conduz ao declínio progressivo desta estrutura associativa a partir do ano de 1975⁸.

O movimento de ocupação de terras nos campos do sul. O 11 de março de 1975 e a nova política agrária

É num quadro social onde, nos campos do sul, as reivindicações dos assalariados rurais se confundem com a defesa da expropriação da grande propriedade e a realização da reforma agrária, e os principais partidos, bem como o MFA, surgem a propor reformas profundas na estrutura fundiária existente a sul de Portugal, que se dá o falhado golpe de direita, em 11 de março de 1975, do qual resulta um reforço dos setores de esquerda ao nível do aparelho político-militar do país. Essa mudança política vai reforçar o movimento de conflitualidade social nos campos.

Em 26 de março toma posse o IV Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves, tendo como ministro da Agricultura Fernando Oliveira Baptista. Na reunião de Conselho de Ministros de 15 de abril são aprovadas “as bases gerais dos programas de medidas económicas de emergência”. No seu anexo 3 prevê-se um conjunto de medidas destinadas a concretizar a reforma agrária a curto prazo, entre as quais se destacam a

⁵ Cf. *A Capital*, de 10/01/1975.

⁶ Cf. Conclusões da I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul promovida pelo PCP, in *Diário do Alentejo*, 13/02/1975.

⁷ Cf. *Boletim Informativo das Forças Armadas*, 26/11/1974.

⁸ Cf. *Diário do Alentejo*, 11/06/1975.

“nacionalização global dos prédios rústicos que, no todo ou em parte, se situem nos perímetros dos aproveitamentos hidroagrícolas levados a efeito com investimentos públicos, pertencentes a indivíduos ou sociedades que sejam proprietários, no conjunto dos perímetros, de uma área superior a 50 ha de terra”, a “expropriação das propriedades de sequeiro de área superior a 500 ha”, a “criação de um sistema de crédito agrícola de emergência, pessoal e em natureza, para satisfazer as necessidades dos pequenos e médios agricultores” e a “restituição dos baldios aos seus legítimos utentes”⁹.

Tendo por guia as orientações contidas no anexo 3 das “bases gerais”, o Ministério da Agricultura chama a si a tarefa de concretizar a reforma agrária. Atua em dois vetores: apoiar os pequenos e médios agricultores e intervir nas relações de propriedade com vista à liquidação do latifúndio. Quanto ao primeiro aspecto, para além da divulgação do aumento dos preços dos produtos agrícolas a pagar ao produtor e da garantia da respectiva comercialização, é criada um linha de crédito no montante global de cinco milhões de contos (vinte e cinco milhões de euros, hoje) destinada aos pequenos e médios produtores que dela quisessem usufruir para a aquisição de adubos, rações, fertilizantes, etc.¹⁰. No que diz respeito à intervenção nas propriedades agrícolas da zona do latifúndio, são anunciadas para breve medidas legislativas visando a nacionalização dos prédios rústicos nos perímetros de rega e a expropriação das terras de sequeiro, cuja concretização, segundo palavras de Fernando Oliveira Baptista, será sempre feita em diálogo com trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores no quadro dos Conselhos Regionais de Reforma Agrária a criar¹¹.

No desenvolvimento desta agenda de intenções constituem-se os Conselhos Regionais de Reforma Agrária¹² e criam-se, por despacho ministerial, os Centros Regionais de Reforma Agrária (CRRRA)¹³.

Perante este assumir, por parte do IV Governo Provisório, duma política orientada para a concretização da reforma agrária, os

⁹ Cf. Decreto-lei nº 203-C/75, de 15 de abril.

¹⁰ Cf. Decreto-lei nº 251/75, de 23 de maio.

¹¹ Cf. *A Capital*, 07/05/1975.

¹² Os Conselhos Regionais de Reforma Agrária, onde tinham assento, para além de representantes do poder político-militar, os delegados dos assalariados rurais e dos pequenos proprietários, são criados pelo DL nº 351/75 de 5 de maio.

¹³ O Centro Regional de Reforma Agrária de Beja é constituído por despacho do ministro Fernando Oliveira Baptista, de 19/05/75. Os restantes Centros (Setúbal, Portalegre, Évora, Santarém, Faro e Lisboa) formam-se por despachos do mesmo ministro no período compreendido entre 5 de junho (Setúbal) e 10 de setembro (Lisboa) de 1975.

sindicatos dos trabalhadores agrícolas dos campos do sul endossam esta responsabilidade para o Estado e, numa atitude de cooperação com o poder, travam mesmo algumas tentativas de ocupações de terras que vão surgindo em resultado da pressão exercida pelos trabalhadores temporários com o intuito de verem resolvida a sua situação de desemprego.

Embora defendendo uma reforma agrária feita com ordem e sob o controle dos Conselhos Regionais de Reforma Agrária, os sindicatos rurais, não podendo aguentar por mais tempo o movimento social dos assalariados rurais em expectativa, pressionam, por sua vez, o governo no sentido deste avançar na concretização das medidas de reforma agrária anunciadas. Nas zonas onde a organização sindical é mais débil, portanto onde o controle do PCP não é tão vincado sobre os trabalhadores do campo, por todo o inverno e primavera de 1975 desenvolvem-se várias ocupações de terras protagonizadas por pequenos e médios produtores, também alugadores de maquinaria agrícola, que, tendo dívidas a bancos em virtude do investimento feito, precisam de ter as máquinas a trabalhar¹⁴.

No início do mês de junho a situação nos campos do sul parece clara. Ou o governo legisla em matéria de reforma agrária e intervém nas relações de propriedade ou os trabalhadores agrícolas avançam de forma mais intensa e generalizada para as ocupações.

Como o mês de junho de 1975 passa sem que as medidas anunciadas sejam promulgadas, por divergências entre as forças políticas que compõem o IV Governo Provisório (onde sobressaem as reservas colocadas pelo PS), o movimento de ocupações de terras começa a desenvolver-se na zona de grande propriedade situada no sul de Portugal.

As ocupações de terras na Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA)

Um grupo de trabalhadores rurais da freguesia do Cabeção, em maio de 1975, concelho de Mora, Alentejo, é entrevistado para o telejornal,

¹⁴ As ocupações que ocorrem a 3 de fevereiro de 1975, no distrito de Évora, inserem-se no âmbito do que se refere. Neste dia um grupo de pequenos agricultores dirige-se à herdade do Pombal, perto de Évora, do Duque de Cadaval e ocupa as instalações. O mesmo fazem pequenos agricultores das Alcáçovas e Vendas Novas (distrito de Évora). Os primeiros ocupam a herdade Entre-as-Matas, de João Branco Nuncio, e os segundos a herdade da Chaminé. Cf. *Diário do Alentejo*, de 05/02/75.

no âmbito de uma campanha do Instituto de Reorganização Agrária (IRA)¹⁵:

Jornalista: “Mas, ao que consta, essa ocupação também seria motivada por um certo abandona e desleixo...”

Trabalhador rural: Uma foi causada por causa dos trabalhadores andarem lá e ele não pagar, e outra foi por andar abandonada. Praticamente abandonada!”¹⁶.

O trabalhador admite que as ocupações poderiam ter sido feitas com mais calma, “ver o que lá está”, quem “vai para lá trabalhar”, formar uma “comissão de trabalhadores para justificar quais as propriedades que devem ser ocupadas”.

Em junho de 1975 uma reportagem da televisão pública portuguesa foi conhecer a ocupação da Quinta da Vargem, em Unhais da Serra, concelho da Covilhã. Nada se sabe do “patrão”, “está ausente... o irmão estava implicado no 11 de março, não se sabe se está em Madrid, se no Brasil”.

A quinta tinha 5.000 hectares, 2/3 pinhal. 75.000 macieiras, que produzem 500 toneladas de maçã por ano, 15.000 pessegueiros e 2.500 cerejeiras, tem barragem própria, terrenos para caça e, conta um dos ocupantes, “é atravessada por uma ribeira onde a senhora Garret (mulher do proprietário) e os seus amigos se entretinham a pescar nas horas de ócio”.

O jornalista vai entrevistar um pastor da quinta. Vestido com trajes típicos, um grande capote, o pastor diz que “nunca teve na vida um dia de descanso”, regressa sempre ao pôr do sol para comer, e “dorme ao pé do gado”.

Jornalista: “Qual era o seu ordenado quando estava cá o Garret?

– Era 2 contos e quinhentos.

– E depois?

– Depois passou a 6 contos e seiscentos com garantias.

– Garantias?

– Sim, a casa, 5 litros de azeite e um bocado de terra para amanhar.

– Quem é que vos paga agora sem patrão?

– É a comissão de trabalhadores”¹⁷.

Estes são dois exemplos de centenas que ocorrem e são paradigmáticos do processo.

¹⁵ O IRA é criado pelo DL n.º 539/74, de 12 de outubro, no âmbito da reestruturação da Secretaria de Estado da Agricultura do III Governo Provisório, enquanto instrumento ao serviço duma política agrária visando o aumento da produtividade assente na reconversão capitalista da agricultura portuguesa.

¹⁶ *RTP Noticiário Nacional*, 27 de maio de 1975, Arquivo da RTP.

¹⁷ Ocupação da Quinta da Vargem, *RTP Noticiário Nacional*, 24 de junho de 1975, Arquivo da RTP.

É este movimento de ocupações de terras que, ao instituir a reforma agrária no terreno, impondo-a ao poder político-militar, garante a sua sobrevivência no período subsequente ao golpe militar de 25 de novembro de 1975. De fato, na contenção negociada do processo revolucionário entre o PCP e o MFA, que o 25 de novembro representa, a reforma agrária não é desarticulada, ficando antes, por decisão do VI Governo Provisório, circunscrita ao território das ocupações, o qual passa a ser designado por Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA). Do ponto de vista geográfico este território abrange os distritos de Beja, Évora e Portalegre, os concelhos do sul do distrito de Setúbal, os concelhos de Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão do distrito de Castelo Branco, os concelhos de Vila Franca de Xira e Azambuja do distrito de Lisboa, onze concelhos do distrito de Santarém e treze freguesias do distrito de Faro (Fig. 1).



Fig. 1. Portugal Continental
(Constantino Piçarra)

Neste processo de ocupações de terras, caracterizamos três fases distintas, o que fazemos tendo em consideração o que a pesquisa empírica nos mostra. E o que ela revela é que, ao contrário do que António Barreto defende, a reforma grária não partiu do Estado para a sociedade (BARRETO, 1987, p. 151-152), mas sim o inverso. Também não é, como diz, que um dos traços dominantes do processo de reforma agrária está associado a uma revolução feita através do Estado e das instituições (BARRETO, 1983, p. 550). Este olhar sobre a reforma agrária não toma em consideração a contextualização em que o processo de ocupações se desenrola, nomeadamente o movimento reivindicativo pela garantia de emprego que o antecede. De fato, foi a luta em torno das primeiras convenções de trabalho, dos primeiros contratos coletivos por distrito e da aplicação das suas cláusulas sobre garantia de emprego que forjou um poderoso movimento social de assalariados rurais, o qual anexou às reivindicações iniciais a expropriação da grande propriedade como condição indispensável à materialização dos objetivos porque se lutava.

Primeira fase de ocupações (até 31/07/1975)

Esta primeira fase de ocupações, que vai até final do mês de julho de 1975, circunscrita praticamente aos três distritos do Alentejo (Beja, Évora e Portalegre), não adquire, de fato, grande amplitude, representando apenas 13,5% (156 353 hectares) do total das terras tomadas pelos trabalhadores ao longo do ano (Quadro 1). Não é fácil determinar, com rigor, o início desta fase de ocupações onde as intervenções do Estado sobre explorações agrícolas totalmente ou parcialmente abandonadas, ao abrigo do DL nº 660/74, se confundem com ocupações de terras. São iniciativas desencadeadas pelos trabalhadores agrícolas temporários nas situações em que sobre eles pende grande ameaça de desemprego ou onde os assalariados rurais já se encontram há muito tempo sem receber qualquer salário, de que é exemplo o distrito de Beja, ou ainda nos casos em que a sabotagem económica praticada pelos proprietários ameaça a viabilidade das explorações agrícolas.

Num clima de crescente tensão entre assalariados rurais e empresários agrícolas, as ocupações desta fase não podem ser desenquadradas de um contexto em que ao anúncio, por parte do IV Governo Provisório (março a julho de 1975), de medidas de concretização de reforma agrária, se sucede o seu protelamento, motivado por divergências existentes

entre os partidos que compõem o governo¹⁸. O adiar da promulgação da legislação anunciada pelo Estado, conducente à concretização da reforma agrária – as leis de expropriação e nacionalização das grandes propriedades do sul –, conduz também às ocupações de terras desta fase, cumprindo-se, assim, um dos objetivos do movimento dos trabalhadores agrícolas: pressionar o Estado a instituir a reforma agrária, tal como vem sendo divulgada.

Portanto, é sob pressão do movimento social dos assalariados rurais, traduzido na tomada de herdades, que, em 4 de Julho de 1975, numa reunião do Conselho de Ministros do IV Governo Provisório, são aprovadas as leis da reforma agrária: o DL nº 406-A/75, que fixa as normas a que devem obedecer a expropriação dos prédios rústicos, o DL nº 407-A/75, que nacionaliza as terras beneficiadas pelos aproveitamentos hidroagrícolas, o DL nº 406-B/75, que estabelece os requisitos necessários para que o Estado reconheça as novas unidades de produção da reforma agrária, condição para poderem aceder a apoio técnico e a crédito, o DL nº 407-C/75, que põe fim às coutadas, com excepção das turísticas, e o DL nº 407-B/75, que coloca sob o controle do Estado toda a produção de cortiça amadia extraída ou a extrair na campanha de 1975 .

Quadro 1. Movimento de ocupações de terras nos campos do sul, em 1975

| Fases do movimento de Ocupações | Beja ⁽¹⁾ Área (ha) | Évora ⁽²⁾ Área (ha) | Portalegre ⁽²⁾ Área (ha) | Alentejo Total Área (ha) | ZIRA ⁽²⁾ Área (ha) |
|--------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|--|--------------------------------|----------------------------------|
| 1ª fase até 31/07/75 | 30.783 | 53.461 | 40.144 | 124.388 (12,7%) | 156.353 (13,5%) |
| 2ª fase de 01/08/75 a 30/09/75 | 53.915 | 213.098 | 9.910 | 276.923 (28,1%) | 309.338 (26,6%) |
| 3ª fase de 01/10/75 a 31/12/75 | 233.420 | 164.232 | 183.857 | 581.509 (59,2%) | 696.743 (59,9%) |
| Total | 318.118 | 430.791 | 233.911 | 982.820 (100%) | 1.162.434 (100%) |

⁽¹⁾ PIÇARRA, 2008.

⁽²⁾ BARROS, 1986.

¹⁸ O IV Governo Provisório é um governo de coligação onde estão representados o PCP, o PS, o PPD e o Movimento Democrático Português/Centro Democrático Eleitoral (MDP/CDE). Nesta fase da revolução, de transição para o socialismo, enquanto o PCP desenvolve uma estratégia de aproximação ao poder, de forma ordeira, através duma “política de entrismo”, o PS, no campo oposto, liderando uma vasta fronda onde se encontram as forças de direita, combate esta política e esta ação.

Segunda fase de ocupações (de 01/08/1975 a 30/09/1975)

No início de agosto de 1975 a situação que se vive nos campos do sul pode ser caracterizada da seguinte maneira:

Por um lado, existe um decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros (DL nº 406-A/75), embora só transcrito no Diário do Governo a 11 de agosto, que diz que estão sujeitos a expropriação os prédios rústicos que:

- a) Pertencam a pessoas singulares, sociedades ou pessoas colectivas de direito privado, ainda que de utilidade pública, que sejam proprietárias, no território nacional, de prédios rústicos que, no seu conjunto (...) se verifique corresponderem a mais de 50000 pontos ou, independentemente desse requisito, ultrapassarem a área de 700 hectares;
- b) Pertencam a pessoas singulares, sociedades ou pessoas colectivas de direito privado, ainda que de utilidade pública, que tenham incorrido em qualquer das situações previstas, como fundamento de intervenção, no Decreto-lei nº 660/74, de 25 de Novembro, e legislação complementar;
- c) Estejam incultos ou não alcancem os níveis mínimos de aproveitamento estabelecidos e a estabelecer por portaria do Ministério da Agricultura e Pescas.

A pontuação de cada exploração agrícola é determinada por uma tabela anexa ao DL nº 406-A/75 onde a cada hectare de terra é atribuído um determinado número de pontos em função do tipo de culturas e da qualidade dos solos.

Por outro lado, os responsáveis diretos das explorações agrícolas alvo de expropriação iniciam nuns casos, e aprofundam noutros, o processo de descapitalização dessas explorações, pela razão óbvia de saberem que elas vão mudar de proprietário. Neste contexto, a demora em expropriar estes prédios rústicos não só está a trazer enormes prejuízos à economia nacional, como se traduz em aumento de desemprego para os assalariados rurais. Esta situação faz que muitos trabalhadores, naturalmente receosos em relação a participarem no movimento de ocupações, se mostrem, neste quadro, disponíveis para se envolverem nestas ações. A esta realidade outra se junta e que é a da existência do decreto-lei que prevê a expropriação da grande propriedade. Assim, as ocupações nesta fase surgem aos olhos dos trabalhadores como uma espécie da aplicação da lei por antecipação. Está-se, portanto, perante ocupações de cariz marcadamente político, no sentido em que são dirigidas e controladas pelos sindicatos agrícolas e onde nos três

distritos do Alentejo são ocupados 276.923 hectares de terra, 28,1% do total das ocupações ocorridas neste território no ano de 1975 (Quadro 1).

É preciso, no entanto, notar que as ocupações nesta fase não se desenvolvem sempre ao mesmo ritmo. Embora se vão ampliando à medida que o mês de julho vai decorrendo, o período mais intenso situa-se entre finais de julho e 11 de agosto de 1975, data em que surgem publicados em Diário do Governo os decretos-lei sobre nacionalizações e expropriações de terras, intervalo de tempo que corresponde à luta fortíssima que se trava no seio do MFA pelo controle da situação político-militar do país entre o Grupo dos Nove, aliado do PS, e a facção gonçalvista, ligada ao PCP, da qual resulta a vitória desta última, o que origina a formação do V Governo Provisório, que toma posse em 8 de agosto de 1975.

É ainda nesta fase que o Estado, através dos CRRA, desenvolve um esforço significativo de coordenação e ajuda aos assalariados rurais na gestão das novas unidades de produção – Unidades Coletivas de Produção (UCP) e cooperativas –, que se vão constituindo a partir do movimento de ocupações de terras. Esta ajuda, concretizada, no essencial, em apoio técnico prestado pelo Ministério da Agricultura, não é, contudo, vista como suficiente pelos sindicatos agrícolas, que reclamam linhas de crédito, nomeadamente para o pagamento dos salários dos trabalhadores integrados nestas novas unidades de produção. Em resposta a estas reivindicações, o Estado disponibiliza crédito, não para pagamento de salários, mas para a aquisição de meios de produção, e cria uma dotação orçamental, gerida pelos CRRA, com o objetivo de financiar as herdades geridas coletivamente pelos trabalhadores onde a continuação do processo produtivo está em causa por falta de capital¹⁹.

Em 6 de setembro de 1975 cai o V Governo Provisório, a que se segue o VI Governo, que toma posse em 19 do mesmo mês, liderado pelo almirante Pinheiro de Azevedo. Nesta conjuntura os sindicatos agrícolas reforçam a pressão do movimento social dos assalariados rurais junto do governo, reivindicando apoio financeiro para as novas unidades de produção, especialmente para pagamento de salários. Deste braço de ferro entre sindicatos e governo resulta a promulgação do Decreto-lei nº 541-B/75, de 27 de setembro, que elimina dificuldades de acesso ao crédito por parte de UCP e cooperativas, e, em 29 de setembro,

¹⁹ Cf. Despacho do secretário de Estado da Estruturação Agrária de 7 de agosto de 1975. DG, II série, de 20/08/75 (Suplemento).

por despacho do secretário de Estado da Estruturação Agrária, António Bica, o crédito agrícola de emergência alarga-se a explorações agrícolas geridas pelos trabalhadores, podendo ser utilizado para o pagamento de salários.

Dois dias depois, em 1 de outubro de 1975, inicia-se a terceira e última fase de ocupações de terras nos campos do sul.

Terceira fase de ocupações (de 01/10/1975 a 31/12/1975)

Garantido o crédito para o pagamento dos salários dos trabalhadores das novas unidades de produção, de outubro até final do ano de 1975, com o momento de apogeu em outubro, passam para controlo dos assalariados rurais 693.743 hectares de terra, o que representa 59,9% do total das ocupações realizadas em 1975 (Quadro 1).

Na explicação da amplitude das ocupações desta fase encontra-se, sem dúvida, a possibilidade criada pelo VI Governo Provisório de utilização das verbas do crédito agrícola de emergência para o pagamento de salários dos trabalhadores das herdades coletivas. No entanto, a esta razão outras se juntam.

Outubro é o mês das sementeiras. A não realização desta tarefa agrícola coloca gravíssimos problemas de desemprego não só durante o outono/inverno de 1975, mas também na primavera/verão do ano seguinte. Como os empresários, sobre quem pende o decreto-lei das expropriações, não se mostram disponíveis para efetuarem as sementeiras, os assalariados rurais, com o objetivo de garantirem os postos de trabalho, avançam para as ocupações num movimento concertado pelos sindicatos agrícolas.

Por outro lado, parece evidente para as organizações dos trabalhadores agrícolas que a constituição do VI Governo Provisório representa um governo onde a esquerda tem um peso menor. A formação do governo chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo e as movimentações no interior do MFA fazem prever, no início de outubro de 1975, a possibilidade real duma ruptura no processo revolucionário, com todas as implicações daí decorrentes no retrocesso da reforma agrária tal como vinha sendo desenvolvida pelos IV e V Governos Provisórios. Sintoma deste novo rumo é a publicação do Decreto-lei n.º 588/75, de 21 de outubro, que abre a possibilidade de indivíduos implicados com o Estado Novo poderem ser eleitos para as direções das cooperativas agrícolas, o que irá culminar, em 1976, portanto já depois do 25 de novembro de 1975, na substituição das chefias dos CRRA e

na publicação do Decreto-lei nº 236-A/76, de 5 de abril, que elimina a sabotagem econômica como fundamento para as expropriações e alarga a todos os proprietários o direito de reserva.

Esta nova situação política, a partir de outubro, empurra os sindicatos agrícolas para um trabalho de reorganização das herdades controladas pelos trabalhadores, agrupando-as em UCP. A amplitude atingida pelas ocupações de terras durante o mês de outubro dá origem à tomada pelos trabalhadores de explorações agrícolas de alguns pequenos e médios proprietários que tinham entrado em litígio com as comissões locais dos sindicatos por terem sido alvo de distribuição de trabalhadores, com isto sendo sobrecarregados com salários que não podiam pagar. Por outro lado, ainda durante esta terceira fase de ocupações, passam para o controlo dos trabalhadores, herdades que se encontram arrendadas a pequenos rendeiros e seareiros.

A ocupação de terras de alguns destes pequenos e médios proprietários, aliada à posição defendida pela gestão das novas unidades de produção e que é a da integração destes pequenos rendeiros ou seareiros como assalariados rurais, faz com que estes pequenos e médios produtores olhem o futuro com apreensão, fato que ao ser ampliado pelo bloco conservador, constituído por todos os opositores às transformações nos campos do sul, origina o medo nos pequenos. Esta vai ser uma base de apoio do PS e dos grandes proprietários para chamarem a si as classes intermédias da sociedade rural do sul do país.

A concentração, em Beja, de cerca de dois mil pequenos agricultores, em 24 de outubro de 1975, enquadrada por militantes do PS, exemplifica bem este divórcio, cada vez mais cavado, entre a reforma agrária, tal como vai sendo concretizada pelas UCP, e os pequenos e médios agricultores²⁰. É esta realidade que possibilita base social de apoio nos campos do sul à concretização de diversas medidas legislativas de desarticulação da reforma agrária protagonizadas depois mais tarde pelo VI Governo Provisório e, de seguida, pelo I Governo Constitucional.

O PCP e a Reforma Agrária: uma nova perspectiva

O Partido Comunista Português foi o partido dominante nos campos do Alentejo e do Ribatejo. Embora Barreto, citando o estudo de José Pacheco Pereira, *Os Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal* (1983), defenda que o PCP estava a recuar em influência militante no

²⁰ Cf. *Diário de Notícias*, de 25/10/75.

Alentejo quando se dá o 25 de abril (BARRETO, 1987, p. 178), é um fato que a extrema-esquerda ou o PS nunca conseguiram contrabalançar a influência do PCP, durante a revolução, no sul como conseguiram nas cinturas industriais ou no setor dos serviços dos grandes centros urbanos. António Barreto (BARRETO, 1984, p. 43) aponta as razões por que o PCP superou a concorrência política nos campos do sul: capacidade de organização, linguagem e recrutamento classistas, predominância do proletariado rural na região, funcionários permanentes, colaboração do MFA, apoio do Ministério da Agricultura e do Ministério do Trabalho e a implantação antiga e tradicional do PCP. A população agrícola diminuiu consideravelmente durante a década de 60, fruto da emigração e da industrialização, mas estavam bem vivos na memória dos assalariados agrícolas os duríssimos tempos, até à década de 50, em que havia um desemprego crónico (emprego sazonal) e o PCP era o único partido oposicionista, numa área em que predominava o grande latifúndio (5% das explorações agrícolas possuem 85% da terra) (BARRETO, 1984, p. 45). Os assalariados agrícolas são uma reserva estratégica de militância do PCP, fosse porque são um seu bastião histórico (mais de 40 anos de resistência na clandestinidade), fosse porque a industrialização dos anos 60 do século XX tinha imposto a ida de muitos destes assalariados para as cinturas industriais das cidades, como proletários industriais, que aí mantinham a tradição, a ligação e a reprodução do partido.

Importa referir porém que ao contrário do que a própria memória do Partido teceu quer as nacionalizações de alguns setores estratégicos quer a reforma agrária só serão uma bandeira permanente do PCP a partir de fevereiro de 1975.

No verão de 1974 a questão agrária não é central. Há referências à defesa da abolição dos foros e apoio em crédito aos pequenos e médios camponeses. Generaliza-se, logo em maio de 1974, a política de constituir rapidamente sindicatos, que dão uma unidade e expressão orgânica às reivindicações dos assalariados rurais. Os sindicatos estão já no terreno a partir de junho de 1974 e têm um papel na gestão da mão-de-obra nas grandes explorações agrícolas. A principal reivindicação é, como referimos, a luta pelo contrato coletivo de trabalho.

Em 29 de dezembro de 1974 reúne-se a I Conferência de Camponeses do Norte, onde outras medidas são defendidas, como o reconhecimento dos baldios como propriedade coletiva inalienável; a urgente criação de um sindicato de assalariados agrícolas do norte e uma extensa política de proteção social dos assalariados agrícolas. Exige Álvaro Cunhal, no discurso de abertura da conferência de camponeses do norte, que se

crie legislação que regulamente o trabalho dos assalariados agrícolas, nomeadamente no que diz respeito aos horários, salários, instalações dignas para trabalhadores deslocados, etc.

O PCP reúne-se de novo no Congresso de outubro de 1974, e a Plataforma de Emergência, o programa aprovado no Congresso, centra-se em medidas de resolução do problema agrário que protelam a expropriação de terras. Defende a requisição pelo Estado das terras agrícolas e a sua entrega a formas de gestão pública, cooperativas ou explorações familiares; a abolição dos foros; créditos, seguros e assistência técnica aos pequenos e médios agricultores; uma nova política de preços; preços diferenciados em escala regressiva (para o trigo e o vinho, por exemplo) e preços garantidos do leite, da carne. Uma política de importações subordinada aos interesses económicos de Portugal; liquidação da organização cooperativa da lavoura, com uma política de extinção dos grêmios da lavoura; forte tributação aos grandes proprietários e rendeiros absentistas²¹.

Até aos primeiros dois meses de 1975 a política do PCP é a de intervencionar a terra, no sentido do seu correto aproveitamento, mas sem questionar a propriedade dessa terra. Nisto, não se distinguiu da política dos restantes membros do governo, uma vez que também o governo tinha colocado em prática medidas, como observa Oliveira Baptista, “que ligavam o direito a explorar a terra (e não a sua propriedade!) ao seu conveniente aproveitamento” (BAPTISTA, 1978, p. 9). Mas em fevereiro, na I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, realizada em Évora, o partido assume decisivamente a luta pela reforma agrária e a defesa da ocupação de terras, com a seguinte orientação: “As terras obtidas (...) devem ser entregues a Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas ou Ligas de Pequenos Agricultores, que explorarão em regime de cooperativa de produção, ou então deverão ser exploradas directamente pelo Estado”²². Nesta conferência, Cunhal propõe ainda outras medidas importantes: a consolidação dos sindicatos e das ligas, que têm para além da reforma agrária um papel central no recrutamento para o partido, mas também nos recursos financeiros deste. O PCP tem nos sindicatos agrícolas uma política mais radical que nos centros urbanos. A direção reconhece, por exemplo, que há uma burocratização das direções de alguns destes sindicatos e Cunhal

²¹ “7º Congresso (Extraordinário) do PCP”. *Documentos Políticos do PCP. Série Especial*. Lisboa: Avante!, 1974, p. 294-295.

²² “I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, 9 de fevereiro de 1975”. In: *O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7*. Lisboa: Edições Avante!, 1975, p. 154.

propõe mesmo que nesses casos devem ser expulsos aqueles que façam acordos com os grandes agrários; propõe ainda que os trabalhadores sejam distribuídos pelas terras conforme os hectares de terra, iniciando uma política assente na garantia de emprego. Finalmente, a conferência propõe a nacionalização da banca²³.

Começava a luta do PCP contra os grandes proprietários de terras, reunidos sobretudo em torno da ALA (mais tarde reorganizada na Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). O líder do PCP discursa no fim da Conferência em Évora, recuperando a reforma agrária, uma bandeira histórica dos comunistas desde a segunda metade da década de 40 do século XX. Com uma novidade face a Rumo à Vitória, que é o enquadramento da reforma agrária na nova estrutura de alianças defendida pelo partido. Assim, a reforma agrária passa a ser uma bandeira erguida no quadro da estratégia “*Aliança-Povo MFA*”:

Em todos os debates desta Conferência um facto foi salientado: que há terras imensas para cultivar por um lado e que há milhares de braços sem trabalhar por outro. (...) A reforma agrária surge natural como a própria vida. Pelas mãos dos trabalhadores, a Reforma Agrária deu os primeiros passos. Se soubermos reforçar a organização e a unidade dos trabalhadores, se soubermos reforçar a aliança Povo-Forças Armadas, o desenvolvimento da reforma agrária é irreversível (CUNHAL, 1975, p. 85-86).

Em 16 de abril de 1975, em Beja e em Évora, mais de 20.000 trabalhadores agrícolas manifestam-se sob a palavra de ordem “*Queremos a Reforma Agrária!*”, exigindo a expropriação dos latifúndios sem indemnização (BARRETO, 1984, p. 55). O IV Governo Provisório, em 4 de julho de 1975, aprova, com ausência do PS, as leis da reforma agrária, mas adia a sua publicação, que só se vai concretizar já no V Governo, em 11 de agosto de 1975.

Durante o IV Governo constitui-se um Ministério da Agricultura que será dirigido por um homem próximo do PCP, Oliveira Baptista, ministro dos IV e V Governos Provisórios. Para evitar as ocupações selvagens – que o PCP condena – o partido apoia a criação dos centros e conselhos regionais da reforma agrária, em dependência do Ministério. Os sindicatos têm um papel de estreita ligação ao aparelho de Estado. Barreto fala mesmo de “*osmose*” (BARRETO, 1984, p. 72):

²³ “I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, 9 de fevereiro de 1975”. In: *O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7*. Lisboa: Edições Avante!, 1975, p. 156.

A ‘osmose’ oficial dos sindicatos (...) Mas é nas instituições propriamente ditas que mais se revela o poder ‘oficial’ dos sindicatos. Estes ficaram ligados às comissões técnicas concelhias, às Comissões Distritais Rurais (CDRs) e aos Conselhos Regionais da Reforma Agrária, tendo tido larguíssima influência (1975) nos Centros Regionais de Reforma Agrária (BARRETO, 1984, p. 72).

No mês de julho de 1975 são organizadas pelo PCP dezenas de conferências e encontros de trabalho com trabalhadores e camponeses com o intuito de organizar o movimento social. As orientações de *O Militante* não são declarações de intenções, propaganda vaga, mas guias de ação prática para uma organização de grande dimensão. Só em julho de 1975, para além de todo o esforço que dedica ao Congresso dos Sindicatos, o PCP vai organizar milhares de trabalhadores em encontros como a Conferência Unitária de Metalúrgicos do Porto²⁴, a Conferência de Trabalhadores das Empresas Nacionalizadas²⁵, a Conferência Unitária dos Trabalhadores Têxteis²⁶, a I Conferência Unitária de Corticeiros do Centro e do Sul²⁷. Estes grandes encontros são feitos em paralelo com um esforço para dirigir as comissões de trabalhadores e moradores²⁸, as assembleias populares, bem como enquadrar todo o processo de efetivação da reforma agrária.

Tratava-se por isso de terminar com o V Governo, sofrendo o menor dano possível para o PCP. O menor dano possível incluía, nesta altura do processo revolucionário, assegurar influência no VI Governo, dirigir de forma controlada a mobilização social que existia para garantir que na sua passagem a um regime democrático podiam manter-se as nacionalizações, concretizar a reforma agrária e garantir a independência de Angola, sob direção do MPLA.

A partir do V Governo, e à medida que crescem as ocupações, a política do PCP é tentar agrupar todas as terras ocupadas (em geral os trabalhadores ocupavam as terras onde trabalhavam) em grandes unidades coletivas de produção. O PCP abandona definitivamente a

²⁴ “Conferência Unitária de metalúrgicos do distrito do Porto”. In: *Avante!*, Série VII, 10 de julho de 1975, p. 5.

²⁵ “Conferência de trabalhadores das empresas nacionalizadas”. In: *Avante!*, Série VII, 10 de julho de 1975, p. 5.

²⁶ “A Indústria têxtil ao serviço dos trabalhadores e do povo”. In: *Avante!*, Série VII, 10 de julho de 1975, p. 5.

²⁷ “Corticeiros do centro e do sul na sua I Conferência Unitária”. In: *Avante!*, Série VII, 31 de julho de 1975, p. 9

²⁸ “Comissões de Moradores na Defesa das populações!”. In: *Avante!*, Série VII, 10 de julho de 1975, p. 4.

política de dividir a terra por quem a trabalha – um dos meios de reforma agrária prevista em Rumo à Vitória – pela política de, nas palavras de Barreto (BARRETO, 1984, p. 52), dividir os trabalhadores pelas terras. Mas esta não foi uma medida pacífica entre os trabalhadores rurais, como assinala o estudo de Barreto, que cita vários testemunhos de trabalhadores a defenderem a divisão da terra pelos trabalhadores (BARRETO, 1984, p. 52). Mas esta era a fórmula que permitiria ao PCP granjear o apoio total dos assalariados agrícolas da ZIRA garantindo uma reivindicação histórica destes homens, cuja extrema miséria foi retratada nos romances dos neo-realistas, o mais fecundo movimento literário de resistência à ditadura: o emprego permanente e para todos. Fórmula que se enquadrava também na política do PCP de manter uma estreita ligação entre o movimento social e o Estado.

É neste contexto que se vai dar a mobilização do PCP pela reforma agrária, durante a vigência do VI Governo. Depois de o partido constatar a sua marginalização no VI Governo, começa uma mobilização de base por duas políticas: permitir às UCPs acederem ao crédito agrícola para pagamento de salários e dotar os CRRA de uma verba para assegurar a atividade produtiva e a subsistência das unidades de produção. Os decretos são publicados em 27 e 29 de setembro de 1975 (crédito aos salários) e 17 e 29 de outubro (verba para os centros). E é a aprovação deste crédito que vai tornar as UCPs uma realidade.

O PCP inicia a mobilização dos assalariados agrícolas a meio de setembro e só recua no final de outubro, quando o último decreto é publicado. No dia 17 de setembro os sindicatos agrícolas fazem uma paralisação no Alentejo, apoiada no *Avante!*²⁹. No dia 25 de setembro de 1975, a capa do *Avante!* destaca: “Defender firmemente a reforma agrária.” Junto do título, uma foto de Álvaro Cunhal no Alentejo, rodeado de centenas de proletários agrícolas. A política é ofensiva. O PCP considera que há uma investida contra a reforma agrária, acusa os sectores ligados à ALA de a dirigirem e anuncia uma mobilização geral porque “não se trata apenas de não andar para trás. Há que exigir marchar em frente pois é essa a única forma de respeitar e cumprir o programa da revolução portuguesa”³⁰. Se nas nacionalizações se tratava não de exigir novas medidas mas do seu não retrocesso, a reforma agrária aguarda concretização. De fato, durante outubro de 1975 dão-se 2/3 do total das ocupações de todo o período revolucionário.

²⁹ *Avante!*, Série VII, 18 de setembro de 1975, p. 1.

³⁰ *Avante!*, Série VII, 25 de setembro de 1975, p. 1.

A 12 de outubro realiza-se o I Encontro dos Trabalhadores Metalúrgicos e Agrícolas do Sul, com mais de 8.000 delegados dos sindicatos que decidem pela paralisação do trabalho em todo o sul do país se “as medidas de apoio técnico e financeiro à Reforma Agrária não forem imediatamente concretizadas”³¹. O encontro aprova uma moção onde, entre outras vontades, expressamente se exige o uso do crédito para pagar salários:

O I Encontro dos Trabalhadores Metalúrgicos e Agrícolas do Sul aprovou uma moção segundo a qual se exige ao VI Governo Provisório que os 4 milhões de contos ainda não utilizados, dos 5 milhões destinados pelo V Governo para créditos de emergência, sejam entregues sem demora pelas Comissões Liquidatárias dos Grêmios da Lavoura e agências bancárias para salários, compra de adubos, pesticidas, rações, sementes e combustíveis.³²

Nesta fase o PCP exige igualmente que o VI Governo não recue nas medidas tomadas face aos camponeses do norte pelo V Governo, nomeadamente que Pinheiro de Azevedo certifique a aplicação da lei dos baldios e da abolição dos foros³³.

Mas a pressão do partido vai mais longe e o PCP anuncia, nas páginas do *Avante!*, em 16 de outubro, a criação de uma campanha, lançada pelos dirigentes dos sindicatos agrícolas, da indústria e dos serviços, pela constituição de um Fundo Revolucionário de Apoio à Reforma Agrária, “o qual seja independente do Estado e geridos pelos próprios trabalhadores”³⁴.

No dia 17, um despacho do secretário de Estado da Estruturação Agrária dota os CRRA de uma verba de 25 mil contos para assegurar a atividade produtiva dos membros das unidades de produção geridas pelos trabalhadores em vias de legalização e a 29 de outubro é publicado esse despacho.

Estava ganha, nestes moldes, a batalha do partido pela concretização da reforma agrária. As UCPs permitiram centralizar um movimento de ocupações que no quadro da crise do VI Governo sairia fora do controle do PCP. Mas a política expressa no *Avante!* não parece limitar-se a dirigir o movimento. Dirige-o, ofensivamente. Por isso, a outra hipótese que avançamos é que a reforma agrária granjeava um apoio de militância,

³¹ “Aliança dos Operários e Camponeses”. In: *Avante!*, Série VII, 16 de outubro de 1975, p. 5.

³² “Aliança dos Operários e Camponeses”. In: *Avante!*, Série VII, 16 de outubro de 1975, p. 5.

³³ “Os camponeses do Norte exigem...”. In: *Avante!*, Série VII, 16 de outubro de 1975, p. 5.

³⁴ *Avante!*, Série VII, 16 de outubro de 1975, p. 9.

de organização, de recursos estratégicos, no quadro do fim da revolução, que se avizinhava. Na ZIRA estava um apoio hegemónico ao PCP, e isso foi óbvio particularmente nos resultados eleitorais das décadas seguintes, onde só paulatina e timidamente o PS conseguiu erodir a base eleitoral do PCP aí, e mesmo assim com muitas dificuldades. Ao concretizar a reforma agrária, o PCP consolidava uma amplíssima base social e eleitoral, sem que essa medida – ao contrário do que significaria o apoio à dualidade de poderes nas fábricas ou nos quartéis – pusesse em causa a estratégia política do partido.

As novas unidades de produção saídas do movimento de ocupação de terras

Ocupadas as propriedades, os trabalhadores temporários e permanentes reúnem em plenário e, entre eles, procedem à eleição duma comissão que, a partir desse momento, passa a gerir a exploração agrícola. O que prevalece, portanto, é uma solução organizativa de natureza coletivista.

Assim, num primeiro momento, a área destas novas unidades de produção coincide com a área das explorações agrícolas ocupadas. Esta é a opção natural dos assalariados rurais. Quando há a necessidade de dotar estas herdades geridas coletivamente pelos trabalhadores duma organização formal que permita a sua legalização pelo governo, de forma a poderem aceder a diversos apoios estatais, nomeadamente crédito, formam-se as herdades coletivas, as pré-cooperativas e as UCP.

Estas diversas soluções, que só na aparência são diversas, não obedecem a qualquer modelo. Uma vez que o processo das expropriações não resulta da iniciativa do governo, nem por ele é conduzido, não há uma ideia clara sobre que tipo de organização ou que estatuto jurídico as novas unidades de produção devem ter. Isto mesmo é reconhecido no preâmbulo do Decreto-lei nº 406-A/75, de 29 julho, quando aí se refere que “relega-se para próximos diplomas quer o regime das novas formas de organização da produção, quer a definição de um novo estatuto jurídico da terra, da água e da floresta em que se discipline a respectiva atribuição, uso, posse e circulação”. Nesta conformidade são aceites pelo Estado todas as soluções organizativas adoptadas pelos trabalhadores.

Até outubro de 1975, ou seja, até ao início da terceira fase de ocupações, “pré-cooperativas”, “herdades colectivas” e “UCP” designam a mesma realidade cuja principal característica em comum

é a de corresponderem, em termos de área, às explorações agrícolas ocupadas.

Durante a terceira fase de ocupações, a partir de finais de outubro, esta situação vai, no entanto, alterar-se de forma substancial. Por iniciativa dos sindicatos agrícolas inicia-se um processo destinado à concentração das herdades ocupadas em grandes unidades de produção designadas por UCP, as quais, grosso modo, correspondem às terras aráveis que envolvem uma aldeia ou freguesia. A esta iniciativa dos sindicatos, os trabalhadores das terras ocupadas respondem de formas diversas.

Nos casos em que a terra é fértil, nomeadamente quando irrigada, onde uma pequena área se mostra bastante produtiva, nota-se uma resistência significativa dos assalariados rurais em integrarem-se no modelo proposto pelos sindicatos. Nestas situações ou continuam as cooperativas já formadas ou criam-se outras sob esta designação ou sob a denominação de herdades coletivas.

Nas terras predominantemente de sequeiro o processo de concentração de explorações agrícolas desenvolve-se mais facilmente sem que, no entanto, tal signifique ausência de qualquer tipo de resistência. De fato, muitas herdades não se integram logo nas UCP que se constituem nas respectivas freguesias, só o fazendo mais tarde, após processos mais ou menos longos de discussão.

Pode-se, pois, concluir que a concentração de herdades controladas pelos trabalhadores em estruturas produtivas de grande dimensão não é a opção natural dos assalariados rurais. Contudo, é esta a solução que prevalece nos campos do sul.

Na explicação desta realidade é comum apontar-se a ação política do PCP, o qual teria implantado nos campos do sul um modelo de inspiração soviética assente em unidades produtivas de grande dimensão tuteladas pelo Estado, capazes, com recurso à técnica, de desenvolverem ao máximo as forças produtivas e onde os trabalhadores tivessem bons salários e emprego garantido.

É inegável que este é o modelo do PCP, já referido na sua política, e também é certo ter o PCP uma forte implantação junto dos assalariados rurais e de dominar as direções dos sindicatos. No entanto, estes fatos não servem para explicar tudo, nomeadamente as razões que levam os trabalhadores agrícolas a abdicarem da sua opção natural para aceitarem a proposta que lhes é apresentada pelos sindicatos.

Na maior parte das explorações agrícolas ocupadas, nomeadamente nas grandes herdades de sequeiro, o que predomina são os trabalhadores

eventuais, cujo número suplanta em muito o dos permanentes. Ora, os assalariados eventuais não têm patrão certo. Trabalhavam onde há emprego, embora circunscrevam a sua mobilidade às herdades que rodeiam a aldeia ou vila onde residem. Para estes é, assim, indiferente o dimensionamento das novas explorações agrícolas, desde que lhes seja garantido aquilo porque sempre tinham lutado, o emprego.

São, portanto, os trabalhadores eventuais, em maioria nas grandes herdades, os mais receptivos em aceitar a concentração de propriedades, não só porque isso lhes é relativamente indiferente, mas também, e sobretudo, porque tal solução é aquela que favorece a garantia de emprego e melhor resolve os problemas relacionados com a gestão das terras ocupadas. Dado o número reduzido de trabalhadores com experiência ao nível da direção das empresas agrícolas, o processo de concentração permite dotar as diversas explorações duma gestão com um mínimo de competência técnica.

Em síntese, do movimento de ocupações de terras ocorrido nos campos do sul, em 1975, resulta a constituição de dois tipos de novas unidades de produção: as UCP e as cooperativas agrícolas. Há ainda um terceiro tipo, as herdades estatais geridas por uma comissão administrativa nomeada pelo governo, mas não são em número significativo.

Quanto à gestão das UCP, o sistema adotado é o de comissões diretivas eleitas pelos trabalhadores. Sendo estas comissões eleitas em assembleia geral, em teoria, nada obsta a que sejam constituídas por trabalhadores duma só herdade. Contudo, na prática, não é assim que as coisas acontecem. Em regra, as direções das UCP são constituídas por delegados das comissões de trabalhadores existentes em cada uma das herdades que constituem a unidade de produção.

As cooperativas agrícolas, com uma expressão bastante reduzida, não resultam de qualquer processo de concentração de propriedades, pelo que a área ocupada coincide com as das explorações agrícolas que tinham sido alvo do controlo inicial dos assalariados rurais.

Embora UCP e cooperativas contemplem modelos diferentes quanto à gestão e organização dos trabalhadores, na prática, o seu funcionamento é muito idêntico, uma vez que quer num caso, quer no outro, os trabalhadores recebem um salário fixo, não havendo lugar, nas cooperativas, a remunerações adicionais dos cooperadores em função dos lucros.

Este aspecto do salário fixo, como forma única e exclusiva de pagamento aos trabalhadores das novas unidades de produção, é, por si só, revelador sobre quem são os protagonistas das ocupações de terras

e os objetivos que os animam. Parece evidente que a prevalência do salário fixo sobre qualquer outra forma de remuneração é mais uma prova de que o movimento de ocupações de terras nos campos do sul tem a sua origem na luta pelo emprego e que os seus protagonistas são os trabalhadores temporários que, em todo este processo vêm a única esperança possível para uma vida melhor.

Mais tarde, dada a necessidade de a Constituição da República Portuguesa, em 1976, dar cobertura a estas novas unidades de produção, a solução encontrada é a de distinguir “as Cooperativas de trabalhadores rurais e de pequenos agricultores” do que é classificado de “outras unidades de exploração colectiva por trabalhadores”, categoria esta onde se integram as UCP que, por força do art. 89 da Constituição, fazem parte do setor público. No entanto, o art. 90 integra-as, juntamente com as cooperativas, na “propriedade social”, de onde são excluídas “as unidades de produção geridas pelo Estado e outras pessoas colectivas públicas”.

Esta natureza jurídica das UCP, de contornos marcadamente ambíguos, só será resolvida mais tarde, quando da sua legalização sob a forma de “sociedades cooperativas”.

Conclusão

Realizado o 25 de abril de 1974, num quadro de inoperacionalidade das forças repressivas do Estado, nos campos do sul constitui-se um poderoso movimento social de assalariados rurais que, de imediato, coloca junto dos grandes proprietários agrícolas, organizados na ALA, liderados pelo elemento capitalista da agricultura do sul do país, um caderno reivindicativo, cujas exigências principais são aumentos salariais e garantia de emprego.

Da luta social que daqui resulta, desenvolvida durante o verão de 1974, surge claro ser o desemprego rural o ponto em que os agricultores se mostram menos disponíveis em colaborar na sua resolução. É, pois, esta aspiração maior dos assalariados rurais temporários e a luta em torno dela, associada à resistência posta pelos agricultores em aceitarem nas suas explorações os trabalhadores desempregados, tendo como pano de fundo a grande propriedade em estado de subaproveitamento, que coloca no centro da ação reivindicativa dos trabalhadores agrícolas o pedido da expropriação dos latifúndios e das grandes empresas capitalistas, vista como a única forma possível de acesso ao pleno emprego, convicção reforçada pela intervenção pontual do Estado em algumas herdades ao abrigo do Decreto-lei nº 660/74.

Firmes neste propósito, os assalariados rurais dos campos do sul, organizados em sindicatos de base distrital, cujas direções são alinhadas politicamente com o PCP, acompanham de perto, em expectativa, a nova política agrária do Estado resultante da conjuntura político-militar emergente do 11 de março de 1975 e, perante os atrasos e adiamentos na promulgação das medidas de reforma agrária anunciadas, por divergências existentes no interior do IV Governo Provisório, avançam para a ocupação de terras como forma de pressão sobre o poder político.

No entanto, mesmo após a publicação das chamadas “leis da reforma agrária”, em 11 de agosto de 1975, já na vigência do V Governo Provisório, o movimento de tomada de herdades não abranda. De fato, num contexto em que a expropriação desenvolvida pelo Estado, ao abrigo de Decreto-lei nº 406-A/75, seria sempre morosa, o que daria espaço à concretização de processos de descapitalização nas explorações alvo de expropriação, com repercussões inevitáveis, a prazo, no desemprego rural, os trabalhadores intensificam as ocupações, agora vistas como uma espécie de aplicação da lei por antecipação.

Exemplificando o que se afirma, a análise comparada dos Quadros 1 e 2 mostra-nos haver uma diferença entre a área ocupada pelos trabalhadores e a área expropriada pelo Estado. Assim, enquanto os assalariados rurais ocupam, em 1975, segundo os dados avançados por Afonso de Barros, 1.162.434 hectares de terra, a área expropriada pelo Estado, após a publicação da última portaria expropriadora, na vigência do I Governo Constitucional (Portaria nº 623/77 de 27 de setembro), cifra-se em 936.337, 6.683 hectares.

Quadro 2. Área expropriada pelo Estado

| Governos Distritos | IV e V Governos Provisórios | VI Governo Provisório | I Governo Constitucional | Total |
|-------------------------------|--|----------------------------------|-------------------------------------|---------------------|
| Beja | | 165.742,8972 | 2.355,6639 | 168.098,5611 |
| Évora | 163.892,3708 | 250.792,8954 | 7.482,0265 | 422.167,2927 |
| Portalegre | 34.751,5930 | 144.222,9951 | 5.254,8550 | 184.229,4431 |
| Setúbal | 18.141,6395 | 27.917,1505 | 8.008,9946 | 54.067,7846 |
| Santarém | | 82.003,6088 | 4.312,8380 | 86.316,4468 |
| Castelo Branco | | 17.671,8200 | | 17.671,8200 |
| Lisboa | | 3.786,3200 | | 3.786,3200 |
| Total | 216.785,6033 | 692.137,6870 | 27.414,3780 | 936.337,6683 |

FONTE: As Portarias expropriadoras dos IV, V e VI Governos Provisórios e I Governo Constitucional (75 no total).

Com a tomada de posse do VI Governo Provisório, há por parte dos assalariados rurais e dos seus sindicatos a percepção nítida de que no novo quadro político entretanto criado se torna importante tornar irreversível a reforma agrária no terreno, pelo que, durante o mês de outubro de 1975, desenvolve-se por todo o território da ZIRA um movimento de ocupações de terras de amplitude sem precedentes, que é favorecido pela possibilidade admitida pelo Estado de o crédito agrícola de emergência poder ser utilizado no pagamento de salários dos trabalhadores das novas unidades de produção constituídas a partir das terras ocupadas.

É ainda durante esta terceira fase de ocupações que as herdades ocupadas pelos trabalhadores se reorganizam em cooperativas e UCP, a solução dominante, e se vai cavando um fosso entre os trabalhadores agrícolas, organizados nas novas unidades de produção, e os pequenos e médios agricultores. Apesar de os sindicatos, e com eles o PCP, a força política hegemónica no seio dos assalariados rurais dos campos do sul, defenderem, em termos políticos, a aliança entre trabalhadores agrícolas e as classes intermédias da sociedade rural do sul do país, o futuro económico que se desenha nega, na prática, qualquer papel interventivo à pequena produção.

Pese embora todos os problemas com que se debateu a reforma agrária – a maioria vieram já no final de 1975, com a falta de acesso ao financiamento –, tinha-se realizado em Portugal a maior reforma agrária de sempre provocando uma mudança central, mas parcial, no modo de produção: a maximização do emprego, isto é, uma política de emprego que aumentou a produção substancialmente, trazendo ao cultivo milhares de hectares incultos.

Em 1975-76, fruto das políticas agrícolas que ficaram conhecidas no seu conjunto como reforma agrária, o número de postos de trabalho permanentes passou de 11.100 para 44.100. O de postos de eventuais passou de 10.600 para 27.800. Nas culturas de sequeiro a área passou de 85.000 ha antes da ocupação de terras para 255.000 ha depois. O regadio passou de 7.000 hectares para 16.000. O número de tratores passou de 2.630 para 4.150 e o das máquinas de colheita de 960 para 1.720 (BAPTISTA, 2001, p. 183-184).

Naturalmente, o impacto do processo foi curto. Não havendo mudança no poder de Estado e tendo-se este estabilizado sob a égide das classes dirigentes vencedores da contrarrevolução, a reforma agrária

estava fadada a depender das relações de forças dentro dos governos, por um lado, e, necessariamente, sujeita ao mercado, para onde era escoada a sua produção:

A economia das unidades coletivas e cooperativas estava imersa no mercado e as diversas unidades de produção dispunham de condições de produção diferenciadas – qualidade de solos, tipos de cultivo (regadio ou sequeiro), plantações, benfeitorias, melhoramentos fundiários, equipamentos, construções, máquinas. Estas desigualdades de condições provocaram uma diferenciação acentuada entre as unidades relativamente aos resultados económicos obtidos (BAPTISTA, 2001, p. 188-189).

As políticas agrárias ficaram depois dirigidas por governos que de alguma forma bloquearam o seu financiamento e a sua produção ficou sempre sujeita ao mercado. Tudo isto rapidamente desembocou numa série de problemas: conflitos dentro das cooperativas (exacerbados, segundo Oliveira Baptista, pela vaga igualitária que defendia salários iguais para todos), ausência de emprego (gerida depois pelo Fundo de Desemprego). O declínio estava garantido logo no final dos anos 70.

Referências

- BAPTISTA, Fernando Oliveira. O 25 de abril, a sociedade rural e a questão da terra. In: BRITO, José Maria Brandão. (Dir.). *O País em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001. p. 133-207.
- _____. *Portugal 1975 – Os Campos*. Porto: Edições Afrontamento, 1978.
- _____. Trabalhadores agrícolas e agricultores familiares – dez anos de factos, debates e projectos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 18/19/20, p. 411-450, 1986.
- BARRETO, António. *Anatomia de uma Revolução: a reforma agrária em Portugal, 1974-1976*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1987.
- _____. O Estado e a Reforma Agrária: 1974-1976. *Análise Social*, n. 77/78/79, p. 513-575, 1983.
- _____. Classe e Estado: os sindicatos na reforma agrária. *Análise Social*, n. 80, p. 41-96, 1984.
- BARROS, Afonso de. *Do Latifúndio à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CALDAS, João Castro. *Terra e Trabalho*. Oeiras: Celta, 2001.
- CARVALHO, Lino de. *Reforma Agrária: da utopia à realidade*. Porto: Campo das Letras, 2004.

CUNHAL, Álvaro. Discurso na I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul. 9 de Fevereiro de 1975. In: CUNHAL, Álvaro. *Discursos Políticos (3)*. Lisboa: Avante!, 1975.

PIÇARRA, Constantino. *As ocupações de terras no Distrito de Beja, 1974-1975*. Coimbra: Almedina, 2008.

Recebido: 02 de fevereiro de 2016

Aprovado: 01 de junho de 2016

Authors/Autores:

RAQUEL VARELA <raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk>

• Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena o Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais e investigadora do Instituto Internacional de História Social, onde coordena o projeto internacional *In the Same Boat? Shipbuilding and ship repair workers around the World (1950-2010)*. É coordenadora do projeto História das Relações Laborais no Mundo Lusófono. É doutora em História Política e Institucional (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa). Neste momento é Presidente da International Association Strikes and Social Conflicts. É vice coordenadora da Rede de Estudos do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal. É membro da Asociación Historiadores del Presente. Autora de diversos artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, além de ser autora e coordenadora de vários livros, destacando-se *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-1975* (Bertrand, 2014); *História do PCP na Revolução dos Cravos* (Bertrand, 2011); *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos* (Bertrand, 2012); *Greves e Conflitos Sociais no Portugal Contemporâneo* (Colibri, 2012) e *O Fim das Ditaduras Ibéricas (1974-1978)* (Centro de Estudios Andaluces/ Edições Pluma, 2010). As suas áreas de investigação são História Global do Trabalho e História do Estado Social, História dos movimentos sociais na Península Ibérica, História do movimento operário português, História da Revolução de 25 de abril de 1974 e o papel do Partido Comunista Português na revolução portuguesa, além de estudo comparativo dos Partidos Comunistas Europeus.

• Researcher at the Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, where she coordinates the Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos sociais and researcher of the Instituto Internacional de História Social, where she coordinates the international project *In the Same Boat? Shipbuilding and Ship Repair workers around the World (1950-2010)*. She is the coordinator of the project História das Relações Laborais no Mundo Lusófono. She has a PhD in Political and International History (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa). Nowadays, she is the President of the International Association Strikes and Social Conflicts. She is the vice coordinator of the Rede de Estudos do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal. She is member of the Asociación Historiadores del Presente. She is the author of many books, with highlight to the works *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-1975* (Bertrand, 2014); *História do PCP na Revolução dos Cravos* (Bertrand, 2011); *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos* (Bertrand, 2012); *Greves e Conflitos Sociais no Portugal Contemporâneo* (Colibri, 2012) and *O Fim das Ditaduras Ibéricas (1974-1978)* (Centro de Estudios Andaluces/ Edições Pluma, 2010). Her areas of research are Global History of Labor and History of the Social State, History of the social movements on the Iberian Peninsula, History of the Portuguese workers movement, History of the Revolution of April 25, 1974, the role of the Portuguese Communist Party in the Portuguese revolution and Comparative studies of the European Communist Parties.

CONSTANTINO PIÇARRA <constantino.p@sapo.pt>

• Historiador. Professor do ensino secundário e bibliotecário de leitura pública, é investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e doutorando em História Contemporânea na mesma Universidade. Tem colaborado em revistas de história e em obras coletivas com artigos sobre a questão agrária no pós 25 de abril de 1974. Sobre a temática agrária publicou *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja, 1974-1975* (Almedina, 2008) e coordenou *Campos do Sul, Memória de uma Revolução, Transformações Económicas e Sociais, 1974-1975* (Instituto de História Contemporânea, 2009). Recentemente publicou *Beja Republicana* (Editora 100 Luz, 2010) e *Município de Odemira na Revolução de Abril, 1974 – 1976* (Câmara Municipal de Odemira, 2015). As suas áreas de investigação são a questão agrária em Portugal no século XX, a Revolução de abril de 1974 e a extrema esquerda na revolução portuguesa.

• Secondary school teacher and librarian, he is a researcher at the Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa and PhD candidate in Contemporary History in the same university. He has been collaborating in historical magazines and collective works in articles about the agrarian question in the post April 25, 1974. On the agrarian theme he published *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja, 1974-1975* (Almedina, 2008) and coordinated *Campos do Sul, Memória de uma Revolução, Transformações Económicas e Sociais, 1974-1975* (Instituto de História Contemporânea, 2009). He recently published *Beja Republicana* (Editora 100 Luz, 2010) and *Município de Odemira na Revolução de Abril, 1974 – 1976* (Câmara Municipal de Odemira, 2015). His areas of research are the agrarian question in Portugal in the 20th Century, the Revolution of April, 1974 and the extreme left in the Portuguese Revolution.

O protagonismo midiático da multidão nos movimentos sociais

The mediatic leading role of crowds in social movements

El protagonismo mediático de la muchedumbre en los movimientos sociales

Eduardo Cintra Torres*

Resumo: A importância adquirida por movimentos sociais e pela sua expressão multitudinária e midiática na vida política e social de países como o Egito, a Tunísia, o Brasil, a Turquia ou a Ucrânia é aceita com unanimidade pelos analistas na imprensa e nos estudos acadêmicos. Este artigo pretende refletir sobre aspectos que, todavia, não parecem estar devidamente identificados e estabelecidos: o momento de multidão como, ainda e sempre, o ponto de viragem no impacto de um movimento social; a relevância da multidão para além do eventual fracasso dos objetivos que a motivaram; a explicação da manutenção da importância das mídias “tradicionais” na era da Internet e das redes sociais eletrônicas; a filiação histórica das principais características do fenômeno multitudinário e o acento correto no que é realmente novo, caso do mercado empoderamento do indivíduo em algumas multidões contemporâneas, como as do Brasil em 2013, e a fluidez do ativismo nas democracias desenvolvidas.

Palavras-chave: movimentos sociais; multidão; sociologia das mídias; redes sociais eletrônicas

Abstract: The importance acquired by social movements and their multitudinous and media expressions in political and social life of countries like Egypt, Tunisia, Brazil, Turkey or Ukraine is accepted unanimously by the analysts in the press and academic studies. This article aims to reflect on aspects which, however, do not seem to be properly identified and established: the crowd event as, still and always, the turning point in the impact of a social movement; the relevance of the crowd beyond the possible failure of the objectives that motivated it; the explanation of the maintenance of the importance of ‘traditional’ media in the era of the Internet and electronic social

*Professor Auxiliar Convidado da Universidade Católica Portuguesa (UCP). <eduardocintratorres@gmail.com>

networks; the historical affiliation of the main features of the multitudinous phenomenon and the correct accent in what is really new, as is the case of the marked individual empowerment in some contemporary crowds, such as Brazil in 2013, and the fluidity of activism in developed democracies.

Keywords: social movements; crowd; media sociology; digital social networks

Resumen: La importancia adquirida por los movimientos sociales y por su expresión multitudinaria y mediática en la vida política y social de países como Egipto, Tunisia, Brasil, Turquía o Ucrania es aceptada por unanimidad por los analistas en la prensa y estudios académicos. Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre aspectos que, sin embargo, no parecen estar debidamente identificados y establecidos: el momento de la muchedumbre como, todavía y siempre, el punto de inflexión en el impacto de un movimiento social; la relevancia de la muchedumbre más allá del posible fracaso de los objetivos que la motivaron; la explicación del mantenimiento de la importancia de los medios de comunicación “tradicionales” en la era de Internet y las redes sociales electrónicas; la afiliación histórica de las principales características del fenómeno multitudinario y el acento correcto en lo que es realmente nuevo, como es el caso del marcado empoderamiento del individuo en algunos muchedumbres contemporáneas, como en Brasil en 2013, y la fluidez del activismo en las democracias desarrolladas.

Palabras clave: movimientos sociales; muchedumbre; sociología de los medios; redes sociales digitales

Introdução

Como qualquer teoria nas ciências sociais, a da multidão foi fortemente marcada pelo *Zeitgeist* em que os autores sobre ela refletiram. No final do século XIX e início do século XX, sem realizarem trabalho empírico e marcados pela sua origem de classe burguesa, a maioria dos autores viu de longe a multidão como um fenômeno desligado das suas causas e movimentos e foi incapaz de entender a racionalidade dos indivíduos nas ações multitudinárias, quanto mais a racionalidade social dessas ações¹. A sociologia norte-americana da primeira metade do século XX procedeu à inserção da multidão na “norma emergente”, contribuindo decisivamente para a normalização do fenômeno multitudinário no fluxo da ação social, sem, todavia, se libertar ainda da “irracionalidade” dos indivíduos ou coletivos e operando uma omissão do papel da multidão na vida coletiva que se exprimiu na própria exclusão da palavra nos seus textos. Esta atitude analítica caracterizou não só a sociologia norte-americana como a britânica, estando ainda hoje muito

¹ Sobre a teoria da multidão, ver MCCLELLAND (1989), TORRES (2013a) e BORCH (2013). Poucos autores do final do século XIX ou início do seguinte escaparam a esta tendência analítica, destacando-se as últimas obras de TARDE (1992) e de Émile Durkheim (TORRES, 2014) e COOLEY (1909).

presente, apesar da significativa alteração a partir dos movimentos nos EUA pelos direitos civis e contra a guerra no Vietnã.

A teoria da “norma emergente” como que anunciava a nova área de estudo dos movimentos sociais, que se afirmará a partir dos anos 70 (DELLA PORTA; DIANI, 2011; FILLIEULE; PÉCHU, 2014; FILLIEULE; MATHIEU; PÉCHU, 2009; FILLIEULE; AGRIKOLIANSKY; SOMMIER, 2010; NEVEU, 2011). Esta área de estudo incorpora a multidão da manifestação de rua disciplinada no ‘repertório’ de ações dos movimentos sociais, teorizado e tipificado por Charles Tilly, considerando-a um dos “elementos cruciais” que “separaram o movimento social de outras formas da política” (TILLY, 2009, p. 3). A manifestação de rua enquanto expressão da “política litigiosa” tornou-se, por imposição da sua crescente presença no espaço público, objeto de estudo em si (TILLY; TARROW, 2007; FILLIEULE; TARTAKOWSKY, 2008; MATHIEU, 2011). A afirmação dos movimentos sociais, incluindo os que adquiriram expressão internacional ou global, contribuiu, entretanto, para a “crise da representação” dos sistemas democráticos, acentuando as formas de expressão e ação da “contrademocracia”, isto é, os meios à disposição dos cidadãos para criticarem, controlarem e eventualmente contrariarem as instâncias do poder (SOMMIER, 2003; BOUGNOUX, 2006; ROSANVALLON, 2006). A crescente desinstitucionalização das estruturas da sociedade, como, por exemplo, dos partidos políticos (CHIARAMONTE, 2015), também contribui para a crise da representação, real ou sentida.

Nas últimas décadas, em especial já no século XXI, outros temas adquiriram atenção renovada nas ciências sociais, nomeadamente: a questão das redes sociais, com um interesse muito especial devido à capacidade de comunicação proporcionada pelas novas técnicas de comunicação eletrônica; a questão da expressão pública e política das emoções; e a relação dos movimentos sociais com as mídias, “velhas” e “novas” (CASTELLS, 2009; 2013; GOODWIN et al, 2001; CHAMPAGNE, 1990; NEVEU, 2010). São temas que ocorrem nos casos que abordamos.

O caso egípcio

A ocupação da Praça Tahir durante longos períodos até à queda do Presidente Hosni Mubarak foi um episódio que comprovou a capacidade transformadora da multidão: o regime caiu, não apenas, mas também, e muito, por causa da multidão. O caso egípcio distingue-se dos que

a seguir analisamos por ocorrer numa ditadura. A multidão teria de ser expressão obrigatória da oposição clandestina ao regime. Sem o processo democrático, sem efetivas liberdades políticas e de expressão, os opositores aproveitaram a oportunidade para juntar o maior número num lugar simbólico da capital. Pela mesma razão, era obrigatória a invulgar permanência da multidão na Praça Tahir por longo tempo, ou o movimento arriscava-se a morrer sem obter consequências a curto prazo (CASTELLS 2009, p. 53-109; ASWANY, 2011; ELTANTAWY; WEST, 2011; NUNNS; IDLE, 2011).

O papel das mídias eletrônicas neste combate político tem sido corretamente sublinhado, não só para a articulação das ações, para a sua divulgação em canais e redes sociais eletrônicos, mas também para a sua divulgação junto das mídias internacionais, cujo papel foi essencial para acalentar os manifestantes e manter a pressão sobre o poder político. Potenciando a capacidade mobilizadora de opinião e emoções com a divulgação de imagens através dos meios eletrônicos, opositores a Mubarak prepararam-se antecipadamente para essa tarefa política, através de “cursos” de utilização dos smartphones para gravar imagens e enviá-las de imediato, antes de captura pelas forças militares ou policiais (TORRES, 2011).

Se o uso das técnicas eletrônicas foi generalizado e frutuoso, igualmente significativo foi o papel da televisão e das restantes mídias “tradicionais”, como reconheceu o próprio internauta criador da primeira página no Facebook que permitiu o desenvolvimento do movimento social: Wael Ghonim atribuiu às centenas de sítios na Internet e aos canais internacionais de TV Al Jazeera e CNN a manutenção da informação sobre a revolução no período em que a repressão mais se abateu sobre os opositores (GHONIM, 2012). Sendo o regime de Mubarak incapaz de reprimir as gravações e emissões ao vivo de canais de TV, a revolta no Egito veio a originar a inversão do célebre *motto* “The revolution will not be televised” em diversas versões, que se podem resumir num novo *motto*: “This revolution will be televised” (TORRES, 2011, p. 173-174). Esta realidade contraria a visão expressa por diversos autores – e de diversos movimentos sociais – a respeito das mídias “tradicionais”². Ou melhor, o caso egípcio contraria o papel habitualmente atribuído e assumido pelas mídias “tradicionais”. Na verdade, eles tiveram um papel ímpar de informação e, portanto, de divulgação do movimento

² Encontram-se boas revisões da literatura sobre este tema em: (FILLIEULE; MATHIEU; PÉCHU, 2009, p. 349-355) e WOUTERS (2013, p. 83-90).

social simbolizado pela multidão na Praça Tahir. Destacou-se a rede de televisão Al Jazeera, da família no poder no Catar, com emissões diferenciadas em línguas árabe e inglesa.

As mídias “tradicionais” corresponderam, pois, às necessidades de divulgação do movimento antirregime, que necessitava absolutamente de “exportar” – em sentido literal e metafórico – as imagens da oposição e da multidão para os media regionais e mundiais, além das mídias nacionais que o podiam fazer. A televisão e processos “antigos” dos movimentos sociais, como panfletos, permitiram alargar a informação a setores da população sem acesso à comunicação eletrônica digital. Será coincidência que o emotivo apelo de Ghonim na televisão nacional, depois de libertado pela polícia política, ocorresse quatro dias antes da queda de Mubarak? (GHONIM, 2012). Assim, a visibilidade midiática, em especial televisiva, foi determinante para o êxito do movimento egípcio. Ocorreu um caso exemplar de formação da multidão-sinédoque, almejando a representação do povo egípcio, e da multidão-imagem, transformada em conteúdo informativo, multidão apropriada pelas mídias, em especial pela televisão. Deste modo, era fulcral para o movimento a continuidade dessa sinédoque e dessa imagem, pelo que foi necessário manter a Praça Tahir ocupada nos ecrãs do mundo. A Praça Tahir ocupada pela multidão significou a televisão ocupada com a Praça Tahir. Esta, como lugar simbólico, representou no mundo real a metáfora do “poder na rua”, no sentido em que a praça assumiu o centro do poder, em substituição do poder político de Mubarak. Ocupada a Praça Tahir pela multidão, ocupada a televisão com a Praça Tahir, o poder de Mubarak ficou desocupado. Em resumo, tratou-se de um caso brilhante da simbiose entre a multidão e a televisão (TORRES, 2013a). As redes eletrônicas potenciaram a multidão e a televisão potenciou a sua vitória.

A evolução da situação política no Egito criou depois um pessimismo na opinião pública e a desvalorização da luta da oposição³. Todavia, trata-se de uma avaliação que não toma em conta o poder de reverberação da multidão na sociedade. Na verdade, o fenômeno multitudinário, apesar de efêmero por natureza, deixa marcas nos indivíduos e nas sociedades, podendo, quando parte de episódios revolucionários, contribuir para uma mudança perene da atitude da população face às

³ ‘Maidan, Ukraine... Tahir, Egypt... the squares symbolise failure, not hope. The lessons of Egypt for Ukraine is that defiant crowds may destroy an old regime—but they seldom build a new one’, escreveu Simon Jenkins no *Guardian*, 26.02.2014.

elites e ao poder⁴. Por outro lado, essa avaliação também não toma em conta que a multidão não visa necessariamente um único fim nem seria o único meio de o atingir. A Praça Tahir reuniu, não uma oposição a Mubarak, mas oposições; e, sendo a multidão por natureza uma ação “desinstitucionalizada” (mesmo quando promovida por instituições, como partidos, sindicatos, etc.), não tem a capacidade de decidir as opções políticas próprias das instituições. Em consequência, podemos dizer que a multidão da Praça Tahir exprimiu inúmeros pontos de vista, quer política, quer emocionalmente, foi revolucionária no sentido em que foi instrumental para a substituição da ordem existente, criou um lastro de atitude política nos indivíduos e na memória coletiva da sociedade e abriu no Egito e naquela região uma relação entre o coletivo multitudinário nas ruas e a televisão ao vivo, semelhante à que se vai afirmando noutras partes do globo.

O caso norte-americano

Os movimentos sociais nos Estados Unidos na segunda metade do século XX contra a segregação racial e depois contra a guerra no Vietnã alteraram radicalmente a atitude prevalecente no país a respeito da multidão política. O sistema político norte-americano foi criado de modo a evitar-se revoltas e a sua disseminação. Seguindo a tradição britânica, que se espelha na teoria política e sociológica dos dois países na mudança do século XIX para o século XX, dominou a visão negativa da multidão (*crowd*), quase sempre confundida com a turba violenta (*mob*). Tal como na Europa Continental, a posição de classe dos autores perante a multidão nas ruas – maioritariamente das classes populares a quem eram negados direitos políticos e de associação – toldava a possibilidade de uma análise mais científica. A inclusão da multidão no âmbito da criação de uma “norma emergente” na sociedade, através do que viria a chamar-se “movimentos sociais”, constitui um passo em frente, mas ao mesmo tempo dissolveu a importância do significado e alcance da realidade multitudinária nas ruas, como o movimento contra a segregação social viria a demonstrar⁵. Não será coincidência que, sem interesse pelo estudo da multidão e com a violência como pano de fundo, mais imaginado do que real, da realidade da rua, as

⁴ A partir de 1789, “a obsessão revolucionária, quer quando partilhada quer quando denegrida, torna-se uma característica determinante da civilização europeia” (SOLÉ, 2008, p. 14).

⁵ Turner e Killian (1987, p. 3) introduziram o conceito de “norma emergente” na sociologia do comportamento coletivo.

ciências sociais norte-americanas conhecessem um grande impulso do estudo dos movimentos sociais e, também, da “violência coletiva”. Seguindo a tática da não-violência de Mahatma Gandhi na luta pela independência da Índia, o movimento dirigido por Martin Luther King foi acutilante na escolha de um repertório de ação que envolvesse as mídias e, através delas, chegasse à “opinião pública”, nomeadamente através do despertar de emoções de pena e horror perante as imagens da repressão dos manifestantes (TORRES, 2013a; BORCH, 2013; TILLY, 2006; TILLY; TARROW, 2007; SHARP, 2005). A simpatia das mídias para com o movimento, invulgar na sociedade norte-americana, foi crucial para, pela visibilidade que lhe deu, quebrar o silêncio “insuportável” da “maioria silenciosa” ou inverter a “espiral do silêncio” (BAUDRILLARD, 1982; NOELLE-NEUMANN, 1975). O êxito do movimento foi coroado na Marcha sobre Washington, em 28 de Agosto de 1963, que, transmitida ao vivo pelas redes generalistas, simbolizando a fusão da multidão e da televisão, proporcionou à presidência de John Kennedy tomar a iniciativa (TORRES, 2011; 2013a). Já o movimento contra a guerra do Vietnã, por ser menos consensual na sociedade e no universo político, representou de alguma forma um regresso ao modelo anterior da relação das mídias “tradicionais”, tanto mais que os grupos políticos mais periféricos e radicais assumiam nele uma presença de peso. Todavia, teve um inegável êxito na alteração da opinião pública⁶.

Em plena era da comunicação e redes sociais eletrônicas, o movimento “Occupy Wall Street” de 2011 veio mostrar os bloqueios que impedem o êxito completo de movimentos sociais contemporâneos (GITLIN, 2012). Dominado por libertários e anarquistas, o Occupy não tinha liderança e porta-vozes oficiais, dificultando a sua expressão pública através das mídias “tradicionais”, e rejeitando, aliás, a estratégia de conquista da simpatia dessas mídias. Por outro lado, o modelo anarquista de “multidão horizontal” torna o processo decisório excruciante e a ocupação de espaços públicos por um período demasiado longo contraria a natureza dos coletivos multitudinários e acaba por morrer por si mesma. Assim, as virtualidades e possibilidades fornecidas pela comunicação eletrônica – que seguiu o modelo de gravação e divulgação usado antes no Egito – acabam desperdiçadas se se pretende conquistar a “maioria silenciosa” para a ação ou constranger o poder político a tomar medidas propostas, o que, aliás, nem era objetivo para muitos dos

⁶ Sobre a estratégia e a tática da “Nova Esquerda” e outros movimentos sociais americanos e a política das mídias neste período, ver: (GITLIN, 2003).

manifestantes. Este movimento serve também de exemplo dos limites das redes sociais eletrônicas: o seu uso em pleno é insuficiente para capacitar qualquer tipo de mudança substantiva ou objetiva na sociedade e não apenas na subjetividade dos indivíduos⁷. Apesar disso, o Occupy contribuiu para a alteração de ideias na sociedade em geral a respeito do capitalismo financeiro, como revelaram sondagens (GITLIN, 2012, p. 37-41). A ação multitudinária morre, mas a realidade resultante é diferente da anterior. Como no fim de *Germinal*, o romance da multidão por excelência, sobra para os envolvidos a esperança de que fica na terra “o ruído dos germes”, comparado ao “rumor” de um “exército negro, vingador, germinando lentamente nos sulcos, crescendo para as colheitas do século futuro” (ZOLA, 1978, p. 594).

O caso brasileiro

Tal como na Tunísia e no Egito, onde uma imolação e um assassinato desencadearam a expressão visível do movimento social, no Brasil um aumento de preço em transportes públicos originou um movimento multitudinário reunindo diferentes queixas e reivindicações amalgamadas num sentir comum (CARDOSO; DI FATIMA, 2013; VV.AA., 2013). Os aspectos que mais nos interessam aqui realçar do movimento social no Brasil em 2013-14 são, por um lado, essa diversidade de motivos para os protestos e, por outro, a relação entre estes e as mídias.

A multiplicidade das queixas e reivindicações – em alguns casos apenas desabafos – é bem visível nos cartazes individuais levados pelos manifestantes. Se esse traço já se verificava em iniciativas anteriores noutros países, ele está particularmente presente nas manifestações iniciadas em Maio e Junho de 2013 no Brasil. Só para mencionar um caso, citemos dois desabafos de sentido contrário numa mesma manifestação no Recife: um manifestante anunciava “Sou gay”, enquanto vinte metros à sua frente um outro desabafava: “Eu gosto de mulher. E daí?!” A pluralidade de mensagens e, portanto, de motivos principais para se manifestar, é radicalmente contrária ao conceito de manifestação desde a sua modalidade moderna, iniciada em Inglaterra em meados do século XVIII, até finais do século XX, centrado numa organização,

⁷ Sem a representação e a pressão da multidão na rua, as petições perdem peso político, sendo normalmente rejeitadas para discussão pelos parlamentos, caso do português. Os políticos só reagem a movimentos sociais se e como eles são representados pelas mídias (KOOPMANS, 2004).

com uma elite, palavras-de-ordem previamente decididas, bandeirolas preparadas pela organização, e, amiúde, um corpo de ordem regulador da manifestação e da sua relação com os observadores na rua e com forças policiais. De um objetivo central (acabar com o tráfico de escravos, derrubar o governo, etc.) passou-se para uma concentração de diferentes prioridades e a expressão da individualidade no seio do coletivo, o que aumenta a sua capacidade mobilizadora, mas diminui a sua capacidade de mudança. Jacques Rancière chamou a atenção para este fenómeno: as manifestações políticas contemporâneas,

(...) que antes eram grandes cortejos de partidos e de sindicatos, transformaram-se em espécies de performances coletivas, mas com uma noção de colectivo em que cada um transforma a sua performance individual. Fico encantado com o fato de, nas manifestações actuais, cada pessoa chegar com os seus figurinos, as suas palavras de ordem, os seus desenhos⁸.

Esta diversidade resulta da organização lassa ou inexistente, que estimula um maior número de indivíduos a juntar-se a uma iniciativa que é ou lhes parece de pessoas como eles; resulta da livre expressão nas redes sociais eletrônicas, permitindo a amplitude de pontos de vista; do crescente empoderamento do indivíduo na sociedade democrática, favorecendo uma autonomia de pensamento, discurso e ação; e, finalmente, ou em consequência dos elementos anteriores, da capacidade dos novos meios de protesto permitirem a expressão pública do “ponto de viragem” na opinião pública, soltando a “maioria silenciosa” da “espiral do silêncio” (GLADWELL, 2000; BAUDRILLARD, 1982; NOELLE-NEUMANN, 1975)⁹. Ao contrário das manifestações disciplinadas no âmbito do modelo dos séculos passados, que decorrem muitas vezes de um processo político ou social que já se vinha expondo no espaço público (lutas sindicais, oposição a instâncias do poder político, etc.), as novas manifestações do final século XX e do século XXI são em geral “inesperadas” por terem origem fora das instituições estabelecidas (partidos parlamentares, sindicatos, etc.), por resultarem da conversa social nas redes eletrônicas, longe das mídias “tradicionais”, por

⁸ Entrevista a *Atual/Expresso*, Lisboa, 13.06.2014.

⁹ O conceito de “ponto de viragem” (“Tipping Point”, no original em inglês) foi exposto por Malcolm Gladwell como “aquele momento dramático numa epidemia [social] quando tudo pode mudar de repente” (GLADWELL, 2000, p. 9). Dentro da tradição anglo-americana já referida, Gladwell não aplica nesta obra o conceito a movimentos sociais de litígio com expressão multitudinária no espaço público.

reunirem inúmeras subjetividades e, porque, em consequência, trazem à luz da sociedade o que antes era “silencioso”. É por isso que podemos saber que, no movimento brasileiro, acordou o gigante, mas podemos perguntar-nos que gigante acordou (CARDOSO; DI FÁTIMA, 2013). Defendemos a tese que a expressão multitudinária é precisamente a via primordial, para não dizer a única, em que pode desembocar este novo tipo de protesto com origem em estruturas informais, diríamos mesmo que, amiúde, em antiestruturas informais, e mobilizando indivíduos empoderados. A multidão atinge um ponto de viragem: a multidão.

Tal como no caso egípcio, a comunicação eletrônica revelou três capacidades importantes: a rapidez da ligação, mesmo que virtual, entre um número enorme de indivíduos, e a consequente possibilidade de rapidez de ação;¹⁰ a capacitação de revelar aos indivíduos que não estavam isolados na sua opinião, cólera, etc., isto é, dando-lhe uma consciência de número; a capacidade acrescida de contrariar versões dos acontecimentos opostas às de mídias tradicionais, nomeadamente através da criação de mídias alternativas, como a Ninja. Todavia, como tentaremos mostrar adiante, subsiste a hipótese de caber às mídias “tradicionais” uma mais ampla “legitimação social” dos movimentos e suas iniciativas.

Cabe aqui referir como os grupos mais estruturados ideologicamente, caso dos movimentos anarquistas envolvidos nas manifestações no Brasil, embora seduzindo uma parte da população não-radical para os protestos, são incapazes ou não pretendem utilizar a força da multidão para desenvolver uma “norma emergente”, isto é, passar à sua institucionalização e agir no âmbito do processo político burocrático estabelecido no regime democrático, como também se verifica nos Estados Unidos. Ao recorrerem por vezes à violência, alienam apoio popular e das mídias e a sua falta de interesse em passar do ponto de viragem à viragem efetiva manifesta-se na incapacidade de avaliação tática, como se verificou durante o Campeonato Mundial de Futebol em 2014. A oposição generalizada dos brasileiros, expressa em sondagens, aos custos da organização da prova e ao “padrão FIFA” – padrão de qualidade usado em estádios mas não em serviços públicos primários –,

¹⁰ A aceleração da ação coletiva, porém, deverá ser estudada em confronto com casos do passado. Muitos séculos antes do prodigioso mundo atual da *mass self communication* (CASTELLS, 2009) as ações coletivas poderiam resultar num movimento multitudinário extenso logo após a sua ignição, bastando o passa-palavra. As revoluções simultâneas ou consecutivas na Europa no ano de 1848 são um exemplo colhido na era inicial da comunicação através de jornais, não ainda de massas. Uma vez mais, as condições sociais serão determinantes para uma causa ganhar tração.

não significava a sua oposição ao futebol. Deste modo, as grandes manifestações anteriores à Copa desapareceram durante o evento; os protestos em Junho de 2014 reuniram apenas os mais militantes, alienando a potência mobilizadora das reivindicações e queixas¹¹.

O segundo aspecto que pretendemos singularizar das manifestações no Brasil é o da relação mútua entre os manifestantes e as mídias “tradicionalistas”. Num primeiro momento, as mídias sobrevalorizaram os episódios de violência, subvalorizaram a opinião maioritária expressa pelas multidões e chegaram mesmo a escarnecer dos protestos. A Rede Globo de televisão, a mais importante mídia “tradicional” do Brasil, destacou-se – ou foi destacada pelos manifestantes – neste processo de avaliação errada. Entretanto, os manifestantes, tal como na Tunísia, Egito ou Estados Unidos, utilizaram as redes eletrônicas para divulgar a repressão policial, a dimensão dos protestos e, também, episódios de repulsa ou mesmo de violência de manifestantes contra as mídias “tradicionalistas”¹².

O “padrão Globo” de cobertura das manifestações nessa primeira fase foi, porém, muito semelhante ao que se verifica em inúmeros países democráticos¹³. Os “valores-notícia” geralmente vigentes nas mídias dos países de capitalismo democrático preferem reportar o processo político institucional. Quanto às iniciativas multitudinárias de litígio, valorizam os episódios de violência, como sucedeu no Brasil na primeira fase dos protestos. Por natureza, a multidão pretende a visibilidade pública, mas nem assim acede à “agenda” midiática com a mesma facilidade que qualquer declaração de um dirigente das instâncias do poder político. O acesso difícil às mídias é uma das razões para a busca de novos meios imaginativos, por vezes espetaculares, de exibição da multidão no espaço público, para que, pela novidade, consigam atrair as mídias “tradicionalistas”, nomeadamente a televisão, como está demonstrado para o caso belga WOUTERS (2013)¹⁴. A nosso ver, as alterações a nível da performance pública da multidão resultam em boa medida da capacidade inventiva de indivíduos ou pequenos grupos, mas não alteram no fundamental o padrão histórico do repertório da ação

¹¹ Este artigo foi escrito antes e durante os movimentos políticos de 2016 no Brasil, não podendo ainda ser objeto de análise.

¹² São inúmeros os documentos disponíveis na Internet a este respeito. Uma análise disponível, por exemplo em SOLHA (2013).

¹³ Para o caso norte-americano, ver GITLIN (2012), para o caso francês, ver FILLIEULE; TARTAKOWSKY (2008, p. 129-161), para o caso da televisão belga ver WOUTERS (2013), para o caso espanhol ver FOMINAYA (2013) e CASTELLS (2012, p. 110-155).

¹⁴ Para o caso da televisão portuguesa, ver TORRES (2013a).

coletiva desenvolvido entre os séculos XVIII e XX (TILLY; WOOD, 2009, p. 3-5).

É importante para o nosso argumento assinalar que as mídias “tradicionais” brasileiras inverteram o tom da sua informação sobre os protestos numa segunda fase, não só face à divulgação de imagens alternativas nas redes eletrônicas e aos atos de desprezo e violência sobre os seus repórteres e equipamentos, mas também porque, a nosso ver, a expressão numérica das multidões e da opinião pública, subitamente transformada em “maioria ruidosa” e em “espiral de agitação e inquietação”, colocava essas mídias numa posição minoritária, alienando a sua própria audiência¹⁵. Uma mídia “tradicional”, como são os grandes operadores de televisão, atribui-se a si mesmo uma representação, mesmo que difusa, da maioria ou da totalidade da população; ao informar num tom que subitamente se tornou desajustado da realidade ou pelo menos dos sentimentos político-sociais para a maioria dos brasileiros, essas mídias corriam o risco de se assumirem visivelmente como a expressão da minoria, no caso do poder político em geral, e, neste caso, de parecerem estar contra a maioria, que conta para eles, em primeiro lugar, como audiência. Podemos concluir que as mídias “tradicionais”, ao alterarem o tom da informação sobre os protestos, procuraram sintonizar-se com o sentimento da maioria da população no momento e, portanto, no seu próprio interesse. Arriscamos dizer que esta mudança é irreversível. A multidão efêmera, ponto de viragem, expressão forte, se bem que informal, da opinião pública, poderá ter mudado a subjetividade de grande parte da população relativamente a formas de se fazer política e arrastou consigo as próprias mídias “tradicionais”. Não foi por acaso que a rede Globo mudou a exibição das multidões, descendo à terra: na primeira fase, dominou a cobertura a partir de helicóptero; na segunda fase, prevaleceu a cobertura na rua.

Como nota final, vale a pena referir que também as autoridades policiais mudaram o seu comportamento, de violência indiscriminada numa primeira fase, para violência discriminada ou seletiva numa segunda fase. Por força da exibição midiática da violência policial e das emoções que ela proporciona – como sucedeu no caso norte-americano, como vimos – as autoridades viram-se forçadas a abandonar táticas típicas de democracias menos desenvolvidas e a adotar um “padrão

¹⁵ As sondagens promovidas pelo Pew Research Center de 2010 a 2014 indicam claramente a evolução que atinge o ponto de viragem em 2014: <<http://www.pewglobal.org/2014/06/03/brazilian-discontent-ahead-of-world-cup/>>. Consultado em 01.07.2014.

de violência flexível”, recorrendo, aliás, como veio a ser noticiado na altura do Mundial de Futebol, a polícias com mais experiência em lidar com a multidão em democracia. A polícia portuguesa já seguira esse caminho quando da Euro 2004 em Portugal, beneficiando da experiência da polícia britânica, a que mais estudou e desenvolveu comportamentos adequados à multidão da era da televisão.

O caso português

Portugal é um caso diferente dos anteriores. Não conhecemos nenhum outro país onde as manifestações de litígio e oposição aos poderes instituídos tenham uma tão grande expressão nas mídias “tradicionais”, não só os canais informativos de televisão, como os próprios canais generalistas. A cobertura prévia, ao vivo e posterior a alguns eventos multitudinários, é enorme, podendo atingir muitas horas. Aconteceu com as manifestações da “Geração à Rasca” em 2011 e do movimento “Que se Lixe a Troika” em 2012, bem como com manifestações da central sindical CGTP em diversas ocasiões e uma manifestação de polícias contra o governo em 2014. Os canais de informação SIC Notícias, TVI 24, RTP Informação e a partir de 2013 CMTV fizeram transmissões ao vivo que, em diversos casos, se prolongaram por várias horas. Os canais generalistas, SIC, RTP1 e TVI, não só dedicaram grande parte dos seus noticiários a todas ou quase todas estas manifestações, como fizeram transmissões ao vivo, quer os noticiários coincidissem com os eventos, quer para dar conta dos preparativos ou das reações posteriores. O peso destes eventos nos dias ou no dia anterior e no dia seguinte é igualmente grande nos noticiários¹⁶. Os repórteres não só acompanham o desfile mas, com a colaboração das organizações, gravam ao vivo reportagens empáticas com manifestantes quando entram nos ônibus que os transportam ao local de concentração, dentro dos ônibus, na preparação de bandeirolas, colagem de cartazes apelando à participação, em piqueniques, etc. Outra diferença notável da cobertura destes eventos na televisão portuguesa é a presença dos repórteres no seio da multidão em desfile ou em concentração, tendo acontecido mesmo, sem qualquer crítica pública, uma jornalista de braço dado com um manifestante. Este estar dentro da multidão tem importantes consequências para o dispositivo audiovisual e, portanto,

¹⁶ Sobre duas grandes manifestações de professores contra o Governo em 2008, TORRES (2013a, p. 281-295).

para o discurso das notícias. O espectador é vicariamente colocado, também ele, junto dos manifestantes, no seu lugar, no seu movimento. Vale a pena referir que habitualmente as reportagens são feitas a partir de fora, mostrando a multidão como um corpo ao qual os repórteres, as mídias e os espectadores são estranhos. Junto dos manifestantes, os repórteres podem ainda dar conta aos espectadores dos pensamentos e emoções de manifestantes individuais, assim destacados em simultâneo do coletivo e, retoricamente, representantes desses coletivos. Ao ouvirem esses indivíduos, por vezes escolhidos pela sua representação espetacular (máscaras, adereços, etc.), os repórteres também transmitem motivações várias, por vezes bem diferentes entre si, como vimos no caso das manifestações no Brasil.

A cobertura de ações multitudinárias na televisão e nas mídias portuguesas não se limita, porém, às manifestações que se preveem grandes (e para cuja grandeza a própria cobertura midiática contribui). Pequenos eventos locais, de dezenas de pessoas em litígio com o poder (contra o encerramento de uma escola, tribunal, centro de saúde, etc.) são igualmente alvo de cobertura televisiva, o que não sucede nas mídias de âmbito nacional de outros países.

Qual a explicação para esta abertura total ou quase total das mídias portuguesas às manifestações multitudinárias? Avançamos com três hipóteses.

Consideramos que o processo revolucionário que Portugal viveu em 1974-76 determina uma atitude diferente, não só dos jornalistas, mas também da autoridade policial e da população em geral, perante meios de ação política exterior ao processo institucional-burocrático dos regimes democráticos. Os quarenta anos passados não são suficientes para apagar um fazer política popular e a “inversão parcial das hierarquias sociais”, com origem nesse período, diferente do que ocorre nas democracias antigas ou que não passaram por processos revolucionários (FISHMAN, 2011, p. 233). Esta realidade social poderá ser mais importante do que a sempre referida, mas não comprovada, inclinação de uma maioria dos jornalistas para a esquerda política¹⁷. É também singular que a polícia portuguesa tenha adotado há cerca

¹⁷ Num inquérito a que responderam 515 jornalistas portugueses, identificaram-se com algum partido político 27,8% e 70,7% não se identificaram. Numa escala de 1 a 10, em que 0 representava a esquerda e 10 a direita, numa questão a que responderam 484 jornalistas, a média foi de 4,0, o que indica uma tendência para uma neutralidade ligeiramente inclinada para a esquerda, insuficiente, pois, como explicação, ou única explicação, para o fenómeno que aqui abordamos. Esta informação foi gentilmente fornecida ao autor por Adelino Gomes, em email de 29.06.2014.

de vinte anos uma nova atitude face às manifestações de litígio. Essa mudança detecta-se quando se dá o *boom* das rádios privadas nos anos 80 e, depois, com a abertura das televisões privadas em 1992-93. Se antes a repressão era sem consequências na opinião pública, a partir dos casos extremos da manifestação de polícias reprimida pelas polícias, em 1989, ao vivo nas rádios e em diferido na então única televisão, a RTP, e do bloqueio da Ponte 25 de Abril, em 1994, este ao vivo nos vários canais, a polícia teve de adaptar-se – tal como os manifestantes – à não-violência e à força das imagens televisivas¹⁸. Não só passou a haver uma coordenação prévia cuidada com as organização dos protestos, como toda a ação policial foi produzida de modo a não atrair opiniões negativas sobre o seu comportamento. Os exemplos mais notáveis desta estratégia de ação – que é também uma estratégia de comunicação – ocorreram em duas manifestações em frente do parlamento, símbolo do poder, que compete à polícia defender com firmeza, ambas televisionadas ao vivo por diversos canais¹⁹. Na primeira, em 15 de Setembro de 2012, a polícia permitiu que a sua barreira fosse alvo de agressões por bastante tempo, só agindo depois de o país ver a ação violenta de manifestantes durante um longo período. Quando agiu, com os meios repressivos habituais mas raramente usados em Portugal em eventos do tipo, o ônus da violência já se encontrava do lado dos manifestantes agressores. Os protestos sobre atos violentos da polícia foram diminutos, em especial nas redes eletrônicas, e sem expressão nas mídias “tradicionais”. No segundo caso, uma manifestação de polícias em 21 de Novembro de 2013 terminando também no parlamento, a polícia de serviço limitou-se a manter a barreira firme, impedindo que a pressão dos manifestantes a rompesse. Uma vez mais, o ônus da ação para lá dos limites dos termos habituais das manifestações em democracia ficou para os polícias manifestantes. Em ambos os casos, a autoridade policial do Estado ganhou a batalha midiática.

Parece-nos igualmente de grande relevância o comportamento comunitário dos portugueses, em contraponto com o comportamento em

¹⁸ SIC e TVI foram “previamente informadas” do bloqueio da Ponte, enquanto na RTP só uma jornalista “alinhada com o PCP” tinha conhecimento, cabendo-lhe realizar as primeiras notícias sobre o evento. “Para os responsáveis pela organização do bloqueio, o sucesso da operação só poderia ser conseguido se as novas televisões [SIC e TVI] fizessem a transmissão directa do que se iria passar”. (LIMA, 2004, p. 305-20).

¹⁹ Dada a marcação do termo destas manifestações num ponto central do poder, os canais preparam cuidadosamente suas transmissões ao vivo, com câmeras móveis e fixas, montagem de torres para elevar as câmaras, por vezes recorrendo a carro de exteriores para realização das emissões a partir do local.

sociedade. O binômio comunidade/sociedade, que Ferdinand Tönnies (1979) considerou não só diacrônica como sincronicamente, é parte de cada indivíduo: cada um é ao mesmo tempo membro da sociedade, entidade abstrata que lhe providencia liberdade, autonomia, mas também solidão, e membro da ou de comunidades, entidades concretas, formadas por gente de carne e osso que lhe fornecem sentimento de pertença, companhia e sociabilidade. Portugal, país com uma unidade geográfica, linguística, política e social antiga, e com um desenvolvimento atrasado na valorização dos benefícios da sociedade, “cai” facilmente no comportamento comunitário, quer em situações de grande comoção positiva ou negativa (evento desportivo, luto nacional, etc.), quer noutras ocasiões de menor ou muito menor relevância nacional, mas que motivam uma cobertura extensiva e que chegam a tornar-se quase monopolistas dos noticiários. Seja qual for o tipo de acontecimento que entra e domina a agenda durante alguns dias, as mídias comportam-se não, como seria de esperar, na esfera da sociedade, mas de uma comunidade inteiramente absorvida por um único evento. É mais um motivo para que os eventos multitudinários adquiram um caráter de quase-monopólio na agenda informativa.

Finalmente, há que considerar a própria dinâmica concorrencial das mídias, em especial da TV. Sendo Portugal um país de dimensão pequena, dispõe de três canais nacionais com audiências razoavelmente semelhantes (RTP1, SIC, TVI), a que se deve somar um número de canais de informação por cabo que impressiona pela quantidade e êxito num mercado reduzido: RTP3, SIC Notícias, TVI 24, CMTV, Económico TV e ainda o regional, mas de acesso nacional, Porto Canal. A esses, somam-se não só os canais de informação internacionais disponíveis por cabo, como os canais de informação desportiva, com audiência substantiva. A concorrência, no jornalismo, tem uma dinâmica paradoxal: motiva a busca pela diferenciação ao mesmo tempo em que acentua a imitação nos temas da agenda. Esta imitação é particularmente acentuada nos canais portugueses, com alinhamentos nos noticiários por vezes quase idênticos. A coincidência na agenda nota-se com mais força no caso de grandes eventos, como o são as previsíveis manifestações de impacto, na capital ou em várias cidades em simultâneo. Esta característica da televisão portuguesa não é de modo nenhum, a nosso ver, um particularismo sem consequências. Pelo contrário, a forte concorrência dos vários operadores, num mercado exíguo, mas bastante dinâmico e competitivo, tem mostrado estar à frente de outros mercados em tendências que cedo desenvolveu. Deste modo, não seria de estranhar

que mercados televisivos de outros países evoluam no mesmo sentido. A rápida sintonização das mídias brasileiras com a sociedade em 2013 é um sinal.

O novo e o velho: discussão de alguns temas

A ocorrência em simultâneo do desenvolvimento dos “novos movimentos sociais”, da Internet e outros meios técnicos comunicacionais e da decadência de meios jornalísticos impressos motivou observações e análises que, a nosso ver, sobrevalorizam os elementos de mudança e esquecem realidades do passado. Em primeiro lugar, as redes sociais eletrônicas foram confundidas com redes sociais *tout court*, o que levou a visões em boa medida milenaristas acerca das suas capacidades de transformação radical da sociedade (HARDT; NEGRI, 2005; CASTELLS, 2013). Na verdade, todas as sociedades, das mais simples às mais complexas, são um conjunto de redes sociais, mais ou menos difusas, maiores ou menores. O estudo de movimentos passados que desembocaram em eventos multitudinários revela a existência de redes sociais com a eficácia possível de acordo com os meios técnicos disponíveis. Avançamos com o sobrevoos de dois exemplos portugueses, incidindo a análise do segundo igualmente na relação com as mídias.

Em 1637, rebenta em Évora, Portugal, um movimento social contra medidas tributárias injustas, no âmbito da dominação espanhola, já então numa fase opressiva e repressiva²⁰. O movimento popular clandestino esteve sempre em contato com a elite da aristocracia e do clero portugueses, cuja situação se tornava especialmente difícil pelo fato de envolver o candidato óbvio à coroa se Portugal recuperasse a independência. O movimento social, quer na situação multitudinária, quer nos eventos que se lhe seguiram, esteve sempre ativo e utilizou declarações anônimas para manter a população informada e a oposição acesa (Torres, 2013b). A revolta em Évora motivou revoltas em outros locais no Centro e Sul do país, o que implica igualmente uma rede de contatos, seja por comunicação oral, seja pelo meio técnico disponível, o papel. O caráter pré-moderno da revolta não diminuiu o seu impacto – foi um, se não o rastilho da Restauração de 1640. O seu lugar na História deveu-se ao evento efêmero, multitudinário, que marcou contemporâneos e cronistas, influenciando o devir histórico.

²⁰ Chamamos movimento social à revolta de Évora de 1637, apesar de Tilly reservar a definição para os movimentos surgidos no final do século XVIII e de formato estável no século seguinte (TILLY; TARROW, 2007).

Em 1903, um pequeno motim numa fábrica têxtil no Porto desencadeou um enorme movimento social na segunda maior cidade portuguesa e nos concelhos limítrofes. A greve naquela fábrica originou uma greve geral na cidade, de diversas classes profissionais. Foi a maior greve a que o país assistiu até então (abrangendo entre 35 e 45 mil trabalhadores, mais de cem mil se incluídos os familiares) e foi uma das mais longas, prolongando-se por mais de três meses. O estudo das notícias e comentários na imprensa burguesa do Porto permite retirar duas conclusões pertinentes para este artigo.

Primeiro, o movimento operário, anarquista, funcionava em rede com uma enorme eficácia, que apanhou as autoridades e os industriais totalmente desprevenidos. O movimento recorria a reuniões constantes, legais, mas principalmente clandestinas, reunindo ora centenas ora milhares de trabalhadores. Utilizava também panfletos, comunicados e declarações, reproduzidos na imprensa. As decisões eram tomadas nas assembleias, como vemos acontecer em movimentos anarquistas ou de inspiração anarquista atualmente, mas com uma agenda focada nos interesses dos grevistas e um tempo de decisão quase imediato.

O segundo aspecto traz-nos à relação mútua entre as mídias “tradicionais” e o movimento social. Nos primeiros dias, as notícias ou comentários sobre a greve na imprensa burguesa – cujo padrão de objetividade factual era enorme – são desfavoráveis ao operariado, nomeadamente porque, como era uso na época, em alguns casos se recorreu à violência contra a propriedade dos industriais. Todavia, a atitude da imprensa mudou radicalmente a partir dum evento concreto: os operários, enquadrados pelos anarquistas, realizaram manifestações pacíficas no coração burguês do Porto. Numa primeira fase, a autoridade armada brutalizou homens, mulheres e crianças. Embora não esteja ainda comprovado, é provável que o envio das mulheres e crianças das famílias grevistas pedindo esmola contra a fome tenha sido propositado para conquistar as mídias e a opinião pública através da vivência no centro da cidade, da exibição de emoções e das notícias²¹. A atenção dos jornais à progressão do movimento aumentou significativamente, sendo manchete por várias vezes. Os comentários condenaram a ação policial e, ora apoiaram os grevistas contra a, assim vista então, obstinação dos industriais, ora defenderam a conciliação de classes. Na ausência de estruturas de regulação entre o capital e o trabalho, o representante do

²¹ Esta tática de “emocionalização” da opinião pública já teria sido usada antes em Espanha em eventos enquadrados por anarquistas.

governo no Porto passou a intervir como mediador. A polícia mudou de atitude e, quando não, continuou a ser criticada pelas mídias. O auge da relação entre a imprensa e os grevistas surgiu quando os jornalistas decidiram fazer um pedido pela cidade para combater a dificuldade das famílias operárias. Os jornalistas pediram aos grevistas para não se manifestarem com eles, mas estes se juntaram a eles sem oposição, formando uma multidão única nas ruas da cidade (TORRES, 2013c; 2015).

Podemos concluir que a necessidade de interação dos grevistas com as mídias “tradicionais” os levou à adoção de novas táticas: a não-violência, a vitimização social e da repressão policial, a exploração das emoções de comiseração do público não operário (originando descrições pungentes na imprensa), a ocupação multitudinária do espaço público central, o recurso a táticas espetaculares, como a utilização de mulheres e crianças, a passagem de informações aos jornais (incluindo sobre as inúmeras reuniões clandestinas realizadas de noite ou madrugada). É significativo que o movimento operário tenha prescindido dos seus próprios meios de comunicação legais, a imprensa operária (praticamente inútil como fonte sobre os eventos), que serviria também para a afirmação da rede social, e preferisse agir de modo a conquistar a mais ampla opinião pública através da imprensa burguesa, “tradicional”, à época vibrante e ideologicamente diversa. Mesmo o jornal mais conservador, com uma linguagem fortemente antigreve, acabou por juntar-se aos colegas no requerimento a favor dos operários. Deste modo, este movimento social de 1903, liderado pelo grupo social mais pobre, os operários têxteis, numa cidade secundária de um país periférico, apresenta praticamente todas as características dos “novos” movimentos sociais, quer quanto à relação com as mídias, quer quanto à ação em rede difusa, sem chefes, ao processo decisório e ainda ao apelo à solidariedade nacional e internacional. Os grevistas venceram em quase todas as suas reivindicações, mas o movimento anarquista e operário no Porto não voltou a ter uma expressão semelhante²².

Um segundo tema sobre o velho e o novo é o do carácter internacional de certos movimentos sociais na era da globalização, sublinhado na literatura especializada (por exemplo, SOMMIER, 2003). Ele ocorre não só com organizações de natureza internacional, como a Greenpeace,

²² Ao contrário de outros movimentos sociais com forte expressão multitudinária, esta greve geral desapareceu da memória coletiva, dada a falta de propensão dos anarquistas para institucionalizarem a sua própria memória e do desinteresse dos socialistas. Além dos trabalhos referidos, não existem monografias sobre o evento.

mas também com certos movimentos concretos, caso das manifestações “Povos unidos contra a Troika” em 18 países na Europa em 1º de Junho de 2013. Nestes últimos casos, verifica-se que são iniciativas multitudinárias sem aparente continuação em movimentos perenes com significado relevante em cada um dos países em que ocorrem ou no seu conjunto.

Podemos dizer-se que esta internacionalização é um fenómeno marcante de certos movimentos sociais. O caso mais notável é, a nosso ver, o dos protestos em Seattle por ocasião de um encontro da Organização Mundial do Comércio em 1999. Preparados durante cerca de dois anos, os protestos foram inesperados para as autoridades norte-americanas e da OMC. O protesto, reunindo manifestantes de inúmeros países, recorreu à violência, interrompeu a reunião, obrigou ao recorre obrigatório e incluiu diversas ações do repertório espetacular com impacto nas mídias. O formato deste evento multitudinário foi depois usado por ocasião de outras cimeiras internacionais. As mídias internacionais permitem um impacto e uma influência aos movimentos, nomeadamente nacionais. Foi o caso da Primavera Árabe: movimentos como o tunisino e o egípcio foram nacionais, se bem que interligados, mas a comunicação, nomeadamente dos canais internacionais e televisão, como a BBC World, a CNN International, a France International e a Al Jazeera, teve um papel preponderante na internacionalização dos eventos nacionais.

Pretendemos salientar, porém, o limite das ações internacionais, aliás, referido na literatura sobre os movimentos sociais, dada a perene estruturação nacional dos países, dos seus povos e de suas principais mídias. O internacionalismo é difícil de manter nas organizações, nas opiniões públicas e na captação da atenção midiática.

Vale a pena, entretanto, regressar à história para relativizar a novidade das ações simultâneas internacionais. É certo que a simultaneidade é hoje muito fácil para os movimentos e atraente para as televisões, dado que o caráter da linguagem televisiva passa exatamente pela simultaneidade, ao vivo, entre o tempo do emissor e o do receptor. Mas a simultaneidade não é nova. Religiões como o cristianismo e o islamismo codificaram há milênios os eventos simultâneos em toda a sua área de implantação, com a chamada dos fiéis em simultâneo ou à mesma hora. O movimento operário internacional retomou esta característica ao instituir o 1º de Maio em todo o mundo. O caráter de simultaneidade das multidões do Dia dos Trabalhadores foi realçado desde a criação da efeméride no final do século XIX (TORRES, 2013a, p. 269). Deve notar-se que a perenidade do 1º de Maio, entretanto institucionalizado

na maior parte dos países democráticos, se deve não só à continuidade do movimento sindical até ao nosso tempo, mas também ao crescente caráter nacional das manifestações. Convém ainda recordar que, antes dos movimentos sociais litigiosos de caráter internacional, outro tipo de atividade recorreu aos eventos multitudinários internacionais e simultâneos: a indústria da música popular, exemplificada nos concertos Live Aid de 1985 e Live 8 em 2005. Dado que a simultaneidade da multidão num só lugar é mais favorável ao discurso midiático e da própria multidão do que a sua dispersão por diferentes locais do mundo, verifica-se que os eventos globais de maior impacto são precisamente os que concentram manifestantes de todo o mundo num só lugar, como mostrou o exemplo pioneiro de Seattle. Nesse sentido, os eventos internacionais dos movimentos sociais de maior êxito e perenidade na memória coletiva são os que seguem o modelo dos grandes eventos internacionais espetaculares, do desporto e da música, como os Jogos Olímpicos (criados como evento “global” pelos antigos gregos), ou os Oscars norte-americanos, que a hegemonia da cultura popular norte-americana no mundo e o impacto da televisão mundial transformaram num evento global.

Conclusão

Para terminar, gostaríamos de debater o tema das “novas” e das “velhas” ou “tradicionalis” mídias, como pano de fundo para a midiatização dos eventos multitudinários contemporâneos. O desenvolvimento exponencial da comunicação eletrônica nas últimas décadas motivou não só teorias utópicas sobre as capacidades de alteração social a “partir da técnica”, como, a um nível mais básico, originou confusão entre, por exemplo, a Internet – canal de comunicação, o meio físico por onde passa a mensagem – e a mensagem e seus intervenientes. Assim, a Internet é comumente identificada como uma mídia, quando a Internet está para a comunicação como o papel ou as ondas hertzianas. Sendo obrigatório sublinhar a importância extraordinária da Internet e das outras técnicas de comunicação eletrônica para o empoderamento dos indivíduos, para o reforço de redes de contatos, de informação e de ideias, é porventura chegado o momento de se estudar os limites sociais da comunicação eletrônica. A nosso ver, a comunicação eletrônica potencia a comunicação e a informação, mas não necessariamente a mobilização e a ação, que já ocorriam com os meios anteriores, mais ou muito mais limitados. Terá de se encontrar explicações sociais e não

(apenas) técnicas para a mobilização. As chamadas redes sociais, como o Facebook ou o Twitter, são redes sociais eletrônicas, redes sociais virtuais, ou pelo menos com uma grande dimensão virtual, insuficiente para transferir para a ação física, fora dessa virtualidade. A mobilização de “likes” não corresponde à mobilização para a ação. A amargura perante esse desfasamento fica bem expressa nas declarações de uma ativista e atriz na televisão portuguesa, Ana Sofia Martins:

Vejo uma inércia muito grande. As pessoas protestam nas redes sociais, mas não fazem mais do que isso. Somos todos revolucionários do Facebook. Queixamo-nos todos que o [primeiro-ministro] Passos Coelho governa mal, mas depois não saímos do computador. [...] Se calhar, se existissem computadores e redes sociais, o 25 de Abril não teria acontecido.²³

A nosso ver, são as condições sócio-políticas que explicam o êxito ou fracasso da mobilização, eletrônica ou não, de um evento multitudinário. Sublinhemos este aspecto com um exemplo notável: o movimento português “Que Se Lixe a Troika”, estruturado a partir das redes sociais eletrônicas, teve resultados totalmente contrários na convocação de manifestações: em 2012, alcançou um êxito enorme, com uma multidão de muitas dezenas de milhar de pessoas em Lisboa; no ano seguinte, não conseguiu reunir mais de uma centena e meia de pessoas.

Em qualquer caso, a mobilização possível pelas redes sociais – que, por intuição, podemos dizer não ultrapassar muito a que já era possível, em termos percentuais, antes da comunicação eletrônica – necessita quase sempre da concretização no espaço público em eventos multitudinários. Quer dizer, a multidão de Hardt e Negri ganha eficácia quando se transforma em multidão²⁴. A “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1991) poderá alargar-se pelas redes eletrônicas com a interação e a *self mass communication*, mas é ainda uma comunidade imaginada. Mas não é ainda uma forma social, em sentido simmeliano (SIMMEL, 1971), como a multidão é há milênios. Na rua, a comunidade vê-se, ou julga ver-se e ser vista. Se outros meios, como as petições, ganharam

²³ Entrevista no jornal *i*, 31.03.2014. As redes sociais potenciam a influência social daqueles com quem se contacta: segundo um estudo, “vai muito além do que se pensava” (*Público*, 04.03.2014). O impacto dessa influência na opinião é há muito estudado na sociologia (KATZ; LAZERSFELD, 1955), faltando conhecer o seu impacto na mobilização. O uso das redes como simples “desabafo” é intuído até pelos políticos: Marques Mendes, ex-presidente do PSD, sugeriu “Desabafem nas redes sociais”, não nas urnas” (*Público*, 19.05.2014).

²⁴ Poderá não ser esta a opinião de Hardt, que, num texto posterior ao livro com Negri, exprimiu a sua aversão pela multidão (SCHNAPP; TIEWS, 2006, p. 35-40).

tremendamente com a comunicação eletrônica – por não necessitarem de mais do que essa mesma comunicação eletrônica –, a maioria dos movimentos exemplares precisa de desembocar na multidão, para concretizar diversas funções: a exibição do protesto, a sua dimensão, a ocupação do espaço público, a expressão dum meio “contrademocrático” perante um bloqueio subjetivo ou objetivo das instituições democráticas e a intenção de sinédoque, de representação dum número maior do que aquele que ocupa as ruas. Nas redes eletrônicas, o movimento não se vê; nas ruas, é “ver para crer”. Ou melhor: nas redes eletrônicas, o movimento adquiriu um maior conhecimento da extensão da opinião e, portanto, da causa; ele é quantificável, pelo número de mensagens, de “gostos”, de declarações de adesão. Este conhecimento é um enorme passo em frente para qualquer iniciativa em relação ao passado, quando a “espiral do silêncio” dificilmente se transformava no seu oposto. Todavia, a adesão quantificada a uma causa pelas redes eletrônicas, se tem a potência transformadora, não é ainda a própria transformação, a qual, a nosso ver, ocorre quando a multidão (a concretizar-se) *mostra* o movimento social à sociedade, nas ruas e nas mídias “tradicionais”. A multidão é o prolongamento e a confirmação da mobilização pelas redes sociais, que apenas existe em potência. De acordo com a sua sintonia com a sociedade, a multidão representará o ponto de viragem. As mídias “tradicionais” podem ter aí um papel importante, se em sintonia com a sociedade.

Antes de concluirmos, porém, convém esclarecer o que entendemos por mídias “tradicionais”. Esta expressão, ou outras semelhantes, refere-se a jornais, estações de rádio e de televisão, generalistas ou por cabo, geralmente de informação jornalística, em oposição a redes sociais e Internet. De novo, a apreciação da técnica se sobrepõe ao fundamento da comunicação. Parece-nos que uma mídia jornalística deve ser considerada, sociologicamente, como uma instituição legalmente estabelecida como empresa jornalística, com obrigações gerais e específicas no âmbito do jornalismo e que é socialmente reconhecida como uma produtora de informação de acordo com as regras do jornalismo escritas na lei e partilhadas pela sociedade. Assim, é irrelevante qual o meio técnico de produção, disseminação e recepção quando se trata de avaliar a relação de uma mídia com a opinião pública. Ela é autorizada pela burocracia do Estado democrático e é validada pelos seus consumidores, que a mantêm viva, sendo essa, em termos gerais, uma validação pela sociedade. Queremos assim dizer que, numa sociedade, existem as mídias que ela alimenta e de que se

alimenta. A inscrição das mídias no corpo profundo da sociedade é uma realidade muitas vezes esquecida pelas análises midiáticas, por serem eles também a pele, ou uma pele que nos toca nos sentidos da audição e da vista. Daí que as metáforas das mídias como espelho da realidade e da televisão como janela para o mundo tenham feito com êxito um percurso de décadas. Se há nelas uma parte verdadeira, todas esquecem que as mídias não estão de fora da sociedade a olhá-la e a reproduzi-la; eles fazem parte da própria sociedade e funcionam com ela como os vasos comunicantes, para propor uma outra metáfora. As mídias recebem da sociedade o que ela produz, e não só lhe devolvem o que ela produz como criam novas realidades que a sociedade absorve. As mídias procuram o equilíbrio com o pulsar da sociedade. Não pode o vaso das mídias ter muito mais “líquido” do que o da sociedade, nem pode ter muito menos do que esse: as mídias têm de procurar o equilíbrio com o *output* da sociedade, pois correm o risco de estar demasiado “cheias”, à frente da sociedade, ou demasiado “vazias”, atrás dela. Por causa desta busca de equilíbrio constante nos vasos comunicantes com a sociedade as mídias “tradicionais” são consensualmente consideradas como suas representantes informais. Elas avançam ou recuam nas tradições e nas novidades sociais consoante sentem ou pressentem essas mudanças na sociedade, de modo a servirem e, assim, terem o favor e o consumo pelos seus públicos.

Deste modo, a maioria dos movimentos sociais sabe por instinto que precisa mais das mídias “tradicionais” do que o inverso. Contrariando ativistas que exprimiam o habitual lamento contra a cobertura das suas ações pelas mídias “tradicionais”, Nuno Ramos de Almeida, um dos organizadores das manifestações “Que Se Lixe a Troika”, escreveu a 22 de Outubro de 2013 no Facebook: “Os nosso inimigos não são os jornalistas”. Um ativista de língua francesa acrescentou: “Não cometam o erro de vos enganarem sobre quem é o inimigo [...]. Vocês precisam da imprensa para o vosso combate”. Pode acontecer que um movimento social prescindia da cobertura midiática devido às suas convicções, como o Occupy; pode acontecer que os movimentos sociais adaptem a sua comunicação e aspectos formais do repertório de ação para captar o interesse midiático; pode acontecer que as mídias tenham de se adaptar ao vaso comunicante da sociedade por se verificarem desfasadas da “maioria silenciosa”, como sucedeu no Brasil; mas é uma constante da vida comum em democracia que os movimentos sociais com impacto na vida do conjunto da sociedade são os que obtêm depois uma cobertura das mídias “tradicionais”, em especial da televisão, o meio mais

adaptado para, pelas imagens e sons, mostrar o ato multitudinário, o ato audiovisual da multidão, o zênite da vida da maioria dos movimentos, o seu ponto de viragem e de encontro com a sociedade em geral através das mídias consensualmente vistas como os comunicadores informais da sociedade.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1991.
- ASWANY, A. A. *O Estado do Egito*. O que tornou a revolução possível. Lisboa: Quetzal, 2011.
- BAUDRILLARD, Jean. *À l'ombre des majorités silencieuses*. Paris: Éditions Denoël/Gonthier, 1982.
- BORCH, Christian. *The Politics of Crowds*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013
- BOUGNOUX, Daniel. *La crise de la représentation*. Paris: La Découverte, 2006
- CARDOSO, Gustavo; DI FÁTIMA, Branco. Movimento em Rede e Protestos no Brasil: Qual Gigante Acordou? In: *Revista Eco-Pós*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 143-176, maio/ago. 2013. Disponível em: <www.pos.eco.ufrj.br>. Acesso em: 03 jul. 2014.
- CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- _____. *Networks of Outrage and Hope*. Cambridge: Polity, 2013.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Faire l'opinion*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.
- CHIAROMONTE, Alessandro. Party-System Volatility, Regeneration and De-Institutionalization in Western Europe (1945-2015). In: *Party Politics*, 2015. p. 1-13. Disponível em: <<http://ppq.sagepub.com/content/early/2015/08/24/1354068815601330.full>>. Acesso em: 06 Abr. 2016
- COOLEY, Charles Horton. *Democracy and Crowd Excitement*. Social Organization, Nova York: Charles Scribner's Sons, 1909. p. 149-156.
- DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Los Movimientos Sociales*. Madrid: Editorial Complutense, 2011.
- ELTANTAWY, N.; WEST, J. B. Social Media in the Egyptian Revolution: Reconsidering Resource Mobilization Theory. In: *International Journal of Communication*, v. 5, p. 1207-1224, 2011.
- FILLIEULE, Olivier; MATHIEU, Mathieu; PÉCHU, Cécile (Dir.). *Dictionnaire des mouvements sociaux*. Paris: Sciences Po. Les Presses, 2009.
- FILLIEULE, Olivier; PÉCHU, Cécile. *Lutter ensemble*. Paris: L'Harmattan, 2014.
- FILLIEULE, Olivier; TARTAKOWISKY, Danielle. *La manifestation*. Paris: Sciences Po. Les Presses, 2008.
- FILLIEULE, Olivier; AGRIKOLIANSKY, Éric; SOMMIER, Isabelle (Dir.). *Penser les mouvements sociaux*. Paris: La Découverte, 2010.
- FISHMAN, Robert M. Democratic Practice after the Revolution: The Case of Portugal and Beyond. In: *Politics & Society*, v. 39, n. 2, p. 233-267, 2011. <http://dx.doi.org/10.1177/0032329211405439>

- FOMINAYA, Cristina Flesher. The Madrid Bombings and Popular Protest: misinformation, Counter-Information, Mobilisation and Elections after '11-M'. In: DRURY, John; STOTT Clifford (Ed.). *Crowds in the 21st Century*. Londres: Routledge, 2011. p. 17-35.
- GHONIM, Wael. *Revolution 2.0*. Boston, Ms: Houghton Mifflin Harcourt, 2012.
- GITLIN, Todd. *The Whole World is Watching*. Berkeley, CA: University of California Press, 2003.
- GITLIN, Todd. *Occupy Nation*. Nova York: Harper Collins, 2012.
- GLADWELL, Malcolm. *The Tipping Point*. Little: Brown, 2000.
- GOODWIN, Jeff; JASPER, James M.; POLETTA, Francesca (Ed.). *Passionate Politics*. Chicago; Londres: Chicago University Press, 2001.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão*. Porto: Campo das Letras, 2005.
- KATZ, Eliuh; LAZARSELD, Paul. *Personal Influence*. Nova York: The Free Press, 1955.
- KOOPMANS, Ruud. Movements and Media: Selection Processes and Evolutionary Dynamics in the Public Sphere. In: *Theory and Society*. v. 33, n. 3-4, p. 367-391, 2004.
- LIMA, Fernando. *O Meu Tempo com Cavaco Silva*. Lisboa: Bertrand, 2004.
- MATHIEU, Lilian. *La démocratie protestataire*. Paris: Sciences Po. Les Presses, 2011.
- MCCLELLAND, J. S. *The Crowd and the Mob*. Londres: Unwin Hyman, 1989.
- NEVEU, Érik. Médias et protestation collective. In: FILLIEULE, Olivier; AGRIKOLIANSKY Éric; SOMMIER, Isabelle (Dir.). *Penser les mouvements sociaux*. Paris: La Découverte, 2010. p. 245-264.
- NEVEU, Érik. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: La Découverte, 2011.
- NOELLE-NEUMANN, E. *The Spiral of Silence*. Chicago: Chicago University Press, 1975.
- NUNNS, A.; IDLE, N. *Tweets from Tahrir*. New York: OR Books, 2011. Disponível em: <<http://books.google.pt/books?id=5umjr9H-cH8C&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 02 jul. 2014.
- ROSANVALLON, Pierre. *La contre-démocratie*. Paris: Seuil, 2006.
- SCHNAPP, Jeffrey T.; TIEWS, Matthew (Ed.). *Crowds*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2006.
- SIMMEL, Georg. *On Individuality and Social Forms*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1971.
- SOLÉ, Jacques. *Révolutions et révolutionnaires en Europe, 1789-1918*. Paris: Gallimard, 2008.
- SOLHA, Hélio L. A Media e as manifestações de junho: controle e disputa. 2013. In: HAROCHE, Claudine; LOPES Myriam Bahia; DÉLOYE, Yves (Org.). *Ensaio sobre a arrogância*. Belo Horizonte: NEHCIT/EA UFMG, 2015. p. 72-82.
- SOMMIER, Isabelle. *Le renouveau des mouvements contestataires à l'heure de la mondialisation*. Paris: Flammarion, 2003.
- TARDE, Gabriel. *A Opinião e as Massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- TILLY, Charles. *The Politics of Collective Violence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

TILLY, Charles; WOOD, Lesley J. *Social Movements: 1768-2008*. Boulder, Londres: Paradigm, 2009.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y Asociación*. Barcelona: E. Península, 1979.

TORRES, Eduardo Cintra. Representações da Multidão Política na Televisão. In: FREIRE FILHO, João; BORGES, Gabriela (Eds.). *Estudos de Televisão*. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 149-180.

TORRES, Eduardo Cintra. *A Multidão e a Televisão*. Representações Contemporâneas da Efervescência Colectiva. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013a.

_____. Durkheim's Concealed Sociology of the Crowd. In: *Durkheimian Studies*, British Centre for Durkheimian Studies, University of Oxford, v. 20, n. 1 (26), p. 89-114, Winter 2014. Disponível em: <<http://berghahn.publisher.ingentaconnect.com/content/berghahn/durk/2014/00000020/00000001/art00005>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

_____. A Multidão Medieval e Moderna: Representações Políticas em Fernão Lopes e D. Francisco Manuel de Melo. In: SILVA, Pedro Alcântara da; SILVA, F. Carreira da (Org.). *Ciências Sociais: Vocaçào e Profissão*. Lisboa: ICS, 2013b. p. 95-116.

_____. Representação Ficcional da Greve Geral e da Multidão Operária no Porto em 1903. In: LOURENÇO, A. A.; SANTANA, M. Helena; SIMÕES, M. João (Coord.). *O Século do Romance*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2013c. p. 75-87.

_____. An Early Example of Media, Social Movements and Crowd Interaction: The Oporto General Strike of 1903. In: TORRES, Eduardo Cintra; MATEUS, Samuel (Ed.). *From Multitude to Crowds: Collective Action and the Media*. Frankfurt: Peter Lang Ed., 2015. p. 111-141.

TURNER, Ralph H.; KILLIAN, Lewis M. *Collective Behavior*. 3. ed. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1987.

VV.AA. *Cidades Rebeldes*. S.I: Carta Maior e Boitempo, 2013. Disponível em: <<http://ujceara.files.wordpress.com/2014/01/cidadesrebeldes-passelivreeasmanifestac3a7c3b5esquetomaramasruasdobrasil.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

WOUTERS, Ruud. From the Street to the Screen: Characteristics of Protest Events as Determinants of Television News Coverage. In: *Mobilization*, v. 18, n. 1, p. 83-105, 2013.

ZOLA, Émile. *Germinal*. Paris: Gallimard, 1978.

Recebido: 09 de março de 2016

Aprovado: 03 de junho de 2016

Autor/Author:

EDUARDO CINTRA TORRES <eduardocintratorres@gmail.com>

- Professor Auxiliar Convidado da Universidade Católica Portuguesa (UCP) e investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC). PhD, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Últimas publicações: *Telenovela, Indústria & Cultura, Lda*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015; e *A Multidão e a Televisão. Representações Contemporâneas da Efervescência Colectiva*. Lisboa: UCE, 2010. Áreas de interesse de investigação: Estudos de Televisão; Sociologia das Mídias; Sociologia da Literatura; Sociologia dos Movimentos Sociais; Análise de Publicidade.
- Visiting Assistant Professor of the Universidade Católica Portuguesa (UCP) and researcher of the Research Centre for Communication and Culture (CECC). PhD from the Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Last publications: *Telenovela, Indústria & Cultura, Lda*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015; and *A Multidão e a Televisão. Representações Contemporâneas da Efervescência Colectiva*. Lisboa: UCE, 2010. Areas of interest: Television Studies; Media Sociology; Literature Sociology; Social Movements Sociology; Advertising Analysis.

Diferentes faces da direita portuguesa no Estado Novo salazarista

Different faces of the Portuguese right in the Estado Novo of Salazar

Las diferentes formas de la derecha portuguesa en el Estado Nuevo de Salazar

Maria Paula Nascimento Araujo*

RESENHA DE:

PINTO, António Costa. *Os Camisas-Azuis: Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Porto. Alegre; Recife: EdiPUCRS; EDUPE, 2016.

PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis e Salazar: Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Lisboa: Edições 70, 2015.

O livro do historiador e cientista político português, António Costa Pinto chega ao Brasil num momento em que se reforçam os laços de intercâmbio acadêmico entre os dois países. Laços que, entre outras direções, procuram investigar as experiências de ditadura, de lutas políticas e de redemocratização vividas no mundo lusófono. Neste campo uma das contribuições mais significativas da produção de Costa Pinto tem sido no estudo do pensamento, práticas políticas e formas de organização da direita em Portugal.

*Professora Associada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
<mp-araujo@uol.com.br>

O livro que é resultado da tese de doutoramento, concluída em 1992 no Instituto Universitário Europeu em Florença, foi publicado pela primeira vez em 1994 pela Editorial Estampa com o título *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal*. Em 2000 recebeu uma edição nos EUA, *The Blue Shirts: Portuguese Fascism in Inter-war Europe* e no ano seguinte uma versão em italiano *Fascismo e Nazional-sindacalismo in Portogallo, 1914-1945*. Em 2015, com atualização do autor, nova versão foi preparada em Portugal pela Edições 70. No ano seguinte foi lançada pelas editoras universitárias da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Universidade de Pernambuco, uma publicação para o público brasileiro.¹

Neste livro Costa Pinto analisa o fascismo português representado pelo movimento Nacional-Sindicalista, fundado em 1932 e tornado ilegal em 1934, por Salazar. Seus militantes identificavam-se por portar camisas azuis e eram reconhecidos por esta indumentária específica, como os “camisas pretas” de Mussolini, os “camisas pardas” dos nazistas alemães e os “camisas verdes” dos integralistas brasileiros. Não era apenas na referência ao vestuário que os fascistas portugueses demonstravam sua identificação com o nazi-fascismo europeu. Rolão Preto, o líder do movimento, ostentava um bigode semelhante ao de Hitler e era chamado de “Chefe” pelos militantes. As manifestações públicas do Nacional-Sindicalismo reproduziam a coreografia fascista: os desfiles paramilitares, a saudação com o braço estendido, as canções de combate. Usavam também a cruz de malta portuguesa da mesma forma que os nazistas usavam a suástica, em bandeiras, cartazes e braçadeiras. Assim como o fascismo italiano e alemão, o Nacional-Sindicalismo voltava-se com empenho para as classes trabalhadores, confrontando-se violentamente com os comunistas, disputando com eles a simpatia e adesão dos trabalhadores portugueses e propondo formas próprias para a resolução da “questão social”. Um caderno de imagens inserido no livro ilustra a estética e a retórica do fascismo português. Num cartaz ilustrado pela imagem de Rolão Preto e pela sigla do Nacional-Sindicalismo aparece a frase: *É preciso que os muito ricos sejam menos ricos para que os muito pobres sejam menos pobres*. E logo abaixo a afirmação: *Temos uma doutrina, uma força e um chefe*. Era desta forma que o movimento se apresentava aos trabalhadores.

¹ Nesta resenha optei por citar a edição portuguesa (PINTO, 2015).

Para Costa Pinto, o Nacional-Sindicalismo representou uma das tentativas mais bem-sucedidas da extrema direita de penetrar no movimento operário e sindical, com publicações destinadas especialmente aos trabalhadores, distribuídas gratuitamente nas fábricas. Mas, apesar disso, o movimento se esvaziou dois anos depois de sua fundação, tendo sido declarado ilegal por Salazar e vendo uma parte de seus líderes tomar o caminho do exílio e outra parte ser cooptada pelo Estado Novo.

O autor analisa a gênese e o colapso deste movimento. Nesta investigação dá especial destaque ao Integralismo Lusitano, movimento de direita, de inspiração monárquica, nascido na Universidade de Coimbra, contra a República implantada em 1910. Costa Pinto mostra a importância da Universidade de Coimbra, como berço do pensamento da direita portuguesa e recupera as redes de sociabilidade formadas por estudantes e professores de Direito. Coimbra, a velha cidade universitária, aparece como um polo de formulações e ações políticas. Foi lá que, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, jovens estudantes monárquicos fundaram uma revista e um clube chamado Integralismo Lusitano. Muitos destes jovens participaram das primeiras revoltas monárquicas contra a República, vários deles viveram alguns anos exilados na França e na Bélgica (absorvendo influências das organizações de direita, em especial a *Action Française*). No retorno a Portugal organizaram-se como um movimento político em 1916, quando o regime republicano declarou apoio aos aliados na guerra. O projeto do Integralismo apontava para a restauração de uma monarquia corporativa, antiliberal, descentralizada e tradicionalista. Rolão Preto, que havia passado pelo exílio, foi o mais jovem fundador do movimento. O Integralismo, segundo Costa Pinto, deixou uma marca intelectual profunda na cultura política portuguesa do século XX. De certa forma, ele pode ser visto como a matriz fundamental de todas as correntes do pensamento de direita em Portugal. E foram justamente estudantes do Integralismo Lusitano que fundaram, em fevereiro de 1932, o jornal *A Revolução*, embrião do fascismo português. Meses mais tarde o grupo convidou Rolão Preto, membro destacado do Integralismo, a ser o diretor do jornal. No verão daquele ano foi lançado oficialmente o Movimento Nacional-Sindicalista que veio a ser a expressão do fascismo em Portugal. São, portanto, íntimas as relações entre o Integralismo Lusitano e o fascismo português.

Mas, apesar desta influência e, principalmente de sua origem derivada das fileiras do Integralismo Lusitano, os fascistas portugueses

distinguiam-se dos Integralistas. A elite política fascista contestava o reacionarismo tradicionalista do Integralismo Lusitano, em especial sua posição monarquista e se apresentava como uma direita radical e dinâmica. O Nacional-Sindicalismo foi, portanto, uma manifestação tardia e minoritária, de uma corrente fascista no interior do vasto campo da direita portuguesa antiliberal e autoritária. Mas a alternativa fascista foi rapidamente esmagada pelos pactos entre Salazar e os grupos conservadores que, junto com as elites militares, compunham a força dominante do Estado Novo.

A característica de “tardio” é também fundamental para a compreensão do fascismo português. Este fascismo tardio não acompanhou o nascimento de seus congêneres alemães e italianos, ao longo da década de 1920. O movimento Nacional-Sindicalista foi fundado em 1932 quando já estavam bastante adiantados os arranjos políticos de Salazar em torno das antigas elites conservadoras. Mais do que isso: em função desta criação tardia foram os Integralistas – e não os fascistas – os principais atores políticos do golpe militar de 1926 que derrubou a República e o liberalismo português. A ausência dos fascistas portugueses nos anos 1920 poderia explicar porque estes não foram os atores prioritários da construção da nova ordem política autoritária que surgiu após a derrubada da República. Um processo bastante diferente do que ocorreu em outros países como Alemanha, Itália e Espanha, onde os fascistas estiveram inteiramente envolvidos com a queda dos regimes liberais e por isso mesmo foram atores primordiais da construção dos novos regimes autoritários que daí decorreram.

A análise de Costa Pinto realça a distinção entre os fascistas e a ditadura salazarista e este é um dos argumentos centrais do livro. Este argumento rendeu uma polêmica importante por ocasião do lançamento da primeira edição portuguesa do livro. Afirmar a distinção entre os fascistas e a ditadura salazarista implicava em retirar desta última o rótulo de ditadura fascista. Se os “camisas azuis” eram os representantes do fascismo português e eram reprimidos pela ditadura salazarista, como caracterizá-la politicamente? O Estado Novo era uma ditadura fascista ou não? O livro de Costa Pinto acendeu a polêmica em torno da classificação do regime autoritário de Salazar. Apostando no rigor conceitual para a análise e classificação dos diferentes tipos de regimes autoritários, Costa Pinto investigou em detalhes as relações e confrontos entre Salazar e o Nacional-Sindicalismo. Relações tensas na qual o Estado Novo tentava subjugar e controlar o movimento, estabelecendo censura aos seus jornais, proibindo manifestações públicas e a existência

de sedes. As tensas relações terminaram com uma cisão do movimento Nacional-Sindicalista numa ala pró Salazar que foi cooptada para cargos políticos do Estado Novo. O grupo de Rolão Preto teve que escolher entre integração ou exílio. Em julho 1934 o movimento foi declarado ilegal por meio de uma nota oficiosa de Salazar.

A perspectiva de Costa Pinto é salientar e analisar os conteúdos específicos das diferentes expressões da direita portuguesa que interagem nas primeiras décadas do século XX: o Integralismo Lusitano, o Estado Novo e o Nacional-Sindicalismo dos “camisas azuis”. Três fenômenos distintos que se inter-relacionam, se influenciam e se contrapõem. O Integralismo Lusitano, movimento de base monárquica, tradicional e conservador, antiliberal e antiparlamentar, apelando fortemente para o nacionalismo. O Estado Novo salazarista, que consagra um regime de partido único, autoritário, conservador, católico e, à semelhança do Integralismo, antiliberal e antiparlamentarista, apoiado nas elites militares. E o Movimento Nacional-Sindicalista que se espelhava nos movimentos fascistas europeus e procurava reproduzir suas características. E não era apenas o conservadorismo clerical que afastava Salazar dos “camisas azuis. Segundo Costa Pinto, “Salazar manteve desde finais de 1932 uma distância prudente face à ação dos nacional-sindicalistas e não perdeu nenhuma oportunidade para deles se demarcar no campo doutrinário e político” (PINTO, 2015, p. 250). Em especial Salazar procurou expressar, em várias entrevistas, seu desacordo em relação à ação milicial e a chefia carismática dos ditadores fascistas.

Para Costa Pinto a iniciativa de Salazar que teve maior impacto sobre o movimento Nacional-Sindicalismo foi a promulgação da legislação corporativa no verão de 1933. O corporativismo era um dos temas centrais do programa dos “camisas azuis”, mas o Estatuto do Trabalho Nacional, promulgado pelo Estado Novo não os aproximou. Pelo contrário, criou uma distância maior entre Salazar e os fascistas. Não tanto pelas diferenças entre as propostas de corporativismo que porventura houvesse entre o governo e os fascistas, mas essencialmente, porque os “camisas azuis” foram alijados do processo. Nenhum integrante do Nacional-Sindicalismo foi chamado a colaborar no Estatuto nem integrou a construção do edifício corporativo. O Estado Novo, na verdade, roubou-lhes a bandeira.

Após o verão de 1933 Salazar aumentou a perseguição ao Nacional-Sindicalismo. Em julho de 1934 o movimento foi declarado ilegal e Rolão Preto rumou para o exílio. Foi curta, portanto, a vida política dos

fascistas portugueses, mas eles representaram um embate importante no cenário político conservador de Portugal na década de 1930. Um cenário dominado pelo vasto campo de direita no qual se confrontavam distintos elementos: do dinamismo autoritário dos fascistas ao conservadorismo tradicionalista de matriz monárquico, passando pelo conservadorismo clerical e pelas elites militares, o Estado Novo foi palco de disputas entre diferentes grupos de direita. Salazar conseguiu amalgamar e dirigir o conjunto destes grupos. O governo foi capaz inclusive de absorver, em sua estrutura, antigos membros do Nacional-Sindicalismo após o movimento ter sido declarado ilegal.

O livro procura, portanto, distinguir integralismo, fascismo e salazarismo, procurando entender a força motriz de cada um destes fenômenos. O Estado Novo foi sempre um “símbolo da hegemonia ideológica de uma direita antidemocrática de matriz tradicionalista e católica” (PINTO, 2015, p. 338). Já a elite fascista tinha uma origem política de direita radical, oriunda do Integralismo Lusitano, mas crítica em relação ao seu tradicionalismo.

O substantivo fascismo não se presta, neste livro, a abarcar o conjunto e a diversidade das forças da direita. Cada uma destas manifestações é exaustivamente analisada, sua gênese estudada, seus elementos teóricos e ideológicos definidos, sua base de apoio dissecada, as histórias de vida de seus dirigentes recuperadas. O livro representa ao mesmo tempo, um alentado estudo histórico das direitas portuguesas e uma profunda reflexão conceitual e classificatória onde cada um dos movimentos estudados é visto em sua especificidade. O termo fascismos não é utilizado numa acepção genérica, mas localizada e histórica, designando um movimento específico que, junto com outros, participou da experiência autoritária e conservadora de Portugal na primeira metade do século XX. Compreender a especificidade destas diferentes formas de expressão da direita antidemocrática e autoritária é o objetivo maior deste livro. Plenamente alcançado.

Referências

PINTO, António Costa. *Fascismo e Nazional-sindacalismo in Portugal, 1914-1945*. Roma: Antonio Pellicani Editore, 2001.

_____. *Os Camisas Azuis e Salazar: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*. Lisboa: Edições 70, 2015.

_____. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

_____. *Os Camisas Azuis: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*. Porto Alegre; Recife: EdUPUCRS; EDUPE, 2016.

_____. *The Blue Shirts: Portuguese Fascism in Inter-war Europe*. New York: SSM-Columbia University Press, 2000.

Recebido: 25 de setembro de 2016

Aprovado: 21 de outubro de 2016

Autora/Author:

MARIA PAULA NASCIMENTO ARAUJO <mp-araujo@uol.com.br>

- Professora Associada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde integra o Programa de Pós-Graduação em História Social. Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Desenvolve pesquisas sobre a história do tempo presente, com ênfase nos estudos sobre ditaduras e processos de democratização no mundo contemporâneo. É autora, entre outros, de *A Utopia Fragmentada: novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970* (FGV, 2000); *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias* (Relume Dumará, 2007); *História e Memória de Vigário Geral*. Coordenou, no Rio de Janeiro, o projeto *Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil*, em convênio com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e outras universidades federais.
- Associate Professor of the History Institute, at the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). PhD in Political Science from IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). She develops research on the History of Present Time, with emphasis on studies of dictatorships and democratization processes in contemporary world. Author, among others, of *A Utopia Fragmentada: novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970* (FGV, 2000), and *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias* (Relume Dumará, 2007); Coordinated, in Rio de Janeiro, the project "Marks of Memory: Oral History of amnesty in Brazil", in partnership with Amnesty Commission of the Ministry of Justice and other federal universities.